



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1633

Quarta-feira - 10 de Dezembro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2	Itapoá .....	403
Água Doce .....	2	Ituporanga .....	405
Alto Bela Vista .....	14	Joaçaba .....	406
Anchieta .....	16	Lages .....	416
Antônio Carlos .....	53	Lauro Muller .....	416
Ascurra .....	54	Lebon Regis .....	417
Atalanta .....	93	Lindóia do Sul .....	424
Balneário Rincão .....	95	Luzerna .....	425
Barra Velha .....	96	Maravilha .....	443
Bela Vista do Toldo .....	98	Marema .....	448
Biguaçu .....	127	Meleiro .....	471
Blumenau .....	132	Modelo .....	472
Bom Jesus do Oeste .....	143	Navegantes .....	488
Bom Retiro .....	144	Novo Horizonte .....	491
Brusque .....	146	Orleans .....	492
Caçador .....	148	Ouro .....	494
Camboriú .....	152	Ouro Verde .....	501
Campo Alegre .....	195	Palhoça .....	501
Campos Novos .....	202	Passo de Torres .....	505
Canoinhas .....	203	Passos Maia .....	506
Capinzal .....	215	Paulo Lopes .....	506
Chapadão do Lageado .....	229	Penha .....	508
Cocal do Sul .....	230	Peritiba .....	510
Concórdia .....	231	Pinheiro Preto .....	510
Cordilheira Alta .....	231	Pomerode .....	512
Coronel Martins .....	238	Porto Belo .....	528
Correia Pinto .....	240	Porto União .....	533
Corupá .....	255	Rio do Sul .....	534
Curitibanos .....	258	Salto Veloso .....	544
Forquilha .....	260	Santa Cecília .....	545
Fraiburgo .....	267	Santa Rosa do Sul .....	647
Frei Rogério .....	309	Santa Terezinha do Progresso .....	647
Garopaba .....	313	Santiago do Sul .....	649
Garuva .....	315	São Bento do Sul .....	650
Gaspar .....	331	São Carlos .....	656
Governador Celso Ramos .....	336	São Domingos .....	657
Guaramirim .....	368	São Joaquim .....	657
Guarujá do Sul .....	369	São José .....	658
Herval d'Oeste .....	369	São José do Cedro .....	668
Ibiam .....	373	São Lourenço do Oeste .....	673
Ilhota .....	374	São Pedro de Alcântara .....	674
Imarui .....	375	Schroeder .....	685
Imbituba .....	385	Serra Alta .....	692
Indaial .....	395	Timbé do Sul .....	693
Iomerê .....	396	Timbó .....	705
Ipumirim .....	398	Três Barras .....	706
Irineópolis .....	401	Treze Tílias .....	707
Itaiópolis .....	402	Tunápolis .....	711
Itapiranga .....	402	Turvo .....	716

Urussanga .....	718
Vargeão .....	732
Vargem Bonita .....	733
Videira .....	734
Vitor Meireles .....	740
Xavantina .....	740
Xaxim .....	741

### Associações

AMAUC .....	741
-------------	-----

### Consórcios

AGIR .....	743
ARIS .....	744
CIMCATARINA .....	744
CIMVI .....	747
CIS/AMFRI .....	752
CIS/AMMVI .....	753
Consórcio Lambari .....	759

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

## Abdon Batista

### PREFEITURA

#### CONCORRÊNCIA PUBLICA 04/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 161/2014

MODALIDADE: Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia 04/2014

Objeto: A presente licitação destina-se à contratação de empresa para execução, pelo sistema de menor preço por lote ( observar o preço máximo estabelecido por itens do lote) materiais, serviços e equipamentos, DE REDE COLETORA DE ESGOTOS, ( rede coletora, ligações domiciliares e linhas de recalque) e ESTAÇÕES ( estação de tratamento de esgotos e estação elevatória) no PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE ABDON BATISTA - SC, tudo conforme projetos, memorial descritivo e orçamento, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório. Conforme TC/PAC 0232/2014 FUNASA.

TIPO : Menor preço POR LOTE.

Abertura da Sessão: 14:00 hrs do dia 12/01/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Joao Santin, 30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 09 de dezembro de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria  
Prefeito Municipal

Joao Paulo da Silva  
Presidente da Comissão de Licitação

#### PROCESSO 162/2014 PP 138/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 162/2014

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 138/2014

Objeto: Aquisição de Escavadeira Hidráulica conforme Convênio 807249/2014 - Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA com Contrato de Repasse 1.019.828-31/2014 via Caixa Econômica Federal/CAIXA.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 05/01/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Joao Santin, 30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 09 de dezembro de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria                      Luciano Hermes  
Prefeito Municipal                                  Pregoeiro

## Água Doce

### PREFEITURA

#### HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 015/2014

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS RELATIVAS AO CONCURSO PÚBLICO Nº. 15/2014

O Prefeito do Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina e a Coordenação dos Concursos Públicos da Universidade do Oeste de Santa Catarina, atuando de forma conjunta, no uso de suas atribuições legais, tornam pública a homologação das inscrições deferidas relativas ao Edital nº. 15/2014:

#### AGENTE OPERACIONAL

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173315	JOSIELE MARTINS	045.325.029-77
173211	JOÃO MARIA SANTANA	016.972.339-96

#### AGENTE OPERACIONAL DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171427	CLAUDIMIR FRACARI	016.717.699-45
173109	CLEONIR ALVES DOS SANTOS	024.111.379-23
173528	ELOI SANTINA PEREIRA DE SOUZA VIERA	710.417.029-49
173221	GILVETE APARECIDA RECH	038.853.719-10

#### MERENDEIRA

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173532	CLARICE APARECIDA DE OLIVEIRA	049.535.159-86
173218	DEBORA CRISTIANE DA SILVA	393.530.118-92
173083	ELVIRA MARIA PAZINI	693.658.499-34
171407	JOSEFER DA SILVA FLORES	036.019.950-00
173592	JUSSARA SALETE PUTTON DA SILVA	767.700.449-00
172818	LOURDES TERESINHA CORDEIRO	636.183.389-53
172247	MALVINA FERREIRA VELHO	321.960.249-53
173053	MARIA DELLA JAKMA	828.952.449-87
173589	MARLENE SALETE TRENTON CORREA	533.548.429-20
173489	SEMTEMBRINA DUTRA MICHEL	534.350.529-53
173286	TÂNIA APARECIDA VERONA BITENCOURT	425.079.959-04
171540	ZELINDA APARECIDA DE OLIVEIRA RIBAS	024.018.689-33

#### AUXILIAR DE DEFESA CIVIL

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173307	ALAN DIONE SOSTER	035.656.179-85

172380	ANA CHIEISEN DE LUCA	059.648.929-30
172976	CLAITON FELIX FAR-RAPO	053.235.529-64
172974	CREUSA APARECIDA SANTANA	046.347.579-82
172962	DIEGO TRENTA COR-REA	078.971.719-06
173595	EDSON JOSÉ PINTO DA SILVA	016.151.689-07
171049	EDUARDO ROBERTO KORNER ROMANI	068.984.659-29
171370	FRANCIELE BONAMIGO	097.567.769-19
173088	FRANCIELI MINATI	066.018.039-10
172277	JANETE GUISENI	656.897.129-49
171415	JOAO ALIPIO FORTU	073.198.919-80
171594	LUANA PAULA BRES-SAN	080.725.229-81
171374	LUÍS FERNANDO DA SILVA	074.145.309-65
171635	PATRICIA QUAIATTO	023.435.469-08

## AGENTE DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173056	JOÃO LEOCIR FABIANO	687.879.369-68

## MOTORISTA

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173551	ALEXANDRE RODRI-GUES DA SILVA	104.114.777-57
173299	ANDERSON PAULO PAVELSKI	048.710.179-07
171764	CLACIR GONÇALVES DA CONCEIÇÃO	008.342.749-06
172168	CLORIVAL MENEGASSO	807.741.059-68
171368	DANIEL LINS	009.774.339-94
172123	EVERTON JORGE ALVES	085.575.599-76
171665	FAGNER DA SILVA	023.990.149-52
173224	GILMAR CORREA	016.172.049-86
173588	GISLAINE BREZOLIN TONIAL	000.184.789-99
172355	JAISON SPIER	028.403.799-02
173096	JOÃO FRANCISCO VIEIRA BERTON	148.982.259-34
171818	LAUDELINO DOMIN-GUES	486.578.599-04
173431	LEANDRO DE MATOS	028.941.769-45
172810	LEANDRO LUIZ SARI	049.517.539-01
170961	NILSON DE ANHAIA	007.003.529-61
173552	RUY JOSÉ VARASCHIN	346.113.049-49
171670	VALDENIR SANTOS	892.245.909-34

## OPERADOR DE MÁQUINAS

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173573	AMARILDO DE JESUS	029.595.869-30
171668	ANDRE CRUBER	073.381.739-40
171164	EDUARDO BARP COLLA	091.321.159-11
172252	FELIPE TOIGO	077.139.029-70

173099	JAIR DE OLIVEIRA	824.223.899-53
173430	JULIO CESAR TONIAL	494.801.039-15
173452	LEANDRO RECALCATTI	044.316.579-32
173620	LUIZ ANTONIO ARBU-GERI	681.909.649-68
173433	RAFAEL CARLOS TOIGO	043.057.489-40
172850	RAFAEL PUTTON DA SILVA	068.094.629-29
172216	RENI DOS SANTOS VIEIRA	043.313.019-90
173238	ROBSON DRUN	062.007.989-40
173473	RONALDO PAULO VENTURIN	029.671.639-10
173484	VALDIR LEOMAR TOTTI	028.376.999-85

## AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173308	ADNA LUCINEI DE OLIVEIRA	032.001.439-83
173501	ANGELA KLEIN BARP	009.729.009-26
173454	CAMILA JÉSSICA CAR-DOZO	099.779.089-07
172904	DIRCE LUVISON DE FREITAS KUNSLER	068.832.869-50
171485	FABIANE DE FATIMA CERINO	055.198.729-45
173242	IDELSA ZENATTI ZANINI	744.236.499-34
173561	JAVANE RODRIGUES CORREA	053.144.099-09
173017	JUCELI ANTUNES ZANATTA	937.355.619-34
172153	MAURICIO GRASSI CAETANO	042.581.329-00
172849	NATÁLIA PAZ	107.326.459-99
171664	NEILA SOSNOSKI	067.882.819-98
172205	NOELI FÁTIMA DEMAR-TINI	078.366.559-89
172245	PRISCILA BOSCHETTI	097.491.399-50
173044	RAFAELA MORGANA DE OLIVEIRA	085.272.229-06
172947	ROSANE SALETE ANSOLIN	915.435.849-34
171183	ROSE MARCANTE	039.299.349-06
173519	SAIONARA ODAISA DOS SANTOS	094.762.399-05
172880	SANDY CÁSSIA MEN-DES	089.453.839-05
171052	SUELYN OTILIA KLAS-SEN	091.058.719-13

## TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173101	ADELAR MORAIS MUNIZ	053.191.879-39
171531	ANA PAULA OLIVEIRA	005.167.389-41
173461	ANDREA DE OLIVEIRA DE LIMA	915.442.549-20
171339	ANDREA JUNGES	032.555.969-47
173061	ANDRESSA QUINTINO DA SILVA	088.747.389-00

171397	AURIEL PARIZOTTO	004.429.719-07
171747	CASSIO LUIS SCHIEHL	064.459.329-67
173618	DANIEL BRUGNARA	064.511.929-61
173571	DANIEL VIVAN	058.325.299-01
173041	DEBORA DA SILVA	045.235.079-45
173530	DENISE RODRIGUES DA SILVA DOS SANTOS	061.592.539-13
173623	DIONATAN SANTANA	074.912.749-00
171643	ELISANDRO GAIO	087.103.799-83
172584	ELOISIA DEBUS MORETTO	947.434.959-20
173583	ELUANA MARUA FABIANO PETTER	090.058.649-40
171074	EMANUELE TONIAL	084.322.979-92
171398	ERICA PERLIN PARIZOTTO	077.474.159-74
171088	FABIANE SANTI	076.441.459-31
172839	FABIANE TONIAZZO	081.274.879-45
172112	FERNANDA SARTOR ZARTH	058.941.999-48
173458	FERNANDO DE LIMA	029.182.329-71
172895	GUILHERME JEAN GRISA	089.434.259-29
171616	IVETE MARCANTE GAIO	990.433.869-87
173222	JAMAILLE ANGELA ANTUNES	037.850.709-50
173607	JANE HELENA DOS PASSOS	050.301.159-27
171631	JAQUELINE ELIZARIA TORTATO ISSLER	048.198.239-65
173191	JOÃO DOLISETE DE OLIVEIRA	016.192.149-38
171860	JUCELIA RODRIGUES DA SILVA	010.326.349-79
173235	JUSSARA APARECIDA DA SILVA	732.315.339-53
172831	LEANDRO ANTÔNIO MACAGNAN	023.175.709-37
173626	LEANDRO NOVELLO	059.139.759-52
173234	LEANDRO PEREIRA	053.420.799-50
172111	LUCAS CERINO SCHAPO	078.593.999-70
171087	LUCIARA VIERA DE ANHAIA	025.683.119-08
173520	LUIZ ISAC AMBROSIO	001.150.829-99
173228	MARIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE	008.804.599-48
172300	MICHELLE NEIS TRAGANCIM	008.657.339-02
172822	NILO CAIRO ROCHA	789.638.269-53
171392	ROBSON LOVISON	085.027.179-79
172806	ROSANE DE OLIVEIRA	949.104.809-00
173545	SUELI LUCHESI	035.645.539-40
173138	TATIANA CIRINO	006.016.009-83
171981	TATIANE ADRIANO SCHITZ	082.538.149-50
171125	VALDIRLENE PIAIA	016.986.369-70
171902	VERÔNICA TESSMANN	056.319.359-02

## TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171082	DAIANE REGINA MONTEIRO DE FREITAS	060.177.089-70
173565	FRANCILEINE APARECIDA VARELA	084.678.219-73
173443	GUILHERME ALMEIDA DA SILVA	080.302.979-98
171886	JÉSSICA MARIA FACHIN GEMELLI	077.935.159-27
173611	KATIA ZACCARO TOIGO	164.990.868-78
173043	MARIA JESOVINA DOS SANTOS	824.222.659-87
173111	MARLENE APARECIDA DOS PASSOS BATISTA	767.699.099-87
172836	PABLO ISMAEL GAMBA BEJAR	003.970.299-50
173334	ROSALINA TERESINHA PELENTIR	021.786.619-04
173446	SANDRA TEREZINHA DA ALMEIDA DA SILVA	047.336.279-12
171029	SILVANA GODINHO	006.449.729-12
173102	SILVIA DE BASTIANI	055.676.559-16
173239	TATIANE BRUSTOLIN	078.136.769-71
171195	WALDENY BARROS BRAGA SILVA	931.747.051-34

## FISCAL DE TRIBUTOS

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173490	ADEMIR HENRIQUE DOS SANTOS	056.145.049-82
173578	ADUAN ANTONIO SCHUMAUTZ	063.174.839-30
171097	ALESSAN VENTURIN DOS SANTOS	061.172.499-50
173463	CARLOS ALBERTO BARBOSA FILHO	082.384.039-52
173186	CRISTINE MARLA NASATO	048.399.169-42
171467	CÁSSIA FRACARI	094.762.369-81
173108	DIEGO SCHLINDWEIN	077.147.019-35
173037	DÉBORA DE ANDRADE	050.236.339-85
172834	EDUARDO ANTONIO POZSER	007.425.229-11
173093	EDUARDO FANTIN	082.630.019-78
173459	EDUARDO PAES DA SILVA	090.737.539-10
173309	FILIFE DOS SANTOS BENITES	075.742.109-18
172838	HELYARA THAMYRIS DE OLIVEIRA RAMOS	028.450.620-60
173558	ISRAEL CRISTIANO DE OLIVEIRA	052.993.889-85
171632	JESSICA JENIFER DOS PASSOS BATISTA	098.340.139-06
172696	JONAS UBIRATÃ NOGUEIRA	066.235.099-50
171070	LEOMAR ANTONIO DO NASCIMENTO	085.683.899-37
173464	LUCAS GUSTAVO PARENTI	091.200.319-71



173288	LUCAS MOREIRA DA SILVA	091.159.529-59
173360	LUCINEIA CLOTH PEROTTO DA ROSA	005.709.459-41
171751	MICHELLE CRISTINE CAMARGO	083.079.909-55
173200	MIKAEL ANTONY MOTA CARDOSO	064.096.499-08
173492	NATANAEL DE OLIVEIRA	090.991.389-70
173124	RENATO RODRIGO DUTRA	044.520.939-90
173429	RODRIGO GATELLI	043.290.689-40
173424	ROGERSON DA SILVEIRA LEITE	000.357.240-48
173584	SIMONE DALLA NORA	089.326.009-61
173400	TATIELLI DE CASSIA ELEUTERIO RAMPAZZO	089.702.619-58

## ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172694	ADRIANA DILDEY VIERA	023.708.189-05
171042	ALAN ADALBERTO TOIGO	083.775.329-56
173600	ALANA APARECIDA CABRAL	106.533.479-60
171612	ALESSANDRA RIBEIRO	047.381.249-51
170979	ALEXANDER DE CARVALHO FABRO	085.305.249-26
173129	ANA PAULA CAZELLA	072.696.529-45
171460	ANA PAULA WEIRICH PREZOTTO	100.412.319-10
172692	ANDREI MICHAEL MOREIRA LEITE	074.530.269-62
171139	ANDREIA TURRA	036.818.329-78
171095	BERENICE CONCEICAO DOS SANTOS ZANCHETTA	029.599.489-47
172716	BRUNA DOSCIATTI VELHO	041.436.499-69
171440	BRUNA PAOLA IAGHER	062.770.549-96
172953	CAMYLLA CAROLINE DE RÉ	073.500.979-13
172134	CAROLINA FELIX PAES	045.471.349-52
173198	CAROLINE CARRER	088.552.289-35
173297	CATIA CONCEICAO ALVES GONCALVES	774.019.646-00
171446	CELIA MARIA DE OLIVEIRA LIMA	404.275.109-10
173456	CLAUDIA APAPRECIDA DE MELO	007.044.729-29
173104	CRISTIANO RAMOS MESQUITA	047.546.509-13
171481	DAIANE DEBUS	070.550.969-95
173246	DAIANE MARIA TOTTI	078.336.489-06
171486	DANIEL BUENO DE OLIVEIRA	070.313.029-35
173562	DANIELA CAROLINA DA SILVA	047.491.529-86
172176	DANIELA CRISTHIANE MOREIRA	050.872.349-33

171590	DANIELA DENGÓ BARBOZA DOS SANTOS	057.069.739-54
171400	DEBORA MARIA SEBASTIÃO	091.223.259-56
173493	DENIS TELES RODRIGUES	734.264.150-20
173472	DILAIR RIBEIRO DA SILVA	035.165.409-74
171421	DIOGO SIGNORI COLOMBO	029.969.949-81
172399	DOUGLAS JORGE CORSO	074.433.729-14
172730	EBERSON ALVES	058.762.649-62
172854	EDEMILSON JOSE LEORATO	071.959.999-71
173557	EDSON AGUSTINHO DUTRA	074.312.409-02
173500	EDUARDO ROBERTO PUTTI	087.022.759-96
172299	ELIANDRA RIBEIRO	090.212.949-07
171862	ELIZANGELA BRAMBILA	074.005.489-99
172079	ESTEVÃO SPAGNOL LUCIAN	070.132.159-88
173318	EVANDRO LUIZ TONET	004.493.419-09
173258	FABRICIO PEREIRA	083.738.549-08
173599	FLAVIA PAULA BREDÁ	088.578.699-89
171978	FRANCIELE KURECK MENDES	067.845.329-29
171522	FRANCIELE MASSAIA	069.854.869-83
173499	GABRIEL MARQUEZ	085.803.979-60
172823	GABRIELE MARIA PUTTON	079.070.189-86
170927	GABRIELLE FERNANDA PANAZZOLO	090.192.989-17
172889	GEAN DE OLIVEIRA	060.351.349-20
172753	GEANA PELLICOLI ANTUNES	037.249.539-76
173279	GICELI LOPES DUARTE	074.714.969-08
173602	GILVANA LAÍS DELLA JAKMA BRUGNARA	099.102.329-36
173384	GISELE DOS SANTOS	089.953.189-02
173058	GISELI LINZ SCHNEIDER	030.360.249-05
172980	GISLAINE EGER	079.614.609-85
173194	GLESSIANA MARIA LUCIAN SIGNORI	060.642.939-50
172760	GRASIELE ZANELLA	059.927.529-43
173386	HELITON DO AMARAL SCHEFFMACHER	010.383.259-94
173229	HEMERSON FELIPE	036.859.571-47
172232	IEDA JUNG	818.179.249-15
171366	IGOR CASAGRANDE MIOTTO	066.235.079-06
173042	IVAN PELISSARO PONTEL	060.857.829-00
173382	JAMERSON VIEIRA DE OLIVEIRA	057.380.969-08
171075	JANAINA SATICQ	011.659.839-58
173284	JESSICA LUCIA BRANDALISE	072.449.579-71
172145	JESSICA PEREIRA VIANA	085.441.519-06

173236	JESSICA SPADER	087.910.139-33
171157	JOANA VIERA	089.907.889-35
172357	JOELMA TONIAL	767.697.209-49
173474	JOÃO CARLOS ISLER	034.591.599-28
172934	JOÃO PEDRO SCHULLER	095.834.049-85
172073	JULIANA AILIN KERTESZ PISOK	298.555.458-69
173496	JULIANE ALVES DE OLIVEIRA	076.474.539-55
171786	JULIANO SINTLINGER WEISS	086.408.199-55
173537	JUSCELAINI CRISTINI ROSSETI	063.593.729-83
173568	KARINE RODRIGUES FACHINI	061.586.189-00
173055	KAROLINY PEREIRA	097.050.329-63
171149	LADIMARA APARECIDA TEIXEIRA	007.994.059-57
173485	LAIS BARBOZA DOS SANTOS	080.517.499-01
171584	LAIS SOARES DOS SANTOS	078.953.399-58
171459	LARISSA DENGIO BARBOZA DOS SANTOS	074.948.979-09
171387	LEDIANE REGINA ANTUNES	081.771.309-35
173225	LETICIA BEAL MACHADO	076.618.249-57
171615	LUCAS WANDERLEI PRATTO	067.318.299-19
173203	LUCIANA VIEIRA MARTINS DE LIMA	077.700.169-16
171137	LUCIANI CRISTINA ALVES LUCHESE	024.141.529-23
173418	MAICON RODRIGO DOERZBACHER	053.939.249-92
173462	MARCIELLEN FERNANDES FRANÇA	079.825.219-75
173278	MARCOS LUCIANO RAMOS DE OLIVEIRA	089.562.779-58
173603	MARIA LUÍSA TRENTO	100.236.209-19
173232	MARIA ROSANA PEREIRA	094.754.898-00
171028	MARIANA ABATI	010.398.279-50
173604	MARIANI CAMILA DA SILVA	010.508.149-32
173587	MARICLEIA FATIMA TOIGO FIEL	021.958.169-02
172135	MARINA BALESTRIN	085.570.019-08
171680	MARINEIA BEVILAQUA	031.490.769-60
171913	MARÍLIA DORINI	066.851.519-86
170947	MARÍLIA LINS DA SILVA	046.084.809-79
171046	MAUREN RAFAELA GAOVICZ	061.891.629-67
173576	MÁRCIO DIRCEU DOS SANTOS	020.177.299-06
173407	NATÁLIA KUSMANN	089.419.029-67
173095	NELCI LUCHESI	031.707.909-35
172530	NEUSA SOSNOSKI	043.313.049-06
172687	PAMELA WASEN	084.403.499-12

172813	PAOLA MULLER	060.664.209-92
172260	PATRICIA SANTANA ANDRADE	046.900.129-11
172948	RAQUEL GEMELLI	025.809.169-03
173039	RICARDO JOHANN SIMÃO	090.969.639-03
173016	ROBERTA DO CARMO	015.606.950-48
173617	ROBERTA MARIA RAMPAZZO	083.240.469-17
171960	RONALDO CORREA PEREIRA	090.276.019-09
171959	ROSANE CORREA PEREIRA	008.634.399-85
172937	ROSANE PEREIRA GRISA	767.699.769-00
171093	ROSEMARY INÊS HEBERLE	090.403.419-40
170981	ROSEMERI MARIA VENTURIN FACHIN	024.524.719-09
173193	RUTH ANTUNES DA SILVA	019.475.029-99
171037	SAMARA RIBEIRO KUNZLER	101.769.829-57
173533	SIDINEI ALVES PAZ	048.963.219-01
173255	SIDNEIA SBRUZZI LINS	079.183.619-38
172075	SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI	068.046.009-83
171340	SIMONE APARECIDA TOIGO	007.269.719-95
171453	STEPHÂNIA BITTENCOURT DE PAULA	050.018.419-41
173285	SUELEN VERONA BITENCOURT	085.630.509-07
173540	TAINÁ TONIAL	095.879.209-70
173362	TATIANA GARCIA DA ROSA	108.146.949-85
172786	THAISE ZANATTA	101.742.859-06
172852	THALIS AUGUSTO VIEIRA	069.922.579-51
172944	THIAGO TRAVERSSINI GRISNER	009.792.659-08
172952	VAGNA MARIA TONET	034.257.619-43
173427	VANESSA BAU	062.874.799-30
173515	VANILDE CHIARANI	758.709.409-15
172195	VERA LÚCIA DARÓS	027.692.789-32

## TÉCNICO DE INFORMÁTICA

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171618	DAVIS RABUSKE DE MATOS	090.147.839-30
172893	EVERALDO DOS REIS	739.466.306-00
171598	FRANCIELI SAVI MUNDI	049.983.939-01
173046	JOAO RICARDO COLLA	014.814.459-44
172870	JONATAS ELIEZER DE ASSIS	081.764.459-83
171576	JULIANO MULLER DRESCH	077.231.849-21
173548	LUCIANA DE MORAIS SOUZA PINTO	059.418.109-70
173179	LUCIANO DAVI FOPPA	092.851.369-66

173185	MARCELO VON PLATEN SLUSSAREK	019.654.570-61
171639	PATRÍCIA COMUNELLO	063.924.839-00
173460	WILLIAM DE MORAIS PEREIRA	084.706.119-17
FONOAUDIÓLOGO		
Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172102	AMANDA LARA BRES- SANELLI	088.295.329-08
173469	CARLA ANDRÉA MA- DEIRA FERRAZ	800.255.019-68
173170	FERNANDA LUISA KIRST	081.287.359-93
171637	LOURENA DE OLIVEIRA COSTA	025.328.931-92
173541	RUBIA NEIVA ZATTA BEAL	020.340.069-09
173085	VIVIAN PUTTON	008.429.449-31
ASSISTENTE SOCIAL		
Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172363	ADILES BEAL	014.922.999-28
173625	BRUNA SUMNY POZZO- BON	077.365.859-97
172763	CLARICE MOREIRA ELIAS	294.821.789-04
171109	DAIANA BERTOTTI	052.627.689-46
173171	ELEANDRA LUCIA RIBEIRO	006.434.469-07
173453	ELIANE WEBER	041.817.909-32
172871	FRANCIELE SILVA	054.361.979-65
173608	GIOVANA MARIA PEREIRA	829.074.989-91
173237	GLÁUCIA MARIA FER- REIRA CARPEGIANI	048.069.839-26
172126	GRAZIELA CAMPOS DE CARVALHO FREITAS	087.434.389-54
173051	LUCIANE FATIMA SPI- NELI DOS SANTOS	021.270.689-63
173582	LUCILENE DE FÁTIMA DOS SANTOS	933.954.349-15
172792	MAFALDA MARIA VIEI- RA MARTINS	548.516.299-15
171910	MARIA APARECIDA DRAPALSKI	034.683.149-06
172908	MARIA CÉLIA FERREI- RA DA SILVA	659.564.279-49
171443	MARILIA VIERA	082.346.869-09
171597	MAYLA VIEIRA CAN- GUSSU	078.902.946-46
172369	MONICA BEAL	025.412.639-10
173381	NALÚ MARTINI PICOLI	035.721.269-08
173517	TATIANA KRUG	071.483.459-95
172951	TATIANE DA COSTA	060.098.039-18
171623	VANESSA APARECIDA DE BRITTO	066.493.179-00
171867	VERA LUCIA MERGE- NER DA FONSECA	693.320.459-68
FARMACÊUTICO		

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172471	ALEXANDRE BAHIR DE ANDRADE	026.981.529-58
173477	ALINE SAVIAN CONCI	064.399.609-54
173184	ALINE SIGNORI	048.424.879-09
173405	ANA CARLA EINSWEIL- LER	059.619.839-60
172832	BRUNA LAHUD	086.813.189-00
172335	CAROLINE ARSENO DANGUI	058.163.569-84
173054	GABRIELLE CAVALLET	007.247.279-06
172382	GILBERTO JOSÉ DO- BROWOLSKI	016.726.509-17
173195	ILICELI LILIAN RATTI	080.908.039-70
171345	JOANA FERRETTI MENDES	058.970.779-59
173615	KÁTIA DAL PIVA TIBES	044.586.629-29
173451	LETICIA BORSATTI	012.353.410-03
171342	LIDIANE CAROLINE ZENARO	079.194.469-70
172733	MICHÉLY ZANDONÁ DOBROWOLSKI	034.251.369-92
ENFERMEIRO		
Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172876	ALEXANDRA SCHERWINSKI PADI- LHA	035.819.829-19
172883	ANAMARIA COPERCINI BORTOLANZA	020.374.950-21
173240	ANDREIZA HILDA KARCH PEREIRA	056.815.359-67
173450	ANGELA AURORA ANDRIN	041.228.909-18
173245	CAROLINE LAMPERT	036.562.839-58
173277	CAROLINE RITA TOR- TELI	075.651.159-32
172896	ELAINE GRISA KLOTZ	062.745.599-90
172109	EMANUELE SANDRIN	060.145.609-20
171465	FERNANDA DRESCH SPIER	028.977.299-02
173006	GABRIELA MAZZARINO	059.797.959-60
173518	JENIFER APARECIDA GEUSTER	063.257.559-01
173313	JÉSSICA REGINATO GARBO	018.602.290-50
173835	MICHELE CRISTINA DIESEL	059.229.879-50
173081	MILEIDE SOFIA BA- TISTA	081.296.279-65
173476	PATRICIA RAMBO	069.822.659-35
172844	RAQUEL CHRISTINA DA COSTA SCHA- PANSKI DA SILVA	122.805.747-80
171838	SILVANA APARECIDA FAGANELLO	046.303.259-48
173425	SOLANGE RIBEIRO	005.373.719-90
ODONTÓLOGO		
Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173594	CAMILA ZONIN	021.025.290-10

173281	DANIANI ROSA FER- RAZ	944.335.000-97
173613	DANIELI DE FABRIS	010.285.309-60
173172	DISNEIA TEREZA DE MARCO TONIAL	030.723.489-44
173378	EMANUELI SCOLARI ROSSETTO	016.302.210-07
173479	LARISSA RADEL BOR- TOLI	009.232.269-74
171532	LISLÂNIE THAELIS TRANCOSO	062.986.459-42
173525	LUAN ROGÉRIO BROLL	071.009.599-69
173609	LUCAS BOLZON CLAU- DINO	067.789.159-86
171589	LUCIANA ZAMBILLO PALMA	028.405.240-07
173531	MARINA SPRANDEL	084.708.799-95
173437	MAX FALCHETTI COSSUL	076.762.189-18
173137	PAULA ZONTA	081.005.739-56
173494	RAISSA PEDROSO BATISTA	082.149.409-07
173455	RAPHAEL ALEXANDRE DAMBROSO	006.587.569-90
173486	RUDAN TONIN	000.978.980-40
171416	SUELEN FERRONATO CACHOEIRA	080.709.279-76
171660	THAISE PRODOCIMO	015.190.520-73
173201	VICTÓRIO POLETO NETO	056.435.309-45
173040	VINICIUS SILVEIRA PEGORINI	015.388.260-38

## PSICÓLOGO

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171603	ADÍLMIA MALACARNE	942.269.200-82
172262	ALINE ROSSETI	069.971.569-59
172968	ANA CRISTINA FINGER CAMPOS	047.314.399-22
172906	ANA PAULA DE FREI- TAS	077.789.929-90
171159	ANA PAULA MACHADO	000.156.020-44
172764	ANDRIELI PEREIRA DA SILVA	066.514.869-00
171346	CAMILA DE OLIVEIRA	050.292.429-29
173512	CAMILA SEIBT DE OLIVEIRA	049.399.669-92
173304	CLARISSE SIMON	040.904.719-82
171484	CLAUDIA BERNADETE ZIBETTI VEIGA	001.131.299-80
171911	CLÁUDIA MOSER ARNS	007.756.749-82
171454	CLÁUDIA SELL ANTU- NES COELHO	017.893.829-71
172181	DANIELE ROSA PUT- TON	066.327.309-90
173180	DEISE VERONA DA SILVA	064.184.779-36
172665	DOUGLAS HENRIQUE CASTANHA	065.151.439-82
171447	EDINARA DA COSTA MITTMANN	066.402.059-39
173644	ELIANE DA SILVA	061.692.389-92

171746	ELISE LEOPOLDINO	037.967.129-83
172278	ELZA CERQUEIRA SANTOS	111.963.978-64
171426	ERICA TOMAZI RI- BEIRO	050.423.679-26
173050	FABIOLA FERREIRA DE SOUZA	069.341.609-24
173616	FELIPE FERREIRA DE JESUS	068.778.099-39
171395	FRANCIELI BORTO- LOSSI	066.774.239-56
171178	GABRIELA PIVETTA CHIESA	068.137.579-54
171378	GERUSA LUCIAN	045.427.229-45
172061	GISELE APARECIDA CERVELIM	075.528.209-42
172081	GISLAINE DA SILVA	082.071.689-86
173098	GUILHERME AUGUSTO MARENDIA BORG	064.822.039-73
173524	IVANDRA KAMAR LODI BARBOSA	916.126.759-72
173049	JAMILA KARINE BUS- NELLO	068.516.469-19
171406	JAQUELINE DE FATIMA FRANCESCHI	794.592.509-04
172890	JOANA BRUGNARA	066.276.219-32
173444	JULIANA CARLA GO- TARDO	024.208.429-01
173306	JULIANA DENISE STE- CKLING	060.197.949-46
172840	JÉSSICA CESCO	080.812.589-30
172350	KAMILA RIBEIRO	070.157.929-31
172115	KAROLINE BRAUN	023.263.759-80
172214	LEIZA REGINA RAZERA PIAIA	642.508.739-00
172894	LETYCIA CRISTINA TOIGO	010.105.389-42
173480	LILIANE CRIMINANCIO	055.921.319-09
171671	LUANA MARIA FAGUN- DES DOS PASSOS	083.888.489-09
171352	LUCIANA GOMES DE CAMPOS	815.079.769-68
173094	MAIARA LAMB	082.254.039-83
171420	MARIANA DANDOLINI TISCOSKI	042.762.399-58
172194	MARISA IVETE SOSTER SARTORI	023.382.049-30
171651	MARIZA KOFFERMANN	077.603.719-69
173103	MICHELE REUS ELIAS	005.552.479-61
173118	MIRIAN MEDEIROS	915.196.759-68
171977	PAMELA SALETE VIAL	082.073.239-73
171788	PATRICIA MICHELLY SAVARIS	056.610.949-22
172177	PATRÍCIA BEHREND	057.112.609-01
172298	PATRÍCIA DE SOUZA PEREIRA BEZ FONTANA	045.810.779-40
171192	PAULA ROBERTA CIAR- NOSCHI	068.108.639-40
173481	RAQUEL DE VARGAS PEREIRA	029.802.330-05
173497	SIBELE MUNARO	008.422.319-78

172356	SIMONE APARECIDA KLÜSER	844.849.509-87
173468	TACIMARY FELIPPE	037.563.699-43
172072	TAIS MATTE	024.549.600-95
173563	TATIANA FERNANDA PEDROSO DOS SANTOS	061.034.529-02
172607	TATIANA FOGOLARI	015.052.850-70
171444	TATIANA REGINA BROETTO	085.671.509-30
172815	VANESSA DE MORAES MUNIZ	077.523.539-30
172782	VANUSA PALOSQUI	017.848.000-23
173128	VIVIANE DOS SANTOS	085.956.709-51
173559	VIVIANE SEGALIN	063.359.099-10

**MÉDICO PEDIATRA**

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172289	MARCELO OLIVEIRA FALCÃO	640.512.506-87

**MÉDICO CLÍNICO GERAL**

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173021	AMANDA DOS SANTOS	053.744.009-75
172598	BEATRIZ SARTORI	076.912.029-62
173399	CARLOS ALBERTO BARBIERI	638.652.119-68
171869	DANIELA KOPHAL	054.258.959-17
172978	JÉSSICA MANFROI	079.973.749-65
173577	LUISSA HIKARI HAYASHI ARAUJO	072.864.249-20
171661	MARIA EDUARDA DA ROSA ULANOSKI CARVALHO	076.920.459-76
171789	RAFAELA RADAVELLI	059.225.589-19
172750	VALERIA FAGOTTI E SILVA	368.227.868-05

**MÉDICO VETERINÁRIO**

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172246	ALESSANDRA LUCKMANN VOORSLUYS	047.398.359-16
172864	AMRILDO GRIGOLO	867.399.489-68
173483	ANA RUTH DRESCH	068.775.509-35
173391	ANDRESSA CANTU CAVALLET JARSCHER	005.335.429-01
172191	ATHINA MARA CARVALHO CÂMARA	065.626.329-60
173546	CAMILE DEFILTRO	077.761.319-03
173243	CASIEL BALDISSARELLI	017.020.449-98
173566	CLÁUDIO FRANCISCO BROGNI	075.510.479-05
171595	DIEGO FRANCISCO MARCON	080.640.539-27
172218	DOUGLAS HIDEKI TANAKA	044.358.089-86
173544	EVERTON SIGNORI	060.577.419-60
173598	FRANK VIEL	051.080.519-13
171780	GISELICA DE CASSIA GUERINI PADOVAN	043.905.119-39

172997	HELOÍSA CRISTINA MENDES	050.351.059-97
173389	JOÃO JARSCHER	021.385.919-05
172843	JOÃO PADILHA GANDARA MENDES	370.473.948-00
172400	JULIANO MENEGOTO	080.544.139-55
173395	KARYNNE DE CAMPOS SIGNORI	065.554.699-51
173022	LARISSA SCHNEIDER GHELLER	063.562.019-75
173585	LETICIA FARINEA	053.555.049-90
173387	LETÍCIA GOMES DE CAMPOS	085.580.809-84
173590	LUCAS ALMEIDA CHIARELLO	045.793.179-55
173127	MARCELO REGINALDO VIEIRA	038.089.419-01
172318	MARIANA FERREIRA FRANCOI	074.733.866-38
171863	PÂMELA DE LIMA THOMÉ DA CRUZ	024.959.320-37
173252	RAFAEL TEIS TIBOLA	023.545.850-39
171585	SUIAN TONIAL	022.833.291-59
171581	TIAGO HENRIQUE FRONCHETTI	072.924.759-73

**CONTADOR**

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173508	CAUÊ MOLINA	362.807.368-57
171007	DAIANE TEREZINHA KRUG	085.976.719-12
173212	EDER COMPIANI	845.795.879-87
173392	EZEQUIEL BALESTRIN	062.140.009-29
171466	FABIANE ZAGO	053.686.179-09
171411	FABRICIO ZANINI CASTELO BRANCO	615.709.581-49
172122	FRANCIELLI THAYS BIANCHI LESSA MARTINS	060.971.199-76
171779	GUILHERME VIEIRA NASCIMENTO	060.782.639-86
171408	ISABELA PRATTO	048.257.429-12
171436	KARINE BRUNA DA LAIO	072.778.199-50
172171	LARISSA CRISTINA BALESTRIN	059.590.589-79
171442	LUCIANA DE OLIVEIRA MACHADO MARTENDAL	031.693.799-17
173475	MARINA RAMBO	087.774.729-69
173290	MAXIMILIANO PACHECO DE FREITAS	741.988.239-87
171020	NATALÍ RAMPAZZO BALESTRIN	091.589.759-85
171636	PAULA IAGHER	085.464.359-10
173214	RAFAEL FRANTZ	065.878.299-10
173421	RAFAELA BORTOLOTTI	064.641.039-38
173176	RENAN CASAGRANDE MIOTTO	066.235.089-88
172185	RONALDO ADRIANO LUVISON	030.947.429-98



## ENGENHEIRO CIVIL

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171907	CAROLINA BITTEN-COURT	079.773.749-94
173260	CILES PAULO DE MORAES JÚNIOR	569.102.749-20
171350	ELISA REGINA PETTER	079.675.919-76
173181	GABRIELA CASSOL	077.785.249-70
171356	GABRIELI TORTELI	089.471.249-74
172853	GISLAINE ZAMBONI	065.409.789-52
173579	HAMILTON DINIZ ARAUJO	217.156.889-53
171917	LETICIA THALER	010.242.719-43
172736	MOARA BELLÓ DE MARCO	061.117.749-80
171381	OTÁVIO AUGUSTO TREVISOL	083.784.969-10

## TERAPEUTA OCUPACIONAL

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173091	THAMIRES SCHMITT	021.472.830-70

## NUTRICIONISTA

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172743	ALINE MARIA KLOTZ	069.331.469-95
172663	CAMILA EMILIANE FROELICH	063.319.309-73
172271	DAYANE FISCHER	081.237.789-37
173478	EDIANE PISSAIA	061.108.809-65
172261	GRAZIELI CRISTINA TOIGO ROGOWSKI	053.791.979-14
171226	IZABELA ANSILIERO	089.609.589-48
173188	KELLY DAIANA RIGONI	065.048.389-84
173227	LUARA RAMOS	053.420.779-07
171883	MAGDA BORTOLINI	076.229.549-00
172715	MAIELE KREMER	074.418.479-74
172805	MARIA CRISTINA ALMEIDA	062.268.669-00
173564	MARINA CASTAGNA RODRIGUES	077.744.019-97
173190	RAFAELA BRANDELERO	074.579.179-42
171193	SABRINA CELITA OS-MARINI	067.845.489-22
173539	SIMARA ROSSI	065.508.429-05
171878	TAÍNE PAULA CIBULSKI	071.566.579-09

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173206	ANDRIANA TOTTI	258.214.798-27
172764	ANGELICA BIANCHETTI DA SILVA	054.277.839-46
173282	ANGÉLICA PEDROTE	059.887.079-20
172276	CARMEM G. DA FONSECA	483.324.539-68
171876	CLEUZA MARIA DE OLIVEIRA DRISSSEN	636.902.849-53
171250	CRISTINA PICCOLI	044.651.679-11
172949	EMANUELE CANALLE	068.321.399-77

172368	FABIANA ZENATTI	009.224.349-56
173380	FERNANDA GEMELLI	007.466.159-06
172941	GLADIS MIRANDA CA-VICHOLI MENEGAT	017.769.779-20
173269	JANICE APARECIDA GONÇALVES DOS SANTOS	062.390.719-43
171385	JULIANA SBRUZZI	078.068.659-42
173034	JUSARA KARPSAK	008.898.199-12
171010	KELLY DORÉ	064.840.229-09
173169	LIAMARA TONIELO	073.749.589-86
173125	LIZIANE SBRUZZI	064.786.869-57
173018	LUCIANE DADALT	045.614.549-42
173060	LUCIANE TURRA	032.454.329-84
172981	LUCIANE WELTER	042.721.079-84
171754	LUIZA PEREIRA DUARTE	071.114.299-82
173543	PATRICIA APARECIDA SBRUZZI	080.680.479-30
172900	SANDRA MARIA CELSO ZANINI	034.461.039-02
172209	SCHAILA TATIANE TORTATO	021.416.059-97
173438	TATIANE PAZ	040.728.139-82
172005	VALÉRIA APARECIDA DE OLIVEIRA MAROLI	064.551.486-14

## PROFESSOR 1º A 5º ANO - 20 HORAS

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173322	CARMELINA PAZ	034.992.979-30
173319	CLEONICE DE FATIMA DE OLIVEIRA	042.580.039-30
173503	DAYANE DE MORAES	036.181.369-43
173113	IONE QUELLMALZ BORTOLON	656.894.109-34
173068	JULIANA DE SOUZA KATSCHOR	031.961.689-48
173069	LUCI MARA ANSSOLIN LUCHESE	006.461.699-12
173182	MAGALI FERREIRA DA COSTA FERRETTI	018.882.589-42
172360	MARCIA INÊS JOHANN SIMÃO	649.891.789-04
172902	MARISETE KOCHEN	035.341.109-43
173397	MAÍRA RAMOS	019.988.579-64
172366	NEUSA APARECIDA DOS SANTOS	732.315.179-15
173089	SILVANA PELENTIR BARBOSA	020.344.049-80

## PROFESSOR 1º A 5º ANO - 40 HORAS

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171171	ADRIANA PELENTIR KARSBURG	044.514.159-00
173597	ALEXANDRA OLTRAMARI BISATTO	021.241.779-74
173401	CLAUZIA ADRIANA DE VARGAS BROLL	949.639.240-72
172599	DANIELA APARECIDA SIMIONI	086.361.089-77

173272	FABIANA SCHMIDT DOS SANTOS	037.367.709-01
173019	JANETE TACIANA DE MARQUIAS	019.648.949-05
171489	KEITY MARA GAZZOLA	009.253.949-12
172918	LUANA APARECIDA ZENARO PEREIRA PADILHA	068.606.689-89
171613	LUCIANE TEREZINHA VIEIRA	005.538.819-14
173064	VANDERLEIA FLORES DA SILVA	037.594.449-46

## PROFESSOR LÍNGUA INGLESA

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173122	FABIANE APARECIDA PEREIRA	045.945.379-36
173612	GISSELE BREZOLIN GHIDORSI	693.665.199-20

## PROFESSOR 6º AO 9º ANO (CIÊNCIAS)

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173423	BEATRIZ LEMES DA SILVA	838.652.419-72
173248	DANIELA PIOVESAN	064.741.199-77
171887	ELDES JOSÉ RAMPON	017.564.459-40
173606	HILDA VIERA	504.329.589-91
173542	MARIA CAROLINA PEREIRA	008.096.149-52
172281	PATRICIA APARECIDA DE MATOS SILVA	765.788.799-00
171652	VALDEMAR DA CRUZ	031.526.359-82

## PROFESSOR 6º AO 9º ANO (ARTES)

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173610	CAROLINE DIANA DOS SANTOS MOCELIN	034.832.849-40
172169	ELIZANDRA FERREIRA KAMPHORST	070.505.929-43
173077	JEAN FRANCISCO RISCAROLLI	090.173.769-02
171513	MARLI MONTEIRO DE FREITAS	660.614.409-44
171803	REGINA CARIN JACOBY CUREAU	833.749.909-59
171533	ROSA MARIA CORDEIRO	636.183.469-72
173553	VANESSA CRISTINA PARENTI	086.658.929-58

## PROFESSOR 6º AO 9º ANO (MATEMÁTICA)

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171649	ANDRÉIA APARECIDA RODRIGUES DA CRUZ	008.707.969-09
173133	CLAITON LUIZ DE SOUZA PINTO	973.955.609-49
173624	EDUARDO DANIEL CARMAZIO	005.445.799-84
172723	LILIAN DE MORAIS	079.810.989-04
171895	LUCIANE KAZMIER-CZAK	075.253.519-61

172955	TAINAN DAIANE PE-REIRA MECABÔ	050.266.909-80
PROFESSOR 6º AO 9º ANO (LÍNGUA PORTUGUESA)		
Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173131	JULIANA SOBOTKA TIEPO	040.815.389-05
173292	MARCIA STOPASSOLA	032.776.869-06
171232	MARIELA BALESTRIN	007.976.469-06
173536	MARTA HECKLER	479.574.259-68

## PROFESSOR 6º AO 9º ANO (GEOGRAFIA)

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173490	ADEMIR BATISTA	634.073.889-34

## PROFESSOR 6º AO 9º ANO (HISTÓRIA)

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171190	CHRISTIANE OLIVEIRA DE JESUS	009.866.149-39
172166	GUILHERME NIDOLFO KAMPHORST	047.925.719-10
172936	JONAS RIBEIRO DOS SANTOS	070.516.269-90
173024	MAIKE WESLEI TOMA-SI MIGUEL	089.863.539-03

## PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173535	FABIANE COSER	060.605.839-70
171418	MAIELI DA SILVA AMORA	068.933.549-08
173287	MARCIO ALEX CARDOSO BELARDONY	771.936.520-87
172913	MAYLON BASSO	091.718.129-89
171054	OSVANIR APARECIDO OLEGARIO DA SILVA	069.156.619-48

## PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HORAS

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
173586	ANA PAULA FICAGNA	076.301.539-37
173627	ARLAN SOARES	045.645.899-97
173014	DANIELA TINELI	055.595.739-06
173390	FELIPE AUGUSTO DEIGE	085.432.429-16
172938	GABRIELA ABATTI	089.473.589-67
173596	JULIANO CECCONELLO	005.899.709-17
173027	JÉSSICA ANTUNES MARTINS FERREIRA	075.433.349-33
173023	LUANA SIGNORI COLOMBO	049.383.099-55
171425	MAYARA KELLY DA SILVA	076.591.459-08
172082	RICARDO WILLIAN GRANEMANN	051.168.519-07

## SEGUNDO PROFESSOR

Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171905	NILZA MARCIA DOS SANTOS	038.882.629-09

173466	SALETE ZARPELON PARENTI	824.989.209-78
173293	VARNEI BARCARO	933.600.619-34
ORIENTADOR EDUCACIONAL		
Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172973	BRENDA KARINE BENITES	092.228.429-60
171659	CLEUCI FÁTIMA DOS SANTOS	020.103.029-23
171599	ELAINE MASSIGNANI	048.872.569-06
173300	NATALIA MARIA FIRMI-NO BIANCON	047.353.459-22
171521	PRISCILA FABIOLA RHEINHEIMER ZENATTI DA COSTA	073.031.709-95
173556	SHERLON CRISTINA DE BASTIANI	078.585.479-76
172914	VANESSA WEBER	018.464.910-29
ADMINISTRADOR ESCOLAR		
Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
172691	AMANDA CAROLINA RODRIGUES NASCIMENTO	121.093.536-86
171915	LUIZ HENRIQUE RIESEMBERG	005.105.499-00
173488	MARIA IZABEL SCHULLER	077.770.349-10
172874	RAONI PEREIRA DE ALMEIDA	116.337.337-00
172860	THIAGO ZIBETTI DE CAMPOS	059.846.859-57
172303	VALDEMIR BOGONI	035.616.999-52
TÉCNICO ESPORTIVO (INSTRUTOR DE JUDÔ)		
Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
171901	CELSO JULIAN	516.005.289-53

Água Doce/SC, em 08 de dezembro de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA 294/2014

PORTARIA Nº 294/2014 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014  
"CEDE PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina; no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

#### RESOLVE:

ART. 1º: Determinar que os veículos, Microônibus placa MKV 7606, Ônibus placa MLF 3047 e Kombi placa MGP 0209 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ficarão a disposição do Fundo Municipal de Assistência Social, no dia 06 de dezembro de 2014 para transporte da 3ª Idade das comunidades do interior para o centro da cidade do Município de Água Doce - SC.

ART. 2º: As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

ART. 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de dezembro de 2014  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA 295/2014

PORTARIA Nº 295/2014 de 08 de dezembro de 2014  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária CLAUDETE APARECIDA DE ASSIS, inscrita sob CPF nº 908.059.929-87, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Tributação e Fiscalização, a partir de 08/12/2014 a 22/12/2014, período 13/14.  
Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.  
Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

#### PORTARIA 296/2014

PORTARIA Nº 296/2014 de 08 de dezembro de 2014  
"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) ALESSAN VENTURIN DOS SANTOS, inscrito sob CPF nº 061.172.499-50 ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Projetos, a partir de 08/12/2014 a 22/12/2014, período 13/14.  
Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.  
Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

**PORTARIA 297/2014**

PORTARIA Nº 297/2014 de 08 de dezembro de 2014  
"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário NILVO LUIZ PELEGRINI, CPF 509.631.209-72, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, a partir de 08/12/2014 até 28/12/2014, período 12/13.  
Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.  
Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

**PORTARIA 298/2014**

PORTARIA Nº 298/2014 de 08 de dezembro de 2014  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias coletivas aos funcionários(a) da Secretaria de Agricultura, abaixo nominados no período de 08/12/2014 a 06/01/2015:

ATILIO MIGUEL VIVAM - 12/13  
IVO NEY BISSANI - 13/14  
LAUDELINO DOMINGUES - 13/14  
NATALINO VIERA - 12/13

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.  
Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

**PORTARIA 299/2014**

PORTARIA Nº 299/2014 de 08 de dezembro de 2014  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias coletivas aos funcionários(a) da Secretaria de Transportes e Infra-estrutura Rural, abaixo nominados no período de 08/12/2014 a 06/01/2015:  
ALCIDES ALVES - 12/13  
ARI AGOSTINHO MENDES - 12/13  
HILARIO BARTZ - 13/14  
JORGE PELLICOLI - 13/14  
LAERCIO GRISA - 13/14  
PAULO TRENTA - 12/13

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.  
Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

**PORTARIA 300/2014**

PORTARIA Nº 300/2014 de 08 de dezembro de 2014  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias coletivas aos funcionários(a) da Secretaria de Indústria Comércio e Urbanismo, abaixo nominados no período de 08/12/2014 a 06/01/2015:

CLAIR TRENTA - 13/14  
JOAO LEOCIR FABIANO - 14/15  
LEANDRO DE MATOS - 14/15  
NILSON DOS SANTOS LINS - 13/14  
JALMIR JOSE VERONA - 13/14

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.  
Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

**PORTARIA 301/2014**

PORTARIA Nº 301/2014 de 08 de dezembro de 2014  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder ao funcionário (a) Laerte Afonso Verona, inscrito sob CPF nº 534.271.909-78, ocupante do cargo Motorista, a partir de 08/12/2014 a 22/12/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de dezembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

## Alto Bela Vista

### PREFEITURA

**DECRETO Nº 1937 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014**

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E ESTÁGIO PROBATÓRIO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do inciso VIII do artigo 99 da Lei Orgânica Municipal, artigos 188 e seguintes da Lei Complementar nº 011 de 10 de Janeiro de 2005, artigo 7º da Lei Complementar nº 013 de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a comissão permanente de avaliação periódica de desempenho e eficiência dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, e do Estágio Probatório, para a qual são designados os seguintes membros:

I -- Fátima Lorete Clein da Silva - Presidente;

II -- Tania Catarina Nilson - Secretária

III - Cleide Maria Nilson Bourckhardt - Membro;

IV - Maico Roberto Luckmann Rodrigues da Silva - Membro;

V - Jussara Rettore Rekshause - Membro;

Art. 2º. Além dos membros da comissão, nomeados no artigo anterior, participará das respectivas avaliações, mediante prévia convocação realizada pelo presidente da comissão, o servidor avaliado e o chefe imediato do mesmo.

Art. 3º. As atribuições e responsabilidades dos membros da Comissão são aquelas definidas nos artigos 188 e seguintes da Lei Complementar nº 011 de 10 de janeiro de 2005, e artigo 7º da Lei Complementar n.º 013 de 10 de Janeiro de 2005.

Art. 4º. As avaliações serão realizadas segundo os requisitos estabelecidos no anexo "I" do presente decreto, seguindo a média aritmética de cada um dos itens identificados no referido anexo.

Art. 5º. Após as respectivas avaliações, os servidores serão notificados de forma pessoal, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestem de forma expressa, o seu inconformismo quanto a avaliação realizada, cujo recurso, será direcionado diretamente ao Prefeito Municipal, que no mesmo prazo, determinará nova avaliação ou homologará o resultado apresentado.

Art. 6º. A comissão nomeada pelo presente decreto, terá o prazo até 31 de dezembro de 2014 para a conclusão e apresentação dos resultados da avaliação.

Art. 7º. Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados não receberão qualquer gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Fica revogado o Decreto 1917 de 06 de Novembro e as



disposições em contrário.

Alto Bela Vista (SC), em 05 de dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHER  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

#### **PORTARIA Nº 116 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014**

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PELO FALECIMENTO DE MEMBRO DA FAMÍLIA.

CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Cap. VI, Art. 105º, Inciso II da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder Licença a Servidora Pública, IVONE APARECIDA GUILHERME HORN, ocupante do cargo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA, por 05(cinco) dias consecutivos a contar da presente data, em razão do falecimento de membro da família (Mãe).

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 1º de dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações

#### **PORTARIA Nº 119 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014**

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, TITULAR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do capítulo V, Par. 4º e seguintes do artigo 14 e artigo 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais"

#### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder ao servidor, JOELSON ROBERTO WUADEN, matrícula nº 559 lotado no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, desta Municipalidade, adicional por interesse de qualificação estabelecido na alínea "a" e "b" do Inciso II do artigo 15 da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de

2005, com a progressão de 10(Dez) referências, tendo em vista a conclusão do Ensino Médio, através da Escola Básica Teixeira de Freitas na cidade de Alto Bela Vista/SC, apresentado e deferido pelo requerimento 293/2014 e duas (2) referências pela qualificação em cursos apresentados pelo requerimento 288/2014 e deferido a totalidade de 164 horas.

Art. 2º Serão contadas apenas quarenta (40) ou oitenta (80) horas, segundo o dispositivo no Par. 6º do Art.14 da Lei Complementar 012, de 10 de janeiro de 2005, sendo as horas excedentes aproveitadas para fins da referida progressão em anos posteriores.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 03 de dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Fátima Lorete Klein da Silva  
Responsável Pelas Publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 15/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 15/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento      Valor Multa  
-----  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 16/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 16/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYA9152	54798740	11/10/1998	72340	250 * I * a	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 17/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 17/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAC8375	54798744	14/11/1998	65300	228	127.69
AAC8375	54798744	14/11/1998	64910	227 * II	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 18/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 18/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBY7720	54798745	17/11/1998	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 19/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 19/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXN1415	54798746	10/12/1998	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 20/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 20/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAF7214	54798747	12/12/1998	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 21/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 21/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABP7945	54798812	18/02/1999	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 22/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 22/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXX5360	54799155	04/05/1999	70300	244 * I	191.53
LXX5360	54799155	04/05/1999	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 23/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 23/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BMH8744	54799158	24/07/1999	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 24/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 24/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBT8610	54799159	26/07/1999	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 25/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 25/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFC0326	54799175	04/11/1999	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 26/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 26/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXX5360	54799057	26/11/1999	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 27/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 27/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-----	-----	-----	-----	-----	-----
AHA3447	54799186	18/12/1999	63940	220 * XIV	191.53
LZO1556	54799180	12/11/1999	52070	169	53.20
LZO1556	54799180	12/11/1999	51850	167	127.69
-----	-----	-----	-----	-----	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 28/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 28/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-----	-----	-----	-----	-----	-----



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 29/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 29/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXN3011	54799192	07/02/2000	50100	162 * I	574.61
LZV7641	54799190	04/02/2000	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 30/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 30/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAC3030	54799196	05/03/2000	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 31/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 31/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 32/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 32/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZA1922	54799013	15/05/2000	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 33/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 33/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXN1415	54798820	21/06/2000	51850	167	127.69
LZF7696	54798922	21/06/2000	51850	167	127.69
LZF7936	54798777	05/06/2000	51850	167	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 34/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 34/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZF7826	54798788	01/11/2000	60500	208	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 35/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 35/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYN4461	54798927	01/10/2000	68820	231 * X	85.12
LYQ2331	54798785	17/09/2000	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 36/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 36/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWS2644	54798976	24/01/2001	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 37/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 37/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXZ6895	54811981	12/07/2001	67690	230 * XXII	85.12
LXZ6895	54811981	12/07/2001	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 38/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 38/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADQ0812	54812002	19/05/2001	52740	175	191.53
LWY0113	54798795	01/05/2001	70300	244 * I	191.53
LXG9497	54798781	09/07/2000	64910	227 * II	53.20
LXG9497	54798782	09/07/2000	50450	162 * V	191.53
LYO7206	54799021	18/02/2001	59670	203 * V	191.53
LZF3945	54799019	15/05/2000	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 39/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 39/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-----	-----	-----	-----	-----	-----
AHO5239	54893376A	09/09/2001	70480	244 * II	191.53
LXM7996	54893626A	04/09/2001	69120	232	53.20
LZP2177	54893403A	04/09/2001	66370	230 * IX	127.69
MAF1723	54893627A	04/09/2001	67690	230 * XXII	85.12
-----	-----	-----	-----	-----	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 40/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 40/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-----	-----	-----	-----	-----	-----
LXW2524	54893329A	08/10/2001	61730	215 * I * a	127.69
LXW2524	54893329A	08/10/2001	52070	169	53.20
-----	-----	-----	-----	-----	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 41/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 41/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHN0371	54893628A	13/10/2001	63940	220 * XIV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 42/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 42/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZA8592	54893330A	08/11/2001	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 43/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 43/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JP642	54893302A	20/11/2001	50100	162 * I	574.61
JP642	54893302A	20/11/2001	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 44/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 44/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CNG8482	54893578A	25/01/2002	63940	220 * XIV	191.53
CNG8482	54893578A	25/01/2002	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 45/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 45/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZA4734	54893426A	19/03/2002	50100	162 * I	574.61
LZA4734	54893426A	19/03/2002	69120	232	53.20



LZA4734 54893426A 19/03/2002 66370 230 \* IX 127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 451/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 451/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DBH5600	55855684D	15/09/2014	54600	181 * IX	85.12

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 46/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 46/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXM3425	54893333A	25/07/2002	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 47/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 47/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BIZ8482	54893334A	07/08/2002	52740	175	191.53
BIZ8482	54893334A	07/08/2002	52070	169	53.20
BIZ8482	54893334A	07/08/2002	51850	167	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 48/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 48/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYN8179	54893338A	17/08/2002	50450	162 * V	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 49/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 49/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACU7550	54893339A	09/09/2002	51850	167	127.69
LYP8417	54893410A	07/09/2002	52740	175	191.53
LZA3066	54893342A	11/09/2002	59670	203 * v	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 50/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 50/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BIZ8482	54893582A	16/09/2002	58350	195	127.69

BIZ8482	54893582A	16/09/2002	65560	230 * I	191.53
LYS9027	54893340A	23/09/2002	52740	175	191.53
LYS9027	54893340A	23/09/2002	52070	169	53.20
LYS9027	54893340A	23/09/2002	58430	196	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 51/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 51/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFC0326	54893555A	06/10/2002	57200	186 * I	127.69
LXZ9692	54893554A	06/10/2002	50100	162 * I	574.61

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 52/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 52/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AA55659	54893389A	07/12/2002	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 53/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 53/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYG1119	54893630A	18/01/2003	51850	167	127.69
LYG1119	54893630A	18/01/2003	52740	175	191.53



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 54/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 54/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABC0275	54893557A	26/02/2003	61730	215 * I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 55/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 55/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAJ3589	54893344A	28/02/2003	51850	167	127.69
MAJ3589	54893344A	28/02/2003	58430	196	127.69
MAJ3589	54893344A	28/02/2003	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 56/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 56/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBX8867	54893349A	23/03/2003	54520	181 * VIII	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 57/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 57/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAO8671	54893631A	31/03/2003	53800	181 * I	85.12

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 58/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 58/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDY4640	54893560A	09/05/2003	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 59/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 59/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXB8469	54893561A	09/05/2003	69120	232	53.20
LXC3371	54893530A	05/05/2003	51850	167	127.69
MDC8831	54893559A	09/05/2003	50100	162 * I	574.61

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 60/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 60/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAY2685	54893634A	25/05/2003	52740	175	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 61/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 61/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFC0326	54893563A	30/05/2003	50100	162 * I	574.61
AFC0326	54893563A	30/05/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
BGE2862	54893587A	03/06/2003	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 62/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 62/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZS6895	54893431A	07/06/2003	69120	232	53.20



LZS6895 54893431A 07/06/2003 67690 230 \* XXII 85.12

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 63/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 63/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYO0747	54893638A	03/08/2003	65990	230 * V	191.53
LYO0747	54893638A	03/08/2003	50100	162 * I	574.61

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 64/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 64/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICM5417	54893420A	02/09/2003	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 65/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 65/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABC9471	54893590A	04/10/2003	52070	169	53.20
CVC6420	54893400A	04/10/2003	51850	167	127.69
LXT6815	54893589A	04/10/2003	65300	228	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 66/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 66/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZE5091	54893601A	01/11/2003	51850	167	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 67/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 67/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXA0246	54893602A	22/11/2003	69120	232	53.20
LXT4971	54893539A	14/11/2003	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 68/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 68/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAC5491	54893569A	30/11/2003	60250	206 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 69/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.250 69/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXV3175	54893568A	30/11/2003	67690	230 * XXII	85.12
LXV3175	54893568A	30/11/2003	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### PORTARIA N 571/2014

PORTARIA Nº 571/2014.  
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ANA PAULA WEBER KINDERMANN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR TECNICO INFORMATICA - 40H, a partir de 02 de janeiro de 2014, referente ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 09 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 10 de dezembro de 2014.



**Ascurra****PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 25/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 25/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXQ1661	55595714	22/03/1998	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 26/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 26/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXS1652	55595908	30/03/1998	50100	162 * I	574.61
LYK8617	55595717	19/04/1998	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 27/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 27/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QI714	55595872	24/05/1998	70300	244 * I	191.53
QI714	55595872	24/05/1998	70640	244 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 28/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 28/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
FX990	55595720	24/05/1998	69120	232	53.20
FX990	55595721	24/05/1998	67690	230 * XXII	85.12
FX990	55595720	24/05/1998	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 29/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 29/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXN4138	55595905	08/03/1998	54520	181 * VIII	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 30/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 30/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYK0426	55595874	24/05/1998	67690	230 * XXII	85.12
LZC8643	55595875	24/05/1998	50610	163 c/c 162 * I	574.61

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 31/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 31/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYO9326	55595954	21/07/1998	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 32/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 32/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU3976	55595733	14/08/1998	51850	167	127.69
LWU3976	55595733	14/08/1998	66370	230 * IX	127.69
LXI7035	55595735	22/08/1998	65560	230 * I	191.53

LXI7035	55595735	22/08/1998	67690	230 * XXII	85.12
LYU7211	55595724	08/07/1998	51850	167	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 33/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 33/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXK8713	55595729	01/08/1998	70300	244 * I	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 34/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 34/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWW8744	55595960	15/08/1998	51690	165	957.69
LYZ2341	55595955	14/08/1998	55500	181 * XVIII	85.12
MAW0370	55595886	06/09/1998	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 35/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 35/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXR9372	55595882	21/06/1998	52740	175	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 36/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 36/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAH0427	55595893	03/10/1998	55250	181 * XV	85.12

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 37/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 37/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LX03881	55595895	12/10/1998	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 38/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 38/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 39/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 39/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYG7554	55596004	06/12/1998	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 40/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 40/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCV5530	55596053	24/01/1999	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 41/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 41/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXH1479	55596005	24/01/1999	70480	244 * II	191.53
LXW0087	55595805	21/02/1999	53800	181 * I	85.12
LYE5905	55596059	05/02/1999	50100	162 * I	574.61
LYK2440	55596051	24/01/1999	53800	181 * I	85.12
LYT0501	55596055	24/01/1999	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 42/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 42/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC6593	55595739	13/12/1998	70300	244 * I	191.53
LZN2317	55595900	13/12/1998	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 43/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 43/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXI2290	55595745	31/01/1999	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU



INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 44/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 44/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BNM3604	55595742	31/01/1999	65990	230 * V	191.53
LZI4137	55596073	28/02/1999	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 45/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 45/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXR9372	55596066	21/02/1999	66370	230 * IX	127.69
LXR9372	55596066	21/02/1999	67690	230 * XXII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 46/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 46/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 47/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 47/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYE2159	55596076	21/03/1999	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 48/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 48/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWS2999	55595807	21/02/1999	53800	181 * I	85.12
LWT4048	55596152	04/04/1999	53980	181 * II	53.20
LZI9511	55596103	23/04/1999	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 49/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 49/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYW5367	55596064	12/02/1999	70300	244 * I	191.53
LZM3036	55596080	28/03/1999	68580	231 * VII	85.12
MBP3910	55595743	31/01/1999	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 50/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 50/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAV4070	55595974	11/04/1999	67690	230 * XXII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 51/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 51/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 52/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 52/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXX9159	55596088	17/04/1999	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 53/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 53/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.



INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXV6732	55596106	01/08/1999	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 54/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 54/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYW8124	55596105	01/08/1999	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 55/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 55/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBF4730	55596093	11/09/1999	50450	162 * V	191.53
MBF4730	55596092	11/09/1999	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 56/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 56/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZK0984	55596114	03/04/2000	60760	210	191.53
LZK0984	55596113	03/04/2000	50100	162 * I	574.61

LZK0984	55596114	03/04/2000	57200	186 * I	127.69
LZK0984	55596113	03/04/2000	52150	170	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 57/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 57/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento      Valor Multa  
-----  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 58/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 58/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZZ6721	55596116	10/04/2000	70480	244 * II	191.53
LZZ6721	55596116	10/04/2000	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 59/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 59/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAW3457	55596119	13/08/2000	69120	232	53.20
MAW3457	55596119	13/08/2000	65800	230 * IV	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 60/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 60/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCV5530	55596009	13/09/2000	51690	165	957.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 61/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 61/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYF2559	55596601	03/12/2000	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 62/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 62/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZL7218	55596014	18/11/2000	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 63/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 63/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALE5169	55596652	26/05/2001	51690	165	957.69
LXE9591	55596656	17/06/2001	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 64/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 64/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXQ2658	55596662	17/06/2001	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 65/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 65/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWW1248	55596669	05/08/2001	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 66/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 66/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBB7172	55596675	11/08/2001	65130	227 * IV	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 67/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 67/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXX8874	55596680	25/08/2001	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 68/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 68/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWV9122	55596685	23/09/2001	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 69/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 69/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACG4012	55596687	29/09/2001	55500	181 * XVIII	85.12
LZF1799	55596688	30/09/2001	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 70/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 70/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXM6301	55596690	28/10/2001	55500	181 * XVIII	85.12
MBD4489	55596689	28/10/2001	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 71/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 71/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACK3926	55596691	11/11/2001	55500	181 * XVIII	85.12
ACK3926	55596695	11/11/2001	55500	181 * XVIII	85.12

LWU2668	55596697	07/11/2001	67690	230	*	XXII	85.12
LWU2668	55596696	07/11/2001	51850	167			127.69
LWU2668	55596697	07/11/2001	68580	231	*	VII	85.12
LWU2668	55596696	07/11/2001	58350	195			127.69
LXP8128	55595924	07/11/2001	65990	230	*	V	191.53
LYL5228	55596692	11/11/2001	55500	181	*	XVIII	85.12
MAM6829	55596698	12/11/2001	51850	167			127.69
MAQ9585	55596693	11/11/2001	55500	181	*	XVIII	85.12
MBC0807	55596694	11/11/2001	55500	181	*	XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 72/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 72/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZG3590	55596202	01/12/2001	55500	181 * XVIII	85.12
LZZ0367	55596699	15/11/2001	69120	232	53.20
MAW3442	55596203	01/12/2001	65990	230 * V	191.53
MBJ0248	55596201	01/12/2001	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 73/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 73/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYE0798	55596207	09/12/2001	55500	181 * XVIII	85.12
MAF4598	55596206	09/12/2001	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 74/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 74/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXM9298	55596208	21/12/2001	65990	230 * V	191.53
MAG3286	55596210	24/12/2001	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 75/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 75/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXY7470	55596217	11/01/2002	65990	230 * V	191.53
MAD9999	55596230	15/01/2002	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 76/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 76/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXN8626	55596216	11/01/2002	50100	162 * I	574.61
LXX9159	55596224	12/01/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LYB0445	55596219	11/01/2002	65990	230 * V	191.53
LYT3567	55596218	11/01/2002	69120	232	53.20
LZD4187	55596231	15/01/2002	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 77/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 77/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABA9237	55596232	19/01/2002	51690	165	957.69
ABA9237	55596233	19/01/2002	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 78/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 78/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR7094	55596237	08/03/2002	69120	232	53.20
LXF1586	55596238	08/03/2002	70300	244 * I	191.53

LYI5633	55596239	08/03/2002	50450	162 * V	191.53
LYI5633	55596239	08/03/2002	67690	230 * XXII	85.12

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 79/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 79/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYA8619	55596243	17/03/2002	69120	232	53.20
MAT7170	55596242	17/03/2002	65990	230 * V	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 80/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 80/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBN8981	55596241	24/03/2002	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 81/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 81/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CCQ4176	55596244	28/03/2002	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 82/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 82/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADB6935	55596246	14/04/2002	55500	181 * XVIII	85.12
MBT2708	55596245	05/04/2002	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 672/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 672/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

MID6294 54925743E 20/11/2014 52070 169  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA



# Atalanta

## PREFEITURA

### 054/2014

DECRETO N.º 054/2014.

"Anula e Suplementa dotação Orçamentária e dá Outras Providências".

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1395/2014 de 14 de novembro de 2014;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o corrente exercício:

01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA (SC),

18 de Novembro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

### 055/2014

DECRETO N.º 055/2014.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1397 de 26 de novembro de 2014:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 392.200,00 (Trezentos e noventa e dois mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00  
04.123.0013.2.005 - Manutenção dos Serviços Financeiros  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 27.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00.0106 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 32.000,00

12.365.0043.2.016 - Manutenção da Educação Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.00.0106 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 23.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00  
12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar  
3.1.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.000,00

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 34.000,00

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.243.0076.2.030 - Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
3.3.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00  
08.244.0076.2.042 - Manutenção dos Serviços de Proteção e Atendim. Integ. a Família - PAIF  
3.3.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 3.000,00  
08.244.0073.2.043 - Benefícios Eventuais  
3.3.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 200,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde  
3.1.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 200.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 39.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0106 - Transferências do Fundeb 60% no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais); excesso de arrecadação da fonte de recurso 0101 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais); e das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 61.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
27.812.0058.1.004 - Construção e Reformas de Dependências Esportivas  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00  
12.361.0040.1.013 - Ampliação da Rede Física - Ensino Fundamental  
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00  
12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

12.365.0043.2.016 - Manutenção da Educação Infantil  
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00  
12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar  
3.3.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 9.000,00

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
15.452.0064.2.028 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0073.2.032 - Assistência a Família  
3.3.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.200,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 28 de novembro de 2014.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

## 056/2014

D E C R E T O Nº 056/2014

"Estabelece Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

- Considerando a necessidade de redução de gastos no âmbito da Administração Pública, notadamente nos setores que não afetam as atividades de caráter contínuo e emergencial à população;  
- Considerando que a aproximação das datas viabiliza a ações do comércio, tornando mais prático.

DECRETA:

Art. 1º - O Ponto será facultativo nas repartições públicas municipais nos dias 22, 23 e 24 de dezembro de 2014, em decorrência das festividades de fim de ano e da emancipação do município.

Art. 2º - O feriado de 27 de dezembro, dia em que se comemora a Emancipação do Município, cumpre-se o Decreto nº 011 de 19 de fevereiro de 2014, que trata da alteração da data do feriado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, (SC), 04 de dezembro de 2014.  
TARCÍSIO EDEGAR HILHESHEIM  
Prefeito Municipal em Exercício

## 057/2014

D E C R E T O Nº 057/2014

"Concede Férias Coletivas e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

- Considerando que os serviços públicos, em início de cada exercício não são demasiadamente acentuados, o que permite à Administração promover a concessão de férias aos seus servidores sem comprometer o atendimento dos serviços essenciais à população;  
- Considerando a obrigação do Município em conceder férias à maioria dos funcionários, que completaram o período aquisitivo;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam concedidas, aos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Atalanta, férias coletivas no período de 29 de dezembro de 2014 a 28 de janeiro de 2015.

Art. 2º - Os serviços essenciais e emergenciais serão atendidos em regime de plantão ou por funcionários que já gozaram ou venha a gozar as férias posteriormente, conforme deliberação da Chefia imediatamente superior.

Art. 3º - O período de férias, concedido aos funcionários ingressantes, que não tenham completado o período aquisitivo, será computado como antecipação de férias.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 04 de dezembro de 2014.  
TARCÍSIO EDEGAR HILHESHEIM  
Prefeito Municipal em Exercício

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 092/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 092/PMBR/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 05/01/2015 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais de expediente, escolar, limpeza e higiene, utensílios domésticos e gás de cozinha, para uso dos Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Assistência Social do Município do Balneário Rincão/SC, durante o ano de 2015.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 09 de Dezembro de 2014.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

### LEI 171/2014

LEI 171 / 2014

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO - REFIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Balneário Rincão - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos tributários, vencidos ou não, daqueles créditos inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais devidos ao Município.

Art. 3º Fica concedido desconto de 90% no valor das multas de mora e juros de mora devidos ao Município para pagamento integral em parcela única, ao sujeito passivo que fizer esta opção até 31 de dezembro de 2015.

Art. 4º Ficam concedidos os seguintes descontos para pagamento parcelado até 31 de dezembro de 2015:

I - 50% de desconto no valor das multas de mora e juros de mora, para parcelamento em até 06 parcelas;

II - 30% de desconto no valor das multas de mora e juros de mora, para o parcelamento em até 12 parcelas;

§ 1º O desconto para o valor parcelado fica condicionado ao pagamento no vencimento de cada uma delas, perdendo o contribuinte, com relação à parcela não paga, o respectivo benefício, sendo que a primeira parcela deverá ser paga no ato da aceitação do presente REFIS;

§ 2º Será excluído automaticamente dos benefícios desta lei o contribuinte que atrasar o pagamento das parcelas por dois meses

consecutivos, produzindo a partir desta data todos os efeitos; § 3º A exclusão do REFIS implicará a imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência do fato gerador; Art. 5º O débito consolidado na forma desta Lei, sujeitar-se-á, a partir da data da consolidação, à atualização monetária e a juros simples de 1,0% (um por cento) ao mês ou fração, vedada a imposição de qualquer outro acréscimo.

Art. 6º A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos impostos de que trata esta Lei.

Art. 7º A opção pelo REFIS sujeita o optante a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais consolidados;

II - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte;

III - autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria de Finanças do Município, às informações relativas à sua movimentação financeira, ocorrida a partir da data da opção pelo REFIS, respeitada a legislação aplicável;

IV - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFIS;

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 04 de Dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 04 de Dezembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração

### LEI Nº 170/ 2014

LEI Nº 170/ 2014.

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO COM SVO - SERVIÇOS DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO MACRO REGIONAL - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA/SC.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Município de Criciúma, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, objetivando a manutenção do SVO - Serviços de verificação de Óbito - Macro Regional, no valor de R\$ 734,56 (setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), de forma mensal, a contar de 01 de junho.

Art. 2º - As despesas inerentes ao convênio citado no art. 1º correrão de dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 04 de Dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 04 de Dezembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ERRATA 001/2014 PP 072 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
ERRATA 001/2014

Processo Administrativo nº 101/2014 - Pregão Presencial nº 072/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para confecção e colocação de brasão e letra caixa para identificação de Escolas e CEIS da rede municipal de ensino do Município, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. O Edital na íntegra e suas alterações encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 03 de dezembro de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

### ERRATA 001/2014 PP 077 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 107/2014 - Pregão Presencial nº 077/2014  
ERRATA 001/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Item para aquisição de ônibus usado não inferior a 2011 para utilização na rede municipal de ensino de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. O Edital na íntegra e suas alterações encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 05 de dezembro de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

### LEI Nº 1407, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1407, DE 28 DE NOVEMBRO de 2014

“Denomina de RUA VALMIR SOUZA JOZENDE, a Rua 1391, (código 425), localizada no Bairro São Cristóvão, neste Município”

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA VALMIR SOUZA JOZENDE, a Rua 1391 (CÓDIGO 425), localizada no Bairro São Cristóvão, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 28 de novembro de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

### LEI Nº 1408, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1408, DE 28 DE NOVEMBRO de 2014

“Denomina de SERVIDÃO DOMINGOS VERGILIO SEGALA, a Servidão 2120, localizada na área Central deste Município”

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de SERVIDÃO DOMINGOS VERGÍLIO SEGALA, a Servidão na área Central deste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 28 de novembro de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

### LEI Nº 1409, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1409, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

“Determina locais e horários para a prática de Esportes e lazer nas praias de Barra Velha.”

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art.1º Fica proibida a navegação de jet-ski e demais embarcações motorizadas e as não motorizadas com comprimento igual ou superior a 5 (cinco) metros, excluindo as lanchas salva-vidas, da Polícia Naval, e as em competições oficiais além das dispostas no artigo segundo desta Lei, a uma distância inferior a 200 (duzentos) metros da arrebentação em todas as praias do Município de Barra Velha.

Parágrafo Único - As embarcações referidas no “caput” deste artigo, terão seus acessos e retorno do mar, localizado nos seguintes pontos da praia:

I - Praia de Barra Velha;

a) Praia da Península, entres os molhes norte e sul da boca da Barra;

b) Praia central em frente ao Porto dos Pescadores;



c) Praia do Grant em frente ao Porto dos Pescadores.

Art.2º Fica permitida a navegação de caíque, caiaque, pedalinhos, Wind surf e similares a uma distância superior de 100 (cem) metros da arrebentação, em todas as praias do Município. E uma distância inferior assim compreendida:

a) Praia de Barra Velha (central) - o máximo de distância permitida será até uma linha imaginária compreendida entre o costão dos Náufragos, ponta do molhe da boca da barra.

b) Praia do grant - o máximo de distância permitida será até uma linha imaginária compreendida entre a Barrinha de Itajuba e ao molhe de pedra localizado em frente ao Porto dos Pescadores.

c) demais Praias do Município - distância máxima permitida será de 200 (duzentos) metros da arrebentação.

Art.3º Fica permitida a prática de surf, kite surf, waveski e stand paddle nos seguintes locais:

a) Praia central, entre o costão dos náufragos e o molhe do Rio Cancela;

b) Praia do Tabuleiro, área destinada a pratica deste esporte será previamente sinalizada pelo Corpo de Barra Velha, conforme condições do mar;

c) Praia do Sol, área destinada a pratica deste esporte será previamente sinalizada pelo Corpo de Barra Velha, conforme condições do mar;

d) Praia do Grant, área destinada a prática deste esporte será previamente sinalizada pelo Corpo de Barra Velha, conforme condições do mar;

e) Praia do Cerro, área destinada a prática deste esporte será previamente sinalizada pelo Corpo de Barra velha, conforme condições do mar;

II - A localização e horários referidos no "caput" deste artigo, dependendo das condições do mar, poderá ser alterada, de acordo com o Corpo de Bombeiros Militar de Barra Velha.

Art.4º A largura de acesso e retorno de equipamentos de que trata os artigos primeiro e segundo desta Lei, serão devidamente sinalizados e não poderão ser superior a 10 (dez) metros.

Parágrafo Único - A largura de acesso e retorno para o local proposto pelo artigo segundo, inciso I, alínea b, será de 20 (vinte) metros.

Art.5º É vedada a permanência de banhistas nas áreas descritas nos artigos 1º, 2º e 3º desta Lei, cabendo a Prefeitura Municipal de Barra Velha, de acordo com as normas e exigências da Capitania de Portos, sinalizá-las adequadamente.

Parágrafo Único - A Prefeitura Municipal de Barra Velha, além das sinalizações previstas no "caput" deste artigo, deverá promover ampla divulgação dos dispositivos desta Lei.

Art.6º Fica permitida a pratica de atividades esportivas em tempo integral apenas na praia central, nas mediações em frete a Rua Antonia Higina da Graça Moura até o porto dos pescadores. Sendo assim nas demais praias fica proibida a prática de qualquer modalidade esportiva, individual ou coletiva, que coloque em risco a integridade física de terceiros, nas Praias do Município de Barra Velha, no período compreendido entre 08:00 (oito) horas de 18:00 (dezoito) horas, salvo em eventos e competições promovidos ou autorizados pela Fundação Municipal de Turismo, Esportes

e Cultura.

Art.7º Os veículos e reboques de transporte das embarcações, somente poderão permanecer na faixa da Praia o tempo necessário para a colocação e retirada das embarcações nos locais determinados nesta Lei.

Art.8º O abastecimento das embarcações deverá ser feito fora da Praia.

Art.9º Fica proibida a estocagem de combustível nas Praias.

Art.10 A desobediência ao disposto nesta Lei acarretará a apreensão dos equipamentos utilizados pelos infratores, sendo cientificada a Capitania dos Portos, para aplicação das demais sanções cabíveis.

§ 1º - A lavratura do auto de apreensão será feita pela autoridade municipal.

§ 2º - Do auto de apreensão deverá constar:

a) identificação do infrator: dados pessoais, endereço e demais dados que o qualifiquem;

b) descrição dos motivos da apreensão;

c) identificação dos equipamentos e embarcações;

d) local e hora de apreensão.

§ 3º - Os equipamentos e objetos apreendidos ficarão sob a guarda da Prefeitura Municipal, que será sua fiel depositária, ficando a disposição dos interessados pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da apreensão, findos os quais, serão vendidos um hasta pública.

§ 4º - A liberação dos equipamentos estará sujeita ao pagamento das despesas da remoção, estadia e multa, sem prejuízo das demais penalidades de ordem legal.

a) As infrações, as determinações desta Lei e as outras regulamentações legais, para as quais não haja multa prevista, ficam sujeitas a multa de 01 (uma) à 10 (dez) UFM - Unidade Fiscal Municipal.

Art. 11 Esta Lei Entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 04 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

**PP 001/2014 FUMREBOM**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 001/2014 - Pregão Presencial nº 001/2014 - FUMREBOM

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por ITEM, aquisição de veículo automotor para atender as necessidades das Secretarias do município conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 22/12/2014 às 09:45 horas. Data da Sessão Pública: 22/12/2014 às 10:00 horas,

na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 09 de dezembro de 2014.  
**CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO**  
 Prefeito

### PP 015/2014 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
 Processo Administrativo nº 033/2014 - FUMTEC  
 Pregão Presencial nº 015/2014 - FUMTEC

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Item Locação de arquibancadas e camarote. Conforme especificações detalhadas no Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 22/12/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 22/12/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 09 de dezembro de 2014.  
**CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO**  
 Prefeito.

### PP 016/2014 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
 Processo Administrativo nº 034/2014 - FUMTEC  
 Pregão Presencial nº 016/2014 - FUMTEC

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote aquisição de material esportivo. Conforme especificações detalhadas no Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 22/12/2014 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 22/12/2014 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 09 de dezembro de 2014.  
**CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO**  
 Prefeito.

## Bela Vista do Toldo

### PREFEITURA

### REPUBLICAÇÃO N 2

EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

(Republicado incluindo Retificação 01 e 02)

Abre inscrições e define normas para o concurso público destinado ao provimento de vagas de cargos efetivos do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal da administração direta do município de Bela Vista do Toldo, contratados sob o regime estatutário conforme Lei número 004/1997 e suas alterações, e que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e demais legislação vigente.

#### 1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió, Estado de Santa Catarina, tel./ fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e-mail [concursos@iobv.com.br](mailto:concursos@iobv.com.br), sob a supervisão da Comissão Municipal de Concurso Público, nomeada pelo Decreto Número 197/2014.

1.2 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Provável
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	20/11/14 a 19/12/14 às 12 horas
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	19/12/14
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por sedex/AR do requerimento.	19/12/14
Prova de títulos, prazo final para protocolo ou envio por sedex de certificado de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) para pontuação de títulos dos cargos de nível superior.	19/12/14
Listagem dos inscritos: divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos.	07/01/2014
Recursos contra indeferimento das inscrições	08 e 09/01/15
Homologação das inscrições	13/01/15
Locais das Provas divulgação dos locais de provas	19/01/15
Divulgação da alocação dos candidatos por escola e por sala (ensalamento)	Entre 19 e 21/01/15
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	25/01/15
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde ( <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> ).	26/01/15

Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	27 e 28/01/15
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde ( <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> ).	02/02/15
Classificação Preliminar	03/02/15
Recursos contra a classificação preliminar	04 e 05/02/15
Classificação Final	09/02/15
Homologação do resultado final	Após 09/02/15

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. Os candidatos que enviarem a documentação via postal, por SEDEX AR, devem providenciar sua expedição com a devida antecedência para que o IOBV receba dentro do prazo estipulado no cronograma. Passada essa data a documentação não mais será processada. Devendo ser enviadas para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Concurso Público Bela Vista do Toldo Edital 01/2014

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 - Taió - SC

1.5. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no sítio do Concurso Público na Internet: [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

1.6. O Edital do concurso público também será publicado no site da Prefeitura de Bela Vista do Toldo na Internet: <http://www.pmbv-sc.gov.br> e no órgão oficial de imprensa ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores e sede dos entes da Administração Municipal Indireta; e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e estadual.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do concurso, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de Bela Vista do Toldo - SC.

## 2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente concurso:

- A nacionalidade brasileira;
- O gozo dos direitos políticos;
- A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- O nível de escolaridade exigido;
- A idade mínima de dezoito anos;
- Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial realizada na forma da lei.
- Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- Ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida

neste Edital;

j) Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro profissional quando exigido.

k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

## 3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

3.1 A relação dos cargos com as exigências mínimas de formação, vencimento, carga horária, número de vagas, atribuições dos cargos e outras informações constam nos anexos I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

## 4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.3. A participação no presente Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- Ler atentamente o edital verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- Acessar o endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), em "concursos abertos" selecionar o município de BELA VISTA DO TOLDO Edital 01/2014 ADM;
- Preencher o Requerimento de Inscrição;
- Conferir atentamente os dados informados e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências do BANCO DO BRASIL, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.5.1 Para os candidatos que não possuem internet, haverá uma central de atendimento na Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, localizada à Rua Estanislau Schumann, 839 -, com atendimento das 8h00min às 14h00min.

4.6 O valor da taxa de inscrição é de:

- Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 100,00 (cem reais);
- Para cargos com exigência de curso de ensino médio: R\$ 70,00 (setenta reais);
- Para cargos com exigência de ensino fundamental e alfabetização: R\$ 40,00 (quarenta reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.



4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11 A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13. Da isenção da taxa de inscrição

4.13.1. Por falta de previsão legal municipal não haverá nenhuma forma de isenção de taxa de inscrição.

4.14 Demais disposições referente às inscrições

4.14.1 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.14.2 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.14.3 A Comissão Municipal de Concurso Público e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

4.14.4 As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.14.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.

4.14.6. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é da Banco do Brasil, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 00190.

4.14.7. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.14.8 O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.14.9 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

4.14.10 A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do concurso, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

4.14.11 Será cancelada a inscrição do candidato que:

a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;

b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.14.12. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.14.13 Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.14.14 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e <http://www.BelaVista.doToldo.sc.gov.br>.

4.15. Das condições especiais para realizar a prova

4.15.1 Os candidatos, inscritos que necessitem de atendimento especial para realização da prova (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devendo enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro - 89.190-000 - Taió - SC.

4.15.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.15.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.

4.15.3. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.15.4 O IOBV publicará, no endereço do concurso [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

## 5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste concurso público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, os quais integrarão lista de chamada especial.

5.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência.

5.3.1 Os cargos contemplados com vagas para deficientes, consta divulgado no anexo I deste edital;

5.3.1.1 Para os demais cargos não contemplados com vaga para deficientes, em função do número de vagas, não há previsão de imediato oferecimento de vaga às pessoas com deficiência. Nesses cargos, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5 O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará

do presente concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6 Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1 A documentação de que tratam as alíneas, deverá ser encaminhada via correios sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro - 89190-00 - Taió - SC.

5.6.2 O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3 O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.8. Tendo sido aprovado no Concurso Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo expedido pela Perícia Médica Oficial do município.

5.9 Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.10 Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.11. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.12. O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

## 6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste concurso [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela

autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

## 7. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

7.1 O concurso público a que se refere o presente edital, se desenvolverá, em uma, duas ou três etapas de caráter eliminatório e/ou classificatório, conforme o cargo e conforme descrito no "tipo de prova" do anexo I deste edital, a saber:

a) Prova escrita para todos os cargos, que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até três horas.

b) Prova de títulos, de caráter classificatório para os cargos de professores nível superior, aprovados na prova objetiva.

c) Prova Prática, de caráter classificatório para o cargo de Operador de Máquinas.

7.2 As provas serão realizadas no município de BELA VISTA DO TOLDO-SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

## 7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS

7.3.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e no site [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br) na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Tipo de Cargo	Evento	Horário
TODOS OS CARGOS (Matutino)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9 h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	10 h
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12h

7.3.3 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez minutos) antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4 O IOBV e o Município de Bela Vista do Toldo eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do concurso público em qualquer uma das etapas.

## 8. DA PROVA ESCRITA

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 3 (três) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas por escolaridade:

## 8.2.1. Escolaridade: Nível Alfabetizado e Fundamental

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Todos	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,25	2,50
		Matemática	5		
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	15	0,50	7,50
		Total	25		10,00

## 8.2.3. Escolaridade: Ensino Médio completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	4,00
		Matemática	5		
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,30	6,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	15		
		Total	40		10,00

## 8.2.4. Escolaridade: Ensino Superior Completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,28	7,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	20		
		Total	40		10,00

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo III deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00, e será calculada pela seguinte fórmula, de acordo com a escolaridade exigida para o cargo:

a) Cargos com exigência de nível alfabetizado e fundamental

completo:

$$NPE = (NACG \times 0,25) + (NACE \times 0,50)$$

b) Cargos com exigência de nível médio:  $NPE = (NACG \times 0,20 + (NACE \times 0,30))$

c) Cargos com exigência de nível superior:  $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,28)$

Sendo:

NPE = Nota da Prova Escrita

NACG = Número de acertos das questões de conhecimentos gerais;

NACE = Número de acertos das questões de conhecimentos específicos.

8.5. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 5,00 (cinco); sendo convocado para a próxima fase, se assim o cargo exigir;

b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 5,00 (cinco) sendo eliminado do certame;

c) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

d) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

## 8.6 NORMAS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

8.6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.6.1.1 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do concurso público. (Não haverá nenhuma tolerância de tempo).

8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;

b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;

c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento da taxa e comprovante de inscrição.



8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Concurso.

8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.6.11. O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12. Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.
- c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

8.6.13. As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.6.15. Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.6.16. O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.6.17. Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Não estiver assinalada no cartão resposta;
- e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato.

8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.6.19. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do concurso público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do concurso.

8.6.20. O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de

material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.6.21. Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.6.22. Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletro-eletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.23. Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso público.

8.6.24. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do concurso público.

8.6.25. Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

8.6.26. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) no dia seguinte ao da realização da prova, juntamente com as provas que estarão disponíveis na área restrita do candidato.

8.6.27. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.6.28. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do concurso público.

8.6.29. O IOBV e o Município de Bela Vista do Toldo não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.6.30. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.6.31. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.6.31.1 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.6.32. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao concurso, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento

indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.33. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.6.33.1 A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

8.6.33.2. Constatada a impropriedade da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6.34. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;
- f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
- i) não devolver integralmente o material recebido;
- j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
- k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;
- l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

## 9. DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE PROFESSORES

9.1. A prova de títulos, de caráter classificatório, constará da avaliação dos documentos apresentados pelos candidatos aos cargos de professores que forem aprovados na prova escrita objetiva e comprovem a sua titulação.

9.2. A prova de títulos consistirá na avaliação dos DIPLOMAS e CERTIFICADOS de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado e de Doutorado, relacionados à área do cargo escolhido, desde que devidamente comprovado, concluído até o último dia definido para a inscrição e devidamente registrado.

9.2.1. O candidato deverá comprovar a conclusão do curso de pós-graduação através de fotocópia autenticada, da frente e do verso do certificado ou diploma expedido por instituição credenciada pelo MEC ou Conselho Estadual de Educação - CEE, aos quais serão atribuídas as seguintes pontuações:

- a) 1,5 (um e meio) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Doutorado relacionado à área da função pretendida;
- b) 1,00 (um) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Mestrado relacionado à área da função pretendida;
- c) 0,50 (meio) ponto ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Especialização, com no mínimo 320h/a, relacionado à área da função pretendida.

9.3. A pontuação da Prova de Títulos não é cumulativa, sendo computado os pontos referente ao título de maior grau dentre os títulos relacionados nas alíneas "a", "b" e "c" do item 9.2.1.

9.4. Nos casos de inobservância do item anterior, onde o candidato apresentar mais de um documento para comprovação de título, a comissão avaliadora escolherá ALEATORIAMENTE apenas 1 (um) único documento para a avaliação.

9.4.1 A graduação (certificado de nível superior) não será computado em hipótese alguma, pois já é requisito obrigatório para provimento do cargo.

9.5. Só serão aceitos como comprovação de títulos: certidões, atestados, declarações, acompanhados do histórico escolar, atestando e informando a data de conclusão do curso, justificativa da não emissão do certificado e devidamente assinada pelo coordenador do curso, em original ou cópia autenticada.

9.6. Caso o certificado de conclusão não conste as disciplinas e carga horária, poderá ser acompanhado de histórico escolar emitido pela instituição de ensino, assinado e autenticado em cartório.

9.7. Os certificados em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução com declaração expressa assinada pelo tradutor responsável.

9.8. Serão avaliados somente os títulos dos candidatos que forem aprovados na prova escrita objetiva.

9.9. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

9.10. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos.

9.11. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

9.12. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Concurso.

9.13. Da entrega dos títulos

9.13.1 Os certificados podem ser protocolados pessoalmente ou por procuração simples na sede do IOBV ou ainda, enviados através das agências dos correios obrigatoriamente por meio de SEDEX/AR, devendo o protocolo seja pessoalmente ou no correio até a data prevista no cronograma.

9.13.2 Os certificados devem ser protocolados ou enviados em envelope lacrado e ser preenchido obrigatoriamente da seguinte forma, sob pena de não serem avaliados:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Prova de Títulos Concurso Público Bela Vista do Toldo Edital 01/2014

Candidato:

Cargo:

Número de Inscrição:

Avenida Luis Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 -TAIÓ - SC

9.13.3. Entregue o envelope com os títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

9.13.4 Serão avaliados apenas os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita e a pontuação de títulos será somada à nota da prova escrita (NF = NPE + NPT)

## 10. DA PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS

10.1. Serão submetidos à PROVA PRÁTICA, os candidatos ao cargo de Operador de Máquinas.

10.2. A prova prática será realizada no mesmo dia da prova escrita, e o local será avisado em sala de provas. Podendo ainda ser antecipada para o dia imediatamente anterior a mesma, ou prorrogada em razão do número elevado de inscritos e/ou intempéries.

10.3. DAS DETERMINAÇÕES GERAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA

10.3.1. Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar para identificação, chamada e receber instruções, no local e no horário anunciado no edital de convocação, com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do comprovante de inscrição, do documento de identidade e trajados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática.

10.3.2. Os candidatos serão chamados por ordem alfabética, devendo assinar a lista de presença. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso. O não comparecimento ao local e horário de apresentação, por qualquer que seja o motivo, impedirá o acesso do candidato ao local da prova prática e caracterizará desistência, resultando na eliminação do Concurso. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado no edital de convocação.

10.3.3. Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Salto Veloso, no estado em que se encontrarem.

10.3.4 Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

10.3.5. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de realização e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

10.3.6. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato, que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

10.3.7. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

10.3.8. O candidato ao assinar o termo de realização da prova prática atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias.

10.3.10. Os candidatos, para realizarem a prova prática serão chamados devendo assinar a confirmação de presença, caso o candidato não se apresente na hora da chamada será considerado ausente e será desclassificado.

10.3.10. A ordem de prestação da prova prática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com as necessidades técnicas que se apresentarem.

10.3.11. Caso haja mais de uma atividade proposta ou mais de um veículo/equipamento, disponibilizados para a realização da prova prática, haverá sorteio e o candidato ao se apresentar retirará da urna de sorteio a ficha do(s) atividade/veículo/equipamento(s) em que realizará(ão) a prova.

10.3.12. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado pela Banca Examinadora, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

10.3.13. Em razão de condições climáticas, a critério da Banca Examinadora e da Comissão de Concurso, as Provas Práticas poderão ser canceladas ou interrompidas. Em caso de adiamento da prova, a nova data será marcada e divulgada através de Edital.

#### 10.4. DA EXECUÇÃO DA PROVA PRÁTICA

10.4.1 A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

10.4.2. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo.

10.4.3 A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no

trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/veículo utilizado, avaliando sua habilidade ao operar o equipamento, seu aproveitamento, técnica e produtividade.

10.4.4. Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados
Faltas Graves	1,00
Faltas Médias	0,50
Faltas Leves	0,25

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves: Aproveitamento do Equipamento, Produtividade, técnica, aptidão e eficiência

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO utilizou corretamente a máquina, para não danificar o equipamento durante a tarefa.
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina em baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

Faltas Médias: Habilidades do Operador

- NÃO Executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO Controlou o veículo provocando nele movimento irregular.
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

Faltas Leves: Verificação do Equipamento

- NÃO usou roupas e calçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando os três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, hodômetro
- NÃO conferiu os instrumentos de painel como, nível de combustíveis e nível de óleo."

10.4.5. O candidato poderá realizar a prova em um ou mais tipos de veículos (motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator de esteira, pá-carreadeira ou trator de pneus), sendo que para formação da nota mínima para ser declarado apto na prova prática será somado a nota de todos os tipos de veículos, dividindo-se pela quantidade de veículos.  $(NPP = NV1 + NV2 \div 2)$

10.4.5.1. Cabe à banca avaliadora, juntamente com a Comissão de Concurso a definição dos equipamentos em que serão realizadas as provas, não sendo permitido ao candidatos a escolha dos mesmos.

10.4.6. Dependendo do número de candidatos as provas poderão ser realizadas em mais de um equipamento do mesmo tipo (Exemplo patrôla1, patrôla2), neste caso haverá sorteio para determinar



em qual equipamento o candidato realizará a prova.

10.4.7 Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de Operador de Máquinas deverá apresentar carteira de habilitação categoria mínima "C", a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

10.4.8 O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

10.4.9 Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extraviado ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

10.4.10 No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

#### 11. DOS RECURSOS

11.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, preterição de formalidade essencial prevista no presente edital, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

11.1.1 Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

11.2 Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

a) Acessar a área do candidato no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e realizar login identificando-se.

b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Edital 01/2014 de Bela Vista do Toldo;

c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".

d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

11.4 Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

11.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

11.5.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

11.6 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

11.7. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

11.8. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

11.9. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a

responderam.

11.11. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

11.11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

11.11.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

11.12. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

11.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

#### 12. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

12..1 A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego das fórmulas abaixo:

a) Nota Final dos cargos de professores com prova escrita e prova de títulos:  $NF = NPE + NPT$

b) Nota final para todos os demais cargos:  $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NPT= Nota da prova de títulos.

NPP= Nota da prova prática.

NF = Nota Final

12.2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

12.3 A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

12.4 Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 12..741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.5 Para o efeito do item 12..4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente concurso.

12.6 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

a) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;

b) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;

c) Maior titulação no caso dos cargos de professor.

d) Maior nota na prova prática no caso dos cargos de operador de equipamentos.

e) Maior Idade.

f) Sorteio público.

#### 13. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

13.1 A homologação do resultado final deste concurso, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do concurso e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

13.2 Os atos e resultados serão divulgados no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

#### 14. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

14.1. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de Bela Vista do



Toldo, sendo a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

14.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Bela Vista do Toldo.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Bela Vista do Toldo.

14.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

14.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

14.5 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

14.6. O candidato aprovado no concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

14.7. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Bela Vista do Toldo, até a data, estabelecida conforme item 14.5, será excluído deste Concurso Público.

14.8. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do concurso, estas deverão ser comunicadas diretamente ao Departamento de Gestão de Pessoas de BELA VISTA DO TOLDO.

14.8.1. A inobservância do subitem 14.5, implicará na desclassificação do Concurso Público.

14.9 Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

14.10 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

#### 14 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

15.1 Delega-se competência ao IOBV - Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste concurso, para:

- Receber os requerimentos de inscrições;
- Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- Analisar e pontuar os títulos;
- Apreciar os recursos previstos neste edital;
- Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- Responder, em conjunto com o município de BELA VISTA DO TOLDO eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

15.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público.

15.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de BELA VISTA DO TOLDO.

#### 16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e

atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

16.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo e ao resultado do Concurso Público.

16.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Bela Vista do Toldo, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

16.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

16.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

16.6. O Município de BELA VISTA DO TOLDO e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

16.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

16.8 As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

16.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento - AR (correios), será considerada a data de postagem.

16.10 É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Prefeitura do Município de BELA VISTA DO TOLDO como do IOBV, bem como de seus parentes até 2º grau.

16.11 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de portaria.

16.12 Os cadernos de provas escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

16.13 A Comissão do Concurso Público da Prefeitura do Município de BELA VISTA DO TOLDO e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

16.14 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Concurso Público da Prefeitura do município de BELA VISTA DO TOLDO e do IOBV.

16.15 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Bela Vista do Toldo/SC.

16.16 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I - Cargos e Vagas; Anexo II - Atribuições dos Cargos; Anexo III - Conteúdo Programático; Anexo IV- Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V - Formulário de Recurso.

BELA VISTA DO TOLDO, 19 de novembro de 2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

## ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

## CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
1. Motorista	04	40 horas	R\$ 997,28	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação Categoria D	Escrita	R\$40,00
2. Operador de Máquinas	03	40 horas	R\$ 997,28	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação Categoria D	Escrita e Prática	R\$40,00

## CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
3. Auxiliar de Serviços Gerais-Feminino (Secretaria Obras) Margarida	03	40 horas	R\$ 724,00	Ensino Fundamental	Escrita	R\$40,00
4. Auxiliar de Serviços Gerais (Educação e Saúde) (Feminino)	03	40 horas	R\$ 724,00	Ensino Fundamental	Escrita	R\$40,00
5. Merendeira	02	40 horas	R\$ 724,00	Ensino Fundamental	Escrita	R\$40,00
6. Agente de Combate a Endemias	01	40 horas	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental	Escrita	R\$40,00

## CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
7. Assistente Administrativo	03	40 horas	R\$ 997,28	Ensino Médio e Curso de Informática	Escrita	R\$70,00
8. Assistente Administrativo Escolar	03	40 horas	R\$ 997,28	Ensino Médio e Curso de Informática	Escrita	R\$70,00
9. Auxiliar de Odontologia	01	40 horas	R\$724,00	Ensino Médio Completo	Escrita	R\$70,00
10. Fiscal de Obras e Tributos	01	40 horas	R\$1.230,36	Curso Técnico em Edificações ou Superior	Escrita	R\$70,00
11. Monitor (Creche)	02	40 horas	R\$ 724,00	Ensino Médio	Escrita	R\$70,00
12. Técnico Agrícola	01	40 horas	R\$1.230,36	Curso Técnico em Agropecuária e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B	Escrita	R\$70,00
13. Técnico de Enfermagem	02	40 horas	R\$1.230,38	Curso Técnico em Enfermagem com capacitação em sala de vacinas e Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão	Escrita	R\$70,00
14. Técnico em Vigilância Sanitária	01	40 horas	R\$1.230,88	Curso Técnico em Vigilância Sanitária	Escrita	R\$70,00

## CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
15. Advogado Municipal	01	40 horas	R\$6.400,00	Graduação em Direito e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00
16. Assistente Social	01	30 horas	R\$1.880,49	Graduação em Assistência Social e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00
17. Engenheiro Civil	01	20 horas	R\$3.075,93	Graduação em Engenharia Civil e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00
18. Fisioterapeuta	01	20 horas	R\$1.456,96	Graduação em Fisioterapia e registro no respectivo Órgão Fiscalizador	Escrita	R\$100,00
19. Médico Clínico Geral	03	20 horas	R\$8.444,80	Graduação em Medicina e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00

20. Médico Ginecologista	01	20 horas	R\$7.389,20	Graduação em Medicina com especialização em ginecologia e obstetrícia e registro no respectivo órgão fiscalizador	Escrita	R\$100,00
21. Médico Pediatra	01	20 horas	R\$8.444,80	Graduação em Medicina com especialização em Pediatria e registro no respectivo órgão da profissão	Escrita	R\$100,00
22. Monitor de Educação Especial	06	20 horas	R\$838,70	Licenciatura Plena em Pedagogia e no mínimo 100 (cem) horas de curso em Educação Especial	Escrita e de Títulos	R\$100,00
23. Odontólogo	01	20 horas	R\$1.880,49	Graduação em Odontologia e registro no respectivo órgão fiscalizador	Escrita	R\$100,00
24. Pedagogo	03	40 horas	R\$2.396,31	Licenciatura Plena em Pedagogia com experiência em sala de aula	Escrita e de Títulos	R\$100,00
25. Professor de Artes	02	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Artes com experiência em artesanato	Escrita e de Títulos	R\$100,00
26. Professor de Ciências	01	15 horas	R\$898,61	Licenciatura em Ciências Biológicas	Escrita e de Títulos	R\$100,00

27. Professor de Educação Física	01	25 horas	R\$1.497,70	Licenciatura Plena em Educação Física	Escrita e de Títulos	R\$100,00
28. Professor de Educação Infantil e anos iniciais	05	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Pedagogia	Escrita e de Títulos	R\$100,00
29. Professor de Ensino Religioso	02	15 horas	R\$898,61	Licenciatura Plena em Ciências da Religião e Ciências Sociais	Escrita e de Títulos	R\$100,00
30. Professor de Inglês (15h)	03	15 horas	R\$898,61	Licenciatura Plena em Letras (Português e Inglês)	Escrita e de Títulos	R\$100,00
31. Professor de Inglês (30h)	01	30 horas	R\$1.797,23	Licenciatura Plena em Letras (Português e Inglês)	Escrita e de Títulos	R\$100,00
32. Professor de Língua Portuguesa	01	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Letras	Escrita e de Títulos	R\$100,00
33. Professor de Matemática	01	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Matemática	Escrita e de Títulos	R\$100,00
34. Professor de Música	02	20 horas	R\$1.198,15	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Artes ou Música	Escrita e de Títulos	R\$100,00
35. Professor Sala Multifuncional	06	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Pedagogia e no mínimo 200 (duzentas) horas de curso em educação especial	Escrita e de Títulos	R\$100,00

36. Psicólogo	01	20 horas	R\$1.437,59	Graduação em Psicologia e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00
---------------	----	----------	-------------	--	---------	-----------

## ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Auxiliar de Serviços Gerais (Obras - Saúde - Educação - feminino)  
Zelar pela conservação dos utensílios e equipamentos utilizados nos trabalhos de limpeza pública, recolhendo-os e mantendo-os limpos; Limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas; Recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações definidas; Percorrer as dependências da prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, Preparar e servir café aos visitantes e servidores da prefeitura; Manter limpos os utensílios de cozinha; Verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso; Manter limpo e arrumado o material sob sua guarda; Comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência; Fazer o serviço de faxina em geral; remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos; limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes.

### Merendeira

Preparar e servir a merenda aos alunos, conforme horário estipulado pela direção da escola e orientação da nutricionista da prefeitura; zelar pelo acondicionamento adequado dos alimentos utilizados nas refeições; manter a cozinha limpa e organizada; portar luvas, usar jaleco, manter unhas cortadas e sem esmalte, calçados fechados, usar cabelo preso com touca e não usar adereços; informar a direção ou a secretaria municipal de educação sobre qualquer anormalidade no interior da unidade escolar; seguir às orientações técnicas da nutricionista da Secretaria Municipal de Educação, especialmente no que se refere ao uniforme adequado e procedimentos técnicos de preparo e guarda dos alimentos; ser assíduo e pontual, comunicando com antecedência os eventuais atrasos e/ou ausências, e encaminhando, quando necessário, os atestados médicos e outras declarações para a direção da escola ou secretaria municipal da educação; prestar os devidos esclarecimentos à direção da escola ou à secretaria municipal da educação quando solicitado(a); colaborar na manutenção da disciplina e observância das normas estabelecidas neste Regimento; impedir a entrada de terceiros (professores, alunos, funcionários, motoristas, pais ou responsáveis ou funcionários da SME) na cozinha na escola; seguir às orientações de conduta do manual de boas práticas das cozinhas; zelar pela conservação dos utensílios da cozinha e todos os materiais da escola; exercer as demais atribuições que lhe couberem nos termos deste Regimento e quaisquer outras que decorram da natureza do cargo.

### Agente de Combate a Endemias

Exercer as Atividades de combate e prevenção de endemias, mediante a notificação de focos endêmicos, vistoria e detecção de locais suspeitos, eliminação de focos, orientações gerais de saúde; Prevenir a dengue, conforme orientação do Ministério da Saúde,

fazendo orientação sobre o mosquito *Aedes Aegypti* e como evitar a doença em todas as visitas; Visitar residências, estabelecimentos comerciais, industriais e outros; Acompanhar, por meio de visita domiciliar todas as famílias sob sua responsabilidade, acordo com as necessidades definidas pela equipe; Verificação de caixa d'água, calhas e telhados; Vistoriar terrenos baldios; Localizar, eliminar focos e criadouros; Realizar tratamento focal: aplicação de larvicida em vasos de plantas, pneus, tambores e outros; Realizar tratamento focal em pontos estratégicos; Participar de reuniões e treinamentos; Realizar palestras e outras atividades de educação em saúde; Emitir relatórios, preenchendo formulários, atualizando mapeamento; Outras atividades inerentes à função.

#### Motorista

Dirigir automóveis, caminhonetes, veículos leves de transporte de passageiros, caminhões, micro-ônibus, ônibus escolar ou ambulâncias; Verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, nível de combustível entre outros, para o transporte de cargas; Verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da tarefa; Zelar pela segurança de passageiros verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança; Efetuar transporte de pacientes que necessitam de atendimento urgente, dentro ou fora do município; Realizar transporte de estudantes da rede municipal de educação; Manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário; Observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo; Conduzir os servidores da prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas; Anotar em formulário próprio, a quilometragem rodada, viagens realizadas, cargas transportadas, itinerários percorridos e outras ocorrências; Recolher ao local apropriado o veículo após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado.

#### Operador de Máquinas

Operar máquinas e equipamentos pesados, montados sobre rodas, pneumáticas ou não, realizando trabalhos de terraplanagem, aterros, nivelamento e revestimento de estradas, desmatamento, abertura e desobstrução de valetas, nivelamento de terrenos e taludes, remoção e compactação de terra. Relatar, em caderneta de registros, os serviços executados pela máquina, de acordo com o hodômetro, para efeitos de controle; Controlar o consumo de combustível e lubrificantes, para levantamento do custo da obra, bem como para a manutenção adequada da máquina; Zelar pela conservação da máquina, informando quando detectar falhas e solicitando sua manutenção; Efetuar o abastecimento da máquina, lubrificando-a e executando pequenos reparos, para assegurar seu bom funcionamento durante a execução da obra; Operar outras máquinas rodoviárias ou veículos de qualquer porte quando exigido pela chefia imediata.

#### Assistente Administrativo

Protocolar a entrada e saída de documentos, autuar os documentos recebidos, preencher e arquivar fichas de registro de processos. Receber, conferir e registrar o expediente, distribuir e expedir a correspondência e preparar documentos para expedição. Atender o público interno e externo e informar, consultando fichários e documentos. Digitar textos e tabelas simples, fichas, formulários e outros documentos simples. Digitar minutas de documentos, tais como: exposições de motivos, projetos de leis, decretos, etc. Auxiliar na conferência dos trabalhos digitados. Redigir expedientes sumários, segundo normas preestabelecidas. Encaminhar os processos às unidades competentes e registrar sua tramitação. Encaminhar, despachos e informações que devem ser submetidos à consideração superior. Recortar e arquivar, sob supervisão, documentos de interesse da unidade administrativa onde exerce suas funções e controlar o empréstimo e devoluções de documentos.

Registrar sob supervisão, os processos e petições destinadas a arquivamento e localizar documentos arquivados. Efetuar cálculos simples, empregando ou não máquinas de calcular. Executar outras atividades afins que lhe forem determinadas. É administrativas;; executar serviços gerais de digitação; elaborar relatórios, demonstrativos, quadros e mapas de interesse público; auxiliar na prestação de contas do Programa dinheiro na escola; entregar demonstrativos de pagamento aos funcionários da Unidade Escolar e devolvê-los a secretaria municipal de educação devidamente assinados; organizar cadastros, fichários e arquivos de documentação, atinentes a área administrativa; efetuar o recebimento, conferir, armazenar e conservar materiais e outros suprimentos; fazer levantamento de bens patrimoniais; ajudar na elaboração do orçamento das compras diretas das escolas: operar com máquinas e materiais eletrônicos; receber materiais diversos, identificar sua origem e encaminhar ao setor destinado; executar outras atividades correlatas.

#### Auxiliar de Odontologia

Preparar os pacientes para as consultas; Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados; Participar de atividades de educação individual e coletiva em saúde bucal, como escovação supervisionada, orientações de escovação, uso de fio dental, entre outros sob supervisão do odontólogo; Preparar e organizar o instrumental e materiais necessários para o trabalho; Instrumentar o cirurgião dentista durante a realização de procedimentos clínicos; Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; Agendar o paciente e orientá-lo quanto ao retorno e a preservação do tratamento; Acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe em relação à saúde bucal; Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

#### Fiscal de Obras e Tributos

proceder à verificação e orientação do cumprimento da regulamentação urbanística concernente a edificações particulares; orientar, inspecionar e exercer a fiscalização de construções irregulares e clandestinas, fazendo comunicações, notificações e embargos; verificar imóveis recém construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de opinar nos processos de concessão de "habite-se"; verificar o licenciamento de obras de construção ou reconstrução, embargando as que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com o autorizado; intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar providências relativas aos violadores da legislação urbanística; efetuar a fiscalização de terrenos baldios, verificando a necessidade de limpeza, capinação, construção de muro e calçadas, bem como fiscalizar o depósito de lixo em local não permitido; efetuar a fiscalização em construções; acompanhar o engenheiro da prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas no município; efetuar levantamento de terrenos e loteamentos para execução de serviços, bem como efetuar levantamentos dos serviços executados; fiscalizar os serviços executados por empreiteiras e pelo município; orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; expedir notificações preliminares e autos de infração referentes ao cumprimento da legislação do Código Tributário do Município; verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, face aos artigos que expõem, vendem ou manipulam, e os serviços que prestam; verificar as licenças de ambulantes e impedir o exercício desse tipo de comércio por pessoas que não possuam a documentação exigida; verificar o horário de fechamento e abertura do comércio em geral e de outros estabelecimentos, bem como a observância das escalas de plantão das farmácias; realizar vistorias para fins de acompanhamento e manutenção do sistema tributário e para fins de renovação do licenciamento; verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes; Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação



de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal; Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais; Localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais; Atender consultas de caráter tributário; Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária; Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do crédito tributário municipal; Fiscalizar o transporte coletivo municipal; desempenhar outras tarefas afins.

#### Monitor de Creche

Auxiliar as atividades planejadas pelo professor da turma; Orienta as crianças quanto às condições de higiene, auxiliando-as no banho, vestir, calçar, pentear e guardar seus pertences, para garantir o seu bem-estar; Auxilia nas refeições, alimentando as crianças ou orientando-as sobre o comportamento à mesa; Controla os horários de repouso das crianças, preparando a cama, ajudando-as na troca de roupa, para assegurar a seu bem-estar e saúde; Acompanha crianças em passeios, visitas e festividades sociais juntamente com o professor regente, auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora; observar a saúde e o bem estar das crianças, levando-as quando necessário, para atendimento médico e ambulatorial; ministrar medicamentos conforme prescrição médica; prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência; Auxiliar no recolhimento e entrega das crianças que fazem uso do transporte escolar, acompanhando-as na entrada e saída do mesmo, zelando assim pela sua segurança. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo professor ou diretor da escola ou superior imediato.

#### Técnico Agrícola

Elaborar, orientar estudos ou programas para a recuperação e desenvolvimentos de propriedades rurais, observando a técnica conveniente; Dar pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agrícola, a tendendo ao seu aperfeiçoamento e as condições sociais do homem do campo; Orientar a execução do trabalho de campo na área de mecanização do solo, fertilizante mineral e orgânico e auxiliar na elaboração de projetos respectivos; Prestar assistência e orientação aos agricultores; Atender a consultas feitas por lavradores; Orientar a produção, administração e planejamento agrícola. Organizar e inspecionar pomares, hortas e plantações em geral; Orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo; Prestar assistência e orientação nos programas de extensão rural; Orientar trabalhos de conservação de solo; Participar dos trabalhos de experimentação, abrangendo adulação variedades resistentes à ferrugem, herbicidas e fungicidas; Participar de previsão de safras; Orientar a produção de sementes e mudas; Executar outras tarefas semelhantes.

#### Técnico de Enfermagem

Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, família e comunidade visando a Promoção, proteção e recuperação da saúde; Fazer previsão de equipamento e material para prestar assistência de enfermagem, segundo as normas estabelecidas; Fazer atendimento de enfermagem, de acordo com programação estabelecida pela Instituição; Participar na orientação à saúde do indivíduo e a grupos da comunidade; Participar das atividades de capacitação e educação em saúde para grupos da população; Executar outros procedimentos de enfermagem de acordo com as normas técnicas; Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização a normas técnicas; Participar na execução de programas de vacinação, de acordo com o esquema adotado pela secretaria da saúde; Fazer coleta de material para exames complementares e proceder a sua identificação e registro; Fazer notificação de doenças transmissíveis; Participar das atividades de vigilância epidemiológica; Fazer visita domiciliar; Supervisionar e coordenar o pessoal de enfermagem na ausência do enfermeiro, quando designado, na execução de tarefas estabelecidas; Realizar cortes histológicos e inclusão; Controlar o estoque de material, visando a provisão das

necessidades; Requisitar material de laboratório e verificar a sua correta especificação e condicionamento; Receber e encaminhar para análise as amostras de alimentos, bem como acondicionar e armazenar adequadamente as contraprovas; Orientar e supervisionar as atividades de coloração de lâminas desenvolvidas pelos Auxiliares do setor; Participar na organização dos arquivos das lâminas e de laudos, orientando os responsáveis; Orientar e executar os serviços de lavagem, esterilização, montagem de materiais e equipamentos utilizados no setor; Preparar reagentes, soluções, corantes e meios de cultura utilizados em laboratórios; Executar etapas intermediárias de análises laboratoriais, sob supervisão e orientação do profissional responsável.

#### Técnico em Vigilância Sanitária

Atuar na área de vigilância sanitária em geral, no cumprimento dos regulamentos municipais, estaduais e federais; Prestar assistência aos municípios e estabelecimentos comerciais quanto às normas de Vigilância e saúde ambiental; Executar todas as atividades inerentes ao cargo, no cumprimento dos preceitos legais; Preparar as amostras de alimento para análise.

#### Advogado Municipal

Assessorar e orientar as chefias nos assuntos relacionados com os conhecimentos técnicos especializados da categoria. Emitir pareceres de natureza jurídica. Programar, organizar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas com o assessoramento jurídico em geral. Lavrar e analisar contratos, convênios, acordos, ajustes e respectivos aditivos. Representar o Município em Juízo. Propor e contestar ações em geral. Acompanhar permanentemente o andamento de processos e ações judiciais. Elaborar anteprojeto de leis, decretos, regulamentos, portarias e normas internas. Organizar e manter atualizada coletânea de leis e decretos, bem como o repositório da jurisprudência judiciária e administrativa, especialmente as ligadas ao Município. Participar de comissões disciplinares ou de sindicância. Desempenhar outras atividades afins.

#### Assistente Social

Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicado a indivíduos, grupos e comunidades. Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisa, visando à implantação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário. Participar no desenvolvimento de pesquisa médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família. Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial. Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde. Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se das implicações sociais, culturais, econômicas e emocionais, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais. Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possa proporcionar os benefícios necessários a população. Participar de programas de treinamento de pessoal e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde. Desempenhar outras atividades afins.

#### Engenheiro Civil

Dirigir e fiscalizar a construção de obras da Administração Pública Municipal. Indicar falhas em projetos e propor soluções na obra; Embargar construções que não atendam as especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica; Vistoriar, orçar, dar parecer e avaliar bens imóveis do Município. Orientar técnicos e estagiários em obras; Responsabilizar-se pelas medições para fins de liberação de parcelas; Participar de comissões técnicas; Receber processos e encaminhá-los aos setores competentes; Providenciar a compra e transporte de materiais para as obras; Desempenhar outras atividades afins.

**Fisioterapeuta**

Atender e analisar os aspectos sensoriais-motores; percepto-cognitivos e socioculturais; Traçar planos e preparar ambiente terapêutico; Estimular o desenvolvimento neuro-psicomotor (dnpm) normal e cognição; Ensinar técnicas de autonomia e independência; participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais; Emitir laudos e pareceres, quando solicitado; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função; Desenvolver atividades educativas de saúde na área de sua competência; Participar de treinamento do pessoal de nível auxiliar, médio e superior; Fornecer dados estatísticos de suas atividades.

**Médico Clínico Geral**

Dirigir equipes e prestar socorros urgentes; Efetuar exames médicos; Fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar os métodos da Medicina preventiva; Providenciar ou realizar tratamento especializado; Praticar intervenções cirúrgicas; Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento; Transferir, pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares de plantão; Atender casos urgentes de internados no hospital, nos impedimentos dos Titulares de plantão; Preencher os boletins de socorro urgente, mesmo os provisórios, com diagnósticos provisórios, com diagnósticos prováveis ou Incompleto dos doentes atendidos nas salas de primeiro socorro; Preencher as fichas dos doentes atendidos a domicílio; Preencher relatórios comprobatórios de atendimento.

**Médico Ginecologista**

Atender a pacientes que procuram a unidade sanitária, procedendo exame geral e obstétrico; Solicitar exames de laboratório e outros que o caso requeira; Controlar a pressão arterial e o peso da gestante; dar orientação médica à gestante e encaminhá-la à maternidade; Preencher fichas médicas das clientes; Atender ao parto e puerpério; Dar orientação relativa à nutrição e higiene da gestante; Prestar o devido atendimento às pacientes encaminhadas por outro especialista; Prescrever tratamento adequado; Participar de programas voltados para a saúde pública; de acordo com sua especialidade; Realizar procedimentos específicos tais como: colposcopia, cauterização de colo uterino, biopsias, colocação de DIU ou implante contraceptivo. Encaminhar os pacientes que necessitam para outros níveis do sistema, garantindo a referência.

**Médico Pediatra**

Atender crianças que necessitam de serviços médicos, para fins de exames clínicos, educação e adaptação; Examinar pacientes em observação; Avaliar as condições de saúde e estabelecer o diagnóstico; avaliar o estágio de crescimento e desenvolvimento dos pacientes; Estabelecer o plano médico-terapêutico-profilático prescrevendo medicação, tratamento e dietas especiais; prestar pronto atendimento a pacientes externos sempre que necessário ou designado pela chefia imediata; Orientar a equipe multiprofissional nos cuidados relativos a sua área de competência; Participar da equipe médico-cirúrgica quando solicitado, Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e local de trabalho; Comunicar ao seu superior imediato, qualquer irregularidade; participar de projetos de treinamento e programas educativos; Cumprir e fazer cumprir as normas; Propor normas e rotinas relativas a sua área de competência; Classificar e codificar doenças, operações e causa de morte, de acordo com o sistema adotado; Manter atualizados os registros das ações de sua competência; Atender crianças desde o nascimento até a adolescência, prestando assistência médica integral; Executar outras tarefas correlatas a sua área de competência, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

**Monitor Educação Especial**

Atuar diretamente com o aluno com Múltiplas Deficiências, Graves Comprometimentos Mentais ou Condutas Típicas de Síndromes

incluídos, contribuindo para sua interação e socialização com os pares, favorecer o desenvolvimento da independência e autonomia em suas atividades de vida diária e social no contexto escolar e nas atividades extra classe, auxiliando o aluno no que for necessário; Acompanhar o aluno com o comportamento adaptativo a outros espaços e atividades pedagógicas sob a orientação do professor e outros técnicos promover em conjunto com o professor regente, o avanço contínuo das habilidades do aluno incluído, através da utilização e organização de atividades pedagógicas e AVD (Atividades de Vida Diária); Atuar como mediador do processo de ensino/aprendizagem seguindo as orientações recebidas do professor regente ou outros técnicos, contribuindo na aquisição de conhecimentos. Participar de formação continuada e/ou reuniões organizadas pela Gerência de Educação Especial. Auxiliar o professor regente, no que diz respeito a inclusão, promovendo a aprendizagem do aluno com Múltiplas Deficiências, Graves Comprometimentos Mentais ou Condutas Típicas de Síndromes e consequentemente na aprendizagem coletiva da turma.

**Odontólogo**

Realizar exame clínico com finalidade epidemiológica; Realizar procedimentos clínicos básicos; Encaminhar e orientar os usuários que apresentarem problemas mais complexos; Realizar atendimentos nas urgências; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Executar ações de assistência integral; Coordenar ações coletivas voltadas para a promoção e prevenção à Saúde Bucal; Realizar ações educativas e preventivas em Saúde Bucal.

**Pedagogo**

Coordenar o processo de discussão, elaboração e avaliação do currículo da escola intervindo, de acordo com sua especificidade, como mediador da ação docente na qualificação do processo ensino-aprendizagem; coordenar, junto à unidade escolar, os processos de criação, organização e funcionamento de instâncias colegiadas : conselho Escolar, Grêmio Estudantil, e outros promovendo a democratização das relações e decisões na comunidade escolar; Participar da elaboração do projeto político pedagógico, coordenando o levantamento de dados da comunidade escolar, como suporte necessário ao seu dinamismo; coordenar, juntamente com o diretor, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução e avaliação, estimulando a participação dos alunos e pais; participar da relação ensino - aprendizagem criando e estimulando oportunidade de discussão coletiva e reflexão teórica sobre a prática e a troca de experiências, a avaliação do rendimento escolar, a análise de problemas e soluções comuns, leitura, estudo, pesquisa e debate sobre a prática e a troca de experiências, a avaliação do rendimento escolar, a análise de problemas e soluções comuns, leitura, estudo, pesquisa e debate sobre a prática pedagógica; participar com os professores do planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades que, em processo, recuperam as dificuldades apresentadas pelos alunos; participas da organização de momentos coletivos para a leitura, análise e escolha do livro didático; participar do processo de formação continuada dos professores, tendo em vista concretização da função social da escola; participar junto à Secretaria Municipal de Educação da elaboração e atualização do regimento escolar unificado, contribuindo para o seu cumprimento, realizar e ou promover pesquisas e estudos nas escolas municipais; participar de cursos, simpósios, seminários e outros eventos educacionais, definidos pela Secretaria Municipal de Educação; possibilitar aos alunos maiores condições de adaptação solução de seus problemas, proporcionando-lhes a melhor orientação quanto as suas necessidades, interesses e qualidades e responsabilidade sociais; orientar os professores quanto às atividades a serem desenvolvidas com os alunos, em função de problemática individual e coletiva; convocar e orientar os pais ou responsáveis pelos alunos sempre que necessário, visando à integração da família à escola; coordenar o planejamento global da escola, divisão de horários, turnos e turmas; participar da elaboração do calendário escolar junto a Secretaria Municipal



de Educação; participar do processo de avaliação institucional das escolas do Sistema Municipal de Ensino; organizar e analisar o desempenho dos alunos das escolas municipais; exercer as demais atividades decorrentes da função do seu cargo ou as que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### PROFESSORES (todos)

I. Planejar, ministrar aulas, orientar a aprendizagem dos alunos e zelar pelo desenvolvimento do aluno, respeitando seus interesses e conhecimentos prévios. II. Atualizar-se em sua área de conhecimento. III. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos. IV. Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento. V. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino. VI. Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional. VII. Cooperar com os serviços dos Pedagogos e Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola. VIII. Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer. IX. Cumprir com os horários pré-determinados pela escola. X. Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência. XI. Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menor rendimento. XII. Executar o trabalho docente em consonância com a proposta curricular da escola. XIII. Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente. XIV. Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor. XV. Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade. XVI. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s). XVII. Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino. XVIII. Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola. XIX. Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe. XX. Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos. XXI. Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino. XXII. Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente. XXIII. Zelar pela aprendizagem do aluno. XXIV. Zelar pela disciplina e pelo material docente. XXV. Produzir com as crianças as regras do grupo, estimulando nestas o senso de limites e respeito. XXVI. Executar o trabalho em conjunto com os profissionais que realizam monitoria, visando à plena atenção ao aluno. XXVII. Agir com ética, respeito e solidariedade perante companheiros de trabalho, contribuindo com o bom clima organizacional. XXVIII. Cultivar um bom relacionamento com alunos, pais responsáveis. XXIX. Atuar em parceria com outros profissionais. XXX. Utilizar materiais adequados à faixa-etária das crianças, estimulando seu processo de desenvolvimento cognitivo. XXXI. Criar situações que elevam a autoestima da criança, tratando-a com afetividade, melhorando o vínculo com a mesma e consequentemente, facilitando o processo ensino-aprendizagem. XXXII. Cumprir os dias letivos e horas/aula e horas atividades estabelecidas no calendário escolar, de acordo com legislação vigente, bem como cumprir demais orientações e determinações da Unidade Escolar e Secretaria Municipal de Educação. XXXIII. Participar de eventos extraclasse estabelecidos no calendário escolar, bem como participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional. XXXIV. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, promovendo a integração entre estes. XXXV. Apresentar domínio de conteúdo, utilizando linguagem adequada à compreensão dos alunos. XXXVI. Apresentar domínio de classe com autoridade, respeito e cooperação, mantendo o bom relacionamento com os alunos. XXXVII. Manter a sala de aula com ambiência pedagógica estimuladora da aprendizagem. XXXVIII.

Elaborar diferentes instrumentos de avaliação, com critérios bem definidos, a partir da matriz de habilidades. XXXIX. Fazer a reavaliação do processo de aprendizagem dos alunos, sempre que o Conselho de Classe assim determinar. XL. Estabelecer estratégias de recuperação de estudos sempre que os alunos apresentarem baixo rendimento, revendo os conteúdos relevantes. XLI. Definir juntamente com a equipe técnico-administrativa da unidade escolar, serviços especializados e de apoio, planos de ação com estratégias de intervenção e recursos didáticos específicos e/ou diferenciados, que possibilitem aos alunos que apresentam deficiência, transtorno ou altas habilidades/superlotação, o desenvolvimento das habilidades previstas na matriz curricular, de cada etapa de ensino. XLII. Redigir, quando solicitado, parecer descritivo para acompanhar o histórico do aluno com deficiência, transtorno ou altas habilidades/superlotação. XLIII. Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

#### Psicólogo

Prestar escuta qualificada, individual ou grupal, visando à identificação da necessidade dos indivíduos e famílias, promovendo o encaminhamento adequado a cada caso específico; Trabalhar com as famílias as relações interpessoais, objetivando identificar a existência de conflitos individuais e grupais com vista ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos usuários; Realizar atendimento psicossocial, individual e familiar; Realizar visitas domiciliares, conforme cada caso específico; Definir em conjunto com a equipe as intervenções necessárias, acompanhamento de casos e encaminhamentos para a Rede de Proteção, visando à superação da situação de violação de direitos evidenciada; Elaborar e encaminhar ao Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, e Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, relatório técnicos informando sobre a violação de direitos dos usuários e/ou para subsidiar decisões sócio jurídicas, quando solicitados; Proceder a registros de dados dos atendimentos realizados para fins de sinopse estatística da unidade. Executar outras tarefas compatíveis com as previstas no cargo.

#### ANEXO III

##### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

#### CARGOS NÍVEL ALFBETIZADO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

#### LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e Interpretação de Textos; Vogais e Consoantes; Maiúsculas e Minúsculas; Separação de sílabas; Ditongos, tritongos, Aumentativo e Diminutivo; Masculino e Feminino (artigos); numerais; Sinônimo e Antônimo; Plural e Singular; encontros vocálicos; encontros consonantais; sílabas; tonicidade das sílabas. Substantivos, Noções de tempos verbais: presente, passado e futuro.

#### MATEMÁTICA

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão, grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

**CONHECIMENTOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS****AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (OBRAS - SAÚDE - EDUCAÇÃO - FEMININO)**

Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo e reciclagem. Limpeza dos diferentes espaços. Conhecimentos teóricos e práticos relacionados a faxina, manipulação de alimentos, copa; Recepção e armazenamento de materiais de limpeza. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Produtos de limpeza, produtos químicos de limpeza, símbolos e cuidados. Prevenção de Acidentes. Segurança no trabalho. Tipos de limpeza, varredura seca, úmida e molhada. Tipos de materiais (panos de limpeza, esponjas, Mops, rodos etc) e suas adequadas utilizações. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público;

**MERENDEIRA**

Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos; Etapa da produção de refeições; Recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho e higiene dos alimentos; Técnicas de uso e conservação de material de limpeza; Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho; limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenamento, cuidados de manuseio e destino do lixo hospitalar. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

**AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Promoção, prevenção e proteção à saúde.- Noções de Vigilância à Saúde, Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças: Vetores; Doença de Notificação compulsória; Noções de reconhecimento geográfico: tipo de marcações e elaboração de mapas e croquis; Dengue: aspectos clínicos, tipos e respectivos tratamentos, teoria do trabalho de campo no combate ao mosquito; Doenças endêmicas: aspectos clínicos, tratamento, região endêmica; Noções de microbiologia, vírus, bactérias e protozoários; Ações de Educação em Saúde na Estratégia Saúde da Família.- Ações do Agente de Combate a Endemias: Atribuições, direitos e deveres; ética; Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Legislação pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

**MOTORISTA**

Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

**OPERADOR DE MÁQUINAS**

Noções do Código de Trânsito Brasileiro, Resoluções, Deliberações, Portarias e demais Leis expedidas pelos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito; Direção defensiva; Noções gerais de circulação e conduta; Noções de mecânica; Manutenção e Limpeza de veículos; Equipamento de Proteção Individual, Noções de prevenção de acidentes, funcionamento e Manejo do equipamento utilizado; Noções de segurança e equipamentos de segurança no trabalho; Noções de Primeiros Socorros ética e cidadania; Conhecimento a respeito de máquinas tipo: Esteira, trator de pneus, perfuratrizes, basculantes, escavadeiras, motoniveladoras, retro-escavadeira, escavadeira hidráulica e outras máquinas similares. Manuseio de volante, alavanca de comando, acionamento de pedais. Noções de proteção ao meio ambiente. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Prática de direção veicular: Condução de veículos da espécie; manobras; conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; manutenção; sinalização de trânsito; manutenção do veículo; direção e operação veicular de máquinas leves e pesadas motorizadas e não motorizadas.

**CARGOS DE ENSINO MÉDIO**

**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS**

**LÍNGUA PORTUGUESA.**

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação

e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, propáxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concórdia, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

Bibliografia Sugerida

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto, GIOVANNI JR., J. Matemática Fundamental: 2º, Grau - volume único.. SP, Ed. FTD, 2008.

Outros Livros de Matemática do ensino médio

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abranjem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### Assistente Administrativo

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor de Bela Vista do Toldo.

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, moção, pedido de providência, requerimento, circular e etc.; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Correspondência Oficial, recebimentos e envios; Técnicas de arquivos, organização, localização e manutenção; Protocolos em geral, recebimento, envio e registro; Correspondência Oficial. Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas. Noções de Cidadania; Relacionamento Interpessoal; Linguagem social. Conhecimentos básicos em informática: Software, hardware e redes. Editor de texto. Planilha Eletrônica. Conceitos de Internet e Intranet. Correio eletrônico. Cópias de segurança (backup). Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios). Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.a. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

- BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. (Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br))

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Legislação pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados

##### Assistente Administrativo Escolar

Legislação: LDB, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Educação

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, moção, pedido de providência, requerimento, circular e etc.; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Correspondência Oficial, recebimentos e envios; Técnicas de arquivos, organização, localização e manutenção; Protocolos em geral, recebimento, envio e registro; Correspondência Oficial. Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas. Noções de Cidadania; Relacionamento Interpessoal; Linguagem social.



Conhecimentos básicos em informática: Software, hardware e redes. Editor de texto. Planilha Eletrônica. Conceitos de Internet e Intranet. Correio eletrônico. Cópias de segurança (backup). Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios). Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### Bibliografia Sugerida

- BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. (Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br))

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Legislação pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados

#### Auxiliar de Odontologia

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso

#### Conhecimentos Técnico Profissionais:

Conceitos de prevenção e controle de doenças bucais para indivíduos, família e comunidade. Anatomia e fisiologia do corpo humano. Organização do ambiente de trabalho. Equipamentos e Instrumentais: nomenclatura, utilização, cuidados. Conservação e Manutenção de equipamentos odontológicos. Processos de limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentais, equipamentos e ambientes odontológicos. Ergonomia: espaço físico, postura, posição de trabalho. Higiene Bucal: técnicas de escovação supervisionada, cuidados com aparelhos protéticos. Índices epidemiológicos utilizados em Odontologia. Preenchimento e controle de fichas clínicas, registros em Odontologia. Manejo de pacientes na clínica odontológica. Materiais odontológicos: nomenclatura, utilização, manipulação, armazenamento e controle de estoque. Utilização racional de fluoretos em Odontologia. Placa bacteriana: identificação, índices, fisiologia, patogenia, meios químicos e mecânicos utilizados para o seu controle. Principais problemas que afetam a saúde bucal: cárie, doença periodontal, má oclusão, lesões de tecidos moles - conceito, etiologia, evolução, transmissibilidade, medidas. Atendimento ao público e ao telefone, recepção, noções de arquivo e elaboração de ofícios e memorandos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Legislação pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### Fiscal de Obras e Tributos

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor de Bela Vista do Toldo

#### Conhecimentos Técnico Profissionais:

Toda a legislação municipal atinente ao ordenamento urbano como plano diretor, código de obras e edificações, posturas. Licenciamento dos Estabelecimentos Industriais, Comerciais e Prestadores de serviços. Fundamentos técnicos e legais da construção

civil. Noções de construção: fundações, estruturas, paredes e revestimentos, coberturas. Condições gerais das edificações: alinhamentos e afastamentos, classificação dos compartimentos, vãos, áreas, circulações em mesmo nível, circulações de ligação de níveis diferentes, orientação e insolação. Elementos básicos do projeto: plantas, cortes, fachadas e detalhes. Projeto de reforma e modificação: acréscimo e demolição. Instalações prediais: hidráulicas, sanitárias e elétricas. Estabelecimentos comerciais; Uso de passeio público por estabelecimentos comerciais; Limpeza de terrenos urbanos. Auto de infração. Auto de apreensão. Conceito e Limites. Parcelamento do solo. Controle de acesso a prédios e serviços públicos e particulares para Deficientes, Idosos, Gestantes e Pessoas acompanhadas de crianças de colo. Licença para Edificar (conceito, procedimentos, alteração do projeto).: HABITE-SE, Licença para Reforma e Reconstrução, Licença para Demolições, Controle sobre o uso e ordenamento do solo, Sinalização de vias e obras públicas. Canteiro de obras; proteção e segurança, depósito e armazenamento de materiais, equipamentos e ferramentas. Fundações. Escavações. Escoramentos. Estruturas metálicas. Controle tecnológico. Argamassas. Instalações prediais. Alvenarias e revestimentos. Esquadrias. Coberturas. Pisos. Impermeabilização. Segurança e higiene do trabalho. Ensaio de recebimento da obra. Desenho técnico. Noções sobre Desenho técnico: projeções ortogonal, plantas, elevações, cortes e detalhes. Perspectivas: isométricas e cavaleira. Desenhos de arquitetura: plantas, cortes, fachadas, perspectivas e detalhes construtivos. Conhecimentos de Código de Obras do Município. Controle de execução de obras e serviços. Documentação de obras: diários e documentação da obra: diários e documentos de legalização. Interdição de Obra. Notificação Administrativa. Legislação Municipal Específica; Funções do Fiscal; Hierarquia; Utilização de logradouros públicos; Muros, cercas e calçadas; Queimadas; Cortes de árvores; Lei tributária. Fato gerador. Base de cálculo. Alíquota. Lançamentos - modalidades: por declaração, de ofício e por homologação, revisão, atualização de valores imobiliários, recursos contra lançamentos. Crédito tributário - exigibilidade, extinção, pagamento, decadência, prescrição, exclusão, anistia, cobrança judicial. Imunidade e isenção - isenções: unilaterais, bilaterais, subjetivas e objetivas. Incidência e não incidência. Bitributação e "BIS IN IDEM". Parafiscalidade e extrafiscalidade. Normas gerais de direito financeiro e tributário. Tributos e outras receitas municipais. Impostos privativos - imposto predial urbano (IPTU): zona urbana - incidência, alíquotas, base de cálculo e contribuintes, imposto sobre transmissão "inter vivos" de imóveis e de direitos reais (ITBI), imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS) - incidência, base de cálculo e contribuinte. Impostos partilhados - imposto de renda, imposto territorial rural (ITR), imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), imposto sobre produtos industrializados (IPI), fundo de participação dos municípios (FPM) e outros fundos. Tributos comuns - taxas diversas e contribuição de melhoria. Outras receitas - preços, empréstimos, financiamentos, auxílios e subvenções. Tributos municipais: critérios estruturais; princípios constitucionais; da progressividade; isenções tributárias; do processo administrativo. Autonomia e competência tributária do município. Extinção do crédito tributário; Contribuição de melhoria; Lei 8.666; Código Tributário Nacional; Tributos na Constituição Federal; Legislação Tributária Municipal. Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Controle Da Administração. Correspondência Oficial. Redação Oficial. Formas De Tratamento. Expressões e Vocábulos Latinos de

uso freqüente nas Comunicações Administrativas Oficiais. Modelos e/ou Documentos utilizados. Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho., Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Licitações, e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania. Constituição Federal; Ética Profissional e outros conteúdos inerentes ao cargo.

#### Monitor de Creche

Legislação: LDB, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Educação

#### Conhecimentos Técnico Profissionais:

Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação; Princípios que fundamentam a prática na educação: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil - RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Métodos e processos no ensino da leitura. Definições dos tipos de deficiência; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Celestin Freinet e a aula passeio. Código de Trânsito Brasileiro no que diz respeito à sinalização e cuidados com o pedestre. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Legislação pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### Técnico Agrícola

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor de Bela Vista do Toldo.

#### Conhecimentos Técnico Profissionais:

Uso e conservação dos solos; Adução em geral; Tipos e classificação de fertilizantes e corretivos; Irrigação e drenagem; Conhecimentos gerais de fitotecnia; Grandes culturas anuais; Grandes culturas perenes; Olericultura; Fruticultura; Silvicultura; Pastagens; Mecanização Agrícola; Máquinas e Implementos agrícolas; Regulagem de equipamentos agrícolas; Manutenção de máquinas e implementos agrícolas; Noções de fitossanidade; Identificação das principais pragas agrícolas; Manejo de pragas; Uso correto de agrotóxicos; Conhecimentos gerais de zootecnia; Bovinocultura; Avicultura; Ovinocultura; Caprinocultura; Piscicultura; Suinocultura; Noções de sanidade animal; Noções de higiene e de segurança individual, coletiva e de instalações. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração;

#### Bibliografia Sugerida

Legislação pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados

#### Técnico em Enfermagem

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso

#### Conhecimentos Técnico Profissionais:

Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Manter a assepsia dos equipamentos e materiais assim como do local de trabalho; conhecer Ética e legislação em enfermagem; Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; Técnicas básicas de enfermagem; Noções de rotinas administrativas ambulatoriais; Biossegurança; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração); Enfermagem médico-cirúrgica: Limpeza, desinfecção e esterilização de material; Assistência de urgência e emergência ambulatorial; Enfermagem materno-infantil, enfermagem em Saúde Pública, vigilância epidemiológica; e Sanitária; enfermagem do adolescente, do adulto, e do idoso; Noções de administração aplicada ao Técnico de enfermagem; Imunizações; Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo; Noções de saúde pública, Política de Atenção Básica. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Legislação pode ser encontrada em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### Técnico em Vigilância Sanitária

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso

#### Conhecimentos Técnico Profissionais:

Noções de instalações hidrossanitárias e de coleta e tratamento e emissão de dejetos sólidos em edificações para fins habitacionais, comerciais, industriais e de prestação de serviços; Noções de tratamento de lixo orgânico, tóxico, poluente, danoso ao meio ambiente; Normas de higiene e de segurança para a saúde pública na produção, manuseio, armazenagem e comercialização de alimentos; Normas de comercialização de produtos como remédios e agrotóxicos; Normas de segurança para abate, distribuição e comercialização de carnes; Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil, A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis, Agentes infecciosos e suas propriedades, Conceitos Básicos usados em Epidemiologia, Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva, Indicadores de Saúde (medidas de saúde coletiva - coeficiente, taxa) e utilização nos serviços de saúde, Lei nº 8.080/90 e Lei 12.401/11, Conhecimento da Portaria n 1943/MG/MS de 18.10.01 referente Doenças de Notificação Compulsória, Organização do Sistema de Vigilância Epidemiológica - Município, Estado e União, Vigilância Epidemiológica das doenças imunoprevisíveis, Vigilância Epidemiológica das doenças transmitidas por vetores, Vigilância Epidemiológica das doenças diarreicas, Vigilância Epidemiológica das Zoonoses, Sistema de Informação em Epidemiologia (notificação, investigação, fluxo das informações), SUS e a vigilância epidemiológica Legislação Municipal referente à saúde pública e fiscalização. Código de Trânsito Brasileiro. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania. Constituição Federal; Ética Profissional e outros conteúdos inerentes ao cargo.

#### CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

#### LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e

formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abranjem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO	LEGILAÇÃO COMUM
Advogado Engenheiro Civil	Legislação: Lei Orgânica do Município e estatuto do Servidor, Constituição Federal, ECA, Estatuto do Idoso. Bibliografia Sugerida Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), <a href="http://www.saude.gov.br">www.saude.gov.br</a> Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, <a href="http://www.mds.gov.br">www.mds.gov.br</a> Legislação federal pode ser encontrada em <a href="http://www.planalto.gov.br">www.planalto.gov.br</a> Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### ADVOGADO

\* Integram o conteúdo de todas as matérias a legislação pertinente, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais.

Direito Constitucional: Constituição: Conceito. Espécies de Constituição. Poder Constituinte. Poder Constituinte Estadual. Leis Orgânicas Municipais. Reforma. Revisão. Norma Constitucional: a) classificação, b) supremacia. Hermenêutica Constitucional. Disposições Constitucionais Transitórias. Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais. Dignidade da pessoa humana. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Dos Direitos Sociais. Controle de Constitucionalidade, contornos constitucionais e Lei nº 9.868/99. Ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal, arguição de descumprimento de preceito fundamental. Figura do amicus curiae. Ação declaratória de constitucionalidade. Inconstitucionalidade por omissão. Federação: características. Divisão de competências. Soberania e autonomia do Estado Federado. Distrito Federal e Território. Estado-membro: competência e autonomia. União: competência. Município: criação, competência, autonomia e intervenção estadual. Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo e fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Poder Executivo: Presidencialismo e Parlamentarismo. Presidente da República: atribuições, responsabilidade. Poder Judiciário: composição, distribuição de competência e organização. Súmulas vinculantes. Conselho Nacional de Justiça, atribuições e competências. Estados membros: Organização dos Estados-membros; autonomia dos Estados; limites do poder constituinte estadual; princípios limitadores da atuação do constituinte estadual. Regiões Metropolitanas: organização das regiões metropolitanas. Interesse metropolitano. Institucionalização das regiões metropolitanas. Administração Pública: princípios constitucionais. Tributação, Orçamento e Fiscalização: o sistema tributário nacional: as bases dos sistema tributário nacional; as limitações constitucionais do poder de tributar; a discriminação constitucional das rendas tributárias; a repartição da receita tributária. O sistema orçamentário: a estrutura integrada das leis orçamentárias - lei do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei do orçamento anual; os princípios constitucionais dos orçamentos públicos: a Lei Orçamentária. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária; controle da execução financeira, contábil e orçamentária: sistemas de controle interno e externo. Tribunais de Contas. Direito de Nacionalidade: modos de aquisição de nacionalidade brasileira. Condição jurídica do brasileiro nato. Condição jurídica do brasileiro naturalizado. Perda e readquirição da nacionalidade brasileira. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil. Direitos Políticos: regime político. Tipos e formas de democracia. Fontes do poder e soberania popular. Direitos políticos: a) conceito e abrangência; b) sufrágio, voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular; c) sistemas eleitorais; d) inelegibilidades. Partidos políticos. Justiça Eleitoral. Imunidade e incompatibilidade parlamentar. Suspensão, perda e readquirição dos direitos políticos. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: Princípio da isonomia. Princípio da legalidade. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e



coisa julgada. Direito de propriedade e sua função social. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas corpus. Mandado de Injunção. Direitos Sociais e sua Efetivação: normas constitucionais programáticas. Regime Jurídico dos servidores públicos civis. Ordem Econômica e Financeira: os princípios gerais da atividade econômica. A Política Urbana (arts. 182 e 183 da Constituição Federal). Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/01). Lei de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10). Ordem Social: a seguridade social. Sistema Único de Saúde. Previdência social. Assistência Social. Educação: os princípios básicos da educação. O regime de colaboração nos sistemas de ensino. Aplicação de receitas para o desenvolvimento do ensino. Advocacia pública. - BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4ª ed. Saraiva, 2013.

- BARROSO, Luis Roberto. Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. 2ª ed. Editora Saraiva, 2006.

- BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada. 4ª ed. Editora Saraiva, 2002.

- CUNHA JÚNIOR, Dirley; NOVELINO, Marcelo. Constituição Federal para concursos. 3ª ed. Editora JusPODIVM, 2012.

- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 14ª ed. Editora Saraiva, São Paulo, 2010.

- MENDES, Gilmar Ferreira e outros. Curso de Direito Constitucional. 2ª ed. Editora Saraiva, 2008.

- MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 17ª ed. Editora Atlas, 2005.

Direito Administrativo: Conceito: Direito Administrativo e Ciência da Administração. A Administração Pública: Administração Federal, Estadual e Municipal; Administração Pública Direta e Indireta; Órgãos da Administração Pública; Princípios básicos da Administração Pública. Os Poderes Administrativos: Poder vinculado e poder discricionário. Poder hierárquico. Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Poder de Polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos: atributos; classificação; espécies; motivação; validade e invalidade; revogação; controle jurisdicional. Contratos administrativos: conceito e peculiaridade; formalização; normas regedoras; instrumento e conteúdo; cláusulas; execução; alteração; inexecução e rescisão; espécies. Licitações - normas legais e constitucionais aplicáveis. Lei Federal nº 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos). Lei Federal nº 10.520/02 (Pregão). Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei Federal nº 12.462/11). Serviços Públicos: conceito e classificação; formas e meios para a prestação dos serviços públicos. Autarquias. Empresas Públicas. Sociedade de economia mista. Fundações instituídas pelo Poder Público. Serviços Sociais autônomos. Serviços concedidos, permitidos e autorizados. Convênios e consórcios administrativos (Lei Federal nº 11.107/05). Lei das Concessões. Agências Reguladoras. Parceria Público-Privada - PPP (Lei Federal nº 11.079/04). Organizações Sociais - OSCIP. Agentes Públicos: conceito e categoria. Agentes Administrativos. Servidores públicos. Cargos e função. Carreira. Provimento. Concurso. Efetividade. Estabilidade. Regime Jurídico dos servidores públicos. Princípios constitucionais pertinentes aos servidores públicos. Direitos e garantias dos servidores públicos. Deveres e proibições dos servidores públicos. Responsabilidades dos servidores públicos. Processo Administrativo. Penalidades. Disciplinar. Regime previdenciário geral e próprio previstos na Constituição Federal, incluindo as leis federais nº 9.717/98 e nº 10.887/04. Domínio Público: conceito. Os Bens Públicos: conceito, classificação e regime. Terras públicas. Águas públicas. Proteção Ambiental. Intervenção no Domínio Econômico: Intervenção na propriedade; desapropriação; servidão administrativa; requisição e ocupação provisória; limitação administrativa da propriedade. Monopólio. Repressão ao abuso do poder econômico. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas de Direito Público: fundamento constitucional. Fundamento doutrinário. Ação regressiva. Consórcio e Convênios. Improbidade administrativa, Lei Federal nº 8.429/92. Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação). Controle na administração pública. - MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 29ª ed. Editora Malheiros, 2004.

- MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança. 23ª ed. Editora Malheiros, 2001.

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. 23ª, Editora Atlas, 2010.

- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 16ª ed. Editora Lumen Juris, 2006.

- MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas Licitações e Contratos. 9ª ed. Editora Del Rey, 2002.

- MELO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 30ª ed. Malheiros Editores, 2012.

- JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª ed. Dialética, 2012.

Direito Tributário e Financeiro: Direito Tributário. Definição. Noções de tributo e suas espécies. O imposto, a taxa, a contribuição de melhoria. Outras contribuições. Natureza e Relações do Direito Tributário: o Direito Tributário como Direito Público. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. Fontes do Direito Tributário. Fontes principais: Constituição, Emendas à Constituição, Leis Complementares, Tratados e Convenções Internacionais, Resoluções do Senado, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Decretos Legislativos. Fontes secundárias: decretos regulamentadores; normas complementares a que se refere o art. 100 do Código Tributário Nacional. A jurisprudência. As Leis orçamentárias: Lei do Plano Plurianual. Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual: natureza e efeitos das leis orçamentárias. O Sistema Tributário Nacional: normas gerais. A discriminação das fontes de receitas tributárias. Distribuição de receitas tributárias. Vigência e Aplicação da Legislação Tributária no Tempo e no Espaço. Interpretação e integração da Legislação Tributária: a legislação e adoção de institutos, conceitos e formas de direito privado. Obrigação Tributária: conceito, elementos e natureza jurídica. O Fato Gerador da Obrigação Tributária: momento de ocorrência e efeitos. Sujeito Ativo: competência constitucional de tributar. Indelegabilidade da competência tributária. Limitações constitucionais da competência tributária. Sujeito Passivo: classificação. Pessoas jurídicas de Direito Público como sujeitos passivos. A capacidade tributária e a capacidade civil. A solidariedade. O domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sucessores e de terceiros. Responsabilidade por infrações. Incidência, Não Incidência, Isenção. Imunidade e Anistia. O Crédito Tributário: constituição do crédito tributário. Lançamento: definição, modalidade e efeitos. Suspensão do crédito tributário: modalidades. Extinção do crédito tributário: modalidades: a restituição do indébito tributário; exclusão do crédito tributário. Repartição da Competência Tributária. Tributos: impostos, taxas, contribuições das diversas espécies/categorias. O Ilícito Tributário: tipos de sanções. Crimes contra a Fazenda Pública. Débitos Fiscais: correção monetária. Parcelamento. Dívida Ativa e sua Cobrança. Lei de Responsabilidade Fiscal. Controle de Orçamento e de Balanço. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. Lei Federal nº 4.320/64. - AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 9ª ed. Editora Saraiva, 2003.

- JANCZESKI, Célio Armando. Direito Processual Tributário. OAB/SC editora, 2005.

- PAULO, Vicente e outro. Direito Tributário na Constituição e no STF. Editora Impetus, 2006.

- ÁVILA, Alexandre Rossato da Silva. Curso de Direito Tributário. 2ª ed. Editora Verbo Jurídico, 2006.

- ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. 2ª ed. Editora Método, 2008.

- SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário. 5ª ed. Saraiva, 2013.

Direito Processual Civil: Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária: distinção. Competência: conceito, espécies, critérios determinativos. Formação, suspensão e extinção do processo. Atos Processuais: classificação, forma, prazo, tempo e lugar. Procedimento Ordinário, Sumário e Especial. Da tutela antecipada. Petição inicial. Resposta do réu. Revelia. Intervenção de Terceiro: litisconsórcio e assistência. Dos procedimentos especiais; das ações reivindicatórias e possessórias: da ação de nunciação de obra nova;



dos embargos de terceiros; usucapião. Julgamento conforme o estado do processo. Provas: noções gerais, sistema, classificação, espécies. Audiência. Sentença e coisa julgada. Recursos: noções gerais, sistema, espécie. Reclamação. Liquidação da sentença. Cumprimento da sentença. Execução: partes, competência, requisitos. Das diversas espécies de execução. Defesa do devedor. Do processo cautelar. O processo nos tribunais. Uniformização de jurisprudência. Código de Processo Civil. Mandado de segurança. Suspensão de Segurança. Ação popular. Inquérito Civil. Ação Civil Pública. Ação declaratória incidental. Ação rescisória. Juizados Especiais da Fazenda Pública. Lei de Execuções Fiscais. Ação de Improbidade Administrativa.

- DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil (5 volumes).

- MARINONI, Luiz Guilherme e outro. Código de Processo Civil comentado artigo por artigo. 2ª ed. Editora RT, 2009.

- MARINONI, Luiz Guilherme e outro. Manual do Processo de Conhecimento. 5ª ed. Editora RT, 2009.

- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 3ª ed. Editora Método, 2011.

- DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. 17ª ed. Atlas, 2013.

- CUNHA, Leonardo José Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. 17ª ed. Dialética, 2013.

- LOPES, Mauro Luís Rocha. Processo Judicial Tributário - Execução Fiscal e Ações Tributárias. 8ª ed. Impetus, 2012.

Direito Civil: Lei: espécies, eficácia no tempo e no espaço, retroatividade e irretroatividade, interpretação, efeitos, solução de conflitos intertemporais. Das pessoas: conceito, espécies, capacidade, domicílio. Fatos jurídicos: noção, modalidades, forma, vícios, nulidade. Prescrição e decadência. Das diferentes classes de bens. Da posse e sua classificação: aquisição, efeitos, perda e proteção possessória. Da propriedade em geral. Formas de aquisição: propriedade imóvel. Dos Direitos Reais sobre coisas alheias: disposições gerais; servidões; usufruto. Dos Direitos de vizinhança; uso nocivo da propriedade. Conceito e Estrutura das Obrigações: classificação e modalidade das obrigações. Disciplina jurídica das relações de consumo. Efeitos e extinção das obrigações. Dos contratos: disposições gerais. Dos contratos bilaterais. Evicção. Das várias espécies de contratos: da compra e venda, da locação, do Leasing, do depósito, da franquia. Responsabilidade civil: Responsabilidade objetiva e subjetiva. Indenização. Dano material e moral. Direito de Família: casamento, relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. União estável. - FARIAS, Cristiano Chaves e outro. Direito Civil (4 volumes).

- CAVALIERI, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 10ª ed. Atlas, 2012.

- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código Civil Comentado. 10ª ed. RT, 2013.

- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil v.1 - Teoria Geral do Direito Civil, 31ª ed. Saraiva, 2014.

- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil v.2 - Teoria Geral das Obrigações, 29ª ed. Saraiva, 2014.

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho: Vínculo empregatício como categoria jurídica: Predicados do vínculo empregatício. Sujeitos do vínculo empregatício. Empregador e capacidade jurídica: o problema dos sujeitos despidos de personalidade jurídica. Remuneração. Conceito. Distinção entre remuneração e salário. Administração Pública e tratamento derogatório da norma trabalhista: situação presente. Formação do vínculo empregatício: requisitos do consentimento (capacidade, legitimação, idoneidade do objeto, formalidade). Vícios do consentimento em matéria trabalhista (dolo, erro, coação, simulação, fraude). Alteração do vínculo empregatício: modalidades e requisitos de validade. Extinção do vínculo empregatício: hipóteses de extinção. Efeitos da aposentação voluntária sobre o vínculo empregatício: situação presente. Terceirização: conceito, tipos e efeitos. Entes estatais e terceirização: prestação de serviços e locação de mão de obra. Súmula 331 do TST. Lei 8.666/93 - art. 71. Justiça do Trabalho: organização, funcionamento e competência. Prerrogativas da Fazenda Pública.

Sistema recursal trabalhista: princípios, procedimentos, efeitos. Recursos em espécie.

- CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. 8ª ed. Método, 2013.

- CARRION, Valentin. Comentários à consolidação da leis do trabalho. 28ª ed. Editora Saraiva, 2003.

- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho. 19ª ed. Editora Atlas, 2003.

- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 17ª ed. Editora Atlas, 2003.

- SARAIVA, Renato. Direito do Trabalho - Série Concursos Públicos. 15ª ed. Saraiva, 2013.

- SARAIVA, Renato. Processo do Trabalho - Série Concursos Públicos. 9ª ed. Saraiva, 2013.

Direito Penal: Da aplicação da lei penal. Do Crime. Excludentes de ilicitude. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Das Penas: Das espécies de pena; Da cominação das penas; Dos efeitos da condenação. Da Ação penal. Da extinção da punibilidade. Dos crimes contra a fé pública: Da falsidade documental. Dos crimes contra a Administração Pública: Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral; Dos crimes contra a administração da Justiça. Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965). Dos crimes contra a honra. Imunidade penal do parlamentar.

- CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal - Parte Geral - vol. 1. 18ª ed. Saraiva, 2014

- MASSON, Cleber. Direito Penal Esquemático - Parte geral - vol. 1. 6ª ed. Editora Método, 2012.

- NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 7ª ed. RT, 2007.

Direito Processual Penal: Princípios gerais: aplicação da lei processual no tempo, no espaço em relação às pessoas; sujeitos da relação processual. Do Inquérito policial. Da ação penal. Da competência. Da prova: Do exame de corpo de delito e das perícias em geral; Do interrogatório do acusado; Das testemunhas; Dos documentos; Da busca e da apreensão. Do Juiz, do Ministério Público, Do acusado e defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. Das espécies de prisão e da liberdade provisória. Das citações e intimações. Da sentença. Das nulidades. Dos recursos em geral: disposições gerais; do recurso em sentido estrito; da apelação; do habeas corpus e seu processo. Dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995 e alterações posteriores e Lei nº 10.259/2001 e alterações posteriores).

- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 18ª ed. Atlas, 2014.

- RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 21ª ed. Atlas, 2013.

- TÁVORA, Nestor; ALENCAR

#### ENGENHEIRO CIVIL

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Fiscalização de obras; Medição, aplicação de recursos, controle de materiais e estoques, análise de contratos para execução de obras. Projetos civis; Arquitetônico; Estruturais (em madeira, aço e concreto). Projetos de fundações: Tipos de fundações suas aplicações e execução das mesmas. Projetos e execução de instalações elétricas e Hidráulicas em canteiros de obras e edificações (inclusive noções de segurança). Planejamento Urbano e Regional; Planejamento de Engenharia de Infra-Estrutura, Projetos Dimensionamentos e execução de obras de Saneamento Básico; Alvenaria; Revestimento; Pinturas e pisos (tipos, aplicações e execução). Especificação de materiais e serviços. Orçamentos: Composição de custos e quantitativos de materiais. Elaboração de cronogramas físico-financeiros. Canteiros de obras; construção e organização. Execução de estruturas em concreto, madeira e aço (inclusive noções de impermeabilização de calhas e telhados). Execução de instalações de água, esgoto, eletricidade e telefone. Noções de tratamento de esgotos, construção de fossas sépticas, sumidouros e valas de infiltração (segundo normas da CPRH). Noções de

projetos e execução de pavimentos graníticos (paralelepípedos). Vistorias e elaboração de laudos. Planejamento e elaboração de orçamentos públicos. Conhecimentos de AutoCAD.

CARGO	LEGISLAÇÃO COMUM
Assistente Social Fisioterapeuta Psicólogo	Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso. Bibliografia Sugerida Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), <a href="http://www.saude.gov.br">www.saude.gov.br</a> Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, <a href="http://www.mds.gov.br">www.mds.gov.br</a> Legislação federal pode ser encontrada em <a href="http://www.planalto.gov.br">www.planalto.gov.br</a> Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### ASSISTENTE SOCIAL

Código de ética profissional do assistente social. Atuação dos conselhos municipais cuja instituição e atribuições sejam voltadas a atividades sociais; noções inerentes aos programas de assistência social pública, junto aos idosos, às crianças; conhecimentos das estruturas públicas de assistência social; atividades possíveis de execução junto às comunidades, objetivando melhorias de qualidade de vida dos indivíduos. Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do cargo, do serviço público e de servidores públicos municipais. Medidas sócio-educativas, reinserção social, liberdade assistida e prestação de serviços. Direitos Humanos éticos e cidadania: Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Lei de Regulamentação da profissão do Assistente Social; Política Nacional do Idoso; Estatuto das Pessoas com Deficiência. Programas, serviços e metodologia do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Programas, serviços e metodologia do centro de referência especializado de Assistência Social - CREAS.; Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania. Ética Profissional e outros conteúdos inerentes ao cargo.

#### FISIOTERAPEUTA

Política Nacional de Humanização; Fundamentos e Técnicas de Atendimento na Fisioterapia; Conceito de Reabilitação; O Trabalho em Equipe na Reabilitação; O Papel de cada Profissional na Equipe de Reabilitação; Reabilitação; Paralisia Cerebral e Facial; Acidente Vascular Cerebral; Parkinsonismo; Síndrome de Down; Hanseníase; Afecções de Músculos e Tendões; Escolioses; Doenças Reumáticas; Cardiopatias; Amputações; Pneumopatias; Conceito e Aplicação: Exercícios Ativos, Exercícios Ativos Assistidos, Exercícios Passivos, Exercícios Isométricos; Conceito e Aplicação: Mecanoterapia; Conceito e Aplicação: Hidroterapia; Conceito e Aplicação: Termo terapia; Conceito e Aplicação: Crioterapia; Conceito e Aplicação: Massoterapia; Conceito e Aplicação: Eletroterapia; Fisioterapia aplicada à geriatria; Demências; Fisioterapia nas Doenças da 3ª idade; Ética e Legislação Profissional. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### PSICÓLOGO

Psicologia Educacional. Desenvolvimento psicológico da criança; psicologia da aprendizagem. História da Psicologia. Bases fisiológicas do Comportamento. Escolas de Psicologia. Psicologia Contemporânea. Métodos de Psicologia. Campos da Psicologia. Princípios da Psicologia. Limites e alcances da Psicologia da Saúde - O trabalho da Psicologia na Saúde Pública; Saúde mental na atualidade; Código de Ética; Constituição Federal no que diz respeito à saúde.

Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento; Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt - Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Orientação de Pais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; História da Psicologia Brasileira - Da época colonial até 1934; Sobre o Behaviorismo; Psicomotricidade - Educação e Reeducação num Enfoque Psicopedagógico; Psicoterapia Breve - Abordagem Sistematizada de situações de crise; 32 tipos de Inteligência - Os caminhos da Árvore da Vida pelo inconsciente coletivo; Novas abordagens do Diagnóstico Psicológico da Deficiência Mental; Psicoterapia de Grupo; Gestalt - Terapia Explicada. Regulamentação da profissão e Código de Ética; e Legislação e normativas aplicadas à área. Legislação e Programas como "Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), sua criação, objetivos, portarias de regulamentação, modalidades. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

CARGOS	Legislação e Conteúdo Comum a todos
Médico Clínico Geral Médico Ginecologista Médico Pediatra Odontólogo	Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso. Conteúdo Específico comum a todos os cargos de médicos: Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Bibliografia Sugerida Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), <a href="http://www.saude.gov.br">www.saude.gov.br</a> Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, <a href="http://www.mds.gov.br">www.mds.gov.br</a> Legislação federal pode ser encontrada em <a href="http://www.planalto.gov.br">www.planalto.gov.br</a> Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

#### MÉDICO CLÍNICO GERAL

Exames de imagem; Cardiologia: Angina Pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Pneumologia: pneumonia, broncopneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica; Hematologia: anemias, leucoses e linfomas. Gastroenterologia: esofagite, gastrite, úlcera péptica, doenças inflamatórias intestinais, pancreatite, cirrose hepática; Doenças da tireóide; Urgências clínicas: ICC; edema agudo do pulmão, crise hipertensiva e pressão alta, asma brônquica, hemorragia digestiva alta, insuficiência hepática, IRA, cólica renal, embolia. Endocrinologia: diabetes melitus tipo 1 e 2, doenças da tireóide, distúrbios do eixo hipotálamo-hipófiseadrenal; Nefrologia: malformações e infecções do trato urinário, litíase urinária; Cardiologia: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca congestiva, endocardite infecciosa, taquiarritmias, bradiarritmias, doença arterial coronariana;

Dermatologia: infecções e neoplasias cutâneas, doenças auto-imunes que acometem a pele e anexos; Imunologia: doenças reumáticas; Pneumologia: infecções e neoplasias do trato respiratório, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma brônquica; Infec-tologia: doenças sexualmente transmissíveis, vacinação, profilaxia anti-rábica; Hematologia: anemias carenciais, anemias hemolíticas, leucoses; Nutrologia: obesidade, anorexia nervosa, bulimia, desnutrição; Gastroenterologia: doenças pépticas, neoplasias do trato digestivo, hepatites, etilismo; Intoxicação e envenenamen-to; Adinamia circulatória aguda; Insuficiência respiratória aguda; Restauração Hemodinâmica; Politraumatismo; Abdômen agudo; Estado de inconsciência; Queimaduras; Distúrbios hidroeletrólí-ticos e ácidos-básicos; Enfermidades do aparelho geritourinário; Doenças reumáticas; Doenças Sexualmente transmissíveis; Do-enças infecto-contagiosas e parasitárias; Doenças neurológicas; Avitaminoses; Ortopedia; Noções gerais de Epidemiologia das doenças infecto-contagiosas; Noções gerais de Epidemiologia das doenças crônico-degenerativas; Diretrizes básicas do Sistema Úni-co de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil

#### MÉDICO GINECOLOGISTA

Estadiamento do câncer genital e mamário; Câncer do colo uteri-no; Hiperplasia endometrial; Carcinoma do endométrio; Câncer de ovário; Síndrome do climatério; Osteoporose pós-menopáusia; Distúrbios do sono no climatério; Acompanhamento do paciente sob reposição hormonal; Fisiologia menstrual; Amenorréia; Dis-função menstrual; Anovulação crônica; Dismenorréia; Síndrome prémenstrual; Endometriose; Hiperprolactinemia; Tumor de ovário com atividade endócrina; Citopatologia genital; Lesões 11 benig-nas da vulva e da vagina; Lesões benignas do colo uterino. Cer-vicites; Infecção do trato genital inferior pelo HPV: Diagnóstico e tratamento; Métodos moleculares de diagnóstico em patologia do trato genital inferior; Corrimento genital; Infecção genital baixa; Salpingite aguda; Dor pélvica crônica; Doenças benignas do úte-ro; Prolapso genital e roturas perineais; Incontinência urinária de esforço; Infecção urinária na mulher; Bexiga hiperativa; Câncer de mama; Mamografia e USG (indicações, técnicas e interpreta-ção); Lesões não palpáveis de mama: Diagnóstico e conduta; Te-rapêutica sistêmica do carcinoma de mama; Neoplasias benignas de mama: fibroadenoma, papiloma e tumores filodes; Alteração funcional benigna da mama; Mastites e cistos mamários; Fluxos papilares; Mastalgias cíclicas e acíclicas; Procedimentos invasivos em mastologia; Ultra-som de mama: Indicação e técnica; Proce-dimentos invasivos dirigidos pela mamografia e ultra -som. Diag-nóstico de Gravidez. Cuidados Pré-Natais. Abortamento. Gravidez Ectópica. Doença Hipertensiva da Gravidez. Hemorragias do Úl-timo Trimestre da Gestação. Complicações Clínicas da Gravidez. Anemia. Aids. Diabetes. Infecção Urinária. Parto Prematuro. In-compatibilidade Sanguínea Materno-Fetal. Assistência ao Parto.

#### MÉDICO PEDIATRA

Puericultura: aleitamento materno. Alimentação no 1.º ano de vida. Vacinação. Crescimento e desenvolvimento. Distúrbios da nutrição. Neonatologia: icterícia neonatal precoce e tardia. Co-lestase neonatal. Infecções congênitas: rubéola, citomegalovírus, toxoplasmose, sífilis, varicela, herpes. Distúrbios metabólicos no período neonatal: hipoglicemia, hipocalcemia e hipomagnecemia. Infec-tologia: Doenças exantemáticas: varicela, sarampo, rubéola, eritema infeccioso, doença de Kawasaki, exantema súbito, escar-latina. Coqueluche, dengue, febre amarela e malária. Tuberculo-se na infância diagnóstica, quimioprofilaxia e tratamento da AIDS na infância. Meningites. Hepatites virais: A, B e C. Pneumologia: insuficiência respira tória na infância; Infecções de vias aéreas superiores, laringites, epiglote, pneumonias virais e bacteri-anas. Asma na infância: diagnóstico e tratamento. Mucoviscidose. Gastroenterologia: Diarréia aguda, diarréia crônica. Verminoses. Nefrologia: ITU. Sd. nefrítica. Sd. nefrótica. Onco-hematologia: Leucoses. Púrpura trombocitopênica imunológica. Púrpura Hen-och-Schoenlein. Sd. hemolítico-urêmica. Anemias (ferropriva, ta-lassêmica e falciforme). Reumatologia: Febre reumática. Artrite

reumatóide juvenil. Neurologia: Convulsão na infância. Endocri-nologia: Hiperplasia de supra-renal congênita. Diabetes melitus na infância. Emergências cardiocirculatórias: ressuscitação car-diorrespiratória no período neonatal e infância; desequilíbrio hi-dro - eletrolítico; choques hipovolêmico, séptico, c ardiogênico; arritmias cardíacas na infância. Acidentes: intoxicações; acidentes com animais peçonhentos.

#### ODONTÓLOGO

Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospita-lar, Higienização das mãos. Traumatismo em dentes permanentes jovens. Dentística restauradora diagnóstico e tratamento. Orto-dontia preventiva. Níveis de prevenção. Erupção dental. Oclusão. Semiologia exame do paciente. Técnicas radiográficas. Prevenção das doenças periodontais. Prevenção da cárie dental. Diagnósti-co das lesões agudas da cavidade bucal. Anatomia em cirurgia oral. Avaliação pré-operatória. Técnicas Anestésicas. Alterações periodontais agudas. Diagnóstico e tratamento dos problemas de origem endodôntica. Placa bacteriana. Controle de placa - meios físicos e químicos. Epidemiologia da cárie e doença periodontal. Exodontia: técnicas e acidentes. Esterilização e desinfecção em odontologia. Perícia odontológica: no foro criminal, trabalhista e ci-vil. Responsabilidade profissional. Doenças Ocupacionais, Normas Técnicas de Avaliação de incapacidade laborativa; Fundamentos de Normas Técnicas Periciais.. Processo saúde - doença. . Noções de saneamento básico. Política Nacional de Humanização.. Sis-temas de Informação em Saúde. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.



## CARGOS DA EDUCAÇÃO

CARGOS	LEGISLAÇÃO E CONTEÚDO COMUM A TODOS OS CARGOS
MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PEDAGOGO (e CRAS) PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL e ANOS INICIAIS ARTES CIÊNCIAS EDUCAÇÃO FÍSICA (25 e 20h) ENSINO RELIGIOSO INGLÊS (15 e 30h) LÍNGUA PORTUGUESA MATEMÁTICA MÚSICA SALA MULTIFUNCIONAL	Legislação: LDB, ECA, Estatuto Municipal do Magistério, Lei Complementar Nº 179 de 30 de Abril de 2013, Dispõe Sobre Institui o Sistema Municipal De Ensino De Bela Vista do Toldo Lei n.º 314/03, Constituição Federal no que diz respeito à Educação Conhecimentos Comuns a todos os cargos: DIDÁTICA E TEORIAS DA APRENDIZAGEM: Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas, humanistas, cognitivas e sistêmicas. Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo - Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Freire, Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura, Teoria de Ensino de Jerome Bruner, Teoria da Aprendizagem Significante de Carl Rogers, Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel, Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov), Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas, Pressupostos e Características da Didática, A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo, A prática pedagógica sistemática socialmente promovida, A relação discurso-fundamento-ação, contexto da Prática Pedagógica, Propostas curriculares para o ensino fundamental, Especificidades da escola pública, Dinâmica da Sala de Aula, Intenções e objetivos: o consensual e o conflitante, A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem, - Conhecimento da realidade e alternativas de ensino, Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Bibliografia Sugerida Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), <a href="http://www.mec.gov.br">www.mec.gov.br</a> Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, <a href="http://www.mds.gov.br">www.mds.gov.br</a> Legislação federal pode ser encontrada em <a href="http://www.planalto.gov.br">www.planalto.gov.br</a> Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

## MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Curriculo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; - PCN'S. - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escreita,

Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010, Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

## PEDAGOGO (E CRAS)

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SERIES INICIAIS

Curriculo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- RECNEI. Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escreita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, RECNEI. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil.

## ARTES

A trajetória do ensino de Arte no Brasil. A produção artística da humanidade. O currículo de Arte na Educação Infantil e Séries Iniciais. Didática do ensino de arte. Conteúdos e Princípios metodológicos para o ensino de arte. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. O ensino de arte nos anos iniciais. A expressão da criança e a construção do objeto artístico. A arte como manifestação artística da criança, do adolescente, do jovem e do adulto. O desenho como forma de representação. O processo de representação cognitiva e o papel mediador da Arte. As linguagens artísticas como formas de representação e expressão. As estruturas cognitivas da apreensão dos códigos da Arte. A formação da percepção artística. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. O ensino de arte nos anos iniciais. Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Arte. Pintores famosos e suas obras. Aspectos artísticos e estéticos dos elementos da linguagem visual (linha, forma, cor, textura, volume); Práticas metodológicas da linguagem bi e tridimensional na educação básica. Consciência corporal; noções de movimento; expressão vocal e corporal; jogos teatrais relacionados ao ensino. Exercícios vocal e corporal especialmente para o desenvolvimentos das linguagens contemporâneas em artes visuais; As propriedades do som: altura, intensidade duração e timbre. A inserção da arte na historicidade da educação do homem; Pressupostos filosóficos e sociológicos da arte na educação. Aspectos conceituais da Arte na Educação; Tendências educacionais da arte na educação. Princípios teóricos da arte na educação (Lowelfeld, Dewey, Eisner, Read). Tendências do Ensino da Arte no Brasil (Barbosa, Pillar, Bueno, entre outras). A história do ensino da Arte no Brasil; Estudo e análise dos pressupostos conceituais e metodológicos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (RCNI - Referencial curricular para Educação Infantil. Arte - 1ª à 4ª série e 5ª à 8ª ensino fundamental e Ensino Médio) e Proposta Curricular de SC

## CIÊNCIAS

Ensino de Ciências. Conservação e Recuperação de Áreas de Preservação Permanente. Preservação, degradação e recuperação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Agenda 21. Atmosfera, hidrosfera e litosfera: características físicas e ambientais, interferência humana e suas conseqüências (Efeito estufa. Alterações Ambientais Globais). Solo e resíduos sólidos. Poluição atmosférica, das águas, do solo, visual, sonora. Biodiversidade. Seres vivos: características gerais, sistemática, classificação biológica e nomenclatura. Noções de evolução. Ecologia. Relação entre os seres vivos e o ambiente: o homem e a sua ação sobre o ambiente. Princípios básicos que regem as funções vitais dos seres vivos. Relação entre estruturas e funções dos sistemas e suas adaptações ao meio. Ciclos biogeoquímicos. Animais e plantas. Vírus, bactérias, fungos, algas e protozoários; importância ambiental e importância para os seres vivos. Doenças tropicais. Noções de genética. Fisiologia e anatomia do corpo humano. O homem enquanto ser social: Aspectos afetivos, cognitivos, psicológicos, culturais, ecológicos. Sexualidade: Educação sexual e seu desenvolvimento para a produção da vida. Fatores determinantes dos avanços científicos e tecnológicos. Utilização racional dos recursos naturais. Diversidade dos materiais extraídos da natureza, transformados e produzidos pelo homem. Astronomia. Propriedades da matéria: estados físicos, massa, volume, peso, densidade, empuxo. Relação da diversidade dos materiais na composição do ambiente. Energia. Misturas e separações, átomos e características. Elementos químicos e a tabela periódica. Fundamentos teóricos da Química: conceitos. Leis. Relações. Princípios básicos. Interações e transformações químicas. Fundamentos teóricos da Física: conceitos. Leis. Relações. Princípios básicos.

## EDUCAÇÃO FÍSICA (e do NASF)

- Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; A História da Educação Física; Função Social da Educação Física; Desenvolvimento Infantil e movimento humano; Metodologia para o ensino da Educação Física; Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental; As identidades que configuram o sujeito da Educação de Jovens e Adultos; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; O trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos; Avaliação na perspectiva processual e Letramento em Educação de Jovens e Adultos. Dança como: linguagem que permite exteriorizar sentimentos e emoções, expressão da própria vida. Educação Física Escolar e qualidade de vida, frente à realidade social econômica política e cultural, nos seus diferentes significados: Educação, Trabalho, Saúde e Lazer. Educação Física e Cidadania. Ginástica como: Forma de exercitação corporal. Jogo como: Produção social no processo ensino aprendizagem. Possibilidade de experiências corporais: Recreação e jogos. Iniciação ao desporto e a dança. Possibilidades de experiências prático-teóricas, cognitivas, sociais e afetivas, atividades lúdicas: a competição/ cooperação/ sociabilizará a reflexão /análise/ compreensão / síntese da realidade física corporal,

## ENSINO RELIGIOSO

O ensino religioso no Brasil: processo histórico e perspectivas. O Ser Humano e o Fenômeno Religioso: fundamentos históricos,

filosóficos, psicológicos e sociológicos das tradições religiosas; as tradições religiosas como elementos indissociáveis das culturas; religiões afro-brasileiras; o símbolo e o sagrado; o mito e o rito; os textos sagrados; a descrição das representações dos transcendentes nas tradições religiosas; síntese da história do budismo, cristianismo, hinduísmo, islamismo e judaísmo. Pluralidade Religiosa; - Tipos de Religião; - Práxis Religiosa; - História da Igreja no Brasil; - Escatologia; - Mitologia; - Símbolos e Rituais Religiosos; - Ética e Moral; - Evolução religiosa

## INGLÊS

Verb Forms (affirmative/interrogative/negative): The present simple; the present continuous; the past simple; the past continuous; the present perfect; the present perfect continuous ; the past perfect; the future; the near future; the future continuous .Modals and auxiliary verbs. Phrasal Verbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the "-ing" form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in "-ed" and "-ing"; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; "too" and "enough". Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with "who, which, that"; "where, whose, what"; defining and non-defining relative clauses; clauses with "-ing" or a past participle; "with" in identifying phrases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity . Pronunciation: vowel sounds, consonant sounds, "-ed sounds", plural sounds. Reading Comprehension.

## LINGUA PORTUGUESA

Aprendizagem da língua materna: estrutura, uso e funções. Ensino e aprendizagem da gramática normativa. Linguagem: uso, unções, análise. Língua falada e escrita. Variações linguísticas. Norma padrão. O texto: tipologia textual. Intertextualidade. Coesão e coerência textuais. O texto e a prática de análise linguística. Leitura e produção de textos. Literatura brasileira. Fonologia. Estrutura e formação das palavras. Morfologia e Morfossintaxe. Sintaxe. Semântica. Acentuação gráfica. Crase. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Pontuação. Tipologia textual. Gênero textual. Interpretação e compreensão de texto. Ortografia. Coexistência das regras ortográficas atuais - em vigor desde janeiro de 2009 - com as antigas. Funções da Linguagem.

## MATEMÁTICA

Funções: afim, quadrática, modular, exponencial e logarítmica. Razão e proporção. Regra de três simples e composta. Geometria plana e espacial: ponto, reta e plano, paralelismo e perpendicularismo, áreas, poliedros, volumes, superfícies e sólidos de revolução. Trigonometria: trigonometria no triângulo retângulo, Lei dos Senos e dos Cossenos, funções circulares, identidades trigonométricas, transformações, funções trigonométricas, equações e inequações trigonométricas. Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Polinômios: função polinomial, equações polinomiais, operações e propriedades. Análise combinatória, probabilidade e estatística: combinações e permutações, números binomiais, espaço amostral, espaços de probabilidades, probabilidades condicionais, distribuição binomial, medidas de centralidade e de dispersão. Sequências e Progressões. Geometria analítica plana e espacial. Números Complexos: operações e propriedades. Resolução de situações-problema. Sequências e Progressões. Álgebra linear I: matrizes, determinantes e sistemas de equações lineares. Álgebra linear II: espaços vetoriais, produto interno, transformações lineares, autovalores e autovetores. Limites e funções contínuas: limites de funções, funções contínuas, descontinuidades,

funções contínuas em intervalos. Derivada: derivada no ponto, funções deriváveis em um intervalo, fórmulas de derivação, regra da cadeia, regra de L'Hospital, fórmula de Taylor, série de Taylor. Integral: funções integráveis, o teorema fundamental do cálculo, métodos de integração, integrais impróprias. Resolução de situações-problema.

#### MÚSICA

Noções de didática e Programas e Técnicas pedagógicas, plano de curso, plano de aula. Processo e teorias do ensino/aprendizagem - Metodologia para o ensino da Educação Música; História da música no Brasil. Influências da música africana e indígena na música nacional. Origem da música. Expressão musical aplicada a educação. Oficinas de expressão musical. Fontes sonoras. Construção de instrumentos musicais e objetos sonoros. Tipos de repertórios. Música da cultura infantil. Aspectos teóricos da música (som, partituras, timbre, voz, notas musicais). Construção de projetos e oficinas através de musicalização. Tipos de instrumentos musicais. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### SALA MULTIFUNCIONAL

Os diversos tipos de materiais e equipamentos eletrônicos e audiovisuais, sua manipulação, instalação e manutenção. Controle de uso dos equipamentos, fichas e relatórios. Materiais gráficos para exposição direta ou como matrizes de materiais projetáveis: cartazes, álbuns seriados, ilustração nos livros didáticos Elementos básicos de comunicação visual: aspectos técnicos e estéticos (composição, cores, textura, legendas, títulos e recursos simbólicos). Materiais e instrumentos para a produção de transparências para retroprojetores, diapositivos, fotografias, e as respectivas matrizes. Dimensões, proporções, formato, dimensões e proporções de matrizes gráficas para produção de slides. Habilidades indispensáveis a manipulação de instrumentos e equipamentos de produção de matrizes, slides e transparências. A imagem, o som e o texto. Princípios básicos de roteirização e gravação para audiovisuais montados (slides, DVD, vídeo). Habilidades necessárias a operação de instrumentos de apresentação de audiovisuais (projetores, gravadores de som, etc.). Computador e suas diversas utilidades como audiovisual: montador de matrizes, exibidor de slides, CD, DVD e programas educativos. Vídeo: tecnologia digital de vídeo, armazenamento e princípios de compressão; edição digital de vídeos; utilizando vídeo na multimídia. Informática Básica. Redes de computadores, Internet, Conceitos básicos (Fundamentos, software, hardware, memórias); Sistemas operacionais Windows (manipulação de arquivos, configurações básicas); Linux conceitos básicos; Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Access); Conhecimentos básicos de internet (browser, e-mail, www, ftp, chat), Backup, Antivírus, Compactadores e descompactadores. Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia.

#### ANEXO IV

#### REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Concurso Público 001/2014 da Prefeitura Municipal de BELA VISTA DO TOLDO, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

1 - ( ) Vaga para portadores de Deficiência.

Deficiência: \_\_\_\_\_

CID nº: \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_

2) Condição Especial para realização da prova:

a) ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

b) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

c) ( ) Leitura de Prova

d) ( ) Amamentação.

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

Horários de amamentação: \_\_\_\_\_

g) ( ) Outra Necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do Requerente

#### ANEXO V

#### FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONCURSO PÚBLICO 001/2014- PM BELA VISTA DO TOLDO

Tipo de Recurso:

[ ] 1 – Contra indeferimento de inscrição

[ ] 2 – Contra questão da prova ou gabarito provisório

[ ] 3 – Contra a classificação

[ ] 4 – Outro: \_\_\_\_\_

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

N.º da Questão:

Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Local e data \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do Candidato

**RETIFICAÇÃO 002/2014 - PREF**

Ato 002/BVT/ED1/14/ADM

SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2014

DE CONCURSO PÚBLICO ADM

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público a primeira retificação do Edital n.º 001/2014, conforme segue:

1. Do Conteúdo Programático, o Conteúdo Específico a Legislação comum a todos os Cargos da Educação, página 45 do Edital.

a) Fica excluído o seguinte teor:

Legislação: LDB, ECA, Estatuto Municipal do Magistério, Lei Complementar Nº 179 de 30 de Abril De 2013, Dispõe Sobre.

b) E passa a ter o seguinte teor:

Legislação: LDB, ECA, Institui o Sistema Municipal De Ensino De Bela Vista do Toldo Lei n.º 314/03.

2. As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Bela Vista do Toldo, 04 de dezembro de 2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Biguaçu****PREFEITURA****CV 274/2014 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE CONVITE 274/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO SHOW PIROTÉCNICO PARA O REVEILLON NO BALNEÁRIO DE SÃO MIGUEL.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 18 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 18 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 10 de dezembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE INTIMAÇÃO COMAT Nº 01/2014**

EDITAL DE INTIMAÇÃO COMAT Nº 01/2014

O Secretário-Geral da Comissão Municipal de Assuntos Tributários - COMAT, nos termos do art. 334, III da LC 03/2007, e nos termos do art. 26, III do Decreto nº 148/2014, FAZ SABER que por este meio INTIMA os REQUERENTES abaixo qualificado(s), das Decisões proferidas por esta Comissão, para que no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta, no Diário Oficial dos Municípios, possam apresentar pagamento ou Recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes:

Número do Processo	Requerente	CPF/CNPJ	Assunto
5908/2014	Athena Construções LTDA	95.867.149/0006-93	Restituição ISS
10039/2013	Karla Coelho	888.559.029-20	Defesa ISS
1840/2011	Nobuy Uki Yokou-ama	202.425.650-34	Cancelamento IPTU
2635/2014	Sunset S/A Administração, Empreendimentos e Participações	01.659.873/0001-73	Restituição IPTU
5741/2014	Valério Altino Fraga	023.027.339-40	Cancelamento ISS
3011/2012	TC Consultoria Empresarial LTDA	09.442.887/0001-42	Defesa ISS
7057/2013	Lidineia Florenço de Oliveira	311.685.749-00	Cancelamento ISS
4560/2013	Evandro Carlos Segala	008.589.819-80	Defesa ISS



5675/2013	Orsilog Soluções em Logística	95.863.056/0003-48	Defesa Auto de Infração
3638/2014	Tiago Amancio	059.736.979-83	Restituição ISS

Biguaçu, 09 de Dezembro de 2014.

Bruno Diogo Marques

Secretário Geral da Comissão Municipal de Assuntos Tributários  
Decreto Municipal nº 32/2014

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA Nº 001/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 001/2014

Considerando, que o Tribunal de Contas dos Municípios exige dos gestores que seja efetuada a cobrança dos tributos municipais;

Considerando, que a Lei Complementar 101/2000 estabelece como requisito essencial da responsabilidade fiscal a arrecadação dos tributos municipais;

Considerando, que foram encaminhados os termos de inscrição de dívida ativa aos contribuintes por via postal, e não obtendo sucesso na cientificação dos mesmos,

O Diretor Geral de Tributos, Bruno Diogo Marques, nos termos da LC 03/2007 e da LC 33/2010, faz publicar o presente EDITAL:

Notificamos os contribuintes relacionados no anexo único, para recolherem a referida dívida, em até 30 dias após a publicação deste, não sendo o presente Edital atendido, será expedida Certidão para fins de cobrança judicial nos termos do art. 284 da LC 03/2007,

Os contribuintes poderão comparecer na Diretoria Geral de Tributos, situado na Rua Lúcio Born, nº 12, térreo, Centro, Biguaçu/SC, para receberem o documento de arrecadação e efetuarem o pagamento nas agências bancárias ou lotéricas.

Solicitamos também, que caso o débito já tenha sido quitado, em caso de notificação, favor apresentar os comprovantes na repartição competente, antes do prazo acima citado.

Maiores esclarecimentos, na Diretoria Geral de Tributos junto ao Pró-Cidadão Biguaçu ou através do telefone 48 3279-7900 ou email [prociudadao@bigua.sc.gov.br](mailto:prociudadao@bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 09 de dezembro de 2014.

Bruno Diogo Marques

Diretor Geral de Tributos

Matrícula nº 12318 - Portaria nº 462/2013

#### ANEXO ÚNICO

Nº do TIDA	Contribuinte	CPF/CNPJ	Tributos	Anos
64	Anesio Nelson Luckmann	714.878.839-00	IPTU	2010, 2011, 2012 e 2013
88	CR1 Representações Comerciais Ltda – ME	18.593.977/0001-25	ISSNe	2013 e 2014
87	NTL Comércio e Confecções EIRELI ME	17.266.637/0001-27	TLIF	2014

84	SISTEMAC Sistema Técnico de Máquinas Ltda ME	79.238.812/0001-20	TLIF	2013 e 2014
83	Jacomel Incorporadora LTDA	11.709.911/0001-09	TLO	2010
81	Paulo Cesar Martendal	559.296.569-91	IPTU	2013
			TLO	2010
80	Paulo Sergio Brancaglione	04.492.516/0001-51	TLIF	2013
			TLO	2010
79	Fabio Hoffmann	030.979.739-07	IPTU	2013
			TLO	2010
77	Marcinei Zimmermann	019.825.099-10	TLO	2010
76	Isabella Pamplona Alves de Souza	025.936.359-67	TLO	2010
75	Valdete Maria Silva Souza	552.214.329-00	TLO	2010
			IPTU	2013
74	Marcioli Barcelos	596.831.049-91	TLO	2010
			IPTU	2013
73	Wilson Ribeiro Nunes	343.607.359-87	TLO	2010
			IPTU	2013
70	Cláudio Cesar Gomes da Silva	850.005.669-04	TLO	2010
68	Nelton Rocha Rios	011.811.570-72	TLO	2010
66	Amorim e Cachoeira LTDA ME	82.848.409/0001-27	TLIF	2011, 2012 e 2013
51	Madereira Rocha Ltda ME	07.539.750/0001-85	AUINF	2013
44	Magma Blindagens LTDA EPP	08.009.382/0001-26	TLIF	2013 e 2014

### EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 002/2014

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 02/2014

CONTRIBUINTE:	TRANSPORTES BORTOLIN LTDA		
ENDEREÇO:	RODOVIA BR-101, Nº 771 – RIO CAVEIRAS, BIGUAÇU, CEP: 88.160-000		
Inscrição no CMC:	109431	CPF/CNPJ:	12.240.565/0001-25
Processo Fiscal:	3501/2013	IF/AI/NL:	4381/PMB/2013

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à publicação desta notificação, apresentar:

- 1) Comprovante de pagamento;
- 2) Inscrição Municipal no Cadastro Mobiliário;

Observações:

a) Os dados e informações objeto desta Intimação Fiscal deverão ser apresentados, em documentos originais ou cópias, ao Fisco Municipal, na sede da Gerência de Fiscalização Tributária, no endereço: Rua Lúcio Born, nº 12, Sala 108, Centro, Biguaçu/SC, CEP 88.160-126;

b) A ausência de informações e de documentos solicitados,

referentes a fatos geradores de obrigação tributária ocorrida no período, deverá ser formalmente justificada;

c) O não atendimento a essa Intimação Fiscal sem justificativa fundamentada será considerado como recusa e importará na lavratura do competente Auto de Infração por embarço a Ação Fiscal, bem como, na aplicação das penalidades previstas na legislação tributária municipal, além da possibilidade de enquadramento na Lei Federal nº 8.137/1990, art. 1º;

d) Informações com o fiscal responsável através dos telefones 48 3285-2477 / 48 3285-4512 ou no email gegis@bigua.sc.gov.br

Isolete Schlemper Walter  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 9219

### EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 003/2014

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 003/2014

CONTRIBUINTE:	EDUARDO DE OLIVEIRA CUSTÓDIO - ME		
ENDEREÇO:	RUA CÔNEGO RODOLFO MACHADO, Nº 1000, SALA 13/14 – RIO CAVEIRAS – BIGUAÇU – SC – CEP: 88.161-732		
Inscrição no CMC:	5804	CPF/CNPJ:	79.525.259/0001-06
Processo Fiscal:	4907/2013	IF/AI/NL:	560/2013

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 632/2007, que em 27 de dezembro de 2013, foi constatado que o mesmo cometeu a(s) seguinte(s) infração(ões) à legislação tributária municipal:

- 1) Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica dos anos de 2008 a 2012: 5 documentos;
- 2) Livro de Registro de Serviços Tomados dos anos de 2008 a 2012: 5 documentos;
- 3) Contrato Social e suas alterações, atualizados: 1 documento;
- 4) Livro de Registro de Serviços Prestados dos anos de 2008 a 2012: 5 documentos;
- 5) Bloco de notas fiscais de serviços, referente aos anos de 2008 a 2012: 5 documentos;

Informações:

- a. Total de documentos não apresentados: 21 documentos
- b. Dispositivo(s) Legal(is) violado(s): art. 183, LC 03/2007
- c. Base legal: Art. 349, LC 03/2007
- d. Multa Aplicada: R\$ 2.714,96 (dois mil, setecentos e quatorze reais e noventa e seis centavos).

Prazo:

Conforme disposto no art. 277, IX, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do valor da multa aplicada neste Auto de Infração, ou para apresentação de Defesa. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Valéria Cristina da Silva  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 9825

### EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 004/2014

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 004/2014

CONTRIBUINTE:	LUIZ HENRIQUE MARTINS SALOMÃO		
ENDEREÇO:	RUA HERMÓGENES PRAZERES, Nº 116, SALA Nº 04 – CENTRO, BIGUAÇU/SC – CEP 88.160-152		
Inscrição no CMC:	5765	CPF/CNPJ:	580.254.726-04
Processo Fiscal:	5799/2013	IF/AI/NL:	478/2013

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 632/2007, que em 23 de julho de 2013, foi constatado que o mesmo cometeu a(s) seguinte(s) infração(ões) à legislação tributária municipal:

- 1) Deixou de informar o fim da atividade, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme estabelecido no art. 183, I da LC 03/2007

Informações:

- a. Dispositivo(s) Legal(is) violado(s): art. 183, I LC 03/2007
- b. Base legal: Art. 349, II da LC 03/2007
- c. Multa Aplicada: R\$ 128,69 (cento e vinte e oito reais e sessenta e nove centavos).

Prazo:

Conforme disposto no art. 277, IX, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do valor da multa aplicada neste Auto de Infração, ou para apresentação de Defesa. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Valéria Cristina da Silva  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 9825

### EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 005/2014

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 005/2014

CONTRIBUINTE:	TRANSPORTES BORTOLIN LTDA		
ENDEREÇO:	RODOVIA BR-101, Nº 771 – RIO CAVEIRAS, BIGUAÇU, CEP: 88.160-000		
Inscrição no CMC:	109431	CPF/CNPJ:	12.240.565/0001-25
Processo Fiscal:	3501/2013	IF/AI/NL:	381/2013

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 632/2007, que em 3 de abril de 2013, foi constatado que o mesmo cometeu a(s) seguinte(s) infração(ões) à legislação tributária municipal:

- 1) Exercer atividade sem a devida licença no exercício de 2013, conforme estabelecido no art. 349, I da LC 03/2007

Informações:

- a. Dispositivo(s) Legal(is) violado(s): art. 349, I LC 03/2007
- b. Base legal: Art. 349, I da LC 03/2007
- c. Multa Aplicada: R\$ 256,50 (duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

Prazo:

Conforme disposto no art. 277, IX, da LC nº 03/2007, é de 30

(trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do valor da multa aplicada neste Auto de Infração, ou para apresentação de Defesa. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Isolete Schlemper Walter  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 9219

### EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 006/2014

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 006/2014

CONTRIBUINTE:	TRANSPORTES BORTOLIN LTDA		
ENDEREÇO:	RODOVIA BR-101, Nº 771 – RIO CAVEIRAS, BIGUAÇU, CEP: 88.160-000		
Inscrição no CMC:	109431	CPF/CNPJ:	12.240.565/0001-25
Processo Fiscal:	3501/2013	IF/AI/NL:	385/2013

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 632/2007, que em 5 de abril de 2013, foi constatado que o mesmo cometeu a(s) seguinte(s) infração(ões) à legislação tributária municipal:

1) Exercer atividade sem a devida licença no exercício de 2010, conforme estabelecido no art. 349, I da LC 03/2007

Informações:

a. Dispositivo(s) Legal(is) violado(s): art. 349, I LC 03/2007  
b. Base legal: Art. 349, I da LC 03/2007  
c. Multa Aplicada: R\$ 256,50 (duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

Prazo:

Conforme disposto no art. 277, IX, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do valor da multa aplicada neste Auto de Infração, ou para apresentação de Defesa. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Isolete Schlemper Walter  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 9219

### EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 007/2014

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 007/2014

CONTRIBUINTE:	TRANSPORTES BORTOLIN LTDA		
ENDEREÇO:	RODOVIA BR-101, Nº 771 – RIO CAVEIRAS, BIGUAÇU, CEP: 88.160-000		
Inscrição no CMC:	109431	CPF/CNPJ:	12.240.565/0001-25
Processo Fiscal:	3501/2013	IF/AI/NL:	386/2013

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 632/2007, que em 5 de abril de 2013, foi constatado que o mesmo cometeu a(s) seguinte(s) infração(ões) à legislação tributária municipal:

1) Exercer atividade sem a devida licença no exercício de 2011, conforme estabelecido no art. 349, I da LC 03/2007

Informações:

a. Dispositivo(s) Legal(is) violado(s): art. 349, I LC 03/2007  
b. Base legal: Art. 349, I da LC 03/2007  
c. Multa Aplicada: R\$ 256,50 (duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

Prazo:

Conforme disposto no art. 277, IX, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do valor da multa aplicada neste Auto de Infração, ou para apresentação de Defesa. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Isolete Schlemper Walter  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 9219

### EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 008/2014

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 008/2014

CONTRIBUINTE:	TRANSPORTES BORTOLIN LTDA		
ENDEREÇO:	RODOVIA BR-101, Nº 771 – RIO CAVEIRAS, BIGUAÇU, CEP: 88.160-000		
Inscrição no CMC:	109431	CPF/CNPJ:	12.240.565/0001-25
Processo Fiscal:	3501/2013	IF/AI/NL:	387/2013

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 632/2007, que em 5 de abril de 2013, foi constatado que o mesmo cometeu a(s) seguinte(s) infração(ões) à legislação tributária municipal:

1) Exercer atividade sem a devida licença no exercício de 2012, conforme estabelecido no art. 349, I da LC 03/2007

Informações:

a. Dispositivo(s) Legal(is) violado(s): art. 349, I LC 03/2007  
b. Base legal: Art. 349, I da LC 03/2007  
c. Multa Aplicada: R\$ 256,50 (duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

Prazo:

Conforme disposto no art. 277, IX, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do valor da multa aplicada neste Auto de Infração, ou para apresentação de Defesa. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Isolete Schlemper Walter  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 9219

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 009/2014**

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 009/2014

CONTRIBUINTE:	VISTA SUL CLÍNICA OLHOS LTDA ME		
ENDEREÇO:	RUA GETÚLIO VARGAS, Nº 74, CENTRO, BIGUAÇU, CEP: 88.160-128		
Inscrição no CMC:	6166	CPF/CNPJ:	10.497.637/0001-99
Processo Fiscal:	6967/2013	IF/AI/NL:	522/2013

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 632/2007, que em 5 de abril de 2013, foi constatado que o mesmo cometeu a(s) seguinte(s) infração(ões) à legislação tributária municipal:

- 1) Não apresentação dos Livros de Registro de Serviços Tomados do período 2009 a 2012;
- 2) Não apresentação dos Livros de Registro de Serviços Prestados do período 2009 a 2012;
- 3) Não apresentação dos blocos de notas fiscais do período 2009 a 2012;

## Informações:

- a. Dispositivo(s) Legal(is) violado(s): art. 183, I e II da LC 03/2007
- b. Base legal: Art. 349, II da LC 03/2007
- c. Multa Aplicada: R\$ 1.543,15 (um mil e quinhentos e quarenta e três reais e quinze centavos).

## Prazo:

Conforme disposto no art. 277, IX, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do valor da multa aplicada neste Auto de Infração, ou para apresentação de Defesa. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Isolete Schlemper Walter  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 9219

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 01/2014**

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 01/2014

CONTRIBUINTE:	EDUARDO DE OLIVEIRA CUSTÓDIO - ME		
ENDEREÇO:	RUA CÔNEGO RODOLFO MACHADO, Nº 1000, SALA 13/14 – RIO CAVEIRAS – BIGUAÇU – SC – CEP: 88.161-732		
Inscrição no CMC:	5804	CPF/CNPJ:	79.525.259/0001-06
Processo Fiscal:	4907/2013	IF/AI/NL:	4722/PMB/2013

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à publicação desta notificação, apresentar:

- 1) Solicitação de acesso à Nota Fiscal Eletrônica;
- 2) Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica dos anos de 2008 a 2012;
- 3) Livro de Registro de Serviços Tomados dos anos de 2008 a 2012;
- 4) Contrato Social e suas alterações, atualizados;

5) Livro de Registro de Serviços Prestados dos anos de 2008 a 2012;

6) Bloco de notas fiscais de serviços, referente aos anos de 2008 a 2012.

## Observações:

- a) Os dados e informações objeto desta Intimação Fiscal deverão ser apresentados, em documentos originais ou cópias, ao Fisco Municipal, na sede da Gerência de Fiscalização Tributária, no endereço: Rua Lúcio Born, nº 12, Sala 108, Centro, Biguaçu/SC, CEP 88.160-126;
- b) A ausência de informações e de documentos solicitados, referentes a fatos geradores de obrigação tributária ocorrida no período, deverá ser formalmente justificada;
- c) O não atendimento a essa Intimação Fiscal sem justificativa fundamentada será considerado como recusa e importará na lavratura do competente Auto de Infração por embarço a Ação Fiscal, bem como, na aplicação das penalidades previstas na legislação tributária municipal, além da possibilidade de enquadramento na Lei Federal nº 8.137/1990, art. 1º;
- d) Informações com o fiscal responsável através dos telefones 48 3285-2477 / 48 3285-4512 ou no email gefis@bigua.sc.gov.br

Valéria Cristina da Silva  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 9825

**ERRATA Nº. 03 DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº. 52/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 03 AO EDITAL DE LICITAÇÃO REF. CHAMADA PÚBLICA Nº. 52/2014

## PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA SOB O Nº 52/2014

Considerando o Processo de Impugnação nº. 9403/2014, no qual a empresa Impugnante Cardioclínica Biguaçu Ltda requereu alteração do valor de referência do item 52, haja vista que este estaria defasado, e em decisão administrativa foi concedido o pedido formulado, pautado em parecer lavrado pela Gerência de Regulação. Assim, necessária se faz a adequação do edital ref. a CP 52/2014, em seu Anexo I, tem 52 (lote cardiológicos). Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Anexo I (Chamada Pública nº. 52/2014 - FMS) (...)

Lote: CARDIOLÓGICOS			Preço Total do Lote:		322.604,00
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
51	ECOCARDIO- GRAFIA DE TRANSESOFA- GICA	UN	44,00	371,00	16324,00
52	ECOCARDIO- GRAFIA TRANS- TORACICA	UN	1.500,00	120,00	180000,00
53	HOLTER 24 H	UN	40,00	119,00	4760,00
54	MAPA	UN	10,00	119,00	1190,00



55	TESTE DE ESFORÇO/ TESTE ERGOMETRICO	UN	1.146,00	105,00	120330,00
----	-------------------------------------	----	----------	--------	-----------

(...)

LEIA-SE no Aviso - ref. Aviso do Edital (Chamada Pública nº.52/2014 - FMS)

(...)

Lote: CARDIOLÓGICOS			Preço Total do Lote:		322.604,00
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
51	ECOCARDIOGRAFIA DE TRANSE-SOFAGICA	UN	44,00	371,00	16324,00
52	ECO-CARDIOGRAFIA TRANSTORACICA	UN	1.500,00	150,00	225.000,00
53	HOLTER 24 H	UN	40,00	119,00	4760,00
54	MAPA	UN	10,00	119,00	1190,00
55	TESTE DE ESFORÇO/ TESTE ERGOMETRICO	UN	1.146,00	105,00	120330,00

(...)

.As demais informações constantes no edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 09 de dezembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros  
Secretário de Saúde

## Blumenau

### PREFEITURA

#### CONTRATOS 2205/14; 2211/14 E 3º TA CONTRATO 245/12 - SAMAE

CONTRATO Nº 2205/2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e ITAU UNIBANCO S.A.

OBJETO: Prestação de serviços de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de banco múltiplo, comercial ou cooperativo e cooperativa de crédito, em proceder a arrecadação de fatura(s) de serviços emitidas pelo SAMAE, inclusive dívida ativa, na modalidade de débito automático em conta corrente, home/office banking internet, auto atendimento, recebimento em caixa e por meio de estabelecimento autorizados pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-106/2014.

PREÇO: O valor estimado dos serviços é de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

PRAZO: vigência de 27/08/2014 a 31/12/2014, podendo, entretanto ser automaticamente prorrogado através de Termo Aditivo até o limite previsto pela Lei nº 8.666/93, corrigido pelo IPCA - Índice de Preços do Consumidor Amplo do período ou outro que vier a substituí-lo.

DATA DA ASSINATURA: 27 de agosto de 2014.

CONTRATO Nº 2211/2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e MEGA ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução do Projeto Executivo, fabricação, fornecimento e montagem das estruturas metálicas, das telhas de cobertura e fechamento da Cobertura Principal - Antiga Delegacia Geral, dos elementos de fixação e vedação, das calhas e rufos, bem como todos os materiais e acabamentos necessários.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-2204/2014

PREÇO: R\$ 339.341,24 (trezentos e trinta e nove mil, trezentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos).

PRAZO: a vigência contrato decorrente desta licitação será de 120 (cento e vinte dias) a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA DA ASSINATURA: 04 de dezembro de 2014.

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 245/2012

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e ELETRO MECÂNICA IDEAL LTDA

OBJETO: prestação de serviços de manutenção e conserto, com fornecimento de peças e acessórios, em motores elétricos, bombas centrífugas e do tipo submersíveis.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 081/12

VALOR DO ADITIVO: R\$ 163.710,00 (cento e sessenta e três mil, setecentos e dez reais).

PRAZO: de 05 de dezembro de 2014 a 04 de dezembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 04 de dezembro de 2014.

**DECRETO Nº 10.498/2014**

DECRETO Nº 10.498, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam declarados de Utilidade Pública para instituição de servidão administrativa, com a finalidade de implantação de tubulação de drenagem de águas pluviais, os seguintes imóveis:

**I - DE BRUNA CAROLINE OECKSLER:**

Uma área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Nova, na Rua Regente Feijó, contendo 110,05m², fazendo frente em 2,00m com o lado par da Rua Regente Feijó, fundos em 6,84m com terras de Wilhel Toewe; estremando pelo lado direito em 49,92m com terras de Álvaro Boehme, e pelo lado esquerdo em três linhas, sendo a primeira de 47,92m, a segunda linha paralela ao fundo com 4,56m, e a terceira linha com 2,00m com terras remanescentes de Bruna Caroline Oecksler, sem benfeitorias, área essa que faz parte do todo matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº7.600;

**II - DE NIVALDO MOLINARI E CRISTIANI REGINA FELLER MOLINARI:**

Uma área de terras situada nesta cidade, no Bairro Asilo, na Rua João Ângelo Merlo, contendo 42,13m², fazendo frente em 2,00m com o lado par da Rua João Ângelo Merlo, fundos em 17,00m com terras de remanescentes de Nivaldo Molinari; estremando pelo lado direito em 6,00m com terras remanescentes de Nivaldo Molinari, e pelo lado esquerdo em duas linhas, sendo a primeira de 4,00m, a segunda linha com 15,34m, ambas com terras de Afonso Feldhaus, sem benfeitorias, área essa que faz parte do todo matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº38.689;

**III - DE VALMIR FABENI:**

Uma área de terras situada nesta cidade, no Bairro Itoupava Seca, na Rua Daniel Pfaffendorf, contendo 45,00m², fazendo frente em 2,00m com o lado ímpar da Rua Daniel Pfaffendorf, fundos em 2,00m com terras de Confecções Fischer Ltda.; estremando pelo lado direito em 22,50m com terras de Curt Kimmel, e pelo lado esquerdo em 22,50m com terras remanescentes de Valmir Fabeni, sem benfeitorias, área essa que faz parte do todo matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº47.070;

**IV - DE JOEL ROBERTO BENGHI:**

Uma área de terras situada nesta cidade, no Bairro Itoupava Seca, na Rua Teresópolis, contendo 60,60m², fazendo frente em 2,00m com o lado par da Rua Teresópolis, fundos em 8,00m com terras de Herminia Vicente e Dietmar Krueger; estremando pelo lado direito em duas linhas, a primeira de 22,30m e a segunda linha paralela aos fundos com 6,00m, ambas com terras remanescentes de Joel Roberto Benghi, e pelo lado esquerdo em 24,30m com terras de Fernando Elimar Pfau, sem benfeitorias, área essa que faz parte do todo matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº4.503;

**V - DE LUIS AUGUSTO ROVELA:**

Uma área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vorstadt, na Rua Anitápolis, contendo 72,96m², fazendo frente em 3,00m com o lado ímpar da Rua Anitapolis, fundos em 3,00m com o lado par da Rua Andrino Fermio Serpa; estremando pelo lado direito em 24,32m com terras remanescentes de Luis Augusto Rovela, e pelo lado esquerdo em 24,32m com terras de Vicente Wippel, sem benfeitorias, área essa que faz parte do todo matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº32.124;

**VI - DE MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA:**

Uma área de terras situada nesta cidade, no Bairro Água Verde, na Rua Carl Wahle, contendo 70,00m², fazendo frente em 2,00m com o lado par da Rua Carl Wahle, fundos em 2,00m com terras de Brulino José Gomes; estremando pelo lado direito em 35,00m com terras remanescentes de Marco Aurélio de Oliveira, e pelo lado esquerdo em 35,00m com terras de Maurino José Gomes, sem benfeitorias, área essa que faz parte do todo matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº27.398;

**VII - DE VALTER RAVAZZI:**

Uma área de terras situada nesta cidade, no Bairro Escola Agrícola, na Rua João Ângelo Merlo, contendo 74,00m², fazendo frente em 2,00m com o lado par da Rua João Ângelo Merlo, fundos em 6,00m com terras de João Andrino Filho e Silvania Nahring; estremando pelo lado direito em 35,00m com terras de Serafim Cipriani, e pelo lado esquerdo em três linhas, sendo a primeira em direção aos fundos de 33,00m, a segunda de 4,00m e a terceira linha novamente em direção aos fundos de 2,00m, todas com terras remanescentes de Valter Ravazzi, sem benfeitorias, área essa que faz parte do todo matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº20.678;

**VIII - DE SILVANIA NAHRING:**

Uma área de terras situada nesta cidade, no Bairro Escola Agrícola, na Rua Arthur Nahring, contendo 50,00m², fazendo frente em 2,00m com o lado par da Rua Arthur Nahring, fundos em 2,00m com terras de Serafim Cipriani; estremando pelo lado direito em 25,00m com terras de Marcos Samuel Barbosa e Valdete Klauermann, e pelo lado esquerdo em 25,00m com terras remanescentes de Silvania Nahring, sem benfeitorias, área essa que faz parte do todo matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº17.312.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 04 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.500/2014**

DECRETO Nº 10.500, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO DE ADMISSÃO E EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no âmbito da competência que lhe atribui o art. 59, VII e o art. 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29/03/1990, com fundamento nas Leis Complementares nº 660, de 28/11/2007 e nº 792, de 15/04/2011, e em atenção ao que estabelecem as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do



Estado de Santa Catarina nº 01,  
de 21/06/2006 e nº 011, de 16/11/2011,

**DECRETA:**

Art. 1º Este Decreto estabelece os procedimentos para a admissão e exoneração de servidores públicos municipais em cargos de provimento em comissão do Poder Executivo Municipal de Blumenau.

Art. 2º A nomeação de servidores para cargos de provimento em comissão será requerida pelo Gabinete do Prefeito Municipal ao setor competente da Diretoria de Pessoal, da Secretaria de Administração, através de comunicação interna com especificação do nome completo do indicado.

Art. 3º A Diretoria de Pessoal solicitará ao indicado a apresentação dos seguintes documentos:

I - cópias da certidão de nascimento ou casamento, da cédula de identidade, do CPF e de comprovante de residência com data não superior a 60 (sessenta) dias;

II - cópia do comprovante de quitação das obrigações militares, quando for o caso;

III - cópia do título de eleitor;

IV - atestado médico admissional original para o exercício do cargo;

V - cópia das páginas de identificação e numeração da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

VI - cópia do cartão do PIS ou Pasep;

VII - diploma ou comprovante de escolaridade;

VIII - declaração de abertura de conta expedida pela instituição bancária;

IX - cópia certidão de nascimento e da carteira de vacinação do(s) filho(s) menor(es) de 14 anos, caso houver(em);

X - Certidão de antecedentes criminais;

XI - Certidão de quitação eleitoral;

XII - Certidão de negativa criminal eleitoral;

XIII - Certidão negativa de benefícios do INSS;

XIV - declaração negativa de penalidade disciplinar;

XV - declaração de ingresso no serviço público;

XVI - declaração de bens;

XVII - declaração de que não se enquadra em nenhuma das hipóteses contidas na Lei Complementar nº 792/2011.

Parágrafo único. Na declaração a que se refere o inciso XVII o candidato deverá atestar que não possui relação de parentesco em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau, em relação à autoridade nomeante ou de servidor público ocupante de cargo de provimento em comissão do Poder Executivo.

Art. 4º Após a entrega de toda a documentação exigida no artigo 3º, deste Decreto, com exceção do atestado referido inciso IV, do mesmo artigo, a Diretoria de

Pessoal solicitará à Procuradoria Geral do Município, por comunicação interna, a edição da Portaria de Nomeação do indicado ao cargo.

Art. 5º A Procuradoria Geral do Município, após edição da Portaria de Nomeação do indicado, encaminhá-la-á ao Gabinete do Prefeito Municipal para assinatura e consecutiva publicação do ato no Diário Oficial dos Municípios - DOM-e.

Art. 6º Publicada a Portaria de Nomeação no DOM-e, o Gabinete do Prefeito encaminhará à Diretoria de Pessoal uma cópia do ato, informando a data de sua publicação.

Art. 7º Competirá à Diretoria de Pessoal dar posse e exercício ao indicado ao cargo, mediante a assinatura dos respectivo termo.

§1º A posse no cargo de provimento em comissão fica condicionada à apresentação do atestado médico admissional.

§2º O termo de posse e exercício indicará a data do início das funções no cargo, a qual nunca será anterior à data de realização do exame admissional.

Parágrafo único. O servidor somente iniciará o exercício do cargo após a entrega da documentação exigida no art. 1º.

Art. 8º O servidor público ocupante de cargo de provimento em comissão deverá apresentar, anualmente, declaração de bens atualizada.

§1º A declaração de bens compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no Exterior e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

§2º O documento a que se refere este artigo poderá ser substituído, a critério do servidor, pela cópia da declaração anual de bens enviada à Delegacia da Receita Federal para cumprimento de obrigação relativa ao Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 9º Na hipótese de exoneração, o servidor público ocupante de cargo em comissão deverá apresentar o respectivo atestado demissional e declaração de bens atualizada.

§1º A não apresentação dos documentos previstos neste artigo não constitui óbice à exoneração do servidor, mas impede o recebimento dos valores decorrentes da extinção do vínculo.

§2º Na Portaria de exoneração de servidor público ocupante de cargo em comissão deverá constar a data de extinção do vínculo.

Art. 10. Os procedimentos instituídos por este Decreto são aplicáveis, no que couber, às nomeações de servidores públicos municipais efetivos para cargos de provimento em comissão.

Art. 11. As disposições deste Decreto são extensíveis às autarquias e às fundações públicas municipais.

Art. 12. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 09 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO Nº 327/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 327/2014

Dispensa de Licitação nº. 163/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede na Rua Antônio da Veiga, 140, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento licitatório com fundamento no Artigo 24, Incisos V e VII, da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA O HOSPITAL ESCOLA VETERINÁRIO (HEV) DA FURB.

Blumenau, 4 de dezembro de 2014.  
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 328/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 328/2014

Dispensa de Licitação nº. 164/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede na Rua Antônio da Veiga, 140, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento licitatório com fundamento no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais alterações, para a prestação de SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA O PROJETO "FORTALECER E AMPLIAR AS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BLUMENAU E REGIÃO", RESULTANTE DE CONVÊNIO ASSINADO ENTRE A FURB E O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

Blumenau, 4 de dezembro de 2014.  
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

**LEI COMPLEMENTAR Nº 953/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 953, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 745, DE 19 DE MARÇO DE 2010, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE BLUMENAU DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, DO ENSINO MÉDIO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE, ESTABELECE REGRAS RELATIVAS AO QUADRO RESPECTIVO, AO REGIME DE TRABALHO E AOS PLANOS DE CARRERAS, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS E COMPLEMENTARES".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O caput e o §1º do art. 12 da Lei Complementar nº 745, de 19 de março de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação, transformando-se o §1º em parágrafo único:

"Art. 12. A aprovação em concurso público para o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário do quadro do Magistério Superior confere ao docente o credenciamento automático, após a sua posse.

Parágrafo Único. O credenciamento habilita o docente para o exercício do magistério superior e lhe garante a titularidade da matéria/componente curricular ou disciplina objeto do concurso."

Art. 2º Os artigos adiante indicados da Lei Complementar nº 745, de 19 de março de 2010, passam a vigorar com a seguinte

redação:

"Art. 21. O regime de TI é atribuído ao docente do quadro do magistério superior que se obriga a prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho à FURB, nele reservado pelo menos 20 (vinte) horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, execução de projetos especiais, desenvolvimento e execução de projetos relacionados à inovação, planejamento, avaliação, capacitação ou de administração universitária ou acadêmica.

Art. 22. Podem requerer regime de TI os docentes do quadro do magistério superior da FURB que atendam as condições estabelecidas em resolução própria.

[...]

Art. 27. Os requerimentos para o regime de TI, aprovados pelos Departamentos e Unidades Universitárias, deverão ser encaminhados pelo Departamento ao setor de Gestão de Pessoas.

[...]

Art. 29. Os docentes em regime TI devem cumprir os seguintes requisitos, sob pena de perda desse regime:

I - apresentação e aprovação pelo Departamento do seu relatório anual de atividades que constituem seu Plano de Trabalho Individual - PTI;

II - avaliação considerada satisfatória de acordo com norma específica que regulamentará a avaliação do desempenho docente das atividades constantes no Plano de Trabalho Individual - PTI.

Art. 30. Não atendidas as condições estabelecidas, o docente perderá condição de TI em processo aprovado pelo Conselho Universitário - CONSUNI, a partir de proposta da Reitoria e ouvido o interessado.

[...]

Art. 32. A carga horária, a distribuição e o horário de desempenho das atividades devem constar no Plano de Trabalho Individual - PTI, aprovado anualmente pelo Departamento ao qual o docente está vinculado.

[...]

Art. 40. [...]

I - acompanhar os processos de ingresso, promoção ou progressão docente, zelando pelo cumprimento do plano de carreira;

[...]

Art. 43. O professor efetivo cumprirá no mínimo a carga horária definida no edital de concurso público em que foi aprovado, vedada sua redução."

Art. 3º Ficam revogados o §2º do art. 12, o art. 14, os incisos IV e V do art. 40 e o art. 42 da Lei Complementar nº 745, de 19 de março de 2010.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 08 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 954/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 954, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 833, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O caput e o §4º do art. 10 da Lei Complementar nº 833, de 13 de dezembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 O CMPC será composto por 20 (vinte) Conselheiros titulares e suplentes, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo:

[...]

§4º O exercício da função de conselheiro é considerado de interesse público relevante e não será remunerado”.

Art. 2º Fica acrescido o art. 10-A à Lei Complementar nº 833, de 13 de dezembro de 2011, com a seguinte redação:

“Art. 10-A As despesas relativas à locomoção, diárias e inscrições para a participação de Conselheiro não-governamental em eventos fora do Município deverão ser previamente submetidas à apreciação do CMPC e da Administração, e serão custeadas desde que encontrem respaldo financeiro no orçamento do órgão gestor da política municipal de cultura.

Parágrafo único. A concessão de diárias aos Conselheiros obedecerá os mesmos critérios utilizados pela Administração em relação aos seus servidores, aplicando-se ao Conselheiro o valor especificado no regulamento do benefício, sob a rubrica “demais servidores”.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 08 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 8.052/2014**

LEI Nº 8.052, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DENOMINA DE “OSNI AMARO DE SOUZA”, PRAÇA PÚBLICA A SER CONSTRUÍDA NA RUA TERESINA, NO BAIRRO BOM RETIRO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Praça Osni Amaro de Souza, a praça pública a construída no lado ímpar da Rua Teresina, na esquina com a Rua Hermann Hering, no Bairro Bom Retiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 08 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 8.053/2014**

LEI Nº 8.053, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 370, DE 28 DE AGOSTO DE 1952; Nº 2.289, DE 19 DE OUTUBRO DE 1977; Nº 2.000, DE 24 DE ABRIL DE 1974; Nº 2.513, DE 08 DE NOVEMBRO DE 1979; Nº 2.508, DE 22 DE OUTUBRO DE 1979; Nº 3.130, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1984; Nº 4.276, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1993; DENOMINA PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA; REVOGA EM PARTE A LEI Nº 2.121, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1975, QUANTO À DENOMINAÇÃO DA RUA VEREADOR HERBERT SCHWEIGERT, E REVOGA A LEI Nº 5.037, DE 10 DE JULHO DE 1998.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 370, de 28 de agosto de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

[...]

Rua 25 DE AGOSTO - a via pública que tem início na Rua 2 de Setembro, ao lado do nº 380, no Bairro Itoupava Norte, e término na Rua Fritz Kogles, no Bairro Fortaleza, passando a incorporar parte da Rua Francisco Schneider e parte da via projetada 44.”

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 2.289, de 19 de outubro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

No Bairro Itoupava Central:

a) Rua Carlos Lingner - a via pública com início na Rua Gustavo Zimmermann, ao lado do nº 3.960, com a extensão de 94,00m (noventa e quatro metros) e que tem seu término na Rua Jacob Laforce.

b) Rua Jacob Laforce - a via pública com início na Rua Gustavo Zimmermann, ao lado do nº 3.988, com a extensão de 210,00m (duzentos e dez metros).”

Art. 3º A Rua Augusto Schoenau, denominada pela Lei nº 2.000, de 24 de abril de 1974, e inicialmente pela Lei nº 1.962, de 23 de agosto de 1973, passa a obedecer a seguinte descrição:

“Rua Augusto Schoenau, a via pública localizada no Bairro Itoupava Norte, com início no lado ímpar da Rua 25 de Julho, ao lado do nº 621 e término na via projetada 44, ora denominada como prolongamento da Rua São Ludgero, com 85,00m (oitenta e cinco metros) de extensão.”

Art. 4º O art. 2º da Lei nº 2.513, de 08 de novembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Denominar-se-á como Rua Francisco Schneider, a via pública localizada no lado par da Rua 25 de Agosto, no bairro Itoupava Norte, distando cerca de 25,00m da casa nº 500, com 120,00m

(cento e vinte metros) de extensão.”

Art. 5º O art. 2º da Lei nº 2.508, de 22 de outubro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Denominar-se-á como Rua São Ludgero, a via pública localizada no Bairro Itoupava Norte, com início no lado par da Rua 25 de Agosto, acerca de 15,00 metros do nº 500, e término na Rua 25 de Julho, com a extensão de 290,00m (duzentos e noventa metros), incorporando parte da via projetada nº 44, o trecho final da Rua Augusto Schoenau, e a Rua Inominada 4.314.”

Art. 6º O art. 1º da Lei nº 3.130, de 29 de novembro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

No Bairro Itoupava Norte:

a) Rua “Roseli Schoenau”, a que se localiza no lado ímpar do prolongamento da Rua São Ludgero, distante cerca de 160,00m da Rua 25 de Agosto, e seu prolongamento, de acordo com a planta de desmembramento aprovada em nome de Yara Schulte, Processo nº 679/93, em 18/02/1993, totalizando 195,00m (cento e noventa e cinco metros) de extensão.”

Art. 7º O inciso I do art. 1º da Lei nº 4.276, de 29 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

I - No bairro Itoupava Norte: Olga Krutzsch, a que se inicia no lado par do prolongamento da Rua São Ludgero, distando cerca de 230,00 metros da Rua 25 de Agosto, com 110,00m (cento e dez metros) de extensão.”

Art. 8º É denominado com o mesmo nome de Rua São Valentim, dado pela Lei nº 1.962, de 23 de agosto de 1.973, o prolongamento daquela via pública, localizada no Bairro Itoupava Norte, em mais 470,00m (quatrocentos e setenta metros), que passa a incorporar parte da via projetada nº 44, e o final da Rua Otto Mordhorst, totalizando 770,00m (setecentos e setenta metros) de extensão, com término na Rua 1º de Janeiro.

Art. 9º Ficam revogadas:

I - a Lei nº 2.121, de 05 de dezembro de 1975, quanto à denominação da Rua Vereador Herbert Schweigert.

II - a Lei nº 5.037, de 10 de julho de 1998, que deu nome à Rua Fernando de Souza e Silva.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 08 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 8.054/2014

LEI Nº 8.054, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

DENOMINA DE “RUA APAE”, VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO VILA NOVA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua APAE, a via pública que inicia no lado ímpar do virador da Rua Casemiro de Abreu, ao lado da casa 291, descrita como parte da área verde do loteamento de Ilse Ruediger, com 33,27 m (trinta e três metros e vinte e sete centímetros) de extensão e término no virador da Rua Frei Lucinio Korte, localizada no Bairro Vila Nova.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 08 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 18.283/2014

PORTARIA Nº 18.283, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 200/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

LILIAN ALVES PEREIRA, nomeada através da Portaria nº 18.227, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

AMANDA RAFAELLA DOS SANTOS, nomeada através da Portaria nº 18.227, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

KELI CRISTINA FERNANDES, nomeada através da Portaria nº 18.227, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

DEBORA KAMMER, nomeada através da Portaria nº 18.227, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

PATRICIA FELIZARI, nomeada através da Portaria nº 18.228, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

ROSENI CRISTINA BEHLING, nomeada através da Portaria nº 18.228, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de



provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

KATHRIN KRAFT, nomeada através da Portaria nº 18.228, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

MAIARA BABEL, nomeada através da Portaria nº 18.228, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

DAIANA KRUTZSCH CAMARGO, nomeada através da Portaria nº 18.228, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

FABIANI ADRIANO, nomeada através da Portaria nº 18.228, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

TATIANE ANTUNES MONTEIRO, nomeada através da Portaria nº 18.228, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

LIANE REINERT DESCHAMPS, nomeada através da Portaria nº 18.229, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

GREICE CRISTIANE GEISLER SEIBT, nomeada através da Portaria nº 18.229, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 08 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.284/2014**

PORTARIA Nº 18.284, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 200/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

ALBERTINA MONTIBELER, nomeada através da Portaria nº 18.229, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

BIBIANE JACINTO BITTERBRUN, nomeada através da Portaria nº 18.230, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo

Concurso Público nº 002/2014;

SUEINE THAYSE SCHULTE, nomeada através da Portaria nº 18.230, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

NEILA REGINA BARCELOS SPIESS, nomeada através da Portaria nº 18.230, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

SIMONE CRISTIANE FROELICH DE PRA, nomeada através da Portaria nº 18.230, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

GIOVANNA OFRETORIO DE OLIVEIRA MARTIN, nomeada através da Portaria nº 18.230, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

ELIZANDRA BRESSANINI, nomeada através da Portaria nº 18.230, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

ELIANE PHILIPPE, nomeada através da Portaria nº 18.230, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

JOSIANE APARECIDA DO NASCIMENTO, nomeada através da Portaria nº 18.231, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

GEICE MAIARA BRIG, nomeada através da Portaria nº 18.231, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

PATRICIA MARTINS LARGURA, nomeada através da Portaria nº 18.231, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

PATRICIA DE MARCHI, nomeada através da Portaria nº 18.231, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

ROSILENE MARIA PORTO, nomeada através da Portaria nº 18.231, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 08 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 18.285/2014**

PORTARIA Nº 18.285, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 200/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

NATALI APARECIDA TILLMANN, nomeada através da Portaria nº 18.231, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

VANILDA GONÇALVES, nomeada através da Portaria nº 18.231, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

LUCIANE HINTERHOLZ, nomeada através da Portaria nº 18.232, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

CLAUDIA APARECIDA SOARES DE ALMEIDA, nomeada através da Portaria nº 18.232, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

CLARISSA TESTONI, nomeada através da Portaria nº 18.232, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

ROSEMERI ZEFERINO, nomeada através da Portaria nº 18.232, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

EDUARDA KRAUSS, nomeada através da Portaria nº 18.232, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

JOSIANE DA LUZ, nomeada através da Portaria nº 18.232, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

MICHELE KRAMATSCHEK BUENO, nomeada através da Portaria nº 18.233, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

LAIZA MAIARA SCHLICKMANN MINATTO, nomeada através da Portaria nº 18.233, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

ADRIANA PATRICIA DA COSTA BRETZKE, nomeada através da Portaria nº 18.233, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil,

aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

MAIKE REGINA CORREA, nomeada através da Portaria nº 18.233, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

ADRIANA GAVAZZONI, nomeada através da Portaria nº 18.234, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 08 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.286/2014**

PORTARIA Nº 18.286, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 200/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

SCHEILA APARECIDA DE OLIVEIRA, nomeada através da Portaria nº 18.234, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

RAQUELLEN MILBRATZ, nomeada através da Portaria nº 18.235, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

MARIA LENIR CAMARGO DOS SANTOS HENCKEMAIER, nomeada através da Portaria nº 18.235, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

PATRICIA MANZKE, nomeada através da Portaria nº 18.235, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

MARA REGINA ROSSI HORACIO BORBA, nomeada através da Portaria nº 18.235, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

MARCIA RODRIGUES, nomeada através da Portaria nº 18.235, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

SHIRLEI CARLA ZANCANELLA, nomeada através da Portaria nº 18.235, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo

Concurso Público nº 002/2014;

ROSANE MELLO DE ALMEIDA, nomeada através da Portaria nº 18.236, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

EDINEIA BRORING KORB, nomeada através da Portaria nº 18.259, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

FRANCIELLE RODRIGUES, nomeada através da Portaria nº 18.259, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

MARILEUSA GARDOLIN FEUSER, nomeada através da Portaria nº 18.259, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

GERLANE CRISTINA PEREIRA, nomeada através da Portaria nº 18.259, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

CRISTINA MATYSZIM FLORES, nomeada através da Portaria nº 18.259, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 08 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.287/2014**

PORTARIA Nº 18.287, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 200/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

ISIS JULIE RAUBER GROTMANN, nomeada através da Portaria nº 18.258, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

LIGIA SCHMITT DE MOURA, nomeada através da Portaria nº 18.258, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

THYARA ANTONIELLE DEMARCHI, nomeada através da Portaria nº 18.258, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

JULIANA IBIAPINA CHIARADIA FISCHER, nomeada através da Portaria nº 18.258, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

SORAYA MAGALY BOZZANO, nomeada através da Portaria nº 18.258, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

RUBIA GUIOMAR DOS SANTOS THOMSEN, nomeada através da Portaria nº 18.258, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

SIMARA MARI REICHERT, nomeada através da Portaria nº 18.258, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

MAISE RODRIGUES DO NASCIMENTO FIDLER, nomeada através da Portaria nº 18.257, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

PRISCILA DE SOUZA, nomeada através da Portaria nº 18.257, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

OLINDA HEIDEN, nomeada através da Portaria nº 18.257, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

MARIA LUCIA FERNANDES, nomeada através da Portaria nº 18.257, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

TECLA WERNKE PEREIRA, nomeada através da Portaria nº 18.257, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

AUDREY ROSENDROCK, nomeada através da Portaria nº 18.257, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 08 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.288/2014**

PORTARIA Nº 18.288, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 200/2014,  
da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública,  
a nomeação dos seguintes cidadãos:

ELISABETE APARECIDA ESPINDOLA, nomeada através da Portaria nº 18.257, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

SAMANTHA ELOUIZE RAUTT DE BORBA, nomeada através da Portaria nº 18.257, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

KATIANE MORAES BRAGAGNOLO GRUNDMANN, nomeada através da Portaria nº 18.257, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

FRANCIELE MAXIMIANO DE SOUZA, nomeada através da Portaria nº 18.257, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

LOURDES KONKEVITZ, nomeada através da Portaria nº 18.256, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

CIRLENE PAULI BARG, nomeada através da Portaria nº 18.256, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

MARIA CAROLINE DA SILVA, nomeada através da Portaria nº 18.256, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 08 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.289/2014**

PORTARIA Nº 18.289, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CONCEDE EXONERAÇÃO A GERALDO PFIFFER  
DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO

a GERALDO PFIFFER, do cargo em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeado pela Portaria nº 17.678, de 28 de março de 2014, a contar desta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 08 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.292/2014**

PORTARIA Nº 18.292, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - GARCIA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso XVIII, do art. 7º, combinado com o inciso IV do art. 20 da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e conforme Memorando SEMUDES nº 412/2014, de 03/12/2014, resolve:

NOMEAR

ALINE MERISIO para exercer a função de Conselheira Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente - Garcia, no período sucessivo de férias dos Conselheiros Tutelares titulares - Garcia, de 08/12/2014 à 26/01/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 08 de dezembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.293/2014**

PORTARIA Nº 18.293, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL R.P. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 209, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007:

**RESOLVE:**

I - Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar a ser conduzido pela Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias 15.145, 31/10/2011, 15.579, de 02/04/2012 e 17.341, de 21/10/2013, para apurar a responsabilidade do servidor público municipal R.P., matrícula nº 114367, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras Públicas, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, de acordo com os Memorandos SESUR DSU nºs 446/13 e 447/13, Boletim de Ocorrência nº 00054-2013-06758, demais documentos e relatório final nos autos da Sindicância Administrativa nº 002/2013, por infringir, em tese, os arts. 177, XIII e 190, I, IV, da LC 660/07, este último combinado com o art. 10, XII e XIII e com o art. 11, I, da Lei Federal nº 8.429/92;

II - Anular a Portaria nº 17.435, de 11 de dezembro de 2013, em cumprimento à decisão judicial nos Autos do Mandado de Segurança nº 0001490-05-2014.8.24.0008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,

em 08 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**TERMO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2214/2014 - SAMAE****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2214/2014 - Aquisição de materiais diversos (parafusos, agarrás, lixas, eletrodos, anéis de vedação, manômetros, braçadeiras...) para uso das equipes operacionais do SAMAE.

CONTRATADA: Reflo Comercio de Ferros Ltda EPP . (CNPJ: 83.496.810/0001-08)

Item 01

Valor Total R\$ 172,00

Item 03

Valor Total R\$ 55,50

Item 04

Valor Total R\$ 73,00

Item 05

Valor Total R\$ 41,00

Item 06

Valor Total R\$ 134,00

Item 07

Valor Total R\$ 162,00

Item 08

Valor Total R\$ 218,00

Item 09

Valor Total R\$ 52,00

Item 10

Valor Total R\$ 24,00

Item 11

Valor Total R\$ 42,00

Item 12

Valor Total R\$ 250,00

Item 13

Valor Total R\$ 265,00

Item 14

Valor Total R\$ 120,00

Item 15

Valor Total R\$ 40,00

Item 16

Valor Total R\$ 275,00

Item 17

Valor Total R\$ 92,50

Item 18

Valor Total R\$ 160,00

Item 19

Valor Total R\$ 120,00

Item 20

Valor Total R\$ 140,00

Item 21

Valor Total R\$ 215,00

Item 22

Valor Total R\$ 1.400,00

Item 23

Valor Total R\$ 15.170,00

Item 24

Valor Total R\$ 21,00

Item 25

Valor Total R\$ 25,50

Item 26

Valor Total R\$ 20,40

Item 27

Valor Total R\$ 48,00

Item 28

Valor Total R\$ 59,40

Item 29

Valor Total R\$ 69,60

Item 30

Valor Total R\$ 75,30

Item 31

Valor Total R\$ 18,00

Item 32

Valor Total R\$ 28,20

Item 33

Valor Total R\$ 30,60

CONTRATADA: . TOKIKO MITSUMOTO EPP (CNPJ: 06.009.715/0001-91)

Item 36

Valor Total R\$ 1.070,00

Item 37

Valor Total R\$ 1.070,00

Item 38

Valor Total R\$ 1.070,00

Item 39

Valor Total R\$ 1.284,00

Item 40

Valor Total R\$ 2.140,00

Item 41

Valor Total R\$ 2.140,00

Item 42

Valor Total R\$ 4.280,00

**TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL**

Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal condu-ta, revogam-se os itens 02, 34 e 35 da licitação acima epigrafada.



**TERMO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2215/2014 - SAMAE****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2215/2014 - Aquisição de janelas de correr, 04 folhas (02 fixas e 02 móveis), vidro temperado, alumínio e ferragens na cor branca e conjunto de portas de correr de alumínio na cor incolor, com instalação.

CONTRATADA: ALDO AZEVEDO ALVEZ - ME (CNPJ: 01.558.099/0001-04)

Item 01

Valor mensal R\$ 1.000,00

Valor Total R\$ 1.000,00

Item 02

Valor unitário R\$ 950,00

Valor Total R\$ 8.550,00

Item 03

Valor unitário R\$ 1.300,00

Valor Total R\$ 2.600,00

Valor Total R\$ 12.150,00

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE RESULTADO GERAL DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**

Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina

AVISO DE RESULTADO GERAL DO  
JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS  
Processo Licitatório nº 40-01/2014  
Concorrência Pública nº 40-01/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, estabelecida à Rua XV de Novembro, 55, centro, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.184.226/0001-17, em cumprimento ao disposto no inciso VIII do § 4º, do art. 11 da Lei 12.232/2010, torna pública, para a fruição do razo recursal, a apuração do resultado geral das propostas técnicas apresentadas ao Processo Licitatório nº 40-01/2014 - Tomada de Preços nº 40-01/2014 para contratação de serviços de agência de publicidade, classificando-se em primeiro lugar a agência PENSO COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ/MF: 10.750.218/0001-17), com o total de 133,875 pontos; em segundo lugar a agência ATIVA COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ/MF: 81.871.543/0001-86), com o total de 125,125 pontos; em terceiro lugar a agência METRA PUBLICIDADE LTDA (CNPJ/MF: 81.814.527/0001-51), com o total de 121,875 pontos; e, em quarto lugar a agência SAL PROPAGANDA LTDA (CNPJ/MF: 13.343.928/0001-10), com o total de 103,125 pontos.

Blumenau (SC), 8 de dezembro de 2014.  
DULCENÉIA DE SOUSA ROEPKE  
Presidente da Comissão de Licitação

**Bom Jesus do Oeste****PREFEITURA****DECRETO Nº. 4627/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4627/2014 de 08 de Dezembro de 2014

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02698/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

**D E C R E T A:**

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02698/2014, que tem por objeto Aquisição de peças e serviços mecânicos para recuperação de retroescavadeira New Holland LB 0110.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Copini & Cia Ltda	Pistão Sapata 87410346	1,00	5.780,00
2	Copini & Cia Ltda	Articulação Direção 85824351	1,00	6.565,00
3	Copini & Cia Ltda	Rolamento Cubo Dianteiro Maior 8735286	1,00	890,00
4	Copini & Cia Ltda	Rolamento Cubo Dianteiro Menor 87344175	1,00	781,00
5	Copini & Cia Ltda	Retentor Maior Cubo Dianteiro 85812364	1,00	348,00
6	Copini & Cia Ltda	Retentor Ponta de Eixo Dianteira 85812365	1,00	348,10
7	Copini & Cia Ltda	Disco de Freio 87308013	8,00	4.640,00
8	Copini & Cia Ltda	Placa Fica-xão Freio 87305713	8,00	7.560,00
9	Copini & Cia Ltda	Oleo ATF	40,00	1.360,00



10	Copini & Cia Ltda	Junta Esferica 85805975	2,00	1.036,00
11	Copini & Cia Ltda	Tirante 85805977	2,00	896,00
12	Copini & Cia Ltda	Haste Pistão Direção 85805992	1,00	2.345,00
13	Copini & Cia Ltda	Pino Ar- ticulturação 85805980	4,00	732,00
14	Copini & Cia Ltda	Reparo Pistão Direção Eixo Cararo 85804617	1,00	1.445,00
15	Copini & Cia Ltda	Aste Giro Lança 75313757	2,00	1.110,00
16	Copini & Cia Ltda	Reparo Cilindro Giro 85813216	2,00	1.111,00
17	Copini & Cia Ltda	Bucha Aste Giro Pistão 76863111	4,00	1.240,00
18	Copini & Cia Ltda	Bucha Braço Pistão 76853001	2,00	250,00
19	Copini & Cia Ltda	Retentor Gra- xa 85812176	4,00	412,00
20	Copini & Cia Ltda	Pino Aste Giro Lança 76832106	2,00	400,00
21	Copini & Cia Ltda	Serviço de Solda Mig para Recu- peração de Concha	17,00	3.655,00
22	Copini & Cia Ltda	Serviço Meca- nico para Tro- ca de Cubo Dianteiro, Retentores, Manutenção de Freio e Escareamen- to de Concha e Braço da Concha e Troca de Aste, Buchas e Pinos	41,00	7.175,00

cinquenta mil e setenta e nove  
reais e dez centavos

50.079,10

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 08/12/14.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## Bom Retiro

### PREFEITURA

#### 1002.12.14 - P. FÉRIAS JONAS I. PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 964/14 de 08.12.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

#### RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Jonas Inocência Pereira, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para gozá-las a contar de 08 de dezembro com término no dia 06 de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
08 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### 1004.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA A. DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1004/14 de 08.12.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 03 de dezembro de 2014, a funcionária Maria Anita Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
08 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1005.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE TATIANI CASTANHEIRO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 1005/14 de 08.12.14  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 06 (seis) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 05 de dezembro com término no dia 10 de dezembro de 2014, a funcionária Tatiani Castanheiro, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
08 de dezembro de 2014.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1006.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ROSA O. V. FERREIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 1006/14 de 08.12.14  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 04 de dezembro de 2014, a funcionária Rosa Olívia Vieira Ferreira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antônia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
08 de dezembro de 2014.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1007.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IOLANDA F. B. PADILHA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 1007/14 de 08.12.14  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores

Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 04 e 05 de dezembro de 2014, a funcionária Iolanda de Brida Padilha, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
08 de dezembro de 2014.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1008.12.14 - P. FÉRIAS PECUNIA EVERALDO GOEDERT**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 1008/14 de 08.12.14  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Everaldo Goedert, Ocupante do cargo de Motorista - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 094/2014 de 08 de dezembro de 2014, para gozá-las a contar do dia 08 de dezembro com término no dia 06 de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
08 de dezembro de 2014.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1009.12.14 - P. FÉRIAS PECUNIA VALDIR W. HINCKEL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 1009/14 de 08.12.14  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao funcionário Valdir Walter Hinckel, Ocupante do cargo de Motorista - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com

exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 095/2014 de 08 de dezembro de 2014, para gozá-las a contar do dia 08 de dezembro com término no dia 06 de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
08 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **1010.12.14 - P. EXON. LEONARDO WIGGERS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1010/14 de 08.12.14

Exonera Servidor a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

#### **RESOLVE:**

Conceder exoneração ao servidor Leonardo Wiggers, do Cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária - Padrão I - Nível - 09, do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Temporário do Município, através da Portaria n.º 098/2014 de 09.01.14, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 08 de dezembro de 2014, conforme pedido de exoneração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
08 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **EXTRATO 1º TA CONTRATO 02/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato 1º Termo Aditivo do Contrato nº 02/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Irmãos Capistrano Comercio de Combustíveis Ltda.

Objeto: Aquisição de combustível para veículos Transporte Escolar, Frota Municipal dos Transportes e Agricultura, Gabinete do Prefeito com abastecimento na bomba do Posto Vencedor, localizado no Perímetro urbano para o Município de Bom Retiro, para o exercício de 2014. Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço) sendo concedido aditivo de acréscimo no percentual de 25,00% na quantidade de litros do Item 1- Óleo Diesel S-10, totalizando 6.250 litros, acréscimo no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) e acréscimo no percentual de 25,00% na quantidade de litros do item 3 - Gasolina, totalizando 2.250 litros, acréscimo no valor de R\$ 7.132,50 (sete mil cento e trinta e dois reais e cinquenta centavos), conforme faculta legislação vigente. Com o aditivo o contrato original terá um acréscimo no valor de R\$ 25.132,50 (vinte e cinco mil cento e trinta e dois reais e cinquenta centavos). Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Bom Retiro, 03 de dezembro de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

## **Brusque**

### **PREFEITURA**

### **PORTARIA Nº 9.438, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.438, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Gilson Rodrigues dos Santos, matrícula 680699-1, do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda - SINE, a partir de 01/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 9.439, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.439, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Rodolfo Ryan Beuting, matrícula 943096-0, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, a partir de 01/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

**EDITAL N. 046/2014 HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO**

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 046/2014

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.056/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 046/2014, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 046/2014 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 05 de dezembro de 2014, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 046/2014, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 09 de dezembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

**EDITAL Nº 49/2014 HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO**

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 049/2014

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.056/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 049/2014, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 049/2014 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 05 de dezembro de 2014, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 049/2014, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 09 de dezembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 51, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014 LEGISLATIVO**

Portaria Nº 51, de 9 de dezembro de 2014.

Concede Gratificação.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o Servidor da Câmara Municipal, Sr. Carlos Henrique Wehmuth - Diretor do Departamento Jurídico/Legislativo, para prestar serviços jurídicos junto à Comissão Especial para reformulação do Regimento Interno da Câmara Municipal, instaurado pela Resolução Administrativa nº 5, de 25 de outubro de 2013.

Art. 2º Ao Servidor nomeado conforme o art. 1º, aplica-se o disposto no art. 95 c/c art. 83, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009, a partir de 1º de dezembro de 2014 até o término dos trabalhos.

Art. 3º As despesas decorrentes correrão à conta de dotações do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2014.

Brusque, 02 de dezembro de 2014.

Guilherme Marchewsky

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 9.440, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.440, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Rodolfo Ryan Beuting para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda - SINE, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº 9.441, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**  
PORTARIA Nº 9.441, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Rafael da Silva para ocupar o cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Procuradoria-Geral do Município - PROCON, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de dezembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

**Caçador****PREFEITURA****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 04-2014 - FMAS**

Estado de Santa Catarina  
Município de Caçador/SC  
Fundo Municipal de Assistência Social  
Secretaria Municipal de Assistência Social

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2014**

O Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 04/2014 para a contratação do SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, CNPJ - 03.774.688/0006-60, com sede no município de Caçador sito a rua - Henriqueta Tedesco nº 192, para Ministrar Curso de noções básicas de mecânica de automóveis(customizados) a 25(vinte e cinco) adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas, com carga horária de 60 horas, Valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) pelo período de 6 meses, de conformidade com o artigo 24, Inciso XIII, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 09 de dezembro de 2014.  
Beatriz Ribeiro dos Santos,  
Secretária Municipal de Assistência Social

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 15/2014 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CAÇADOR  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2014

O Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2014, para Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNPJ - 34.028.316/0028-23, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS DISPONIBILIZADOS PELA EMPRESA, pelo período de 12(doze) meses, nos termos do artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 08 de dezembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 6.217/2014**

DECRETO nº 6.217, de 24 de novembro de 2014.  
Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

**DECRETA :**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área de 453,50m² (quatrocentos e cinquenta e três metros e cinquenta décímetros quadrados), de propriedade de Neide Maria Carneiro Moro e Outros, localizado na Rua Emilia Gioppo Brasil, objeto da matrícula nº 12.832, do Registro de Imóveis desta



Comarca, resultando em duas áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - uma área com 27,77m<sup>2</sup> (vinte e sete metros e setenta e sete décimos quadrados), iniciando-se no maco denominado 1=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 12.324; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 12.324 com o azimute 61°04'40" e a distância de 5,50 metros e até o ponto 2; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 24.049 com o azimute 151°04'40" e a distância de 5,05 metros até o ponto 5; deste, segue confrontando com o imóvel constante na matrícula nº 12.830 com o azimute 241°05'24" e a distância de 5,50 metros até o ponto 6; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 12.832 com o azimute 331°04'40" e a distância de 5,05 metros até o ponto 1=PP.

II - uma área com 425,73m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e cinco metros e setenta e três décimos quadrados), iniciando-se no marco denominado 1=PP, situado na confrontação com a Rua Emilia Gioppo Brasil; deste segue confrontando com a Rua Emilia Gioppo Brasil com o azimute 61°04'40" e a distância de 14,00 metros até o ponto 2; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 12.324 com o azimute 151°04'40" e a distância de 31,05 metros até o ponto 9; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 12.830 com o azimute 241°05'24" e a distância de 13,50 metros até o ponto 10; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0.612 com o azimute 330°09'19" e a distância de 31,05 metros até o ponto 1=PP.

Art. 2º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área de 669,00m<sup>2</sup> (seiscentos e sessenta e nove metros quadrados), de propriedade de Neide Maria Carneiro Moro e Outros, localizado na Rua Olívio Antônio Matos, objeto da matrícula nº 24.049, do Registro de Imóveis desta Comarca, resultando em duas áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - uma área com 32,32m<sup>2</sup> (trinta e dois metros e trinta e dois décimos quadrados), iniciando-se no marco denominado 2=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 12.324; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 12.324 com o azimute 61°04'40" e a distância de 6,40 metros até o ponto 3; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 24.049 com o azimute 151°04'40" e a distância de 5,05 metros até o ponto 4; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 24.049 com o azimute 241°04'40" e a distância de 6,40 metros e até o ponto 5; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 12.832 com o azimute 331°04'40" e a distância de 5,05 metros até o ponto 2=PP.

II - uma área com 636,68m<sup>2</sup> (seiscentos e trinta e seis metros e sessenta e oito décimos quadrados), iniciando-se no marco denominado 11=PP, situado na confrontação com os imóveis constantes das matrículas nº 12.324 e nº 12.328; deste segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 12.324 e nº 12.328 com o azimute 61°04'40" e a distância de 16,10 metros até o ponto 5; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 12.327 com o azimute 152°08'24" e a distância de 29,40 metros até o ponto 6; deste, segue confrontando com a Rua Olívio Antônio Matos com o azimute 237°24'58" e a distância de 22,00 metros até o ponto 7; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 12.830 com o azimute 331°04'40" e a distância de 25,75 metros até o ponto 8; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 12.324

com o azimute 61°04'40" e a distância de 6,40 metros até o ponto 12; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 12.324 com o azimute 331°04'40" e a distância de 5,05 metros até o ponto 11=PP.

Art. 3º Fica aprovado o remembramento dos terrenos urbanos abaixo descritos, em virtude dos desmembramentos dispostos nos arts. 1º e 2º, conforme segue:

I - as áreas de 32,32m<sup>2</sup> (trinta e dois metros e trinta e dois décimos quadrados) e 27,77m<sup>2</sup> (vinte e sete metros e setenta e sete décimos quadrados) serão remembradas a uma área de 364,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e quatro metros quadrados), objeto da matrícula nº 12.324, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Neide Maria Carneiro Moro e Outros, resultando após o remembramento em uma área unificada com 424,09m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e quatro metros e nove décimos quadrados), iniciando-se no marco denominado 2=PP, situado na confrontação com a Rua Emilia Gioppo Brasil; deste segue confrontando com a Rua Emilia Gioppo Brasil com o azimute 61°04'40" e a distância de 14,00 metros até o ponto 3; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 12.328 com o azimute 151°04'40" e a distância de 26,00 metros até o ponto 4; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 24.049 com o azimute 241°04'40" e a distância de 2,10 metros até o ponto 11; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 24.049 com o azimute 151°04'40" e a distância de 5,05 metros até o ponto 12; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula constante da matrícula nº 24.049 com o azimute 241°04'40" e a distância de 6,40 metros até o ponto 8; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 12.830 com o azimute 241°05'24" e a distância de 5,50 metros até o ponto 9; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 12.832 com o azimute 331°04'40" e a distância de 31,05 metros até o ponto 2=PP.

Art. 4º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos e remembramentos.

Art. 5º O Registro no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogado o Decreto nº 5.976, de 16 de abril de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 24 de novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

## DECRETO Nº 6.226/2014

DECRETO Nº 6.226, de 27 de novembro de 2014.

Reabre, em favor da Prefeitura Municipal de Caçador, pelos saldos apurados em 31 de dezembro de 2013, crédito especial, no valor de R\$ 640.177,36 (seiscentos e quarenta mil, cento e setenta e sete reais e trinta e seis centavos).

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, e atendendo ao disposto no art. 41, inciso II e art. 43, § 1º, incisos II e III da lei Federal nº 4.320/1964 art. 5º, alínea "c" da Lei 3.070, de 16 de dezembro de 2013, que estima a Receita e fixa

a Despesa para o exercício de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam reabertos os créditos especiais, abertos pela Lei nº 3.042, de 26 de setembro de 2013, em favor do órgão da Prefeitura Municipal de Caçador abaixo especificado, até o limite dos saldos apurados em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 640.177,36 (seiscentos e quarenta mil, cento e setenta e sete reais e trinta e seis centavos):

**02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

15.452.0021.2.080 - Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários

3.3.90.00.0024 - Aplicações Diretas ..... R\$ 300.000,00

4.4.90.00.0024 - Aplicações Diretas ..... R\$ 340.177,36

Total ..... R\$ 640.177,36

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

**DECRETO Nº 6231/2014**

DECRETO Nº 6.231, de 01 de dezembro de 2014

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, por conta do excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e atendendo ao disposto no art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/1964 e art. 5º, alínea "c" da Lei nº 3.070, de 16 de dezembro de 2013, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2014,  
DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 1.060.000,00 (um milhão e sessenta mil reais), conforme segue:

**02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

12.361.0011.2.046 - Aplicação Recursos do Fundeb 60%

3.1.90.00.0018 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.060.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas fontes de recurso 18 e 19 - Transferências do Fundeb 40%, na importância de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e Transferências do Fundeb 60%, na importância de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 6241/2014**

DECRETO Nº 6.242, de 05 de novembro de 2014

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, por conta do excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e atendendo ao disposto no art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/1964 e art. 5º, alínea "c" da Lei nº 3.070, de 16 de dezembro de 2013, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2014,  
DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):

**02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

15.451.0017.2.079 - Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00.0017 - Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00  
(um milhão de reais).

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na fonte de recurso 17 - Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública, na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 6242/2014**

DECRETO Nº 6.242, 05 de dezembro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº 3.070, de 16 de dezembro de 2013, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais):

**02.04 DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

06.181.0004.2.016 Manutenção da Divisão da Segurança Pública  
4.4.90.00.0055 - Aplicações Diretas ..... : R\$ 500,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais):

**02.04 DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

06.181.0004.2.016 Manutenção da Divisão da Segurança Pública

3.3.90.00.0055 - Aplicações Diretas .....  
..... : R\$ 500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

### RESOLUÇÃO Nº 28/2014 CMDCA

Resolução 28/2014 de 09 de dezembro de 2014

Dispõe sobre a convocação de suplentes do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Extraordinária do CMDCA realizada no dia quatro de dezembro de dois mil e quatorze, Ata nº 307.

Resolve:

Art. 1º - Convocar e nomear os seguintes conselheiros suplentes: Luciana Alves de Lima para que substitua a Conselheira Janete Aparecida Zaccaron Thomazi que encontra-se em Licença Maternidade até 04/03/2015, com um prazo de 72 horas para pronunciamento no RH da Prefeitura Municipal de Caçador e CMDCA e Gleci do Carmo Nurilles Píala para que substitua a Conselheira Sirlei Heinemann Weber que encontra-se em Licença Maternidade até 25/03/2015. Caso os mesmos não aceitem, será seguida a lista de chamamento das suplentes conforme Ata de eleição dos membros do Conselho Tutelar Gestão 2012-2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 09 de dezembro de 2014.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

### RESOLUÇÃO Nº 29/2014 CMDCA

Resolução 29/2014 de 09 de dezembro de 2014

Revoga a Resolução 19/2014 que dispõe sobre o repasse de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA para a Associação dos Excepcionais de Caçador- APAE

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007.

CONSIDERANDO que as Lojas Gavazzoni, CNPJ: 09.313.141/0196-62 e Benoit, CNPJ: 87.296.026/0149-48 não mantiveram o preço apresentado no orçamento.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Extraordinária do CMDCA realizada no dia quatro de dezembro de dois mil e quatorze, Ata nº 307.

Resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução 19/2014, de 06 de outubro de 2014 que dispõe sobre o repasse de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA para a Associação dos Excepcionais de Caçador- APAE, publicada no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina de 10/10/2014.

Caçador, 09 de dezembro de 2014.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

### REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO 135-2014 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

REVOGA-SE O PROCESSO DE LICITAÇÃO 135/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2014 TIPO: MENOR PREÇO OBJETO - AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO ZERO QUILOMETRO CABINE DUPLA 4X2, PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR SC. COM PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h 05min do dia 02/12/2014.- MOTIVO Nenhuma Empresa protocolou Proposta, Caracterizando uma Licitação Deserta, Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, ou por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 09 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,

Prefeito Municipal

### CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 008, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

RESOLUÇÃO nº 008, de 02 de dezembro de 2014.

Determina recesso administrativo na Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 43, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e,

CONSIDERANDO o recesso parlamentar;  
CONSIDERANDO o encerramento compulsório prévio do exercício financeiro do Poder Legislativo em relação ao Poder Executivo;  
CONSIDERANDO as festividades de final de ano;  
CONSIDERANDO a redução de despesas de funcionamento neste período em que as atividades administrativas e legislativas ficam na sua maioria suspensas;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar recesso administrativo da Câmara Municipal de Caçador, no período de 23 de dezembro de 2014 a 04 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,

PRESIDENTE

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 93/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 093/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 054/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIÚ.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 03/12/2015

1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 94/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 094/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 055/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS - SINAPI QUE INCLUI IMPRIMAÇÃO COM CM-30 - 1,2 L/M2, PINTURA DE LIGAÇÃO RR-2C - 1,0 A 1,20 L/M2 E CAMADA DE CAUQ - ESP = 4CM, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIÚ.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 05/12/2015

1ª Publicação.

### CC 003/14 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 003/2014 - FUNDESB

OBJETO: CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PELO PRAZO DA CONCESSÃO, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, À CONCESSIONÁRIA, PARA PRESTÁ-LOS AOS USUÁRIOS NA ÁREA DE CONCESSÃO, OBEDECIDAS A LEGISLAÇÃO VIGENTE E AS DISPOSIÇÕES DESTE EDITAL E DO CONTRATO.

TIPO DE JULGAMENTO: MELHOR TÉCNICA E PREÇO.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Fevereiro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 100,00 (CEM REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 09 de Dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### PR 103/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 103/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM CONTROLE DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA MODALIDADE DE LICENÇA DE USO NÃO PERMANENTE, NÃO EXCLUSIVO E NÃO TRANSFERÍVEL PARA GESTÃO TRIBUTÁRIA, NOTA FISCAL ELETRÔNICA, GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS E CONTROLE DE CEMITÉRIO E SERVIÇO DE MIGRAÇÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS, CONFORME PROJETO BÁSICO. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 15 (Quinze) de Janeiro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 09 de Dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 1312/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 1312/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZD3350	55727172E	01/10/2014	50100	162 * I	574.61
LZD3350	55727173E	01/10/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZD3350	55727174E	01/10/2014	65992	230 * V	191.53
MDP3137	55726992E	19/09/2014	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 1313/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 1313/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------



ASI8890	55727017E	14/09/2014	51851	167	127.69
IOF4332	55726597E	13/09/2014	51851	167	127.69
JGD7062	55727380E	23/09/2014	51851	167	127.69
MBJ5871	55727562E	28/09/2014	57380	186 * II	191.53
MDE3963	55726599E	13/09/2014	51851	167	127.69
MLB7423	55726985E	13/09/2014	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 159/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 159/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAT7996	55081564A	14/02/2003	65990	230 * V	191.53
KFQ6970	54872381A	19/02/2003	50100	162 * I	574.61
KFQ6970	54872382A	19/02/2003	52740	175	191.53
KFQ6970	54872381A	19/02/2003	58350	195	127.69
KFQ6970	54872381A	19/02/2003	57380	186 * II	191.53
KFQ6970	54872381A	19/02/2003	51690	165	957.69
LXD2617	55081926A	16/02/2003	51850	167	127.69
LYK1180	54872380A	18/02/2003	69120	232	53.20
LYK1180	54872380A	18/02/2003	58350	195	127.69
MAE7259	55081928A	18/02/2003	57460	187 * I	85.12
MAJ6254	55080800A	20/02/2003	55680	181 * XIX	127.69
MBB5070	55081929A	18/02/2003	65990	230 * V	191.53
MBG3469	55080799A	20/02/2003	66020	230 * VI	191.53
MBR9405	55082003A	10/02/2003	66370	230 * IX	127.69
MCF3632	55081930A	18/02/2003	65990	230 * V	191.53
MEZ7220	55081931A	20/02/2003	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 160/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 160/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADC9038	54873409A	23/02/2003	51690	165	957.69
BJE2743	55081503A	23/02/2003	51690	165	957.69
LZM7303	54872593A	25/02/2003	69120	232	53.20
MAN4604	54872934A	25/02/2003	70480	244 * II	191.53
MAN4604	54872934A	25/02/2003	70720	244 * V	191.53
MEX9540	55081423A	21/02/2003	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 161/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 161/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAV6597	55081015A	05/03/2003	55500	181 * XVIII	85.12
AKM2431	54872106A	03/03/2003	65990	230 * V	191.53
AKP8103	55081572A	26/02/2003	58350	195	127.69
AKP8103	55081570A	26/02/2003	52740	175	191.53
AKP8103	55081573A	26/02/2003	70480	244 * II	191.53
AKP8103	55081572A	26/02/2003	58190	193	574.61
AKP8103	55081571A	26/02/2003	52070	169	53.20
AKP8103	55081571A	26/02/2003	70300	244 * I	191.53
AKQ8662	54872104A	03/03/2003	65990	230 * V	191.53
LYL9004	54872107A	03/03/2003	66370	230 * IX	127.69
LZH5081	55081574A	02/03/2003	54520	181 * VIII	127.69
LZH5081	55081575A	02/03/2003	52740	175	191.53
LZH5081	55081577A	02/03/2003	69120	232	53.20
LZM2295	54872594A	05/03/2003	69120	232	53.20
MAC7357	55081855A	02/03/2003	51690	165	957.69
MAO5684	55082005A	26/02/2003	58780	199	85.12
MAO5684	55082005A	26/02/2003	59080	202 * I	127.69
MAS7710	54873412A	05/03/2003	69120	232	53.20
MAS7710	54873414A	05/03/2003	58350	195	127.69
MAS7710	54873411A	05/03/2003	66100	230 * VII	127.69
MAS7710	54873411A	05/03/2003	65990	230 * V	191.53
MAS7710	54873410A	05/03/2003	52740	175	191.53
MAS7710	54873413A	05/03/2003	69800	239	191.53
MAS7710	54873415A	05/03/2003	58350	195	127.69
MAT7884	55081081A	03/03/2003	51690	165	957.69
MAT7884	55081081A	03/03/2003	66450	230 * X	127.69
MAZ8773	54872109A	03/03/2003	66100	230 * VII	127.69
MBF5291	55081082A	03/03/2003	51690	165	957.69
MBI7432	54872108A	03/03/2003	66370	230 * IX	127.69
MBW3806	55081083A	03/03/2003	51690	165	957.69
MBW3806	55081083A	03/03/2003	70300	244 * I	191.53
MCO4359	55081079A	01/03/2003	50100	162 * I	574.61
MCT5542	54872103A	03/03/2003	66370	230 * IX	127.69
MDC5541	55081933A	06/03/2003	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 162/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 162/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFS9859	55081953A	12/03/2003	51850	167	127.69
HQX0358	55081957A	12/03/2003	51850	167	127.69
IAV5796	55081951A	08/03/2003	66020	230 * VI	191.53
ICY8631	55081935A	08/03/2003	70300	244 * I	191.53
ICY8631	55081936A	08/03/2003	66100	230 * VII	127.69
IEC6439	54872530A	07/03/2003	51690	165	957.69
IIZ9087	55081960A	12/03/2003	51850	167	127.69
LWV4673	55081961A	12/03/2003	51850	167	127.69
LWZ8108	55081090A	13/03/2003	51850	167	127.69
LXA9009	55081956A	12/03/2003	51850	167	127.69
LXB5652	55081095A	13/03/2003	51850	167	127.69
LXF3807	55081480A	08/03/2003	72340	250 * I * a	85.12
LXJ0210	55081958A	12/03/2003	51850	167	127.69
LXP8915	55081096A	13/03/2003	51850	167	127.69
LXU7008	54872595A	02/03/2003	69120	232	53.20
LXU7008	54872595A	02/03/2003	65990	230 * V	191.53
LXZ9787	55081094A	13/03/2003	51930	168	191.53
LXZ9787	55081094A	13/03/2003	51850	167	127.69
LYB1776	55081481A	08/03/2003	55680	181 * XIX	127.69
LYD6548	55081387A	09/03/2003	69120	232	53.20
LYD6548	55081387A	09/03/2003	65990	230 * V	191.53
LYD9813	55081954A	12/03/2003	51850	167	127.69
LYH8395	55081579A	10/03/2003	50100	162 * I	574.61
LYH8395	55081579A	10/03/2003	65990	230 * V	191.53
LYO0781	55081959A	12/03/2003	51850	167	127.69
LYO9454	55081093A	13/03/2003	51850	167	127.69
LYP1776	55081089A	13/03/2003	51850	167	127.69
LYX8741	55081952A	12/03/2003	51850	167	127.69
LYY0015	55082007A	04/03/2003	70560	244 * III	191.53
LZU3634	55081086A	13/03/2003	51850	167	127.69
LZW9319	55081087A	13/03/2003	51850	167	127.69
MAC4306	55081578A	10/03/2003	52820	176 * I	957.69
MAJ3066	55081937A	12/03/2003	65990	230 * V	191.53

MBA9835	54872531A	08/03/2003	52740	175		191.53
MBA9835	54873350A	08/03/2003	50100	162	* I	574.61
MBA9835	54872533A	08/03/2003	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MBA9835	54872532A	08/03/2003	58350	195		127.69
MBI8591	55081389A	12/03/2003	70480	244	* II	191.53
MBN8499	55081085A	13/03/2003	51850	167		127.69
MBT5667	55081616A	08/03/2003	70480	244	* II	191.53
MCA6981	55081478A	08/03/2003	66370	230	* IX	127.69
MCB9839	55082010A	08/03/2003	59080	202	* I	127.69
MCF9459	55081482A	08/03/2003	66370	230	* IX	127.69
MCM3578	55081477A	08/03/2003	66370	230	* IX	127.69
MCM9468	55081479A	08/03/2003	66370	230	* IX	127.69
MCO9092	55081092A	13/03/2003	51850	167		127.69
MCO9321	55081932A	01/03/2003	50100	162	* I	574.61
MEG3010	55081955A	12/03/2003	51850	167		127.69
MFL8690	55081476A	08/03/2003	69120	232		53.20
MFL8690	55081476A	08/03/2003	66370	230	* IX	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 163/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 163/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALO1154	55081390A	16/03/2003	51850	167	127.69
AMX5555	55081941A	19/03/2003	51850	167	127.69
GMV5585	55081592A	16/03/2003	52820	176 * I	957.69
LWS3862	55081962A	16/03/2003	55680	181 * XIX	127.69
LXT7113	55081752A	19/03/2003	69120	232	53.20
LXU5646	55081754A	20/03/2003	66370	230 * IX	127.69



LYY0963	55081400A	19/03/2003	51850	167		127.69
LZC8196	55081779A	23/03/2003	51850	167		127.69
LZN2404	55081395A	18/03/2003	51850	167		127.69
MAJ8174	55081591A	16/03/2003	58190	193		574.61
MAJ8174	55081590A	16/03/2003	50100	162	* I	574.61
MAN5038	55081753A	19/03/2003	51850	167		127.69
MAZ8509	55081098A	18/03/2003	52740	175		191.53
MAZ9535	55082052A	20/03/2003	70480	244	* II	191.53
MAZ9535	55082053A	20/03/2003	70640	244	* IV	191.53
MAZ9535	55082051A	20/03/2003	52740	175		191.53
MBA8052	55081397A	18/03/2003	51850	167		127.69
MBJ1930	55081596A	19/03/2003	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MBJ1930	55081595A	19/03/2003	50100	162	* I	574.61
MBQ1688	55081399A	19/03/2003	50450	162	* V	191.53
MBT4803	55081393A	18/03/2003	69120	232		53.20
MBX0146	54872395A	18/03/2003	57380	186	* II	191.53
MCG3732	55081586A	15/03/2003	50100	162	* I	574.61
MCG3732	55081586A	15/03/2003	52740	175		191.53
MCH0807	55081587A	16/03/2003	66370	230	* IX	127.69
MCW6699	54872598A	16/03/2003	50100	162	* I	574.61
MDF4811	55081589A	11/03/2003	70560	244	* III	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 164/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 164/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-----					
BDR1929	55081774A	23/03/2003	51850	167	127.69
BQL0290	55081776A	23/03/2003	51850	167	127.69

GQU9119	55081759A	22/03/2003	51850	167		127.69
IBI5826	55081756A	22/03/2003	73400	252	* IV	85.12
IEC6439	55081100A	21/03/2003	51690	165		957.69
IFA9994	55081771A	23/03/2003	51850	167		127.69
LWU4371	55081796A	27/03/2003	66370	230	* IX	127.69
LXN8143	55081770A	23/03/2003	51850	167		127.69
LXN8143	55081770A	23/03/2003	50450	162	* V	191.53
LYM6975	55081763A	22/03/2003	65990	230	* V	191.53
LYQ9469	55081764A	23/03/2003	65990	230	* V	191.53
LYW6254	55081794A	27/03/2003	65990	230	* V	191.53
LYZ5494	55081791A	27/03/2003	51850	167		127.69
LZF9862	55081772A	23/03/2003	51850	167		127.69
MAA3369	55081769A	23/03/2003	73400	252	* IV	85.12
MAK1218	55081790A	27/03/2003	51850	167		127.69
MAM2618	55081773A	23/03/2003	51850	167		127.69
MAT3153	55081792A	27/03/2003	51850	167		127.69
MAV8873	55081784A	24/03/2003	51850	167		127.69
MAY4663	55081782A	24/03/2003	51850	167		127.69
MAZ1692	55081780A	23/03/2003	69120	232		53.20
MAZ9880	55081785A	24/03/2003	51850	167		127.69
MBC8867	55081757A	22/03/2003	51850	167		127.69
MBJ7968	55081755A	22/03/2003	73400	252	* IV	85.12
MBL6621	55081761A	22/03/2003	50450	162	* V	191.53
MBL8150	55081768A	23/03/2003	65990	230	* V	191.53
MBQ9272	55081777A	23/03/2003	73400	252	* IV	85.12
MBR3139	55081762A	22/03/2003	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MBT4957	55081099A	21/03/2003	61220	214	* I	191.53
MCJ3942	55081781A	23/03/2003	73400	252	* IV	85.12
MCP3148	55081795A	27/03/2003	69120	232		53.20
MCT1712	55081793A	27/03/2003	50450	162	* V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 165/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 165/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CMU9338	55082201A	31/03/2003	50450	162 * V	191.53
JYH8004	55081016A	29/03/2003	58350	195	127.69
LWT7492	55082205A	01/04/2003	50450	162 * V	191.53
LWX8825	55081801A	01/04/2003	51850	167	127.69
LXA5870	55082202A	31/03/2003	50450	162 * V	191.53
LXB7511	55081857A	29/03/2003	50100	162 * I	574.61
LXK6546	55081969A	29/03/2003	65990	230 * V	191.53
LXK6546	55081969A	29/03/2003	50100	162 * I	574.61
LYB3758	54872110A	02/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
LYM8515	55082208A	01/04/2003	65990	230 * V	191.53
LYV5245	55081023A	03/04/2003	50100	162 * I	574.61
LYV5245	55081023A	03/04/2003	69800	239	191.53
LYW7640	55081967A	29/03/2003	65990	230 * V	191.53
LZL3721	55081787A	27/03/2003	51850	167	127.69
MAF2391	55081424A	30/03/2003	51690	165	957.69
MAU4211	55081799A	28/03/2003	50100	162 * I	574.61
MAX4426	54872599A	28/03/2003	70560	244 * III	191.53
MBK7726	55082204A	31/03/2003	50450	162 * V	191.53
MBM7356	55081965A	28/03/2003	55680	181 * XIX	127.69
MCG0218	55081020A	28/03/2003	51690	165	957.69
MCG0218	55081019A	28/03/2003	58350	195	127.69
MCG0218	55081018A	28/03/2003	52740	175	191.53
MCG0218	55081021A	28/03/2003	69120	232	53.20
MCI4388	55081964A	25/03/2003	55680	181 * XIX	127.69
MCK2730	55081800A	28/03/2003	65990	230 * V	191.53
MCT1712	55082054A	28/03/2003	52740	175	191.53
MCT4701	55082203A	31/03/2003	50450	162 * V	191.53
MDD2010	55081966A	29/03/2003	50100	162 * I	574.61
MDD2010	55081966A	29/03/2003	65990	230 * V	191.53
MDD2010	55081966A	29/03/2003	51850	167	127.69
MDG6312	54872393A	14/03/2003	66100	230 * VII	127.69
MDG6312	54872393A	14/03/2003	65800	230 * IV	191.53
MDW0560	55082207A	01/04/2003	65990	230 * V	191.53
MDW0560	55082207A	01/04/2003	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 166/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 166/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEZ7939	55082156A	07/04/2003	51850	167	127.69
AJG7436	55082163A	10/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
BYM9389	55082154A	07/04/2003	51850	167	127.69
EM879	55082102A	05/04/2003	65990	230 * V	191.53
EM879	55082102A	05/04/2003	50100	162 * I	574.61
EM879	55082103A	05/04/2003	66100	230 * VII	127.69
EM879	55082102A	05/04/2003	65800	230 * IV	191.53
LXD1291	55082224A	09/04/2003	65990	230 * V	191.53
LXK4357	55082209A	03/04/2003	65990	230 * V	191.53
LXO4781	55082213A	07/04/2003	65990	230 * V	191.53
LXW9691	55082222A	09/04/2003	65990	230 * V	191.53
LYB4893	55082151A	05/04/2003	65990	230 * V	191.53
LYB4893	55082151A	05/04/2003	69390	234	191.53
LYH4403	55082152A	07/04/2003	51850	167	127.69
LYT2356	55082161A	10/04/2003	51850	167	127.69
LYV9661	55082217A	08/04/2003	65990	230 * V	191.53
LYY0373	55082155A	07/04/2003	51850	167	127.69
LYZ2990	55081425A	07/04/2003	65990	230 * V	191.53
LZV1442	55081598A	07/04/2003	50100	162 * I	574.61
LZV1442	55081598A	07/04/2003	66370	230 * IX	127.69
MAD8928	55081973A	05/04/2003	66020	230 * VI	191.53
MAL0088	55081974A	05/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
MAZ3701	55082218A	08/04/2003	65990	230 * V	191.53
MBJ8990	55081667A	06/04/2003	65990	230 * V	191.53
MBO9652	55082215A	07/04/2003	66100	230 * VII	127.69
MBW3362	55082212A	05/04/2003	65990	230 * V	191.53
MBW3362	55082212A	05/04/2003	50100	162 * I	574.61
MBW6112	55080833A	08/04/2003	61570	214 * IV	127.69
MBX1948	55082214A	07/04/2003	66370	230 * IX	127.69
MCE0752	55082216A	07/04/2003	69120	232	53.20
MCI4421	55082219A	08/04/2003	65990	230 * V	191.53
MCN4999	55082220A	09/04/2003	69120	232	53.20
MCS3570	55081858A	06/04/2003	54520	181 * VIII	127.69
MCZ8622	55082223A	09/04/2003	69120	232	53.20
MDB9615	55082157A	07/04/2003	51850	167	127.69
MDG6312	55082162A	10/04/2003	58350	195	127.69
MDG6312	55082162A	10/04/2003	52070	169	53.20
MEY0808	55082159A	07/04/2003	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 167/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 167/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIM0020	55082227A	11/04/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXT9959	55082014A	12/04/2003	52740	175	191.53
LXT9959	55082013A	12/04/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXT9959	55082012A	12/04/2003	50100	162 * I	574.61
LYO8171	55082226A	11/04/2003	65990	230 * V	191.53
LZT7341	55081619A	15/04/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LZT7341	55081619A	15/04/2003	65800	230 * IV	191.53
LZT7341	55081618A	15/04/2003	69120	232	53.20
LZT7341	55081618A	15/04/2003	50100	162 * I	574.61
MAQ0472	55082229A	13/04/2003	70480	244 * II	191.53
MBE0114	55081599A	11/04/2003	50100	162 * I	574.61
MBE6861	55082225A	11/04/2003	65990	230 * V	191.53
MCM3578	55081600A	12/04/2003	50100	162 * I	574.61
MCM3578	55081600A	12/04/2003	66370	230 * IX	127.69
MFD7740	55082230A	13/04/2003	58350	195	127.69
MFD7740	55082230A	13/04/2003	62700	220 * II	127.69
MFD7740	55082231A	13/04/2003	70480	244 * II	191.53
MFD7740	55082231A	13/04/2003	70640	244 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 168/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 168/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AED2671	55082241A	21/04/2003	65990	230 * V	191.53
AKR9337	55082301A	15/04/2003	52740	175	191.53
GQZ8261	55082242A	21/04/2003	65990	230 * V	191.53
KAN1020	54873419A	24/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
LBL7798	55082243A	21/04/2003	50450	162 * V	191.53
LXD2888	54873417A	16/04/2003	50100	162 * I	574.61
LXD2888	54873418A	16/04/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXJ8174	55081486A	20/04/2003	52740	175	191.53
LXO1170	55082232A	15/04/2003	50100	162 * I	574.61
LXR6582	55082165A	19/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
LXV0591	55082250A	23/04/2003	69120	232	53.20
LXW2154	55081426A	17/04/2003	52740	175	191.53
LXZ4723	55081490A	24/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
LXZ6157	55081487A	21/04/2003	50100	162 * I	574.61
LXZ6157	55081488A	21/04/2003	69120	232	53.20
LXZ6157	55081488A	21/04/2003	66370	230 * IX	127.69
LXZ6157	55081487A	21/04/2003	58350	195	127.69
LYE1679	55082247A	21/04/2003	65990	230 * V	191.53
LYH2757	55081669A	24/04/2003	52740	175	191.53
LYO9288	55081025A	18/04/2003	66100	230 * VII	127.69
LYP7137	55081493A	24/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
LYU2314	55082238A	19/04/2003	50100	162 * I	574.61
LYU7551	55082235A	19/04/2003	65990	230 * V	191.53
LZL6739	55082166A	25/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
LZQ6093	55082164A	15/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
LZR5261	55081944A	23/04/2003	65990	230 * V	191.53
MAA1169	55081491A	24/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
MAA8232	55082245A	21/04/2003	50100	162 * I	574.61
MAH8464	55082234A	16/04/2003	67260	230 * XVIII	127.69
MAH8464	55082234A	16/04/2003	50530	162 * VI	191.53
MAU7103	55082246A	21/04/2003	70300	244 * I	191.53
MAV1704	55082167A	25/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
MBB6137	55082249A	23/04/2003	69120	232	53.20
MBE6911	55081943A	22/04/2003	65990	230 * V	191.53

MBG0081	55082239A	20/04/2003	50100	162	*	I	574.61
MBG0899	55081485A	18/04/2003	51690	165			957.69
MBO1031	55082248A	23/04/2003	65990	230	*	V	191.53
MBR2813	55082311A	21/04/2003	50450	162	*	V	191.53
MBU0245	54872400A	18/04/2003	50100	162	*	I	574.61
MBU0245	54872400A	18/04/2003	66530	230	*	XI	127.69
MBU0245	55081859A	18/04/2003	73400	252	*	IV	85.12
MBU0245	54872400A	18/04/2003	66370	230	*	IX	127.69
MCC9548	55082303A	15/04/2003	50100	162	*	I	574.61
MCC9548	55082304A	15/04/2003	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MCH5548	55082356A	24/04/2003	70300	244	*	I	191.53
MCJ0181	55081427A	17/04/2003	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MCJ0181	55081427A	17/04/2003	50100	162	*	I	574.61
MCL6971	55081942A	22/04/2003	69120	232			53.20
MCO1191	55082355A	24/04/2003	70300	244	*	I	191.53
MCO1191	55082354A	24/04/2003	50100	162	*	I	574.61
MCW4682	55082351A	23/04/2003	50450	162	*	V	191.53
MCW8951	54872396A	18/04/2003	69120	232			53.20
MCW8951	54872398A	18/04/2003	66020	230	*	VI	191.53
MCW8951	54872397A	18/04/2003	66370	230	*	IX	127.69
MCW8951	54872399A	18/04/2003	73400	252	*	IV	85.12
MDC1051	55082302A	15/04/2003	66370	230	*	IX	127.69
MDF0971	55082310A	20/04/2003	58190	193			574.61
MDF0971	55082309A	20/04/2003	52740	175			191.53
MDF0971	55082305A	20/04/2003	70300	244	*	I	191.53
MDF0971	55082308A	20/04/2003	70560	244	*	III	191.53
MDF0971	55082307A	20/04/2003	66370	230	*	IX	127.69
MDF0971	55082307A	20/04/2003	58350	195			127.69
MDF9291	55082352A	24/04/2003	50450	162	*	V	191.53
MFS9090	55080834A	23/04/2003	54870	181	*	XI	127.69
MFT7140	55082244A	21/04/2003	50100	162	*	I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 169/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 169/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAI0198	55082364A	27/04/2003	50100	162 * I	574.61
AGW9451	54873422A	28/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
AJA1836	54873420A	28/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
AKQ0372	55081807A	26/04/2003	51690	165	957.69
BNR6851	55082360A	25/04/2003	65990	230 * V	191.53
CFP7311	55082365A	27/04/2003	65990	230 * V	191.53
CMU2692	54873431A	28/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
HUP7641	55082370A	29/04/2003	50530	162 * VI	191.53
LZB8139	54873425A	28/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
LZF0683	54873427A	28/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
LZL3340	54873424A	28/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
MAE6790	55081803A	25/04/2003	51690	165	957.69
MAE6790	55081802A	25/04/2003	50100	162 * I	574.61
MAE6790	55081804A	25/04/2003	65990	230 * V	191.53
MAH2392	55082358A	25/04/2003	50450	162 * V	191.53
MAH5334	55081806A	26/04/2003	51690	165	957.69
MAZ0501	55082366A	28/04/2003	69120	232	53.20
MBK5333	54873430A	28/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
MBK5981	55082315A	27/04/2003	65990	230 * V	191.53
MCG1408	54873429A	28/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
MCJ0888	55082368A	29/04/2003	69120	232	53.20
MCV4899	55082359A	25/04/2003	66370	230 * IX	127.69
MDE8151	55082369A	29/04/2003	50450	162 * V	191.53
MDL6182	55082357A	25/04/2003	69120	232	53.20
MEZ4260	55082361A	27/04/2003	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 170/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 170/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAJ0838	55082376A	02/05/2003	50450	162 * V	191.53
ABH5136	55082383A	06/05/2003	65990	230 * V	191.53
BXC4505	55082317A	01/05/2003	51690	165	957.69
BXC4505	55082317A	01/05/2003	50100	162 * I	574.61
GKV9182	55082380A	02/05/2003	65990	230 * V	191.53
GTE5601	55082372A	29/04/2003	65990	230 * V	191.53
JZU5353	55082374A	30/04/2003	65990	230 * V	191.53
JZU5353	55082374A	30/04/2003	65560	230 * I	191.53
LWW8907	55082251A	30/04/2003	51690	165	957.69
LXR2566	55081860A	30/04/2003	65990	230 * V	191.53
LXZ7962	55082382A	02/05/2003	50370	162 * III	574.61
LYM9967	54872936A	03/05/2003	65990	230 * V	191.53
LYQ7516	55082314A	01/05/2003	50100	162 * I	574.61
LZR4562	55082378A	02/05/2003	65990	230 * V	191.53
MBH8635	55082373A	29/04/2003	66100	230 * VII	127.69
MBI2702	55082379A	02/05/2003	69120	232	53.20
MCD3752	54872882A	06/05/2003	59160	202 * II	127.69
MCD3752	54872882A	06/05/2003	64830	227 * I	53.20
MCE3252	55082381A	02/05/2003	65990	230 * V	191.53
MCW0052	55082377A	02/05/2003	65990	230 * V	191.53
MDB9615	55082106A	01/05/2003	52740	175	191.53
MEH4860	55082316A	01/05/2003	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 171/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 171/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXM5568	55080908A	19/05/2003	51850	167	127.69
LXT3197	55082389A	11/05/2003	65990	230 * V	191.53
LXZ8134	55082391A	12/05/2003	51850	167	127.69
LYD2889	55082390A	11/05/2003	69120	232	53.20
LYZ9068	55082319A	14/05/2003	66370	230 * IX	127.69
LZB0984	55082395A	12/05/2003	50450	162 * V	191.53
LZB9612	55082392A	12/05/2003	65990	230 * V	191.53
LZG0361	55081601A	07/01/2003	66100	230 * VII	127.69
LZY5026	55082252A	16/05/2003	51690	165	957.69
LZY5026	55082252A	16/05/2003	65990	230 * V	191.53
MBM2553	55082388A	09/05/2003	62700	220 * II	127.69
MDH4600	55080916A	19/05/2003	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 172/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 172/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANS0010	55082108A	19/05/2003	65560	230 * I	191.53
ICZ7811	55080914A	19/05/2003	65990	230 * V	191.53
LYL0879	55082322A	15/05/2003	70480	244 * II	191.53
LYX2589	55080912A	19/05/2003	50450	162 * V	191.53
MAA2356	55080915A	19/05/2003	73580	252 * V	85.12
MCV6981	55082323A	19/05/2003	66370	230 * IX	127.69
MDD3002	55081620A	19/05/2003	66370	230 * IX	127.69
MFY9020	55082321A	17/05/2003	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 173/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 173/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IBH8657	54872113A	28/05/2003	65990	230 * V	191.53
IBH8657	54872114A	28/05/2003	50100	162 * I	574.61
LXB4270	55082451A	28/05/2003	65990	230 * V	191.53
LXH5764	55081621A	25/05/2003	51690	165	957.69
LXH5764	55081621A	25/05/2003	50100	162 * I	574.61
LXH5764	55081621A	25/05/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXI6328	55082173A	25/05/2003	51690	165	957.69

LXP6670	55081428A	25/05/2003	51690	165		957.69
LZH3312	55082452A	28/05/2003	65990	230	* V	191.53
LZP3749	55081671A	23/05/2003	54100	181	* IV	85.12
MBA3661	55081861A	28/05/2003	65990	230	* V	191.53
MBC8309	54873435A	26/05/2003	58350	195		127.69
MBC8309	54873432A	26/05/2003	70300	244	* I	191.53
MBC8309	54873433A	26/05/2003	52070	169		53.20
MBC8309	54873434A	26/05/2003	66370	230	* IX	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 174/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 174/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEL3699	55082254A	02/06/2003	57380	186 * II	191.53
AKR7024	54873437A	03/06/2003	64080	221	85.12
GQM0774	54873438A	03/06/2003	51850	167	127.69
IAT5817	55081496A	01/06/2003	69120	232	53.20
IBC7172	55082260A	14/06/2003	50100	162 * I	574.61
IBC7172	55082260A	14/06/2003	65990	230 * V	191.53
LXP7414	55081498A	04/06/2003	67260	230 * XVIII	127.69
LYI7248	55081809A	02/06/2003	65990	230 * V	191.53
LYT8738	55082256A	14/06/2003	51850	167	127.69
LZD9543	55082454A	10/06/2003	65990	230 * V	191.53
MAT2591	55081810A	04/06/2003	65990	230 * V	191.53
MBZ1787	55082174A	02/06/2003	70990	244 * VII	85.12
MCE8001	55081500A	04/06/2003	52740	175	191.53
MCE8001	55081500A	04/06/2003	58350	195	127.69
MCE8001	55081812A	04/06/2003	58190	193	574.61

MCV8282	55082056A	02/06/2003	57380	186 * II	191.53
MDG6501	55081808A	31/05/2003	69120	232	53.20

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 175/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 175/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKT9301	55081821A	08/06/2003	69120	232	53.20
AKT9301	55081819A	08/06/2003	52740	175	191.53
AKT9301	55081818A	08/06/2003	65560	230 * I	191.53
AKT9301	55081816A	08/06/2003	57380	186 * II	191.53
AKT9301	55081817A	08/06/2003	58350	195	127.69
LXK2294	55081026A	19/06/2003	50100	162 * I	574.61
LXK2294	55081026A	19/06/2003	65990	230 * V	191.53
LXK2294	55081026A	19/06/2003	52070	169	53.20
LXK2294	55081026A	19/06/2003	67260	230 * XVIII	127.69
LXK2294	55081027A	19/06/2003	65800	230 * IV	191.53
LXK2294	55081026A	19/06/2003	66370	230 * IX	127.69
LYH0541	55082551A	08/06/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LZH9002	55081862A	11/06/2003	65990	230 * V	191.53
LZH9002	55081862A	11/06/2003	69120	232	53.20
MBR1456	55081429A	18/06/2003	50100	162 * I	574.61
MBZ0451	55082178A	18/06/2003	52740	175	191.53
MBZ0451	55082178A	18/06/2003	58350	195	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-  
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-  
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.194 176/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 176/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO  
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.  
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWX2209	55082267A	28/06/2003	65990	230 * V	191.53
LWX2209	55082267A	28/06/2003	50100	162 * I	574.61
LXV8911	54872117A	28/06/2003	65560	230 * I	191.53
LZE1864	55082270A	29/06/2003	50100	162 * I	574.61
LZE1864	55082270A	29/06/2003	69120	232	53.20
LZV2656	54872119A	01/07/2003	67260	230 * XVIII	127.69
LZV2656	54872118A	01/07/2003	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU  
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-  
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-  
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-  
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 177/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 177/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADR0149	55082187A	08/07/2003	55680	181 * XIX	127.69
LYA5984	55082063A	08/07/2003	65990	230 * V	191.53
LYB5144	55081435A	07/07/2003	65990	230 * V	191.53
LYB5144	55081435A	07/07/2003	67260	230 * XVIII	127.69
LZS6231	55081436A	07/07/2003	50100	162 * I	574.61
MBH5484	55082262A	18/06/2003	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 178/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 178/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXI5897	55082601A	02/07/2003	55680	181 * XIX	127.69
LYJ3300	55082060A	07/07/2003	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 179/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 179/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKP0192	55082193A	20/07/2003	50100	162 * I	574.61
AKP0192	55082193A	20/07/2003	52820	176 * I	957.69
AKP0192	55082196A	20/07/2003	51180	164 c/c 162 * I	574.61
CGR9110	55082200A	21/07/2003	51850	167	127.69
GJF0017	55082197A	20/07/2003	73660	252 * VI	85.12
LYH7169	55082192A	18/07/2003	51690	165	957.69
LYH7169	55082192A	18/07/2003	69120	232	53.20
LYH7169	55082192A	18/07/2003	65560	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 180/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 180/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWY7893	55082703A	25/07/2003	51850	167	127.69
MAD2414	55081977A	28/07/2003	55680	181 * XIX	127.69
MAM2800	55082199A	21/07/2003	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 181/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 181/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACA6020	55081985A	04/08/2003	54520	181 * VIII	127.69
LWR7872	54872938A	01/08/2003	66370	230 * IX	127.69
LWR7872	54872938A	01/08/2003	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 182/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 182/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYF4550	55081826A	08/08/2003	50450	162 * V	191.53
LYW6202	55081983A	31/07/2003	54520	181 * VIII	127.69
LZB4941	55082278A	12/08/2003	55680	181 * XIX	127.69
LZV9695	55082711A	11/08/2003	64080	221	85.12
MAM6889	55082705A	25/07/2003	51850	167	127.69
MBV2073	55082712A	13/08/2003	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 183/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 183/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGU5833	55930708	20/01/2000	50100	162 * I	574.61
AGZ6887	54403370A	04/06/2001	65990	230 * V	191.53
BGN4724	54403357A	31/05/2001	51850	167	127.69
IEC6439	54403269A	03/05/2001	65990	230 * V	191.53
JYD0585	54402545A	09/01/2001	65990	230 * V	191.53
LWU1426	54402326A	26/12/2000	65990	230 * V	191.53
LWY4123	55791645	03/08/2000	69120	232	53.20
LXJ3790	54402332A	26/12/2000	65990	230 * V	191.53
LXT3085	54872056A	26/07/2001	67000	230 * XVI	127.69
LXT3085	54872056A	26/07/2001	66100	230 * VII	127.69
LXT5833	54403437A	22/04/2001	50450	162 * V	191.53
LXU6644	55792306	17/01/2000	65800	230 * IV	191.53
LXV8295	54402966A	07/02/2001	50450	162 * V	191.53
LYD5914	54402901A	24/04/2001	66020	230 * VI	191.53
LYE8605	54402264A	29/12/2000	66100	230 * VII	127.69
LYF1537	54402289A	10/01/2001	51850	167	127.69
LYO9454	54403012A	08/02/2001	54520	181 * VIII	127.69
LYR1984	55792288	05/06/2000	65800	230 * IV	191.53
LYR1984	55792288	05/06/2000	65560	230 * I	191.53
LYT2594	55082655A	14/08/2003	65990	230 * V	191.53
LYU3215	54403433A	14/04/2001	55680	181 * XIX	127.69
LYX7735	54402572A	31/01/2001	70300	244 * I	191.53
LZB3296	55792030	10/02/2000	55250	181 * XV	85.12
LZF1094	54403272A	07/05/2001	51850	167	127.69
LZF1968	54402908A	24/04/2001	51850	167	127.69
LZH8508	54402254A	07/10/2000	65990	230 * V	191.53
LZH8508	54402254A	07/10/2000	50100	162 * I	574.61
LZX4854	54403050A	05/03/2001	66370	230 * IX	127.69
LZZ1723	54402922A	27/04/2001	50100	162 * I	574.61
MAD5013	54402515A	27/11/2000	51690	165	957.69
MAG5630	54403022A	15/02/2001	54520	181 * VIII	127.69
MAG6905	55792134	12/03/2000	50100	162 * I	574.61
MAG6905	55792134	12/03/2000	58350	195	127.69

MAQ6390	54402548A	09/01/2001	66370	230	*	IX	127.69
MAT0901	54403189A	02/07/2001	63940	220	*	XIV	191.53
MAU1867	54402295A	01/01/2001	51850	167			127.69
MAU7772	54402533A	20/12/2000	70480	244	*	II	191.53
MBA5532	54402130A	27/08/2000	69120	232			53.20
MBA5532	54402130A	27/08/2000	50100	162	*	I	574.61
MBC4052	54402631A	26/01/2001	70480	244	*	II	191.53
MBF4948	54403245A	23/03/2001	51850	167			127.69
MBJ0262	55081251A	09/08/2003	50100	162	*	I	574.61
MBJ9826	54402983A	25/02/2001	66370	230	*	IX	127.69
MBL0031	54402962A	07/02/2001	69120	232			53.20
MBP1491	54403280A	12/05/2001	52070	169			53.20
MBR4180	54402549A	09/01/2001	50100	162	*	I	574.61
MBR4180	54402801A	09/01/2001	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MBU0159	54402539A	07/01/2001	70300	244	*	I	191.53
MCL1030	54402873A	29/05/2001	66100	230	*	VII	127.69
MCP9009	54402856A	28/05/2001	65560	230	*	I	191.53
MEM1270	54402555A	15/01/2001	57380	186	*	II	191.53
MMM1105	54402651A	18/03/2001	66100	230	*	VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 184/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 184/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYF7729	55081987A	09/08/2003	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU



INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 185/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 185/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GGG3336	54872138A	28/08/2003	66100	230 * VII	127.69
GGG3336	54872139A	28/08/2003	66020	230 * VI	191.53
GGG3336	54872137A	28/08/2003	65560	230 * I	191.53
LXZ5708	55082114A	23/08/2003	65800	230 * IV	191.53
LXZ5708	55082114A	23/08/2003	66370	230 * IX	127.69
LZW7937	55082718A	17/08/2003	51850	167	127.69
MAE2339	55082659A	30/08/2003	50100	162 * I	574.61
MAE2339	55082659A	30/08/2003	67260	230 * XVIII	127.69
MAZ7197	55082117A	31/08/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MAZ7197	55082116A	31/08/2003	50100	162 * I	574.61
MBI0017	55081990A	02/08/2003	54520	181 * VIII	127.69
MCJ5598	55082721A	23/08/2003	70300	244 * I	191.53
MCJ5598	55082722A	23/08/2003	58350	195	127.69
MCJ5598	55082722A	23/08/2003	52740	175	191.53
MCJ5598	55082723A	23/08/2003	50290	162 * II	957.69
MCZ4112	54872127A	22/08/2003	70480	244 * II	191.53
MCZ4112	54872126A	22/08/2003	65990	230 * V	191.53
MCZ4112	54872128A	22/08/2003	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 186/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 186/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HQX6731	55081440A	04/09/2003	65990	230 * V	191.53
HQX6731	55081440A	04/09/2003	52070	169	53.20
LYN5612	55082295A	03/09/2003	72340	250 * I * a	85.12
LZM4443	54873010A	06/09/2003	65990	230 * V	191.53
LZM4443	54873011A	06/09/2003	50450	162 * V	191.53
MCF7161	55082729A	01/09/2003	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 187/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 187/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAT2700	55082125A	05/09/2003	51850	167	127.69
BOW9005	55082069A	09/09/2003	65990	230 * V	191.53
BOW9005	55082069A	09/09/2003	50100	162 * I	574.61
LXE5073	55081995A	09/09/2003	55680	181 * XIX	127.69
LXN4552	55082127A	16/09/2003	51850	167	127.69
LYL9402	55082560A	16/09/2003	51850	167	127.69
LYW5037	55082122A	05/09/2003	55250	181 * XV	85.12
MAV3980	55082457A	12/09/2003	66370	230 * IX	127.69
MAX3063	55082068A	09/09/2003	70300	244 * I	191.53
MCF0751	55081833A	12/09/2003	65560	230 * I	191.53
MCK5318	54873021A	07/09/2003	58190	193	574.61
MCK5318	54873022A	07/09/2003	60680	209	127.69
MCL3356	55082285A	31/08/2003	65800	230 * IV	191.53
MDH1491	54872536A	14/09/2003	50100	162 * I	574.61
NJ001	54872130A	24/08/2003	65990	230 * V	191.53
NJ001	54872129A	24/08/2003	50100	162 * I	574.61
NJ001	54872132A	24/08/2003	70300	244 * I	191.53
NJ001	54872131A	24/08/2003	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 188/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 188/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGK9071	55082408A	12/09/2003	73660	252 * VI	85.12
EM692	55082735A	02/09/2003	70480	244 * II	191.53
EM692	55082735A	02/09/2003	58350	195	127.69
EM692	55082740A	02/09/2003	52740	175	191.53
EM692	55082737A	02/09/2003	65800	230 * IV	191.53
EM692	55082734A	02/09/2003	66530	230 * XI	127.69
EM692	55082734A	02/09/2003	66370	230 * IX	127.69
EM692	55082739A	02/09/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LZU8522	54872884A	08/09/2003	54520	181 * VIII	127.69
MCJ5598	55081441A	07/09/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCJ5598	55081442A	07/09/2003	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 189/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 189/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXJ9327	55082413A	22/09/2003	58430	196	127.69
LXZ3548	55082747A	22/09/2003	55680	181 * XIX	127.69
LYU3107	55082606A	23/09/2003	70480	244 * II	191.53
LYU3107	55082608A	23/09/2003	65560	230 * I	191.53
LYU3107	55082607A	23/09/2003	50100	162 * I	574.61
LYU3107	55082608A	23/09/2003	69120	232	53.20
LZM0575	55082854A	21/09/2003	54520	181 * VIII	127.69
MAS0124	55082464A	24/09/2003	70560	244 * III	191.53
MCJ7592	55081842A	23/09/2003	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 190/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 190/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWX0312	55081446A	22/09/2003	51690	165	957.69
LYX9591	55081679A	20/09/2003	50100	162 * I	574.61
LYX9591	55081680A	20/09/2003	64080	221	85.12
LYX9591	55081681A	20/09/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LYX9591	55081679A	20/09/2003	69120	232	53.20
MAN0463	55081846A	23/09/2003	65990	230 * V	191.53
MBQ2678	55082412A	26/09/2003	52740	175	191.53



MBQ2678 55082412A 26/09/2003 58350 195 127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 191/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 191/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXN2283	54873444A	02/10/2003	65990	230 * V	191.53
LXO3683	54873226A	08/10/2003	65990	230 * V	191.53
MAA0007	55082625A	09/10/2003	67000	230 * XVI	127.69
MAA0007	55082625A	09/10/2003	51500	164 c/c 162 * VI	574.61
MAA0007	55082625A	09/10/2003	65990	230 * V	191.53
MBE8213	55082622A	07/10/2003	70640	244 * IV	191.53
MBE8213	55082621A	07/10/2003	50100	162 * I	574.61
MCA3306	55082620A	06/10/2003	65990	230 * V	191.53
MCA3306	55082620A	06/10/2003	66370	230 * IX	127.69
MCB6946	55082618A	05/10/2003	66370	230 * IX	127.69
MCB6946	55082619A	05/10/2003	66100	230 * VII	127.69
MCB6946	55082618A	05/10/2003	69120	232	53.20
MCB6946	55082617A	05/10/2003	50100	162 * I	574.61
MCB6946	55082618A	05/10/2003	65990	230 * V	191.53
MFC3950	55082414A	13/10/2003	50450	162 * V	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 192/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 192/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACL2635	55082859A	12/10/2003	54520	181 * VIII	127.69
AFI2515	55082855A	11/10/2003	55680	181 * XIX	127.69
BGH8358	55082905A	18/10/2003	52070	169	53.20
BGH8358	55082905A	18/10/2003	52740	175	191.53
BZM1151	55082627A	09/10/2003	50100	162 * I	574.61
BZM1151	55082629A	09/10/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
BZM1151	55082629A	09/10/2003	65560	230 * I	191.53
LXU1019	55082904A	12/10/2003	66370	230 * IX	127.69
LYD1283	55082953A	14/10/2003	66100	230 * VII	127.69
LYD1283	55082954A	14/10/2003	65800	230 * IV	191.53
LYD1283	55082952A	14/10/2003	50100	162 * I	574.61
LYD1283	55082952A	14/10/2003	65990	230 * V	191.53
LYM7658	55082634A	13/10/2003	50100	162 * I	574.61
LYN1181	55082951A	14/10/2003	51850	167	127.69
MFD1220	55082632A	11/10/2003	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 193/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 193/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABR1572	55082639A	13/10/2003	69120	232	53.20
LXU5427	55081448A	28/10/2003	65990	230 * V	191.53
LXU5427	55081448A	28/10/2003	51690	165	957.69
LYC4189	55082135A	10/10/2003	55680	181 * XIX	127.69
LYM7658	55082645A	27/10/2003	69120	232	53.20
LYM7658	55082643A	27/10/2003	72340	250 * I * a	85.12
LYM7658	55082644A	27/10/2003	52740	175	191.53
LYM7658	55082644A	27/10/2003	50370	162 * III	574.61
MAF2833	55081629A	20/10/2003	69120	232	53.20
MAF2833	55081629A	20/10/2003	52070	169	53.20
MAF2833	55081629A	20/10/2003	51690	165	957.69
MAF2833	55081629A	20/10/2003	65990	230 * V	191.53
MAG3138	55082570A	19/10/2003	55680	181 * XIX	127.69
MAV3980	55082863A	24/10/2003	50100	162 * I	574.61
MAV3980	55082864A	24/10/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MBT3212	55082907A	28/10/2003	50100	162 * I	574.61
MBT3212	55082907A	28/10/2003	69120	232	53.20
MBT3212	55082907A	28/10/2003	65990	230 * V	191.53
MBT3212	55082908A	28/10/2003	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBT3212	55082907A	28/10/2003	66020	230 * VI	191.53
MCD6573	55082474A	24/10/2003	66530	230 * XI	127.69
MCQ9502	55082475A	24/10/2003	66530	230 * XI	127.69
MDO9262	55082469A	21/10/2003	66370	230 * IX	127.69
MDO9262	55082469A	21/10/2003	66020	230 * VI	191.53
MDT1540	54873228A	20/10/2003	70640	244 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 194/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 194/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DVG3000	55082563A	11/10/2003	56900	184 * II	127.69
IFA8490	55082326A	12/10/2003	65480	229	85.12
LZJ9658	54873447A	12/10/2003	66370	230 * IX	127.69
MCD6573	54873242A	05/11/2003	70990	244 * VII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 195/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 195/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

GD490	55081447A	25/10/2003	65990	230	* V	191.53
GD490	55081447A	25/10/2003	58350	195		127.69
GD490	55081447A	25/10/2003	66370	230	* IX	127.69
LWX8589	55082402A	07/11/2003	69120	232		53.20
LYY5431	55082647A	27/10/2003	50450	162	* V	191.53
LYY5431	55082646A	24/10/2003	69120	232		53.20
MBY0888	55082471A	24/10/2003	61220	214	* I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 196/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 196/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BQG8974	55083104A	15/11/2003	54520	181 * VIII	127.69
EMB3232	55083001A	18/11/2003	59080	202 * I	127.69
LXY9373	55083103A	15/11/2003	54520	181 * VIII	127.69
LZS7050	55082081A	31/10/2003	69120	232	53.20
MAU7379	55082433A	22/11/2003	54520	181 * VIII	127.69
MBT3794	55082136A	31/10/2003	51850	167	127.69
MCA8952	55082432A	22/11/2003	54520	181 * VIII	127.69
MIM3443	55081633A	06/11/2003	66100	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE



EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 197/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 197/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LX07216	55082422A	11/11/2003	54520	181 * VIII	127.69
LXU3337	55082572A	13/11/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LXX2781	55081449A	09/11/2003	53470	178	85.12
LZM0575	54873127A	25/11/2003	58000	192	127.69
MCA2101	55082486A	01/11/2003	54520	181 * VIII	127.69
MCS7758	54873239A	02/11/2003	70560	244 * III	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 198/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 198/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWW0960	55081635A	02/12/2003	50450	162 * V	191.53
LWW0960	55081636A	02/12/2003	69120	232	53.20
LXJ5641	55082875A	03/12/2003	66530	230 * XI	127.69
LXS1413	55081638A	02/12/2003	54520	181 * VIII	127.69
LXS1413	55081639A	02/12/2003	70480	244 * II	191.53
LXS1413	55081639A	02/12/2003	69120	232	53.20
MDL5150	55082487A	18/11/2003	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 199/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 199/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDH0633	55082870A	24/11/2003	53800	181 * I	85.12
LXG2510	55083056A	12/12/2003	69200	233	127.69
LXP9884	55081687A	07/12/2003	66370	230 * IX	127.69
LXP9884	55081687A	07/12/2003	70300	244 * I	191.53
LXP9884	55081687A	07/12/2003	70210	243	127.69
LYQ1047	55083052A	27/11/2003	65990	230 * V	191.53
MAP5071	55082961A	11/12/2003	55680	181 * XIX	127.69
MBF6920	54873133A	07/12/2003	52740	175	191.53
MBF6920	54873133A	07/12/2003	58350	195	127.69
MBF6920	54873133A	07/12/2003	50100	162 * I	574.61
MBM9870	55082574A	15/11/2003	54520	181 * VIII	127.69
MCC4395	54873126A	22/11/2003	70560	244 * III	191.53
MCC4395	54873126A	22/11/2003	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 200/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.194 200/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYP7610	55082491A	30/11/2003	51690	165	957.69
LYP7610	55082491A	30/11/2003	65560	230 * I	191.53
MCL5502	55082494A	02/12/2003	50100	162 * I	574.61
MDZ4890	54873128A	29/11/2003	66370	230 * IX	127.69
MDZ4890	54873128A	29/11/2003	64080	221	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1312/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1312/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZD3350	55727172E	5010/0	01/10/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZD3350	55727173E	5118/0	01/10/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZD3350	55727174E	6599/2	01/10/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDP3137	55726992E	5010/0	19/09/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 9 DE DEZEMBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1313/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1313/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASI8890	55727017E	5185/1	14/09/2014	R\$ 127,69	167
IOF4332	55726597E	5185/1	13/09/2014	R\$ 127,69	167
JGD7062	55727380E	5185/1	23/09/2014	R\$ 127,69	167
MBJ5871	55727562E	5738/0	28/09/2014	R\$ 191,53	186 * II
MDE3963	55726599E	5185/1	13/09/2014	R\$ 127,69	167
MLB7423	55726985E	5185/1	13/09/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 9 DE DEZEMBRO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO 115/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 115/2014)

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Irineu Woitskovski Júnior, Pregoeiro Municipal, e Lilian Terezinha Bartsch, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 115/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de serviços de torno e usinagem para consertos diversos em peças de máquinas, veículos e equipamentos e serviço de torneiro (mão de obra auxiliar). Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: LUCIDES HELMUTH GROSSKOPF (CNPJ: 83.162.172/0001-99). A empresa credenciou como representante na sessão o Sr. Lucides Helmuth Grosskopf. A licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovou enquadramento como microempresa. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL. Passou-se a fase de lances ficando definido conforme tabela.

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
LUCIDES HELMUTH GROSSKOPF	28.250,00	28.250,00	1º	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada conforme tabela acima. Estando de acordo com o exigido no edital, a empresa LUCIDES HELMUTH GROSSKOPF, foi declarada habilitada. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### ATA PREGÃO ELETRÔNICO 116/2014

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 116/2014)

Às 10:00 do dia 09/12/2014, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de filtros para veículos e máquinas da Frota Municipal no exercício de 2015.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

### DECRETO Nº 1/1948 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1948

DECRETO Nº 1-1948

A COBRANÇA DAS RENDAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1949, FAR-SE-Á NAS ÉPOCAS ESTABELECIDAS EM LEI E DE ACÔRDO COM A LEGISLAÇÃO ATRIBUTÁRIA EM VIGÔR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de Novembro de 1948.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, nesta Secretaria, aos 30 de Novembro de 1948.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

### DECRETO Nº 1/1949 DE 31 DE JULHO DE 1949

DECRETO Nº 1-1949

CONCEDER EXONERAÇÃO A DAGMAR MENSLIN, DO CARGO DE PROFESSOR, PADRÃO A5, DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de Julho de 1949.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, nesta Secretaria, aos 31 de Julho de 1949.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

### DECRETO Nº 1/1950 DE 10 DE MAIO DE 1950

DECRETO Nº 1-1950

NOMEAR ALFREDO EDUARDO FRIEDRICH, PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE FLORESTAL, PADRÃO G, DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de Maio de 1950.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 10 de Maio de 1950.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 1/1951 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1951**

DECRETO Nº 1-1951

CONCEDER EXONERAÇÃO ANIBAL RIBAS RIBEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE CARCEREIRO, PADRÃO A, DO QUADRO ÚNICO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de Fevereiro de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 28 de Fevereiro de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 2/1948 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1948**

DECRETO Nº 2-1948

REMOVER A PARTIR DE 01 DE FEVEREIRO DE 1948, DAGMAR MENSLIN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR, PADRÃO A5, DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO DA ESCOLA DE LAGEADO PARA A DE SÃO MIGUEL NESTE DISTRITO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de Novembro de 1948.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, nesta Secretaria, aos 30 de Novembro de 1948.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 2/1949 DE 01 DE AGOSTO DE 1949**

DECRETO Nº 2-1949

NOMEAR ZULEIMA DE FRANÇA, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSOR, PADRÃO A5, DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de Agosto de 1949.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Agosto de 1949.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 2/1950 DE 10 DE MAIO DE 1950**

DECRETO Nº 2-1950

NOMEAR ESTELA NENEVÊ, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSOR PADRÃO E, DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de Maio de 1950.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 10 de Maio de 1950.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 2/1951 DE 15 DE MARÇO DE 1951**

DECRETO Nº 2-1951

EXONERAR ZULEIMA DE FRANÇA DO CARGO DE PROFESSORA MUNICIPAL, PADRÃO D, DO QUADRO ÚNICO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de Março de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 15 de Março de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 3/1948 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1948**

DECRETO Nº 3-1948

NOMEAR A PARTIR DE 01 DE FEVEREIRO DE 1948, INILDA CAMARGO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR, PADRÃO A5, DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de Novembro de 1948.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, nesta Secretaria, aos 30 de Novembro de 1948.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 3/1949 DE 01 DE AGOSTO DE 1949**

DECRETO Nº 3-1949

NOMEAR A CONTA DE 01 DE MARÇO DO CORRENTE ANO, MARIA FARIAS DA CRUZ, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSOR, PADRÃO A5, DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de Agosto de 1949.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Agosto de 1949.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 3/1950 DE 03 DE AGOSTO DE 1950**

DECRETO Nº 3-1950

CONCEDE EXONERAÇÃO A OCUPANTE DO CARGO DE ESCRITURÁRIO PADRÃO G, DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO - OTÍLIA HERBST.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de Agosto de 1950.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 03 de Agosto de 1950.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 3/1951 DE 15 DE MARÇO DE 1951**

DECRETO Nº 3-1951

NOMEAR LEONDINA KOVALCZUCK PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA MUNICIPAL, PADRÃO D, DO QUADRO ÚNICO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de Março de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 15 de Março de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 4/1950 DE 03 DE AGOSTO DE 1950**

DECRETO Nº 4-1950

NOMEAR ELANDI MARIA SCHWARZ, PARA EXERCER O CARGO DE ESCRITURÁRIO PADRÃO G, DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO - OTÍLIA HERBST.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de Agosto de 1950.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 03 de Agosto de 1950.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 4/1951 DE 30 DE ABRIL DE 1951**

DECRETO Nº 4-1951

CONCEDER EXONERAÇÃO A ELANDI MARIA SCHWARZ, DO CARGO DE ESCRITURÁRIO, PADRÃO G, DO QUADRO ÚNICO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de Abril de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 30 de Abril de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 5/1951 DE 30 DE ABRIL DE 1951**

DECRETO Nº 5-1951

NOMEAR ENEZILDA DE LOURDES SCHWARZ, PARA EXERCER O CARGO DE ESCRITURÁRIO PADRÃO G, DO QUADRO ÚNICO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de Abril de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 30 de Abril de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 8.704 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.704 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

DETERMINA HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e Considerando o período de Férias Coletivas dos Servidores Públicos Municipais; Decreta:

Art.1º ) Nos dias 24, 26, 29, 30 e 31 de dezembro de 2014 e nos dias 02 à 08 de janeiro de 2015, as repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta não terão atendimento ao público.

§ 1º) As determinações previstas no caput deste artigo, ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria Municipal, Departamento e suas respectivas Divisões.

§2º) Os serviços essenciais de urgência e emergência em saúde, serão realizados através de Convênio firmado entre o Município e o Hospital São Luiz "Instituto Santé", em sua Unidade Hospitalar, durante as 24 horas do dia.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
08 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 08/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 1/1951 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1951**

LEI Nº 1-1951

CONCEDIDO A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA LEI, O PRAZO DE TRINTA DIAS PARA OS CONTRIBUÍNTES EM ATRAZO EFETUAREM PAGAMENTO DE SEUS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de Fevereiro de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 28 de Fevereiro de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 11/1948 DE 09 DE AGOSTO DE 1948**

LEI Nº 11-1948

FICA APROVADO O CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 09 de Agosto de 1948.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei, na Secretaria desta Prefeitura, em 09 de Agosto de 1948.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 12/1948 DE 09 DE AGOSTO DE 1948**

LEI Nº 12-1948

SERÃO COBRADOS OS IMPOSTOS DE LICENÇA, PREDIAL, TERRITORIAL E DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DE ACORDO COM AS TABELAS VIGENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 09 de Agosto de 1948.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei, na Secretaria desta Prefeitura, em 09 de Agosto de 1948.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 13/1948 DE 09 DE AGOSTO DE 1948**

LEI Nº 13-1948

ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 1948.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 30 de Novembro de 1948.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei, na Secretaria desta Prefeitura, em 30 de Novembro de 1948.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 14/1948 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1948**

LEI Nº 14-1948

FICA ABERTO O CRÉDITO AFIM DE SUPLEMENTAR AS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 30 de Novembro de 1948.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei, na Secretaria desta Prefeitura, em 30 de Novembro de 1948.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 15/1948 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1948**

LEI Nº 15-1948

FICA ABERTO CRÉDITO ESPECIAL AFIM DE ATENDER DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 30 de Novembro de 1948.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei, na Secretaria desta Prefeitura, em 30 de Novembro de 1948.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 16/1948 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1948**

LEI Nº 16-1948

FICA CREADA NA LOCALIDADE DE SÃO MIGUEL NESTE MUNICÍPIO, A PARTIR DE 01 DE FEVEREIRO DE 1948, DATA EM QUE COMEÇOU FUNCIONAR, UMA ESCOLA MISTA MUNICIPAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 30 de Novembro de 1948.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei, na Secretaria desta Prefeitura, em 30 de Novembro de 1948.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário



**LEI Nº 17/1949 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1949**

LEI Nº 17-1949

FICA ABERTO CRÉDITO ESPECIAL AFIM DE ATENDER NO CORRENTE EXERCÍCIO DESPESAS DE AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA DE ESCREVER.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Novembro de 1949.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Novembro de 1949.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 18/1949 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1949**

LEI Nº 18-1949

FICA ABERTO CRÉDITO ESPECIAL AFIM DE ATENDER NO CORRENTE EXERCÍCIO AS DESPESAS COM A CONSTRUÇÃO DE MAIS UMA SALA DE AULA NA ESCOLA RURAL DE BATEIAS DE BAIXO, NESTE MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Novembro de 1949.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Novembro de 1949.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 19/1949 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1949**

LEI Nº 19-1949

OS VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS E O SALÁRIO DOS EXTRANUMERÁRIOS, FICAM ELEVADOS NOS TERMOS DESTA LEI A PARTIR DE 1º DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Novembro de 1949.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Novembro de 1949.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 2/1951 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1951**

LEI Nº 2-1951

É ADOTADA NESTE MUNICÍPIO, ENQUANTO NÃO FOR BAIXADO O RESPECTIVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO, A TABELA USADA ATUALMENTE PELO ESTADO, PARA LANÇAMENTO DO IMPOSTO SOBRE INDUSTRIAS E PROFISSÕES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de Fevereiro de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 28 de Fevereiro de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 20/1949 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1949**

LEI Nº 20-1949

FICA ABERTO CRÉDITO SUPLEMENTAR AFIM DE REFORÇAR DO- TAÇÕES POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Novembro de 1949.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Novembro de 1949.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 21/1949 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1949**

LEI Nº 21-1949

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AFIM DE ATENDER DESPESAS DE AQUISIÇÃO DE UMA PRENSA TIPOGRÁFICA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Novembro de 1949.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Novembro de 1949.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 22/1949 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1949**

LEI Nº 22-1949

FICA ABERTO CRÉDITO ESPECIAL A FIM DE ATENDER DEPESAS COM A AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA CEL. RAYMUNDO MUNHOZ.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Novembro de 1949.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Novembro de 1949.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 23/1949 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1949**

LEI Nº 23-1949

ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 1950.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de Novembro de 1949.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 20 de Novembro de 1949.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 24/1949 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1949**

LEI Nº 24-1949

ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 1950.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de Novembro de 1949.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 20 de Novembro de 1949.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 25/1950 DE 10 DE MAIO DE 1950**

LEI Nº 25-1950

CRIA O CARGO DE AGENTE FLORESTAL PADRÃO G, NO QUADRO ÚNICO DE DO MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 10 de Maio de 1950.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 10 de Maio de 1950.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 26/1950 DE 10 DE MAIO DE 1950**

LEI Nº 26-1950

FICA ABERTO CRÉDITO ESPECIAL AFIM DE ATENDER PAGAMENTO DE VENCIMENTOS DO AGENTE FLORESTAL PADRÃO G, CARGO CREADO PELA LEI Nº 25 DESTA DATA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 10 de Maio de 1950.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 10 de Maio de 1950.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 27/1950 DE 10 DE MAIO DE 1950**

LEI Nº 27-1950

ABRE CRÉDITO AFIM DE SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE, POR CONTA DE SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 10 de Maio de 1950.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 10 de Maio de 1950.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 28/1950 DE 10 DE MAIO DE 1950**

LEI Nº 28-1950

CRIA UM PARQUE FLORESTAL NESTE MUNICÍPIO, TERRAS ADQUIRIDAS POR ESTA PREFEITURA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 10 de Maio de 1950.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 10 de Maio de 1950.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 29/1950 DE 10 DE MAIO DE 1950**

LEI Nº 29-1950

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AFIM DE ATENDER NO CORRENTE EXERCÍCIO AO PAGAMENTO DE UM LOTE DE TERRAS ADQUIRIDAS PARA A INSTALAÇÃO DE UM PARQUE FLORESTAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 10 de Maio de 1950.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 10 de Maio de 1950.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 3/1951 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1951**

LEI Nº 3-1951

DISPÕE SOBRE LEI ORÇAMENTÁRIA A QUAL VIGORARÁ DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de Fevereiro de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 28 de Fevereiro de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 4/1951 DE 03 DE MAIO DE 1951**

LEI Nº 4-1951

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A AUXILIAR NA COMPRA DE UM RELÓGIO PARA IGREJA MATRIZ DESTA CIDADE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de Maio de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 03 de Maio de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 5/1951 DE 03 DE MAIO DE 1951**

LEI Nº 5-1951

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 73 DO CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de Maio de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 03 de Maio de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 6/1951 DE 03 DE MAIO DE 1951**

LEI Nº 6-1951

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ISENTAR IMPOSTOS DA FARMÁCIA SÃO JORGE, DE PROPRIEDADE DA PARÓQUIA SANTÍSSIMA TRINDADE, POR NÃO EXERCER A MESMA ATIVIDADE MERAMENTE COMERCIAL, MAS SIM CARITATIVA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de Maio de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 03 de Maio de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 7/1951 DE 03 DE MAIO DE 1951**

LEI Nº 7-1951

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ENTRAR EM CONTATO COM EMPRESAS VENDEDORAS, PARA AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de Maio de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 03 de Maio de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**LEI Nº 8/1951 DE 03 DE MAIO DE 1951**

LEI Nº 8-1951

FICA EXTINTA POR FALTA DE ALUNOS A ESCOLA MUNICIPAL DE LAGEADO NESTE MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de Maio de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 03 de Maio de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**PORTARIA Nº 1/1950 DE 12 DE SETEMBRO DE 1950**

PORTARIA Nº 1-1950

DISPENSAR A PEDIDO SEBASTIÃO LEECK, DAS FUNÇÕES DE ZELADOR - COVEIRO DO CEMITÉRIO DESTA CIDADE.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de Setembro de 1950.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 12 de Setembro de 1950.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**PORTARIA Nº 1/1951 DE 15 DE MARÇO DE 1951**

PORTARIA Nº 1-1951

DESIGNAR JOÃO PERES FILHO PARA RESPONDER A CONTAR DE 1º DE MARÇO DO CORRENTE ANO, E ENQUANTO NÃO FOR PREENCHIDO O CARGO DE CARCEREIRO, COM EXERCÍCIO NA DELEGACIA DE POLÍCIA.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 15 de Março de 1951.

CARLOS BRANDES.

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 15 de março de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**PORTARIA Nº 2/1950 DE 12 DE SETEMBRO DE 1950**

PORTARIA Nº 2-1950

ADMITIR JOSÉ CARDOSO DE LIMA, NO CARGO DE ZELADOR COVEIRO DO CEMITÉRIO DESTA CIDADE.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de Setembro de 1950.

ADOLFO PAULO HERBST

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 12 de Setembro de 1950.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**PORTARIA Nº 2/1951 DE 13 DE ABRIL DE 1951**

PORTARIA Nº 2-1951

ORGANIZAR A ESCALA DE FÉRIAS DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de Abril de 1951.

CARLOS BRANDES.

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 13 de Abril de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**Campos Novos****PREFEITURA****REPUBLICA DECRETO Nº. 7.201/14 DE 04/12/2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO  
ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO  
MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

REPUBLICA

DECRETO Nº 7.201/2014 DE 04/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO  
SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) nos seguintes projetos/atividades:

17.512.0036.2.058 - Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE.

3.3.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 11.000,00.

17.512.0036.2.060 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto.

3.3.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 9.000,00.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
04 de dezembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 306/2014

DECRETO Nº. 306/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 465,00 m² (Quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados), procedido por ETHEL JACOMEL, situado na Rua Adão Tyska, no Bairro Industrial Nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 11.823, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 23 com área de 249,40 m² e lote nº 45 com área de 215,60 m², ambos pertencentes à quadra nº 501 conforme requerimento protocolado sob nº. 6629/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº 307/2014

DECRETO Nº. 307/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 451,25 m² (Quatrocentos e cinquenta e um metros e vinte e cinco decímetros quadrados), procedido por DENISE DE FÁTIMA QUADROS, situado na Rua Basílio Humenhuk, no Bairro Tricolin, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 36.765, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 67 com área de 418,25 m² e lote nº 68 com área de 33,00 m² (este lote só pode ser vendido

ao confrontante), ambos pertencentes à quadra nº 152 conforme requerimento protocolado sob nº. 6837/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### EDITAL Nº. 067/2014

EDITAL Nº. 067/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital; Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

#### RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;



i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;  
j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;  
k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;  
l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;  
m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);  
n) 1 Fotografia 3X4 recente;  
o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);  
p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;  
q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 24 de novembro de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 067/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO  
LILIANE TAIS GROSSKOPF  
DANIELA CRISTINA DA SILVA

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF  
CINTIA INES BURGARDT BARBOSA  
DAIANE RODRIGUES

### LEI Nº 5.450/2014

LEI Nº. 5.450 DE 04/12/2014

"AUTORIZA DANÇARINOS A REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, AUTORIZA CUSTEAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

#### LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas no "VIII Festival de Dança de Abydos", que será realizado na cidade de Itajaí/SC, no período de 06 a 07 de dezembro de 2014, os dançarinos abaixo nominados:

#### I - Dançarinos:

a) Ana Flavia Souza;  
b) Ana Rita Carvalho;  
c) Andriele De Paula;  
d) Bianca Alves dos Santos;  
e) Bruna Pereira De Oliveira;  
f) Diego Tavares;  
g) Gabrielle Garret;  
h) Geovana Pereira;  
i) Gilvana Muzulão;  
j) Giovana Waters;  
k) Hendriw Ferreira;  
l) Luan Rodrigues de Andrade;  
m) Luiz Miguel De Souza;  
n) Maria Fernanda Muzulão;  
o) Mateus Henrique Crestani;  
p) Milena Aparecida Melo;  
q) Miria Rubia Neves Michel;  
r) Thainá Kuckarz;  
s) Thifany Valicoski;  
t) William Mateus De França.

#### II - Diretora:

a) Giovana Alves Dos Santos.

#### III - Coreógrafo:

a) Antônio Romanhuki Netto.

Art. 2º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através da Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", a custear despesas de transportes aos dançarinos.

Parágrafo Único: O custeio da referida despesa desses representantes limita-se ao montante de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Fundação Cultural de



Canoinhas - 3.3.90.00.00.00.00.00.130 - dotação 2.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº 5.451/2014

LEI Nº. 5.451 DE 04/12/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO UNIÃO DOS BAIRROS ALTO DAS PALMEIRAS E BOA VISTA, VISANDO ESTABELECE PARCERIA PARA A DECORAÇÃO DA PRAÇA JOÃO XXIII, SITUADA NO BAIRRO ALTO DAS PALMEIRAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação União dos Bairros Alto das Palmeiras e Boa Vista inscrita no CNPJ sob nº 01.855.186/0001-23, visando estabelecer parceria para realização da decoração natalina junto a Praça João XXIII, situada no bairro Alto das Palmeiras.

Art. 2º - Através do convênio, referido no artigo anterior, será destinado como incentivo a execução do projeto pela Prefeitura Municipal de Canoinhas, 100 (cem) metros de mangueira natalina com iluminação de led ou comum.

Parágrafo Único: Os materiais destinados serão utilizados para a iluminação da árvore natalina, sendo que a conveniada será responsável pela execução dos serviços de instalação e mão de obra para realização do referido projeto.

Art. 3º - Durante o período de 03 de dezembro de 2014 até 06 de janeiro de 2015, a conveniente será responsável pela conservação da praça.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei ocorrerão por conta da dotação orçamentária.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº 5.452/2014

LEI Nº. 5.452 DE 04/12/2014

"PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do "PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECOINDUSTRIAL OURO VERDE" a "COOPERATIVA CENTRAL DE REFORMA AGRÁRIA DE SANTA CATARINA - CCA/SC", mediante pagamento de contrapartida, para a realização do "Trigésimo Encontro Estadual dos Assentados da Reforma Agrária" que acontecerá no dia 09 ao dia 13 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único. A área contemplada pelo caput deste artigo refere-se aos banheiros, e toda a área livre interna do Parque, Ginásio de Esportes, Galpão de Gastronomia, Galpão Cavalo Crioulo, além do espaço reservado ao estacionamento de automóveis localizado em frente às dependências do parque, excluído as demais edificações.

Art. 2º - A autorização prevista na presente lei, terá início a partir do dia 09/12/2014 no horário das 8 horas, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante uma vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal Planejamento e acompanhada por uma pessoa indicada pela Entidade Permissionária, tendo como término o dia 13/12/2014 no horário das 23 horas, quando também, deverá ocorrer uma vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do Parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art. 3º - Ficará a encargo da "COOPERATIVA CENTRAL DE REFORMA AGRÁRIA DE SANTA CATARINA - CCA/SC":

I - Pagamento de contrapartida na importância de R\$ 100,00 (cem) reais por dia, totalizando assim, R\$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme os dias mencionados no artigo 2º;

II - Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;

III - Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;

IV - Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;

V - Solicitação de vistoria dos Bombeiros;

VI - Quitação das guias relacionadas às autorizações que se fizerem necessárias à realização do evento, devendo tal pagamento ser comprovado perante a Municipalidade até a data prevista para realização do evento, devendo o Permissionário assumir total e qualquer responsabilidade, junto aos respectivos órgãos;

VII - Implantar as suas expensas todos os sistemas de segurança solicitados pelo Corpo de Bombeiros, conforme atestado de vistoria para funcionamento, fornecido pelo Corpo de Bombeiros;

VIII - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu;

IX - Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos.

Parágrafo Único. Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissionária promover o ressarcimento ao Município.

Art. 4º - Será de inteira responsabilidade da "COOPERATIVA CENTRAL DE REFORMA AGRÁRIA DE SANTA CATARINA - CCA/SC", a segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável único e exclusivamente a responder a qualquer ação judicial decorrente da realização do evento, inclusive com relação aos automóveis estacionados na área localizada em frente às dependências do parque.

Art. 5º - Fica vedada, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº 5.453/2014**

LEI Nº. 5.453 DE 04/12/2014

"INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono o seguinte:  
LEI

Art.1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica em lajota sextavada, drenagem pluvial, colocação de meio fio, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua:

a) Rua Gil Costa, no trecho compreendido entre as Ruas Marechal Floriano Peixoto e Joaquim de Paula Vieira, localizada no Centro, com extensão de 198,00 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado (considerando a extensão das vias - Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, corresponde à quantia de R\$ 147.919,63 (cento e quarenta e sete mil, novecentos e dezenove reais e sessenta e três centavos), sendo que a fonte de recursos será parcialmente financiada através de Convênio com o Estado de Santa Catarina, no montante de R\$ 99.993,96 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos) e mediante recursos próprios do Município de Canoinhas, no montante de R\$ 47.925,96 (quarenta e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o

proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto;  
b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;

d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Canoinhas, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;  
b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;  
c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada

a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada e área;

III - finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em três vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As três vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

III - a terceira, para o relatório do notificante.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via

postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado até 72 (setenta e duas) parcelas mensais, independente da renda familiar ou valor econômico da empresa, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

§ 1º. Ao contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar comprovadamente não exceder 03 (três) salários mínimos, o Secretário de Finanças, ou quem este delegar, poderá autorizar o pagamento do crédito consolidado em até 100 (cem) prestações mensais e sucessivas, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado.

§ 2º. É facultado ao contribuinte recolher, sob a forma de antecipação e com base no custo estimado para execução, o valor total ou parcial do tributo a ser lançado, antes da conclusão da obra pública de que trata esta Lei.

I - Aos contribuintes que optarem pela antecipação prevista neste parágrafo será garantida a atualização monetária, além dos juros de até 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor recolhido;

II - Na determinação do valor final da contribuição de melhoria a ser lançada, serão consideradas as antecipações efetuadas na forma das disposições deste parágrafo, sem prejuízo do direito da apuração na esfera administrativa de eventuais créditos em favor de qualquer das partes, sujeito ativo ou sujeito passivo da relação tributária havida.

§ 3º. Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 4º. O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei

Complementar nº. 8/2005).

§ 1º. A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de reparcelamento autorizado em lei, o crédito tributário correspondente à contribuição de melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo único. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17. A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I - 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias;

II - 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias;

III - 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 18. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do INPC/IBGE, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.



Art. 19. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia, do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 20. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Canoinhas é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º. Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 21. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Conselho Municipal dos Contribuintes.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 22. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 23. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 24. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 25. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 26. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 27. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 28. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 29. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

Art. 30. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 31. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e



incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 32. Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I a X) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Art. 33. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Canoinhas.

Art. 34. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## LEI Nº 5.454/2014

LEI Nº. 5.454 DE 04/12/2014

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS DE PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, PROFESSOR DE MÚSICA, DE MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, INSTRUTOR AGRÍCOLA NO QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

### LEI

Art. 1º - Ficam criadas no Quadro de Pessoal dos Profissionais do Magistério, 16 (dezesesseis) vagas para o cargo de Professor de Sala de Atendimento Educacional Especializado, com carga horária de 40 horas semanais, com salário base mensal de R\$ 1.874,62 (um mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) de provimento efetivo de nível superior, que ficará inserido no Anexo I da Lei Complementar 038/2011, integrando a carreira do Magistério.

Parágrafo segundo: Parágrafo único: Os cargos de Professor de Sala de Atendimento Educacional Especial serão organizados em carreira da mesma forma que o cargo de professor.

Art. 2º - Ficam criadas no Quadro de Pessoal dos Profissionais do Magistério, 02 (duas) vagas para o cargo de Professor de Música, com carga horária de 40 horas semanais, com salário base mensal de R\$ 1.874,62 (um mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) de provimento efetivo de nível superior, que ficarão inseridas no Anexo I da Lei Complementar 038/2011, integrando a carreira do Magistério.

Parágrafo único: Os cargos de Professor de Música serão organizados em carreira da mesma forma que o cargo de professor.

Art. 3º - Ficam criadas no Quadro de Pessoal dos Profissionais da Educação, 50 (cinquenta) vagas para o cargo de Monitor de

Educação Especial, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com salário base mensal de R\$ 1.108,54 (um mil, cento e oito reais e cinquenta e quatro centavos) de provimento efetivo de nível médio que ficarão inseridas no Anexo III da Lei Complementar 038/2011;

Parágrafo único: Os cargos de Monitor de Educação Especial serão organizados em carreira da mesma forma que o cargo de Monitor de Educação Infantil.

Art. 4º - Ficam criadas no Quadro de Pessoal dos Profissionais da Educação, 09 (nove) vagas de Instrutor Agrícola, com salário base mensal de R\$ 1.376,94 (um mil, trezentos e setenta e seis reais e noventa e quatro centavos) com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de provimento efetivo de nível médio - técnico profissionalizante que ficarão inseridas no Anexo III da Lei Complementar 038/2011.

Parágrafo único: Os cargos de Instrutor Agrícola serão organizados em carreira da mesma forma que o cargo de Instrutor de Informática.

Art. 5º. Os cargos criados por esta Lei obedecerão, a todos os critérios e procedimentos estabelecidos na Lei Complementar 038/2011 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira Salários e Remuneração do Magistério e dos Profissionais da Educação do Município De Canoinhas.

Art. 6º. Aplica-se subsidiariamente aos ocupantes dos cargos criados por esta Lei o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas, Lei 2.305 de 03/07/1990.

Canoinhas/SC, 04 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### ANEXO I

#### QUADRO DE PESSOAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	HABILITAÇÃO	VAGAS POR CARGA HORÁRIA			
			10 HORAS	20 HORAS	30 HORAS	40 HORAS
PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	I	Magistério				16
	II	Licenciatura				16
	III	Especialização				16
	IV	Mestrado				16
	V	Doutorado				16

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	HABILITAÇÃO	VAGAS POR CARGA HORÁRIA			
			10 HORAS	20 HORAS	30 HORAS	40 HORAS
PROFESSOR DE MÚSICA						
	II	Licenciatura				02
	III	Especialização				02
	IV	Mestrado				02
	V	Doutorado				026

## ANEXO II

## NÍVEIS E FORMAÇÃO DOS CARGOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	NÍVEL	FORMAÇÃO
PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO		
	II	Licenciatura Plena em Pedagogia Educação Especial
	III	Pós-Graduação na área de Formação
	IV	Pós-Graduação na área de Mestrado na Área de Educação
	V	Pós-Graduação em Nível de Doutorado na Área de Educação

	NÍVEL	FORMAÇÃO
PROFESSOR DE MÚSICA		
	II	Curso Superior em Música
	III	Pós-Graduação em Nível de especialização na área de Formação
	IV	Pós-Graduação em Nível de Mestrado na área de Música
	V	Pós-Graduação em Nível de Doutorado na área de Música

## ANEXO III

QUADRO DE PESSOAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO  
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CARGO DE NÍVEL MÉDIO						
DENOMINAÇÃO	NÍVEL	HABILITAÇÃO	VAGAS POR CARGA HORÁRIA			
			10 horas	20 horas	30 Horas	40 horas
MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL						
	I	Ensino Médio				50
	II	Ensino Médio - Técnico Profissionalizante				50
	III	Ensino Superior				50

CARGO DE NÍVEL MÉDIO – TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE						
DENOMINAÇÃO	NÍVEL	HABILITAÇÃO	VAGAS POR CARGA HORÁRIA			
			10 horas	20 horas	30 Horas	40 horas
INSTRUTOR AGRÍCOLA						
	I	Ensino Médio - Técnico Profissionalizante (Técnico em Agropecuária e ou Técnico em Agroecologia)				09
	II	Ensino Superior na área de atuação				09
	III	Especialização na área de atuação				09

## ANEXO IV

## NÍVEIS DE FORMAÇÃO DOS CARGOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO			
	NÍVEL	FORMAÇÃO	
MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	I	Ensino médio	
	II	Ensino Médio – Técnico Profissionalizante	
	III	Ensino Superior na área de atuação ou afim	

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE			
	NÍVEL	FORMAÇÃO	
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	I	Ensino Médio – Técnico Profissionalizante (Técnico em Agropecuária e ou Técnico em Agroecologia)	
	II	Ensino Superior na área de atuação	
	III	Especialização na área de atuação ou afim	

### DAS ATRIBUIÇÕES

#### ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE:

Para atuação no Atendimento Educacional Especializado - AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada.

São atribuições do professor do atendimento educacional especializado:

1. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
2. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
3. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
4. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
5. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
6. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
7. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; deforma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.
8. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

9. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

#### ATRIBUIÇÕES PROFESSOR DE MÚSICA:

1. Planeja e ministra aulas de violão, flauta doce e/ou outros instrumentos musicais para alunos do 1º ao 9º ano da Rede Municipal de Ensino;
2. Auxilia na elaboração das diretrizes municipais de música;
3. Cumpre horário estipulado pela Secretaria Municipal de Educação;
4. Auxilia a análise de dados referentes a recuperação, aprovação e evasão dos alunos;
5. Participa de estudos de sua área de atuação;
6. Participa da aprovação e coordenação de reunião, encontros, seminários, cursos e eventos da área educacional e correlata;
7. Participa da elaboração e gestão da proposta pedagógica da escola em uma ação coletiva com os demais segmentos, visando a Escola de Tempo Integral;
8. Normatiza vivências curriculares e a vida escolar do aluno, e também zela pelo cumprimento da legislação escolar e educacional;
9. Forma e rege coral infantil, acompanha o grupo em apresentações internas e externas, ministrando aulas de violão, flauta doce e/ou outros instrumentos musicais para crianças.
10. Desenvolvimento do processo do ensino-aprendizagem propriamente dito, sob a forma de atividades técnico-pedagógicas de planejamento, execução e avaliação, ministração de aulas, produção/organização de processos de aprendizagem, participação em reuniões administrativas, pedagógicas, inerentes as unidades escolares e no sistema municipal de ensino executar as demais atribuições dentre sua habilitação profissional.

#### DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL:

1. O monitor deve atuar de forma articulada com os professores do aluno com deficiência.
2. Realizar acompanhamento e auxílio das AVD's (atividades de vida diária) como: banheiro, trocas, escovação, higiene das mãos, lanche...
3. Acompanhamento se necessário, também nas aulas de Educação Física, Arte e informática.
4. Auxílio a toda a turma quando a professora estiver ajudando o aluno com deficiência nas atividades pedagógicas.
5. O aluno deverá frequentar normalmente as aulas nos dias em que o monitor faltar ou estiver em curso e reunião.
6. Participar de reuniões pedagógicas, conselhos de classe e trocar experiências com os profissionais da unidade escolar.
7. O monitor deverá registrar diariamente as atividades realizadas pelo aluno em sala de aula e fora dela e seu comportamento.
8. O monitor deverá cumprir a carga horária de trabalho na sala de aula auxiliando o trabalho pedagógico mesmo na eventual ausência do aluno.

#### DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE INSTRUTOR AGRÍCOLA - PROGRAMA INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE CANOINHAS

Os Instrutores Agrícolas atuam nas escolas do campo e deverão se integrar aos planejamentos de cada unidade escolar seguindo os eixos norteadores do Programa Interdisciplinar de Educação do Campo (Eixo Humano e Agrossilvipastoril) EIXO HUMANO - envolve atividades com: alimentação; saúde e saneamento; higiene e doenças; sexualidade; vida familiar e social; trabalho - educação financeira, economia geral - crédito rural; administração da propriedade, do lar e planejamento em geral; ciência e tecnologia; diversidade étnico racial, cultura; artesanato; associativismo/

cooperativismo.

EIXO AGROSSILVIPASTORIL: meio ambiente, agricultura, fruticultura, olericultura, silvicultura, solo uso e manejo; defensivos agrícolas; saneamento ambiental; paisagismo e jardinagem; irrigação e drenagem; pecuária; suinocultura; avicultura; piscicultura; pequenos animais;

Em Relação aos eixos norteadores deve desenvolver as seguintes competências:

1. Participar e integrar-se às atividades administrativas e pedagógicas propostas pela Secretaria Municipal de Educação, bem como, a escola de atuação;
2. Observar os projetos e ações realizadas na escola, nos anos letivos anteriores, dando prosseguimento e (re)planejando juntamente com a equipe escolar;
3. Integrar as atividades técnicas aos conteúdos curriculares dos docentes e equipe pedagógica e administrativa da escola;
4. Realizar plano de ação das atividades a serem desenvolvidas diariamente na escola, observando o cumprimento de metas;
5. Propor oficinas e projetos contraturno com atividades contextualizadas com o meio rural, de acordo com o currículo escolar e interesse dos alunos e da escola em geral;
6. Participar de diagnóstico social e econômico da localidade onde está inserida a unidade escolar, objetivando alternativas de melhoria de vida para a comunidade escolar e local;
7. Sugerir atividades quanto a manejo de solo de acordo com suas características, alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais, a propagação em cultivos abertos ou protegidos, viveiros e em casas de vegetação, obtenção e o preparo da produção animal, o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais e programas de nutrição;
8. Realizar coletas e interpretação das análises de amostras de solo, sementes e frutos;
9. Desenvolver atividades que envolvam monitoramento da quantidade de chuvas, crescimento e desenvolvimento de pomares e árvores nativas;
10. Desenvolver atividades envolvendo captação da água da chuva (cisterna), luz solar, entre outros recursos da natureza;
11. Realizar atividades escolares práticas referentes aos tratamentos das culturas agrícolas e pecuárias na escola.
12. Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de pragas, doenças e plantas daninhas, com emissão de receitas orgânicas;
13. Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita da olericultura local;
14. Acompanhar as pesagens de ingredientes e preparo do solo objetivando a obtenção de produtos com produtividade e qualidade adequada;
15. Executar atividades de descarte e aproveitamento de materiais através de compostagem ou coleta seletiva com ações educativas e ambientais;
16. Conceber e executar projetos paisagísticos, jardinagem e arborização identificando estilos, modelos, elementos vegetais materiais e acessórios a serem empregados;
17. Identificar famílias de organismos e microorganismos diferenciados;
18. Propor inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão do empreendimento agrícola, pecuário, florestal, paisagístico e agroindustrial;
19. Montar e orientar projetos de irrigação e drenagem no espaço escolar;
20. Elaborar projetos agropecuários de incorporação de novas tecnologias e de crédito rural;
21. Orientar quanto à segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados (EPIs), para executar serviços na área rural.
22. Orientar quanto à conservação, manutenção, organização e limpeza dos equipamentos, ferramentas e materiais utilizados,

bem como, do local de trabalho e depósito em geral;

23. Manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação;

24. Trabalhar com dados atualizados em relação à produtividade e tendências do mercado agropecuário;

25. Promover palestras à comunidade escolar (alunos, professores, pais e comunidade) em relação a técnicas relacionadas ao solo, água, ar, plantio, manutenção e colheita, espécies vegetais, cuidados pessoais, manuseio de máquinas e equipamentos agrícolas entre outros assuntos do contexto escolar;

26. Promover a constante avaliação dos projetos e trabalhos realizados na escola, propondo inovações nas ações existentes de acordo com os planos de trabalho da escola.

### **LEI Nº 5.455/2014**

LEI Nº. 5.455 DE 04/12/2014

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº. 5.412, DE 23/10/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único da Lei Municipal nº. 5.412 de 23 de outubro de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único. A área contemplada pelo caput deste artigo refere-se aos banheiros, e toda a área livre interna do Parque, Galpão de Gastronomia, além do espaço reservado ao estacionamento de automóveis localizado em frente às dependências do parque, excluído as demais edificações."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PUBLICAÇÃO COMUNICADO DE RECURSO E PRAZO PARA CONTRARRAZÕES DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 14/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO DE RECURSO E PRAZO PARA CONTRARRAZÕES

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 100/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 14/2014.

A empresa ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ME, protocolou recurso para desclassificação da proposta da Empresa SERMOG LTDA ME e DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA - ME.

Protocolo n.º 6896 de 08/12/2014 - 13h00min.

Processo de licitação n.º PMC 100/2014 na modalidade de



Concorrência n.º PMC 14/2014.

As empresas participantes têm 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, para que prestem os esclarecimentos que acharem necessários, contrarrazoando os fatos apontados.

O teor do recurso protocolado pela empresa ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ME, está à disposição dos interessados no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) na pasta do referido processo.

PAULO CESAR SAFANELLI  
Presidente da Comissão de Licitação

**PUBLICAÇÃO DO COMUNICADO RESPOSTA  
IMPUGNAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC  
132/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO RESPOSTA IMPUGNAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO, protocolada pelo CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO/SC contra o edital de Pregão Presencial n.º 132/2014.

Impugnação acolhida e negado provimento.

Protocolo n.º 6890 de 08/12/2014.

Processo de licitação n.º PMC 195/2014 na modalidade de Pregão Presencial n.º 132/2014.

O teor da resposta do Pregoeiro, está disposição dos interessados no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) na pasta do referido processo.

PAULO CESAR SAFANELLI  
Presidente da Comissão de Licitação

**PUBLICAÇÃO DO COMUNICADO RESPOSTA  
IMPUGNAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº  
PMC141/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO RESPOSTA IMPUGNAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO, protocolada pelo CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO/SC contra o edital de Pregão Presencial n.º 141/2014.

Impugnação acolhida e negado provimento.

Protocolo n.º 6889 de 08/12/2014.

Processo de licitação n.º PMC 208/2014 na modalidade de Pregão Presencial n.º 141/2014.

O teor da resposta do Pregoeiro, está disposição dos interessados no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) na pasta do referido processo.

PAULO CESAR SAFANELLI  
Presidente da Comissão de Licitação

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
Nº FMAS 16/2014**

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 20/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 16/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 22/12/2014, às 11h05min, licitação AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AO CRAS I, CRAS III, BPC NA ESCOLA, CONSELHO TUTELAR, CREAS E PETI.. Recebimento de propostas até as 11h00mim do

dia 22/12/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito/Presidente do Fundo

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
Nº PMC 145/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 213/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 145/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/12/2014, às 10h05min, licitação REGISTRO DE PREÇOS QUILOMETROS DE RODADOS PARA VIAGENS RODOVIÁRIAS DE ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VAN E AUTOMÓVEL, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO RURAL E FUNDAÇÃO CULTURAL. Recebimento de propostas até as 10h00mim do dia 29/12/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito



# Capinzal

## PREFEITURA

### ATO 005 AO EDITAL 029/2014

ATO 005/2014

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL Nº 029/2014  
DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público, conforme segue:

1. Fica INDEFERIDA a inscrição nº 27380 Camila Scheuermann do cargo de Professor de Educação Infantil - Magistério conforme item 4.14.8 do edital.

2. Ficam HOMOLOGADAS, as inscrições deferidas do Processo Seletivo Edital 029/2014, conforme anexo I deste edital.

3. Ficam CONVOCADOS os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 14 de dezembro de 2014, para a realização da Prova Escrita, no seguinte local e horário:

CARGO	HORÁRIOS	LOCAL
Todos os Cargos	Matutino Fechamento dos portões: 9h50 Período de Provas das 10h às 12h	Escola Municipal Viver e Conhecer Rua Grácia Gramazzio Pereira de Lima, Capinzal/SC

Capinzal, 08 de Dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

Homologação das Inscrições Edital 029/2014 Processo Seletivo

Agente de Serviços Gerais - Demais Secretarias - Alfabetizado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31225	Ademir Cordeiro Dos Santos	09/08/1984	Deferido
2	27184	Aline Aparecida Surdi	04/12/1983	Deferido
3	33804	Ana Lúcia Da Cruz	23/02/1986	Deferido
4	28085	Ana Paula Vieira	25/11/1982	Deferido
5	31151	Andreia Aparecida Pereira	05/01/1985	Deferido
6	29998	Andreia Dambros Da Cruz	08/12/1979	Deferido
7	28669	Andreia Gomes	02/05/1982	Deferido
8	31615	Anlu Felix	11/03/1989	Deferido
9	34342	Bruna Roberta Novitski	21/10/1989	Deferido

10	34300	Claudenise Maykeli Rodrigues	25/07/1988	Deferido
11	32885	Claudia Mara Dall'Orsoletta-Lovatel	02/02/1968	Deferido
12	26379	Claudia Vieira Sarmiento	08/08/1989	Deferido
13	27344	Cleoci Salete Maria Rosa	04/03/1983	Deferido
14	34377	Cleuza Inácio De Jesus Alves Pereira	18/11/1979	Deferido
15	34336	Dienefer Merlli De Mattos	30/11/1991	Deferido
16	26605	Diennefer Teodoro Da Silva Leite Do Prado	27/10/1993	Deferido
17	30485	Elaine Ferreira	23/01/1990	Deferido
18	26423	Elenice Maria Zamboni	01/01/1900	Deferido
19	34285	Eronides Aparecida Chaves De Mello	26/11/1973	Deferido
20	30010	Fabiana Franco Dos Santos	09/01/1986	Deferido
21	26361	Fabiane Aparecida Dondoni Pereira De Lima	27/02/1984	Deferido
22	32278	Fernanda Gonçalves Da Silva	27/05/1978	Deferido
23	26730	Franciele Vagner Dos Santos	28/09/1985	Deferido
24	27204	Jacira Alves Dos Santos	16/04/1970	Deferido
25	26356	Janaina De Lima Zamboni	21/02/1993	Deferido
26	34305	Jaqueline Cristina Alves	18/05/1990	Deferido
27	32703	Jorarc Terezi-nha De Lima	18/05/1972	Deferido
28	29191	Jorge Paulo Prestes	03/01/1992	Deferido
29	30480	Juliana Da Silva	26/10/1981	Deferido
30	26401	Katiane Severino De Sousa	01/12/1980	Deferido
31	33648	Kelly Rejane Franco Santos Maciel	10/10/1987	Deferido
32	26368	Marília Martinazzo	11/02/1992	Deferido
33	34068	Marcia Lopes Duarte08	24/02/1978	Deferido
34	30845	Marcia Regina Da Silva	23/05/1990	Deferido

35	34287	Marcia Solange Machado Peri	11/12/1981	Deferido
36	31184	Marcos Antonio Maciel	10/04/1986	Deferido
37	30555	Maria Clecir De Azeredo	11/11/1972	Deferido
38	34308	Maria Taizi Ribeiro Da Silva Pilatti	27/12/1978	Deferido
39	26484	Marilei Martinazzo	15/08/1973	Deferido
40	30745	Maristela Remoaldo	26/05/1982	Deferido
41	34301	Michele Rodrigues Fernandes	14/03/1987	Deferido
42	27886	Noeli Dos Santos	10/01/1975	Deferido
43	34218	Noimi Rodrigues Da Silva Dos Santos	04/10/1973	Deferido
44	28484	Rosangela Borges	10/01/1983	Deferido
45	29099	Rosangela De Oliveira	22/08/1979	Deferido
46	30504	Rosemeri Pozer Frarão	18/05/1974	Deferido
47	27447	Rosiane Maria Rosa	01/07/1995	Deferido
48	30753	Salette Ribas De Matos	25/08/1956	Deferido
49	33666	Sheila Patricia Silva Salles Pereira	04/08/1989	Deferido
50	30927	Silvana Da Rosa	03/11/1071	Deferido
51	34415	Sonia Souza Barcellos	26/01/1980	Deferido
52	30907	Susane Batista Dos Santos	00/00/0000	Deferido
53	33419	Tainara Da Rosa Duarte	07/07/1996	Deferido
54	33415	Tania Paula Cecato Guerreiro	20/02/1989	Deferido
55	34368	Teresa Rodrigues De Lima Do Nascimento	18/12/1972	Deferido
56	30008	Terezinha Carmem De Vargas	16/07/1972	Deferido
57	27641	Vanderléia Steckling	06/03/1983	Deferido
58	30920	Viviane Dela Pasqua	25/10/1983	Deferido

## Agente de Serviços Gerais - Infraestrutura - Alfabetizado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
-----	---------	-----------	-----------	----------

1	31721	Adilson De Almeida Marques	14/01/1971	Deferido
2	28365	Antonio Marcon	22/06/1947	Deferido
3	27626	Cândido Antunes Basílio	05/11/1968	Deferido
4	26419	Ezequiel Da Silva	18/05/1987	Deferido
5	31034	Fernando Ivo Dalsoto	02/12/1983	Deferido
6	31503	Paulo Cesar Alves	07/04/1971	Deferido
7	28903	Renato Cesar Silva	12/02/1989	Deferido
8	30133	Willian Luiz Bagnolin	20/08/1996	Deferido

## Assistente Social - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31093	Eduarda Júlia Nicoll Miotto	08/07/1991	Deferido
2	31397	Gisele Da Silva	07/11/1985	Deferido
3	27534	Olivia Rech Silva	08/04/1963	Deferido
4	26475	Suziane Vieira Sarmiento	23/05/1983	Deferido
5	26405	Tatiane Da Costa	13/01/1987	Deferido

## Auxiliar de Professor - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31705	Adaiana Fabiano Pinto	21/02/1990	Deferido
2	27541	Adriana Aparecida Telles Lopes Duarte	08/09/1983	Deferido
3	30994	Adriana Paula Serena	04/07/1994	Deferido
4	30420	Alana Karla De Oliveira Milke	23/03/1985	Deferido
5	27712	Alana Rech	11/08/1990	Deferido
6	28720	Aline Angelica Steckling	11/07/1995	Deferido
7	34349	Aloma Chaves	01/09/1994	Deferido
8	29123	Ana Caroline De Oliveira	12/09/1995	Deferido
9	29861	Ana Letícia Sartori	30/05/1996	Deferido
10	28451	Ana Paula Brandão	07/01/1994	Deferido
11	34128	Ana Paula Toaldo	28/08/1994	Deferido
12	33259	Andréa Fatima De Campos	08/08/1980	Deferido
13	34278	Andressa Almeida	07/09/1984	Deferido

14	31714	Anelize Sordi Mendes Moreira	13/06/1981	Deferido
15	32114	Angela De Jesus Hoffmann Moreno	19/07/1979	Deferido
16	30762	Camila Amalcaburio	11/07/1992	Deferido
17	33017	Camila Bulgarelli De Moraes	02/07/1995	Deferido
18	30048	Camila Ferreira De Lima	20/10/1989	Deferido
19	28292	Camila Scheuermann	13/06/1994	Deferido
20	29131	Camilla Marian De Aguiar Kirst	25/09/1989	Deferido
21	30239	Camilla Zanini	20/03/1983	Deferido
22	30268	Casiandra Capellini Da Silva	02/02/1994	Deferido
23	26734	Cenilda Ferreira Batista De Oliveira	28/06/1996	Deferido
24	28132	Cheila Maria Fongaro	03/03/1994	Deferido
25	27610	Clarice Martinazzo	30/06/1977	Deferido
26	27020	Daiane De Fátima Da Silva	09/05/1984	Deferido
27	26474	Daiane Kely Machado	09/08/1994	Deferido
28	26652	Daiane Zucco	03/07/1993	Deferido
29	32600	Daniel Do Amaral	10/07/1988	Deferido
30	32428	Daniela Baldissera	17/07/1981	Deferido
31	26468	Daniela Borin	17/12/1993	Deferido
32	34302	Daniela Zini	05/03/1984	Deferido
33	32419	Danieli Fracasso Rekes Mangolt	30/07/1985	Deferido
34	30245	Denise Aparecida Dos Santos Alves	10/01/1971	Deferido
35	34071	Dirlei Flores De Souza Bonamigo	12/10/1980	Deferido
36	29822	Eliane Fátima Da Silva De Jesus	18/06/1978	Deferido
37	26895	Elisiane Mayer	18/05/1989	Deferido
38	29762	Flavia Cordeiro Dos Santos	02/04/1987	Deferido
39	26375	Franciane Vieira Sarmiento	03/06/1985	Deferido
40	28024	Franciele Martins Kerber	10/12/1987	Deferido

41	28712	Francieli Aparecida Ferreira	16/02/1992	Deferido
42	28986	Gabriela Zotti	09/06/1996	Deferido
43	28209	Géssica Facim	27/09/1996	Deferido
44	26540	Gisele Siepmann	26/05/1989	Deferido
45	27838	Giseli Dondel	30/12/1995	Deferido
46	26371	Gislaine Facin Peter	04/05/1994	Deferido
47	26935	Glecia Da Silva	14/03/1981	Deferido
48	30435	Goreti De Fátima Da Silva Vençoni	27/12/1982	Deferido
49	26440	Gracieli Salette Moisés Cordeiro	07/09/1987	Deferido
50	28048	Gracieli Galdoni Lopes	05/11/1987	Deferido
51	34321	Grasiela Dambros Borin	18/12/1988	Deferido
52	31338	Ilenir Scapim	10/05/1972	Deferido
53	28154	Indianara De Vargas Schneider	23/08/1992	Deferido
54	27424	Ines Cristina Schwingel	08/10/1995	Deferido
55	28624	Ines Maria V Argas De Souza	26/08/1972	Deferido
56	32447	Ivone Fátima Ramos	02/09/1976	Deferido
57	26459	Izabel Cristina Souza	19/01/1983	Deferido
58	29522	Jane Alves Dos Santos	24/03/1975	Deferido
59	30276	Jaqueline Zamboni	22/09/1993	Deferido
60	32334	Josiane Bettio Bernardi	31/07/1995	Deferido
61	28617	Josiane Cardoso	21/01/1994	Deferido
62	27972	Jucimara Da Luz	13/07/1984	Deferido
63	27714	Juliana Da Silva	03/06/1995	Deferido
64	32020	Juliana Soares Da Silva	10/05/1984	Deferido
65	30449	Juliane Flaron	29/07/1974	Deferido
66	30374	Juliane Gracieli Vergani	21/07/1981	Deferido
67	27611	KALIANE APARECIDA VILLASBOAS ALVES	17/07/1995	Deferido
68	34380	Karine Massarolo	01/07/1995	Deferido
69	30347	Keitty Cristina Rodrigues Kozerski	03/08/1987	Deferido
70	34372	Larissa Regina De Mattos Alves	20/11/1994	Deferido

71	31103	Laudiceia Ferreira De Lima Rosa	17/03/1982	Deferido
72	30310	Lígia Maria Sutil	30/01/1985	Deferido
73	29852	Leila Masson	10/05/1996	Deferido
74	33833	Leticia Fatima Viganó Resmini	07/06/1995	Deferido
75	33502	Liana Crul	16/10/1990	Deferido
76	26354	Lisandro Cássio Andrioli	06/01/1987	Deferido
77	33696	Luci Mari Hackbarth	17/02/1972	Deferido
78	28688	Luciana Cordeiro	07/03/1978	Deferido
79	34386	Luciana Fracaro Antunes	20/06/1978	Deferido
80	31289	Luciane Dorigon	12/06/1981	Deferido
81	32230	Luciane Fatima Both	19/03/1995	Deferido
82	31426	Luciele Peri	12/12/1991	Deferido
83	29079	Lucimara Lopes Duarte De Villa	29/12/1975	Deferido
84	31282	Maiara Luana Mendes	04/10/1991	Deferido
85	29272	Marcia Cristina Fraron	29/01/1982	Deferido
86	26408	Maria Eliza Daneleski Dametto	01/09/1991	Deferido
87	31111	Mariane Cristina Corrêa Cunha Tavares	23/09/1991	Deferido
88	28572	Marina Surdi De Araujo	04/06/1994	Deferido
89	26978	Marisa Brandão	18/08/1990	Deferido
90	31776	Marisa Salete De Vargas	18/09/1972	Deferido
91	32580	Mariza Coronetti	03/02/1988	Deferido
92	34379	Marta Menezes	04/05/1969	Deferido
93	27894	Micheli Dos Santos Chaves	08/11/1983	Deferido
94	28322	Mileide Lopes Cunha	03/11/1987	Deferido
95	26527	Miriam Jaqueline Ramos Machajewski	12/05/1985	Deferido
96	29958	Monalize Barbara Guerreiro Closs	25/02/1992	Deferido
97	34391	Monica Ramos Da Silva	25/02/1985	Deferido
98	29593	Naiara Cristina Suzin	14/02/1994	Deferido

99	30975	Natalia Luiza Colombo Bressan	11/10/1995	Deferido
100	28312	Neila Rosaria Vieira Sarmiento Bearzi	13/07/1976	Deferido
101	28258	Nilva Vieira Sarmiento Lazzari	14/03/1981	Deferido
102	28313	Odaisa Bernardi	19/04/1996	Deferido
103	27117	Paloma Barbueno Dos Santos	04/07/1993	Deferido
104	29308	Paula Carolina Serafini	04/12/1993	Deferido
105	32811	Pâmela Monique Faccin	12/03/1994	Deferido
106	29033	Poliane Aparecida Pedroso	28/08/1996	Deferido
107	34392	Renato Lopes Duarte	22/02/1991	Deferido
108	29970	Riceli Aparecida Rosa	04/04/1992	Deferido
109	31564	Rosangela Aparecida Da Silva	27/05/1985	Deferido
110	30414	Roseli Siqueira	07/05/1991	Deferido
111	30315	Rozangela Lopes De Abreu	15/11/1972	Deferido
112	34069	Rozilei Telles	22/06/1986	Deferido
113	30476	Sabrina Jociara De Andrade Scapini	24/10/1995	Deferido
114	33208	Sandra Fátima Küster	13/10/1974	Deferido
115	31937	Sandra Maria Machado	30/10/1977	Deferido
116	31939	Simone Antunes De Almeida Peleorini	17/01/1980	Deferido
117	27553	Simone De Matos	28/10/1980	Deferido
118	32566	Simone Do Nascimento Susin	30/05/1979	Deferido
119	27067	Taís Lopes Rodrigues	06/12/1992	Deferido
120	32867	Tailaine De Azevedo Petri	21/04/1996	Deferido
121	26336	Taionara Mantovani	11/11/1993	Deferido
122	27298	Tatieli Biazotto	13/04/1987	Deferido
123	34289	Thais Regina Do Nascimento	17/05/1991	Deferido
124	32912	Thalia Miquelotto Drehmer	17/07/1997	Deferido
125	28340	Vanderléia Stockmann De Simas	14/01/1977	Deferido

126	32394	Vanderleia Manorov	04/03/1982	Deferido
127	34022	Vanessa Mari-se Ferrari	29/05/1988	Deferido
128	27977	Vanusa Dos Anjos Moreira	05/09/1992	Deferido
129	27122	Vera Lucia Dias De Moraes Zanesco	06/03/1979	Deferido
130	29941	Wanessa Ribeiro Dos Santos	29/10/1993	Deferido

## Carpinteiro - Alfabetizado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29942	Celso Luiz Albeti	07/09/1962	Deferido
2	33128	Eri Osmar Hörle	11/05/1961	Deferido

## Enfermeiro - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	32870	Aliana Poncio De Oliveira	25/09/1989	Deferido
2	28169	Aline Bolsan	05/09/1990	Deferido
3	34296	Ana Paula Chiamolera	21/06/1982	Deferido
4	33058	Claudia Mantovani Zambão	18/11/1989	Deferido
5	32967	Fabiane Machado	19/08/1985	Deferido
6	31627	Franciele Mantovani	20/04/1990	Deferido
7	30293	Gracieli Rossetti Giumbelli	07/03/1982	Deferido
8	29327	Jaqueline Terezinha Da Silva	22/11/1977	Deferido
9	30893	Jessica Aparecida Boff	12/11/1991	Deferido
10	31191	Juliana Frigo Giacomini	24/07/1992	Deferido
11	30060	Liliane Lanhi	24/11/1992	Deferido
12	26460	Luana Delazari	08/06/1990	Deferido
13	28074	Luana Trombetta	10/11/1988	Deferido
14	30269	Micheli Baldissera	24/05/1981	Deferido
15	32734	Rosane Lopes Duarte	03/07/1976	Deferido
16	30970	Tailana Bazzo	12/11/1985	Deferido

## Médico - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28575	Amanda Fries De Andrade	15/08/1991	Deferido

2	30253	Gladstone Ricardo Lenzi	14/07/1965	Deferido
3	31086	Maria Eduarda Da Rosa Ulanoski Carvalho	03/06/1991	Deferido
4	30984	Renata Danielewski	11/04/1990	Deferido
5	28908	Tracy Mary Betinardi	28/07/1987	Deferido

## Monitor Atividade Física e Desportiva - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29570	Aline Muller	01/09/1993	Deferido
2	34272	André Luiz Da Luz	19/07/1984	Deferido
3	30297	Jocemar Teodoro Da Silva	13/03/1995	Deferido
4	29797	Luan Schneider	08/04/1994	Deferido
5	30188	Noeli Tere-sinha Pieri Lopes	21/04/1963	Deferido
6	26447	Ricardo Willian Gramemann	03/04/1988	Deferido
7	30180	Sabrina Almeida	11/08/1992	Deferido

## Monitor de Arte Cênica - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29366	Robson Diego Esganzela	02/01/1988	Deferido
2	28410	Tailania Pereira Dias	27/02/1993	Deferido

## Monitor de Artes - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31235	Fatima Aurora Dalmagro Caldart	08/10/1961	Deferido
2	31819	Graziela Gramasio	07/05/1985	Deferido
3	32928	Pricila Carla De Andrade Steffens	05/04/1979	Deferido
4	34291	Sandra Terezinha Coussou	16/08/1965	Deferido
5	34288	Simone Da Silva Mattos	15/10/1986	Deferido

## Monitor de Dança - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31715	Débora Bortoli	01/11/1982	Deferido



2	31942	Jhennefer Alice Correa	02/01/1996	Deferido
3	29486	Josane Aparecida De Almeida	11/04/1991	Deferido

## Monitor de Informática - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34015	Camila Wirth Horlle	21/04/1994	Deferido
2	28964	Cleber Diogo Faccin	27/02/1992	Deferido
3	27148	Evilyn Karolayne Urbano De Moraes	24/06/1994	Deferido
4	27098	Giovani Julio Boaretto	15/09/1997	Deferido
5	32542	Mairon Maciel Diniz	11/11/1993	Deferido
6	26480	Natane Diogo Da Silva	23/11/1990	Deferido
7	26477	Renan Krabbe	22/01/1984	Deferido

## Monitor de Recreação - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29409	Carla Patrícia Do Nacimento	29/07/1994	Deferido
2	26390	Daniela Raquel Pereira	04/06/1987	Deferido
3	31774	Ketlen Karine Vargas	02/02/1988	Deferido
4	32074	Luane Carine Cordeiro	15/07/1994	Deferido
5	33906	Marilene Do Amaral	18/06/1970	Deferido
6	29932	Ronaldo Cesar Francescki	22/06/1994	Deferido
7	33680	Roselaine Da Rosa	16/11/1992	Deferido

## Monitor Tricô e Crochê - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31807	Geneci Borges	17/05/1960	Deferido

## Motorista - Ensino Fundamental Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31967	Alaor Felipe Gramazio Limongi	08/09/1989	Deferido
2	32688	Alcides Da Silva	28/02/1979	Deferido
3	29224	Alexandro Caliar	16/01/1984	Deferido

4	26402	Alexsandro Giacometti	05/08/1982	Deferido
5	26829	Alzemiro De Lima	16/09/2068	Deferido
6	29233	Assis Antunes Pires	21/12/1952	Deferido
7	30577	Avelino Ribeiro Da Silva	03/02/1959	Deferido
8	30001	Cassio José Da Cruz	19/11/1979	Deferido
9	28387	Celio Roberto Baratieri	09/12/1955	Deferido
10	26901	Claudio Marinowski Junior	26/03/1977	Deferido
11	27765	Clérito Luiz Dos Santos	12/01/1961	Deferido
12	32893	Derli Baldissera	04/02/1980	Deferido
13	30559	Elio Jose De Azeredo	10/12/1963	Deferido
14	34314	Ezequiel Alves Da Silveira	07/09/1984	Deferido
15	26446	Flavio Jose Dondoni	31/12/1979	Deferido
16	28381	Genildo Enio Ferrari	02/01/1959	Deferido
17	26393	José Andrade	10/04/1948	Deferido
18	34339	Nauzir Antonio Da Silva	14/10/1974	Deferido
19	31821	Paulo Alexandre Schmidt	20/12/1981	Deferido
20	30660	Roberto De Oliveira	10/11/1976	Deferido
21	27453	Robson Bevilacqua	18/06/1988	Deferido
22	26456	Roque Divanir Lopes	14/11/1966	Deferido
23	30158	Thiago Marcelo Riffel	07/03/1990	Deferido
24	28528	Vanderlei Lazarotto	15/12/1980	Deferido
25	32524	Vinicius Vezaro	02/03/1985	Deferido
26	27180	William Ademir Bernardi	01/09/1983	Deferido

## Odontólogo - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31331	Alessandra Scalabrin	24/12/1990	Deferido
2	30018	André Cesar De Oliveira	10/11/1987	Deferido
3	34426	Andressa Santana Reginato	05/04/1989	Deferido
4	33127	Antonio Pizzamiglio Neto	06/05/1989	Deferido
5	27108	Ataíse Ceron Bacchi	09/09/1992	Deferido
6	27114	Ataiane Ceron Bacchi	09/09/1992	Deferido

7	29780	Barbara Cristina Anrain	04/02/1993	Deferido
8	30428	Bruna Camile Giumbelli Gardini	11/02/1991	Deferido
9	26442	Bruna Vargas Medeiros	17/07/1990	Deferido
10	26345	Camila Bernardt	26/05/1988	Deferido
11	33481	Camila Dalpizzol	09/08/1990	Deferido
12	27225	Carlos Alberto Garcia Junior	20/09/1991	Deferido
13	31677	Claudia Mara Jagnow	19/05/1990	Deferido
14	33016	Disneia Tereza De Marco Tonial	17/02/1982	Deferido
15	33639	Eduardo Luiz Bonan Angonese	21/01/1993	Deferido
16	34290	Felippe Lacava Moschetta	22/07/1984	Deferido
17	30666	Fernanda Paula De Almeida	06/09/1991	Deferido
18	29572	Gabriela Luana Zibetti	25/06/1993	Deferido
19	34417	Geovana Cristina Recalcatti	20/08/1987	Deferido
20	33315	Guilherme Klein Parise	04/12/1990	Deferido
21	34286	Janaina Fernanda Morês	22/08/1985	Deferido
22	33727	Jéssica Regina Gobbi	27/06/1993	Deferido
23	28493	Jean Marcell Fochesatto Restelato	22/11/1984	Deferido
24	31143	Kelliane Sturm Antunes	25/06/1993	Deferido
25	30160	Larissa Zanon Cordeiro	20/03/1992	Deferido
26	27374	Leonardo Cecchin Bays	06/09/1991	Deferido
27	28657	Marcelo Bertoldo	02/09/1979	Deferido
28	28598	Maurício José Ceregatti	07/05/1990	Deferido
29	32035	Nicole Tomazoni	07/06/1989	Deferido
30	27962	Patrícia Soares Borges	28/10/1991	Deferido
31	32213	Paula Zonta	21/04/1990	Deferido
32	30993	Rosane Rech	18/03/1990	Deferido
33	33850	Sabrina Sampaio Dos Reis	12/12/1990	Deferido
34	27062	Suelen Franke Haus	24/05/1993	Deferido
35	30017	Thaise Prodócimo	02/11/1987	Deferido

## Operador de Máquina Leve - Ensino Fundamental Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34333	Cristiano Jose Simadao	02/09/1987	Deferido
2	29989	Cleomar Martins De Azeredo	18/11/1978	Deferido

## Operador de Máquina Pesada - Ensino Fundamental Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	27320	Delir Ribeiro Da Silva	17/07/1973	Deferido
2	31836	Eliceu Franke	11/07/1958	Deferido
3	34416	Flavio Luiz Marques	16/07/1991	Deferido
4	28449	Francisco Victor Belotto	15/08/1950	Deferido
5	29156	João Marcio Paz	26/07/1978	Deferido
6	28407	Librino Ribeiro Da Silva	19/10/1980	Deferido
7	32050	Lucinei Marques	09/12/1990	Deferido
8	34085	Marcelo Marcos De Abreu	14/05/1991	Deferido
9	28482	Marcos Ramos	18/02/1981	Deferido

## Orientador Social - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34329	Aline Elizabeth Minks	23/01/1991	Deferido
2	29415	Aline Rosseti	05/01/1990	Deferido
3	30621	Bruna Cristina Garcia Schuermann Infeld	24/05/1991	Deferido
4	29925	Flavia Darold	09/10/1987	Deferido
5	31843	Jennifer Paula Stempkowski	15/01/1991	Deferido
6	28807	Keila Priscila De Moraes	18/05/1983	Deferido
7	34411	Paulo Cesar Dos Santos Braga	15/08/1085	Deferido
8	34410	Roberta Brizolla Rosa	08/10/1989	Deferido
9	33107	Tatiana Regina Broetto	05/01/1992	Deferido
10	32181	Vandeleia Da Silva	19/03/1987	Deferido
11	29340	Vanessa De Moraes Muniz	25/12/1989	Deferido
12	34387	Vania Regina Golin	13/02/1956	Deferido

## Pedreiro - Alfabetizado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34423	Adelar Moraes Dos Anjos	21/06/1985	Deferido
2	27054	Cleiton Alexandro Tides	14/05/1992	Deferido

## Professor de Artes - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	32455	Arlete Terezi-nha Gralha	15/10/1955	Deferido
2	31675	Elisete Sonego	16/11/1970	Deferido
3	26909	Elisiane Slongo	25/04/1977	Deferido
4	29262	Maria Aparecida Fraron	07/03/1986	Deferido
5	26448	Marilda Rodrigues	11/03/1984	Deferido
6	32305	Marlene Aparecida Da Silva	06/10/1978	Deferido
7	29573	Marlene Salete De Oliveira Penteado	11/03/1958	Deferido
8	30157	Rosane Lourdes De Oliveira Souza	12/10/1981	Deferido
9	30573	Silvana Aparecida Antunes	25/02/1982	Deferido

## Professor de Ciências - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31035	Ana Paula Bressan	08/12/1992	Deferido
2	30027	Francieli Paulo	23/08/1985	Deferido
3	28931	Haiala Michellini Masson	23/07/1985	Deferido
4	29968	Marlei Natalino Farcencena	24/12/1980	Deferido
5	29287	Susimara De Araujo	24/08/1990	Deferido
6	31372	Taina Aparecida Costa	18/10/1988	Deferido

## Professor de Educação Física - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28443	Amauri Machado	30/04/1985	Deferido
2	27647	Angélica Kunrath	28/10/1990	Deferido
3	27074	Angela Rethor	17/06/1985	Deferido

4	34318	Aracely Lilian Susin Bergamo	11/08/1979	Deferido
5	29238	Bianca Alice Spironeo	21/05/1986	Deferido
6	28177	Cleyton Luis Geronimo	28/09/1983	Deferido
7	31209	Daiana Da Cruz	20/03/1985	Deferido
8	31657	Diana Paula Ferreira	23/11/1991	Deferido
9	29791	Elizandra Lovatel	20/01/1984	Deferido
10	28745	Evania Banfi Da Silveira	28/08/1982	Deferido
11	30212	Fernando De Azevedo	20/09/1989	Deferido
12	31997	Francieli Aparecida Cazara Faccin	14/05/1987	Deferido
13	27781	Glêneste Fernandes Wirth	11/12/1988	Deferido
14	29254	Juliana Bonamigo	12/05/1985	Deferido
15	34274	Laura Gabriela Bazzi	28/04/1993	Deferido
16	26912	Lucas Guerreiro Camassola	17/09/1992	Deferido
17	33203	Lucia Leonor Toaldo	15/07/1968	Deferido
18	28871	Luiz Antonio Lovatel	03/03/1965	Deferido
19	34361	Moisés Lopes	05/08/1977	Deferido
20	26385	Priscila Pereira Dias	06/10/1991	Deferido
21	28970	Rafael Thomaz De Vargas	12/03/1989	Deferido
22	29839	Rubyany Brandão Savaris	06/08/1983	Deferido
23	31924	Samile Barp Lorenz	04/04/1987	Deferido
24	29767	Sandra Manfè	14/06/1984	Deferido
25	29258	Sinuhe Utan Moscibrocki Colombo	08/02/1977	Deferido
26	34409	Vagner Camelo	25/10/1988	Deferido

## Professor de Educação Infantil (magistério) - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28448	Alana Rita Camassola	01/10/1995	Deferido
2	28352	Aline Vanusa Marcos De Souza Antunes	17/07/1993	Deferido
3	27812	Ana Maria Isganzella Surdi	28/06/1977	Deferido
4	29330	Bruna Aparecida Vergani	02/06/1995	Deferido

5	26348	Cristiane Da Silva	07/03/1994	Deferido
6	29499	Darlíane Carla Nora	16/02/1981	Deferido
7	30450	Dábila Cristina Do Amaral	18/02/1995	Deferido
8	32463	Débora Caroline Mangolt	17/02/1993	Deferido
9	29162	Diana Cassia Constantini	20/05/1995	Deferido
10	28784	Gabriela Carniel	29/09/1994	Deferido
11	33289	Josiane Ferreira	23/11/1987	Deferido
12	34367	Kariane Aparecida De Azevedo Petri	08/07/1992	Deferido
13	31824	Kênia Aparecida Dalavechia	13/01/1993	Deferido
14	31981	Leocádia Aparecida Dorigon Ramos	11/10/1977	Deferido
15	31544	Leonir Aparecida Machado	02/03/1976	Deferido
16	30794	Loreane Carine De Oliveira	03/12/1989	Deferido
17	27722	Luciela Gross Masiero	07/01/1989	Deferido
18	31588	Maiara Machado Da Motta	14/09/1994	Deferido
19	27005	Maria Sedeni H. De Souza Duarte	29/10/1976	Deferido
20	27696	Marilda Esganzela	07/06/1979	Deferido
21	30343	Marilei Da Silva Pinto Bergamo	23/06/1975	Deferido
22	27496	Monalíze Dos Santos	16/11/1994	Deferido
23	26470	Monica Fátima Da Luz Beaze	14/07/1990	Deferido
24	27688	Nicheli Gottardo Da Silva	11/05/1995	Deferido
25	29924	Patrícia De Oliveira	19/02/1993	Deferido
26	31761	Roseli Alves Tonini	19/01/1976	Deferido
27	28442	Roseli De Azeredo	09/04/1973	Deferido
28	31492	Sandra Tozatti	06/07/1977	Deferido
29	28344	Silvia De Simas	05/10/1993	Deferido
30	34352	Sonia Masson	14/08/1980	Deferido
31	26362	Susana Borin	05/01/1994	Deferido
32	27509	Tariane Dalapria	24/07/1991	Deferido
33	33860	Taynara Xavier Alves Do Amaral	09/12/1994	Deferido

## Professor de Geografia - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	32872	Andre Martinnazzo	03/09/1989	Deferido
2	28671	Edinara Madruga E Souza	31/10/1990	Deferido
3	30676	Jonatan Rech	21/07/1988	Deferido
4	26413	Kerly De Giacometti	01/06/1985	Deferido
5	34276	Marcia Rosana Barth	27/01/1975	Deferido

## Professor de História - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29830	Aline Aparecida Faé Iocenti	11/10/1990	Deferido
2	26431	Celito Pereira	18/12/1978	Deferido
3	30233	Débora Dambros	26/06/1990	Deferido
4	34394	Jully Caroline Dos Santos Vieira	03/02/1990	Deferido
5	33102	Leonir Marcos Machado	09/03/1991	Deferido
6	26826	Luciana Souza Dos Santos Da Silva	30/10/1979	Deferido
7	34395	Maria Caciéle Ferreira	15/11/1983	Deferido
8	33689	Márcia Maria Pereira Morés	25/11/1969	Deferido
9	30350	Silvia Camila Ribeiro Bastian	01/12/1987	Deferido
10	28940	Solange Maristela Jordão	10/10/1974	Deferido

## Professor de Informática - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34337	Aleomar Alves Dos Santos	27/02/1985	Deferido
2	28956	André Márcio Neumann	29/03/1979	Deferido
3	26430	Claudionor De Abreu	02/11/1990	Deferido
4	30352	Francieli Daiane Pieri	09/08/1986	Deferido
5	30707	Geane Valcarrenki	09/10/1989	Deferido
6	26369	Nathana Schneider Slonski	17/10/1990	Deferido
7	26488	Sandro Marcos De Souza	11/01/1984	Deferido

## Professor de Língua Inglesa - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	27085	Daniele Raizer	21/08/1990	Deferido
2	29904	Fabiana Salete Marques	16/12/1987	Deferido
3	26330	Lucas Antonio Dorini	14/09/1991	Deferido
4	30854	Marisol Beatriz Alves	29/06/1972	Deferido
5	27560	Patricia Massarolo	10/09/1989	Deferido
6	26360	Renata Aparecida Surdi	25/05/1985	Deferido
7	30887	Salette Joceli De Freitas	16/11/1984	Deferido
8	26632	Sidinei Antonio Antunes	16/06/1980	Deferido
9	29161	Tamiris Girioli	30/07/1990	Deferido
10	31768	Vanusa Regina Sitniewski	14/05/1981	Deferido
11	31978	Wanessa Franco Sobral	20/02/1991	Deferido

## Professor de Língua Portuguesa - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	26400	Ana Carolina Weber Welter	16/08/1991	Deferido
2	28757	Claudiane Nunes Da Silva	19/11/1988	Deferido
3	29061	Izabeti Terezinha Bonato	05/10/1965	Deferido
4	26896	Jésica Mayer	02/11/1991	Deferido
5	27890	Lucilene Pacheco Dos Santos	19/08/1987	Deferido
6	28369	Mara Simone Xavier Alves Da Rosa	10/10/1975	Deferido
7	29022	Mônica Lopes Duarte	23/07/1989	Deferido
8	28699	Nilza Thomaz De Vargas Bergamo	22/04/1981	Deferido
9	26416	Rosilene Dutra	11/10/1984	Deferido
10	33694	Rubia Lucia Magrinelli Da Silva	30/05/1990	Deferido
11	30899	Vanessa Schneider	03/01/1987	Deferido

## Professor de Matemática - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29391	Aline Maria De Lima Bressan	13/06/1990	Deferido

2	31899	Edineia Popp Boff	17/08/1986	Deferido
3	26525	Elizandra Fatima Machajewski	01/04/1989	Deferido
4	34019	Franciéli Rodrigues Da Rosa Machado	18/08/1990	Deferido
5	29855	Francielle Cristina Albuquerque Thomé	27/12/1983	Deferido
6	33643	Gelson Luis Mellegari Dos Santos	17/03/1974	Deferido
7	26333	Joice Aparecida Mendes	30/11/1983	Deferido
8	28947	Josiane Freisleben	13/02/1983	Deferido
9	28116	Luana Gazzola	04/07/1990	Deferido
10	27783	Luciane Kazmierczak	24/06/1989	Deferido
11	30378	Michele Pissoli	20/04/1989	Deferido
12	29095	Simone Masson	06/12/1990	Deferido
13	27588	Tailane Garcia De Matos	22/01/1989	Deferido
14	27731	Vanessa Siviero	21/07/1990	Deferido

## Professor de Música - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29222	Aldina Da Silva	08/09/1950	Deferido
2	30264	Daniel Melloto	22/12/1993	Deferido
3	28082	Lilian De Fatima Inacio	25/10/1986	Deferido
4	31248	Michael De Abreu	23/12/1989	Deferido
5	26418	Rafael Fracaro	16/04/1983	Deferido
6	26786	Sabrina Bazzo	23/12/1992	Deferido

## Professor Educação Infantil (habilitação nível superior) - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31950	Alessandra Aparecida De Oliveira	14/10/1987	Deferido
2	32092	Aline Bernart Baretta	28/05/1985	Deferido
3	29595	Aline Paula Menegaz	19/08/1986	Deferido
4	30436	Ana Caroline Guimarães	28/06/1989	Deferido



5	27522	Anderlise Fatima Rodrigues Siviero	13/10/1983	Deferido
6	27753	Andréia Rosa Dalamaria	17/03/1981	Deferido
7	31669	Andreia Dos Santos Sonego	15/06/1984	Deferido
8	27554	Ariane Surdi	13/07/1990	Deferido
9	29779	Éline Juliessa Chaves	18/06/1992	Deferido
10	27651	Carin Dal Moro	01/06/1980	Deferido
11	27862	Carla Francisca Olivo Valduga	25/12/1963	Deferido
12	31376	Carla Simone Vigolo	19/02/1986	Deferido
13	30246	Carla Surdi	29/06/1991	Deferido
14	30342	Caroline Golin Fagundes	15/10/1993	Deferido
15	29882	Cassia Regina Zanini	11/12/1979	Deferido
16	28019	Christiane Ramos	18/11/1989	Deferido
17	30371	Claci Dorigon De Matos	09/01/1969	Deferido
18	28272	Cleusa De Lurdes Bernardi Genaro	14/05/1973	Deferido
19	30375	Daiane Sara Da Silva	11/07/1986	Deferido
20	28214	Deniz Maria Madruga	30/08/1973	Deferido
21	29053	Edinéia Maria Crivelatti Coelli	20/07/1975	Deferido
22	33104	Eliane Leal Dos Santos	20/02/1983	Deferido
23	29143	Eliane Lopes Duarte	21/07/1983	Deferido
24	31674	Elisabete Regina Rex	04/05/1993	Deferido
25	27495	Elizabete Ferreira	05/11/1992	Deferido
26	33117	Elusa Perpétua Santos Neto De Matos	03/09/1974	Deferido
27	27988	Eulécia Fátima Vanzin Lissa Dal Prá	30/03/1968	Deferido
28	28234	Fabia Lais Cesa Do Amaral	21/11/1988	Deferido
29	29142	Fernanda Deisi Ramos Bittencourt	27/09/1989	Deferido
30	30747	Francieli Maria Vergani	19/04/1990	Deferido
31	32328	Glaci Maria Possebon Soares Borges	11/07/1974	Deferido
32	33297	Grazieli Azevedo	04/03/1988	Deferido

33	29581	Ivanir Salete Duarte Dorini	23/07/1966	Deferido
34	29252	Jane Maria De Andrade	04/05/1970	Deferido
35	26392	Janete Da Rosa	06/11/1979	Deferido
36	34055	Janete Lopes De Mello Scheuermann	31/05/1974	Deferido
37	26479	Jesiele Pilonetto Lopes Duarte	29/07/1987	Deferido
38	28979	Juliana Amalia Bazzi Peri	29/07/1985	Deferido
39	31890	Kely Cristine Biarzi	30/11/1988	Deferido
40	31193	Laiza Regina Colombo Baretta	26/06/1974	Deferido
41	32260	Letícia Palinski	17/02/1988	Deferido
42	28070	Lisiane Maria Masson	17/06/1980	Deferido
43	32797	Luci Fatima Spironelo Buselato	12/01/1979	Deferido
44	31014	Luciana Aparecida Bandeira Ottonelli Cesa	14/11/1990	Deferido
45	29051	Luciane Aparecida Da Silva	27/01/1975	Deferido
46	28758	Lucimara De Andrade Ferrari	24/02/1983	Deferido
47	29854	Lucineia Breda De Siqueira	18/11/1983	Deferido
48	28108	Maiara Beatriz Schiller	12/07/1990	Deferido
49	30272	Maria Marilene De Mattos	04/02/1973	Deferido
50	26476	Maria Rosane Serpa	18/12/1979	Deferido
51	29769	Marilei Aparecida Machado	17/11/1990	Deferido
52	27002	Marinês Savaris Koch	24/01/1967	Deferido
53	34323	Marisa Almeida Coelho	12/09/1973	Deferido
54	29921	Marizete Kolling	22/05/1986	Deferido
55	31609	Márcia Aparecida Cardoso	19/02/1983	Deferido
56	30910	Mônea Soares Borges Pessoli	12/07/1979	Deferido
57	27659	Mônica Rostrola Dalavequia	03/03/1980	Deferido
58	26364	Monalisa Chaves	05/11/1992	Deferido
59	29952	Naiana Angélica Scarton	22/03/1988	Deferido

60	30263	Neiva Aparecida Mansardo	08/07/1981	Deferido
61	28202	Neiva Aparecida Scheuermann Mantovani	09/10/1969	Deferido
62	34332	Paloma Nora	05/04/1993	Deferido
63	28725	Renata Alves Dos Santos	21/02/1989	Deferido
64	30509	Renata Caldart Mas-sucato	04/09/1974	Deferido
65	29842	Sabrina Garcia Susin Ferrari	03/09/1988	Deferido
66	30897	Sandra Fachin	20/10/1971	Deferido
67	31217	Scheila Bazzo	30/03/1990	Deferido
68	30313	Scheila Hosana Bazzo	07/01/1989	Deferido
69	29785	Sedinéia De Fátima Borin Dalpiva	18/09/1982	Deferido
70	27514	Silvana Maristela Moreira Vetorazi	20/09/1974	Deferido
71	28069	Simone Antunes Gonçalves Viganó	06/06/1981	Deferido
72	28953	Sirlene Santos Domingues	29/04/1980	Deferido
73	28409	Solange Ap. Machado Calvi	29/02/1980	Deferido
74	26593	Sonia Ubiali	31/07/1985	Deferido
75	32361	Tailane Nara Faccin	21/12/1992	Deferido
76	29937	Taise Danieli Pilger Mantovani	27/04/1991	Deferido
77	32495	Tatiane Aparecida Durigon Toaldo	12/09/1982	Deferido
78	29013	Tatiane Pereira Dias	15/01/1987	Deferido
79	32088	Vanda Márcia Ferrari Boanamico	21/10/1980	Deferido
80	27426	Vanessa De Mattos	17/12/1988	Deferido
81	30965	Vanusa Aparecida Pereira Da Silva	27/09/1990	Deferido
82	34350	Vilma Da Silva Pinto Kunz	15/09/1980	Deferido
83	29764	Viviane Carminatti	18/11/1987	Deferido
84	29857	Zelina Da Rosa Masiero	06/01/1967	Deferido
85	29957	Zenir Aparecida Da Silva	07/02/1966	Deferido

## Professor Séries Iniciais (habilitação nível superior) - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31661	Adeniziana Daros	31/08/1992	Deferido
2	30730	Alda Rosenei Chagas Cordeiro	03/09/1988	Deferido
3	31043	Amarília Aparecida Ribeiro Dambros	15/11/1964	Deferido
4	32105	Andréia Masson Dambros	03/06/1983	Deferido
5	26363	Aurenita Aparecida Gomes Da Silva Ramos	09/04/1978	Deferido
6	31893	Beatriz Almeida Ramos	18/02/1978	Deferido
7	28996	Beloni Dos Prazeres Da Silva	17/06/1979	Deferido
8	26695	Carla Nunes Dos Santos	10/03/1986	Deferido
9	30197	Célia Mara Antunes	21/06/1979	Deferido
10	34357	Cristiane Dos Anjos	10/08/1982	Deferido
11	30607	Cristiani Salete Da Silva Mota Müller	11/07/1980	Deferido
12	30930	Daniela Juliana Costa	21/03/1991	Deferido
13	30256	Debora Aparecida Azevedo Rodrigues	14/05/1973	Deferido
14	30802	Edinéia De Moraes	20/04/1991	Deferido
15	27826	Elizangela De Fatima Rodrigues	29/08/1985	Deferido
16	30892	Franciane Tonini	15/08/1982	Deferido
17	26347	Francieli Aparecida Vidi	09/03/1984	Deferido
18	34203	Gabriela Beloto Moreira Belotto	01/09/1985	Deferido
19	29480	Gilberto José Vargas	22/12/1974	Deferido
20	26493	Helena Altmann	20/09/1976	Deferido
21	28269	Janaína Aparecida Reques	14/12/1979	Deferido
22	28086	Janete Fatima Sozo Bossacro	26/08/1969	Deferido
23	31493	Joslaine Pereira	05/10/1992	Deferido
24	27922	Juciele Machado	16/08/1988	Deferido
25	32357	Laura Bonadiman	06/01/1990	Deferido

26	32486	Lizandra Martins	05/07/1991	Deferido
27	26923	Luciana Cristina Toaldo Baretta	04/02/1973	Deferido
28	31718	Lucrecia Colombo Côas	07/05/1977	Deferido
29	29005	Marilce Gotardo	12/03/1972	Deferido
30	26407	Marinez De Paula Gross	27/01/1973	Deferido
31	30405	Patricia Fatima Teixeira Baretta	12/06/1980	Deferido
32	31833	Roselaine Hoffmã	29/09/1987	Deferido
33	32630	Rosilei Baretta	24/11/1964	Deferido
34	30069	Rozélia Alves Stempcosqui	22/07/1993	Deferido
35	29927	Sabrina Lovison	14/09/1982	Deferido
36	30348	Sandra Eloiza Jung	08/04/1970	Deferido
37	30125	Susete Louzada	28/05/1957	Deferido
38	31268	Tatiane Olivia Riffel Da Costa	14/04/1984	Deferido
39	28053	Vanessa Ronzani Da Silva Savaris	22/09/1973	Deferido
40	30471	Vera Lucia Aparecida De Oliveira Almeida	07/09/1979	Deferido

## Professor Séries Iniciais (magistério) - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	30459	José Deoni De Abreu	16/09/1960	Deferido
2	30337	Andressa Vanuza Da Silva Cardoso	02/04/1991	Deferido
3	31974	Ane Caroline Da Silva Do Amaral	22/12/1994	Deferido
4	27547	Bruna Dalpissol Wilbert	20/08/1992	Deferido
5	27871	Eliziane Maria Alves Machado	23/05/1975	Deferido
6	26433	Franciane Terlan	12/09/1981	Deferido
7	29837	Giseli Lopes Duarte	23/06/1983	Deferido
8	33912	Janaina Krul	30/11/1993	Deferido
9	27733	Marina Durgon	18/12/1982	Deferido
10	34316	Simone Da Silva Ribeiro	27/12/1984	Deferido
11	29557	Valéria De Souza	30/09/1994	Deferido

12	28883	Vera Gotardo	12/10/1978	Deferido
----	-------	--------------	------------	----------

## Professor Séries Iniciais - Cecon/CCC Vila União (habilitação nível superior) - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29795	Lucia Debarba	27/04/1960	Deferido
2	30952	Marilzete Fernandes Ribeiro	01/06/1966	Deferido
3	34271	Nilcéia Minks	09/06/1967	Deferido

## Professor Séries Iniciais - Cecon/CCC Vila União (magistério) - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	27709	Angela Tainar De Camargo Zanon	29/07/1995	Deferido
2	32420	Iraci Salete Ferrari	21/08/1966	Deferido

## Técnico Desportivo Capoeira escolinha - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34353	Rafael Chimento	27/05/1984	Deferido

## Técnico Desportivo Futebol escolinha - Ensino Superior Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Técnico Desportivo Futsal escolinha - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28130	Edson Fernando Moretti	27/06/1984	Deferido
2	33601	Felipe José Miqueloto	03/03/1981	Deferido
3	29050	Sergio Rodrigues Dos Santos	11/06/1964	Deferido

## Técnico Desportivo Futsal treinamento - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	27745	Altair Pereira	23/12/1967	Deferido

## Técnico Desportivo Haecon-Do-escolinha - Ensino Superior Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

**Técnico Desportivo Handebol escolinha - Ensino Superior Completo**

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

**Técnico Desportivo Handebol treinamento - Ensino Superior Completo**

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28038	Saionara Cristina Masson	25/07/1976	Deferido

**Técnico Desportivo Karatê escolinha - Ensino Superior Completo**

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	27964	Valdecir J. Saretta	19/03/1968	Deferido

**Técnico em Enfermagem - Ensino Médio**

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28887	Adriana Mandeliche	29/07/1987	Deferido
2	27443	Adriane De Lima	15/03/1984	Deferido
3	26438	Beatris De Lima	05/09/1961	Deferido
4	28980	Dalva Luiza Dalcartivo	24/09/1968	Deferido
5	32754	Dirlena De Borba	29/08/1979	Deferido
6	26485	Elisangela Schmidt	07/09/1981	Deferido
7	30144	Elizabete Simone Bof	07/04/1976	Deferido
8	28368	Estefania Fenski Fraron	30/11/1985	Deferido
9	30110	Eunice Ferreira Coutinho Soares	05/01/1963	Deferido
10	28166	Fatima Aparecida Ribeiro Da Silva	26/06/1975	Deferido
11	29151	Gitana Lise Klein	06/09/1978	Deferido
12	27707	Izabela Viviane Biazi	28/07/1988	Deferido
13	27037	Janete Lurdes Gois Padilha	29/01/1982	Deferido
14	27437	Josiani Casiano	29/10/1981	Deferido
15	27469	Lenice Comim Keler	25/03/1978	Deferido
16	26450	Leticia Izabel Muller	09/02/1988	Deferido
17	26962	Loreni Lopes Duarte	30/03/1965	Deferido
18	30872	Luciana Tapparo Lazaroto	12/06/1988	Deferido
19	26350	Lucimari Mendes Rodrigues Calluans	31/07/1967	Deferido

20	27767	Mariza Aparecida De Matos Thome	10/11/1967	Deferido
21	28468	Marlene Terezinha Heller	06/07/1984	Deferido
22	26396	Marli Terezinha Surdi	08/10/1961	Deferido
23	27585	Patricia Gomes Da Silva	30/01/1991	Deferido
24	27421	Rosemari Pires Saretta	30/08/1971	Deferido
25	30844	Scheyla Cristina Alves Schmidt De Vargas	28/10/1983	Deferido
26	32664	Simone Aparecida Da Silva	23/04/1982	Deferido

**Técnico em Saúde Bucal - Ensino Médio**

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	30585	Poliani Sabrina Azevedo	21/08/1991	Deferido
2	33243	Sidimara Pereira	29/10/1976	Deferido

**SIMAE****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/38/2014**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/38/2014

Processo Licitatório Nº CAO/0376/2014

**OBJETO DA LICITAÇÃO:** Confecção e instalação de 02 sistemas de elevação de carga, tipo ponte rolante, adaptadas às dimensões existentes nos locais de instalação, compreendendo a prestação dos serviços e o fornecimento dos materiais.

**TIPO:** Menor Preço Global

**PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES:** Até às 09:00 horas, do dia 22 de dezembro de 2014.

**LOCAL:** Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail [material@simaecao.sc.gov.br](mailto:material@simaecao.sc.gov.br), [francieli@simaecao.sc.gov.br](mailto:francieli@simaecao.sc.gov.br) ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 10 de dezembro de 2014.  
Francieli Ap. da Rosa  
Pregoeira

**PORTARIA N º 48/2014/SIMAE-CAO**

PORTARIA Nº 48/2014/SIMAE-CAO, de 05 de dezembro de 2014.  
Estabelece Horário Especial de Funcionamento.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Complementar nº 0147/2012, Anexo II, Item I, de 04 de abril de 2012, e considerando os Decretos Municipais nº 153/2014, de 23 de outubro de 2014, e nº 181/2014 de 03 de dezembro de 2014, do Município de Capinzal/SC,

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer turno único aos servidores do SIMAE, das 07 às 13 horas, no período de 22 a 31 de dezembro de 2014, considerando as atividades administrativas relativas ao encerramento do exercício e a necessidade de planejamento para o exercício de 2015;

Art. 2º Estabelecer ponto facultativo nesta Autarquia nos dias 26 de dezembro de 2014 e 02 de janeiro de 2015, pela passagem dos feriados de Natal e Ano Novo.

Art. 3º Não se aplicam as disposições desta Portaria aos servidores que trabalhem em regime de escala de trabalho - Estação de Tratamento de Água, Vigilância, Plantão e Sobreaviso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO  
Diretor Geral

## Chapadão do Lageado

**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 91/2014 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
EXTRATO DE CONTRATO nº 91/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 91/2014.  
Vigência: 28/11/2014 à 31/12/2014  
Processo Licitatório nº 94/2014  
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.  
Contratado/Credenciado: UNIDAS VEÍCULOS LTDA  
Valor/Remuneração: R\$ 33.100,00 (trinta e três mil e cem reais).  
Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de um veículo 0 (zero) km, ano 2014, modelo 2015, para uso da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado/SC.

DATA DA ASSINATURA: 28 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 471 DE 09.012.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 471/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal Decreto nº 050/2009 e de acordo com o art. 18 incisos I e II c/c com o § 1º da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº 049 de 09.12.10;

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder progressão funcional as servidoras públicas municipais, em conformidade com o Anexo IV da Lei Complementar nº 007, de 23.12.99.

Art. 2º As servidoras relacionadas nesta Portaria passarão a receber o vencimento correspondente ao novo Nível, de acordo com o abaixo descrito:

NOME	CARGO	PROGRESSÃO	Do Nível	Para o Nível
Adriana M. Correia	Secretaria de Escola	Tempo de Serviço	Nível - V	Nível - VI
Joici D. Coavilla	Psicóloga	Desempenho	Nível - IV	Nível - V

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01.12.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
09 de dezembro de 2014.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 472 DE 09.012.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO

PORTARIANº 472/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública MARCIANE LOPES, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, matriculada sob o nº 1177/04, licença para tratamento de saúde, nos dias 09, 10,11 e 12 de dezembro de 2014 (quatro dias), conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
09 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Cocal do Sul****PREFEITURA****AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/PMCS/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/PMCS/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 122/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão presencial nº. 61/PMCS/2014, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviço de entrega de jornal, panfleto, informativo, folder e correspondências, conforme necessidades das unidades administrativas da Prefeitura de Cocal do Sul, para o exercício de 2015. A abertura do Pregão será às 09h00min do dia 22 de dezembro de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 13h00min.

Cocal do Sul, 09 de dezembro de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/FMS/2014**

CONTRATO Nº: 145/FMS/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: TATA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE, ODONTO - MÉDICO LTDA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/FMS/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/FMS/2014

Objeto: Aquisição de materiais e brinquedos educativos odontológicos, destinados as atividades da Secretária de Saúde de Cocal do Sul.

Assinatura: 17/11/2014

Vigência: Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014

Valor: R\$ 6.179,00 (seis mil cento e setenta e nove reais)

Dotação Orçamentária: 1101.2027.3390 (62).

## Concórdia

### PREFEITURA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2014 – FMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 7/2014- FMC

Objeto: Aquisição, fabricação, instalação e (montagem no local, conforme layout fornecido) de mobiliário em geral a serem instalados no Centro Cultural Concórdia, neste município com recursos oriundos do Convênio Repasse MINC/PRONAC nº 145465, patrocinadas pela empresa Tractebel, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 22/12/2014 no endereço Eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Abertura: dia 22/12/2014 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 09 de dezembro de 2014.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Superintendente da FMC

#### **EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 168/2014 SUPRESSÃO -PMC**

Contrato Nº : 168/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2014

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 2/2014

Objeto : Recapeamento de diversas ruas do Município, com repasse oriundo do Governo Federal, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? do Edital.

Vigência : Início: 08/10/2014 Término: 26/11/2014

Assinatura : 08/10/2014

Valor R\$ : 14.398,46 (quatorze mil trezentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos)

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### **DECRETO N. 544/2014**

DECRETO Nº 544, DE 02 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. JAIR BORSOI , ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social , 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 17/01/2013 a 16/01/2014, que serão gozadas a partir de 01/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JAIR BORSOI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

#### **DECRETO N. 545/2014**

DECRETO Nº 545/2014, DE 03 DE DEZEMBRO de 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 08 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, à servidora Municipal, Sra. LENIR ROSEMARY MARTELLI TECCHIO, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de dezembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO N. 546/2014**

DECRETO Nº 546, DE 05 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. IVONEI BREANSINI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 27/06/2013 a 26/06/2014, que serão gozadas a partir de 15/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

IVONEI BREANSINI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 547/2014**

DECRETO Nº 547, DE 05 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. ANDRÉ LUIZ NASSINGER, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/01/2013 a 01/01/2014, que serão gozadas a partir de 15/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANDRÉ LUIZ NASSINGER Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 548/2014**

DECRETO Nº 548, DE 05 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. OSNI COLPANI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 15/09/2013 a 14/09/2014, que serão gozadas a partir de 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

OSNI COLPANI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 549/2014**

DECRETO Nº 549/2014, DE 05 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica (aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais)) que serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito..

Modalidade de Aplicação: 339000 -02

Fonte de Recursos: 10.00- Ordinários - R\$ 6.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, será utilizado do provável excesso de arrecadação do orçamento vigente valor de R\$ 6.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos para 04/12/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**DECRETO N. 550/2014**

DECRETO Nº 550, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. ELEANDRO FANTINEL, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 12/04/2013 a 11/04/2014, que serão gozadas a partir de 15/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ELEANDRO FANTINEL Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 551/2014**

DECRETO Nº 551, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. ADEMIR PEDRO GROLLE, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 15/04/2013 a 14/04/2014, que serão gozadas a partir de 15/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADEMIR PEDRO GROLLE Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 552/2014**

DECRETO Nº 552, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. HIGOR TRESSOLDI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 12/04/2013 a 11/04/2014, que serão gozadas a partir de 15/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

HIGOR TRESSOLDI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 553/2014**

DECRETO Nº 553, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. LAUDIR ANTONIO PEDROSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 04/05/2013 a 03/05/2014, que serão gozadas a partir de 15/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LAUDIR ANTONIO PEDROSO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 554/2014**

DECRETO Nº 554, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder à Sra. LOURDES MARIA GABRIEL MAGGIONI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, que serão gozadas a partir de 22/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LOURDES MARIA GABRIEL MAGGIONI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 555/2014**

DECRETO Nº 555, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Sr. MIGUEL DO ROSÁRIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/09/2013 a 31/08/2014, que serão gozadas a partir de 22/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MIGUEL DO ROSÁRIO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 556/2014**

DECRETO Nº 556, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

"CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º. Concede 30 (trinta) dias consecutivos de férias coletivas, aos Servidores Municipais da Secretaria Municipal de Educação, conforme lista anexa a partir do dia 22/12/2014.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**ANEXO I - Servidores**

Nº	SERVIDOR
01	Adriana Favaretto
02	Adriana Inês Lanzarin
03	Adriana Martini
04	Aline Borsoi
05	Ana Paula Briancini
06	Ane Cristine Briancini
07	Arlete Dal Santo Grolli
08	Cristiane Farezin Tosati
09	Daiane dos Reis
10	Daiane Fávero
11	Eder Pizzatto
12	Ivete Atuatti Piaia
13	Kely Aline Sabadin
14	Lenir Martelli Tecchio
15	Luana Paula Morescho
16	Luisa Burigo Pinto
17	Marilene Salete Vanazzi
18	Marilia Di Domenico
19	Michelle Parnoff
20	Monia Cristina Breassini
21	Nauriane Di Domenico
22	Olivandro Marina
23	Orestes Paulo Di Domenico
24	Patrícia Briancini
25	Rosane Maraga
26	Salete Varnier Zanluchi
27	Sandra Figueiró Pedrosa Cenci
28	Sandra Maria Zardo Morescho
29	Silvani Kollett



30	Simone Detofeno
31	Sonia Alberton Magioni
32	Sonia Fatima Cenci
33	Tatiane Amado
34	Tháise Marcia Fidellis
35	Vania Cristina Pederssetti Graciani

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

#### DECRETO N. 557/2014

DECRETO Nº 557, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. TAISA BORSOI, ocupante do cargo de Odontóloga, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 08/02/2013 a 07/02/2014, que serão gozadas a partir de 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

TAISA BORSOI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

#### DECRETO N. 558/2014

DECRETO Nº 558, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. FERNANDA MICHELLE MULLER NICHEL BUSS, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 03/05/2013 a 02/05/2014, que serão gozadas a partir de 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FERNANDA M. M. NICHEL BUSS Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

#### DECRETO N. 559/2014

DECRETO Nº 559, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. ADRIANA BORMAN ARNDT ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014, que serão gozadas a partir de 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA BORMAN ARNDT Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

#### DECRETO N. 560/2014

DECRETO Nº 560, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. FLAVIANO PERIM, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, que serão gozadas a partir de 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FLAVIANO PERIM Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

#### **DECRETO N. 561/2014**

DECRETO Nº 561, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. FABIANO MORESCHO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 03/04/2013 a 02/04/2014, que serão gozadas a partir de 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FABIANO MORESCHO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

#### **DECRETO N. 562/2014**

DECRETO Nº 562, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. LUCIANO RODRIGO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 03/04/2013 a 02/04/2014, que serão gozadas a partir de 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LUCIANO RODRIGO DA SILVA Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

#### **DECRETO N. 563/2014**

DECRETO Nº 563, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. AFRANIO ELSO CAMPAGNOLLO, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 11/02/2013 a 10/02/2014, que serão gozadas a partir de 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

AFRANIO ELSO CAMPAGNOLLO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

#### **DECRETO N. 564/2014**

DECRETO Nº 564, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. SILVANO ANDREIS GABRIEL, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 12/04/2013 a 11/04/2014, que serão gozadas a partir de 15/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será

paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

SILVANO ANDREIS GABRIEL Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

#### **DECRETO N. 565/2014**

DECRETO Nº 565 /2014, DE 08 DE DEZEMBR o de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

Considerando a Convocação do dia 03 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o retorno antecipado de férias da Servidora Municipal, Sra. IVANETE LOURDES PEDERSSETI,

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora mencionada, o período restante de 18 (dezoito) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2012 a 14/04/2013, que serão gozadas a partir de 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias não será paga, pois esta se deu no mês de dezembro de 2012.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### **DECRETO N. 566/2014**

DECRETO Nº 566 /2014, DE 08 DE DEZEMBR o de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

Considerando a Convocação do dia 03 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o retorno antecipado de férias da Servidora Municipal, Sra. KÁTIA ANA DI DOMENICO,

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora mencionada, o período restante de 18 (dezoito) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2012 a 14/04/2013, que serão gozadas a partir de 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias não será paga, pois esta se deu no mês de dezembro de 2012.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### **DECRETO N. 567/2014**

DECRETO Nº 567, DE 08 DE DEZEMBR o de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. JOSIELE LÚCIA GUOLO, Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 08/07/2013 a 07/07/2014, que serão gozadas a partir de 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JOSIELE LÚCIA GUOLO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 568/2014**

DECRETO Nº 568, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder à Sra. KATIA ROSY GRANDO, ocupante do cargo de Medica Veterinária, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 18/01/2013 a 17/01/2014, que serão gozadas a partir de 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

KATIA ROSY GRANDO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 569/2014**

DECRETO Nº 569, DE 08 DE DEZEMBRO de 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder à Sra. ANA PAULA BIESSEK, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 11/02/2014 a 10/02/2015, que serão gozadas a partir de 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de dezembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA PAULA BIESSEK Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**Coronel Martins****PREFEITURA****DECRETO Nº 272, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 272, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PROMOVE A RESCISÃO DO CONTRATO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADMITIDO PARA CARGO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando que o próprio ato de admissão do servidor para atuação caráter temporário estabeleceu a possibilidade de rescisão antecipada do contrato por iniciativa da Administração Municipal, no interesse público;

Considerando que uma das características da contratação em caráter temporário é justamente a ausência de estabilidade na função;

Considerando a redução da demanda de professores no Município de Coronel Martins, resultado da realização do concurso público e reestruturação da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que para a realização da rescisão contratual está sendo observada a classificação resultante do Processo Seletivo n. 001/2014.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica rescindido o contrato de trabalho dos servidores abaixo relacionados, admitidos em caráter temporário, a partir de 19 de dezembro de 2014.

NOME	CARGO
ANA POMIECINSKI GUIMARÃES	PROFESSOR ÁREA II- SÉRIES / ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
MARIA IZABEL BORGES	PROFESSOR ÁREA V- EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 01 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 273, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 273, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PRORROGA PRAZO DE VIGÊNCIA DE CONTRATOS DE SERVIDORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994.

Considerando o princípio da legalidade e economicidade que regem a administração pública;

Considerando a necessidade de manter a continuidade de eficiência para melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino;

Considerando o prazo de validade do Processo Seletivo 001/2014;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015 o prazo de vigência dos contratos de servidores admitidos em caráter temporário por excepcional interesse público, conforme relação abaixo.

SERVIDOR	CARGO	CARGA HORÁRIA
ROGERIO CARLOS PREVIATTI	MONITOR DE VIOLÃO	30HS
ABEL DA SILVA DEBAS- TIANI	PROFESSOR ÁREA III	20HS
LEDIANE MARIN TOIGO	PROFESSOR ÁREA III	40HS
GILBERTO PEREIRA MARTINS	PROFESSOR ÁREA III	40HS
DAIANE NARA BELATTO	PROFESSOR ÁREA III	20HS
LORECI MARIA GARBIN POZZER	PROFESSOR ÁREA III – ARTES	40HS
CARLA RAVARENA	PROFESSOR ÁREA III – ARTES	20HS
MARISA SZCZEPANSKI BETT	PROFESSOR ÁREA III – CIÊNCIA	20HS
ADRIANA SALETE M. BURATO	PROFESSOR ÁREA V- EDUCAÇÃO ESPECIAL	20HS
RAQUELI DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA	PROFESSOR ÁREA V- EDUCAÇÃO ESPECIAL	20HS
LORETE ZANCO MORES	PROFESSOR ÁREA V- EDUCAÇÃO ESPECIAL	20HS
VANDRA CECATTO DE OLIVEIRA	PROFESSOR ÁREA I - EDUCAÇÃO INFANTIL	20HS

Parágrafo único. Poderá haver a rescisão antecipada dos contratos dos servidores abrangidos pelo presente Decreto, independentemente de notificação, no interesse da Administração ou aprovação de servidores em concurso público para os mesmos cargos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,  
em 01 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

**ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS PROCESSO LICITATORIO Nº. 011/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº.008/2014 AVISO DE LICITAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 011/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº.008/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Pregão Presencial FUNSAU n. 008/2014, até às 8:15 horas do dia 22 de Dezembro de 2014 e fará abertura das mesmas às 08:45 hs do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação é prestar serviços na área da Medicina, que disponibilize Médico Clínico Geral, atendimento 40 horas semanais e Médico plantonista para trabalharem na unidade de saúde do município, tipo menor preço por item, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins - SC com a Comissão de Licitação, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 08 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal



**Correia Pinto****PREFEITURA****EXTRATO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 03/2014 FHMCP**

TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO  
PROCESSO Nº 03/2014 □ PREGÃO PRESENCIAL - FUNDAÇÃO  
HOSPITALR MUNICIPAL  
Despacho de anulação de processo Licitatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, e

CONSIDERANDO que em razão do Mandado de Segurança expedido pela Comarca de Correia Pinto, torna suspenso o procedimento licitatório.

RESOLVE:

ANULAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob. o nº. 03/2014 FHMCP, e consequentemente a licitação por pregão presencial com o mesmo número, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DOS SERVIÇOS MÉDICOS RELATIVOS AO PRONTO ATENDIMENTO 24H (VINTE E QUATRO HORAS), DO HOSPITAL MUNICIPAL FAUSTINO RISCAROLI PARA SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

Correia Pinto/SC, 05 de setembro de 2014.

Vânio Forster

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – FMS ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE AMOXILINA SUSPENSÃO 250 MG/5ML 150 ML, DAPIRONA COMPRIMIDO 500MG, AMOXILINA CLAVULANATO 875/125MG, DE CARÁTER EMERGENCIAL, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 24, IV DA LEI 8.666/93.

Adquirido em 12 de agosto de 2014.

Empresa Contratada: Andrômeda Distribuidora de Medicamentos  
CNPJ: 13.568.558/0001-10

AMOXILINA SUSPENSÃO 250 MG/5ML 150 ML

Quantidade: 500 unidades

Valor: 3,14

DIPIRONA COMPRIMIDO 500MG

Quantidade: 15000 unidades

Valor: 0,0586

AMOXILINA CLAVULANATO 875/125MG

Quantidade: 1500 unidades

Valor: 1,89

Valor Total: 5.284,00

Correia Pinto/SC, 10 de dezembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS II - PROCESSO 12/2014 FMS/FHMC****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**

Página: 1/14

**Processo Nº.: 12/2014**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2014**

No dia 12 do mês de Novembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.741.096/0001-53, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Vânio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 12/2014, Processo Licitatório nº. 12/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PARA O ANO DE 2014 E 2015. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
961	AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	172, 173, 263
10	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	27, 29, 31, 33, 36, 57, 58, 59, 72, 80, 90, 112, 114, 119, 136, 138, 148, 151, 166, 170, 182, 201, 213, 229, 238, 241, 249, 255, 256, 271, 273, 274, 284, 308
902	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda	32, 152, 233, 296
128	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	44, 53, 101, 104, 117, 121, 161, 179, 197, 209, 215, 266, 275
840	CIRÚRGICA JAW COM MAT MED HOSP LTDA	6, 75, 95, 124
965	Cirúrgica Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA	3, 13, 51, 66, 69, 71, 84, 86, 87, 92, 93, 100, 126, 135, 139, 155, 156, 176, 177, 243, 306
738	Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda	10, 18, 24, 42, 56, 78, 85, 111, 115, 120, 122, 125, 132, 134, 141, 144, 157, 164, 167, 183, 186, 198, 203, 206, 211, 214, 222, 224, 252, 254, 261, 270, 299
959	DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME	70, 171, 200
63	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	4, 11, 17, 48, 55, 73, 94, 118, 142, 193, 194, 239, 260, 267, 282, 283, 285, 297
960	EXTRA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS E PRO.HOSP. LTDA	43, 113, 188, 227, 246, 298
964	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	52, 88, 89, 146, 147, 180, 181, 184, 191, 204, 205, 216, 305
962	KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	30, 97, 99, 149, 150, 168, 228
848	LA DALLA PORTA JUNIOR	7, 12, 39, 49, 67, 82, 83, 106, 137, 174, 178, 187, 202, 234, 235
402	MARCOFARMA DISTRIB. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	2, 21, 28, 47, 50, 61, 62, 91, 102, 105, 110, 128, 130, 131, 140, 153, 158, 159, 163, 169, 185, 195, 207, 210, 230, 236
269	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	8, 14, 41, 45, 60, 77, 96, 98, 108, 129, 133, 143, 165, 189, 196, 208, 225, 226, 237, 258, 259, 278, 281, 301, 303
13	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	247, 248, 250
958	PROMEDIC - A. G. KIENEN & CIA LTDA	20, 22, 23, 25, 37, 46, 63, 64, 65, 68, 76, 103, 123, 145, 154, 175, 192, 217, 221, 264, 265, 268, 272, 279, 280, 295, 304, 307
904	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	1, 9, 15, 16, 19, 26, 34, 54, 79, 107, 109, 116, 127, 160, 190, 218, 219, 220, 223, 244, 245, 262, 269, 277, 302
103	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	35, 38, 74, 232, 240, 251, 253, 276
839	S&R DISTRIBUIDORA LTDA	40, 81, 199, 212, 231, 242, 300
963	Victoria Comércio de Produtos Hospitalares	257, 309

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	65.817.900/0001-71	Waldir Campos Filho	376.362.439-20
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	Paulo Roberto de Oliveira Ruszczak	517.236.469-20
Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda	13.568.558/0001-10	Jayson Silveira de Moura	892.477.449-20
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	103.652.030/0001-70	Douglas Martin	014.887.280-89
CIRÚRGICA JAW COM MAT MED HOSP LTDA	79.250.676/0001-93	.....	.....
Cirúrgica Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA	94.516.671/0002-34	Andrei Jean Teixeira	007.687.989-57
Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda	67.729.178/0004-91	Gessé Bonfim	009.296.149-50

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 2/14

Processo Nº: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME	15.025.636/0001-65	Giovani da Silveira	988.530.900-49
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0001-40	Renan José Giacometti	020.502.160-33
EXTRA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS E PRO.HOSP. LTDA	06.035.038/0001-86	Julio Cezar Tondolo	541.837.900-34
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	Sedinei Roberto Stievens	004.421.050-70
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	15.068.089/0001-03	Anderson Luiz Sartori	030.582.430-90
LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	Paulo Ricardo Costa Palmeira	323.255.840-20
MARCOFARMA DISTRIB. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS L	06.935.554/0001-67	Ricardo Luiz Mucio	998.469.420-87
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86	Nilton Luiz Cortiano	222.690.619-34
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	Robson Taciano da Silva	003.937.599-46
PROMEDIC - A. G. KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65		- - -
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	Juliano De Lacerda	026.937.659-35
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	85.247.385/0001-49	Justo Goya Domelles Junior	025.861.029-83
S&R DISTRIBUIDORA LTDA	04.889.315/0001-92	Fabio Filippetto	687.509.270-00
Victoria Comércio de Produtos Hospitalares	00.088.317/0001-21		- - -

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PARA O ANO DE 2014 E 2015.  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
27	AMOXILINA 400MG/5ML SUSP. ORAL	UN	GlaxoSmithKlin	6.000,000	8,3700	50.220,00
29	AMPICILINA 1g INJ EV	UN	Ariston	500,000	4,9428	2.471,40
31	APLICITIL INJETÁVEL	UN	Cristalia	300,000	2,2031	660,93
33	ATROPINA INJ	UN	Isofarma	400,000	0,2966	118,64
36	BENZILPENICILINA 600.000 U.I	UN	Teuto	10.000,000	3,5306	35.306,00
57	CARVÃO ATIVADO	UN	Quimidrol	8,000	35,5000	284,00
58	CARVEDILOL 25mg comp	UN	Torrent	60.000,000	0,1080	6.480,00
59	CARVEDILOL 6,25 COMP	UN	Torrent	60.000,000	0,1000	6.000,00
72	CIPROFLOXACINO 250mg ENDOVENOSO	UN	Isofarma	1.000,000	6,5669	6.566,90
80	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% INJ	UN	Isofarma	300,000	0,2471	74,13
90	CLORIDRATO DE SUXAMETÔNIO INJ	UN	Ariston	50,000	9,1795	458,98
112	DIMORF 10mg COMP	UN	Cristalia	1.000,000	0,5931	593,10
114	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5mg SUBLINGUAL COMP	UN	Baldacci	10.000,000	0,2399	2.399,00
119	DISPOSITIVO INTRA UTERINO PLÁSTICO C/ COBRE MODELO T380mm2	UN	Cepeo	100,000	49,4279	4.942,79
136	FENOBARBITAL 50mg INJ	UN	Cristalia	300,000	1,7653	529,59
138	FLUOXETINA 20mg - comp.	UN	Teuto	200.000,000	0,0613	12.260,00
148	GLICEROL 120MG/ML ENEMA	UN	Cristalia	150,000	5,2252	783,78
151	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% INJ	UN	Isofarma	100,000	1,8200	182,00
166	IMIPRAMINA 25mg - comp.	UN	Cristalia	50.000,000	0,1299	6.495,00
170	KANAKION INJ	UN	União Química	200,000	2,3302	466,04

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 3/14

Processo Nº.: 12/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

**Fornecedor: 10 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
182	LINCOMICINA 300mg - inj.	UN	Neo Química	500,000	3,5306	1.765,30
201	METRONIDAZOL 250ml INJ	UN	Fresenius Kat	200,000	1,9065	381,30
213	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO INJ	UN	Hypofarma	50,000	4,6603	233,02
229	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG COMP	UN	Farmax	1.500,000	0,0452	67,80
238	RISPERIDONA 1MG COMP	UN	Torrent	100.000,000	0,2500	25.000,00
241	SERTRALINA 50mg	UN	Torrent	200.000,000	0,1049	20.980,00
249	SORO FISIOLÓGICO 250ml VIA TÓPICA, INALATÓRIA OU INTRANASAL	UN	Farmax	5.000,000	1,1298	5.649,00
255	SORO MANITOL 250ml	UN	Fresenius Kat	700,000	3,8836	2.718,52
256	SORO RINGER	UN	Segmenta-Eur	500,000	2,8900	1.445,00
271	VALPROATO DE SÓDIO 500MG COMP	UN	Torrent	30.000,000	0,4199	12.597,00
273	VANCOMICINA 1 mg ampola	UN	Ariston	100,000	4,6603	466,03
274	VANCOMICINA 500mg Ampola	UN	Ariston	300,000	4,6603	1.398,09
284	BENZILPENICILINA (proc+potassio) 300.00+100.00U.I c/diluyente	UN	Ariston	7.000,000	2,8245	19.771,50
308	SUCCINILCOLINA 500mg INJ	UN	Ariston	100,000	25,4201	2.542,01

**Fornecedor: 13 - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
247	SORO FISIOLÓGICO 125ml - sistema fechado	UN	Equiplax	30.000,000	1,8200	54.600,00
248	SORO FISIOLÓGICO 250ml	UN	Arboreto	15.000,000	1,5400	23.100,00
250	SORO FISIOLÓGICO 500 ML	UN	Arboreto	15.000,000	1,6900	25.350,00

**Fornecedor: 63 - DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150mg/ml INJ	UN	U.QUIMICA	5.000,000	10,8490	54.245,00
11	AEROLIN SPRAY	UN	GLENMARK	5.000,000	4,9800	24.900,00
17	ALENDRONATO DE SODIO 70 MG COMP	UN	DELTA	50.000,000	0,3200	16.000,00
48	BUSCOPAN SIMPLES INJ	UN	TEUTO	3.000,000	0,9700	2.910,00
55	CARBONATO DE CALCIO 500/600 +D COMP	UN	NATULAB	20.000,000	0,6890	13.780,00
73	CIPROFLOXACINO 500mg - comp.	UN	PRATI	40.000,000	0,1300	5.200,00
94	CLOPRIMAZINA AMPLICTIL 40mg Gotas	UN	CRISTALIA	500,000	4,9500	2.475,00
118	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 250UG/DOSE PÓ SOL INAL AEROSOL	UN	CHIESI	500,000	44,0000	22.000,00
142	FUROSEMIDA INJ	UN	SANTISA	5.000,000	0,6480	3.240,00
193	MALEATO DE ENAPRIL 10mg comp	UN	MEDQUIMICA	50.000,000	0,0470	2.350,00
194	MALEATO DE ENAPRIL 20mg comp	UN	TEUTO	40.000,000	0,0480	1.920,00
239	SAIS REIDRATANTE - PÓ	UN	NATULAB	5.000,000	0,3650	1.825,00
260	SULFAMETAZOL + TRIMETROPIMA 40mg + 8mg SUSPENSÃO ORAL	UN	SOBRAL	1.000,000	0,8900	890,00
267	TRAMADOL 100gr COMP.	UN	CRISTALIA	80.000,000	1,7800	142.400,00
282	AMOXICILINA 500 CPR EM BLISTER C/ UNIDADES FRACIONADAS , DOSE INDIVIDUALIZADA , DELIMITADA POR PICOTE, CONTENDO AS SEGUINTE INFORMACOES: NOME DO PRINCIPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE	UN	PRATI	20.000,000	0,2200	4.400,00
283	AZITROMICINA 500MG CPR EM BLISTER C/ UNIDADES FRACIONADAS , DOSE INDIVIDUALIZADA , DELIMITADA POR PICOTE, CONTENDO AS SEGUINTE INFORMACOES: NOME DO PRINCIPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE	UN	PRATI	20.000,000	0,7200	14.400,00
285	BELZILPENICILINA POTÁSSICA 5000.000 U.I.	UN	BLAU	1.000,000	7,8900	7.890,00
297	CIPROFLOXACINO 500MG CPR EM BLISTER C/ UNIDADES FRACIONADAS , DOSE INDIVIDUALIZADA , DELIMITADA POR PICOTE, CONTENDO AS SEGUINTE INFORMACOES: NOME DO PRINCIPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE	UN	PRATI	15.000,000	0,3200	4.800,00

**Fornecedor: 103 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
35	AZITROMICINA 600mg SUSP ORAL	UN	PHARLAB	6.000,000	2,1500	12.900,00
38	BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG COMP	UN	VITAPAN	30.000,000	0,0356	1.068,00
74	CLARITROMICINA 500mg	UN	PHARLAB	10.000,000	0,7290	7.290,00
232	PREDNISONA 5mg - comp.	UN	VITAPAN	50.000,000	0,0576	2.880,00
240	SALBUTAMOL 120ml XAROPE	UN	HIPOLABOR	1.000,000	0,8000	800,00
251	SORO GLICOFISIO 500 ML	UN	FRESENIUS	10.000,000	2,4149	24.149,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 4/14

Processo Nº: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014**Fornecedor: 103 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
253	SORO GLICOSADO 250ml	UN	FRESENIUS	8.000,000	1,9596	15.676,80
276	VERAPAMIL 80mg COMP.	UN	TEUTO	10.000,000	0,0490	490,00

**Fornecedor: 128 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
44	BUDESONIDA 32mg AEROSOL NASAL	UN	BIOSINTETIC	5.000,000	13,3000	66.500,00
53	CARBONATO DE CALCIO 1250mg COMP	UN	MEDQUIMICA	50.000,000	0,1000	5.000,00
101	DEXAMETASONA 0,1% CREME	UN	MULTILAB	2.500,000	0,6390	1.597,50
104	DEXTROVITASE 10ml - ampola	UN	CRISTALIA	2.000,000	3,8000	7.600,00
117	DIPIRONA SÓDICA 500MG COMP	UN	PRATI D.	50.000,000	0,0580	2.900,00
121	DOLOSAL 50mg INJ	UN	UNIAO QUIMI	400,000	1,4980	599,20
161	HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO+HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 35,6MG+37MG/ML SUSP ORAL	UN	IFAL	20.000,000	1,4900	29.800,00
179	LEVOTIROXINA SODICA 100mg - comprimido	UN	MERCK	50.000,000	0,1040	5.200,00
197	METFORMINA 850mg	UN	GEOLAB	300.000,000	0,0650	19.500,00
209	NISTATINA - creme vaginal	UN	TEUTO	6.000,000	2,3990	14.394,00
215	NORETISTERONA 0,35mg COMP	UN	BIOLAB	20.000,000	0,1540	3.080,00
266	TIMOLOL maleato solução oftálmica 0,5%	UN	TEUTO	50,000	1,0000	50,00
275	VARFARINA SODICA 5MG COMP	UN	TEUTO	15.000,000	0,0870	1.305,00

**Fornecedor: 269 - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	ACIDO FOLICO 5mg - comprimido	UN	MARIOL	70.000,000	0,0200	1.400,00
14	ALBENDAZOL 4% SUSP ORAL	UN	PRATI	5.000,000	0,8500	4.250,00
41	BISACODIL 5mg COMP	UN	HYPERMARC	10.000,000	0,0910	910,00
45	BUSCOPAM COMPOSTO COMP	UN	HYPERMARC	100.000,000	0,1850	18.500,00
60	CASCARA SAGRADA (Rhamnus purshiana DC) CAPS 250mg	UN	BIONATUS	5.000,000	0,4000	2.000,00
77	CLINDAMICINA 600mg INJ	UN	HYPOFARMA	300,000	4,9900	1.497,00
96	COLIRIO ANESTESICO 10ml	UN	ALLERGAN	30,000	6,5000	195,00
98	COMPLEXO B 2ml - Ampola	UN	HYPOFARMA	3.500,000	0,6800	2.380,00
108	DICLOFENACO SODICO INJ - 75 mg/3ml	UN	TEUTO	10.000,000	0,6290	6.290,00
129	ESPINHEIRA SANTA (Maytenus officinalis Mabb.) 380mg CAPS	UN	NATULAB	10.000,000	0,1600	1.600,00
133	FENITOINA SÓDICA 100mg COMP	UN	TEUTO	50.000,000	0,0600	3.000,00
143	GARRA DO DIABO (Harpagophytum procumbens) CAPS 200mg	UN	NATULAB	10.000,000	0,4480	4.480,00
165	IMIPINEM - inj	UN	ABL	50,000	21,5000	1.075,00
189	MACRODANTINA 100mg comp	UN	TEUTO	10.000,000	0,1300	1.300,00
196	METFORMINA 500mg	UN	TEUTO	300.000,000	0,0530	15.900,00
208	NIMESULINA 100mg	UN	VITAPAN	300.000,000	0,0398	11.940,00
225	PARACETAMOL 750mg - comp.	UN	ZYDUS	250.000,000	0,0400	10.000,00
226	PAROXETINA 20mg	UN	AUROBINDO	80.000,000	0,1650	13.200,00
237	RANITIDINA 50mg 2ml - ampola	UN	TEUTO	3.000,000	0,5990	1.797,00
258	SULFADIAZINA DE PRATA 1% PASTA	UN	NATIVITA	2.000,000	2,7200	5.440,00
259	SULFAMETAZOL + TRIMETOPRIMA 400/80mg COMP	UN	PRATI	15.000,000	0,0600	900,00
278	VITAMINA C INJ	UN	TEUTO	2.000,000	0,7800	1.560,00
281	ALGESTONA 150 MG + ESTRADIOL 10 MG/ML	UN	EMS	10.000,000	3,7000	37.000,00
301	Etinilestradiol 0,02mg + Gestodeno 0,075mg	UN	EMS/LEGRAN	10.000,000	0,3000	3.000,00
303	Etinilestradiol 0,03mg + Levonorgestrel 0,015mg	UN	CIFARMA/MAI	10.000,000	0,0230	230,00

**Fornecedor: 402 - MARCOFARMA DISTRIB. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ACEBROFICINA XAROPE INFANTIL 120ml	UN	PRATI	2.500,000	2,4700	6.175,00
21	AMINOFILINA 100mg - Comprimido	UN	VITAPAN	100.000,000	0,0270	2.700,00
28	AMOXILINA 500mg COMP.	UN	TEUTO	100.000,000	0,0890	8.900,00
47	BUSCOPAN SIMPLES COMP	UN	BELFAR	60.000,000	0,2380	14.280,00
50	CAPTOPRIL 25mg - comprimido	UN	TEUTO	400.000,000	0,0150	6.000,00
61	CEFALEXINA 500mg - comp.	UN	TEUTO	60.000,000	0,1490	8.940,00
62	CEFALEXINA 50MG/ML SUSP. ORAL	UN	TEUTO	6.000,000	2,6700	16.020,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 5/14

Processo Nº.: 12/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

**Fornecedor: 402 - MARCOFARMA DISTRIB. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
91	CLORIDRATO DE TIAMINA 300mg COMP	UN	PRATI	30.000,000	0,0790	2.370,00
102	DEXAMETASONA 0,1mg/ml SUSP	UN	PRATI	1.000,000	1,0600	1.060,00
105	DIAZEPAN 10mg - comprimido	UN	SANTISA	150.000,000	0,0358	5.370,00
110	DIGOXINA 0,25mg - comprimido	UN	PHARLAB	20.000,000	0,0330	660,00
128	ERITROMICINA 500mg - Comprimido	UN	PRATI	1.000,000	0,3790	379,00
130	ESPIROLACTONA 25mg - comprimido	UN	ASPEN	50.000,000	0,0800	4.000,00
131	ETINILESTRADIOL+LEVONORGESTREL 0,03+0,15 COMP	UN	MABRA	250.000,000	0,0220	5.500,00
140	FOSFATO DE PREDNISOLONA SOL ORAL 3mg/ml	UN	PRATI	1.500,000	2,2900	3.435,00
153	HALOPERIDOL 2MG/ML SOL ORAL	UN	PRATI	300,000	2,3900	717,00
158	HIDROCLOROTIAZIDA 25mg - Comprimido	UN	TEUTO	400.000,000	0,0193	7.720,00
159	HIDROCORTISONA 100mg INJ	UN	TEUTO	3.000,000	2,6990	8.097,00
163	IBUPROFENO 100mg/ml Gotas	UN	MEDQUIMICA	30.000,000	1,7300	51.900,00
169	IVERMECTINA 6MG COMP	UN	VITAPAN	10.000,000	0,2440	2.440,00
185	LORATADINA 1mg/ml xarope	UN	MARIOL	1.500,000	1,5900	2.385,00
195	MELOXICAN 15mg	UN	PHARLAB	100.000,000	0,0810	8.100,00
207	NEOMICINA + BACITRICINA 5mg/g + 250 UI POMADA	UN	PRATI	15.000,000	0,8100	12.150,00
210	NISTATINA SUSP. ORAL 100.000 UI	UN	PRATI	1.500,000	1,4900	2.235,00
230	PERMETRINA 5% LOÇÃO	UN	MULTILAB	2.000,000	1,8000	3.600,00
236	RANITIDINA 150mg - comp.	UN	TEUTO	70.000,000	0,0720	5.040,00

**Fornecedor: 738 - Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	ADRELINA INJ	UN	HIPOLABOR	800,000	1,0960	876,80
18	ALOPURINOL 100MG COMP	UN	SANVAL	10.000,000	0,0443	443,00
24	AMIODARONA 200mg comp	UN	BALDACCI	100.000,000	0,2200	22.000,00
42	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,025% - 20ml (ATROVENT)	UN	HIPOLABOR	5.000,000	0,5280	2.640,00
56	CARBONATO DE LITIO 300mg - comprimido	UN	HIPOLABOR	50.000,000	0,0969	4.845,00
78	CLONAZEPAN 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	UN	HIPOLABOR	25.000,000	1,5890	39.725,00
85	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SEM VASO	UN	HIPOLABOR	2.000,000	1,3700	2.740,00
111	DIMORF 10mg - INJETÁVEL E.V	UN	CRISTALIA	1.000,000	3,2126	3.212,60
115	DIPIRONA - inj.	UN	SANTISA	10.000,000	0,4830	4.830,00
120	DOBUTAMINA 12,5 mg/ml INJ	UN	HIPOLABOR	400,000	3,1510	1.260,40
122	DOPAMINA 5mg - inj.	UN	HIPOLABOR	400,000	0,9590	383,60
125	EFORTIL 10 mg/ml - injetavel	UN	UNIÃO QUIMI	300,000	1,0686	320,58
132	FENITOINA DE SÓDIO INJ	UN	HIPOLABOR	2.000,000	1,1645	2.329,00
134	FENOBARBITAL 100mg - comprimido	UN	CRISTALIA	120.000,000	0,1370	16.440,00
141	FUROSEMIDA 40mg - comprimido	UN	GEOLAB	80.000,000	0,0329	2.632,00
144	GENTAMICINA 20mg - inj.	UN	NOVAFARMA	600,000	0,9590	575,40
157	HIDRALAZINA - inj	UN	CRISTALIA	200,000	4,6500	930,00
164	IBUPROFENO 600 COMP	UN	PRATI DONAL	200.000,000	0,0749	14.980,00
167	IMUNOGLOBINA ANTI RH	UN	PANAMERICA	5,000	164,4000	822,00
183	LINCOMICINA 600mg INJETÁVEL	UN	PHARLAB	500,000	1,5070	753,50
186	LORAZEPAN 2mg - comprimido	UN	EMS	250.000,000	0,0959	23.975,00
198	METILDOPA 250mg	UN	SANVAL	90.000,000	0,1165	10.485,00
203	MIDAZOLAN 15mg - inj	UN	HIPOLABOR	200,000	0,8220	164,40
206	NAUSEDON INJ	UN	HIPOLABOR	500,000	0,9590	479,50
211	NITRATO DE MICONAZOL 2% CREME	UN	HIPOLABOR	1.500,000	1,2330	1.849,50
214	NORADRENALINA INJ	UN	HYPOFARMA	500,000	5,7540	2.877,00
222	OXITOCINA - inj.	UN	UNIÃO QUIM.	500,000	1,2200	610,00
224	PARACETAMOL 500mg - Comprimido	UN	HIPOLABOR	200.000,000	0,0356	7.120,00
252	SORO GLICOSADO 1000 ml	UN	SEGMENTA/E	1.000,000	3,7990	3.799,00
254	SORO GLICOSADO 500 ML	UN	FRESENIUS	6.000,000	2,2057	13.234,20
261	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL	UN	HIPOLABOR	1.500,000	0,5480	822,00
270	VALPROATO DE SÓDIO 250 mg comp.	UN	BIOLAB/RELT	30.000,000	0,1999	5.997,00
299	DIFENIDRAMINA 50 MG/ML INJ	UN	CRISTALIA	200,000	14,7960	2.959,20

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 6/14

Processo Nº.: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014**Fornecedor: 839 - S&R DISTRIBUIDORA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
40	BICARBONATO DE SÓDIO INJ	UN	FARMACE	150,000	0,7970	119,55
81	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOL NASAL	UN	MEDQUIMICA	1.000,000	2,3500	2.350,00
199	METRONIDAZOL 10% GEL VAGINAL	UN	TEUTO	3.000,000	2,9600	8.880,00
212	NITRATO DE PRATA (ARGIROL)	UN	ALLERGAN	10,000	7,9770	79,77
231	PREDNISONA 20mg - comprimido	UN	SANVAL	60.000,000	0,1100	6.600,00
242	SIMETICONA 75mg COMP	UN	BELFAR	30.000,000	0,0653	1.959,00
300	ENOXAPARINA SÓDICA (CLEXANE) 80ml/0,6ml INJ	UN	CRISTALIA	600,000	22,0000	13.200,00

**Fornecedor: 840 - CIRÚRGICA JAW COM MAT MED HOSP LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	ACETATO DE RETINOL 50.000 UI = COLECALCIFEROL 10.000 UI ADTIL	UN	AD-TIL 10ML	10.000,000	4,9000	49.000,00
75	CLARITROMICINA 500mg INJETÁVEL	UN	KLARICID 500	50,000	22,0420	1.102,10
95	COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6U/g + 0,01g/g POMADA 30gr	UN	IRUXOL 30G	2.500,000	5,5170	13.792,50
124	DRAMIN ENDOVENOSO	UN	DRAMIN B6 C	1.000,000	1,8490	1.849,00

**Fornecedor: 848 - LA DALLA PORTA JUNIOR**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	ACIDO ACETIL SALICILICO 100mg - comprimido	UN	IMEC	300.000,000	0,0130	3.900,00
12	AGUA BIDESTILADA 1 L	UN	IODONTEC	4.000,000	2,7700	11.080,00
39	BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG COMP	UN	VITAPAN	60.000,000	0,0210	1.260,00
49	CEFALEXINA 500/5ml INJETÁVEL	UN	MEDLEY	500,000	38,0800	19.040,00
67	CETOCONAZOL COMP	UN	GEOLAB	5.000,000	0,0800	400,00
82	CLORETO DE SÓDIO 20% INJ	UN	ISOFARMA	300,000	0,2080	62,40
83	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25mg comp	UN	TEUTO	300.000,000	0,0447	13.410,00
106	DIAZEPAN 10mg/2ml - ampola	UN	SANTISA	1.500,000	0,5690	853,50
137	FLUCONAZOL 150mg	UN	TEUTO	30.000,000	0,1669	5.007,00
174	LEVODOPA+ CARBIDOPA 200mg + 25mg comp	UN	BRAINFARM	5.000,000	0,1820	910,00
178	LEVONORGESTREL 1,5mg COMP	UN	BRAINFARM	20.000,000	2,1400	42.800,00
187	LOSARTANA POTÁSSICA 50mg COMP	UN	TEUTO	500.000,000	0,0420	21.000,00
202	METRONIDAZOL SUSP. ORAL 40mg/ml	UN	PRATI	1.000,000	1,5200	1.520,00
234	PROMETAZINA 25MG INJ	UN	SANVAL	3.000,000	1,0000	3.000,00
235	PROPRANOLOL 40mg COMP.	UN	OSORIO DE N	70.000,000	0,0120	840,00

**Fornecedor: 902 - Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
32	ATENOLOL 50mg - comp.	UN	VITAPAN	50.000,000	0,0243	1.215,00
152	HALOPERIDOL - injet.	UN	TEUTO	500,000	0,8500	425,00
233	PROMETAZINA 25mg - comprimido	UN	TEUTO	50.000,000	0,0690	3.450,00
296	DESLANOSIDE 0,2 MG/ML INJ	UN	UNIAO QUIMI	150,000	1,1867	178,01

**Fornecedor: 904 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ACEBROFICINA XAROPE ADULTO 120ml	UN	CIMED	1.000,000	3,1100	3.110,00
9	ACIDO FOLICO SOLUCAO ORAL 0,2mg/ml	UN	NATULAB	1.000,000	5,1900	5.190,00
15	ALBENDAZOL 400 MG - COMPRIMIDO	UN	PRATI	30.000,000	0,3800	11.400,00
16	ALCACHOFRAS (Cynara scolymus L.) Cápsula 350mg	UN	NATULAB	10.000,000	0,1990	1.990,00
19	ALOPURINOL 300 MG COMP	UN	SANDOZ	10.000,000	0,0950	950,00
26	AMOXILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 400mg+57mg SUSP ORAL	UN	SANDOZ	1.000,000	6,1500	6.150,00
34	AZITROMICINA 500mg - compr	UN	MEDQUIMICA	50.000,000	0,3350	16.750,00
54	CARBONATO DE CALCIO 500/400 +D COMP	UN	NATULAB	90.000,000	0,5090	45.810,00
79	CLOPIDOGREL 75mg	UN	SANDOZ	60.000,000	0,3290	19.740,00
107	DICLOFENACO SODICO 50mg - Comprimido	UN	VITAMED	50.000,000	0,0200	1.000,00
109	DIGOXINA 0,05 mg/ml	UN	PRATI	100,000	5,2200	522,00
116	DIPIRONA 500ml / ml GOTAS	UN	NATULAB	4.000,000	0,4299	1.719,60
127	EPIFEZAN CREME OFTALM	UN	LATINO FARM	100,000	7,4500	745,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 7/14

Processo Nº.: 12/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

**Fornecedor: 904 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
160	HIDROCORTISONA 500mg INJ	UN	TEUTO	3.000,000	5,7790	17.337,00
190	MALEATO DE DEXCLOFENIRAMINA XAROPE 0,4mg /ml	UN	NATULAB	6.000,000	0,8270	4.962,00
218	ÓLEO DE GIRASSOL 100ML	UN	MOPH	3.000,000	2,2900	6.870,00
219	ÓLEO MINERAL 200ml	UN	NATULAB	1.500,000	1,5500	2.325,00
220	OMEPRAZOL 20mg - comp.	UN	PHARLAB	400.000,000	0,0455	18.200,00
223	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS	UN	NATULAB	10.000,000	0,4299	4.299,00
244	SINVASTATINA 20mg	UN	SANDOZ	200.000,000	0,0560	11.200,00
245	SINVASTATINA 40 mg	UN	SANDOZ	150.000,000	0,1070	16.050,00
262	SULFATO FERROSO 40mg	UN	NATULAB	120.000,000	0,0309	3.708,00
269	UNHA DE GATO (Uncaria tomentosa) 100mg COMP	UN	HERBARIUM	5.000,000	0,5900	2.950,00
277	VITAMINA C GOTAS	UN	NATULAB	8.000,000	0,9700	7.760,00
302	Etinilestradiol 0,03mg + Desogestrel 0,15mg,	UN	HYPERMARC	10.000,000	0,2230	2.230,00

**Fornecedor: 958 - PROMEDIC - A. G. KIENEN & CIA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	AMICACINA 500mg INJ	UN	TEUTO	250,000	0,7600	190,00
22	AMINOFILINA 24mg 10ml - Ampola	UN	TEUTO	1.000,000	0,7000	700,00
23	AMIODARONA 150mg INJ	UN	HIPOLABOR	500,000	1,6250	812,50
25	AMOXILINA + ACIDO CLAVULANICO 875/125mg COMP	UN	EMS	15.000,000	1,4800	22.200,00
37	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200,000 U.I	UN	TEUTO	10.000,000	3,3000	33.000,00
46	BUSCOPAN COMPOSTO INJ	UN	FARMACE	8.000,000	1,4700	11.760,00
63	CEFALOTINA 1gr - inj.	UN	BLAU	4.000,000	3,3500	13.400,00
64	CEFTRIAXONA 1g IM	UN	ABL	700,000	6,7600	4.732,00
65	CEFTRIAXONA 1g INJ EV	UN	AGILA	3.000,000	4,4000	13.200,00
68	CETOPROFENO 100mg INJ EV	UN	UNIAO QUIMI	5.000,000	2,9800	14.900,00
76	CLARITROMICINA 500mg/ml SUSP. ORAL	UN	EMS	1.000,000	23,1200	23.120,00
103	DEXAMETASONA 4mg INJET.	UN	HIPOLABOR	5.000,000	0,8300	4.150,00
123	DRAMIN B6 INJ - IM	UN	UNIAO QUIMI	700,000	1,3020	911,40
145	GENTAMICINA 80mg - inj.	UN	SANTISA	800,000	0,5400	432,00
154	HALOPERIDOL 5mg - comprimido	UN	UNIAO QUIMI	50.000,000	0,0620	3.100,00
175	LEVOFLOXACINO 500MG COMP	UN	EMS	8.000,000	0,6300	5.040,00
192	MALEATO DE DOXAZOSINA 2mg COMP	UN	EMS	30.000,000	0,0670	2.010,00
217	NORIPURUM 100gr INJ EV	UN	CLARIS	800,000	3,7400	2.992,00
221	OMEPRAZOL 20mg INJ	UN	BLAU	5.000,000	5,2000	26.000,00
264	TENOXCAN 20mg Injetável	UN	EUROFARMA	3.000,000	3,7500	11.250,00
265	TERBUTALINA INJ	UN	UNIAO QUIMI	500,000	1,4500	725,00
268	TRAMADOL 100MG INJ	UN	HIPOLABOR	5.000,000	0,8600	4.300,00
272	VALPROATO DE SODIO 50G/ML SOL ORAL	UN	TEUTO	2.000,000	1,8500	3.700,00
279	XILOCAINA GEL	UN	HIPOLABOR	2.000,000	1,3200	2.640,00
280	ADENOSINA 3MG/ML INJ	UN	HIPOLABOR	400,000	7,8700	3.148,00
295	BUPROPIONA 150 MG COMP	UN	EMS	50.000,000	0,3450	17.250,00
304	FLUMAZENIL 0,1ml AMP C/ 5ml INJ	UN	BIOQUIMICO	500,000	15,0000	7.500,00
307	NIFEDIPINO 20mg COMPRIMIDO	UN	BRAINFARMA	2.000,000	0,0267	53,40

**Fornecedor: 959 - DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
70	CICLOBENZAPRIMA 10mg COMP	UN	MELCON	100.000,000	0,1580	15.800,00
171	LACTULOSE 667mg/ml Xarope	UN	ARTENATIVA	5.000,000	5,4800	27.400,00
200	METRONIDAZOL 250mg - comprimido	UN	BRAIN FARM	30.000,000	0,0640	1.920,00

**Fornecedor: 960 - EXTRA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS E PRO.HOSP. LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
43	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5mg - 20ml (BEROTEC)	UN	PRATI	3.000,000	1,2825	3.847,50
113	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 10mg SUBLINGUAL COMP	UN	GERMED	10.000,000	0,0851	851,00
188	LUBRIFICANTE GEL	UN	CIMED	1.000,000	4,0365	4.036,50
227	PASTA DA ÁGUA LOÇÃO	UN	SANTA TERE	1.000,000	2,1330	2.133,00
246	SORO FISIOLÓGICO - 1000 ml	UN	EUROFARMA	1.000,000	3,6450	3.645,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 8/14

Processo Nº.: 12/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

**Fornecedor: 960 - EXTRA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS E PRO.HOSP. LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
298	CLONAZEPAN 2mg COMP	UN	GERMED	200.000,000	0,0740	14.800,00

**Fornecedor: 961 - AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
172	LEVODOPA + BENZERAZIDA 200mg + 50mg COMP	UN	PROLOPA-RC	20.000,000	1,1300	22.600,00
173	LEVODOPA+ BENZERAZIDA 100mg + 25mg comp	UN	PROLOPA BD	5.000,000	0,8900	4.450,00
263	SUSTRATE 10 MG- COMP	UN	SUSTRATE-F	100.000,000	0,3100	31.000,00

**Fornecedor: 962 - KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
30	ANTIETANOL 250mg COMP	UN	ANTIETANOL	6.000,000	0,3100	1.860,00
97	COMPLEXO B - comp.	UN	COMPLEXO E	110.000,000	0,0359	3.949,00
99	DACTIL OB COMP	UN	DACTIL OB/S	50.000,000	0,4049	20.245,00
149	GLICOSE 0,25% - inj	UN	GENÉRICO/IE	1.000,000	0,2000	200,00
150	GLICOSE 0,50% - inj	UN	GENÉRICO/IE	1.000,000	0,2000	200,00
168	IODETO DE POTASSIO - xarope	UN	XAROPE STC	10.000,000	1,3950	13.950,00
228	PERICIAZINA 4% SOLUÇÃO ORAL	UN	NEULEPTIL/S	1.500,000	13,0300	19.545,00

**Fornecedor: 963 - Victoria Comércio de Produtos Hospitalares**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
257	SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG	UN	sekozok / astra	30.000,000	1,0200	30.600,00
309	SUCCINATO DE METOPROLOL 100mg COMP	UN	sekozok / astra	2.000,000	1,6700	3.340,00

**Fornecedor: 964 - INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
52	CARBAMAZEPINA 20mg/100ml - susp.	UN	MEDLEY	2.000,000	4,9890	9.978,00
88	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA GOTAS	UN	MARIOL	15.000,000	0,4090	6.135,00
89	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25mg COMP	UN	EUROFARMA	30.000,000	0,1980	5.940,00
146	GLIBENCLAMIDA 5mg - Comprimido	UN	MEDQUIMICA	200.000,000	0,0194	3.880,00
147	GLICAZIDA 80mg - COMP	UN	CIFARMA	50.000,000	0,0490	2.450,00
180	LEVOTIROXINA SODICA 25mg comp	UN	MERCK	60.000,000	0,1090	6.540,00
181	LEVOTIROXINA SODICA 50mg - comprimido	UN	MERCK	60.000,000	0,1099	6.594,00
184	LORATADINA 10MG COMP	UN	CIMED	20.000,000	0,0450	900,00
191	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2mg - comp	UN	GEOLAB	2.500,000	0,0570	142,50
204	MIDAZOLAN 15mg COMP	UN	EUROFARMA	1.500,000	0,5300	795,00
205	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20mg - comp	UN	ZYDUS	10.000,000	0,0540	540,00
216	NORFLOXACINO 400mg - comp.	UN	MEDQUIMICA	20.000,000	0,1250	2.500,00
305	Levonorgestrel 0,75mg	UN	EUROFARMA	20.000,000	1,2480	24.960,00

**Fornecedor: 965 - Cirúrgica Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 10mg COMP	UN	EMS	10.000,000	0,6600	6.600,00
13	AGUA DESTILADA 10ml - injetavel	UN	ISOFARMA	50.000,000	0,1500	7.500,00
51	CARBAMAZEPINA 200mg - comprimido	UN	NEO QUIMICA	300.000,000	0,0730	21.900,00
66	CEMITIDINA 300mg INJ	UN	TEUTO	1.000,000	0,4700	470,00
69	CETOPROFENO 100mg INJ IM	UN	CRISTALIA	5.000,000	1,4599	7.299,50
71	CINARIZINA 75mg - comp.	UN	NEO QUIMICA	40.000,000	0,0860	3.440,00
84	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2mg COMP	UN	CRISTALIA	40.000,000	0,2000	8.000,00
86	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10mg INJ	UN	ISOFARMA	12.000,000	0,2300	2.760,00
87	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA COMP	UN	BELFAR	60.000,000	0,0530	3.180,00
92	CLORPROMAZINA AMPLICTIL 100mg COMP	UN	UNIAO QUIMI	50.000,000	0,1850	9.250,00
93	CLORPROMAZINA AMPLICTIL 25mg COMP	UN	CRISTALIA	50.000,000	0,1750	8.750,00
100	DECANOATO DE HALOPERIDOL 50MG/ML SOLUÇÃO INJ	UN	CRISTALIA	400,000	5,9890	2.395,60
126	ENOXAPARINA SÓDICA (CLEXANE) 60ml/0,6ml INJ	UN	BLAUSIEGEL	200,000	17,5000	3.500,00
135	FENOBARBITAL 40MG/ml GOTAS	UN	CRISTALIA	500,000	3,4800	1.740,00
139	FOSFATO DE CODEÍNA 30mg	UN	CRISTALIA	30.000,000	0,7640	22.920,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 9/14

Processo Nº.: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014**Fornecedor: 965 - Cirúrgica Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
155	HEPARINA 5000000 U.I ENDOVENOSA	UN	BLAU	100,000	7,6190	761,90
156	HEPARINA SODICA SOL INJ 5000 UI SC 0,25 ml - subcutaneo	UN	CRISTALIA	300,000	4,2990	1.289,70
176	LEVOFLOXACINO INJ	UN	ISOFARMA	1.000,000	6,3000	6.300,00
177	LEVOMEPROMAZINA GOTAS 4%	UN	CRISTALIA	500,000	7,4000	3.700,00
243	SIMETICONA 75mg Gotas	UN	HIPOLABOR	20.000,000	0,5900	11.800,00
306	METILPREDNISOLONA 40mg IN	UN	UNIAO QUIMI	400,000	9,0000	3.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**

Página: 10/14  
Processo Nº: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### **5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

##### **5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 11/14

Processo Nº.: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

## 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

## 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 12/14

Processo Nº.: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 13/14

Processo Nº: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**Página: 14/14  
Processo N°: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 12/2014**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 12 de Novembro de 2014.

\_\_\_\_\_  
Vânio Forster  
Prefeito Municipal

**Empresas Participantes:**

AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	CNPJ: 65.817.900/0001-71	_____
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda	CNPJ: 13.568.558/0001-10	_____
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	CNPJ: 03.652.030/0001-70	_____
CIRÚRGICA JAW COM MAT MED HOSP LTDA	CNPJ: 79.250.676/0001-93	_____
Cirurgica Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA	CNPJ: 94.516.671/0002-34	_____
Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda	CNPJ: 67.729.178/0004-91	_____
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME	CNPJ: 15.025.636/0001-65	_____
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 02.520.829/0001-40	_____
EXTRA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS E PRO.HOSP. LTDA	CNPJ: 06.035.038/0001-86	_____
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 12.889.035/0001-02	_____
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	CNPJ: 15.068.089/0001-03	_____
LA DALLA PORTA JUNIOR	CNPJ: 11.145.401/0001-56	_____
MARCOFARMA DISTRIB. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTI	CNPJ: 06.935.554/0001-67	_____
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 94.894.169/0001-86	_____
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22	_____
PROMEDIC - A. G. KIENEN & CIA LTDA	CNPJ: 82.225.947/0001-65	_____
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	CNPJ: 81.706.251/0001-98	_____
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 85.247.385/0001-49	_____
S&R DISTRIBUIDORA LTDA	CNPJ: 04.889.315/0001-92	_____
Victoria Comércio de Produtos Hospitalares	CNPJ: 00.088.317/0001-21	_____



# Corupá

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 014/2014 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

#### RESOLUÇÃO 014/2014

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Atendimento Sócio Educativo.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação Quarta Reunião Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2014.

Considerando o Art.11 da Lei Municipal nº 1.612/2005 " Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho de Direitos da Criança e do adolescente, [...]"; Considerando o Art. 13, inc. IV da Lei Municipal nº 1.612/2005, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente "Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de criança e adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente";

Considerando o Art. 2 da Resolução 137/2010/CONANDA: "Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente [...] órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no §2º do Art. 260 da Lei nº 8.069 de 1990;

Considerando que o Art. 12 da Resolução 137/2010/CONANDA nos trás que a definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 7º ( leia-se 9º), deve competir única e exclusivamente aos Conselhos dos Direitos;

Considerando que o Art. 5 paragrafo I da Lei Federal do SINASE nº 12.594/2012 compete ao Município elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual;

Considerando que o Art. 5 §2º da Lei Federal do SINASE nº 12.594/2012 compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente competem as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 ( Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como outras definidas na legislação municipal.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Corupá com validade 2014 a 2024.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 26 de novembro de 2014.

FELIPE RAFAEL RODRIGUES

PRESIDENTE DO CMDCA

### RESOLUÇÃO 015/2014 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

#### RESOLUÇÃO 015/2014

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e do Plano de Aplicação 2015 a 2016.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação Quarta Reunião Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2014.

Considerando o Art.11 da Lei Municipal nº 1.612/2005 " Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho de Direitos da Criança e do adolescente, [...]"; Considerando o Art. 13, inc. IV da Lei Municipal nº 1.612/2005, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente "Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de criança e adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente";

Considerando o Art. 2 da Resolução 137/2010/CONANDA: "Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente [...] órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no §2º do Art. 260 da Lei nº 8.069 de 1990;

Considerando que o Art. 12 da Resolução 137/2010/CONANDA nos trás que a definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 7º ( leia-se 9º), deve competir única e exclusivamente aos Conselhos dos Direitos.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação e Plano de Aplicação 2015 a 2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 26 de novembro de 2014.

FELIPE RAFAEL RODRIGUES

PRESIDENTE DO CMDCA

### RESOLUÇÃO 016/2014 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

#### RESOLUÇÃO 016/2014

Dispõe sobre a comissão responsável de Leis e Organização da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Corupá.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação Quarta Reunião Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2014.

Resolve:

Art. 1º Indicar os seguintes Conselheiros de Direitos para comporem na condição de membros, à Comissão que estará realizando alterações na Lei Municipal nº 1.612/2005 que Dispõe sobre a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente no município de Corupá.

Art. 2º Indicar os seguintes Conselheiros de Direitos para organizar a VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Corupá que acontecerá no dia 25 de Março de 2015.

01- Felipe Rafaeli Rodrigues;

02- Elizete Cardoso;

03- Lauro Berner;

04- KamilleRainiak.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 26 de novembro de 2014.

FELIPE RAFAELI RODRIGUES

PRESIDENTE DO CMDCA

### **RESOLUÇÃO 017/2014 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

RESOLUÇÃO 017/2014

Lei Municipal n.º 1.612/2005

#### **RESOLUÇÃO 017/2014**

Dispõe sobre o pagamento da anuidade a ACCT- Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação da Quarta Reunião Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2014.

Considerando o Art.11 da Lei Municipal nº 1.612/2005 " Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho de Direitos da Criança e do adolescente, [...]"; Considerando o Art. 13, inc. IV da Lei Municipal nº 1.612/2005, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente "Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de criança e adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente"; Considerando o Art. 2 da Resolução 137/2010/CONANDA: "Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente [...] órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no §2º do Art. 260 da Lei nº 8.069 de 1990;

Considerando que o Art. 12 da Resolução 137/2010/CONANDA nos trás que a definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 7º (leia-se 9º), deve competir única e exclusivamente aos Conselhos dos Direitos.

Considerando o Art. 15 da Resolução 137/CONANDA: " A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, liberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas à: IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia

dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Considerando o ofício 316/2014 Conselho Tutelar, solicitando o pagamento de 10% do salário mínimo vigente referente à anuidade da Conselheira Tutelar Sra. Fabíola Aparecida Jansen a ACCT- Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o pagamento de R\$ 72,40 ( setenta e dois reais e quarenta centavos) ou seja, 10% do salário mínimo vigente para a ACCT- Associação de Conselheiros Tutelares. Através do recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Agência 0517-7 variação 51 - Conta Poupança 10.001.106-3 Banco do Brasil

CNPJ: 01.884.418/0001-71 - Inscrição Estadual : isento.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 26 de novembro de 2014.

FELIPE RAFAELI RODRIGUES

PRESIDENTE DO CMDCA

### **RESOLUÇÃO 018/2014 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

#### **RESOLUÇÃO 018/2014**

Dispõe sobre a participação de Conselheira Tutelarno XII Encontro Estadual de Conselheiros Tutelares , Conselheiros Municipais e Rede de Atendimento.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação da Quarta Reunião Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2014.

Considerando o Art.11 da Lei Municipal nº 1.612/2005 " Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho de Direitos da Criança e do adolescente, [...]"; Considerando o Art. 13, inc. IV da Lei Municipal nº 1.612/2005, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente "Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de criança e adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente"; Considerando o Art. 2 da Resolução 137/2010/CONANDA: "Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente [...] órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no §2º do Art. 260 da Lei nº 8.069 de 1990;

Considerando que o Art. 12 da Resolução 137/2010/CONANDA nos trás que a definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 7º (leia-se 9º), deve competir única e exclusivamente aos Conselhos dos Direitos.

Considerando o Art. 15 da Resolução 137/CONANDA: " A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, liberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas à: IV - programas e projetos de capacitação e formação

profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

Considerando o ofício 320/2014 Conselho Tutelar, solicitando o pagamento de despesas a Conselheira Tutelar Sra. DorildeLangerSchmoellerdo XII Encontro Estadual da Associação de Conselheiros Tutelares na cidade de Criciúma - SC nos dias 17 a 19/11/2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o custeio através de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo: 5 (cinco) diárias para o Conselho Tutelar, a saber: DorildeLangerSchmoeller e 5 (cinco) diárias para o Conselho de Direitos, a saber: Elizete Cardoso. Por participarem do XII Encontro Estadual da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares na cidade de Criciúma - SC nos dias 17 a 19/11/2014.

Art. 2º - Aprovar o custeio através de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2(duas) inscrições do XII Encontro Estadual da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares/ criciúma.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigorar na data de sua publicação.

Corupá, 26 de novembro de 2014.

FELIPE RAFAELI RODRIGUES

PRESIDENTE DO CMDCA

# Curitibanos

## PREFEITURA

### ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 31/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		PREGÃO PRESENCIAL	
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS		Nr.: 67/2014 - PR	
CNPJ:	83.754.044/0001-34	Processo Administrativo:	67/2014
RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860		Processo de Licitação:	67/2014
C.E.P.:	89520-000 - Curitibanos - SC	Data do Processo:	21/10/2014

Folha: 1/1

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA O AUDITÓRIO DO NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TERESA LEMOS PRETO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 31/2014 (Sequência: 7)

Ao(s) 9 de Dezembro de 2014, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Portaria nº 271/2014, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 67/2014, Licitação nº. 67/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (38), L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (1216), ANDRADE,

PASSINI COMRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME		(1218), VW COMERCIO	ATACADISTA	LTDA (1347), ERGO - MOBILI	
INDÚSTRIA	E	COMÉRCIO	DE	MÓVEIS	LTDA (1348).

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- TENDO EM VISTA QUE NÃO FOI PROTOCOLADO NENHUM RECURSO, FOI ABERTO O ENVELOPE REFERENTE A DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA ERGO - MOBILI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA APRESENTOU A

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO CONSIDERADA HABILITADA.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitibanos, 9 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL  
Pregoeiro(a)

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 272/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 272/2014

Aos nove dias do mês de Dezembro de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 294/2013, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.



**CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR**

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses

**CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

**I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:**

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.
- b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

**II. Por iniciativa do fornecedor:**

- a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 09 de Dezembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/PMF/2014-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 210/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/PMF/2014  
(Referente Pregão Presencial nº. 210/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. Vanderlei Alexandre, brasileiro, portador da Cédula de identidade nº. 2.570.672-1, inscrito no CPF nº. 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. WZ MULTI-ESPORTES LTDA-ME, estabelecida na Avenida 25 de julho, em Forquilha, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.937.057/0001-23, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Danny César Warmiling, portador da CI nº. 3.361.340 e inscrito no CPF nº. 021.438.639-26;

2. LEONARDO CRIPPA STOLK, estabelecida na Rua Thadeu Silvestre, em Criciúma, inscrita no CNPJ sob o Nº 18.971.631/0001-13, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Srta. Amanda de Souza, portador da CI nº. 3.694.951 e inscrito no CPF nº. 037.786.489-77;

Doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 210/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de uniformes para os grupos de convivência de CRAS e CREAS por meio da Secretaria de Ação Social do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha,



autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número, a data de assinatura deste contrato e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avencado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;  
1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 210/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 05 de dezembro de 2014.  
MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

WZ MULTI-ESPORTES LTDA-ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Danny César Warmiling  
CPF: 021.438.639-26;

LEONARDO CRIPPA STOLK  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Amanda de Souza  
CPF: 037.786.489-77.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 38/PMF/2014-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 211/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 38/PMF/2014  
(Referente Pregão Presencial nº. 211/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. Vanderlei Alexandre, brasileiro, portador da Cédula de identidade nº. 2.570.672-1, inscrito no CPF nº. 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ/MF nº. 03.976.253/0001-93 estabelecida na Rua Francisco Severo Pizzeti, em Criciúma, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. João Rodrigues Junior, brasileiro, CI 4.010.518, CPF 029.794.729-05;

2. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº. 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Vaguinho Rosseti, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.740.828-0 e inscrito no CPF sob o nº 016.099.089-02;

3. BARFE COM. DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ/MF nº. 09.119.391/0001-32, estabelecida na Rua Lourenço Zanette, 556, Cidade de Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. José Barzan, brasileiro, CI nº. 6R/334.052, CPF nº. 179.030.929-87;

Doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 211/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de gêneros de alimentação para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro

das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número, a data de assinatura deste contrato e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegura o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 211/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima

##### Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 05 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal



**COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**

Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: João Rodrigues Junior  
CPF: 029.794.729-05;

**ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME**

Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Vaguinho Rosseti  
CPF: 016.099.089-02;

**BARFE COM. DE ALIMENTOS LTDA**

Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: José Barzan  
CPF: 179.030.929-87;

### **CONVÊNIO Nº. 18/2014 - COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA**

CONVÊNIO Nº. 18/2014

CONVÊNIO PARA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Pelo presente Convênio que entre si fazem de um lado o MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº. 81.531.162/0001-58, situada na Avenida 25 de julho, 3400, Centro de Forquilha, SC neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, doravante denominado de MUNICÍPIO, e de outro lado a COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA, inscrita no CNPJ Nº 83.646.653/0001-70, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. CARLOS ALBERTO ARNS, situada na Avenida 25 de julho, nº. 2736, Centro, nesta cidade de Forquilha - SC, doravante denominada de COOPERA, de comum acordo celebram o presente Convênio conforme a Lei Complementar nº. 03 de 27 de dezembro de 2002, Lei nº. 1.088 de 21 de dezembro de 2004, Lei Complementar nº. 08 de 22 de dezembro de 2005 e Decreto Municipal nº. 132 de 03 de novembro de 2014, que será regulado pelas seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Por este ato, o MUNICÍPIO, devidamente autorizado pela Lei Complementar nº. 03 de 27 de dezembro de 2002, pela Lei nº. 1.088 de 21 de dezembro de 2004 e Lei Complementar nº. 08 de 22 de dezembro de 2005, atribui à COOPERA o encargo de arrecadar a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, incidente sobre proprietários titulares de domínio útil, possuidores e ocupantes de unidade de imóveis servidos, efetiva ou potencialmente, com tal serviço e que estejam ligados como consumidores à rede de energia elétrica.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

A arrecadação de que trata a Cláusula Primeira será feita juntamente com as contas de consumo de energia elétrica, ficando a COOPERA desobrigada da arrecadação das Contribuições dos consumidores que por qualquer razão deixem de pagar as suas contas.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

Competirá ao MUNICÍPIO a solução, junto aos contribuintes, de todas as pendências administrativas ou judiciais, decorrentes do lançamento da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, assim como a devolução das importâncias cobradas em duplicidade ou indevidamente.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

Deverão ser excluídos automaticamente da Cobrança da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, os contribuintes da Classe Residencial normal e rural com consumo até 50 kWh (quilowatt/hora), dos contribuintes dos Órgãos dos Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal, sendo que os contribuintes da categoria rural pagarão 50% (cinquenta por cento) do valor declarado da tabela abaixo.

#### **CLÁUSULA QUINTA**

A cobrança da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, relativo aos imóveis edificados efetuar-se-á mensalmente como segue:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM REAIS (R\$)
0 – 50 kwh	0,00000
51 – 100 kwh	2,87000
101 – 150 kwh	4,31000
151 – 200 kwh	5,76000
201 – 250 kwh	7,20000
251 – 300 kwh	8,65000
301 – 400 kwh	10,0700
401 – 500 kwh	11,5300
501 – 1.000 kwh	14,4100
1.001 – 2.000 kwh	18,3400
2.001 – 10.000 kwh	23,8500
10.001 – 20.000 kwh	65,6500
20.001 – 50.000 kwh	153,1900
50.001 – 100.000 kwh	328,2700
Acima de 100.000 kwh	437,7000

#### **CLÁUSULA SEXTA**

O montante da arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, será contabilizado pela COOPERA, em conta apropriada, obrigando-se a repassar através de depósito em conta corrente fornecida pelo MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir do último dia do mês ao qual se operou o recolhimento, obrigando-se a COOPERA a fornecer ao MUNICÍPIO um demonstrativo da arrecadação, faturas e outros débitos quitados, igualmente até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao qual se operou o recolhimento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

O produto da arrecadação destina-se prioritariamente ao pagamento das contas de energia elétrica consumida na Iluminação Pública e dos débitos relativos à mão-de-obra utilizada para extensão e uma adequada manutenção da rede de iluminação pública que é de responsabilidade do Município.

#### **CLÁUSULA OITAVA**

Assinado o presente convênio a COOPERA se compromete a efetuar com pessoal próprio ou através da contratação de terceiros, a manutenção da rede e dos equipamentos destinados à iluminação pública, apenas naqueles instalados nos postes da rede de distribuição de energia elétrica da COOPERA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Para a realização do disposto no caput, a COOPERA cobrará um percentual de 7% (sete por cento) do



montante mensal arrecadado para a cobertura das respectivas despesas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os custos com manutenção no sistema de iluminação pública e equipamentos não instalados nos postes da rede de distribuição da COOPERA não estão cobertos pelo percentual do parágrafo anterior, e, se solicitados pelo MUNICÍPIO, serão objeto de orçamentos específicos para aprovação e cobrança em separados dos relatórios do objeto deste convênio.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os serviços de lançamento, arrecadação e seus controles, serão desempenhados pela COOPERA, que cobrará um percentual de 5% (cinco por cento) do montante mensal arrecadado, o qual corresponderá a um encargo financeiro de responsabilidade do MUNICÍPIO. Todas as demais condições fixadas neste documento tem caráter público e de colaboração da COOPERA ao MUNICÍPIO, para boa realização, por este, das responsabilidades que lhe são inerentes quanto a instalação e manutenção dos serviços de iluminação pública no MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA NONA

O fornecimento e a aquisição de materiais relativos à implantação e manutenção da rede de iluminação pública, bem como de iluminação pública especial, será de responsabilidade do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

As contas mensais correspondentes ao consumo de energia elétrica na Iluminação Pública, quaisquer débitos e ou obrigações vencidas do MUNICÍPIO para com a COOPERA serão relacionadas mensalmente ao MUNICÍPIO, que se obriga a efetuar o pagamento devido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

A COOPERA se compromete a fornecer até o dia 30 (trinta) de junho de cada ano, a previsão do valor de consumo da energia correspondente à Iluminação Pública e demais despesas com lâmpadas e materiais para o exercício seguinte, a fim de possibilitar que o MUNICÍPIO elabore sua proposta orçamentária e aprove através do Poder Legislativo Municipal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

As contas mensais correspondentes ao consumo de energia da iluminação pública, serão apresentadas ao MUNICÍPIO que submeterá a apreciação da COMISSÃO DE CONTROLE DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

O prazo de vigência do presente convênio será até 31/12/2016, contados a partir da data de sua assinatura. Poderá, entretanto, ser rescindido, sem ônus, a critério de qualquer das partes contratadas, desde que manifestada tal disposição, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

Fica revogado o Convênio nº. 06/2014, firmado entre as partes e com aprovação das mesmas, passando a vigorar o presente convênio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O início da cobrança dar-se-á a partir do mês de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

As partes elegem o foro da Comarca de Forquilha para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Forquilha, 01 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal de Forquilha

CARLOS ALBERTO ARNS

Presidente da Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

1ª Testemunha

Nome

CPF/MF

2ª Testemunha

Nome

CPF/MF

#### EXTRATO DO CONVÊNIO PMF Nº 18/2014

CONVENIENTES - MUNICIPIO DE FORQUILHINHA e COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA.

OBJETO - Arrecadar a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, incidente sobre proprietários titulares de domínio útil, possuidores e ocupantes de unidade de imóveis servidos, efetiva ou potencialmente, com tal serviço e que estejam ligados como consumidores à rede de energia elétrica.

Fica revogado o Convênio nº. 06/2014, firmado entre as partes e com aprovação das mesmas, passando a vigorar o presente convênio.

VIGÊNCIA - até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA - 01 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal e CARLOS ALBERTO ARNS Presidente da Cooperativa Pioneira de Eletrificação.

VANDERLEI ALEXANDRE

PREFEITO MUNICIPAL

#### EXTRATO DO CONTRATO PMF Nº 224/2014

EXTRATO DO CONTRATO PMF Nº 224/2014

CONVENIENTES - MUNICIPIO DE FORQUILHINHA e COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA

OBJETO - É objeto do presente contrato o fornecimento, pela COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO, de energia elétrica para o MUNICÍPIO, destinada ao atendimento do serviço público municipal de iluminação pública.

VIGÊNCIA - 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA - 03 de novembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal e CARLOS ALBERTO ARNS Presidente da Cooperativa Pioneira de Eletrificação.

VANDERLEI ALEXANDRE

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 21/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 21/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 40/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CENTRO DE TRATAMENTO DE ADICÇÕES - CE-  
TRAD

DO OBJETO - Credenciamento para contratação de clínica especializada no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, de caráter voluntário, involuntário e compulsório, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, para o exercício de 2014. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 40/FMS/2014 de 31/12/2014 para 31/12/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 01 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal**Fraiburgo****PREFEITURA****AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0156\_2014-PMF**

Aviso de Pregão Presencial Nº 0156/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar (Grupos Formais ou Informais) e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, de acordo com o art. 24 da Resolução nº 26 de 17/06/2013 do FNDE, para merenda escolar dos alunos que frequentam os Centros Municipais de Educação. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 22.12.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Recursos: 1.200 - Ordinários - Departamento de Cultura. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 09 de dezembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 0328/2014**

DECRETO Nº 0328, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para integrar o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, do Município de Fraiburgo, os seguintes representantes:

a) - Representantes do Poder Executivo:

- Ruthnea Bernadete Fernandes Fritzen - Titular;
- Simone Patrícia Hepp - Suplente;

b) - Representantes dos Professores da Educação Básica Pública Municipal:

- Márcia Aparecida Cruz - Presidente/Titular;
- Marlene Inês Golin - Suplente;

- Tatiana Rezzadori - Vice Presidente/Titular;
- Maria da Gloria Palhano - Suplente.

c) - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública Municipal:

- Rosecler Pimentel de Paula - Titular;
- Vânia Aparecida F. Kaefer - Suplente;

- Sandro Morando- Secretária/Titular;
- Rosenilda Gonçalves Ferreira- Suplente.

e) - Representantes de Entidades Cívicas:

- Aline Ullir Calliani - Titular;

- Fabiane Lazzaretti - Suplente.

- Elinilce Dalagnol - Titular;  
- Anilson Miguel Pires - Suplente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### EXTRATO 0050 AG. DE SAÚDE

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para a função pública de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE das seguintes localidades: Bairro Bela Vista, Jardim América, Liberata e São Luiz, Macieira, Nações, Portal, Santo Antonio, Roland Mayer/Vila Nova, Santa Monica, São Cristóvão, São José, São Miguel/ Nossa Senhora Aparecida, São Sebastião/ Mirassol, Vila Salete, Localidades Butia Verde Setor I e Vila Reflor, Campina do Serro/ Assentamento Contestado/ Santa Helena, Dez de Novembro, Faxinal dos Carvalhos, Faxinal dos Domingues, Faxinal dos Domingues I e II, Gruta Nossa Sra de Lourdes/ Fazenda Conte, Lau Mello, Rio Mansinho/Fischer, Taquaruçu de Cima e Assentamentos Butiá Verde, Dandara/Barro Preto e Rio Mansinho, Linha Baia e Baia I. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 11 de dezembro de 2014 a 15 de janeiro de 2015, sendo do dia 11 de dezembro de 2014 até dia 04 de janeiro de 2015 das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas e do dia 05 a 15 de janeiro de 2015 das 8:30 as 11:30 e das 14hs à 18:30 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 4026/2014

PORTARIA Nº 4.026, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1305/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NOELI PRATES SILVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 479.561.279-04, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 4027/2014

PORTARIA Nº 4.027, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1307/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JACIRA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 043.489.399-42, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4028/2014**

PORTARIA Nº 4.028, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1308/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANA MARIA DOS SANTOS CHAVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 060.528.909-32, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4029/2014**

PORTARIA Nº 4.029, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1395/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário WANUSA ZAGO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 083.351.609-45, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4030/2014**

PORTARIA Nº 4.030, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e

em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1396/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GISELI DE PROENÇA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.035.299-17, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4031/2014**

PORTARIA Nº 4.031, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1397/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARILENE COSTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 018.580029-74, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4032/2014**

PORTARIA Nº 4.032, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1398/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**



Art. 1º Contratar, em caráter temporário FABIANA DE FÁTIMA DA SILVA MORAES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 068.741.969-79, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4033/2014**

PORTARIA Nº 4.033, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1399/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSMARI DE SOUZA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 560.015.259-00, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4034/2014**

PORTARIA Nº 4.034, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1400/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JULIANA ANTON DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 074.024.379-90, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4035/2014**

PORTARIA Nº 4.035, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1401/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOCELI APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 021.808.899-09, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4036/2014**

PORTARIA Nº 4.036, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1402/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANICE LOPES KOHAUT DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 075.226.169-05, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal



ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4037/2014**

PORTARIA Nº 4.037, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1403/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SANDRA REGINA DE PAULA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 727.877.919-72, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4038/2014**

PORTARIA Nº 4.038, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1404/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SILVANA APARECIDA COSTA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 035.832.319-37, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4039/2014**

PORTARIA Nº 4.039, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1405/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário KELLI TAÍZE SANTOS ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.562.439-90, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4040/2014**

PORTARIA Nº 4.040, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1406/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SIRLEY APARECIDA DUARTE DE OLIVEIRA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 942.144.929-00, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4041/2014**

PORTARIA Nº 4.041, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1407/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CRISTIANE APARECIDA ROSA BIERHALZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 036.317.569-50, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4042/2014**

PORTARIA Nº 4.042, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1408/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIZANDRA DE OLIVEIRA FORLIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 096.657.979-80, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4043/2014**

PORTARIA Nº 4.043, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e

em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1409/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCIANA APARECIDA RICHTER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.270.399-79, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4044/2014**

PORTARIA Nº 4.044, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1410/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JUCELENE MENDES DE BORBA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 003.377.509-55, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4045/2014**

PORTARIA Nº 4.045, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1411/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.109.339-90, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4046/2014**

PORTARIA Nº 4.046, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1413/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JULIANA MOREIRA VALTER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 059.998.899-10, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4047/2014**

PORTARIA Nº 4.047, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1414/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA JANETE VEDOVATTO SETTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 918.659.489-34, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4048/2014**

PORTARIA Nº 4.048, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1309/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIDIOMARA DE MORAIS DE MELO PRATES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 037.242.849-50, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4049/2014**

PORTARIA Nº 4.049, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1310/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIELI DE FATIMA GOIS RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 006.882.029-18, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4050/2014**

PORTARIA Nº 4.050, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1311/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SOFIA CAROLINA BECKEMBACH MISSEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 463.560.889-15, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4051/2014**

PORTARIA Nº 4.051, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1312/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SUZANA CRISTINA DOS SANTOS GENUINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 085.148.559-64, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4052/2014**

PORTARIA Nº 4.052, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1313/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARLENE DOMINGUES DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 949.624.309-63, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4053/2014**

PORTARIA Nº 4.053, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1315/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NICÉLI GOMES SCOLARO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 304.895.209-87, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 4054/2014**

PORTARIA Nº 4.054, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1316/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUANA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 006.272.379-08, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4055/2014**

PORTARIA Nº 4.055, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1317/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSANE MARIA GRAFF, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 996.254.749-00, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4056/2014**

PORTARIA Nº 4.056, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e

em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1318/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIANE ORTIZ DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.654.709-65, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4057/2014**

PORTARIA Nº 4.057, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1392/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TEREZINHA THIBES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 310.118.539-49, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4058/2014**

PORTARIA Nº 4.058, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1393/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**



Art. 1º Contratar, em caráter temporário VERA LUCIA SANTIA-GO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 613.502.149-49, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4059/2014**

PORTARIA Nº 4.059, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1394/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário OLIVETE MARIZE FUNK, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 036.244.939-22, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4060/2014**

PORTARIA Nº 4.060, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1448/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SALETE APARECIDA TEDESCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.226.019-40, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4061/2014**

PORTARIA Nº 4.061, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1449/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EDIT DE OLIVEIRA PONTES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 509.256.529-20, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4062/2014**

PORTARIA Nº 4.062, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1450/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANETE ANTUNES BENTA ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.261.969-59, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4063/2014**

PORTARIA Nº 4.063, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1451/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA ELIZETE WALTER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.185.059-12, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4064/2014**

PORTARIA Nº 4.064, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1452/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA CATRINE GONÇALVES SILVEIRA PELENTIR, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 044.132.879-24, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4065/2014**

PORTARIA Nº 4.065, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1453/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIZETE DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 025.026.269-00, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4066/2014**

PORTARIA Nº 4.066, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1454/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSA PIRES DE SOUZA FELISBINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 813.994.309-63, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4067/2014**

PORTARIA Nº 4.067, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e

em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1455/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VITALINA RODRIGUES DE SOUZA DE LIMA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 551.952.889-68, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4068/2014**

PORTARIA Nº 4.068, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1456/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VERA LÚCIA PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 701.309.499-49, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4069/2014**

PORTARIA Nº 4.069, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1457/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JULIANA TOMAZ DE SANTIAGO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 083.660.079-79, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4070/2014**

PORTARIA Nº 4.070, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1458/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SOLANGE FONTOURA LEMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 025.029.369-26, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 4071/2014**

PORTARIA Nº 4.071, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1459/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCILENE DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 051.358.619-98, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4072/2014**

PORTARIA Nº 4.072, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1460/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIZANGELA RODRIGUES DE SOUZA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.138.479-28, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4073/2014**

PORTARIA Nº 4.073, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1461/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSEANE APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.155.719-30, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4074/2014**

PORTARIA Nº 4.074, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1464/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOCINÉIA DA SILVA PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.513.889-35, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 4075/2014**

PORTARIA Nº 3.075, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a servidora CINTIA CRISTINA SUDATTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 058.535.119-80, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

CLASSIFICAÇÃO COD 1 FISIOTERAPEUTA 20HS



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Fisioterapeuta - 20h** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Fisioterapeuta - 20h**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	47	EUNICE BENINCA	27	10	10	1	NÃO	16/05/1988
2	56	JAILLE TORRI	25	10	10	0	NÃO	09/09/1983
3	12	SAMUARA DA CRUZ ROSA	14	0	8	1	NÃO	11/11/1990
4	109	MAIARA RIBEIRO	10	0	10	1	NÃO	03/03/1992
5	114	MARILEIA VEIGA BORAK XERRI	0	0	0	2	NÃO	18/05/1972



CLASSIFICAÇÃO COD 10 TÉCNICO DE ENFERMAGEM



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Técnico em Enfermagem Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 10 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Técnico em Enfermagem

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	16	CRISTINE PRUNER	20	0	10	2	NÃO	25/09/1975
2	50	MARIA APARECIDA BORBA ANTON	20	0	10	1	NÃO	23/05/1961
3	36	MARITANI MARIZA MARGREITER KAHER	20	0	10	1	NÃO	29/08/1971
4	45	SIMONE DALAGNOL MACHADO	20	0	10	1	NÃO	19/04/1981
5	25	SIRLEI SCHABERLE GATTI	20	0	10	0	NÃO	07/03/1966
6	53	MARIA ESTER DE LARA MATTEUCCI	20	0	10	0	NÃO	23/06/1966
7	48	NILCÉIA APARECIDA MANFIOLETTI	20	0	10	0	NÃO	04/08/1968
8	67	ROSEMERI DOS SANTOS FERNEDA	18	0	10	0	NÃO	05/04/1971
9	40	ANTONIO IRINEU VICENTIN	16	0	10	2	NÃO	15/06/1973
10	63	SOLANGE LEITE	16	0	10	2	NÃO	26/05/1976
11	89	DAIANE CRISTINA FURLAN	16	0	10	2	NÃO	07/11/1988
12	66	NILVA TEREZINHA VERONEZE DA SILVA	16	0	10	0	NÃO	01/06/1971
13	2	JUCILENE MONTANARE	16	0	10	0	NÃO	15/09/1973
14	29	ELAINE CRISTINA DREHER FAGUNDES	16	0	10	0	NÃO	19/01/1976
15	62	SOLANGE SCHADE	16	0	10	0	NÃO	06/08/1985
16	33	IZABEL DE GOES	15	0	10	2	NÃO	08/02/1973
17	58	SIRLENE DE FATIMA LANGARO	15	0	10	2	NÃO	21/12/1981
18	35	GIOVANA CESA	15	0	10	0	NÃO	27/12/1983
19	32	RAQUEL DE GOES	14	0	10	2	NÃO	28/02/1981
20	74	JOSEANE CARLA MILANI	13	0	10	2	NÃO	03/09/1987
21	18	NEIVA ARTIFON VARELLA	12	0	10	1	NÃO	30/11/1978
22	38	ELIANE FATIMA FERRARI	10	0	10	0	NÃO	06/02/1969

23	106	MARLI TEREZINHA BENTO MATTIOLLO	10	0	2	1	NÃO	04/02/1977
24	23	JOSIANE CORDEIRO	9	0	6	0	NÃO	20/03/1994
25	31	MARCIO DIAS BARBOSA	9	0	4	1	NÃO	13/09/1976
26	104	LIGIA DIAS DE ALMEIDA	9	0	4	0	NÃO	07/06/1993
27	79	KATIANE MUNARI	8	0	2	1	NÃO	19/08/1982
28	111	EDNA FERREIRA MOSKWIAK	7	0	6	1	NÃO	07/06/1989
29	54	MARLI SCHABERLE BILIK	6	0	6	1	NÃO	15/03/1972
30	59	LETÍCIA APARECIDA FERREIRA	4	0	4	1	NÃO	29/03/1993
31	94	JOZIELE RUBIANE MACHADO DA SILVA	3	0	2	1	NÃO	05/07/1990
32	117	ALICE MOREIRA LEITE	3	0	2	1	NÃO	20/07/1992
33	103	CAMILA ROBUSTO	3	0	0	0	NÃO	28/09/1991
34	4	MONICA DE OLIVEIRA MEIRELES	2	0	2	1	NÃO	21/09/1986
35	27	MARIA DE FÁTIMA BORGES DO AMARAL	2	0	2	0	NÃO	13/05/1977
36	5	FRANCIANE SOUZA DOS ANJOS CAMARGO	2	0	0	1	NÃO	18/08/1985
37	15	JUCELITA CAMPAGNARO DALANHOL	2	0	0	0	NÃO	12/09/1989
38	41	DANIELE DA SILVA XAVIER	1	0	0	1	NÃO	01/11/1985
39	90	DAZULDIA REGNER TEIXEIRA	1	0	0	1	NÃO	21/02/1993

terça-feira, 9 de dezembro de 2014

Página 2 de 2

CLASSIFICAÇÃO COD 11 AGENTE EPIDEMIOLÓGICO



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Epidemiológico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **11** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Epidemiológico**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	14	ADRIANA APARECIDA GONÇALVES	10	0	10	2	NÃO	28/06/1984
2	113	ANDREIA APARECIDA COSTA DA ROSA	10	0	10	0	NÃO	13/04/1981
3	1	ELIZA ANDREIA MAGAGNIN	7	0	2	1	NÃO	07/03/1990
4	39	NOELI RICHTER DE SOUZA	2	0	2	1	NÃO	03/10/1973
5	21	JOSIELE GUETTEN DE OLIVEIRA	2	0	2	1	NÃO	11/12/1984
6	24	GUILHERME ELIAS VEBER	2	0	2	0	NÃO	24/10/1995
7	49	CAROLINI FRIGOTTO ANTUNES	1	0	0	1	NÃO	01/09/1994
8	7	JOÃO GUILHERME ALMEIDA DA SILVA	0	0	0	0	NÃO	16/11/1991

CLASSIFICAÇÃO COD 12 ODONTÓLOGO



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:  Quadro:

Código:  Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	85	GIANA ROBERTA FURTADO	30	10	10	1	NÃO	14/06/1981
2	52	CRISTIANE CARDOSO DE OLIVEIRA	28	10	10	0	NÃO	27/04/1982
3	19	FRANCIANE GOMES	24	10	6	0	NÃO	26/03/1987
4	64	FRANCELINA CRISTINA GONÇALVES FREIRE	15	0	10	0	NÃO	30/10/1958
5	78	ANDREA BRESOLA	13	0	10	0	NÃO	28/09/1989
6	61	ANA CRISTINA SORDI	12	0	10	0	NÃO	20/07/1980
7	100	FRANCIELE CRISTINA TONET	10	10	0	0	NÃO	23/11/1988
8	86	MAIKON PEDRO FABIAN	10	0	10	0	NÃO	30/06/1991
9	84	MURILO SCHUVARTZ ARRUDA	10	0	10	0	NÃO	18/01/1993

CLASSIFICAÇÃO COD 14 TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Técnico em Higiene De

Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 14

Área de Atuação: Geral

Disciplina: Técnico em Higiene Dental

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	51	LUCILA CASAGRANDE	20	0	10	2	NÃO	30/11/1973
2	108	SUZANA APARECIDA DE SOUZA	12	0	10	1	NÃO	05/11/1987
3	10	CLAUDIA DE LIMA CHERET	9	0	4	1	NÃO	12/07/1991
4	20	ELAINE CRISTINA DE CÓRDOVAS	6	0	2	1	NÃO	06/05/1989
5	88	NINA ROSA PELIZZONI	5	0	0	0	NÃO	05/07/1985



CLASSIFICAÇÃO COD 2 ENFERMEIRO



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Enfermeiro** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Enfermeiro**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	70	LUCIANA CORRÊA BECKER	32	10	10	1	NÃO	15/04/1980
2	80	SALETE PARIS	32	10	10	0	NÃO	22/01/1967
3	60	LICEIA RINALDI RAMOS	32	10	10	0	NÃO	02/06/1978
4	57	NATALIA FANTINEL	32	10	10	0	NÃO	12/07/1985
5	92	MARILDE ANTUNES MOREIRA	25	10	10	3	NÃO	13/11/1964
6	13	JADETE DALLAGNOL	25	10	10	0	NÃO	05/02/1967
7	93	FLAVIANA RIBEIRO DE DEUS	24	10	10	1	NÃO	19/07/1986
8	55	BERNADETE APARECIDA RIBEIRO	22	10	10	1	NÃO	30/09/1970
9	34	MARIZA DE FATIMA OZÓRIO	21	10	10	1	NÃO	23/05/1971
10	69	MAGDA APARECIDA DA SILVA SCHNEIDER	20	10	10	0	NÃO	05/03/1968
11	81	DULCILENE MARIA DE ARAUJO MARINHO	17	10	0	0	NÃO	03/03/1978
12	72	ELIANE MELO RIBEIRO	10	0	8	2	NÃO	13/06/1980
13	101	MARILJA DE BAIRROS CERON	9	0	8	1	NÃO	08/09/1987
14	110	BRUNA APARECIDA SAVIAN	8	0	6	0	NÃO	27/04/1991
15	28	JORSYSIANE DE JESUS FERREIRA DURANS	2	0	2	0	NÃO	30/04/1988

CLASSIFICAÇÃO COD 3 SEM INSCRITOS



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	3 - Terapeuta Ocupacional - 20h								
Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO								
Código:	3	Área de Atuação: Geral							
Disciplina:	Terapeuta Ocupacional - 20h								
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 3 - TERAPEUTA OCUPACIONAL - 20H									

Critérios de Desempate

CLASSIFICAÇÃO COD 4 FARMACEUTICO BIOQUÍMICO



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Farmacêutico Bioquímico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **4** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Farmacêutico Bioquímico**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	65	CAROLINE ISRAEL	17	10	4	0	NÃO	23/01/1982
2	95	ALINE SAVIAN CONCI	5	0	2	0	NÃO	03/06/1990
3	37	FLAVIANE FERRARI DA SILVA	3	0	0	2	NÃO	23/04/1987

CLASSIFICAÇÃO COD 5 FARMACEUTICO 20HS



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Farmacêutico - 20h** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **5** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Farmacêutico - 20h**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	102	TACIANE MITTANCK	20	10	4	1	NÃO	25/01/1987
2	17	ELEIA REGINA DA ROSA LOCATELLI	15	10	0	1	NÃO	14/09/1985
3	9	ANGELA MOREIRA DOS SANTOS	13	0	8	0	NÃO	09/03/1984
4	91	REGIANE MACIEL BATISTA	9	0	6	1	NÃO	11/12/1989

CLASSIFICAÇÃO COD 6 ASSISTENTE SOCIAL



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:  Quadro:

Código:  Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	MARIE CRISTINA STOLZ MUNARETTO	27	10	10	0	NÃO	31/01/1960
2	73	LAIS SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS	13	0	10	0	NÃO	21/08/1987
3	22	ANDREIA CARLA DA SILVA BUYNO	12	0	10	1	NÃO	27/09/1986
4	82	VERA LUCIA DE OLIVEIRA	6	0	6	0	NÃO	11/04/1966



CLASSIFICAÇÃO COD 7 ASSISTENTE SOCIAL 20HS



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:  Quadro:

Código:  Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	112	ELISANGELA BIRNFELD	11	0	6	0	NÃO	01/05/1983
2	11	BRUNA DA FONSECA	6	0	4	0	NÃO	26/02/1990
3	116	JANAINA VARGAS	4	0	2	1	NÃO	23/08/1985

CLASSIFICAÇÃO COD 9 PSICÓLOGA 20HS



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Psicólogo - 20h** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Psicólogo - 20h**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	6	ANDREIA APARECIDA RIBEIRO LEAL NUNES	25	10	8	1	NÃO	03/11/1980
2	97	SIMONE CONTE	23	10	10	0	NÃO	09/04/1986
3	76	LUCIANE ESKELSEN OGLIARI	20	10	10	1	NÃO	05/07/1973
4	87	MAIARA DE CÁSSIA BOLZANI	20	10	10	0	NÃO	24/03/1990
5	83	KARINE FERNANDA DE ALMEIDA LIMA	10	0	10	0	NÃO	20/03/1990
6	43	ELIANE INES TENCONI BORGES	8	0	4	1	NÃO	28/09/1972
7	96	CAROLINE DA COSTA MANFREDI	4	0	4	0	NÃO	04/01/1991

CLASSIFICAÇÃO CÓD 13 ODONTÓLOGO 20HS



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:  Quadro:

Código:  Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	107	PAULO HENRIQUE MANOEL XERRI	25	10	10	2	NÃO	23/10/1972
2	8	FRANZ IKEDA SHIMOYA JUNIOR	25	10	10	2	NÃO	15/09/1977
3	68	ADRYLEINE PATRICIA ABRAMSSON	23	10	10	0	NÃO	04/09/1989
4	30	FABIANA GUERRINI VIEIRA DA SILVA	15	0	10	2	NÃO	14/06/1977
5	105	ADRIA APARECIDA BIANCHI KURITA	10	0	10	1	NÃO	10/01/1976

**DECRETO Nº 0329-2014**

**DECRETO Nº 0329, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2014.**

**HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA  
CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0040, DE 22 DE  
OUTUBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologada a classificação final dos códigos 1,2,3,4,5,6,7,9,10,11,12,13 e 14 do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0040 de 22 de outubro de 2014, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 0330-201**

**DECRETO Nº0330, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.**

**DIVULGA A NOVA CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0040, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica divulgada a nova classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0040 de 22 de outubro de 2014, conforme lista anexa.

**Art. 2º.** O código 08 deste edital apresenta nova classificação.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



DECRETO Nº 0330-2014 -NOVA CLASSIFICAÇÃO COD 8



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Psicólogo** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **8** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Psicólogo**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	44	KARINE CAMPAGNARO	28	10	10	0	NÃO	29/04/1987
2	26	GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO	25	10	10	0	NÃO	24/09/1985
3	98	ELISANGELA APARECIDA JAEGER	24	10	10	0	NÃO	22/06/1976
4	77	DIANA TAVARES DA ROSA	23	10	4	1	NÃO	29/12/1984
5	71	IVETE CORREA FRAGOSO SAVIAN	22	10	10	0	NÃO	24/05/1966
6	99	JAMILA KARINE BUSNELLO	21	10	10	0	NÃO	22/09/1990
7	118	HEIDI APARECIDA DE BARROS KOGICOVSCY	15	10	4	0	NÃO	04/03/1987

**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO 006/2014****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 006/2014****FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS PROFESSORES EFETIVOS, NOS TERMOS DO EDITAL DE REMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL Nº 002/2014**

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO**, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos os Professores Efetivos classificados no Edital de Remoção da Educação Infantil n. 002/2014, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

**1 – DOS PROCEDIMENTOS**

1.1 – Os Professores classificados no Edital de Remoção da Educação Infantil n. 002/2014 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas:

Data	Horário	Classificação
11/12/2014	8h às 9h	1º ao 13º
11/12/2014	9h às 10h	14º ao 26º
11/12/2014	10h às 11h	27º ao 38º
11/12/2014	11h às 12h	39º ao 50º
11/12/2014	13h30min às 14h30min	51º ao 63º
11/12/2014	14h30min às 15h30min	64º ao 76º
11/12/2014	15h30min às 16h30min	77º ao 89º
11/12/2014	16h30min às 17h30min	90º ao 100º
12/12/2014	13h30min às 14h30min	101º ao 113º
12/12/2014	14h30min às 15h30min	114º ao 126º
12/12/2014	15h30min às 16h30min	127º ao 138º
12/12/2014	16h30min às 17h30min	139º ao 150º

1.2 – Os professores deverão cumprir a carga horária na Unidade Escolar, devendo deslocar-se próximo ao horário de sua escolha estabelecido no item 1.1, e logo após que efetuar a escolha de vagas, o mesmo deverá retornar ao seu local de trabalho.

1.3 – A escolha de vagas seguirá rigorosamente a ordem de classificação do Edital de Remoção da Educação Infantil n. 002/2014.

1.4 – A escolha de vagas poderá ser realizada através de Procuração devidamente assinada e registrada em Cartório.

1.5 – O Professor de Educação Infantil que não comparecer ou não tiver um representante legal em data e horário estabelecido ficará à disposição da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a qual destinará sua vaga de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.6 – As opções do Professor de Educação Infantil devem ser correspondentes ao seu regime de trabalho efetivo considerando a sua carga horária de concurso sem considerar as reduções e/ou ampliações de carga horária.

1.7 – Na data e horário estabelecidos no item 1.1, os Professores classificados deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizada na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas.

1.8 – Até a data de 31 de dezembro de 2014, o Professor de Educação Infantil deverá permanecer prestando serviços normalmente na Unidade Escolar onde se encontra.

1.8.1 – A partir de 1º de janeiro de 2015 a vaga de cada Professor passará a ser vinculada na Unidade Escolar em que fez Termo de Aceite de Remoção na data estabelecida no item 1.1 deste Edital.

## **2 – DA ESCOLHA DE VAGAS**

2.1 – Professores efetivos com regime de trabalho de 40 horas semanais, mesmo que ocupantes de dois cargos públicos (dois concursos), deverão cumprir carga horária na mesma Unidade Escolar.

2.2 – O Anexo I, parte integrante deste Edital, estabelece o total de vagas de todas as Unidades Escolares que atendem Educação Infantil, estabelecendo todas as vagas disponíveis, divididas em Creche (de 0 a 3 anos), Pré I e Pré II, especificando a carga horária (40 horas e 20 horas) e os períodos (matutino e vespertino).

2.3 – No momento da sua escolha de vagas, o professor poderá solicitar a relação das vagas escolhidas pelos professores melhores classificados, que serão apresentadas através da visualização da planilha de controle das escolhas de vagas.

## **3 – DA LOTAÇÃO**

3.1 – Os profissionais em educação são lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

3.2 – As vagas existentes nos estabelecimentos escolares que não forem preenchidas através de escolha dos interessados, serão preenchidas por designação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, respeitado sempre o interesse público.

3.3 – A escolha de vaga não gera direito a permanência na unidade escolar até o final do ano letivo, ficando a cargo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, determinar os devidos remanejamentos durante o ano letivo, de acordo com a necessidade e interesse público, observados os critérios objetivos definidos na Lei Complementar n. 109/2010.

3.4 – Sendo necessário remanejamentos de Unidade Escolar, serão adotados os seguintes critérios:

I – habilitação;

- II – tempo de serviço;
- III – cursos de atualização ou aperfeiçoamento;
- IV – idade;
- V – número de dependentes;
- VI – proximidade de residência.

#### **4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

4.1 – Todas as demais normas atinentes ao Edital de Remoção da Educação Infantil n. 002/2014 deverão ser observadas.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 09 de dezembro de 2014.

**CLAUDETE GHELLER MATHIAS**  
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 006/2014**  
**ANEXO I**

**TOTAL DE VAGAS – EDUCAÇÃO INFANTIL**

UNIDADE ESCOLAR	CRECHE (0 A 3 ANOS)				PRÉ I		PRÉ II	
	40 HORAS	20 HORAS		40 HORAS	20 HORAS VESPERTINO	20 HORAS MATUTINO	20 HORAS VESPERTINO	20 HORAS MATUTINO
		MATUTINO	VESPERTINO					
CEI ANTONIO PORTO BURDA	4	4	4	2	1	-	-	-
CEI ARNOLDO FREY	1	1	1	-	-	-	-	-
CEI BELA VISTA	5	5	5	1	1	1	1	1
CEI D. ZENAIDE M. S. P. DA COSTA	3	2	2	-	-	-	-	-
CEI ESTRELINHA	4	4	4	2	-	-	-	-
CEI LAU MELLO	-	2	2	-	-	-	-	-
CEI LIBERATA	1	2	2	1	-	-	1	1
CEI MACIEIRA	2	2	2	1	-	-	1	1
CEI SANTO ANTONIO	4	4	4	1	-	-	-	-
CEI SÃO JOSÉ	3	2	2	-	-	-	-	-
CEI SÃO SEBASTIÃO	3	2	2	1	-	-	-	-
CEM AMÁBIL DE CARLI BRANDALISE	4	4	4	2	-	-	-	-
CEM ANTONIO PORTO BURDA	-	-	-	-	-	1	2	2
CEM ARNOLDO FREY	-	-	-	-	-	-	1	1
CEM CARLOS GOMES	1	2	2	-	-	-	1	1
CEM FAXINAL DOS CARVALHOS	1	2	2	-	-	-	1	1
CEM PROF. JUVILIANO MANOEL PEDROSO	-	-	-	-	-	1	1	1
CEM SÃO CRISTÓVÃO	2	2	2	1	-	-	1	1
CEM SÃO MIGUEL	-	-	-	-	-	-	2	2
CEM SÃO SEBASTIÃO	-	-	-	-	-	-	1	1
EBM SANTO ANTONIO	-	-	-	-	-	1	1	1
EEF BAIRRO DAS NAÇÕES	-	-	-	-	-	1	1	1
EM JOSÉ DE ANCHIETA	-	-	-	-	-	-	2	2
EM NOSSA SENHORA APARECIDA	-	-	-	-	-	-	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>18</b>	<b>18</b>

**HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL DE REMOÇÃO Nº 002-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE REMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL Nº 002/2014**

ORDEM CLASSIF.	NOME DO PROFESSOR	CRITÉRIOS DE DESEMPATE			
		1º	2º	3º	4º
		HABILITAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO	IDADE
1	JACY TEREZINHA PADILHA DE ALMEIDA	3	29	7	26/09/55
2	DOMINGA DE LORENZI	3	28	5	18/08/68
3	CENELANDIA VALIM LOPES	3	28	2	04/02/61
4	CLARICE TEREZINHA MOLIN DE LORENZI	3	25	7	19/12/64
5	ELIONETE FRANCESCATTI KONKOL	3	25	7	06/07/69
6	ANDREA BOGO CAREGNATO	3	25	4	07/12/71
7	SOILENE APARECIDA MORAIS DA SILVA	3	24	5	10/06/64
8	ROSILENE MARCIA MORSOLETTI DE ALMEIDA	3	23	7	18/03/69
9	ROSANGELA DE PAULA	3	23	4	09/11/65
10	IVONE REGINA MARTINELLO	3	23	3	11/11/55
11	ROSANA DE FÁTIMA ZANELLA MARCONDES	3	22	7	01/10/73
12	MARLENE APARECIDA FERREIRA WEBER	3	21	7	13/05/73
13	DEONIR APARECIDA DA ROSA	3	21	3	26/02/66

Terça-feira, 09 de dezembro de 2014

Página 1 de 7



14	MARLI GORETTI DEDOMENICO CORDOVA	3	21	0	29/04/62
15	MARLI DE DEUS THIBES	3	21	0	13/10/66
16	VIVIANE MARIA DE NARDI	3	20	7	23/08/68
17	LURDES DE LORENZI	3	20	7	12/10/73
18	ANGÉLICA APARECIDA DELFES SESTREN	3	20	7	13/10/75
19	JUCELAINE DE FÁTIMA GROSS TAQUES	3	20	6	01/12/75
20	IVONE VERONA ALVES DA SILVA	3	20	3	12/01/65
21	MARIA TEREZINHA LORENCINI	3	19	0	04/10/61
22	LUCIMAR APARECIDA GAIO	3	18	7	23/01/67
23	LUCIANE PEREIRA DA CUNHA ANTON	3	18	7	15/07/69
24	ELIANI LUCI MORSOLETTO DOS SANTOS	3	18	7	15/03/71
25	RIZOALETE APARECIDA FRANCIOSI MUNARO	3	18	7	04/02/75
26	AURICLEIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	3	18	7	07/10/75
27	ERLETE DOBKOVSKI	3	18	5	06/12/72
28	VANIA MARIA ORLANDI FELIX	3	18	4	27/09/67
29	BERNADETE APARECIDA PIERDONÁ SARTORI	3	17	3	12/04/63
30	TATIANA CARLA SCALABRIN	3	16	9	29/01/80
31	MARIA ELISABETH PEREIRA SANTOS	3	16	7	15/08/58
32	LUCELEI APARECIDA RODRIGUES STEINER	3	16	7	19/10/64
33	INES SOBIERANSKI RIBEIRO	3	16	7	19/11/65
34	ZELINDA APARECIDA CASARIN DOS SANTOS	3	16	7	16/04/66
35	ROZANI EVA BEATRIZ DOS SANTOS	3	16	7	17/01/67
36	GENILCE MARTA PRIMON	3	16	7	19/05/67
37	ZULMA DE FATIMA ANHAYA SANTANA	3	16	7	26/06/68

Terça-feira, 09 de dezembro de 2014

Página 2 de 7

38	SILVIA MARIA PANISSON	3	16	7	11/03/71
39	JULIANA APARECIDA DE OLIVEIRA COUTO	3	16	7	27/03/73
40	ROSELI MARIA MACHADO	3	16	7	14/06/73
41	IZABEL CRISTINA DAMACENO LEMES	3	16	7	15/10/73
42	MARIA LUCIA DAROL DE OLIVEIRA	3	16	7	09/02/74
43	ROSANE APARECIDA BARBOSA LUCIANO	3	16	7	03/02/76
44	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	3	16	7	03/07/77
45	ANGELICA MELO MATHIAS	3	16	7	06/06/78
46	TANIA DA SILVA FERREIRA	3	16	6	04/04/62
47	MARISA ALVES DA CRUZ PRIGOL	3	16	6	22/01/73
48	KARLA VALÉRIA MORSOLETTTO	3	16	6	22/04/79
49	ELIZABETT RIBEIRO DE MELLO ZONITA	3	16	4	15/07/60
50	ELIANE FATIMA ANDREIS	3	16	4	29/05/74
51	ELIZANGELA DE FATIMA ANDRADE XAVIER	3	16	3	01/01/73
52	ELISANGELA MARIA BARBOSA DALAGNOL	3	16	3	07/06/75
53	SIMONE FRANCIELI PEGORARO	3	16	3	16/12/79
54	MARCELI MARIA DISKA	3	16	2	23/04/79
55	ANTONIA SILVANA DOS SANTOS	3	16	0	21/10/64
56	MARLENE DE LORENZI BOGO	3	16	0	28/01/66
57	IRENE LEVANDOSKI DE LARA	3	15	7	22/08/56
58	ENIR TEREZINHA CHINATO	3	15	7	08/04/64
59	SILVANA APARECIDA BONETTI CASAGRANDE	3	15	7	02/10/72
60	ANGELITA DOS SANTOS	3	15	6	07/09/75
61	ROSANE APARECIDA SILVA	3	15	6	04/01/78

Terça-feira, 09 de dezembro de 2014

Página 3 de 7

62	MARLETE PALMIRA SCHNEIDER	3	15	5	04/12/58
63	ROSANE GUBIANI	3	14	7	20/12/71
64	SIMONE DAFROSA KLEINJOHANN	3	14	5	26/09/79
65	IDALIR DOMINGA MADELLA BERTOLLO	3	13	0	27/04/69
66	ELIZABETE ARALDI	3	13	0	25/08/75
67	SALETE RODRIGUES DE CAMPOS WERNER	3	12	7	03/01/65
68	SANDRA MARIA HERMES LEMOS	3	12	7	03/07/70
69	ALESSANDRA ZONTA	3	12	7	27/01/80
70	JOICI APARECIDA DE ANDRADE	3	3	7	21/11/57
71	ILUIR TROMBETTA	3	3	7	10/09/61
72	MAGALI TEREZINHA LOPES	3	3	7	13/08/62
73	MARIA ELIZABETE OLIVO DA SILVA	3	3	7	17/10/63
74	ARMINDA DO AMARAL PEREIRA	3	3	7	21/04/65
75	ARLETE ALVES SANTOS GONÇALVES	3	3	7	18/08/65
76	SOLANGE DE PAULA PEREIRA	3	3	7	09/05/67
77	DULCE APARECIDA RIGO DE MORAIS	3	3	7	09/07/67
78	NILVA DE FÁTIMA ZANON	3	3	7	24/10/67
79	MARGARETH CORREA PAULINO	3	3	7	07/12/67
80	JANE APARECIDA OZÓRIO	3	3	7	30/07/68
81	ROSIMAR APARECIDA SCAPINELLO PITT	3	3	7	30/07/73
82	ROSANGELA LUCIANO	3	3	7	03/10/73
83	ELIANE TERESINHA DE SOUZA ANTON	3	3	7	06/12/73
84	LUCIMERE RIBEIRO CORRÊA DE OLIVEIRA	3	3	7	18/02/74
85	MARIA DA GLORIA PALHANO	3	3	7	17/05/74

Terça-feira, 09 de dezembro de 2014

Página 4 de 7

86	ADRIANA LEFFER LUCIANO CARIPUNA	3	3	3	7	07/08/75
87	ELIANE APARECIDA MORAES DA SILVA	3	3	3	7	18/08/75
88	TATIANA REZZADORI	3	3	3	7	15/11/75
89	JULIANE TERESINHA CORDEIRO	3	3	3	7	17/12/75
90	ADRIANA JUSTIMINIANO TOFFOLI	3	3	3	7	04/10/76
91	ROSANGELA LIMA DA ROCHA	3	3	3	7	19/10/76
92	ELIANE REOLON DEGARRAES	3	3	3	7	11/11/76
93	JANICE DOS SANTOS	3	3	3	7	14/02/77
94	DIANA FÁTIMA RIBEIRO	3	3	3	7	13/03/77
95	VIVIANE APARECIDA FERREIRA MOZZER	3	3	3	7	18/12/77
96	ANA ELBA CHAVES FERREIRA DA SILVA	3	3	3	7	06/04/78
97	MARIZETE PIRES MINEIRO	3	3	3	7	08/07/78
98	CRISTIANE APARECIDA DOS SANTOS DE ANDRADE	3	3	3	7	14/11/78
99	GISLANI ANGELICA PESSOA DE FREITAS	3	3	3	7	16/01/80
100	VIVIANE DE CORDOVA RONCHI	3	3	3	7	29/01/80
101	JUCELI ALBERTON MELLO	3	3	3	7	10/06/80
102	MICHELLY FERLIN HILDEBRANDO DOS SANTOS	3	3	3	7	29/11/80
103	SHEILA BRIDI PARIZOTTO	3	3	3	7	08/03/81
104	SILVIA MARIA MOREIRA GATTI	3	3	3	7	17/03/81
105	QUEILA MARIA VIZZOLI CHAVES	3	3	3	7	05/08/81
106	MICHELI HILDEBRANDO DOS SANTOS POLESE	3	3	3	7	06/12/81
107	ILUIR TIBES DOS SANTOS	3	3	3	7	09/02/82
108	ENIZA COSTA MOREIRA	3	3	3	7	19/06/82
109	MARIANA BITENCOURT DIAS	3	3	3	7	16/02/83

Terça-feira, 09 de dezembro de 2014

Página 5 de 7

110	VIVIANE SILVA PADILHA	3	3	3	7	17/03/83
111	LUCIANE FABER DIDOMENICO	3	3	3	7	20/05/83
112	KARINA MACHADO DE SOUZA	3	3	3	7	28/07/83
113	DARLENE APARECIDA FERREIRA	3	3	3	7	24/02/84
114	RUBIA CORREIA	3	3	3	7	21/06/84
115	LILIAN SCHIRMER	3	3	3	7	02/11/84
116	DAIANE CRISTINA FERREIRA DE DEUS	3	3	3	7	15/05/85
117	SUZIMAR MICHELON	3	3	3	7	19/07/85
118	MONICA CAMPANHARO ZANELLA	3	3	3	7	04/09/85
119	PATRÍCIA FRAGOSO POSSA	3	3	3	7	04/04/88
120	VALÉRIA MATHIAS	3	3	3	7	22/02/89
121	ANA TIARA DORNELLES	3	3	3	7	01/04/89
122	ADRIANA DE CASSIA ROUSSENQ INACIO	3	3	3	6	01/03/69
123	DANIELA PILLON DELFES	3	3	3	6	25/08/81
124	ELISA DE FÁTIMA DOMINGUES	3	3	3	6	23/07/83
125	VERA LÚCIA MOZZER DE OLIVEIRA	3	3	3	4	21/10/64
126	SALETE MARINEZ FATTORI	3	3	3	4	20/04/65
127	ODETE DEDOMENICO SANTOS	3	3	3	3	28/08/63
128	GISSELI WEBER	3	3	3	3	18/08/88
129	MARIA IRACI ANTUNES DA SILVA SANTOS	3	3	3	2	24/07/74
130	FRANCIELI TERESINHA COMERLATO ALVES	3	3	3	2	28/06/81
131	ELIZABETE CANONICA RISSARDI	3	3	3	1	11/02/74
132	SIMONE PILLON DELFES	3	3	3	1	28/03/80
133	LUIZA APARECIDA FAGUNDES	3	3	3	0	24/06/67

Terça-feira, 09 de dezembro de 2014

Página 6 de 7

134	ANDREIA JOMBRA PEREIRA	3	3	0	16/07/80
135	NEIVA APARECIDA CAPAGNARO XAVIER	3	2	7	01/09/59
136	MARA REGINA DOS SANTOS LARA	3	2	7	16/03/66
137	JANAÍNA REJANE FORMAGIO PRATES	3	2	7	10/12/76
138	FERNANDA DE FREITAS SUBTIL	3	2	7	05/01/78
139	CIRLEI MOREIRA DE ANDRADE	3	1	0	08/06/60
140	MARIA ELENIR MATIAS DOS SANTOS	2	23	7	18/02/61
141	NEIVANIA APARECIDA MOLIM MARCELINO	2	23	7	11/03/70
142	IBANES APARECIDA DE OLIVEIRA MENA BARRETO	2	19	1	07/01/69
143	ODETE MEIMBERG	2	16	7	22/02/78
144	MARIA ANGELITA DE MEIRA PINHEIRO	2	15	5	04/07/75
145	SUELY TEREZINHA VOCKES	2	12	0	27/05/64
146	MARCIA DE FATIMA CRUZ SAVIAN	2	2	5	24/08/65
147	LUCILDES DALAGNOLI GAREIS	2	0	5	16/10/82
148	MARIA STELA MOZER PANISSON	1	23	3	08/06/63
149	LORENI MARCELINO ALVES SAO	1	14	0	10/08/77
150	BERNADETE CORDEIRO	1	8	0	02/11/59

Terça-feira, 09 de dezembro de 2014

Página 7 de 7



**REC.FEDERAIS 10.12.2014****NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
02.12.2014	FMS	SAMU	12.500,00
02.12.2014	FMS	SAMU	12.500,00
02.12.2014	FMS	FARM.BÁSICA	15.499,33
02.12.2014	FMS	PACS	55.770,00
02.12.2014	FMS	PSF	46.345,00
02.12.2014	FMS	PMAQ	38.404,09
02.12.2014	FMS	PMAQ	37.237,74
02.12.2014	FMS	PMAQ	42.404,58
02.12.2014	FMS	SAÚDE BUCAL	6.690,00
03.12.2014	FMS	PACS	55.770,00
04.12.2014	FMS	PSF	20.000,00

Secretaria de Finanças

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0022\_2014-PMF DOM**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0022/2014 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de ampliação e reforma do Centro de Educação Municipal "Zenai-de da Costa", localizado na Rua 25 de agosto, no bairro Salete, nesta cidade, totalizando uma área a ser ampliada de 461,37m<sup>2</sup> e reformada de 143,76m<sup>2</sup>, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação das empresas: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA ME enquadrada como Microempresa; DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP enquadrada como Empresa de Pequeno Porte e CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME enquadrada como Microempresa, que restaram HABILITADAS pela Comissão pela apresentação regular da documentação de acordo com o item 4 do Edital. Desta forma, estão habilitadas para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase das PROPOSTAS DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, pelas declarações de desistência de Recursos apresentadas e pela renúncia expressa dos representantes, legalmente habilitados, de interposição de Recursos contra este julgamento.

Fraiburgo (SC), 09 de dezembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0020\_2014-PMF DOM**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0020/2014 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de uma edificação em alvenaria, com área a ser construída de 382,32 m<sup>2</sup>, para uso dos Bombeiros Comunitários de Fraiburgo, a ser edificada sobre o Lote nº 0257 da Quadra nº 0039 na Avenida Caçador, no bairro São José, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS da única empresa habilitada, após decorrido "in albis" o prazo recursal previsto no art. 109, inc. I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora a proponente CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA com o valor global de R\$ 397.579,46 (trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e setenta e nove reais e quarenta e seis centavos) ficando este valor abaixo do máximo estipulado pelo Município no item 2.4 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo(SC), 09 de dezembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0022\_2014-PMF DOM**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0022/2014 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de ampliação e reforma do Centro de Educação Municipal "Zenaide da Costa", localizado na Rua 25 de agosto, no bairro Salete, nesta cidade, totalizando uma área a ser ampliada de 461,37m<sup>2</sup> e reformada de 143,76m<sup>2</sup>, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS das empresas habilitadas quais sejam: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA enquadrada como microempresa; CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME enquadrada como microempresa e DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP enquadrada como Empresa de Pequeno Porte, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante com o menor valor Global: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA ME no valor total de R\$ 532.696,31 (quinhentos e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e trinta e um centavos), ficando este valor abaixo do valor máximo estipulado pelo Município no item 2.2 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias

Fraiburgo (SC), 09 de dezembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

**Frei Rogério****PREFEITURA****ATA DE ACOLHIMENTO DE PARECER TECNICO REF. A CHAMADA PUBLICA 01/2014**

ATA DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DO CHAMAMENTO PÚBLICO N. 1/2014

Presentes: IRINEU ALBERTON,  
HILARIO MAZZUCO

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se nas dependências da Prefeitura Municipal de Frei Rogério/SC, as 09h:00min, a Equipe de Licitações para continuidade da Sessão Pública de análise da documentação e proposta referente ao Chamamento Público n. 01/2014, que tem por objeto a locação de imóvel em favor do município para fins de exploração e extração de macadame primário (cascalho), para manutenção das estradas do município. Iniciados os trabalhos, conforme deliberado na Ata inicial realizada em 14/10/2014, a Equipe de Licitação apresentou aos proponentes pré-qualificados presentes, Estudo Técnico realizado nas áreas em disputa, cujo Laudo é assinado pelo Sr. João Batista Gonçalves, Engenheiro de Minas. Conforme Termo de Embargo que acompanha o Estudo Técnico, a área de propriedade do Sr. Hilário Mazzuco está embargada pela Polícia Ambiental, não podendo, dessa forma, ser explorada pelo Município para a finalidade de extração de cascalho. Indagado sobre o Embargo, o proponente Hilário Mazzuco não apresentou nenhum documento comprovando a liberação da referida área. Já a área do Sr. Irineu Alberton não possui nenhum impedimento, e, segundo o Laudo Técnico, apresenta melhores condições de atender a necessidade da administração, considerando a vida útil da lavra, a localização da área, a vegetação do local e o custo operacional para o município. Desta forma, foi declarado vencedor o proponente Irineu Alberton, pelo valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por mês, que serão pagos a partir da emissão das licenças ambientais necessárias, levando em consideração o início da exploração. O proponente Hilário Mazzuco foi alertado do prazo para interposição de recursos, manifestando desde já sua desistência ao prazo. Nada mais havendo, foi declarada encerrada a sessão pública. Eu, Genésio Rinaldi, o digitei, e eu, Genésio Rinaldi o conferi e subscrevi.

Frei Rogério, 09 de dezembro de 2014.  
GENESIO RINALDI                      MARCOS RIBEIRO  
Presidente da CPL                      Equipe de Apoio

ANDERSON XAVIER DE LIZ  
Equipe de Apoio

IRINEU ALBERTON  
proponente

HILÁRIO MAZZUCO  
proponente

**ATA DE RECEBIEMTO E JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DO CHAMAMENTO PUBLICO 01/2014**

ATA DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DO CHAMAMENTO PUBLICO 1/2014

Presentes: IRINEU ALBERTON,  
HILARIO MAZZUCO

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se nas dependências da Prefeitura Municipal de Frei Rogério/SC, as 09h00min, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio para sessão publica de recebimento e análise da documentação e proposta ref. ao processo de chamamento publico 01/2014, que tem por objeto a convocação de interessados para locação de imóvel em favor do município para fins de exploração e extração de macadame primário (cascalho), para manutenção das estradas e ruas do município. Recebidos e abertos os envelopes com a documentação e proposta dos participantes acima descritos, verificamos que ambos atenderam os requisitos do edital de chamada publica 01/2014, razão pela qual ambos proponentes foram pre - classificados. Questionados acerca da possibilidade de impugnação, não houve manifestação. De acordo com o subitem 8.2 do edital e, tendo em vista que esta equipe de licitação não possui condições de avaliação dos imóveis para concluir aquele que melhor atende aos interesses da administração, deliberou-se pela suspensão dos trabalhos, para realização de estudos técnicos especializados. Eu, Genésio Rinaldi, o digitei, e eu, Genésio Rinaldi, Pregoeiro, o conferi e subscrevi.

Frei Rogério, 14 de outubro de 2014.  
GENESIO RINALDI                      MARCOS RIBEIRO  
Pregoeiro                                      Equipe de apoio

ANDERSON XAVIER DE LINS  
Equipe de apoio

IRINEU ALBERTON  
proponente,

HILARIO MAZZUCO  
proponente

VALMOR ANGELO TAGLIARI  
ASSESSOR JURIDICO - OAB- 21 301

**CONTRATO Nº 127/2014, TRANSPORTE REEDUCANDOS**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 127/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO E A EMPRESA  
TANSPORTES CAMARGO & MENEGAZZO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Adolfo Soletti, 750, inscrito no CNPJ/MF 01.616.039/0001-09, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal, Senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, doravante denominado simplesmente "Contratante", e de outro lado a empresa TRANSPORTES CAMARGO & MENEGAZZO), pessoa jurídica de direito privado estabelecida à Rua Simpliciano Rodrigues de Almeida nº 39, Centro, na cidade de Curitiba - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ- sob o nº 16 523 629 0001 56, neste ato representada pelo sócio/administrador, senhor JOAO PAULO MENEGAZZO CPF 035 094 499 75, celebram entre si o presente instrumento, mediante

as cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam, na forma abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1 Contratação de empresa para execução de serviços de transporte intermunicipal objetivando a locomoção de reeducandos da Penitenciária Regional da região de Curitiba, com sede no município de São Cristóvão do Sul até a sede administrativa do Município de Frei Rogério, com retorno pelo mesmo itinerário, pelo período de 10 (dez) dias úteis, para execução do objeto do Termo de Cooperação n. 2014/TN 3597, firmado com o Estado de Santa Catarina por meio do DEAP.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO

2.1. A execução do objeto do presente contrato (transporte) será realizada na extensão do percurso que liga a Penitenciária Regional da região de Curitiba e a sede administrativa da Prefeitura Municipal de Frei Rogério.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1. Para execução total dos serviços mencionados na cláusula anterior a "Contratante" pagará à "Contratada", a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) que serão pagos em parcela única em até 10 (dez) dias após a prestação dos serviços ora contratados, através de boleto bancário e ou através da transferência bancária em conta apresentada pela contratada, mediante a apresentação da nota fiscal de prestação de serviços.

3.2. Não haverá reajuste de preço, durante a vigência do presente contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

4.1. Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pela prestação de serviços do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula anterior.

4.1.1 - Indicar o local da prestação do serviço.

4.1.2 - Fiscalizar a execução do serviço objeto do contrato.

4.2. Caberá a CONTRATADA prestar serviços, objeto do presente contrato, de acordo com a legislação vigente.

4.2.1 - Transportar com segurança os reeducandos da Penitenciária Regional de Curitiba até a sede administrativa do Município de Frei Rogério, e vice e versa, diariamente e em dois períodos, ou seja: as 7h:00min e as 16h:30min, cessando suas responsabilidades com o desembarque/retorno dos reeducandos junto a Penitenciária Regional de Curitiba;

4.2.2 - Cumprir com os prazos estipulados;

4.2.3 - Disponibilizar motorista para o veículo que irá realizar o transporte.

4.3. O CONTRATADO será responsabilizado civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública, aos equipamentos sob sua responsabilidade ou a terceiros em virtude do mal uso de seus equipamentos e ou materiais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes com o presente instrumento estão previstas no orçamento com a seguinte classificação orçamentária:

5.1.2. Órgão 02 - Chefia do Executivo

Unidade 06 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto Atividade 2.074 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0110

Código Reduzido - 129

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.1 - O presente Contrato está enquadrado dentro do limite de dispensa de Licitação de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, baseados no que dispõe a lei nº 9.648 de 27 de Maio de 1998, publicada no Diário Oficial no dia 28 de Maio de 1998. (limites de Licitações).

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A recusa na assinatura do contrato ou a execução parcial ou total do mesmo acarretará nas seguintes penalidades:

7.1.1 - Em caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

7.1.2 - Em caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas no item 7.1.1 acima, multa até 15% (quinze por cento) do valor do contratado, de acordo com a gravidade da infração.

7.2 - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderão ser aplicadas ainda às seguintes sanções:

7.2.1 - Advertência;

7.2.2 - Suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 12 (doze) meses;

7.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

7.2.4 - Demais consequências previstas neste contrato e na legislação administrativa e civil aplicável e especialmente as constantes do artigo 87 da lei Nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

8.1.1 - Não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos;

8.1.2 - Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

8.1.3 - Lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da prestação de serviços nos prazos estipulados;

8.1.4 - Paralisação dos serviços, sem causa e prévia comunicação à administração;

8.1.5 - Subcontratação total ou parcial do seu objeto;

8.1.6 - Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

8.1.7 - Cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotados na forma do inciso 1º do artigo 67 da lei 8.666./93;

8.1.8 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa;

8.1.9 - Supressão por parte da Administração, de compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no inciso 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

8.1.10 - Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

8.1.11 - Atraso superior a trinta dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando ao CONTRATADO o direito de optar

pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

8.1.12 - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

8.1.13 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência à Administração;

8.1.14 - Judicialmente, nos termos da legislação.

8.2 - Ficam reconhecidos, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO.

9.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir do dia 08 de dezembro de 2104 ate o dia 19 de dezembro do ano de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DAS PARTES.

10.1 - Os direitos das partes contratantes encontram-se inseridos na Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.0078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO.

11.1 - Os serviços contratados serão fiscalizados pela CONTRATANTE, Prefeitura Municipal, sempre que julgar necessário.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venha a ser devido em decorrência do presente contrato, correrão por conta do CONTRATADO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO.

14.1 - Os serviços ora contratados, pelo seu caráter temporário e específico não gera vínculo empregatício entre as partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO.

15.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba / SC com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 3 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinada.

Frei Rogério, 08 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

TANSPORTES CAMARGO & MENEGAZZO

Contratada

#### TESTEMUNHAS

1)

2)

### DECRETO Nº 683/2014 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.

DECRETO Nº 683/2014 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 87, inciso VII, "a" da Lei Orgânica do município.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado o Conselho Municipal do Idoso do Município de Frei Rogério com a seguinte composição:

#### I - Representante da Sociedade Civil:

1º Titular: Maria Novacoski Comunidade - Núcleo Tritícola

1º Suplente: Vitória Terezinha Stratmann Comunidade -Barra Rio Correntes

2º Titular: Orlanda Porcher Comunidade - Centro

2º Suplente: Irineu Alberton Comunidade - Centro

3º Titular: Ivanio Beloto Comunidade - São José

3º Suplente: Armando Nadal Comunidade - Índio Galdino

4º Titular: Nair de Oliveira Barbosa Comunidade - Celso Ramos

4º Suplente: Rosalina Onaka Comunidade - Celso Ramos

#### II - Representante do Poder Público :

1º Titular: Júlia Fátima Caetano Educação

1º Suplente: Maria Ivonildes Furlan Educação

2º Titular: Isabel Vezaro Saúde

2º Suplente: Adaiane Alberton Saúde

3º Titular: Sandra P. de Almeida Schena Assistência social

3º Suplente: Mariane Carla Haag Pegoraro Assistência social

4º Titular: Elaine Rinaldi Esporte

4º Suplente: Luiz Carlos Vezaro Esporte

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 09 de dezembro de 2014.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 682/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DECRETO Nº. 682/2014, 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FREI ROGÉRIO, (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 13º, § 2º da lei nº 772/2013 de 09/12/2013.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.



	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
ORGÃO	03	FUNDOS MUNICI-PAIS	
UND	01	FUNDO MUNICI-PAL DE SAÚDE	
PROJ./ATIV.	2.089	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RE-FORMAS DE POSTOS DE SAÚDE	
ELEMEN-TO	4.4.90.00.00.00.00.0153	APLICAÇÕES DIRETAS	
	10	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 19.000,00
ORGÃO	03	FUNDOS MUNICI-PAIS	
UND	03	FUNDO MUNICI-PAL DE ASSISTÊN-CIA SOCIAL	
PROJ./ATIV.	2.102	MANUTENÇÃO DO PAIF	
ELEMEN-TO	4.4.90.00.00.00.00.0150	APLICAÇÕES DIRETAS	
	17	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 4.000,00
	TOTAL		R\$ 23.000,00

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte 1.6.0.0.71.01.00.00.00 Serviços de máquinas pesadas no valor R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), da fonte 1.7.2.1.34.09.00.00.00 Transferências de Recursos - CRAS/PAIF no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), totalizando R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais) para as dotações do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 09 de dezembro de 2014.  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATORIO 030/2014, PREGÃO PRESENCIAL 20/2014. AQUISIÇÃO VEICULO SEC. ADM**

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 20/2014

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC torna público aos interessados que fará realizar através do pregoeiro oficial, no dia 23 de dezembro de 2014, as 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das Leis 10520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, tendo por objetivo a aquisição de um veículo automotor, zero km, categoria passeio, ano/modelo 2014/2015.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: [www.frei-rogerio.sc.gov.br](http://www.frei-rogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: [compras@frei-rogerio.sc.gov.br](mailto:compras@frei-rogerio.sc.gov.br)

Frei Rogério (SC), 9 de dezembro de 2014  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal.

### **PROCESSO LICITATORIO 05/2014, PREGÃO PRESENCIAL 03/2014.- SAUDE**

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2014

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC torna público aos interessados que fará realizar através do pregoeiro oficial, no dia 23 de dezembro de 2014, as 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das Leis 10520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, tendo por objetivo a aquisição de um veículo automotor, zero km, categoria passeio, ano/modelo 2014/2015.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: [www.frei-rogerio.sc.gov.br](http://www.frei-rogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: [compras@frei-rogerio.sc.gov.br](mailto:compras@frei-rogerio.sc.gov.br)

Frei Rogério (SC), 9 de dezembro de 2014  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal.

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO CC001/2014

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº. 001/2014

Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob regime de concessão de direito real de uso, do tipo MAIOR OFERTA, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei 8.987/95, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a outorga em regime de concessão da execução do serviço de remoção, guarda e depósito de veículos cujos condutores cometerem infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, em pátio ou área destinada para esse fim, dentro do território do município de Garopaba - SC, conforme especificações constantes do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 01 DOCUMENTAÇÃO e nº 02 PROPOSTA serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 12/01/2015. A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 12/01/2015, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h00min às 18h00min, ou na rede mundial de computadores no endereço [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br).

Garopaba - SC, 10 de junho de 2014.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PR025/2014

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2014

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de Sistema de Registro de preço para contratação de empresa especializada para execução de show pirotécnico a ser realizado em balsa flutuante, neste município, por ocasião do evento reveillon 2014/2015, dia 31.12.14. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 23/12/2014. A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 23/12/2014, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 09 de dezembro de 2014.  
Paulo Sergio de Araujo  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 187/2014

DECRETO N.º 187, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 50.480,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 50.480,00 (cinquenta mil, quatrocentos e oitenta reais) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	40.000,00
0412292.006 - Func. E Manut. Da Secretaria de Administração	40.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	40.000,00
08.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	480,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	480,00
08243562.028 - Assistência à Criança e ao Adolescente	480,00
3.3.50.0.1.63.001006 - Transf. A Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	480,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	10.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 50.480,00 (cinquenta mil, quatrocentos e oitenta reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de dezembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração



**DECRETO Nº 188/2014**

DECRETO N.º 188, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 1.890,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 1.890,00 (um mil, oitocentos e noventa reais) no Orçamento vigente:

08.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.890,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	1.890,00
08243562.028 - Assistência à Criança e ao Adolescente	1.890,00
3.3.50.0.3.63.001006 - Transf. A Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.890,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 1.890,00 (um mil, oitocentos e noventa reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de dezembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

# Garuva

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO DE RECURSOS EDITAL 14/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA						
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
TESTE SELETIVO ACT – EDITAL 014 /2014						
HOMOLOGAÇÃO DE RECURSOS DA CLASSIFICAÇÃO FINAL						
Nº INS-CRICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NIVEL	ÁREA INSCRITA	DEFERIDO	INDEFERIDO	JUSTIFICATIVA
47	MARILDA MARTINS BUDAL	2	ANOS INICIAIS	SIM		Recontagem de tempo de serviço, analisado pela comissão.
83	MARIA CRISTINA SOARES	2	ED.INFANTIL	SIM		Recontagem de títulos, conforme requerimento do candidato.
29	VANUSA MARQUES WIELGOSZ	2	ED.INFANTIL / ANOS INICIAIS	SIM		Recontagem de tempo de serviço, conforme requerimento do candidato.
133	DAIANI JARECKI FERREIRA	2	ED.INFANTIL / ANOS INICIAIS	SIM		Recontagem de tempo de serviço, conforme requerimento do candidato nº 029.
112	PRISCILLA BETANIA STONOGA	2	ED.INFANTIL / ANOS INICIAIS	SIM		Recontagem de tempo de serviço, conforme requerimento do candidato.
52	SIRLEI DA APARECIDA ALEIXO	2	ED.INFANTIL / ANOS INICIAIS		SIM	O candidato não possui habilitação para o nível inscrito, sendo desclassificado do processo.
235	TATIANE DE MIRANDA	1	LÍNGUA PORTUGUESA / INGLÊS	SIM		Recontagem de títulos, conforme requerimento do candidato.
233	CADIJA CARINE MARQUES SILVA	N	Nutricionista	SIM		Recontagem de tempo de serviço, conforme requerimento do candidato.
233	CADIJA CARINE MARQUES SILVA	N	Nutricionista		SIM	Recontagem de títulos, conforme requerimento do candidato.
Garuva, 09 de Dezembro 2014.						
Adriane Beatriz Moecke Galando						
Presidente da Comissão						

**RELAÇÃO PRELIMINAR DOS CLASSIFICADOS ED 14/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA							
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
TESTE SELETIVO ACT – EDITAL 014 /2014							
CLASSIFICAÇÃO FINAL							
NUTRICIONISTA							
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
243	REGINA G. VAGELESKI	8,00	10,00	3,000	2,000	64,000	6,400
99	FLAVIA FAVARETTO	10,00	10,00	-	-	60,000	6,000
134	VANESSA CAROLINE CERVELLO	9,50	10,00	-	-	58,500	5,850
168	LEILA SCHNEIDER	8,00	10,00	-	1,506	57,012	5,701
152	ALCINÉIA LEITZKE	8,00	10,00	-	-	54,000	5,400
233	CADIJA CARINE MARQUES SILVA	6,00	10,00	0,250	2,200	52,900	5,290
247	CÉLIA REGINA PEDROSO	6,00	10,00	-	-	48,000	4,800
51	MARILEIA SILVA DE ANDRADE	5,00	10,00	-	-	45,000	4,500

SUPERVISÃO								
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
80	SANDRA ELISA S. DE OLIVEIRA	2	5,50	9,16	9,000	6,600	75,180	7,518
156	TANIA SIMONE JAGIELSKI ULLMANN	2	5,50	8,66	9,000	5,200	70,880	7,088
120	RITA DE CASSIA DE MATOS	2	6,00	9,50	10,000	0,800	68,100	6,810
218	JULIANA RODRIGUEZ VILLAR	2	7,00	7,66	6,000	5,600	67,180	6,718
242	FABIANA HELENA PRADO DA SILVA	2	5,50	5,00	8,150	4,600	57,000	5,700
73	MÁRCIA APARECIDA MEZZOMO	2	4,00	6,33	0,625	3,400	39,040	3,904

ORIENTAÇÃO								
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
70	OLGA SILVA FRANCO (*)	2	4,00	6,00	8,625	0,800	48,850	4,885
166	DOROTEIA NAGEL CARNEIRO	2	7,00	9,00	10,000	6,600	81,200	8,120
177	MÁRCIA GLOTILDE GERCKER	2	4,00	7,00	9,000	5,000	61,000	6,100
126	CLAUDINEIA BOERGERSHAUSEN	2	4,00	5,66	8,000	8,000	60,980	6,098
225	SONIA M. DOS SANTOS CLEMENTE	2	5,50	6,00	9,000	1,600	55,700	5,570
56	MARA CRISTINA SILVA	2	7,00	7,66	2,250	-	48,480	4,848
73	MÁRCIA APARECIDA MEZZOMO	2	4,00	6,33	0,625	3,400	39,040	3,904
(*)	Edital 014/2014, Capítulo III, item b, ref. Cota para portadores de necessidades especiais.							

EDUCAÇÃO INFANTIL - NÍVEL II									
Nº INS-CRICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA	
80	SANDRA ELISA S. DE OLIVEIRA	2	5,50	9,16	9,000	6,600	75,180	7,518	
66	TANIA MARA Z. DE ANDRADE	2	4,50	8,83	10,000	5,400	70,790	7,079	
139	JESSICA EVARISTO	2	6,50	8,00	8,937	1,200	63,774	6,377	
126	CLAUDINEIA BOERGERSHAUSEN	2	4,00	5,66	8,000	8,000	60,980	6,098	
83	MARIA CRISTINA SOARES	2	5,50	7,00	10,000	0,800	59,100	5,910	
112	PRISCILLA BETANIA STONOGA	2	4,50	7,00	9,000	3,200	58,900	5,890	
68	ROSANE KOMINKIEWICZ	2	6,50	6,00	9,000	1,600	58,700	5,870	
162	CLAUDIA LUCI S. MACHADO	2	8,50	7,00	1,500	3,800	57,100	5,710	
34	NEIVA APARECIDA C. BRAMMER	2	5,00	6,50	9,000	1,600	55,700	5,570	
35	MARQUEDIANE BRUSAMARELLO	2	9,00	7,33	1,875	1,000	54,740	5,474	
29	VANUSA MARQUES WIELGOSZ	2	5,50	4,50	10,000	2,200	54,400	5,440	
16	ANDREIA MARTINHAK	2	6,00	6,46	2,750	5,400	53,680	5,368	
49	MARIA ROSIANE SANTOS	2	6,00	5,00	9,000	1,200	53,400	5,340	
72	ROSENETE LANGE GONÇALVES	2	9,50	5,00	3,000	0,200	49,900	4,990	
69	MARCIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO	2	5,00	9,00	3,000	0,800	49,600	4,960	
26	CRISTIANE DA S. MIRANDA	2	5,00	7,00	3,500	2,800	48,600	4,860	
88	SHEYLA FERNANDES DA S. LIMA	2	6,00	9,00	-	1,800	48,600	4,860	
133	DAIANI JARECKI FERREIRA	2	7,50	6,00	3,000	0,800	48,100	4,810	
11	MARGARETE BUENO SCHUVAIZERSKI	2	4,50	5,00	8,000	0,200	44,900	4,490	
176	ÉRICA CRISTIANE DA S. DOS SANTOS	2	5,50	7,00	3,000	0,600	44,700	4,470	
19	SATIRA MARIA DO V. ZAVODINI	2	7,50	4,83	3,000	0,600	44,190	4,419	
32	PATRICIA APARECIDA DOS SANTOS	2	7,50	7,16	-	-	43,980	4,398	
226	JESSICA DE OLIVEIRA LOZINSKI	2	5,50	7,50	-	-	39,000	3,900	
55	ANA LUCIA NOGUEIRA DE ANDRADE	2	4,00	5,25	3,000	0,200	34,150	3,415	
143	MARINALDA DUARTE	2	6,50	4,33	-	-	32,490	3,249	
142	JESSICA R. CARDOSO DA VEIGA	2	4,00	5,66	-	-	28,980	2,898	
EDUCAÇÃO INFANTIL - NÍVEL I									
Nº INS-CRICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA	
89	SOLANGE FERNANDES DA SILVA	1	7,50	7,66	6,625	5,400	69,530	6,953	
116	LEONI A. V. STONOGA	1	8,00	8,50	8,000	1,200	67,900	6,790	

5	FERNANDA DA VEIGA MAIA	1	7,00	6,33	8,000	5,200	66,390	6,639	
140	PRISCILA MUNCH	1	6,00	8,00	8,000	0,600	59,200	5,920	
64	SONIA MARA F. DA C. GAVEGNO	1	6,50	9,33	5,000	0,600	58,690	5,869	
21	KÁTIA CRISTINA S. SCHMIDT	1	5,50	9,50	5,000	1,200	57,400	5,740	
37	SUELEN PAOLA CASAGRANDE	1	7,50	7,66	5,000	0,800	57,080	5,708	
149	MARIA LUIZA L. XAVIER	1	7,00	8,50	5,000	0,200	56,900	5,690	
132	MARINILDA DA SILVA MARIAN	1	4,00	7,83	9,500	1,000	56,490	5,649	
30	SILVANA NAGEL WASEN	1	5,50	7,00	8,000	0,600	54,700	5,470	
90	JENIFFER CRISTINA FERREIRA	1	5,50	9,66	4,125	0,200	54,130	5,413	
62	ANDREIA PEREIRA	1	7,50	8,33	3,000	-	53,490	5,349	
95	LILIAN THALITA DIERSCHNABEL	1	5,00	8,66	5,000	0,800	52,580	5,258	
186	CINTIA SOUZA DA GRAÇA	1	6,50	9,50	2,250	-	52,500	5,250	
159	JOELMA STONOGA XAVIER	1	7,00	6,66	3,875	1,800	52,330	5,233	
81	REGINA SARAMEN-TO	1	4,00	7,00	8,000	1,400	51,800	5,180	
41	ELIANE SPANIOL	1	6,50	5,00	8,000	0,600	51,700	5,170	
184	BEATRIZ DE OLIVEIRA LIMA DE ARAUJO	1	5,50	8,16	5,000	0,200	51,380	5,138	
53	MARILENE GOMES FERREIRA	1	5,00	8,16	5,000	0,400	50,280	5,028	
206	HIULE DANIELLE DE LIZ NETO	1	4,50	7,33	6,125	0,600	48,940	4,894	
173	JULIANA CORDEIRO DA SILVA	1	6,50	7,00	4,000	0,200	48,900	4,890	
94	SIMONE COSTA	1	7,00	7,00	2,000	1,400	48,800	4,880	
165	JOICE ALVES DE SOUZA	1	6,00	7,16	4,250	-	47,980	4,798	
96	JULIANA NAGEL	1	4,00	5,50	7,375	2,200	47,650	4,765	
236	JOYCE DELANE DE MELO	1	6,50	7,83	1,875	0,400	47,540	4,754	
63	SILVIA C. DOS SANTOS	1	7,00	5,33	5,000	0,200	47,390	4,739	
183	MARIANE L. C. PE-REIRA SIMMERMAN	1	6,00	7,00	3,800	0,200	47,000	4,700	
100	ADRIANA MACHADO ROCHADEL	1	7,50	6,75	1,875	-	46,500	4,650	
185	ALESSANDRA SE-RAFIM DA SILVA	1	5,00	6,35	5,531	0,600	46,312	4,631	
179	ROSELY MANICALDI	1	5,50	4,66	7,000	0,600	45,680	4,568	
129	CLEUSA DOMIN-GUES	1	4,50	5,66	5,000	2,400	45,280	4,528	
111	GISELLE SANTOS LOPES	1	7,00	8,00	-	-	45,000	4,500	
113	LUCIANA C. BLOCKI DE OLIVEIRA	1	5,50	8,00	1,875	-	44,250	4,425	
104	ODETTE CRISTINA DA SILVA	1	5,00	7,00	3,500	0,200	43,400	4,340	
40	ANGELA A. WIES-NER	1	6,00	6,33	3,000	0,200	43,390	4,339	
38	VIVIANE GERCKER LEANDRO	1	4,00	4,75	8,000	0,400	43,050	4,305	

87	FRANCIELE LEITE CARNEIRO	1	4,50	4,00	6,750	2,000	43,000	4,300	
3	GISELY VIEIRA DA CUNHA	1	5,50	6,66	3,000	0,200	42,880	4,288	
15	JESSICA BUENO DA ROSA	1	4,50	7,50	3,000	0,200	42,400	4,240	
61	MARCIA F. FRANCO FERMIANO	1	5,00	5,66	5,000	0,200	42,380	4,238	
224	BRUNA CAROLINI SOUZA BRAZ	1	5,00	5,66	5,000	0,200	42,380	4,238	
43	JOSIANE SARA-MENTO	1	4,50	7,83	1,875	-	40,740	4,074	
24	ZELAINE KUCHLIK	1	6,50	5,00	3,000	-	40,500	4,050	
76	ANDERSON GON-ÇALVES LEITE	1	4,00	6,00	5,000	0,200	40,400	4,040	
59	JULIANE F. UMLAUF	1	4,50	5,16	5,000	0,200	39,380	3,938	
42	MARIA ANGELITA PEREIRA ALVES	1	5,00	4,66	4,500	0,400	38,780	3,878	
244	KAROLINE B. MI-RANDA	1	7,50	5,33	-	-	38,490	3,849	
125	ESTEFANI FRANCO POLSIN	1	5,00	5,66	3,000	-	37,980	3,798	
199	RUTE LEMOS	1	5,00	5,66	3,000	-	37,980	3,798	
188	RENATA M. DOS SANTOS	1	5,50	7,00	-	-	37,500	3,750	
155	MARCIA L. DE NO-VAES PISKE	1	4,00	7,00	2,000	-	37,000	3,700	
145	LUCIA FOLMER	1	6,00	6,33	-	-	36,990	3,699	
139	THAYNA DAYANE RAZINI	1	5,50	6,60	-	-	36,300	3,630	
213	CARLA CRISTINA HARDT	1	5,50	5,33	1,875	-	36,240	3,624	
151	FRANCIELY APARE-CIDA P.DA LUZ	1	6,00	4,00	3,000	-	36,000	3,600	
241	SHEILA SOARES ROSA	1	4,00	4,33	5,000	0,400	35,790	3,579	
128	MICHELE MELCHIOR PEREIRA	1	5,00	5,66	1,875	-	35,730	3,573	
208	CLAUDIA MIRANDA DE OLIVEIRA	1	4,00	7,33	-	0,400	34,790	3,479	
197	FABIANA DE SOUZA LEANDRO	1	4,50	5,16	1,875	0,200	33,130	3,313	
163	JANAINA ALESSAN-DRA KUHNEN	1	4,50	6,50	-	-	33,000	3,300	
135	MARI ESTELLA JARECKI	1	4,50	4,50	3,000	-	33,000	3,300	
150	SANDRA CRISTINA ROTHBARTH	1	4,00	6,33	-	-	30,990	3,099	
141	LUANE V. MACHADO	1	5,50	4,50	-	-	30,000	3,000	
108	KELLY M. M. THO-MAZINE	1	4,50	4,00	1,625	0,400	29,550	2,955	
181	MAYSA TEMOTEO KRUGER	1	5,00	4,00	1,000	0,200	29,400	2,940	

## ANOS INICIAIS - NÍVEL II

Nº INSCRI-ÇÃO	NOME DO CANDIDA-TO	NÍVEL	PROVA OBJE-TIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA				
166	DOROTEIA NAGEL CARNEIRO	2	7,00	9,00	10,000	6,600	81,200	8,120				
156	TANIA SIMONE JAGIELSKI ULLMANN	2	5,50	8,66	9,000	5,200	70,880	7,088				



66	TANIA MARA Z. DE ANDRADE	2	4,50	8,83	10,000	5,400	70,790	7,079				
120	RITA DE CASSIA DE MATOS	2	6,00	9,50	10,000	0,800	68,100	6,810				
139	JESSICA EVARISTO	2	6,50	8,00	8,937	1,200	63,774	6,377				
211	LUCIA AMORIM	2	7,00	6,00	10,000	1,800	62,600	6,260				
177	MARIA GLOTILDE GERCKER	2	4,00	7,00	9,000	5,000	61,000	6,100				
112	PRISCILLA BETANIA STONOGA	2	4,50	7,00	9,000	3,200	58,900	5,890				
68	ROSANE KO-MINKIEWICZ	2	6,50	6,00	9,000	1,600	58,700	5,870				
162	CLAUDIA LUCI S. MACHADO	2	8,50	7,00	1,500	3,800	57,100	5,710				
148	VERONICA JAGIELSKI VALIATTI	2	6,50	5,66	8,625	1,600	56,930	5,693				
34	NEIVA APARECIDA C. BRAMMER	2	5,00	6,50	9,000	1,600	55,700	5,570				
225	SONIA M. DOS SANTOS CLEMENTE	2	5,50	6,00	9,000	1,600	55,700	5,570				
35	MARQUE-DIANE BRUSAMARELLO	2	9,00	7,33	1,875	1,000	54,740	5,474				
29	VANUSA MARQUES WIELGOSZ	2	5,50	4,50	10,000	2,200	54,400	5,440				
16	ANDREIA MARTINHAK	2	6,00	6,46	2,750	5,400	53,680	5,368				
49	MARIA ROSIANE SANTOS	2	6,00	5,00	9,000	1,200	53,400	5,340				
72	ROSENETE LANGE GONÇALVES	2	9,50	5,00	3,000	0,200	49,900	4,990				
69	MARCIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO	2	5,00	9,00	3,000	0,800	49,600	4,960				
26	CRISTIANE DA S. MIRANDA	2	5,00	7,00	3,500	2,800	48,600	4,860				
88	SHEYLA FERNANDES DA S. LIMA	2	6,00	9,00	-	1,800	48,600	4,860				
56	MARA CRISTINA SILVA	2	7,00	7,66	2,250	-	48,480	4,848				
133	DAIANI JARECKI FERREIRA	2	7,50	6,00	3,000	0,800	48,100	4,810				

1	LEONARDO MEDEIROS	2	7,50	7,50	-	0,400	45,800	4,580				
194	ADRIANA GOMES DA SILVA	2	5,00	6,50	1,625	4,000	45,750	4,575				
23	SOLANGE DA GRAÇA NOGUEIRA	2	4,00	4,33	9,000	1,000	44,990	4,499				
11	MARGARETE BUENO SCHUVAI-ZERSKI	2	4,50	5,00	8,000	0,200	44,900	4,490				
47	MARILDA MARTINS BUDAL	2	4,50	6,33	6,000	0,200	44,890	4,489				
176	ÉRICA CRISTIANE DA S. DOS SANTOS	2	5,50	7,00	3,000	0,600	44,700	4,470				
32	PATRICIA APARECIDA DOS SANTOS	2	7,50	7,16	-	-	43,980	4,398				
54	MARISA M. C. CECCATTO	2	5,50	7,00	0,250	0,800	39,600	3,960				
226	JESSICA DE OLIVEIRA LOZINSKI	2	5,50	7,50	-	-	39,000	3,900				
55	ANA LUCIA NOGUEIRA DE ANDRADE	2	4,00	5,25	3,000	0,200	34,150	3,415				

## ANOS INICIAIS - NÍVEL I

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA				
89	SOLANGE FERNANDES DA SILVA	1	7,50	7,66	6,625	5,400	69,530	6,953				
116	LEONI A. V. STONOGA	1	8,00	8,50	8,000	1,200	67,900	6,790				
5	FERNANDA DA VEIGA MAIA	1	7,00	6,33	8,000	5,200	66,390	6,639				
140	PRISCILA MUNCH	1	6,00	8,00	8,000	0,600	59,200	5,920				
64	SONIA MARA F. DA C. GAVENO	1	6,50	9,33	5,000	0,600	58,690	5,869				
79	SANDRA MARA DA SILVA	1	6,50	9,50	4,750	0,200	57,900	5,790				
21	KÁTIA CRISTINA S. SCHMIDT	1	5,50	9,50	5,000	1,200	57,400	5,740				
37	SUELEN PAOLA CASAGRANDE	1	7,50	7,66	5,000	0,800	57,080	5,708				
149	MARIA LUIZA L. XAVIER	1	7,00	8,50	5,000	0,200	56,900	5,690				
36	SILMARA Z. ZOCCHETTO	1	6,50	8,50	5,000	0,800	56,600	5,660				

12	DAIANE DE MELO	1	5,50	9,50	5,000	0,200	55,400	5,540				
90	JENIFFER CRISTINA FERREIRA	1	5,50	9,66	4,125	0,200	54,130	5,413				
62	ANDREIA PEREIRA	1	7,50	8,33	3,000	-	53,490	5,349				
95	LILIAN THALITA DIERSCH-NABEL	1	5,00	8,66	5,000	0,800	52,580	5,258				
186	CINTIA SOUZA DA GRAÇA	1	6,50	9,50	2,250	-	52,500	5,250				
159	JOELMA STONOGA XAVIER	1	7,00	6,66	3,875	1,800	52,330	5,233				
81	REGINA SARAMENTO	1	4,00	7,00	8,000	1,400	51,800	5,180				
184	BEATRIZ DE OLIVEIRA LIMA DE ARAUJO	1	5,50	8,16	5,000	0,200	51,380	5,138				
154	DIRCÉLIA APARECIDA BUENO	1	4,00	8,00	7,000	0,400	50,800	5,080				
53	MARILENE GOMES FERREIRA	1	5,00	8,16	5,000	0,400	50,280	5,028				
137	KAUANE KAROLINE NASS	1	5,00	8,33	5,000	-	49,990	4,999				
173	JULIANA CORDEIRO DA SILVA	1	6,50	7,00	4,000	0,200	48,900	4,890				
94	SIMONE COSTA	1	7,00	7,00	2,000	1,400	48,800	4,880				
165	JOICE ALVES DE SOUZA	1	6,00	7,16	4,250	-	47,980	4,798				
236	JOYCE DELANE DE MELO	1	6,50	7,83	1,875	0,400	47,540	4,754				
238	FERNANDA CRISTINA CISZ ARCE-NO	1	5,00	7,50	5,000	-	47,500	4,750				
63	SILVIA C. DOS SANTOS	1	7,00	5,33	5,000	0,200	47,390	4,739				
183	MARIANE L. C. PEREIRA SIMMERMAN	1	6,00	7,00	3,800	0,200	47,000	4,700				
121	TEREZINHA N. ORLOSKI	2	7,50	7,00	1,687	-	46,874	4,687				
106	CLAUDIA REGINA MARQUES MOREIRA	1	5,50	6,66	5,000	-	46,480	4,648				
185	ALESSANDRA SERAFIM DA SILVA	1	5,00	6,35	5,531	0,600	46,312	4,631				
179	ROSELY MANICALDI	1	5,50	4,66	7,000	0,600	45,680	4,568				

204	LARISSA MEDEIROS	1	6,50	7,50	1,500	0,200	45,400	4,540				
129	CLEUSA DOMINGUES	1	4,50	5,66	5,000	2,400	45,280	4,528				
111	GISELLE SANTOS LOPES	1	7,00	8,00	-	-	45,000	4,500				
113	LUCIANA C. BLOCKI DE OLIVEIRA	1	5,50	8,00	1,875	-	44,250	4,425				
104	ODETTE CRISTINA DA SILVA	1	5,00	7,00	3,500	0,200	43,400	4,340				
40	ANGELA A. WIESNER	1	6,00	6,33	3,000	0,200	43,390	4,339				
38	VIVIANE GERCKER LEANDRO	1	4,00	4,75	8,000	0,400	43,050	4,305				
87	FRANCIELE LEITE CARNEIRO	1	4,50	4,00	6,750	2,000	43,000	4,300				
58	SILVANA FÁTIMA ESSER	1	5,50	5,33	5,000	0,200	42,890	4,289				
3	GISELY VIEIRA DA CUNHA	1	5,50	6,66	3,000	0,200	42,880	4,288				
15	JESSICA BUENO DA ROSA	1	4,50	7,50	3,000	0,200	42,400	4,240				
61	MARCIA F. FRANCO FERMIANO	1	5,00	5,66	5,000	0,200	42,380	4,238				
224	BRUNA CAROLINI SOUZA BRAZ	1	5,00	5,66	5,000	0,200	42,380	4,238				
43	JOSIANE SARAMENTO	1	4,50	7,83	1,875	-	40,740	4,074				
24	ZELAINE KUCHLIK	1	6,50	5,00	3,000	-	40,500	4,050				
76	ANDERSON GONÇALVES LEITE	1	4,00	6,00	5,000	0,200	40,400	4,040				
59	JULIANE F. UMLAUF	1	4,50	5,16	5,000	0,200	39,380	3,938				
125	ESTEFANI FRANCO POLSIN	1	5,00	5,66	3,000	-	37,980	3,798				
199	RUTE LEMOS	1	5,00	5,66	3,000	-	37,980	3,798				
9	JOSILENE P. A. DO NASCIMENTO	1	6,00	6,50	-	-	37,500	3,750				
188	RENATA M. DOS SANTOS	1	5,50	7,00	-	-	37,500	3,750				
139	THAYNA DAYANE RAZINI	1	5,50	6,60	-	-	36,300	3,630				
213	CARLA CRISTINA HARDT	1	5,50	5,33	1,875	-	36,240	3,624				

151	FRANCIELY APARECIDA P.DA LUZ	1	6,00	4,00	3,000	-	36,000	3,600				
246	RAFAEL TIAGO S. DE ANDRADE	1	4,50	4,00	5,250	-	36,000	3,600				
241	SHEILA SOARES ROSA	1	4,00	4,33	5,000	0,400	35,790	3,579				
128	MICHELE MELCHIOR PEREIRA	1	5,00	5,66	1,875	-	35,730	3,573				
208	CLAUDIA MIRANDA DE OLIVEIRA	1	4,00	7,33	-	0,400	34,790	3,479				
163	JANAINA ALES-SANDRA KUHNEN	1	4,50	6,50	-	-	33,000	3,300				
135	MARI ESTELLA JARECKI	1	4,50	4,50	3,000	-	33,000	3,300				
150	SANDRA CRISTINA ROTHBARTH	1	4,00	6,33	-	-	30,990	3,099				
141	LUANE V. MACHADO	1	5,50	4,50	-	-	30,000	3,000				
108	KELLY M. M. THOMAZINE	1	4,50	4,00	1,625	0,400	29,550	2,955				
181	MAYSA TEMOTEO KRUGER	1	5,00	4,00	1,000	0,200	29,400	2,940				

## EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR - NÍVEL II

Nº INS-CRICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA				
71	MIRZA CONCEIÇÃO S. MARQUES	2	5,00	5,00	10,000	1,800	53,600	5,360				
1	LEONARDO MEDEIROS	2	7,50	7,50	-	0,400	45,800	4,580				
194	ADRIANA GOMES DA SILVA	2	5,00	6,50	1,625	4,000	45,750	4,575				
23	SOLANGE DA GRAÇA NOGUEIRA	2	4,00	4,33	9,000	1,000	44,990	4,499				
19	SATIRA MARIA DO V. ZAVODINI	2	7,50	4,83	3,000	0,600	44,190	4,419				

## EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR - NÍVEL I

Nº INS-CRICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA				
36	SILMARA Z. ZOCCHETTO	1	6,50	8,50	5,000	0,800	56,600	5,660				
25	REGINA MARIA LEGNAGHI	1	5,00	5,66	8,000	1,800	51,580	5,158				
137	KAUANE KAROLINE NASS	1	5,00	8,33	5,000	-	49,990	4,999				

238	FERNANDA CRISTINA CISZ ARCEÑO	1	5,00	7,50	5,000	-	47,500	4,750			
100	ADRIANA MACHADO RO-CHADEL	1	7,50	6,75	1,875	-	46,500	4,650			
204	LARISSA MEDEIROS	1	6,50	7,50	1,500	0,200	45,400	4,540			
58	SILVANA FÁTIMA ESSER	1	5,50	5,33	5,000	0,200	42,890	4,289			
244	KAROLINE B. MIRANDA	1	7,50	5,33	-	-	38,490	3,849			
237	ÉDINA APARECIDA ZIMMER	1	6,50	5,00	1,875	-	38,250	3,825			
101	GABRIELA MARCANTE	1	4,00	6,00	1,250	0,800	34,100	3,410			
197	FABIANA DE SOUZA LEANDRO	1	4,50	5,16	1,875	0,200	33,130	3,313			

## EDUCAÇÃO ESPECIAL - LIBRAS - NÍVEL II

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
71	MIRZA CONCEIÇÃO S. MARQUES	2	5,00	5,00	10,000	1,800	53,600	5,360
182	LIGIA CLAUDIA TEMOTEO KRUGER	2	4,00	8,00	2,030	1,000	42,060	4,206

## EDUCAÇÃO ESPECIAL - LIBRAS - NÍVEL I

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
25	REGINA MARIA LEGNAGHI	1	5,00	5,66	8,000	1,800	51,580	5,158
101	GABRIELA MARCANTE	1	4,00	6,00	1,250	0,800	34,100	3,410

## ÉTICA E CIDADANIA - NÍVEL II

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
70	OLGA SILVA FRANCO (*)	2	4,00	6,00	8,625	0,800	48,850	4,885
85	FERNANDA MENDES MOTA	2	7,00	7,00	9,000	2,200	64,400	6,440
7	ELAINE C. ZIETZ	2	6,50	10,00	6,775	0,600	64,250	6,425
211	LUCIA AMORIM	2	7,00	6,00	10,000	1,800	62,600	6,260
45	JENNIFFER Z. TEIXEIRA	2	5,50	8,83	6,750	3,000	62,490	6,249
27	MARÍLIA LUCIA MENDES	2	7,50	6,33	3,000	0,800	49,090	4,909
103	GUIOMAR LEITE	2	4,00	7,00	6,250	1,200	47,900	4,790
118	JOSÉ ALVARO PEREIRA ZAGO	2	5,50	7,50	2,737	1,600	47,674	4,767
115	ALYNE CRISTHINE DE AVELAR	2	5,00	8,25	2,375	0,600	45,700	4,570
174	MARCOS ALFREDO CORREA	2	6,00	7,00	1,525	0,800	43,650	4,365
203	TANIA MARIA C. NETZEL	2	5,00	7,33	0,250	1,800	41,090	4,109
124	PATRICIA SILVA GERKER	2	4,50	7,00	-	-	34,500	3,450

## ÉTICA E CIDADANIA - NÍVEL I



Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
79	SANDRA MARA DA SILVA	1	6,50	9,50	4,750	0,200	57,900	5,790
132	MARI-NILDA DA SILVA MARIAN	1	4,00	7,83	9,500	1,000	56,490	5,649
147	MARIA RITA DA SILVA	1	8,00	7,00	3,000	0,800	52,600	5,260
154	DIR-CÉLIA APARECIDA BUENO	1	4,00	8,00	7,000	0,400	50,800	5,080
106	CLAUDIA REGINA MARQUES MOREIRA	1	5,50	6,66	5,000	-	46,480	4,648
13	JOSÉ ALCIR DE ARAÚJO	1	7,00	5,66	-	0,200	38,380	3,838
155	MARCIA L. DE NOVAES PISKE	1	4,00	7,00	2,000	-	37,000	3,700
31	HENDRYL ALSENSO WASEN	1	4,00	8,16	-	0,200	36,880	3,688
102	PAULO JOSÉ MACIEL SANTOS	1	4,00	5,66	-	-	28,980	2,898
(*) Edital 014/2014, Capítulo III, item b, ref. Cota para portadores de necessidades especiais.								

## EDUCAÇÃO FÍSICA - NÍVEL II

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
20	BÁRBARA ROMANZINI DA SILVA POLSIN	2	6,00	7,50	9,000	2,000	62,500	6,250
191	LUCIANO FELIPPI	2	6,50	6,83	6,000	1,800	55,590	5,559
192	DENISE APARECIDA CECATTO	2	7,00	7,83	0,375	1,000	47,240	4,724
175	CÉLIA MARTINS DO NASCIMENTO	2	6,00	4,00	7,500	-	45,000	4,500

## EDUCAÇÃO FÍSICA - NÍVEL I

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
158	EVERTON TETU ALVES	1	6,00	4,50	2,250	0,600	37,200	3,720

## HISTÓRIA - NÍVEL II

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
85	FERNANDA MENDES MOTA	2	7,00	7,00	9,000	2,200	64,400	6,440
121	TEREZINHA N. ORLOSVKI	2	7,50	7,00	1,687	-	46,874	4,687
174	MARCOS ALFREDO CORREA	2	6,00	7,00	1,525	0,800	43,650	4,365
203	TANIA MARIA C. NETZEL	2	5,00	7,33	0,250	1,800	41,090	4,109
84	RAFAELA PAMELA FERREIRA	2	6,00	6,00	-	-	36,000	3,600
124	PATRICIA SILVA GERKER	2	4,50	7,00	-	-	34,500	3,450
216	EULINO SILVA SOUSA	2	5,00	5,33	0,250	1,200	33,890	3,389
117	KETELY PER-SIKE	2	4,50	5,83	-	0,200	31,390	3,139

## HISTÓRIA - NÍVEL I

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
31	HENDRYL ALSENO WASEN	1	4,00	8,16	-	0,200	36,880	3,688

## LÍNGUA PORTUGUESA - NÍVEL II

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
218	JULIANA RODRIGUEZ VILLAR	2	7,00	7,66	6,000	5,600	67,180	6,718
46	JULIO CESAR ALVES	2	7,00	8,66	-	0,800	48,580	4,858
118	JOSÉ ALVARO PEREIRA ZAGO	2	5,50	7,50	2,737	1,600	47,674	4,767
119	ILISANE WINHAR PEREIRA ZAGO	2	7,00	8,62	-	-	46,860	4,686
98	KENIA APARECIDA DOS SANTOS	2	5,50	7,66	3,000	0,200	45,880	4,588
164	ROSENILDA DO CARMO RODRIGUES	2	5,50	4,33	-	-	29,490	2,949
219	FRANCIANE SCHROEDER	2	4,50	4,66	-	0,800	29,080	2,908

## LÍNGUA PORTUGUESA - NÍVEL I

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
235	TATIANE DE MIRANDA	1	5,00	10,00	5,000	0,400	55,800	5,580
153	ALINE STREY DE AMORIM	1	5,50	8,62	5,000	0,600	53,560	5,356
200	NAYARA TAINA PETERS LEIER	1	4,50	9,66	5,000	0,400	53,280	5,328
237	ÉDINA APARECIDA ZIMMER	1	6,50	5,00	1,875	-	38,250	3,825

## LÍNGUA INGLESA - NÍVEL II

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
119	ILISANE WINHAR PEREIRA ZAGO	2	7,00	8,62	-	-	46,860	4,686

## LÍNGUA INGLESA - NÍVEL I

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
235	TATIANE DE MIRANDA	1	5,00	10,00	5,000	0,400	55,800	5,580
153	ALINE STREY DE AMORIM	1	5,50	8,62	5,000	0,600	53,560	5,356
200	NAYARA TAINA PETERS LEIER	1	4,50	9,66	5,000	0,400	53,280	5,328

## MATEMÁTICA - NÍVEL II

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
157	HELOY TOMAZ SANTOS PEREIRA	2	9,00	9,16	9,000	2,200	76,880	7,688
103	GUIOMAR LEITE	2	4,00	7,00	6,250	1,200	47,900	4,790
178	CLEVERTON ARTUR VIEIRA	2	4,00	8,00	0,875	0,800	39,350	3,935
189	NELMA REGINA DE OLIVEIRA	2	5,00	4,00	-	-	27,000	2,700

## MATEMÁTICA - NÍVEL I

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
14	JULIANA DE VARGAS DE ARAÚJO	1	4,50	6,00	2,000	-	35,500	3,550
102	PAULO JOSÉ MACIEL SANTOS	1	4,00	5,66	-	-	28,980	2,898

## CIÊNCIAS - NÍVEL II

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
7	ELAINE C. ZIETZ	2	6,50	10,00	6,775	0,600	64,250	6,425
45	JENNIFFER Z. TEIXEIRA	2	5,50	8,83	6,750	3,000	62,490	6,249
27	MARÍLIA LUCIA MENDES	2	7,50	6,33	3,000	0,800	49,090	4,909
115	ALYNE CRISTHINE DE AVELAR	2	5,00	8,25	2,375	0,600	45,700	4,570
193	HELENA IGNOWSKI	2	6,50	7,66	-	0,800	44,080	4,408

## CIÊNCIAS - NÍVEL I

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
147	MARIA RITA DA SILVA	1	8,00	7,00	3,000	0,800	52,600	5,260
169	MONICA DENCKER C. DIAS	1	5,50	8,00	2,000	-	44,500	4,450
77	VICTORIA WILL	1	5,00	9,00	-	-	42,000	4,200
17	CLODOMIR SOUZA	NIVEL	4,50	5,66	-	-	30,480	3,048

## ARTES - NÍVEL II

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
22	RICARDO CAMPOS DA COSTA	2	7,00	4,33	3,000	0,800	41,590	4,159
167	VIVIANA PINHEIRO DE ANDRADE	2	4,50	7,33	-	0,200	35,890	3,589

## ARTES - NÍVEL I

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PROJETO	TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	FÓRMULA	MÉDIA
--------------	-------------------	-------	----------------	---------	---------	---------------	---------	-------

30	SILVANA NAGEL WASEN	1	5,50	7,00	8,000	0,600	54,700	5,470
96	JULIANA NAGEL	1	4,00	5,50	7,375	2,200	47,650	4,765
GEOGRAFIA								
NÃO HOUVE CLASSIFICADO								
Garuva, 09 de Dezembro 2014.								
Adriane Beatriz Moecke Galando								
	Presidente da Comissão							

## RESULTADO FINAL CONCURSO DE REMOÇÃO Nº 01/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE GARUVA											
EDITAL 001/2014											
RESULTADO FINAL - CONCURSO DE REMOÇÃO											
Nº Inscrição	Nome	Opção 1	Opção 2	Vaga	Nível de Habilitação	Tempo no nível			Tempo no magistério		
						anos	meses	dias	anos	meses	dias
2	Claudia P. da S. Reguelim	Pré Escolar Dente De Leite	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	Educação Infantil	III	7	4	13	10	6	9
6	Anígia B. Hatte-nhauer	Pré Escolar Dente De Leite	Escola Municipal Vicente Vieira	Educação Infantil	III	1	2	15	4	7	3
5	Rosana Guibes do Amaral	Escola Municipal Vicente Vieira	Pré Escolar Dente De Leite	Educação Infantil	III	1	2	2	4	7	3
7	Clarice da Silva Olivério	Escola Municipal Vicente Vieira	Pré Escolar Dente De Leite	Educação Infantil	II		11	2		11	2
1	Vanessa Peixe	Pré Escolar Dente De Leite	Escola Municipal Vicente Vieira	Educação Infantil	II		11	2		11	2
3	Priscila Rieper	Escola Municipal Vicente Vieira	Pré Escolar Dente De Leite	Educação Infantil	II		9	14		9	14
Nº Inscrição	Nome	Opção 1	Opção 2	Vaga	Nível de Habilitação	Tempo no nível			Tempo no magistério		
						anos	meses	dias	anos	meses	dias
4	Izabel Keiser Furlan	E.M. Tancredo de A. Neves	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	História	II	3	10	8	3	10	8

Nº Inscricão	Nome	Opção 1	Opção 2	Vaga	Nível de Habilitação	Tempo no nível			Tempo no magistério		
						anos	meses	dias	anos	meses	dias
8	Maria L. Avanzi da Cunha	E.M. Tancredo de A. Neves	xxxxxxxxxxxxxxxx	Língua Portuguesa	II	3	9	2	3	9	2
Nº Inscricão	Nome	Opção 1	Opção 2	Vaga	Nível de Habilitação	Tempo no nível			Tempo no magistério		
						anos	meses	dias	anos	meses	dias
9	Viviane L. Debatim	E.M. Ernesto A. Hattenahuer	xxxxxxxxxxxxxxxx	Anos iniciais	II	1	6	1	1	6	1
				Garuva, 09 de dezembro de 2014							
ADRIANE B. M. GALANDO											
Presidente da Comissão											

# Gaspar

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 235/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Inexigibilidade de Licitação nº 235/2014

OBJETO: Contratação de empresa exclusiva no Brasil, para o fornecimento de material didático e capacitação no Projeto Mente Inovadora. CONTRATADO: MINDLAB DO BRASIL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA. (10.391.836/0001-18). Valor Total Julgado: R\$ 185.915,00 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e quinze reais). BASE LEGAL: Art. 25, I, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 27 de novembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 250/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Inexigibilidade de Licitação nº 250/2014

OBJETO: Contratação de empresa exclusiva no Brasil, para o fornecimento de materiais de avaliação psicológica para teste de alunos da Educação Especial. CONTRATADO: D & MZ COMÉRCIO DE LIVROS E FORMULÁRIOS. (03.597.752/0001-70). Valor Total Julgado de R\$ 2.271,41 (dois mil, duzentos e setenta e um reais e quarenta e um centavos). BASE LEGAL: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 2 de dezembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 251/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Inexigibilidade de Licitação nº 251/2014

OBJETO: Contratação da Referida Empresa para a aquisição direta de livros para atualização de acervo da Biblioteca Pública Municipal Dom Daniel Hostin. CONTRATADO: A PÁGINA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA (01.795.809/0001-10). Valor Total Julgado: R\$ 1.301,23 (um mil, trezentos e um reais e vinte e três centavos). BASE LEGAL: Art. 25, III, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 03 de dezembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 252/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Inexigibilidade de Licitação nº 252/2014

OBJETO: Contratação da Referida Empresa para a aquisição direta de livros para atualização de acervo da Biblioteca Pública Municipal Dom Daniel Hostin. CONTRATADO: LIVRARIA LIVROS & LIVROS LTDA (01.570.002/0004-21). Valor Total Julgado: R\$ 17.289,80 (dezesete mil, duzentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos). BASE LEGAL: Art. 25, III, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 03 de dezembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### RESOLUÇÃO Nº16/2014 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 16, de 05 de dezembro de 2014

Aprova a execução física e financeira dos recursos repassados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Gaspar no ano de 2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS de Gaspar/SC, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648/97.

#### CONSIDERANDO:

- A Política Nacional de Assistência Social de 2004;
- LEI Nº. 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;
- A exigência da legislação específica para repasse de recursos;
- Considerando a reunião ordinária do CMAS do dia 03 de dezembro de 2014.

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a execução Física e Financeira do ano de 2013 dos recursos repassados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Gaspar.

Parágrafo Único: O montante repassado ao município de Gaspar/SC pelo MDS é de R\$ 1.091.584,53 (Hum milhão, noventa e um mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), sendo que a contrapartida do município foi de R\$ 4.541.271,66 (Quatro milhões, quinhentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta e um reais e sessenta e seis centavos)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 08 de dezembro de 2014.

ELOIZA C. PROBST

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

### RESOLUÇÃO Nº17/2014 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 017, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

APROVA A INSCRIÇÃO DE PROJETO DA ENTIDADE: HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO DE GASPAR NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648, de 16 de janeiro de 1997, que estabelece os princípios da Política de Assistência



Social, cria o Conselho, o Fundo e o Fórum de Assistência Social e dá outras providências, o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social.

**CONSIDERANDO:**

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;
- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);
- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- a Resolução CNAS nº. 016, de 05 de maio de 2010, e suas alterações, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social e, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal;
- a Lei Municipal nº. 1648 de 16 de janeiro de 1997, que estabelece os princípios da Política de Assistência Social, cria o Conselho, o Fundo e o Fórum de Assistência Social e dá outras providências;
- a Resolução do CMAS nº 14, de 08 de novembro de 2011, que dispõe sobre a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência social, bem como dos Serviços, programas, projetos Benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar e revoga a Resolução CMAS nº 001/2000.
- a Competência do CMAS para a fiscalização e inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- a Aprovação, em Plenária Ordinária do CMAS da referida Inscrição, conforme consta em Ata do CMAS nº. 07, de 03 de dezembro de 2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a Inscrição do Projeto "Acolhimento e Fortalecimento de Vínculos junto aos usuários e suas famílias" da Entidade, HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, CNPJ: 84.045.830.0001-25, com sede à Rua José Krauss, 97, Bairro Sete de Setembro, no município de Gaspar SC.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir da presente data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 08 de dezembro de 2014

ELOIZA C. PROBST

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

**RESOLUÇÃO Nº18/2014 - CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 18, DE 16 DE MAIO DE 2013.

Aprova o Plano de Ação 2013 das Entidades de Assistência Social no município de Gaspar - SC

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº. 8742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648/97.

**CONSIDERANDO:**

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;
- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- a Lei Municipal nº. 1648 de 16 de janeiro de 1997, que estabelece os princípios da Política de Assistência Social, cria o Conselho, o Fundo e o Fórum de Assistência Social e dá outras providências;
- a Resolução do CMAS nº 14, de 08 de novembro de 2011, que dispõe sobre a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência social, bem como dos Serviços, programas, projetos Benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar e revoga a Resolução CMAS nº 001/2000.
- a Competência do CMAS para a fiscalização e inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar os Planos de Ação referente o ano de 2013 das seguintes Entidades:

- Centro Integrado de Educação Especial Fênix - APAE/Gaspar;
  - Grupo de Apoio a Infância e Adolescência Abrigada - GAIAA;
  - Conferência Vicentina;
  - Ação Social e Cidadã - CEGAPAM;
  - Ação Social e Cidadã - LAR DAS MENINAS;
- Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 08 de dezembro de 2014

ELOIZA C. PROBST

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**SAMAE - GASPAR**

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 20/2012 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

===== Número do contrato: 20/2012 - Número do Aditivo: 6 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 25/2012 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: FREITAG LABORATORIOS LTDA - CNPJ do contratado: 10.743.183/0001-99

Objeto: Contratação de laboratório para prestação de serviços de análises laboratoriais de água, para as ETA'S do Município de Gaspar.

Valor acrescido: R\$ 44.452,70 (quarenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos).

Gaspar (SC), em 26 de novembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 20/2014 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

Número do contrato: 20/2014 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 31/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE

Objeto: Empresa especializada em administração de estágio para estudantes (agente integrador de estágio), de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio. O estágio poderá ser obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, no ambiente de trabalho.

Valor acrescido: R\$ 9.849,60 (nove mil oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)

Gaspar (SC), em 01 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 22/2010 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

Número do contrato: 22/2010 - Número do Aditivo: 9 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/07/2015

Número da Licitação: 27/2010 - Modalidade: Concorrência

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA. - CNPJ do contratado: 95.886.735/0005-02

Objeto: Execução dos serviços de tratamento e disposição final de resíduos sólidos compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar, em Aterro Sanitário ou local ambientalmente licenciado, que esteja de acordo com a legislação ambiental e comercial vigente e, portador de todas as licenças necessárias conforme preconiza o órgão ambiental competente.

Valor acrescido: R\$ 1.282.008,00 (um milhão duzentos e oitenta e dois mil e oito reais)

Gaspar (SC), em 26 de novembro de 2014

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 23/2013 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE - EXTRATO CONTRATOS / 2014

=====

Número do contrato: 23/2013 - Credenciamento nº 38/2013 - aditivo 01 (Renovação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED - CNPJ/CPF do contratado: 05.463.212/0001-29

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional. Valor estimado: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Gaspar (SC), em 05 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 24/2013 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

Número do contrato: 24/2013 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo de Prorrogação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Credenciamento : 38/2013

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BANCO BRADESCO S.A. - CNPJ do contratado: 60.746.948/0001-12

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional. Valor acrescido: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Gaspar (SC), em 05 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 25/2013 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

Número do contrato: 25/2013 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo de Prorrogação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Credenciamento nº 38/2013

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BANCO DO BRASIL S.A. - CNPJ do contratado: 00.000.000/0996-27

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

=====

Gaspar (SC), em 05 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

### **EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 26/2013 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

===== Número do contrato: 26/2013 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo de Prorrogação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Credenciamento nº: 26/2013 - Modalidade: Inexigibilidade

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CNPJ do contratado: 00.360.305/1073-32

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).

=====

Gaspar (SC), em 05 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

### **EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 27/2013 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

===== Número do contrato: 27/2013 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo Renovação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Credenciamento nº 38/2013

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERV.

PÚBLICOS MUNIC. DO VALE ITAJAÍ - CNPJ do contratado: 03.960.819/0001-99

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

=====

Gaspar (SC), em 05 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

### **EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 33/2012 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

===== Número do contrato: 33/2012 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SIJ SERVIÇO DE INFORMAÇÕES JUDICIÁRIAS LTDA. - CNPJ do

contratado: 87.956.561/0001-47

Objeto: Serviços especializados através de sistema de gerenciamento de notas de expediente para acompanhamento, busca, leitura e comunicação de informações judiciais (intimações) publicadas nos diários eletrônicos disponíveis da Justiça do Trabalho (TRT12), Justiça Estadual, Justiça Federal e Tribunais Superiores (TRF, STJ, TST e STF) e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE, com entrega por meio eletrônico, onde o Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar (SAMUSA) e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar (SAMAE) figurem como parte, ativa ou passiva, Valor acrescido: R\$ 785,40 (setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos).

Gaspar (SC), em 02 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

### **EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 35/2012 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

===== Número do contrato: 35/2012 - Número do Aditivo: 5 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 47/2012 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ do contratado:

01.657.361/0001-78

Objeto: Prestação de serviços de vigilância patrimonial humana da Sede do SAMAE, localizada na Rua: Barão do Rio Branco, nº 500 - Bairro: Centro.

Valor acrescido: R\$ 196.865,64 (cento e noventa e seis mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

=====

Gaspar (SC), em 27 de novembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 36/2012 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

===== Número do contrato: 36/2012 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 47/2012 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - CNPJ

do contratado: 83.719.963/0001-77

Objeto: Prestação de serviços de monitoramento eletrônico, localizada na Rua: Barão do Rio Branco, nº 500 - Bairro: Centro.

Valor acrescido: R\$ 3.798,96 (três mil setecentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos).

=====

Gaspar (SC), em 27 de novembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 37/2011 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

===== Número do contrato: 37/2011 - Número do Aditivo: 5 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: JOÃO BATISTA FERREIRA - CNPJ do contratado: 548.027.849-53

Objeto: CESSÃO ONEROSA DE IMÓVEL P/ A ALOCAÇÃO DA ESTRUTURA DA ETA VI (MACUCO).

Valor acrescido: R\$ 9.556,56 (nove mil quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

=====

Gaspar (SC), em 02 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 37/2014 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

===== Número do contrato: 37/2014 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo de renovação)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 50/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SÊNIOR SISTEMAS LTDA.CNPJ do contratado:

80.680.093/0001-81

Objeto: Locação, manutenção, atualização e suporte técnico de software destinado ao gerenciamento do Departamento Pessoal do SAMAE.

Valor acrescido: R\$ 5.006,64 (cinco mil seis reais e sessenta e quatro centavos)

=====

Gaspar (SC), em 26 de novembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 5/2011 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

===== Número do contrato: 5/2011 - Número do Aditivo: 6 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/01/2015

Número da Licitação: 5/2011 - Modalidade: Convite

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: XK INFO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA. - CNPJ do contratado: 04.545.833/0001-99

Objeto: Instalação, locação, manutenção, atualização e suporte técnico de software aplicativo de gestão comercial para o Departamento de Faturamento do SAMAE.

Valor acrescido: R\$ 1.745,45 (um mil setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

=====

Gaspar (SC), em 02 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 6/2014 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

=====

===== Número do contrato: 1/2010 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo de Prorrogação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Credenciamento: 38/2013

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL - CNPJ do contratado: 92.702.067/0001-96

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).

=====

Gaspar (SC), em 05 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente



**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 8/2014 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2014

===== Número do contrato: 8/2014 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 13/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE

Objeto: Empresa especializada em administração de estágio para estudantes (agente integrador de estágio), de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio. O estágio poderá ser obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, no ambiente de trabalho.

Valor acrescido: R\$ 19.699,20 (dezenove mil seiscentos e noventa e nove reais e vinte centavos)

Gaspar (SC), em 01 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**Governador Celso Ramos****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 70/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 070/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO QUE VISA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 23/12/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 23/12/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoaramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoaramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 09 de novembro de 2014.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

**DECRETO Nº 103/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.**

DECRETO Nº 103/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado na respectiva fonte de recurso 02.00.28.000146, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0004.2.025	Ações de Atenção Básica - Pmaq	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
02.0028.000146	Recursos Vinculados	50.000,00
Total		50.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos-SC, 04 de Setembro de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 107/2014 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.**

DECRETO Nº 107/2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 4 e 3, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 912/2013:

#### **REDUÇÃO**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0201	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0001.2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	1.285,00
3.3.00	Outras Despesas Correntes	1.285,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	1.285,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	1.285,00
0801	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.000,00
08.241.0006.2.035	Atendimento aos Grupos de Mães e de Idosos	2.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
3.3.50.00	Transf. A Instituição Privadas sem fins lucrativos	2.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	
0301	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	12.000,00
04.122.0002.2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretária	10.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas com Pessoal	10.000,00
3.1.30.00	Transf. A Estados e ao Distrito Federal	10.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
4.4.00.00	Investimentos	2.000,00
4.4.71.00	Transferência a consórcios públicos	2.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
Total		15.285,00
<b>SUPLEMENTAÇÃO</b>		
0201	GABINETE DO PREFEITO	1.285,00
04.122.0001.2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	1.285,00
4.4.00	Outros Investimentos	1.285,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.285,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	1.285,00

0801	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.000,00
08.241.0006.2.035	Atendimento aos Grupos de Mães e de Idosos	2.000,00
3.3.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
0301	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	12.000,00
04.122.0002.2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretária	12.000,00
3.3.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	12.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	12.000,00
Total		15.285,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 04 de Setembro de 2014.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 111/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.**

DECRETO Nº 111/2014

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 40.000,000 (Quarenta mil reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO na fonte de recurso 0.1.0017.000000 e 0.1.0000.000000, conforme relatório do excesso de arrecadação em anexo, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0204	GABINETE PREFEITO	30.000,00
06.182.0006.2.034	Funcionamento e Manutenção do FUNREBOM	15.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	15.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.0017.000000	Manutenção do FUNREBOM	15.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.0017.000000	Manutenção do FUNREBOM	15.000,00
1201	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA E SERV PUBLICO	10.000,00
15.452.0008.1.027	Aquisição de Veículos e Equip. Rodoviários	10.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	10.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00



0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
TOTAL		40.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 19 de Setembro de 2014.  
Augusto Aristo da Silva  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO Nº 114/2014 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2014.

DECRETO Nº 114/2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária Anual para 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º §3 da lei da Lei Municipal n.º 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando, a necessidade de recursos orçamentários da manutenção da educação do recurso 40% fundeb para pagamento da folha do ensino fundamental e infantil;

Considerando, que o presente remanejamento se dá dentro da mesma categoria de programação da educação, autorizada pelo §3º, do artigo 7º, da Lei nº 911/2013 - LDO e não afeta o cumprimento dos gastos mínimos exigidos na Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da constituição federal, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 912/2013.

CÓDIGOS	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
	Redução	
0701.12.361.0003.2011	Rem. Prof. Magistério do ensino infantil em efetivo Exercício	85.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	85.000,00
(54)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	85.000,00
0.1.12.000000	Transferências de Recursos Fundeb Mínimo 60%	85.000,00
0701.12.365.0003.2.015	Rem. Prof. Magistério do ensino fundamental em efetivo Exercício	47.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	47.000,00
(74)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	47.000,00
0.1.12.000000	Transferências de Recursos Fundeb Mínimo 60%	47.000,00
TOTAL		132.000,00
	Suplementação	
0701.12.361.0003.2010	Func. Manutenção do Ensino Fundamental	85.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	85.000,00
(190)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	85.000,00

0.1.13.000000	Transferências de Recursos Fundeb Mínimo 40%	85.000,00
0701.12.365.0003.2.015	Func. Manutenção do Ensino Infantil	47.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	47.000,00
(191)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	47.000,00
0.1.13.000000	Transferências de Recursos Fundeb Mínimo 40%	47.000,00
TOTAL		132.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 25 de setembro de 2014.  
Augusto Aristo da Silva  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO Nº 116/2014 - ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SEGUNDO CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.

DECRETO Nº 116/2014.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2014.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 14 da Lei Municipal nº 911/2013 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 685.400,00 (Seiscentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo indicadas, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 4º Bimestre de 2014 em anexo a este decreto:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.04.000000 - Cosip - R\$ 136.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0201.15.452.0008.2062	Melhoria e Manutenção da Iluminação Pública	136.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	136.100,00

FONTE 0.1.05.000016 - Índice de Gestão Descentralizada - Bolsa Família - R\$ 400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.08.244.0006.2042	Functo. e Manutenção do FMAS	400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	400,00

FONTE 0.1.05.000017 - Piso Básica Fixo/PAIF - FMAS - R\$ 29.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.08.244.0006.2042	Functo. e Manutenção do FMAS	29.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	29.100,00

FONTE 0.1.05.000018 - Piso Básica Variável II - FMAS - R\$ 8.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.08.243.0006.2039	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	8.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	8.000,00

FONTE 0.1.07.000000 - Transferência Direta do FNDE - PDDE - R\$ 10.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	10.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.400,00

FONTE 0.1.08.000032 - PNAE - Ensino Infantil - R\$ 600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.306.0003.2009	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	600,00

FONTE 0.1.09.000036 - PNATE - Ensino Fundamental - R\$ 3.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2012	Manutenção do Transporte Escolar	3.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	3.400,00

FONTE 0.1.10.000000 - Cide - R\$ 9.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1201.15.452.0008.1023	Pavimentação de Ruas	9.600,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	9.600,00

UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.27.000000 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - R\$ 18.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.304.0004.2029	Ações de Vigilância Sanitária	18.700,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	18.700,00

FONTE 0.2.28.000141 - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo - R\$ 83.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.2020	Ações de Atenção Básica	83.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	83.000,00

FONTE 0.2.28.000142 - Saúde da Família - R\$ 82.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.2021	Ações de Saúde da Família	82.700,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	82.700,00

FONTE 0.2.28.000144 - Saúde Bucal - R\$ 24.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.2023	Ações Voltadas para Saúde da Família/Saúde Bucal	24.400,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	24.400,00

FONTE 0.2.28.000147 - Polos de Academia de Saúde - R\$ 40.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.1008	Implantação e Manutenção de Polos de Academia	40.000,00
4.4.90.00	Investimentos	40.000,00

FONTE 0.2.28.000152 - Incentivo de Qualificação das Ações da Dengue - R\$ 15.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.304.0004.2030	Vigilância Epidem. e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	15.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00

FONTE 0.2.28.000155 - Componente Básico de Assistência Farmacêutica - R\$ 73.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.2028	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	73.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	73.900,00

UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAMAE

FONTE 0.2.36.000000 - Distribuição de Água - Público - R\$ 129.000,00

FONTE 0.2.36.000000 - Serviços de Ligação de Água - R\$ 2.900,00

FONTE 0.2.36.000000 - Outras Multas e Juros de Mora - R\$ 3.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1501.17.512.0004.1011	Ampliação e Melhoria da Rede de Esgoto	135.400,00

4.4.90.00	Obras e Instalações/ Aplicação Direta	135.400,00
-----------	--	------------

FONTE 0.2.81.000127 - Remuneração de Depósitos Bancários - Samae - R\$ 14.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1501.17.122.0004.2031	Administração do SAMAE	14.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	14.700,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de setembro de 2014.

Augusto Aristo da Silva

Prefeito Municipal, e.e.

### DECRETO Nº 118/2014 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.

DECRETO Nº 118/2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2014.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 4 e 3, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 912/2013:

REDUÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0004.2.019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	16.500,00
3.1.00.00	Outros Investimentos	16.500,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	16.500,00
0.0.01.0002.0	Recursos de impostos para ASPS	16.500,00
Total		16.500,00

SUPLEMENTAÇÃO

1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0004.2.019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	16.500,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	16.500,00
3.1.30.00	Transferências aos Estados e Distrito Federal	16.500,00
00.01.0002.0	Recursos de Impostos para ASPS	16.500,00
Total		16.500,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de setembro de 2014.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 119/2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

DECRETO Nº 119/2014

Autoriza a abertura de credito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito adicional suplementar de até R\$ 17.000,00 (Dezesseis Mil Reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotação, conforme abaixo especificado:

REDUÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviço Públicos	
15.452.0008.2.061	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	12.000,00
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	12.000,00
0.1.0016.000102	Recursos de Multas de Transito	12.000,00
0401	Gabinete do Prefeito	
06.182.0006.2.034	Funcionamento e Manutenção do FUN-REBOM	5.000,00
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.0017.000000	Recurso Manutenção do FUNREBOM	5.000,00
Total		17.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviço Públicos	
15.452.0008.2.061	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	12.000,00
3.3.00.00	Outros Investimentos	12.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	12.000,00
0.1.0016.000102	Recursos de Multas de Transito	12.000,00
0201	Gabinete do Prefeito	
06.182.0006.2.034	Funcionamento e Manutenção do FUN-REBOM	5.000,00
3.3.00.00	Outros Investimentos	5.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00

0.1.0017.000000	Recurso Manutenção do FUNREBOM	5.000,00
Total		17.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 26 de setembro de 2014.

Augusto Aristo da Silva

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 121/2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.**

DECRETO Nº 121/2014

Autoriza a abertura de credito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito adicional suplementar de até R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotação, conforme abaixo especificado:

#### **REDUÇÃO**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0901	Secretaria Da Pesca, Maricultura e Agricultura	
20.608.0007.2.051	Functo. E Manut. da Secret. da Pesca, Maricultura e Agricultura	
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
Total		2.000,00

#### **SUPLEMENTAÇÃO**

0901	Secretaria Da Pesca, Maricultura e Agricultura	
20.608.0007.2.051	Functo. E Manut. da Secret. da Pesca, Maricultura e Agricultura	
3.3.00.00	Outros Investimentos	2.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
Total		2.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de Setembro de 2014.

Augusto Aristo da Silva

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 122/2014 - DISPENSA A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO E DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015.**

DECRETO Nº 122/2014

Dispensa a realização da audiência pública para a elaboração e discussão da Lei Orçamentária para 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no com artigo 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, que as audiências públicas exigidas pelo artigo 48, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal se destinam a promover a participação da sociedade na definição dos objetivos, prioridades e metas da administração na aplicação dos recursos públicos e a transparência dos atos do governo;

CONSIDERANDO, que foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão do Plano Plurianual para 2014/2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2015;

CONSIDERANDO, que na audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentária foram apresentadas, discutidas e aprovadas as prioridades e metas da administração para o exercício de 2015;

CONSIDERANDO, que a proposta de Lei Orçamentária para 2015 contempla no orçamento da receita e no orçamento da despesa as mesmas prioridades e metas da administração constante da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2015, discutidas e aprovadas em audiência pública;

CONSIDERANDO, que as ações de governo e seus valores contemplados na proposta orçamentária para 2015, são as mesmas priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015;

CONSIDERANDO, que a realização de audiência pública para a proposta orçamentária para 2015, seria uma repetição de tudo o que foi apresentado, discutido e aprovado na audiência pública realizada durante o processo de elaboração da LDO para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a realização de audiência pública durante o processo de elaboração da Lei Orçamentária para 2015, haja vista que esta reproduz as mesmas metas fiscais e físicas aprovadas pela sociedade para a Lei de Diretrizes Orçamentária para 2015.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 06 de outubro de 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 123/2014 - DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PREVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 123/2014

Decreta ponto facultativo nos órgãos da administração direta e indireta do município, e dá outras providências.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, art. 77, V, considerando o dia do funcionalismo público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo, nos órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município de Governador Celso Ramos. Não haverá expediente no dia 27 de outubro de 2014, segunda-feira.

§ único - Considerando que o dia 28.10, dia oficial do funcionalismo público, cairá numa terça-feira, por razões de logística e economia dos serviços públicos, justifica-se a mudança para o dia 27.10.2014.

Art. 2º - Excetua-se do disposto neste Decreto as atividades consideradas essenciais e indispensáveis do serviço Público Municipal, tais como Saúde, Coleta de Lixo e SAMAE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 06 de Outubro de 2014.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 124/2014 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2014.**

DECRETO Nº 124/2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária Anual para 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º §3 da lei da Lei Municipal n.º 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

CONSIDERANDO, que o presente remanejamento se dá dentro da mesma categoria de programação da educação, autorizada pelo §3º, do artigo 7º, da Lei nº 911/2013 - LDO e não afeta o cumprimento dos gastos mínimos exigidos na Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da constituição federal, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 912/2013.

CÓDIGOS	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	76.000,00
	Redução	

12.361.0003.1.004	Aquisição de veículos para Transporte Escolar	76.000,00
4.4.00.00,00	Investimentos	76.000,00
(38)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	76.000,00
0.1.0006.0000	Recursos Salário Educação	76.000,00
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	76.000,00
	Suplementação	76.000,00
12.361.0003.2.010	Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	76.000,00
3.3.00.00.00	Outras Receitas Correntes	76.000,00
(51)3.3.90.0.00	Aplicações Diretas	76.000,00
0.1.0006.0000	Recursos Salário Educação	76.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 06 de Outubro 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 126/2014 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2014.**

DECRETO Nº 126/2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária Anual para 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º §3 da lei da Lei Municipal n.º 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

CONSIDERANDO, que o presente remanejamento se dá na mesma categoria de programação da educação, autorizada no §3º, do art. 7º, (Lei 911/13 - LDO) e não afeta o cumprimento dos gastos mínimos exigidos na Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da constituição federal, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 912/2013.

CÓDIGOS	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
	Redução	
12.361.0003.1.003	Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental	38.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	38.000,00
(35)4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	38.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	38.000,00



0701.12.365.0003.1005	Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	32.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	32.000,00
(39)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	32.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	32.000,00
(193)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	32.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	32.000,00
12.361.0003.2.010	Func e Manutenção do Ensino Fundamental	7.400,00
3.3.00.00.00.00	Despesas correntes	5.000,00
(47)3.3.50.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	2.400,00
(52)4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	2.400,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	2.400,00
Total		
	Suplementação	77.400,00
12.306.0003.2.008	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	32.000,00
3.3.00.00.00	Despesas correntes	32.000,00
(42)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	32.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	32.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	32.000,00
12.306.0003.2.009	Oferta de Merenda Escolar- Ensino Infantil	38.000,00
3.3.00.00.00	Despesas correntes	38.000,00
(66)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	38.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	38.000,00
12.361.0003.2.010	Func e Manutenção do Ensino Fundamental	17.400,00
3.3.00.00.00.00	Despesas correntes	17.400,00
(48) 3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	17.400,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	17.400,00
Total		77.400,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 06 de Outubro 2014.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 127/2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.**

DECRETO Nº 127/2014

Autoriza a abertura de credito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

abrir credito adicional suplementar de até R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotação, conforme abaixo especificado:

#### Redução

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria da Educação	
12.361.0003.2.010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	20.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.3.0006.000000	Recursos MDEB	20.000,00
Total		20.000,00

#### Suplementação

1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
15.452.0008.2.061	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.0037.000016	Recurso da Policia Civil	20.000,00
Total		20.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 06 de Outubro de 2014.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 128/2014 - DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PREVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 128/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PREVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, art. 77, V, considerando o feriado municipal acerca da emancipação político-administrativa,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo, nos órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município de Governador Celso Ramos, o expediente do dia 07 de novembro de 2014, sexta-feira.

§1º - Considerando que o feriado municipal do dia 06 de novembro, que marca as comemorações da emancipação político-administrativa, vai cair numa quinta-feira, esta administração pública municipal compreende a necessidade de decretar ponto



facultativo, no dia 07 de novembro de 2014.

Art. 2º - Excetuam-se do disposto neste Decreto as atividades consideradas essenciais e indispensáveis do serviço Público Municipal, tais como Saúde, Coleta de Lixo e SAMAE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 22 de Outubro de 2014.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 129/2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.**

DECRETO Nº 129/2014

Autoriza a abertura de credito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito adicional suplementar de até R\$ 51.000,00 (Cinquenta Um Mil Reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotação, conforme abaixo especificado:

Redução

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.244.0006.2.042	Fundo Municipal de Assistência Social	16.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00
3.3.50.00	Aplicações Diretas	16.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	16.000,00
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.244.0006.2.042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	30.000,00
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.244.0006.2.042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	5.000,00
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
Total		51.000,00

Suplementação

0801	Secretaria de Assistência Social	
08.244.0006.2.042	Funcionamento e Manutenção da Assistência	51.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	51.000,00
3.3.90.00	Aplicações Corrente	51.000,00
0.1.0000.000000	Recurso Ordinários	51.000,00
Total		51.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 22 de Outubro de 2014.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 130/2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.**

DECRETO Nº 130/2014

Autoriza a abertura de credito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 29.786,00 (Vinte e Nove Mil Setecentos e Oitenta e Seis Reais) por conta do Excesso de Arrecadação apurado até ao final do mês Setembro de 2014 na fonte de recursos 0.1.0052.000000 e 0.1.0017.000000, a dotação abaixo indica:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.243.0006.2.037	Manutenção do CRAS	9.786,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	9.786,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	9.786,00
0.1.0052.000000	Recursos Do FNAS	9.786,00
0201	Gabinete Do Prefeito	
06.182.0006.2.034	Funcionamento e Manutenção do FUNREBOM	20.000,00
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.0017.000000	Recurso do FUNREBOM	20.000,00
Total		29.786,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 22 de Outubro de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 131/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

DECRETO Nº 131/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 26.043,41 (vinte e seis mil, quarenta e três reais e quarenta e um centavos), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até o final do mês de outubro de 2014 na fonte de recursos 0.1.19.000000 - Permissão para criação de solo, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
1401.10.301.0004.2019	Manutenção do FMS	
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	26.043,41
3.1.90.00	Aplicações Diretas	26.043,41
0.1.19.000000	Permissão para Criação de Solo	26.043,41

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 30 de outubro de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 132/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

DECRETO Nº 132/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 64.000,00 (Sessenta e quatro mil reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado nas respectivas fontes de recurso 02.00.28.000146, 02.00.28.000145 e 02.0029.000156 as dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0004.2.025	Ações de Atenção Básica - Pmaq	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00

02.0028.000146	Recursos Vinculados	20.000,00
10.301.0004.2.024	Núcleo de Apoio a Saúde da Família - Nasf	
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	30.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
02.0028.000145	Recursos Vinculados	30.000,00
10.301.0004.2.020	Ações de Atenção Básica - Pabf	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	14.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	14.000,00
02.0029.000156	Recursos Vinculados	14.000,00
Total		64.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Outubro de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 133 /2014 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.

DECRETO Nº 133 /2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 4 e 3, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 912/2013:

REDUÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0004.2.019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	16.500,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	16.500,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	16.500,00
0.1.0019.000000	Permissão para o Solo Criado	16.500,00
Total		16.500,00
SUPLEMENTAÇÃO		
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0004.2.019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	16.500,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	16.500,00
3.1.90.00	Outras Despesas de Pessoal	16.500,00

0.1.0019.000000	Permissão para o Solo Criado	16.500,00
Total		16.500,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Outubro de 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 135/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.**

DECRETO Nº 135/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO apurado na respectiva fonte de recurso 02.00.28.000151 a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.305.0004.2.030	Vigilância Epidemiológica, Ambiental e de Saúde	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.2.0028.000151	Recursos Vinculados	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.2.0028.000151	Recursos Vinculados	10.000,00
TOTAL		30.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 30 de outubro de 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 137/2014 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, A ÁREA DE TERRA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 137, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em caráter de urgência, a área de terra que menciona e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições e do que dispõe a Lei Orgânica, artigo 28, I, d, Art. 77, XVI e com amparo nas disposições dos artigos 2º, 5º e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretada de utilidade pública para fins de desapropriação, amigável e gratuita, em caráter de urgência, parte da área do Imóvel descrito na matrícula de nº 3.000, do Ofício de Registro de Imóvel da Comarca de Biguaçu, de propriedade do Sr. Pedro Pereira, inscrito no CPF/MF sob nº 102.539.129-20, a ser efetivada pelo Município de Governador Celso Ramos, situada no bairro de Palmas, com acesso pela Rua dos Recantos distante 100,00m da esquina com a Rua GCR 547, a área está referenciada as coordenadas UTM no elipsoide SIRGAS 2000, e possui as seguintes medidas e confrontações:

Área da Rua dos Recantos: 10451.79m2 (Dez mil quatrocentos e cinquenta e um virgula setenta e nove metros quadrados)

Perímetro: 1.463.49m (Hum mil quatrocentos e setenta e três metros e quarenta e nove centímetros).

Confrontações:

Norte: Área 01.

Leste: Área remanescente 01, Inscrição Municipal nº 01.03.157.2043.001.

Sul: Catre, Área remanescente 02, Inscrição Municipal nº 01.03.157.2044.001; Hotel Águas de Palmas e Área Remanescente 03, Inscrição Municipal nº 01.03.157.2045.001.

Oeste: Rio Águas Negras.

Norte - Numa poligonal de vinte e três segmentos: o primeiro parte do vértice V48 com coordenadas E=743536.0391 e N=6974057.1955 seguindo com azimute de 112°46'18" e distância 30.318m chega-se ao vértice V49 com coordenadas E=743563.9939 e N=6974045.4606. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743539.2220 e N=6973986.4491 e desenvolvimento de 10.198m chegando ao vértice V50 com coordenadas E=743573.0439 e N=6974040.7822. Deste com azimute de 121°54'07" e distância 29.458m chega-se ao vértice V51 com coordenadas E=743598.0520 e N=6974025.2149. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743617.0767 e N=6974055.7773 e desenvolvimento de 16.281m chega-se ao vértice V52 com coordenadas E=743613.3204 e N=6974019.9738. Deste com azimute de 95°59'21" e distância 25.439m chega-se ao vértice V53 com coordenadas E=743638.6206 e N=6974017.3194. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743642.3770 e N=6974053.1229 e desenvolvimento de 10.014m chega-se ao vértice V54 com coordenadas E=743648.5969 e N=6974017.6643. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743654.4713 e N=6973984.1756 e desenvolvimento de 54.014m chega-se ao vértice V55 com coordenadas E=743688.0595 e N=6973989.4516. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743693.9868 e N=6973990.3827 e desenvolvimento de 4.579m chega-se ao vértice V56 com coordenadas E=743690.3472 e N=6973985.6126. Deste com azimute de 127°20'36" e distância 34.303m chega-se ao vértice V57 com coordenadas E=743717.6186 e N=6973964.8047. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743769.7854 e N=6974033.1759 e desenvolvimento de 11.984m chega-se ao vértice V58 com coordenadas E=743727.6206 e N=6973958.2217. Deste com azimute de 119°21'34" e distância 12.426m chega-se ao vértice V59 com coordenadas E=743738.4504 e N=6973952.1296. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743780.6152 e N=6974027.0837 e desenvolvimento de 38.691m chega-se ao vértice V60 com coordenadas E=743775.2414 e N=6973941.2518. Deste segue em curva com



centro nas coordenadas E=743781.4012 e N=6974027.0309 e desenvolvimento de 12.944m chega-se ao vértice V61 com coordenadas E=743788.1732 e N=6973941.2979. Deste com azimute de 85°29'01" e distância 10.372m chega-se ao vértice V62 com coordenadas E=743798.5134 e N=6973942.1147. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743791.7414 e N=6974027.8477 e desenvolvimento de 23.322m chega-se ao vértice V63 com coordenadas E=743821.2311 e N=6973947.0618. Deste com azimute de 69°56'46" e distância 21.607m chega-se ao vértice V64 com coordenadas E=743841.5284 e N=6973954.4710. Deste com azimute de 66°31'25" e distância 40.835m chega-se ao vértice V65 com coordenadas E=743878.9834 e N=6973970.7386. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743844.7235 e N=6974049.6199 e desenvolvimento de 3.627m chega-se ao vértice V66 com coordenadas E=743882.2784 e N=6973972.2530. Deste com azimute de 64°06'27" e distância 36.088m chega-se ao vértice V67 com coordenadas E=743914.7437 e N=6973988.0121. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743877.1888 e N=6974065.3789 e desenvolvimento de 9.048m chega-se ao vértice V68 com coordenadas E=743922.6609 e N=6973992.3839. Deste com azimute de 58°04'45" e distância 3.433m chega-se ao vértice V69 com coordenadas E=743925.5748 e N=6973994.1991. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743948.8396 e N=6973956.8527 e desenvolvimento de 53.045m chega-se ao vértice V70 com coordenadas E=743975.4134 e N=6973991.9217. Deste com azimute de 127°09'12" e distância 75.226m chega-se ao vértice V71 com coordenadas E=744035.3701 e N=6973946.4891, perfazendo um total de 567.252m confrontando com a ÁREA 01.

Leste - Numa poligonal de cinco segmentos: o primeiro parte do vértice V71 e segue em curva com centro nas coordenadas E=744014.8358 e N=6973919.3903 e desenvolvimento de 28.010m chega-se ao vértice V72 com coordenadas E=744048.6709 e N=6973922.7351. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=744054.6418 e N=6973923.3254 e desenvolvimento de 2.451m chega-se ao vértice V73 com coordenadas E=744049.3965 e N=6973920.4121. Deste com azimute de 150°57'05" e distância 42.300m chega-se ao vértice V74 com coordenadas E=744069.9351 e N=6973883.4334. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=744057.6962 e N=6973876.6357 e desenvolvimento de 32.366m chega-se ao vértice V75 com coordenadas E=744054.4495 e N=6973863.0173. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=744053.0580 e N=6973857.1809 e desenvolvimento de 6.288m chega-se ao vértice V76 com coordenadas E=744048.6961 e N=6973861.3008, perfazendo um total de 111.415m confrontando com a ÁREA 01.

Sul - Numa poligonal de trinta e oito segmentos: o primeiro parte do vértice V76 e segue com azimute 272°07'32" e distância 0.740m chega-se ao vértice V89 com coordenadas E=744047.9564 e N=6973861.3282. Deste com azimute de 277°23'35" e distância 19.054m chega-se ao vértice V90 com coordenadas E=744029.0606 e N=6973863.7800, perfazendo um total de 19.794m confrontando com Catre. Deste com azimute de 57°28'02" e distância 25.688m chega-se ao vértice V91 com coordenadas E=744050.7175 e N=6973877.5945. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=744047.4908 e N=6973882.6530 e desenvolvimento de 9.060m chega-se ao vértice V92 com coordenadas E=744052.7360 e N=6973885.5663. Deste com azimute de 330°57'05" e distância 32.084m chega-se ao vértice V93 com coordenadas E=744037.1576 e N=6973913.6144. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=744054.6418 e N=6973923.3254 e desenvolvimento de 8.169m chega-se ao vértice V94 com coordenadas E=744034.7388 e N=6973921.3579. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=744014.8358 e N=6973919.3903 e desenvolvimento de 16.476m chega-se ao vértice V95 com coordenadas E=744026.9148 e N=6973935.3308. Deste com azimute de 307°09'12" e distância 75.226m chega-se ao vértice V96

com coordenadas E=743966.9581 e N=6973980.7634. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743948.8396 e N=6973956.8527 e desenvolvimento de 36.167m chega-se ao vértice V97 com coordenadas E=743932.9773 e N=6973982.3161. Deste com azimute de 238°04'45" e distância 3.433m chega-se ao vértice V98 com coordenadas E=743930.0634 e N=6973980.5009. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743877.1888 e N=6974065.3789 e desenvolvimento 10.521m chega-se ao vértice V99 com coordenadas E=743920.8572 e N=6973975.4175. Deste com azimute de 244°06'27" e distância 36.088m chega-se ao vértice V100 com coordenadas E=743888.3919 e N=6973959.6584. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743844.7235 e N=6974049.6199 e desenvolvimento de 4.217m chega-se ao vértice V101 com coordenadas E=743884.5606 e N=6973957.8974. Deste com azimute de 246°31'25" e distância 41.254m chega-se ao vértice V102 com coordenadas E=743846.7219 e N=6973941.4633. Deste com azimute de 249°56'46" e distância 22.026m chega-se ao vértice V103 com coordenadas E=743826.0318 e N=6973933.9106. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743791.7414 e N=6974027.8477 e desenvolvimento de 27.118m chega-se ao vértice V104 com coordenadas E=743799.6158 e N=6973928.1582. Deste com azimute de 265°29'01" e distância 10.372m chega-se ao vértice V105 com coordenadas E=743789.2756 e N=6973927.3414. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743781.4012 e N=6974027.0309 e desenvolvimento 14.987m chega-se ao vértice V106 com coordenadas E=743774.3026 e N=6973927.2832. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743780.6152 e N=6974027.0837 e desenvolvimento 35.551m chega-se ao vértice V107 com coordenadas E=743739.9597 e N=6973935.7211. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743737.5204 e N=6973930.2393 e desenvolvimento 11.361m chega-se ao vértice V108 com coordenadas E=743731.5480 e N=6973930.8143. Deste com azimute de 185°29'56" e distância 2.484m chega-se ao vértice V109 com coordenadas E=743731.3099 e N=6973928.3413. Deste com azimute de 185°20'50" e distância 17.443m chega-se ao vértice V110 com coordenadas E=743729.6843 e N=6973910.9740. Deste com azimute de 185°39'32" e distância 17.689m chega-se ao vértice V111 com coordenadas E=743727.9401 e N=6973893.3714, perfazendo um total de 457.414m confrontando com ÁREA 02. Deste com azimute de 275°46'02" e distância 20.035m chega-se ao vértice V112 com coordenadas E=743708.0063 e N=6973895.3846, confrontando com o Hotel Águas de Palmas. Deste com azimute de 5°09'58" e distância 8.733m chega-se ao vértice V113 com coordenadas E=743708.7926 e N=6973904.0822. Deste com azimute de 5°39'20" e distância 17.010m chega-se ao vértice V114 com coordenadas E=743710.4690 e N=6973921.0098. Deste com azimute de 5°47'15" e distância 21.207m chega-se ao vértice V115 com coordenadas E=743712.6074 e N=6973942.1086. Deste com azimute de 5°47'59" e distância 2.716m chega-se ao vértice V116 com coordenadas E=743712.8819 e N=6973944.8111. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743702.9331 e N=6973945.8216 e desenvolvimento de 10.251m chega-se ao vértice V117 com coordenadas E=743708.9605 e N=6973953.8010. Deste com azimute de 307°20'36" e distância 34.095m chega-se ao vértice V118 com coordenadas E=743681.8550 e N=6973974.4824. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743693.9868 e N=6973990.3827 e desenvolvimento de 15.264m chega-se ao vértice V119 com coordenadas E=743674.2290 e N=6973987.2791. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743654.4713 e N=6973984.1756 e desenvolvimento de 31.773m chega-se ao vértice V120 com coordenadas E=743651.0158 e N=6974003.8748. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743642.3770 e N=6974053.1229 e desenvolvimento de 13.909m chega-se ao vértice V121 com coordenadas E=743637.1599 e N=6974003.3958. Deste com azimute de 275°59'21" e distância 25.439m chega-se ao vértice V122 com coordenadas E=743611.8596 e N=6974006.0502. Deste

segue em curva com centro nas coordenadas E=743617.0767 e N=6974055.7773 e desenvolvimento de 22.613m chega-se ao vértice V123 com coordenadas E=743590.6534 e N=6974013.3295. Deste com azimute de 301°54'07" e distância 29.458m chega-se ao vértice V124 com coordenadas E=743565.6453 e N=6974028.8969. Deste segue em curva com centro nas coordenadas E=743539.2220 e N=6973986.4491 e desenvolvimento de 7.968m chega-se ao vértice V125 com coordenadas E=743558.5750 e N=6974032.5519. Deste com azimute de 292°46'18" e distância 32.903m chega-se ao vértice V126 com coordenadas E=743528.2364 e N=6974045.2874, perfazendo um total de 273.339m confrontando com ÁREA 03

Oeste - Numa linha reta que parte do vértice V126 e segue com azimute 33°14'05" e distância 14.237m chega-se ao vértice V48, ponto origem deste memorial, confrontando com Rio Águas Negras.

Art. 2º - A finalidade da área desapropriada é para regularização imobiliária da já denominada Rua dos Recantos, (Lei nº 425/97) destinada ao uso comum do povo, com a adequação das confrontações do logradouro público nos termos da Lei de Registro Público nº 6015/73, e atender exigência do Ministério Público Federal de afastamento da Rua, em 30 metros do Rio Águas Negras.

Art. 3º - Fica o Município de Governador Celso Ramos autorizado a lavratura de escritura a proceder todos os atos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 24 de novembro de 2014.

Juliano Duarte Campos  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 139/2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014.**

DECRETO Nº 139/2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, após aprovação da Câmara Municipal de Vereadores por meio da Lei nº 1001, de 26 de novembro 2014 DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, abaixo especificado:

#### **SUPLEMENTAÇÃO:**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0301	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	200.000,00
04.122.002.2.005	Func. Manutenção da Secretaria de Administração	200.000,00
3.1.00.00.00	Outras despesas de Pessoal	200.000,00
(19)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	200.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	200.000,00

0901	SECRETARIA DE PESCA, MARICULTURA E AGRICULTURA	10.000,00
20.608.0007.2.051	Func. e Manutenção da Secretaria da Pesca, Maricultura e /agricultura	10.000,00
3.1.00.00.00	Outras despesas de Pessoal	10.000,00
(143)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	10.000,00
0.1.00.00.00	Recursos Ordinários	10.000,00
0801	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
08.244.0006.2.042	Func. e Manut. do FMAS	20.000,00
3.1.00.00.00	Outras despesas de Pessoal	20.000,00
(166) 3.1.90.00.00	Aplicações diretas	20.000,00
	Recursos Ordinários	20.000,00
TOTAL		230.000,00

#### **ANULAÇÃO:**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0601	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	230.000,00
12.392.0003.2.018	Manutenção do Ensino Infantil	230.000,00
3.1.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	230.000,00
(70)3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	230.000,00
0.1.01.0000	Recursos de Impostos para MDEB	230.000,00
TOTAL		230.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, em 26 de novembro de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

# **DECRETO Nº 140/2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014.**

DECRETO Nº 140/2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, após aprovação da Câmara Municipal de Vereadores por meio da Lei nº 1002, de 26 de novembro 2014 DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$63.600,00(Sessenta e três mil e seiscentos reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

## **SUPLEMENTAÇÃO:**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	SECRETARIA DE INFRA- ESTRUTURA E SERV. PÚBLICO	63.600,00
14.451.0008.2.058	Manutenção da Secretaria de Infra- Estrutura e Serv. Público	63.600,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	63.600,00
(112)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	63.600,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	63.600,00
TOTAL		53.600,00

## **ANULAÇÃO:**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0601	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	17.000,00
12.392.0003.2.018	Manutenção da Biblioteca	17.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	17.000,00
(57)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	17.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	17.000,00
0801	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	35.000,00
08.241.0006.2.035	Atendimento aos Grupos de Mães e Idosos	10.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
(150)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
08.243.0006.2.036	Func. Manut. do FIA	10.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	10.000,00
(151)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
08.243.0006.2.038	Proteção Especial de Alta Complexidade	7.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	7.000,00
(158)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	7.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	7.000,00

08.243.0006.2.039	Serv. De Convivência e Fortalecimento de Vínculo	1.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	1.000,00
(162)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	1.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	1.000,00
08.243.0006.2.040	Proteção Especial de Média Complexidade	7.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	7.000,00
(164)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	7.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	7.000,00
11.01	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	1.600,00
06.181.0008.2.055	Func. Manut. da Secretaria de Segurança Pública	1.600,00
4.4.00.00.00	Outros Investimentos	1.600,00
(186)4.4.30.00.00	Aplicações Diretas	1.600,00
TOTAL		53.600,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, em 26 de novembro de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

# **DECRETO Nº 141/2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.**

DECRETO Nº 141/2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, após aprovação da Câmara Municipal de Vereadores por meio da Lei nº 1003, de 26 de novembro 2014 DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES:		
CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0004.1006	Reforma e/ou Ampliação de UBS	90.000,00
4.4.00.00	Investimentos	90.000,00
(1)4.4.90.00	Aplicações Diretas	90.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	90.000,00
SUPLEMENTAÇÕES:		
10.301.0004.2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	90.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	90.000,00
(7)3.1.90.00	Aplicações Diretas	90.000,00



0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	90.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, em 26 de novembro de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 143/2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.**

DECRETO Nº 143/2014

Autoriza a abertura de credito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito adicional suplementar de até R\$ 1.156.206,00 (Um Milhão Cento e Cinquenta e Seis Mil Duzentos e Seis Reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotação, conforme abaixo especificado:

#### **REDUÇÃO**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.1.003	Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental	200.000,00
4.4.00.00	Outras Investimentos	200.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.1.0019.000000	Recursos Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Básico	200.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.365.0003.2.015	Remuneração Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	689.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	689.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	689.000,00
0.1.0018.000000	Recursos Remuneração do Profissional do Magistério	689.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.366.0003.2.016	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	228.500,00
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	228.500,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	228.500,00

0.1.0001.000000	Recursos de Impostos P/ MDEB	228.500,00
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2.012	Manutenção de Transporte Escolar	24.650,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	24.650,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	24.650,00
0.1.0001.000000	Recurso do Imposto p/ MDEB	24.650,00
0701	Secretaria de Educação	
12.392.0003.2.018	Manutenção da Biblioteca Pública	5.500,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.500,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	5.500,00
0.1.0001.000000	Recursos Ordinários	5.500,00

0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.1.003	Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental	3.395,00
4.4.00.00	Outras Investimentos	3.395,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	3.395,00
0.1.0001.000000	Recursos de Imposto p/ MDEB	3.395,00
0701	Secretaria de Educação	
12.365.0003.2.014	Ampliação da Rede Física de Ensino Médio	4.861,00
4.4.00.00	Outras Investimentos	4.861,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	4.861,00
0.1.0001.000000	Recursos de Imposto p/ MDEB	4.861,00
TOTAL		1.156.206,00

#### **SUPLEMENTAÇÃO**

0701	Secretaria de Educação	
12.365.0003.2.014	Funcionamento e Manutenção de Ensino Infantil	100.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	100.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.0019.000000	Recurso Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Básico	100.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2.010	Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental	100.000,00
3.1.90.00	Outros Despesas Pessoal	100.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00

0.1.0019.000000	Recurso Manutenção Desenvolvimento Ensino Básico	100.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2.010	Remuneração Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	689.000,00
3.1.00.00	Outros Despesas Pessoal	689.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	689.000,00
0.1.0018.000000	Recurso de Remuneração do Magistério	689.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.306.0003.2.008	Oferta de Merenda Escolar	120.000,00
3.1.00.00	Outros Despesas Pessoal	120.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	120.000,00
0.1.0001.000000	Recursos Ordinários	120.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.306.0003.2.009	Oferta de Merenda Escolar	15.000,00
3.1.00.00	Outros Despesas Pessoal	15.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	15.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.306.0003.2.012	Manutenção de Transporte Escolar	88.000,00
3.1.00.00	Outros Despesas Pessoal	88.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	88.000,00
0.1.0001.000000	Recursos de Imposto p/ MDEB	88.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.392.0003.2.018	Manutenção da Biblioteca Pública	5.500,00
3.1.00.00	Outros Despesas Pessoal	5.500,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	5.500,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	5.500,00
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2.010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	38.706,00
3.3.00.00	Outros Investimentos	38.706,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	38.706,00
0.1.0001.000000	Recursos de Imposto p/ MDEB	38.706,00
TOTAL		1.156.206,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de Novembro de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 145/2014 - ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SEGUNDO CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.**

DECRETO Nº 145/2014

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 14 da Lei Municipal nº 911/2013 - LDO,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 753.800,00 (Setecentos e cinquenta e três mil e oitocentos reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo indicadas, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 5º Bimestre de 2014 em anexo a este decreto:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.04.000000 - Cosip - R\$ 216.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0201.15.452.0008.2062	Melhoria e Manutenção da Iluminação Pública	216.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	216.400,00

FONTE 0.1.05.000016 - Índice de Gestão Descentralizada - Bolsa Família - R\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.08.244.0006.2042	Functo. e Manutenção do FMAS	1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.000,00

FONTE 0.1.05.000017 - Piso Básica Fixo/PAIF - FMAS - R\$ 38.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.08.244.0006.2042	Functo. e Manutenção do FMAS	38.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	38.700,00

FONTE 0.1.05.000018 - Piso Básica Variável II - FMAS - R\$ 10.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.08.243.0006.2039	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00

FONTE 0.1.07.000000 - Transferência Direta do FNDE - PDDE - R\$ 16.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	16.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	16.400,00

FONTE 0.1.09.000036 - PNATE - Ensino Fundamental - R\$ 4.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2012	Manutenção do Transporte Escolar	4.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	4.000,00

FONTE 0.1.10.000000 - Cide - R\$ 9.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1201.15.452.0008.1023	Pavimentação de Ruas	9.600,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	9.600,00

#### UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.27.000000 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - R\$ 34.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.304.0004.2029	Ações de Vigilância Sanitária	34.700,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	34.700,00

FONTE 0.2.28.000141 - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo - R\$ 103.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.2020	Ações de Atenção Básica	103.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	103.000,00

FONTE 0.2.28.000142 - Saúde da Família - R\$ 98.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.2021	Ações de Saúde da Família	98.500,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	98.500,00

FONTE 0.2.28.000144 - Saúde Bucal - R\$ 30.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.2023	Ações Voltadas para Saúde da Família/Saúde Bucal	30.300,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	30.300,00

FONTE 0.2.28.000147 - Polos de Academia de Saúde - R\$ 50.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.1008	Implantação e Manutenção de Polos de Academia	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos	50.000,00

FONTE 0.2.28.000152 - Incentivo de Qualificação das Ações da Dengue - R\$ 19.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.304.0004.2030	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	19.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	19.000,00

FONTE 0.2.28.000155 - Componente Básico de Assistência Farmacêutica - R\$ 100.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.2028	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	100.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	100.300,00

#### UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAMAE

FONTE 0.2.81.000127 - Remuneração de Depósitos Bancários - Samae - R\$ 21.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1501.17.122.0004.2031	Administração do SAMAE	21.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	21.900,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação. Revoga-se o decreto 116/2014.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de novembro de 2014.  
Juliano Duarte Campo  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº101/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

DECRETO Nº101/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até o final do mês de Agosto de 2014 na fonte de recursos 0.1.0000.000000, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1301	Encargos Gerais do Município	
28.845.0000.0.003	Contribuição ao PASEP	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
0401	Secretaria da Fazenda	
04.123.0002.2.007	Revitalização da Máquina Arrecadadora	
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
Total		100.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos-SC, 28 de Agosto de 2014.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº102/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.**

DECRETO Nº102/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 47.380,00 (Quarenta e Sete mil, Trezentos e oitenta reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até o final do mês de Agosto de 2014 na fonte de recursos 0.1.0008.000031 e 0.1.0008.000033, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria da Educação	
12.306.0003.2.008	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.0008.000031	Merenda Escolar	30.000,00
0701	Secretaria da Educação	
12.306.0003.2.009	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	17.380,00

3.3.90.00	Aplicações Diretas	17.380,00
0.1.0008.000033	Merenda Escolar	17.380,00
Total		47.380,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 28 de Agosto de 2014.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº105/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.**

DECRETO Nº105/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 6.500,00 (Seis mil e Quinhentos reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até o final do mês de Agosto de 2014 na fonte de recursos 0.1.0017.000000, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0401	Fundo Municipal de Requerimento do Bombeiro	
06.182.0006.2.034	Funcionamento e manutenção do FUN-REBOM	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	6.500,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	6.500,00
0.1.0017.000000	Recursos Ordinários	6.500,00
0401	Fundo Municipal de Requerimento do Bombeiro	
06.182.0006.2.034	Funcionamento e manutenção do FUN-REBOM	
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	6.500,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	6.500,00
0.3.0017.000000	Recursos Ordinários	6.500,00
Total		6.500,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos-SC, 04 de Setembro de 2014.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

# **DECRETO Nº106/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.**

DECRETO Nº106/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até o final do mês de Agosto de 2014 na fonte de recursos 0.1.0017.000000 , a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0401	Fundo Municipal de Requerimento do Bombeiro	
06.182.0006.2.034	Funcionamento e manutenção do FUN-REBOM	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.0017.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
0401	Fundo Municipal de Requerimento do Bombeiro	
06.182.0006.2.034	Funcionamento e manutenção do FUN-REBOM	
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.0017.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
Total		30.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos-SC, 04 de Setembro de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

# **DECRETO Nº109/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.**

DECRETO Nº109/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até o final do mês de Agosto de 2014 na fonte de recursos 0.1.0070.000000 , a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
15.452.00008.1.027	Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários	
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	195.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	195.000,00
0.1.0070.000000	Recursos Vinculado	195.000,00
Total		195.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 19 de Setembro de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

# **DECRETO Nº113/2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.**

DECRETO Nº113/2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, após aprovação da Câmara Municipal de Vereadores por meio da Lei 993, de 23 de setembro de 2014 DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 592.691,37 (Quinhentos e noventa e dois mil seiscentos e noventa e um reais e trinta e sete centavos) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0004.1006	Reforma e/ou Ampliação de UBS	90.900,93
4.4.00.00	Investimentos	90.900,93
4.4.90.00	Aplicações Diretas	90.900,93
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	90.900,93
10.301.0004.1008	Implantação e Manutenção de Polos de Academia	10.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	10.000,00



10.301.0004.2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	19.514,44
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
3.1.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	1.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	1.000,00
4.4.00.00	Investimentos	1.000,00
4.4.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	1.000,00
4.4.00.00	Investimentos	16.514,44
4.4.90.00	Aplicações Diretas	16.514,44
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	11.514,44
0.3.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	5.000,00
10.301.0004.2020	Ações de Atenção Básica - PABF	2.276,00
4.4.00.00	Investimentos	2.276,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.276,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	2.276,00
10.301.0004.2021	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	1.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	1.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	1.000,00
10.301.0004.2023	Ações Voltadas para a Saúde da Família/Saúde Bucal	25.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	5.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	25.000,00
10.301.0004.2024	Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	10.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00

3.1.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	10.000,00
10.301.0004.2025	Ações de Atenção Básica - Pmaq	186.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	181.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	181.000,00
4.4.00.00	Investimentos	5.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	186.000,00
10.301.0004.2026	Manut.das Ações de Média e Alta Complexidade	238.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	170.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	170.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	170.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	65.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	65.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	65.000,00
4.4.00.00	Investimentos	3.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	3.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	3.000,00
10.304.0004.2029	Ações da Vigilância Sanitária	5.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	5.000,00
10.305.0004.2030	Vig. Epidem. e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	5.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	4.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	4.000,00
4.4.00.00	Investimentos	1.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	1.000,00
	TOTAL	592.691,37
	SUPLEMENTAÇÕES:	



1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0004.2021	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	100.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	100.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	100.000,00
10.301.0004.2023	Ações Voltadas para a Saúde da Família/Saúde Bucal	25.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	25.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	25.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	25.000,00
10.305.0004.2030	Vig.Epidem. e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	15.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	15.000,00
10.301.0004.2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	452.691,37
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	452.691,37
3.1.90.00	Aplicações Diretas	452.691,37
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	452.691,37
	TOTAL	592.691,37

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.  
Governador Celso Ramos-SC, 24 de setembro de 2014.

Augusto Aristo da Silva  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº120/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.**

DECRETO Nº120/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 26.773,35 (Vinte e Seis mil Setecentos e Setenta e três reais Trinta e Cinco Centavos), por conta do EXCESSO DE ARRECADACÃO apurado até o final do mês de Setembro de 2014 na fonte de recursos 0.1.0018.000000, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria de Infra Estrutura e Serviço Públicos	
15.453.0008.2.058	Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Públicos	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	26.773,35
3.3.90.00	Aplicações Diretas	26.773,35
0.1.0018.000000	Ações Urbanísticas	26.773,35
Total		26.773,35

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de Setembro de 2014.  
Augusto Aristo da Silva  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº125/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.**

DECRETO Nº125/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 53.000,00 (Cinquenta e três mil reais), por conta da ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO apurado na respectiva fonte de recursos 0.1.0000.000000, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0401	Secretaria da Fazenda	
04.123.0002.2.006	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Fazenda	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	53.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	53.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	53.000,00
0401	Secretaria da Fazenda	
04.123.0002.2.007	Revitalização da Máquina Arrecadadora	
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	53.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	53.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	53.000,00
Total		53.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governado Celso Ramos 06 de Setembro de 2014.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº136/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.**

DECRETO Nº136/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 23.435,50 (Vinte e Três mil Quatrocentos Trinta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO na fonte de recursos 0.1.0000.000000, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1301	Encargos Gerais Do Município	
28.843.0000.0.001	Amortização de Dívidas	6.015,50
3.2.00.00	Outras Despesas Correntes	6.015,50
3.2.90.00	Aplicações Diretas	6.015,50
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	6.015,50
1301	Encargos Gerais Do Município	
28.843.0000.0.001	Amortização de Dívidas	870,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	870,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	870,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	870,00
1301	Encargos Gerais Do Município	
28.845.0000.0.003	Contribuição ao PASEP	16.550,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	16.550,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	16.550,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	16.550,00
Total		23.435,50

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Outubro de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº138 /2014 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2014.**

DECRETO Nº138 /2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária Anual para 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º §3 da lei da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

CONSIDERANDO, que o presente remanejamento se dá dentro da mesma categoria de programação da educação, autorizada pelo §3º, do artigo 7º, da Lei nº 911/2013 - LDO e não afeta o cumprimento dos gastos mínimos exigidos na Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da constituição federal, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 912/2013.

CÓDIGOS	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
	Redução	
0701.12.361.0003.1.003	Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental	200.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	200.000,00
(188)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.1.0058.0000	Recursos Salário Educação	200.000,00
0701.12.361.0003.2.012	Manutenção do Transporte Escolar	32.500,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas correntes	32.500,00
(63)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	32.500,00
0.1.0058.0000	Recursos Salário Educação	32.500,00
Total		232.500,00
	Suplementação	
0701.12.361.0003.2.010	Manutenção do Transporte Escolar	232.500,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas correntes	232.500,00
(51) 3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	232.500,00
0.1.0058.0000	Recursos Salário Educação	232.500,00
Total		232.500,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 24 de novembro de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

# **DECRETO Nº142/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.**

DECRETO Nº142/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO na fonte de recursos 0.1.0071.000071, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1301	Secretaria da Educação	
12.361.0003.2.012	Manutenção de Transporte Escolar	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.0071.000071	Recursos de Convênios do Estado	100.000,00
Total		100.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de Novembro de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

# **DECRETO Nº 098/2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014**

DECRETO Nº 098/2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
12.01	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	234.000,00
14.451.0008.2.058	Manutenção da Secretaria de Infra- Estrutura e serv. Públicos	234.000,00
3.3.00.00.00	Outros Despesas Correntes	234.000,00

(112)3.3.90.00.00	Aplicações Direta	234.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	234.000,00
08.01	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	106.000,00
08.244.0006.2.042	Func. Manutenção do FMAS	106.000,00
3.3.00.00.00	Outros Despesas Correntes	106.000,00
(170) 3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	106.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	106.000,00
TOTAL		340.000,00

ANULAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
02.02	GABINETE DO PREFEITO	9.000,00
04.122.0001.2.003	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	9.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	9.000,00
(10)4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	9.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	9.000,00
05.61	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	100.000,00
11.334.0007.1.032	Inclusão Digital	100.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	100.000,00
(136)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	100.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	100.000,00
06.01	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	4.000,00
04.131.0002.2.064	Manutenção da Secretaria de Comunicação	4.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	4.000,00
(34)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	4.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	4.000,00
08.01	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	106.000,00
08.241.0006.2.035	Atendimento aos Grupos de mães e Idosos	50.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	50.000,00
(150)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	50.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	50.000,00
08.482.0006.2.050	Apoio e Melhoria de Casas Populares	46.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	46.000,00
(173)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	46.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	46.000,00
08.243.0006.2.040	Proteção Especial de Média Complexidade	10.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
(164)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	10.000,00

12.01	SEC. DE INFRA ESTRUTURA E SERV PÚBLICO	121.000,00
15.452.0008.1.027	Aquisição de Veículos e Equip. Rodoviários	50.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	50.000,00
(96)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	50.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	50.000,00
15.452.0008.1.029	Contrução e Remodelagem de Praças e Jardins	21.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	21.000,00
(99)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	21.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	21.000,00
15.453.0008.1.030	Construção de Abrigos de Passageiros	50.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	50.000,00
(106)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	50.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	50.000,00
TOTAL		340.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 20 de agosto de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 099/2014 - TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DO SAMAE DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO SAMAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 099/2014.

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DO SAMAE DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO SAMAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no âmbito das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município e

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a transferir da mesma categoria de programação do orçamento fiscal vigente, as dotações abaixo especificadas:

17.122.0004.2.031	ADMINISTRAÇÃO DO SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
ANULA (2) 3.3.90.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	50.000,00
SUPLEMENTA (1) 3.3.90.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 20 de agosto de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 100/2014 - NOMEIA COMITÊ GESTOR MUNICIPAL PROJETO ORLA**

DECRETO Nº 100/2014.

NOMEIA COMITÊ GESTOR MUNICIPAL PROJETO ORLA

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito do Município de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui as bases para o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), o Decreto nº 5.300, de 7 de setembro de 2004, que regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), com o disposto na Lei Federal nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a administração de bens imóveis de domínio da União e o Decreto Estadual nº 3.077, de 20 de abril de 2005 que Institui a Comissão Estadual para o Desenvolvimento do Projeto Orla no Estado de Santa Catarina.

CONSIDERANDO a adesão feita pelo Município ao Projeto Orla, junto ao Comitê Técnico Estadual de Santa Catarina (CTE/SC) junto à Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina (SPU/SC).

CONSIDERANDO a necessidade da coordenação por parte do Município para a mobilização, execução e criação do Plano de Gestão Integrada da Orla - PGI;

CONSIDERANDO a necessidade da elaboração da agenda de atividades para se alcançar o fim;

CONSIDERANDO a necessidade de coleta de documentos técnicos e cartográficos afins;

CONSIDERANDO a necessidade de convocação da sociedade civil organizada para a participação no Seminário e Oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrado do Município de Governador Celso Ramos/SC - PGI.

CONSIDERANDO a convocação de audiências públicas para legitimação do Plano de Gestão Integrada da Orla.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a comissão para coordenar a mobilização e execução das atribuições postas sob a responsabilidade do Município para alcançar o fim que objetivou a adesão ao Projeto Orla para a costa litorânea de Governador Celso Ramos, composta pelos seguintes Membros, todos servidores municipal, como segue:

Secretaria da Fazenda:

Vânia Mara Elias (titular)

Samara Coelho (suplente)

Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente:

Ismar da Costa Medeiros - (titular)

Cibele Silveira (suplente)

Secretaria de Infra Estrutura e serviços Públicos:

Natanael de Souza (titular)

Gabinete/Assessoria Jurídica

Fernando Neri Sens - (titular)

Elisangela Ludtke Nort De Masi

Secretaria do Turismo, Esporte, desenvolvimento Econômico e lazer:

Felipe Costa - (titular)

Daniel Ocker - (suplente)

Secretaria de desenvolvimento Social e Cidadania:  
Vera Lúcia Policarpo Alves - (titular)  
Cheiron Alcionei da Silva Fernandes - (suplente)

Secretaria da Saúde:  
Maycon Alcides de Souza - Titular  
Jaison Jose dos Santos - Suplente

Secretaria da Educação:  
Marília Sagás - (titular)  
Dorcas Costa - (suplente)

Secretaria da Pesca:  
Gil Marcos dos Santos - (titular)  
Manoel Laurentino Bento (suplente)

Secretaria da Administração:  
Clariana Ceron de Oliveira - (titular)  
Janeci João dos Santos - (suplemente)

Samae:  
Alcides Pereira (titular)  
Kleber Kair - (suplente)

Controle Interno:  
Juliane Vieira de Souza - Assessora de Controle Interno.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Este decreto revoga o Decreto Nº 096, de 23 de setembro de 2013.

Governador Celso Ramos (SC), 28 de agosto de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 104/2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014.**

DECRETO Nº 104/2014.  
Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 158.000,00 (Cento e cinquenta e oito mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

#### **SUPLEMENTAÇÃO:**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
0401.10.301.0004.2019	Manutenção do FMS	158.000,00
3.1.90.00 (7)	Pessoal e Encargos Sociais	158.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	158.000,00

#### **ANULAÇÃO:**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0601	SECRETARIA DE COMUNICACÃO	
0601.04.131.0002.2064	Manutenção da Secretaria de Comunicação Social	158.000,00
3.3.90.00 (33)	Outras Despesas Correntes	158.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	158.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 04 de setembro de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 108/2014 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO SAMAÉ.**

DECRETO Nº 108/2014.  
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO SAMAÉ.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais faz saber e

#### **DECRETA:**

Art. 1 - Ficam suplementadas, no total de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), por conta do superávit financeiro do SAMAÉ, a dotação abaixo identificada:

17.512.0004.2.011	FUNC E MANUTENÇÃO DOS SERV ADMINIS-TRATIVOS	
3.1.90.00.00.0236	Aplicações Diretas	185.000,00
	Total	185.000,00

Art. 2 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 15 de setembro de 2014.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 110/2014 - NOMEIA COMITÊ GESTOR MUNICIPAL PROJETO ORLA**

DECRETO Nº 110/2014.  
NOMEIA COMITÊ GESTOR MUNICIPAL PROJETO ORLA

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito do Município de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui as bases para o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), o Decreto nº 5.300, de 7 de setembro de 2004, que regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), com o disposto na Lei Federal nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a administração de bens imóveis de domínio da União e o Decreto Estadual nº 3.077, de 20 de abril de 2005 que Institui a Comissão Estadual para o Desenvolvimento do Projeto Orla no Estado de Santa Catarina.

CONSIDERANDO a adesão feita pelo Município ao Projeto Orla,



junto ao Comitê Técnico Estadual de Santa Catarina (CTE/SC) junto à Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina (SPU/SC).

CONSIDERANDO a necessidade da coordenação por parte do Município para a mobilização, execução e criação do Plano de Gestão Integrada da Orla - PGI;

CONSIDERANDO a necessidade da elaboração da agenda de atividades para se alcançar o fim;

CONSIDERANDO a necessidade de coleta de documentos técnicos e cartográficos afins;

CONSIDERANDO a necessidade de convocação da sociedade civil organizada para a participação no Seminário e Oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrado do Município de Governador Celso Ramos/SC - PGI.

CONSIDERANDO a convocação de audiências públicas para legitimação do Plano de Gestão Integrada da Orla.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a comissão para coordenar a mobilização e execução das atribuições postas sob a responsabilidade do Município para alcançar o fim que objetivou a adesão ao Projeto Orla para a costa litorânea de Governador Celso Ramos, composta pelos seguintes Membros, todos servidores municipal, como segue:

Secretaria da Fazenda:  
Vânia Mara Elias (titular)  
Samara Coelho (suplente)

Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente:

Sintia Albertina Venâncio Santos (titular)  
Ismar da Costa Medeiros - (titular)  
Cibele Silveira (suplente)  
Milena Marques Rafael (suplente)

Secretaria de Infra Estrutura e serviços Públicos:  
Natanael de Souza (titular)

Gabinete/Assessoria Jurídica  
Elisangela Ludtke Nort De Masi (titular)  
Fernando Neri Sens - (suplente)

Secretaria do Turismo, Esporte, desenvolvimento Econômico e lazer:

Felipe Costa - (titular)  
Daniel Ocker - (suplente)

Secretaria de desenvolvimento Social e Cidadania:  
Vera Lúcia Policarpo Alves - (titular)  
Cheiron Alcionei da Silva Fernandes - (suplente)

Secretaria da Saúde:  
Maycon Alcides de Souza - Titular  
Jaison Jose dos Santos - Suplente

Secretaria da Educação:  
Marília Sagás - (titular)  
Dorcas Costa - (suplente)

Secretaria da Pesca:  
Gil Marcos dos Santos - (titular)  
Manoel Laurentino Bento (suplente)

Secretaria da Administração:  
Clariana Ceron de Oliveira - (titular)  
Janeci João dos Santos - (suplemente)

Samae:  
Alcides Pereira (titular)

Kleber Kair - (suplente)

Controle Interno:  
Juliane Vieira de Souza - (titular).

Gabinete do Prefeito:  
William Wollinger Brenuvida - (titular)  
Daniel Miranda (suplente)

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Este decreto revoga o Decreto Nº 096, de 23 de setembro de 2013.

Governador Celso Ramos (SC), 19 de setembro de 2014.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 112/2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014**

DECRETO Nº 112/2014.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2014.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, após aprovação da Câmara Municipal de Vereadores por meio da Lei 992, de 23 de setembro de 2014 DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$1.121.600,00 (Um milhão duzentos e setenta e nove mil e seiscentos reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

#### SUPLEMENTAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0201	GABINETE DO PREFEITO	184.000,00
04.122.0001.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	184.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	184.000,00
(5) 3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	184.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	184.000,00
0401	SECRETARIA DA FAZENDA	160.000,00
04.123.0002.2.006	Func. Manutenção da Secretaria da Fazenda	160.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	160.000,00
(24)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	160.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	160.000,00
0301	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	142.000,00
04.122.0002.2.005	Func. Manutenção da Secretaria	142.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	142.000,00
(19)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	142.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	142.000,00



0701	SECRETARIA DA EDUCACÃO	138.000,00
04.306.0003.2.008	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	90.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	90.000,00
(41)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	90.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	90.000,00
12.306.003.2.009	Oferta de Merenda Escolar- Ensino Infantil	48.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	48.000,00
(200) 3.1.90.00.00	Aplicações diretas	48.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	48.000,00
0801	SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	110.000,00
08.243.0006.2.037	Manutenção do CRAS	60.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	60.000,00
(155)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	60.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	60.000,00
08.243.0006.2.042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	50.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	50.000,00
(166)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	50.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	50.000,00
1001	SECRETARIA DES. ECON. TURISMO, CULT, ESPORTE E LASER	156.000,00
23.695.0007.2.052	Manut. da Secretaria dês. Econ. Turismo, Cult, Esporte e Laser	156.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	156.000,00
(133)3.1.90.00.00	Aplicações diretas	156.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	156.000,00
1201	SECRETARIA DE INFRA- ESTRUTURA E SERV. PÚBLICO	231.600,00
14.451.0008.2.058	Manutenção da Secretaria de Infra- Estrutura e Serv. Público	31.600,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	31.600,00
(111)3.1.00.00.00	Aplicações diretas	31.600,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	31.600,00
15.452.0005.2.060	Melhoria e Manut. dos Serv. De Coleta de Lixo	200.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	200.000,00
(115)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	200.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	200.000,00
TOTAL		1.121.600,00

## ANULAÇÃO:

0801	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	110.000,00
08.241.0006.2.035	Atendimento aos Grupos de Mães e Idosos	42.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	42.000,00
(150)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	42.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	42.000,00
08.243.0006.2.036	Func. Manut. do FIA	25.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	25.000,00
(151)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	25.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	25.000,00
08.243.0006.2.038	Proteção Especial de Alta Complexidade	20.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	20.000,00
(158)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	20.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
08.243.0006.2.039	Serv. De Convivência e Fortalecimento de Vínculo	13.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	13.000,00
(161)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	13.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	13.000,00
08.243.0006.2.040	Proteção Especial de Média Complexidade	10.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	10.000,00
(164)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
10.01	SEC DESENV. ECONÔMICO, TURISMO, CULT, ESPORTE E LAZER	356.000,00
23.695.0007.1.018	Sinalização Turística	100.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	100.000,00
(138)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	100.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	100.000,00
27.812.0005.1.012	Construção de Equipamentos Esportivos	100.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	100.000,00
(129)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	100.000,00
27.812.0005.1.013	Reforma de Equipamentos Esportivo	100.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00
(131)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	100.000,00
27.812.0005.2.033	Apoio ao Esporte Amador	56.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	56.000,00
(132)3.3.90.00.00	Aplicações /diretas	56.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	56.000,00

11.01	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	261.000,00
06.181.0008.2.055	Func. Manut. da Secretaria de Segurança Pública	166.000,00
3.1.00.00.11	Despesas com Pessoal	140.000,00
(81)3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	140.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas correntes	26.000,00
(82) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	26.000,00
06.181.0008.2.056	Implantação e Manutenção da Guarda Municipal	95.000,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	55.000,00
(84)3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	55.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas correntes	40.000,00
(85)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	261.000,00
11.02	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	73.000,00
06.182.0008.1.021	Recuperação de Danos causados por Intempéries	28.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas correntes	25.000,00
(89)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	3.000,00
(90) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	3.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	28.000,00
06.182.0008.1.022	Identificação e Recuperação de Área de risco	15.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas correntes	5.000,00
(91)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
(92)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
06.182.0008.2.057	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas correntes	30.000,00
(87)3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
		30.000,00
12.01	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERV. PÚBLICO	231.600,00
15.452.0008.1.023	Pavimentação de ruas	2.500,00
4.4.00.00.00	Investimentos	2.500,00
(100)4.4.90.00.00	Aplicações diretas	2.500,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	2.500,00
15.452.0008.1.026	Aquisição de Coletor de Lixo	3.400,00
4.4.00.00.00	Investimentos	3.400,00
(07)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	3.400,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	3.400,00
15.452.0008.1.028	Construção de Pontes	5.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
(94)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00

0.1.00.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
15.452.0008.1.029	Construção e Remodelação de Praças e Jardins	70.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	70.000,00
(98) 3.3.90.00.00	Aplicação Diretas	70.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	70.000,00
15.452.0008.2.063	Ações Relacionadas a região metropolitana de Fpolis	50.000,00
3.1.00.00.00	Outras despesas correntes	20.000,00
(126) 3.1.71.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	20.000,00
(127)3.3.71.00.00	Aplicações diretas	20.000,00
4.4.00.00.00	Outras despesas correntes	10.000,00
(128)4.4.71.00.00	Aplicações diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	50.000,00
15.453.008.1.030	Construção de abrigos de passageiros	56.900,00
4.4.00.00.00	Investimentos	56.900,00
(106) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	56.900,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	56.900,00
15.453.0008.2.059	Ampliação e Manutenção do Cemitério	43.800,00
3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal	33.800,00
(108) 3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	33.800,00
3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	10.000,00
(109)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	43.800,00
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	90.000,00
28.843.000.0.001	Amortização de Dívidas	80.000,00
4.6.00.00.00	Outras despesas	80.000,00
(175)4.6.90.00.00	Aplicação Diretas	80.000,00
28.845.000.0.004	Contribuição a Entidades Municipalistas	10.000,00
3.3.00.00.00	Outras despesas	10.000,00
( 180)3.3.50.00.00.00	Aplicação Diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	90.000,00
TOTAL		1.121.600,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos-SC, 24 de setembro de 2014.  
Augusto Aristo da Silva  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 115/2014 - DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES TEMPORÁRIAS DE AMBULANTES E PRESTADORES DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 115/2014

DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES TEMPORÁRIAS DE AMBULANTES E PRESTADORES DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, O Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1º O presente decreto visa estabelecer normas e procedimentos para a concessão de licenciamento para atividade de ambulantes temporários desenvolvidas no município de Governador Celso Ramos durante a Programação Anual de Verão 2014/2015.

Art. 2º A atividade objeto do presente necessita cumprir as exigências aqui contidas, bem como a legislação municipal correlata e, quando for o caso, as leis específicas no âmbito estadual e/ou federal.

Art. 3º O número de licenciamentos, os locais de pontos por atividades e valores dos respectivos Alvarás nas praias do Município de Governador Celso Ramos ficam definidos conforme os anexos I e II, integrantes deste decreto.

Parágrafo Único - A definição dos pontos nas praias do Município será estabelecida pelo Diretor de Fiscalização juntamente com um fiscal do Setor de Tributos.

Art. 4º Para ter direito a concorrer às vagas, os candidatos deverão inscrever-se previamente no período disposto no anexo I.

Art. 5º Podem participar deste edital de credenciamento as Pessoas Físicas, Microempreendedores Individuais e Micro Empresas.

Art. 6º Para o exercício da Atividade de Ambulante Temporário serão necessários dois tipos de Alvarás, a saber:

I - Alvará Sanitário;

II - Alvará de Funcionamento de Atividade Ambulante.

Art. 7º Para o licenciamento aos ambulantes temporários será imprescindível o pagamento das taxas de inscrição e dos Alvarás de Ambulante e Sanitário.

§ 1º As guias de pagamento serão emitidas pelo Setor de Tributos.

§ 2º O pagamento da taxa de inscrição, não garante vaga, nem dá o direito à restituição da mesma ao inscrito não contemplado.

§ 3º Para as vagas não preenchidas durante o processo de seleção, os valores das respectivas taxas de inscrição, alvará sanitário e alvará de ambulante serão majorados em 50% (cinquenta por cento).

§ 4º No ato da inscrição o titular deverá indicar o nome e o número de ajudantes que o auxiliará.

§ 5º O titular do ponto poderá contar com, no máximo, 02 (dois) auxiliares.

§ 6º Os auxiliares poderão ser alterados, desde que com a anuência do Setor de Fiscalização.

Art. 8º A estrutura física a ser utilizada pelas atividades comerciais temporárias ambulantes deverão, obrigatoriamente, seguir o padrão determinado pela municipalidade (Quiosque de Fibra).

Parágrafo Único - A aquisição, montagem e desmontagem da estrutura física, nos termos do caput deste artigo, é de inteira responsabilidade dos titulares dos pontos.

Art. 9º Fica o titular do ponto ou vaga, responsável pela limpeza e manutenção em torno do seu respectivo ponto, num raio de 50m, tornando-se obrigatório:

- a) retirada do lixo, devidamente ensacado em embalagem apropriada depositado em local determinado pela coleta;
- b) colocação de lixeiras adequadas para o depósito do lixo produzido;
- c) organização das caixas e materiais diversos dentro dos Quiosques;
- d) limpeza e higiene dentro dos Quiosques.

Art. 10 As atividades Prestadoras de Serviço de Caiaque e Cadeiras/Guarda-Sóis deverão respeitar o espaço delimitado pela prefeitura.

§ 1º As cadeiras e guarda-sóis deverão permanecer fechados, enquanto não estiverem sendo utilizados, respeitando-se a quantidade disposta no § 2º deste artigo.

§ 2º A quantidade de material exposto na praia por alguns tipos de serviço, não poderá ultrapassar os números abaixo especificados, por alvará concedido:

- a) 60 cadeiras.
- b) 12 caiaques.
- c) 01 banana, fisco ou tapete.
- d) 30 Guarda-sóis

§ 3º Fica expressamente proibida utilização dos espaços públicos e de restinga para expor ou guardar qualquer tipo de material, sob pena de cancelamento do alvará e multa, exceto os pontos definidos pela Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Art. 11 O uso de uniformes de identificação será obrigatório a todos os que exercerem atividades de ambulantes temporários nas praias, tanto para os titulares dos pontos, como para seus auxiliares.

Art. 12 Não se submetem ao regramento do artigo 11, os profissionais que possuam estabelecimentos fixos, cujas empresas estejam regulamentadas e possuam uniformes padronizados.

§ 1º Os uniformes deverão ser adquiridos junto a Secretaria Municipal da Fazenda/Setor de Tributos, mediante pagamento de taxa, a ser determinada pela municipalidade.

§ 2º O uniforme para os auxiliares deverá ser pago separadamente ao do titular, nos valores estabelecidos pela prefeitura.

§ 3º Os crachás serão fornecidos pela Secretaria da Fazenda/Setor de Tributos, mediante emissão da licença.

Art. 13 O titular do ponto, com o nome do qual a licença será expedida, deverá estar presente durante todo o período de funcionamento do comércio, sob pena de cancelamento da licença, multa e proibição de recebimento de novo alvará na próxima temporada.

Art. 14 Ficam proibidas as vendas de produtos e serviços não constantes do anexo II deste decreto, bem como os que, constando no referido anexo, não estiverem devidamente licenciados.

Parágrafo Único Os titulares que infringirem os artigos anteriores, serão penalizados com multa correspondente ao item(s) negociado(s) sem licença e estarão proibidos de comercializar referidos produtos.

Art. 15 Os documentos necessários para a concessão de Alvará de Ambulante para as praias do Município, constantes no anexo II deste decreto, são:

- a) Cédula de Identidade;
- b) CPF;
- c) CNPJ;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Atestado de Saúde;
- f) Comprovante de quitação de Tributos Municipais/Certidão Negativa de Débitos;
- g) Atestado de antecedentes criminais (negativo);
- h) Cópia do Título de Eleitor;
- i) Comprovante de Quitação Eleitoral, exceto para as pessoas que tiverem mais de 70(setenta anos de idade) e analfabetos;
- j) Comprovante de Pagamento da Taxa de Inscrição e Alvarás.

§ 1º Na comprovação de residência e respectivo cômputo de tempo serão admitidos um dos seguintes documentos, calculando-se a partir da data de emissão ou do reconhecimento em tabelionato, nos casos de contrato de locação.

I - Para as pessoas físicas:

- a) fatura de energia elétrica ou comprovante de data de ligação;
- b) fatura de água ou comprovante de data de ligação;
- c) fatura de telefone fixo ou comprovante de data de ligação;
- d) contrato de locação do imóvel registrado em cartório de títulos e documentos;
- e) comprovante de escolaridade em nome do concorrente, filho(s) ou dependentes.

§ 2º Os solteiros que residirem com os pais poderão apresentar comprovante de residência em nome dos mesmos, acompanhado de declaração firmada pelos responsáveis comprovando o local e tempo de residência.

§ 3º Serão aceitos os comprovantes em nome do cônjuge ou concubina.

§ 4º Nos casos de apresentação em nome dos dependentes será necessária a apresentação de documento comprovando a dependência.

II - Para as pessoas jurídicas:

- a) contrato social / firma individual;
- b) CNPJ;
- c) Alvará de Licença;
- d) recolhimento de taxas de vistoria de localização e funcionamento ou;
- e) certidão de atividade expedida pelo Município de Governador Celso Ramos.

Art. 16 Os portadores de necessidades especiais (deficiência física ou doenças crônicas), comprovadamente carentes, maiores de 18 anos, deverão solicitar o licenciamento para exercer as atividades temporárias, exceto para as atividades náuticas e transporte turístico, até a data disposta no anexo I deste decreto, mediante requerimento acompanhado dos documentos dispostos no artigo 15 e atestado de saúde comprovando a deficiência alegada.

§ 1º Aos portadores de necessidades especiais (deficiência física ou doenças crônicas) serão reservadas até 10% (dez por cento) do total geral das vagas.

§ 2º As vagas disponíveis aos portadores de necessidades especiais (deficiência física ou crônica) serão dispostas de acordo com o total disponibilizado por praia.

§ 3º A documentação apresentada será analisada por um representante da Secretaria da Fazenda/Setor de Tributos, em conjunto com um representante da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente para a seleção dos requerentes.

§ 4º Fica a critério dos representantes das Secretarias descritos no parágrafo anterior, a seleção dos Portadores de Necessidades

Especiais (deficiência física ou crônica) respeitando-se a documentação exigida.

§ 5º Os portadores de necessidades especiais (deficiência física ou doenças crônicas), poderão ser auxiliados por familiares credenciados.

§ 6º O valor dos tributos incidentes sobre as atividades exercidas pelos portadores de necessidades especiais (deficiências físicas ou doenças crônicas) será reduzido em 50% (cinquenta por cento).

Art. 17 Os munícipes terão prioridade na escolha das vagas, posteriormente, os que comprovarem maior tempo de residência em Governador Celso Ramos e em seguida, os demais.

§ 1º Na comprovação de residência e respectivo cômputo de tempo, serão admitidos um dos documentos abaixo relacionados, calculando-se a partir da data de emissão ou do reconhecimento em tabelionato, nos casos de contrato de locação:

- a) fatura de Energia Elétrica ou comprovante de data de ligação;
- b) fatura de água ou comprovante de data de ligação;
- c) fatura de telefone fixo ou comprovante de data de ligação;
- d) contrato de locação do imóvel registrado em cartório de títulos e documentos;
- e) comprovante de quitação eleitoral.

Art. 18 Compete aos representantes das Secretarias descritos no parágrafo 3º do artigo 15 a análise e julgamento dos documentos, com plenos poderes para inabilitar os participantes que não atenderem ou conflitam com as disposições deste decreto e a legislação correlata.

Art. 19 A Seleção dos Ambulantes inscritos será feita na forma de sorteio em data definida no anexo I, obedecendo as prerrogativas do artigo 16.

§ 1º O sorteio dos suplentes será realizado na sequência do sorteio dos titulares, no mesmo período da realização do processo seletivo.

§ 2º A suplência dar-se-á por atividade e praia, tendo os suplentes um prazo de 48 horas, após liberação da vaga (por desistência ou cassação do titular), para manifestarem seu interesse na vaga e efetuarem o pagamento do alvará, sob pena de perderem o direito da vaga ou ponto para o próximo colocado.

Art. 20 O pagamento dos valores dos tributos incidentes sobre atividades ambulantes e de prestação de serviços deverão ser efetuados em cota única, em conta específica para este fim, até o dia 25 de novembro do corrente ano.

Art. 21 É proibida a ligação de pontos de Água e Energia Elétrica em qualquer dos instrumentos licenciados com o Alvará de Ambulante.

Art. 22 As Atividades Temporárias com estabelecimento fixo (Bares, Quiosques, sorveterias, lojas, outros) terão Alvará Provisório de Funcionamento nos mesmos moldes deste decreto e seus anexos, durante a temporada de verão 2014/2015.

§ 1º Para a concessão do Alvará de Funcionamento previsto neste decreto, todos os estabelecimentos comerciais mencionados no caput deste artigo devem estar adequados ao acesso público, de modo a permitir o livre acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, devendo seguir as orientações previstas na NBR 9050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, no Decreto Federal 5296/2004 e legislação correlata.

Art. 23 Para as atividades Náuticas, o Alvará somente será concedido após a apresentação das licenças emitidas pelos órgãos competentes como: Capitania dos Portos e Corpo de Bombeiros.



**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 24 Os Quiosques somente poderão ser instalados após a concessão do Alvará de Funcionamento Ambulante.

Art. 25 No final da temporada o titular deve retirar todo o material (Quiosque) do local, sob pena de não ser concedido alvará na próxima temporada e multa.

Art. 26 O não cumprimento das exigências determinadas neste decreto implicará na cassação do Alvará, retenção das mercadorias e aplicação de multa (40 UFM's), que terá seu valor majorado em 100% (cem por cento), nos casos de reincidência.

§1º As mercadorias apreendidas serão recolhidas ao depósito Municipal, podendo ser retiradas no prazo de três dias úteis mediante o pagamento dos tributos, multas, apresentação de nota fiscal de origem e demais encargos.

§2º O titular que receber duas advertências por escrito perderá o direito do Alvará por (03) três temporadas.

Art. 27 Os valores oriundos das taxas de inscrição, alvarás e multas, nos moldes do artigo 24 da Lei n. 662/2009, serão depositados em conta específica, do Banco do Brasil, agência n. 5414-3, conta corrente n.7690-2, cujos proventos serão convertidos em prol das atividades temporárias de ambulantes e prestadores de serviços temporários.

Art. 28 O Ambulante que não cumprir o procedimento estabelecido no presente Decreto, incorrerá nas penalidades por crime funcional, nos termos do artigo 173 e seguintes do Estatuto dos Servidores Municipais de Governador Celso Ramos.

Art. 29 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, 26 de setembro de 2014  
Augusto Aristo da Silva  
Prefeito Municipal

**I. DAS INSCRIÇÕES**

Período: De 01 de Outubro a 31 de Outubro de 2014.

Horário: Das 08:00 às 12:00 horas.

Local: Setor de Tributos(Avenida Ganchos, Nº 694).  
Setor de Fiscalização(Anexo a Prefeitura)

**II. DA SELEÇÃO**

Data: 05 de Novembro de 2014.

Divulgação: 12 de Novembro de 2014.

Local:Setor de Fiscalização (Anexo a Prefeitura).

**III. ENTREGA DOS ALVARÁS**

Data: 24 a 28 de Novembro de 2014.

Hora: Das 08:00 às 17:00 horas.

Local: Setor de Fiscalização

Obs:Entrega do boleto para pagamento da licença

**IV. DA VALIDADE**

De 01 de Dezembro de 2014 a 31 de Março de 2015.

Obs:Este alvará terá sua validade durante a temporada de verão no Município de Governador Celso Ramos SC

**V. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA**

- a)Documento de Identidade;
- b)Comprovante de Residência;
- c)Atestado de Saúde;
- d)Comprovante de quitação com Tributos Municipais;
- e)Comprovante de Antecedentes Criminais (Atestado de boa conduta).

Para os casos de deficientes e empresas, consultar o teor do presente decreto.

**DECRETO Nº 117/2014 - TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DO SAMAE DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE**

DECRETO Nº 117/2014.

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DO SAMAE DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE

Augusto Aristo da Silva, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º § 4º da Lei Municipal n.º 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido dentro da mesma categoria de programação do orçamento fiscal vigente, as dotações abaixo especificadas:

17.122.0004.2.032	Captação, Tratamento e Distribuição Água	
ANULA		
(9) 4.4.90.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	45.000,00
SUPLEMENTA		
(8) 3.3.90.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	45.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 26 de setembro de 2014.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 134/ 2014 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO SAMAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 134/ 2014.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO SAMAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular, no limite de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) as dotações abaixo especificadas:

15	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
15.01.17	SANEAMENTO	
17.512.0004.1.010	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA	
4.4.90.00.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	70.000,00

15	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
15.01.17	SANEAMENTO	
17.512.0004.1.011	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA REDE DE ESGOTO	
4.4.90.00.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	70.000,00

15	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
15.01.17	SANEAMENTO	
17.512.0004.2.031	ADMINISTRAÇÃO SAMAE	
4.4.90.00.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º - Ficam suplementados, no valor total, por conta do Art. 1º desta Lei, as dotações abaixo especificadas:

15	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
15.01.17	SANEAMENTO	
17.512.0004.2.032	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA	
3.1.90.00.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	140.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	40.000,00

Governador Celso Ramos/SC, 30 de outubro de 2014.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 144/2014 - TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DO SAMAE DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE.

DECRETO Nº 144/2014

Transfere saldo de dotação do Samae dentro da mesma categoria de programação do orçamento fiscal vigente.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º § 4º da Lei Municipal n.º 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido dentro da mesma categoria de programação do orçamento fiscal vigente, as dotações abaixo especificadas:

17.122.0004.2.032	Captação, Tratamento e Distribuição Água	
ANULA		
(7)		
3.1.90.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	50.000,00
SUPLEMENTA		
(8)		
3.3.90.00.00.00.0236	Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de Novembro de 2014.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal



# Guaramirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01.2014 - FMA

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2014 - FMA

Processo Licitatório: 02/2014 - FMA  
Modalidade: Registro de Preços

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA VETERINÁRIA, EM ATENDIMENTO AO TAC, INSTITUÍDO PELO INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2013.00010962-7, FIRMADO EM 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: REAL PET SHOP CLINIC LTDA ME, com sede na Rua Marina Frutuoso, nº 856, em Jaraguá do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.033.071/0001-68.

Valor do Contrato: R\$575.094,00 (quinhentos e setenta e cinco mil e noventa e quatro reais).

Data de Vigência: 05/12/2014 a 05/12/2015.

GUARAMIRIM (SC), 09/12/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE ATA DE RP Nº01/2014 - FMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2014 - PMG
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2014
Objeto: Contratação de clínica veterinária, em atendimento ao tac, instituído pelo inquérito civil nº 06.2013.00010962-7, firmado em 21 de novembro de 2013
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº112/2014 - PMG
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: REAL PET SHOP CLINIC LTDA ME, com sede na Rua Marina Frutuoso, nº856, em Jaraguá do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.033.071/0001-68;
Valor: R\$ 575.094,00 (quinhentos e setenta e cinco mil e noventa e quatro reais).
Vigência: Início: 05/12/2014 Término: 04/12/2015.
Guaramirim - SC, 09 de dezembro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº74/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO 74/2014 - PMG

Processo de Licitação: 136/2014 - PMG  
Modalidade: Dispensa

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, ESTUDOS TÉCNICOS, ELABORAÇÃO DE PARECERES E ASSESSORIA TÉCNICA EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E INSTALAÇÃO EM GERAL.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: CRAVO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.215.332/0001-19, com sede na Rua Dr. Heitor Blum, nº 230, bairro Estreito, no Município de Florianópolis, SC

Valor: R\$ 7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 09/12/2014 Vigência: 09/12/2014 até 19/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 09/12/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 51.2012 - PMG

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 51/2012 - PMG

Processo Licitatório: 107/2012 - PMG  
Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA SANITÁRIA, LEGALMENTE ESTABELECIDADA COM CONHECIMENTO COMPROVADO, PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSBORDO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E OUTROS SERVIÇOS PERTINENTES DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ 83.073.536/0001-64 estabelecida na Rua Ottokar Doerffel n.º 847, Atiradores no município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Valor do Aditivo: R\$494.636,44 (quatrocentos e noventa e quatro mil seiscentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

Data de Assinatura: 03/12/2014

Vigência: Até 20/06/2015

GUARAMIRIM (SC), 09/12/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

## Guarujá do Sul

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO - PREF PL 68 E 69

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 68/2014 - Pregão Presencial Nº. 36/2014.

Objeto: Aquisição de combustíveis ( gasolina comum, óleo diesel e óleo S10) para a manutenção da frota de maquinas e veículos da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2015.

Propostas e Habilitação: 23/12/2014 ( 09:45 Documentação - 10:00 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 09 de dezembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 69/2014 - Pregão Presencial Nº. 37/2014.

Objeto: Contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para prestar serviços de monitoramento 24 horas, com fornecimento dos equipamentos para segurança da área coberta a ser monitorada pela empresa dos prédios da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social

Propostas e Habilitação: 23/12/2014 ( 11:00 Documentação - 11:15 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 09 de dezembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 3.373/2014.

DECRETO NR. 3373 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ADOA ÍNDICE OFICIAL DE REAJUSTES PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica adotado pelo Poder Executivo Municipal para o exercício de 2015, como índice oficial para reajuste dos tributos municipais, e também para todos os contratos, o INPC/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, com o percentual de 6,33% (seis unidades e trinta e três décimos por cento) calculado pelo índice acumulado nos últimos 12 meses.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de dezembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 59/2014 DE 25/11/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: LGCR Compserv

OBJETO: Prestação de serviços na área de informática envolvendo microcomputadores e periféricos, para atendimento da Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

VALOR R\$ 3.729,00 mensais

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária nº Lei Orçamentária 3016/2013 de 09/12/2013.

Herval d'Oeste (SC), 25 de novembro de 2014.

Nelson Guindani- Prefeito

Marcos Smiderle- pela contratada

#### PORTARIA Nº 1322/2014

PORTARIA Nº 1322/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 08 de dezembro de 2014, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora DIRLI TEREZINHA MALAQUIAS (Matr. 2850), ocupante do Cargo

de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência - 8/B, 40 horas semanais, anexo V da LC nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Dezembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1323/2014**

PORTARIA Nº 1323/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER 15 (quinze) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1254/2014, da servidora KELLI CRISTINA WALDRIGUES MOHL (Matr. 2868), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2012 e 16 de dezembro de 2013, para serem gozadas a partir de 09 de dezembro de 2014 a 23 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Dezembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1324/2014**

PORTARIA Nº 1324/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

INCORPORAR o Adicional de Incentivo ao Magistério, à servidora LIDIA SALETE CERVELIN (Matr. 1300), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 8, Referência "B", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, nos termos do artigo 17, e seus parágrafos da Lei Complementar Nº. 316/2013, num percentual acumulado de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do vencimento do cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1325/2014**

PORTARIA Nº 1325/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

Retificar e dar nova redação à Portaria nº 1320/2014, da Servidora SARAY TEREZINHA DIMBARRÉ (Matr. 2893), onde se lê: "para serem gozadas a partir de 08 de dezembro de 2014 a 17 de dezembro de 2014"; leia-se: "para serem gozadas a partir de 08 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2014".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **TERMO ADITIVO Nº 101/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
POSTO ESTRELA LTDA.  
CNPJ/MF Nº 78.617.750/0001-02  
Rua Santos Dumont, 594 - Centro  
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 101/2014 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO ESTRELA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Santos Dumont, 594 - Centro- Município de Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina inscrita no CNPJ sob nº 78.617.750/0001-02, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Mauro Antonio Dall'Orsoletta, brasileiro, casado, portador do CPF nº 509.673.719-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a ata de Registro de Preços nº 005A/2014, que tem por objeto o registro de preços para o eventual fornecimento de combustível para utilização nos veículos, máquinas e equipamentos da Frota da Administração Municipal de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses em decorrência do Processo Licitatório nº 0016/2014, na Modalidade de Pregão Presencial nº 006/2014 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para o fornecimento de óleo diesel no importe de +4,59 %, em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES**

Considerando que a Contratada comprova documentalmente no pedido que o produto citado no item 01 efetivamente sofreu alteração de preço, será concedido reajuste a tais itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL	VALOR COM REAJUSTE
1	Óleo diesel comum	litro	R\$ 2,46	R\$ 2,57

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais**

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 005ª/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 04 de dezembro de 2014.

NELSON GUINDANI Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Contratante	MAURO ANTONIO DALL'ORSOLETTA Sócio Administrador CPF nº 167.840.576-00. Contratado
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Gilberto José Durigon CPF: 737.459.529-87

**TERMO ADITIVO Nº 102/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTADORA BORTOLI LTDA.  
CNPJ/MF Nº 84.590.124/0001-64

Rua Santos Dumont, 1090 - Centro  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 102/2014 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014**

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTADORA BORTOLI LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Santos Dumont, 1090 - Centro- Município de Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina inscrita no CNPJ sob nº 84.590.124/0001-64, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Mauro Antonio Dall'Orsoletta, brasileiro, casado, portador do CPF nº 509.673.719-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a ata de Registro de Preços nº 005B/2014, que tem por objeto o registro de preços para o eventual fornecimento de combustível para utilização nos veículos, máquinas e equipamentos da Frota da Administração Municipal de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses em decorrência do Processo Licitatório nº 0016/2014, na Modalidade de Pregão Presencial nº 006/2014 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para o fornecimento de óleo diesel no importe de +4,59 %, em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES**

Considerando que a Contratada comprova documentalmente no pedido que o produto citado no item 01 efetivamente sofreu alteração de preço, será concedido reajuste a tais itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL	VALOR COM REAJUSTE
1	Óleo diesel S50	litro	R\$ 2,65	R\$ 2,77

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais**

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 005B/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.



Herval d'Oeste, 04 de dezembro de 2014.

NELSON GUINDANI Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Contratante	MAURO ANTONIO DALL'ORSOLETTA Sócio Administrador CPF nº 509.673.719-53. Contratado
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Gilberto José Durigon CPF: 737.459.529-87

### TERMO ADITIVO Nº 103/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
CONTRATANTE

Estado do Paraná  
MUNICÍPIO DE CURITIBA  
COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.  
CNPJ/MF Nº 01.382.022/0001-26  
Rua Nunes Machado, 1045 - Bairro Rebouças  
CONTRATADA

### TERMO ADITIVO Nº 103/2014 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Nunes Machado, 1045 - Bairro Rebouças - Município de Curitiba - Estado do Paraná inscrita no CNPJ sob nº 01.382.022/0001-26, neste ato representado por sua procuradora, Senhora Neide Barreto Remez, brasileira, casada, portadora do CPF nº 457.020.719-72, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a ata de Registro de Preços nº 020/2014, que tem por objeto o registro de preços para o eventual fornecimento de Emulsão Asfáltica tipo RM-1C, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos do município pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 0078/2014, na Modalidade de Pregão Presencial nº 032/2014 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para o fornecimento de Emulsão Asfáltica no importe de +15,90 %, em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES

Considerando que a Contratada comprova documentalmente no pedido que o produto citado no item 01 efetivamente sofreu alteração de preço, será concedido reajuste a tais itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL	VALOR COM REAJUSTE
1	Emulsão Asfáltica tipo RM-1C	Tonelada	R\$ 1.580,00	R\$ 1.831,22

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 020/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 05 de dezembro de 2014.

NELSON GUINDANI Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Contratante	NEIDE BARRETO REMEZ Procuradora CPF nº 457.020.719-72. Contratado
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Gilberto José Durigon CPF: 737.459.529-87

**Ibiam****PREFEITURA****TP 007 2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2014  
TOMADA DE PREÇO Nº 007/2014

Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço para Construção de uma quadra coberta com área total a construir de 980,40m<sup>2</sup>, com recursos do FNDE - nº 204530/2013.

Entrega dos envelopes: até 30/12/2014 às 07:30 horas.

Abertura dos envelopes: 30/12/2014 às 08:00 horas

Forma de Julgamento: Menor Preço Global

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 09 de Dezembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

**TP 008 2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2014  
TOMADA DE PREÇO Nº 008/2014

O Fundo Municipal de Saúde Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço para CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA OBRA ACADEMIA DE SAÚDE.

Entrega dos envelopes: até 30/12/2014 ATÉ AS 09:30 HORAS.

Abertura dos envelopes: 30/12/2014 AS 09:40 HORAS

Forma de Julgamento: Menor Preço Global

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06, LC 147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 09 de Dezembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

**TP 009 2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2014  
TOMADA DE PREÇO Nº 009/2014

Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço para Construção de uma ponte em concreto armado, na comunidade de Linha Santo Alécio, com extensão de 24,50m.

Entrega dos envelopes: até 30/12/2014 às 10:30 horas.

Abertura dos envelopes: 30/12/2014 às 11:15 horas

Forma de Julgamento: Menor Preço Global

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 09 de Dezembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam



# Ilhota

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2014 – FUNDAÇÃO CULTURAL JOSÉ IZIDRO VIEIRA**

Extrato de Contrato nº 004/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 004/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Processo: Pregão Presencial nº 001/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Objeto: Aquisição de Instrumentos Musicais, Equipamentos Eletrônicos, Ar condicionado e mobiliário, conforme anexos do Edital.Convênio 2014TR002794

Fornecedor: GISIANE MATILDE VIEIRA - ME

Valor: R\$ 3.672,00 (três mil seiscentos e setenta e dois reais)

Assinatura: 05/11/2014

Vigência: Da assinatura até 31/12/2014

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

**Imarui****PREFEITURA****DECRETO Nº. 136, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 136, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí e autorização contida na Lei nº 1.829, de 09 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente, na importância de R\$17.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DE ENCARGOS GERAIS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.47.00.00.00.00	151	1000	Obrigações Tributárias e Contributivas	17.000,00
Total Suplementação				17.000,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.013	PRECATÓRIOS E OUTRAS DESPESAS JUDICIAIS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.2.90.91.00.00.00.00	153	1000	Sentenças Judiciais	17.000,00
Total Suplementação				17.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 09 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 137, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 137, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí e autorização contida na Lei nº 1.830, de 09 de dezembro de 2014,

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$5.000,00 (cinco mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.064	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO – POLÍCIA MILITAR			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	363	1.000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00
Total Suplementação			5.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 10.01	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.055	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	321	1.000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00
Total Suplementação			5.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 09 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 138, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 138, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí e autorização contida na Lei nº 1.831, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar em favor do Fundo Municipal de Saúde, exercício 2014, na importância de R\$234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	19	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	234.000,00
Total Suplementação			234.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 03	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			

PROJ/ATIV. – 2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00.00.00	105	1000	Diárias Civil	2.500,00
ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.02	PROCURADORIA JURÍDICA			
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00.00.00	116	1000	Diárias Civil	1.500,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00.00.00	125	1000	Diárias Civil	1.500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	126	1000	Material de Consumo	1.000,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00.00.00	137	1000	Diárias Civil	4.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	146	1000	Equipamentos e Material Permanente	2.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.03	DIRETORIA DE CULTURA			
PROJ/ATIV. – 1.015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE BIBLIOTECA PÚBLICA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	24	1000	Material de Consumo	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	25	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	26	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	27	1000	Obras e Instalações	5.000,00
PROJ/ATIV. – 2.034	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00.00.00	252	1000	Subvenções Sociais	2.000,00
3.3.90.05.00.00.00.00	253	1000	Outros Benefícios Previdenciários	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	254	1000	Material de Consumo	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	257	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	258	1000	Obras e Instalações	1.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 1.016	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CAMPO DE FUTEBOL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	29	1000	Material de Consumo	2.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	30	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	31	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	32	1000	Obras e Instalações	1.000,00
PROJ/ATIV. – 1.017	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	34	1000	Material de Consumo	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	35	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	5.000,00
PROJ/ATIV. – 2.035	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00.00.00	263	1000	Subvenções Sociais	8.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	271	1000	Auxílio-Transporte	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	272	1000	Obras e Instalações	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	273	1000	Equipamentos e Material Permanente	3.000,00

PROJ/ATIV. – 2.036	MANUTENÇÃO DO PROJETO NAVEGAR			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00.00.00	283	1000	Equipamentos e Material Permanente	2.000,00
ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
UNIDADE – 08.01	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 1.002	URBANIZAÇÃO DA PLATAFORMA FERRY BOAT			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00.00.00	3	1000	Obras e Instalações	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	5	1000	Equipamentos e Material Permanente	1.000,00
PROJ/ATIV. – 2.045	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00.00.00	293	1000	Obras e Instalações	1.000,00
PROJ/ATIV. – 2.046	APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	296	1000	Material de Consumo	2.500,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
PROJ/ATIV. – 1.050	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00.00.00	36	1000	Equipamentos e Material Permanente	20.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	MANUTENÇÃO DO SAMU			
PROJ/ATIV. – 2.102	MANUTENÇÃO DO SAMU			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.41.00.00.00.00	35	1000	Contribuições	10.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.04	ASSISTENCIA FARMACÊUTICA			
PROJ/ATIV. – 2.114	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA FARMÁCIA BÁSICA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	97	1000	Material de Consumo	70.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.06	INVESTIMENTOS			
PROJ/ATIV. – 1.101	AQUISIÇÃO DE ÁREA E REFORMAS DE UNIDADES DE SA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00.00.00	5	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	1.300,00
4.4.90.51.00.00.00.00	9	1000	Obras e Instalações	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00.00	10	1000	Aquisição de Imóveis	1.700,00
PROJ/ATIV. – 1.102	INCENTIVO P/ CONSTRUÇÃO DE POLOS DE ACADEMIA DA SAÚDE BÁSICA(PI)			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00.00.00	13	1000	Obras e Instalações	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00.00	14	1000	Aquisição de Imóveis	2.000,00
ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00.00.00	5	1000	Diárias – Civil	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	6	1000	Material de Consumo	5.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	7	1000	Material de Distribuição Gratuita	3.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	8	1000	Serviços de Consultoria	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	9	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	10	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	10.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	11	1000	Obras e Instalações	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	13	1000	Equipamentos e Material Permanente	2.000,00

ÓRGÃO – 16	SAMAE			
UNIDADE – 16.01	SAMAE			
PROJ/ATIV. – 2.300	MANUTENÇÃO DO SAMAE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	13	1000	Material de Consumo	10.000,00
ÓRGÃO – 17	FUNDEMA			
UNIDADE – 17.01	FUNDEMA			
PROJ/ATIV. – 2.400	MANUTENÇÃO DO FUNDEMA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	2	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	3	1000	Obrigações Patronais	2.000,00
Total Suplementação			234.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 09 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 139, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 139, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí e autorização contida na Lei nº 1.832, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, exercício 2014, no importe de R\$6.000,00 (seis mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.022	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00	386	1018	Indenizações e Restituições Trabalhistas	6.000,00
Total Suplementação			6.000,00	

Art. 2º - Para atendimento da suplementação disposta no caput do art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes de anulação das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.01	MANUTENÇÃO DO NAE			
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.05.00.00.00.00	185	1018	Outros Benefícios Previdenciários	3.000,00
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.05.00.00.00.00	198	1018	Outros Benefícios Previdenciários	3.000,00
Total Suplementação			6.000,00	

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Imaruí, 09 de dezembro de 2014.  
 MANOEL VIANA DE SOUSA  
 Prefeito Municipal

### LEI Nº. 1.829, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº. 1.829, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente, na importância de R\$17.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DE ENCARGOS GERAIS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.47.00.00.00.00	151	1000	Obrigações Tributárias e Contributivas	17.000,00
Total Suplementação				17.000,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.013	PRECATÓRIOS E OUTRAS DESPESAS JUDICIAIS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.2.90.91.00.00.00.00	153	1000	Sentenças Judiciais	17.000,00
Total Suplementação				17.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 09 de dezembro de 2014.  
 MANOEL VIANA DE SOUSA  
 Prefeito Municipal

### LEI Nº. 1.830, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº. 1.830, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$5.000,00 (cinco mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.064	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO – POLÍCIA MILITAR			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	363	1.000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00
Total Suplementação				5.000,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 10.01	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.055	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	321	1.000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00
Total Suplementação			5.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 09 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

### **LEI Nº. 1.831, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº. 1.831, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar em favor do Fundo Municipal de Saúde, exercício 2014, na importância de R\$234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	19	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	234.000,00
Total Suplementação			234.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 03	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00.00.00	105	1000	Diárias Civil	2.500,00
ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.02	PROCURADORIA JURÍDICA			
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00.00.00	116	1000	Diárias Civil	1.500,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00.00.00	125	1000	Diárias Civil	1.500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	126	1000	Material de Consumo	1.000,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			

UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00.00.00	137	1000	Diárias Civil	4.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	146	1000	Equipamentos e Material Permanente	2.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.03	DIRETORIA DE CULTURA			
PROJ/ATIV. – 1.015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE BIBLIOTECA PÚBLICA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	24	1000	Material de Consumo	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	25	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	26	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	27	1000	Obras e Instalações	5.000,00
PROJ/ATIV. – 2.034	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00.00.00	252	1000	Subvenções Sociais	2.000,00
3.3.90.05.00.00.00.00	253	1000	Outros Benefícios Previdenciários	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	254	1000	Material de Consumo	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	257	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	258	1000	Obras e Instalações	1.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 1.016	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CAMPO DE FUTEBOL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	29	1000	Material de Consumo	2.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	30	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	31	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	32	1000	Obras e Instalações	1.000,00
PROJ/ATIV. – 1.017	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	34	1000	Material de Consumo	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	35	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	5.000,00
PROJ/ATIV. – 2.035	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00.00.00	263	1000	Subvenções Sociais	8.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	271	1000	Auxílio-Transporte	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	272	1000	Obras e Instalações	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	273	1000	Equipamentos e Material Permanente	3.000,00
PROJ/ATIV. – 2.036	MANUTENÇÃO DO PROJETO NAVEGAR			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00.00.00	283	1000	Equipamentos e Material Permanente	2.000,00
ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
UNIDADE – 08.01	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 1.002	URBANIZAÇÃO DA PLATAFORMA FERRY BOAT			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00.00.00	3	1000	Obras e Instalações	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	5	1000	Equipamentos e Material Permanente	1.000,00
PROJ/ATIV. – 2.045	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00.00.00	293	1000	Obras e Instalações	1.000,00
PROJ/ATIV. – 2.046	APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	296	1000	Material de Consumo	2.500,00

ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
PROJ/ATIV. – 1.050	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00.00.00	36	1000	Equipamentos e Material Permanente	20.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	MANUTENÇÃO DO SAMU			
PROJ/ATIV. – 2.102	MANUTENÇÃO DO SAMU			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.41.00.00.00.00	35	1000	Contribuições	10.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.04	ASSISTENCIA FARMACÊUTICA			
PROJ/ATIV. – 2.114	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA FARMÁCIA BÁSICA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	97	1000	Material de Consumo	70.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.06	INVESTIMENTOS			
PROJ/ATIV. – 1.101	AQUISIÇÃO DE ÁREA E REFORMAS DE UNIDADES DE SA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00.00.00	5	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	1.300,00
4.4.90.51.00.00.00.00	9	1000	Obras e Instalações	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00.00	10	1000	Aquisição de Imóveis	1.700,00
PROJ/ATIV. – 1.102	INCENTIVO P/ CONSTRUÇÃO DE POLOS DE ACADEMIA DA SAÚDE BÁSICA(PI)			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00.00.00	13	1000	Obras e Instalações	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00.00	14	1000	Aquisição de Imóveis	2.000,00
ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00.00.00	5	1000	Diárias – Civil	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	6	1000	Material de Consumo	5.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	7	1000	Material de Distribuição Gratuita	3.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	8	1000	Serviços de Consultoria	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	9	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	10	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	10.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	11	1000	Obras e Instalações	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	13	1000	Equipamentos e Material Permanente	2.000,00
ÓRGÃO – 16	SAMAE			
UNIDADE – 16.01	SAMAE			
PROJ/ATIV. – 2.300	MANUTENÇÃO DO SAMAE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	13	1000	Material de Consumo	10.000,00
ÓRGÃO – 17	FUNDEMA			
UNIDADE – 17.01	FUNDEMA			
PROJ/ATIV. – 2.400	MANUTENÇÃO DO FUNDEMA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	2	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	3	1000	Obrigações Patronais	2.000,00
Total Suplementação		234.000,00		

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 09 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

### **LEI Nº. 1.832, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº. 1.832, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, exercício 2014, no importe de R\$6.000,00 (seis mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.022	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00	386	1018	Indenizações e Restituições Trabalhistas	6.000,00
Total Suplementação				6.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação disposta no caput do art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes de anulação das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.01	MANUTENÇÃO DO NAE			
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.05.00.00.00.00	185	1018	Outros Benefícios Previdenciários	3.000,00
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.05.00.00.00.00	198	1018	Outros Benefícios Previdenciários	3.000,00
Total Suplementação				6.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 09 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 039/2014 SAMCRAD-

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<b>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO</b> Termo do Convênio nº 039/2014. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA e a SOCIEDADE AMIGOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES - SAMCRAD FUNDAMENTO: Lei Municipal 4.481, de 02 de dezembro de 2014 OBJETO O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro para a realização do Natal Solidário VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:. A despesa ocorrerá por conta da Dotação 13, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda. VIGÊNCIA: O presente Convênio terá sua vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e se encerrará em 31 de dezembro de 2014, podendo ser aditado de comum acordo entre as partes tendo em vista o interesse público..SIGNATÁRIOS: IVAN VITÓRIO, pelo Município de Imbituba e Sr PEDRO DE JESUS MONTEIRO Presidente da SOCIEDADE AMIGOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES - SAMCRAD	

### DECRETO PMI Nº 308.2014

DECRETO PMI Nº 308, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.491, de 9 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL – SDR/SUL		
Manutenção das Estradas - SDR/Sul		
15.451.0007-2.108		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0137)	Aplicações Diretas	7.100,00
Total		7.100,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total das dotações orçamentárias abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL – SDR/SUL		
Manutenção da SDR/Sul		
04.122.0007-2.042		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0135)	Aplicações Diretas	500,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0136)	Aplicações Diretas	6.600,00
Total		7.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo



**LEI COMPLEMENTAR Nº 4.486.2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.486, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Institui o Programa Casa Lar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade, Programa Casa Lar, integrante do Sistema Único de Assistência, com os seguintes objetivos:

- a) Garantir às crianças e adolescentes, proteção através de acolhimento, quando as mesmas se encontram em situação de risco grave;
  - b) Promover o atendimento e proteção integral às crianças e adolescentes cujos direitos reconhecidos em Lei tenham sido violados ou ameaçados, buscando garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária;
  - c) Propiciar o atendimento às famílias de origem dos acolhidos, visando o resgate dos vínculos, para garantir a reintegração familiar.
- Parágrafo único. O público alvo para os efeitos desta Lei, são Crianças e Adolescentes afastadas da família mediante medida protetiva do Conselho Tutelar ou Juizado da Infância e Juventude.

Art. 2º O Programa Casa Lar funcionará como unidade residencial, sob responsabilidade do(a) cuidador(a)/educador(a) residente, o qual desenvolverá atividades conforme as orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, visando propiciar a criança e ao adolescente as condições familiares ideais ao seu desenvolvimento e reintegração social.

Art. 3º O Programa Casa Lar disponibilizará 01 (um) cuidador(a)/educador(a) residente e 01 (um) auxiliar cuidador(a)/educador(a) por turno e respectivos substitutos para os mesmos durante seus períodos de afastamento do serviço.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta dos recursos próprios do Fundo Municipal de Assistência Social.  
Parágrafo único. O Poder Executivo está autorizado a celebrar convênio e/ou parcerias com outros entes federativos e/ou instituições públicas ou privadas para execução do presente projeto.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**LEI COMPLEMENTAR Nº 4.488.2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.488, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 4.022, de 28 de dezembro de 2011, que Dispõe sobre a compensação de dívida da Fazenda Pública decorrente de precatório pendente de pagamento com crédito tributário e outros créditos e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o disposto no art. 2º, "II", alínea "a", da Lei Complementar nº 4.022, de 28 de dezembro de 2011, passando a ter a seguinte redação:

[...]

- a) Tenha sido inscrito em dívida ativa até 31 de dezembro de 2013;

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**LEI COMPLEMENTAR Nº 4.489.2014****GOVERNO DE  
IMBITUBA****LEI COMPLEMENTAR Nº 4.489, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.**

Altera a redação do Artigo 1º e o Anexo I da Lei Complementar nº 3.330, de 30 de abril de 2008.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA**, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Altera a redação do Artigo 1º da Lei Complementar nº 3.330, de 30 de abril de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 1º Fica criado o Quadro Suplementar de Empregos Públicos descritos no Anexo A desta Lei, para os respectivos Programas, com as vagas, requisitos e salários correspondentes, objetivando operacionalizar a execução de ações na área de desenvolvimento social.*

**Parágrafo único.** Os Programas abrangidos por esta Lei são:

*I – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI;*

*II – Programa SENTINELA;*

*III – Programa ACESSUAS;*

*IV – Programa VEM SER;*

*V – Programa CASA LAR.”*

**Art. 2º** Consoante modificação imposta pelo Artigo 1º desta Lei Complementar, fica alterado o Anexo I, previsto no Artigo 1º, da Lei Complementar nº 3.330, de 30 de abril de 2008, conforme especificado no Anexo “A”, desta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de dezembro de 2014.

**Jaison Cardoso de Souza**  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Cadir Garbeloto Cargnin**  
Secretário Municipal de Governo

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





**GOVERNO DE  
IMBITUBA**

**ANEXO "A"**  
**QUADRO SUPLEMENTAR DE EMPREGOS PÚBLICOS**  
(art. 1º da LC nº 3.330, de 30/04/2008)

PROGRAMA	EMPREGOS PÚBLICOS					
	Categoria Funcional	Especialidade	Jornada	Vagas	Salário (R\$)	Requisitos
<b>Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI</b>	Instrutor – PETI	Marcenaria	20h	2	641,43	Conclusão do Ensino Fundamental e experiência na respectiva área de atuação.
		Artesanato	20h	4		
		Cabeleireiro	20h	2		
		Capoeira	20h	1		
		Padaria/Confeitaria	20h	2		
		Manicure/Pedicure	20h	2		
		Música	20h	2		
		Dança	20h	2		
		Teatro	20h	2		
		Informática	20h	2		
	Recreador – PETI		20h	4	641,00	Conclusão do Ensino Médio.
	Educador – PETI		20h	8	713,00	Conclusão do Ensino Superior, com habilitação legal específica, na modalidade licenciatura plena.
	Servente Merendeira - PETI		40h	5	678,00	Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental
<b>Programa SENTINELA</b>	Coordenador-SENT		40h	1	1.200,00	Conclusão do ensino superior, com habilitação legal específica e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso.
	Assistente Social - SENT		40h	1	1.417,43	
	Psicólogo - SENT		40h	1	1.417,43	
	Agente Administrativo - SENT		40h	1	907,63	Conclusão do Ensino Médio.
	Telefonista Recepcionista - SENT		40h	1	678,00	Conclusão do Ensino Fundamental e experiência na respectiva área de atuação.
	Educador – SENT		40h	2	1.427,10	Conclusão do Ensino Superior, com habilitação legal específica, na modalidade licenciatura plena.
	Servente Merendeira – SENT		40h	1	678,00	Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental
<b>Programa ACESSUAS</b>	Coordenador ACESSUAS		40h	1	1.200,00	Conclusão do ensino superior, com habilitação legal específica e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso.
	Agente Administrativo-ACESSUAS		40h		907,63	Conclusão do Ensino Médio.
	Psicóloga ACESSUAS	Psicologia Social	20h	1	708,71	Conclusão do ensino superior, com habilitação legal específica e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.
<b>Programa VEM SER</b>	Instrutor - VEM SER	Atividades Esportivas: corrida rústica e atletismo	30h	1	962,15	Conclusão do Ensino Médio e experiência na respectiva área de atuação.
		Atividades de Dança: zumba, dança de rua, batucalê e balé	30h	1		
		Atividades Físicas: jiu-jitsu e muay thai	30h	1		
	Psicólogo-VEM SER	Psicologia clínica e comunitária	30h	1	1.063,07	Conclusão do Ensino Superior, com habilitação legal específica e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades




**GOVERNO DE  
IMBITUBA**

<b>Casa Lar</b>	Assistente Social		30h	1	1.667,21	Conclusão do ensino superior, com habilitação legal específica e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso.
	Pedagogo		40h	1	1.667,21	Conclusão do ensino superior, com habilitação legal específica e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso.
	Cuidador/educador residente		40h	3	960,45	Nível Médio e Qualificação específica
	Auxiliar cuidador/educador		40h	3	724,00	Nível Fundamental e Qualificação específica
	Serviços Gerais		40h	1	724,00	Nível Fundamental e Qualificação específica
	Servente de merendeira		40h	1	724,00	Nível Fundamental e Qualificação específica

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades



**LEI Nº 4.487.2014**

LEI Nº 4.487, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.

§ 1º A celebração do convênio previsto no "caput" tem como objetivo a Reforma e Ampliação do Centro Municipal de Educação Infantil Altona, bairro de Nova Brasília.

§ 2º Fica o Município autorizado a receber do Governo do Estado o valor de R\$ 159.741,75 sendo R\$ 99.039,88 (noventa e nove mil, trinta e nove reais e oitenta e oito centavos) o valor do repasse do Estado e de R\$ 60.701,87 (sessenta mil, setecentos e um reais e oitenta e sete centavos) o valor da contrapartida.

Art. 2º Fica autorizado por acordo e interesse das partes, a prorrogação do convênio, mediante a assinatura de termos aditivos.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da funcional programática 12.365.009 1.037 44.90.00.00.00.00.1.1.0001000000 (Recurso Próprio) e 12.365.009 1.037 44.90.00.00.00.00.00.1.0355000000 (Recurso Vinculado), do orçamento do município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**LEI Nº 4.490.2014**

LEI Nº 4.490, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do intermédio do FUNSOCIAL, com a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Social - FUNSOCIAL, com a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.

§1º A celebração do convênio previsto no "caput" tem como objetivo estruturar campo de futebol do Parque Ecológico do Porto da Vila, no município de Imbituba

§2º Fica o Município autorizado a receber do Governo do Estado o valor de R\$ 27.436,46 (vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos) e disponibilizar a título de contrapartida financeira, para a assinatura do convênio, o valor de até R\$ 9.145,49 (nove mil, cento e quarenta e cinco reais e quarenta e nove centavos).

Art. 2º Fica autorizado por acordo e interesse das partes, a prorrogação do convênio, mediante a assinatura de termos aditivos.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da funcional programática 27.813.0010 1.047 44.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000 (Recurso Próprio) e 27.813.0010 1.047 44.90.00.00.00.00.00.0.1.0355.000000 (Recurso Vinculado), do orçamento do município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**LEI Nº 4.491.2014**

LEI Nº 4.491, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL – SDR/SUL			
Manutenção das Estradas - SDR/Sul			
15.451.0007-2.108			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0137)	Aplicações Diretas		7.100,00
Total			7.100,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total das dotações orçamentárias abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL – SDR/SUL			
Manutenção da SDR/Sul			
04.122.0007-2.042			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0135)	Aplicações Diretas		500,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0136)	Aplicações Diretas		6.600,00
Total			7.100,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**PORTARIA PMI/DGP Nº 529/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 529, de 05 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a demissão de Técnico de Enfermagem - SAMU, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 04/2010, com carga horária de 40 horas semanais, admitido em 01/08/2014 através da PORTARIA PMI/DGP Nº 421/2014, para exercer o cargo conforme descrito abaixo.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Wagner Vicente Ribeiro	Técnico de Enfermagem SAMU	003.473.799-58	04/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de dezembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas



**PORTARIA PMI/DGP Nº 530/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 530, de 05 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir por Término de Contrato, o abaixo relacionado, admitido em 14 de abril de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Élder Vieira Emídio	Professor I – 20h	047.866.049-92	01/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 05 de dezembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/DGP Nº 531/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 531, de 09 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir por Término de Contrato, os abaixo relacionados, admitidos temporariamente através dos Processos Seletivos Simplificados correspondentes, para exercerem os cargos/funções conforme descritos na tabela abaixo.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
ADRIANA BERNARDES DE SOUSA	Professor II 20hs.	03281650937	15/12/2014
ANDREZA DA ROSA MAZIERO	Professor II 10 Horas	03089441942	15/12/2014
ANDREZA FRANCISCO NICOLAU	Professor II 40hs.	05667544954	15/12/2014
ARLETE SILVEIRA PACHECO	Professor II 20hs.	73246255920	15/12/2014
DANIELA DE SOUZA CARVALHO	Professor I 10 Horas	06851297990	15/12/2014
DANIELA DE SOUZA CARVALHO	Professor II 20hs.	06851297990	15/12/2014
DANIELA SACHETTI	Professor II 20hs.	02604754916	15/12/2014
EDUARDO PEREIRA	Professor I 20hs.	02870671903	15/12/2014
EDUARDO PEREIRA	Professor I 20hs.	02870671903	15/12/2014
ELIANE DE SOUZA CARVALHO	Professor I 30 Horas	03104934983	15/12/2014
FABIANA SOUZA PEREIRA	Professor I 20hs.	77004140920	15/12/2014
FELIPE TAVARES GUIMARÃES	Professor I 30 Horas	21489285890	15/12/2014
GABRIELA ROSA DOS PASSOS	Professor II 30 Horas	06696403957	15/12/2014
GERALDO LUIZ DOS REIS BRANDAO	Professor II 40hs.	50716760959	15/12/2014
GESLAINE SOUZA DA ROSA BERNARDO	Professor II 20hs.	02997723906	15/12/2014
HAIKE ELISABETH GRAUPMANN TKATCHUK	Professor II 20hs.	05053856940	15/12/2014
HAIKE ELISABETH GRAUPMANN TKATCHUK	Professor II 20hs.	05053856940	15/12/2014
ISIS DE AMORIM MACHADO	Professor II 20hs.	07923797994	15/12/2014
JOSIANE DA SILVA	Professor I 20hs.	05238149921	15/12/2014
KARINE DA SILVA RODRIGUES	Professor I 20hs.	08684194942	15/12/2014
KEIT FRAGA FAUST	Professor II 20hs.	03989820907	15/12/2014
LARISSA MIRANDA FLORIANO	Professor I 20hs.	06759328906	15/12/2014
LIGIANE FORTES GARCIA	Professor I 40hs.	01101874074	15/12/2014

MARCIA LUCIA MACIEL	Professor I 30 Horas	06009087988	15/12/2014
MARIA APARECIDA DA COSTA	Professor II 40hs.	88854051934	15/12/2014
MARIA APARECIDA MARTINS	Professor II 40hs.	02911554990	15/12/2014
MARIA DE FATIMA DOMINGOS PACHECO	Professor I 20hs.	04522903928	15/12/2014
NAZARE DO SOCORRO SANTOS TAVARES	Professor II 20hs.	22451315253	15/12/2014
NELMA DE SOUZA	Professor II 30 Horas	57878960925	15/12/2014
ONILEDA DE SOUZA MATTA GUIMARÃES	Professor II 20hs.	73376906904	15/12/2014
PAULA KASPER DOS SANTOS	Professor I 20hs.	26506308842	15/12/2014
PAULLINE BARCELOS	Professor II 40hs.	03795515947	15/12/2014
PEDRA DA ROSA CLEMENTE DE SOUZA	Professor II 20hs.	04179169908	15/12/2014
REGINA COELHO BOSCO	Professor I 20hs.	01811704930	15/12/2014
RENAN RODRIGUES FRAGA	Professor II 20hs.	01793731020	15/12/2014
RENATA SILVANO DE CARVALHO	Professor II 20hs.	05480395939	15/12/2014
RITA DE CASSIA VIEIRA FURTUNATO	Professor I 20hs.	02580965947	15/12/2014
RITA DE CASSIA VIEIRA FURTUNATO	Professor I 20hs.	02580965947	15/12/2014
ROZELIA DIAS SEBASTIAO DA SILVA	Professor II 20hs.	01897915942	15/12/2014
RUI ROBERTI	Professor II 20hs.	22088206817	15/12/2014
TAMARA PAULINO VALENTIM	Professor II 40hs.	05714806913	15/12/2014
TATIANI MORAES VIEIRA	Professor II 30 Horas	03626559955	15/12/2014
THAYMARA DA ROSA FREITAS	Professor II 20hs.	08799286971	15/12/2014
THAYMARA DA ROSA FREITAS	Professor II 20hs.	08799286971	15/12/2014
TIAGO DOS SANTOS BRASIL	Professor II 40hs.	04188826908	15/12/2014
TUANI MARIA SÁ RUFINO	Professor II 20hs.	06994524906	15/12/2014
VIVIAN DARCY ANDRADE	Professor II 20hs.	04984229926	15/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 15 de dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de dezembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

## **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONCORRÊNCIA Nº 15/2014 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 170/2014

CONCORRÊNCIA Nº 15/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 26 de janeiro de 2015, licitação na modalidade de Concorrência, tipo melhor técnica e preço, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de agência de publicidade para a prestação de serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação.

O Edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 10 de dezembro de 2014

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário de Governo

## **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNREBOM

PROCESSO Nº 18/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 22 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de preço menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível aquisição de materiais e serviços para a manutenção das viaturas do quartel do corpo de bombeiros de Imbituba, com orçamento de 2015.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 10 de dezembro de 2014.

Rafael Fortunato Camilo  
Comandante da 2ª/8ª BBM

#### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2014 (PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 171/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 2 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de empresa para fornecimento boca de lobo de concreto para orçamento 2015.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 10 de dezembro de 2014.

Nivaldo Marques Gabriel  
Secretário de SDR/Norte

#### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2014 (PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 172/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 22 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de lâmina curva ¾ 13 furos, parafusos 12.9 5/8 x 2 ¼ e porcas 5/8 de aço para moto niveladora, com orçamento de 2015.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 10 de dezembro de 2014.

Nivaldo Marques Gabriel  
Secretário de SDR/Norte

#### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014 (FUNREBOM)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
FUNREBOM  
PROCESSO Nº 14/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014

A Pregoeira Oficial do Município de Imbituba, torna público o fim da suspensão do processo licitatório nº 14/2014 cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de materiais e equipamentos para serem usados em atendimento às ocorrências pelo corpo de bombeiros de Imbituba.

A sessão pública para recebimento de envelopes do objeto já citado, se realizará em 22 de dezembro de 2014, às 17:00 horas na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 10 de dezembro de 2014.

Rafael Fortunato Camilo  
Comandante da 2ª/8ª BBM

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1183/14

. DECRETO Nº 1183/14

. De 09 de dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, proveniente de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4928/13,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUN DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH - FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01001500	Vigilância Sanitária - Municipal
	Valor: ( 80.000,00 )
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH - FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01710902	NASF
	Valor: ( 4.000,00 )

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 09 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 09 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1186/14

. DECRETO Nº 1186/14

. De 09 de dezembro de 2014

Anula e Suplementa no Orçamento da Prefeitura Municipal de Indaial.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei 4.928/13,

DECRETA,

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 2.320,50 (dois mil e trezentos e vinte reais e cinquenta centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
04.001.0004.0126.00 04.2065.3337100000 00000	01000000	2.320,50

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
04.001.0004.0126.00 04.2065.3317100000 00000	01000000	2.187,00
04.001.0004.0126.00 04.2065.3447100000 00000	01000000	133,50

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 09 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 09 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1187/14

. DECRETO Nº 1187/14

. De 09 de dezembro de 2014

Anula e Suplementa no Orçamento do Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5093/14,

DECRETA

Artigo 1º - Fica anulado o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.00 05.2113.3335000000 00000	01010000	30.000,00
05.001.0012.0361.00 05.2109.3335000000 00000	01010000	30.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, suplementado no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.00 05.1105.3449000000 00000	01010000	60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 09 de dezembro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 09 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

## LEI Nº 5093

LEI Nº 5093

de 09 de dezembro de 2014

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICIPIO DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2113.3335000000 00000	01010000	30.000,00
05.001.0012.0361.0005.2109.3335000000 00000	01010000	30.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.1105.3449000000 00000	01010000	60.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 09 de dezembro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 09 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

## Iomerê

### PREFEITURA

#### CONTRATO Nº 14/084

CONTRATO DE OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA - EPP  
CT14/084

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua XV de novembro, nº 274 na cidade de Videira SC., inscrita no CNPJ sob o nº 73.461.196/0001-95, neste ato representado pelo Sr. Felipe Bruschi, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do obra de engenharia, objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, no Processo Administrativo Licitatório nº 0052/2014, TOMADA DE PREÇOS nº 0003/2014, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa para execução dos serviços de CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA, com 854 m², sito a Rua João Rech, nesta cidade de Iomerê de acordo com os Projetos, Memoriais Descritivos e Quantitativos e proposta efetuada no processo licitatório.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

2.1 - O valor total do presente contrato é de R\$ 833.744,70 (oitocentos e trinta e três mil setecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado através de medições, devendo a mesma ser comprovada através de laudo apresentado por engenheiro designado pelo Município.

2.2.2 - O pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de nota fiscal, boletim diário da obra, boletim de medição, negativas de débitos junto ao INSS/Federal e FGTS atualizadas, tendo o Município um prazo de até 15 (quinze) dias após a liquidação da nota fiscal para efetivar o pagamento.

2.3 - Os pagamentos, serão conforme liberações dos recursos, através do Convênio Federal através do Termo de Compromisso PAR nº 32350/2014, celebrado com o Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

3.1 - O presente contrato terá vigência com início a partir do dia 01.12.2014 e término no dia 31.12.2014. Sendo renovado automaticamente para o exercício seguinte até 30.11.2015. O prazo de execução será de até 12 (doze) meses, iniciando com a emissão e entrega da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado havendo concordância de ambas as partes e, por necessidade, em caso de retardo na liberação das verbas financeiras para pagamento da obra à empresa contratada.

3.2 - Apresentar Garantia de Execução, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, numa das seguintes modalidades: seguro garantia, fiança bancária, títulos da dívida pública ou caução em dinheiro, conforme art. 56 da Lei 8.666/93.



3.2.1 - A opção de garantia, se escolhida na forma de dinheiro, deverá se dar mediante depósito no Banco do Brasil S/A, em conta corrente aberta e indicada pelo município contratante, mediante solicitação por escrito, com a identificação da empresa, o CNPJ e o motivo do recolhimento (Nº do Edital e Objeto).

3.2.2 - O valor depositado somente será restituído após a data da entrega da obra concluída e recebida definitivamente pelo Município, salvo os valores que o Município, através de procedimento próprio, ficar autorizado a reter.

3.2.3 - A não prestação da garantia no prazo assinalado, implicará na exclusão automática do vencedor do certame, devendo ser convocado o segundo colocado.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014 e 2015.

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL
Complem. Elemento	4490.5198 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	22 - RECURSOS DE CONVÊNIO 01 – Recursos Próprios
Código Reduzido	24 - 25

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 - A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado;

5.2 - Expirado o prazo de execução do contrato e não concluída a obra, será cobrada multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), enquanto perdurar o atraso, salvo quando o atraso se der por culpa do Município contratante, ou situações excepcionais, cuja ocorrência não pode ser atribuída à empresa contratada.

5.3 - As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário.

§ 1º - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

§ 2º - O CONTRATANTE anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda fazer relatórios sobre o andamento do contrato, sendo permitido multas por infrações cometidas pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - São obrigações da CONTRATADA:

- a) manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;
- b) dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do Município, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;
- c) executar o objeto não sendo admitida a subcontratação;
- d) executar a obra observando rigorosamente os prazos, projetos, detalhes, normas vigentes, especificações e técnicas citadas bem como as normas da ABNT, Código de Obra, Uso do Solo e demais normas e regulamentos oficiais atinentes a cada um dos projetos, efetuando os respectivos controles tecnológicos. Para todos os serviços a ausência de legislação específica enseja a observação das normas internacionais, citadas no Edital ou não;
- e) observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar e apresentar para o Município o PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
- f) assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e serviços de qualidade;
- g) registro da obra junto ao INSS (abertura da matrícula da obra);
- h) adotar providências imediatas após a assinatura do contrato, para a emissão das ART's de execução, arcando com todos os custos;
- i) iniciar os serviços após recebimento da ordem de serviço e retirada do Alvará de construção no setor de tributação do município;
- j) instalar por sua conta e manter o canteiro de obras de acordo com as normas. A guarda e a manutenção do canteiro de obras serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;
- k) manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto da proposta, devidamente uniformizado, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;
- l) fornecer, sempre que solicitado pelo Município, os comprovantes de pagamentos dos empregados, guia do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais;
- m) assumir responsabilidade pelos danos causados ao Município ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de seus empregados ou, ainda, dos terceirizados, mesmo em áreas do Município que não constem do objeto do presente Edital.
- n) manter permanentemente nos horários de serviço o pessoal técnico para o gerenciamento da obra que se responsabilizará diretamente pelos trabalhos, conforme informado na fase de habilitação, sendo admissível a substituição destes profissionais, desde que possuam qualificação igual ou superior e desde que aceite pelo Município.
- o) implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, onde serão lançados diariamente, todos os atos e fatos incidentes, especialmente data de início e término de cada etapa de serviço, e a mão de obra empregada, por especialidade (inclusive quantitativo) e será submetido à vistoria da fiscalização do Município.
- p) confeccionar e preencher o boletim de medição da obra visado pelo engenheiro responsável da execução da mesma, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, submetendo-o a fiscalização do Município para constatação da efetiva realização dos serviços;
- q) prestar caução de adimplemento do contrato, no valor equivalente à 5% do valor contratado, nas modalidades e critérios previstos no art. 56 da Lei nº 8.666/93;
- r) responsabilizar-se pela sinalização de advertência e outras necessárias a execução da obra, evitando a paralisação do trânsito e ou pedestres se houver necessidade;
- s) responsabilizar-se pela preservação das benfeitorias existentes;
- t) efetuar, semanalmente a limpeza da obra;
- u) elaborar e fornecer o Projeto "As Built" antes do recebimento definitivo da obra, caso ocorra mudança previamente ajustada com o contratante durante a execução;



v) outras obrigações mencionadas no edital.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

9. 1 - São de responsabilidade do CONTRATANTE:

- a) tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) manter pessoa ou constituir uma Comissão Especial designada pelo Prefeito Municipal, visando a fiscalização dos serviços;
- c) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em mural e/ou jornal de circulação regional;
- d) arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos se ocorrerem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS

10.1 - Os recursos interpostos às decisões proferidas pela fiscalização somente serão acolhidos nos termos do Capítulo V da Lei nº 8.666/93, se dirigidos diretamente ao Prefeito, e protocolado na Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos não dirigidos conforme determinação desta cláusula não serão conhecidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ENCARGOS

11.1 - As despesas dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais correrão por conta da CONTRATADA, ficando esta, ainda, responsável pelo correto cumprimento da legislação de segurança do trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro de Videira, SC, Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 19 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

CONSTRUT. E INCORP. GG BRUSCHI LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

## Ipumirim

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 81/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 81/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2014, Processo de Licitação nº 77/2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA.

Valor: R\$ 9.840,00 (Nove Mil Oitocentos e Quarenta Reais)

Assinatura: 08/12/2014 Vigência: 31/12/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CIGA-Consórcio de Inform na Gestão Pública Munic., situada na RUA SANTOS SARAIVA, Nº 1.546, Bairro: ESTREITO, cidade de FLORIANÓPOLIS-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.427.503/0001-12.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 82/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 82/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2014, Processo de Licitação nº 78/2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Ipumirim no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

Valor: R\$ 3.540,00 (Três Mil Quinhentos e Quarenta Reais)

Assinatura: 08/12/2014 Vigência: 31/12/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CIGA - Consórcio de Inform. na Gestão Pública Munic., situada na RUA SANTOS SARAIVA, Nº 1.546, Bairro: ESTREITO, cidade de FLORIANÓPOLIS-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.427.503/0001-12.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 83/2014/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 83/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 3/2012, Processo de Licitação nº 58/2012, homologado em 26 de julho de 2012.

Objeto: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 69/2.012, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA CRI-COLETA, RECICLAGEM E INSINERA. LIXO LTDA.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 08/12/2014 Vigência: 01/01/2015 á 31/12/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CRI - COLETA, RECICLAGEM E INSINERA.LIXO LTDA, situada na RODOVIA SC 465, KM 14, Bairro: RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.239.339/0001-45.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 84/2014/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 84/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014, Processo de Licitação nº 31/2014, homologado em 15 de maio de 2014.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 46/2014, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA LEOCIR TELES DA SILVA - ME.

Valor: R\$ 0,01 (Quatorze Mil Quatrocentos Reais)

Assinatura: 08/12/2014 Vigência: 01/01/2015 á 31/12/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: LEOCIR TELES DA SILVA, situada na VILA LINHA POÇO FUNDO, Bairro: INTERIOR, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 716.323.609-34.

**PORTARIA Nº. 434/2014 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.**

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

ADELITA DECKER APPELT, Matrícula 2323-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3188281 e do CPF 017.722.539-44, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 339/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 08 de dezembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 435/2014 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.**

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO CARGO DE PROFESSORA, CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE**

A MIRIAN KATIA FISTER, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim - SC, Carteira de Identidade nº.3.572.001 e do CPF sob o nº.024.955.149-79, Nomeada em Caráter Temporario no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 horas semanais, licença gestação de 180 (Cento e Oitenta) dias, para o período de 08 de Dezembro de 2014 a 05 de Junho de 2015, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 08 de Dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 08 de Dezembro de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim.

**SEGUNDA RETIFICAÇÃO DA MINUTA DO PL 73 PREGÃO PRESENCIAL 42.TRANSF. ESCOLAR PARA 2015/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 73/2014

VALDIR ZANELLA - Prefeito Municipal torna público para conhecimento dos interessados a retificação efetuada no edital sobredito, a saber: - Diante da alteração a ser efetuada no item 1.6 do Edital, necessário também a alteração dos dados constantes do anexo I, onde também é excluído o item 01, o qual pode ser obtido junto ao setor de Compras do Município de Ipumirim através do e-mail [compras@ipumirim.sc.gov.br](mailto:compras@ipumirim.sc.gov.br) ou através do site [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br). Em função da alteração que afetará a elaboração das propostas, fica protelada a entrega e abertura dos envelopes, fixando-se a data de 29 de dezembro de 2014, mantendo-se o

mesmo horário e local para apresentação e abertura dos envelopes. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico a ser enviado por fax através do número sobredito ou e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br.

Ipumirim - SC, 09/12/2014  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**SEGUNDA RETIFICAÇÃO RESUMIDA-PL 73 PREGÃO PRESENCIAL 42-TRANSP. ESCOLAR PARA 2015/PM**  
RETIFICAÇÃO RESUMIDA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2014, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014.

Laudecir Francio, Pregoeiro, no uso de suas atribuições:

Considerando a necessidade de retificação do Processo Licitatório nº 73/2014 em face da alteração do item 1.6 do edital, necessário também a alteração dos dados constantes do anexo I, onde também é excluído o item 01, passando a seguir da seguinte forma:

**R E T I F I C A**

1 -Diante da alteração a ser efetuada no item 1.6 do Edital, necessário também a alteração dos dados constantes do anexo I, onde também é excluído o item 01, da forma que os mesmos passam a vigorar com a seguinte redação:

1.6 Para efeito deste Processo de Licitação, Modalidade de Pregão Presencial, considera-se:

1.6.1 Perua/Van - Capacidade de 11 a 16 lugares;

1.6.2 Micro- Ônibus - Capacidade de 17 a 30 Lugares;

1.6.3 Ônibus - Capacidade acima de 30 lugares.

Item	Itinerário	Valor/Max/ R\$	Turno	Veículo
02	Saída da Divisa de Lindóia do Sul até a propriedade do Senhor Mauro Brighentti, Passo Grande, Lageado Polidoro, Bairro Costa do Engano à Ipumirim com retorno até Passo Grande no período matutino. Saída de Passo Grande, Linha Benelli, Linha Áurea com entrada nas propriedades dos Senhores David Pagliochi e Darci Picco, Três Marias, Cohab José Carlos Bonissoni à Ipumirim, com extensão de 105,2 km.	R\$ 457,62	Matutino e Vespertino	Ônibus Mín. 40 lugares

03	Saída de São Rafael, Linha Progresso, Serra Alta, Alto Feliz, propriedade de Adilson Krebs, Varanal até Escola de São Rafael, com extensão de 73,3 km	R\$ 263,88	Matutino e Vespertino	Micro-ônibus Min. 25 lugares
04	Saída de Ipumirim (das escolas municipal e estadual), passando por Jaguaterica, Lambedor, propriedade do Sr. Jacir Cella, Linha Jundiá, Linha Rica, Linha Coser, Serrinha, Jaquaterica, Posto Portal à Ipumirim numa extensão de 96,4 km.	R\$ 347,00	Vespertino	Micro-ônibus 30 lugares
05	Saída de Ipumirim, Linha Taquaral, Dois irmãos, Lageado Manso, Bairro Carlos Bonissoni até as escolas municipal e estadual no período matutino, numa extensão de 48,8 km.	R\$ 175,68	Matutino	Micro-ônibus Min. 28 lugares
06	Saída de São Rafael, Salgado (até as propriedades de Inácio Fengler e André Senger) à São Rafael, Linha Schuck retornando a São Rafael numa extensão de 64,8 km	R\$ 233,28	Matutino e Vespertino	Micro-ônibus Min. 22 lugares
07	Saída do centro de Ipumirim, Bairro Scalco, Loteamento Neldo Simon até as escolas municipal e estadual nos turnos matutino e vespertino. Saída do centro até a Cohab José Carlos Bonissoni no turno vespertino numa extensão de 36 km.	R\$ 129,60	Matutino e Vespertino	Micro-ônibus Min. 28 lugares

2 - Em função da alteração que afetará a elaboração das propostas, fica protelada a entrega e abertura dos envelopes, fixando-se a data de 29 de dezembro de 2.014, mantendo-se o mesmo horário e local para apresentação e abertura dos envelopes.

3- As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

4- Revogadas as disposições em contrário, comunica-se aos interessados em participar do certame licitatório.

Ipumirim, SC- 09 de dezembro de 2.014  
Laudecir Francio  
Pregoeiro

# Irineópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 82/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 82/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis  
Contratada: Cristofolini & Cristofolini Ltda. - ME.  
Objeto: Contratação de serviços do tipo hora/máquina, especialmente para locação de máquinas, equipamentos e veículos, destinados ao atendimento de programas municipais, dentre os quais o Programa Porteira Adentro, em conformidade com Decreto nº 2458/2013, promovido por esta Prefeitura Municipal.  
Vigência: 08.12.2014 a 07.12.2015  
Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATORIO Nº 82/2014 - PP Nº 50/2014 - RG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 82/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 50/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 22 de dezembro de 2014, às 14:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE 500 TONELADAS DE CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE), COM CAP, PARA MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS E RURAIS DO MUNICÍPIO". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111, e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 09 de dezembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2014 - PP Nº 49/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 81/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 49/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 22 de dezembro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE 20.000 TONELADAS DE PEDREGULHO SUJO E 20.000 TONELADAS DE AREIA, PARA USO DIVERSOS, COM ENTREGA PARCELADA, PARA O EXERCÍCIO DE 2015". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de

Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111, e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 09 de dezembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**Itaiópolis****PREFEITURA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2014**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014 - OBJETO: aquisição de 4.000 (quatro mil) marmitas (almoço), para os Servidores Públicos da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas. PROPONENTE: Julia Nair Humeniuk ME, VALOR: R\$ 9,00 a marmita. Prazo: 12 (doze) meses. Itaiópolis, 1º de Dezembro de 2014. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE CONTRATO - ARP Nº 28/2014**

EXTRATO DE CONTRATO - Processo Licitatório nº 78/2014 - Pregão Presencial nº 61/2014. Objeto: aquisição de 750 (setecentos e cinquenta) marmitas (almoço) para os Servidores Públicos da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas. CONTRATO nº 95/2014. CONTRATADA: Julia Nair Humeniuk ME. VALOR: R\$ 9,00 (nove reais) a marmita, total de R\$ 6.750,00. PRAZO: 31/12/2014. Itaiópolis, 1º/12/2014. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

**Itapiranga****PREFEITURA****PORTARIA Nº 259/2014**

Portaria nº 259 de 9 de dezembro de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006 e suas alterações;

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar a pedido, a partir do dia 9 de dezembro de 2014, Elisabeth Helena Rausch Frantz matrícula nº 9991/04, do cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 8 de dezembro de 2014.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos



# Itapoá

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME, com sede á Rua Felipe Schmidt, nº 396, Centro, Mafra/SC, CEP: 89.300-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.525.422/0001-98, e Inscrição Estadual sob o nº 257.393.633, representada neste ato pela procuradora a Sra. GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO, portador do CNPF/MF nº 053.001.379-79, e do CI.RG nº 3.870.679-2 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2014-REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2014-PROCESSO Nº 153/2014.

Objeto: Aquisição de medalhas para premiações aos alunos durante os eventos anuais promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC, conforme Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/12/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 09 de dezembro de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

### SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2014 DO EDITAL Nº 022/2014 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 022/2014

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato Zilma Gomes da Silva para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Registro no COREN/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);

17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);

18. Tipagem sanguínea;

19. Laudo médico;

20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Cristian Angelo Grassi

Secretário da Saúde

Itapoá, 09 de dezembro de 2014.

### TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO Nº 77/2014 À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2014. (1º ADITIVO).

TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO Nº 77/2014 À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, inscrita no CNPF/MF nº 248.71.419-34 e portadora do CI.RG. nº 2/R 037.212-2/SC, Secretário de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, inscrito no CNPF/MF sob o nº 758.746.019-53 e portador do CI.RG. nº 2895530-7 SSP/SC, Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, inscrito no CNPF/MF nº 791.929.639-00 e portador do CI.RG nº 2195991 SSP/SC, Chefe de Gabinete, o Sr. LUIZ CARLOS ZAGONEL, inscrito no CNPF/MF sob o nº 914.345.999-49 e portador do CI.RG nº 3004004, Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FAVERO DA SILVEIRA, portadora do CNPF/MF: 355.669.909-59 e C.I. RG nº 2090978 SSP/PR, Secretário de Planejamento, o Sr. MARCIO ROBERTO GONZATTO, inscrito no CNPF/MF nº 452.547.969-87 e portador do CI.RG nº 4953999-0, Secretária de Bem Estar Social a Sra. ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA inscrita no CNPF/MF nº 820.875.479-04 e portadora do CI.RG nº 2.968.091 SSP/SC, Secretário de Esporte e Juventude, o Sr. JOSÉ MARIA CALDEIRA inscrito no CNPF/MF nº 548.691.029-00 e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e do CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a Empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, com sede á Rua com sede á servidão Norma Rudnick 111, Pirabeiraba, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.239-228, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 75.415.075/0001-32, e Inscrição Estadual: 250.795.272, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. HANS HARTWIG GEHRMANN, portador do CNPF/MF nº 248.293.079-00, e do CI.RG nº 2/R 414.549 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo visando o reequilíbrio econômico financeiro Aquisição parcelada de gasolina e óleo diesel, para abastecimento da frota municipal de veículos leves e pesados, incluindo a instalação dos equipamentos necessários para o abastecimento, conforme anexo V do edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO Nº 04/2014 - REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2014 - PROCESSO Nº 07/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera cláusula primeira visando o reequilíbrio econômico financeiro com fulcro no Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, reajustando o preço unitário do item 2. Diesel, acrescentando o valor de R\$ 2,38 (dois reais e trinta e oito centavos), passando o valor



unitário do litro do diesel à R\$ 2,49 (dois reais e quarenta e nove centavos)

### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 02/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo à Ata de Registro de Preço nº 02/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 04 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA HANS HARTWIG GEHRMANN
MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
JEFERSON RUBENS GARCIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE
LUIZ CARLOS ZAGONEL CHEFE DE GABINETE	MARCIO ROBERTO GONZATTO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO
ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA SECRETÁRIA DE BEM ESTAR SOCIAL	JOSÉ MARIA CALDEIRA SECRETÁRIO DE ESPORTE E JUVENTUDE
Testemunhas:  Nome: CPF/MF:	  Nome: CPF/MF:

### TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO Nº 78/2014 À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/2014. (1º ADITIVO).

TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO Nº 78/2014 À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Municipal de Saúde, Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, inscrito no CNPJ/MF nº 758.746.019-53 e portador do CI.RG. nº 289553-07, pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FAVERO DA SILVEIRA, portadora do CNPJ/MF: 355.669.909-59 e C.I. RG nº 2090978 SSP/PR, pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portador do CI.RG nº 2195991 SSP/SC, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e do CNPJ/MF nº 230944279-87,

residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a Empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, com sede á Rua Marcionilo dos Santos, nº 1426, Corticeira, na cidade de Guaramirim/SC, CEP: 89.270-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 75.415.075/0002-13, e Inscrição Estadual: 254.326.684, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. ROLF BAYERL, portador do CNPJ/MF nº 311.413.829-20, e do CI.RG nº 605.585-07 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo visando o reequilíbrio econômico financeiro Aquisição parcelada óleo diesel BS10, para abastecimento da frota municipal de veículos pesados da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Educação, incluindo a instalação dos equipamentos necessários para o abastecimento, conforme Anexo V do Edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO Nº 39/2014 - REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2014 - PROCESSO Nº 74/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera cláusula primeira visando o reequilíbrio econômico financeiro com fulcro no Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, reajustando o preço unitário do item 1. Óleo Diesel BS10, acrescentando o valor de R\$ 0,121 (cento e vinte e um milésimos de reais), passando o valor unitário do litro do óleo diesel à R\$ 2,593 (dois reais e quinhentos e noventa e três milésimos de reais).

### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 35/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo à Ata de Registro de Preço nº 35/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 04 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA ROLF BAYERL
CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE	TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
JEFERSON RUBENS GARCIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Testemunhas: Nome: CPF/MF:	Nome: CPF/MF:

# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 338, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 338, de 09 de dezembro de 2014

"Define a Unidade Fiscal Municipal - UFM, para o ano de 2015".

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e de conformidade com o § 1º do art. 264, da Lei Complementar nº 002/01, de 21 de Dezembro de 2001, Código Tributário Municipal e Lei nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 - LDO, bem como suas alterações.

#### DECRETA

Art. 1º - A Unidade Fiscal Municipal - UFM, variável essencial para a atualização da base de cálculo e valor dos Tributos Municipais, será de R\$ 134,28(cento e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 09 de dezembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

EDEGAR FRANÇA

Secretário da Fazenda

### EDITAL Nº 014/2014 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

EDITAL Nº 014/2014 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a convocação de candidatos classificados no Concurso Público Municipal - Editais nº. 001/2014 "

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classificação no Concurso Público Municipal nº. 001/2014, CONVOCA os candidatos relacionados nos Anexos I, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, n.º 40, Centro, Ituporanga, SC, do dia 08/12/2014 a 19/12/2014 e do dia 05/01/2015 a 22/01/2015 no horário das 7h às 13h, munidos dos documentos exigidos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014, visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado os candidatos aprovados convocados que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº. 020, de 17 de dezembro de 2008.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 05 de dezembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

#### ANEXO I

EDITAL Nº. 01/2014

CONVOCA

CARGO: FARMACEUTICO

Apresentar Diploma de Graduação de nível superior em Farmácia e Registrado no Órgão competente, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014.

#### CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
03	GLENDA SABRINA MORALES

CARGO:TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Apresentarem Diploma ou Certificado do Ensino Médio e Curso Técnico em Enfermagem, Registro no Órgão competente de Fiscalização da Profissão, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 do Edital nº. 001/2014.

#### CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
01	FERNANDA RENGEL
02	MARCOS AURÉLIO BRUDA
03	LUCÉLIA RENGEL GUIMARÃES

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 117/2013 PMJ TA 03

CONTRATO Nº 117/2013/PMJ - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 387, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr RAFAEL LASKE, e a empresa ONSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.411.025/0001-05, estabelecida na RUA MARTINHO LUTERO, 322, Bairro CRUZEIRO DO SUL, no Município de JOAÇABA/SC, neste ato representada pelo Sr. IVAN ZANARDO, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 180.205 e CPF nº 003.198.219-00, residente e domiciliado na AV. XV DE NOVEMBRO, 70, cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 117/2013/PMJ, firmado em 18/10/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 101/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 61/2013/PMJ, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, como de meio, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança, para as unidades escolares da rede municipal, incluindo-se o PRONATEC (educação de jovens e adultos), no Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Os valores do contrato ficam reajustados em 6,5881%, correspondente à variação do INPC/IBGE no período de outubro de 2013 a setembro de 2014, passando a vigorar, a contar de 01 de dezembro de 2014, conforme discriminado a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MENSAL INICIAL R\$	VALOR MENSAL ATUALIZADO R\$
1	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme – Núcleo Pedagógico Rural de Joaçaba - BR 282 – KM 396 – Linha Abatti	310,5383	331,00
2	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme – Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes - Avenida da Liberdade, 221 – N. S. de Lourdes	310,543	331,00
3	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme – CEI Menino Deus	310,543	331,00
4	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme – Escola Municipal Rotary Fritz Lucht - Rua Antonio Nunes Varela, 1222 – Vila Pedrini	310,543	331,00

5	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme – CEI Nossa Senhora de Lourdes - Rua Arduino Poyer, 66 – N. S. de Lourdes	310,543	331,00
6	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Escola Dulce de Queiroz - Rua Amilton Rossin – Bairro Clara Adélia	310,543	331,00
7	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Escola Municipal Anita Lopes Vieira - Rua João Canalle, 120 – Distrito de Santa Helena	310,543	331,00
8	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Centro de Educação Infantil Tempo de Aprender - Rua Severino Fuga – Vila Pedrini	310,543	331,00
9	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Centro de Educação Infantil Mundo Encantado - Travessa Cesário Silva, 197 – Bairro Santa Tereza	310,543	331,00
10	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Escola JL Anzolin - Rua Angelo Anzolin – Bairro Anzolin	310,543	331,00
11	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Centro Educacional Roberto Trompowski – CERT - Avenida Santa Terezinha, 49 – centro.	310,543	331,00
12	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Centro de Educação Infantil Rosa Branco - Rua Alberto Saccol – Caetano Branco	310,543	331,00
13	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - CEI Clara Zomkowski - Rua Frederico Meyer – Bairro Flor da Serra	310,543	331,00
14	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme – CERTINHO - Avenida Barão do Rio Branco, 84 – centro.	310,543	331,00
15	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Escola Municipal Frida Regensburger - Rua Lindolfo Schneider – Bairro Frei Bruno	310,543	331,00
16	Comodato sistema de monitoramento e atendimento de alarme - Centro de Educação Infantil Profª. Rita Petry - Loteamento Armindo de Medeiros Haro – São Brás	310,543	331,00
VALOR MENSAL TOTAL – R\$			5.296,00

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, 09 de dezembro de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

ONSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA  
IVAN ZANARDO

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

**32/2013 PMJ TA 09**

CONTRATO Nº 32/2013/PMJ - TA 09

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ADS SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.190.855/0001-34 estabelecida na Rua Domingos Pedro Hermes, nº 1.053, Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, no Município de São José, SC, representada neste ato pelo Sr. Murilo Silveira Fleischmann, portador da Carteira de Identidade nº 2.863.361-0 e CPF nº 807.610.209/00, residente e domiciliado Rua Desembargador Flavio Tavares da Cunha Melo, 186 - Coqueiros, na cidade de Florianópolis - SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 32/2013/PMJ, firmado em 18/02/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 90/2012/PMJ, instaurado através do Edital PP nº 46/2012/PMJ, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de serventes de limpeza, destinados às Secretarias Municipais de Educação, de Gestão Administrativa e demais setores vinculados ao Gabinete do Prefeito deste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 34 (trinta e quatro) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 1.890.954,24 (um

milhão oitocentos e noventa mil novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 09 de dezembro de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

ADS SERVIÇOS LTDA  
MURILO SILVEIRA FLEISCHMANN

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

**519/2010 PMJ TA 06**

CONTRATO Nº 519/2010/PMJ - TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa AUTO CENTER JOAÇABA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.750.045/0001-34, estabelecida na Rua Felipe Schmidt, 426, Centro, no Município de Joaçaba (SC), representada neste ato pelo Sr. ALCEMIR CARLOS PINTO RIBEIRO, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 2.632.018 e CPF nº 789.305.379-87, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 519/2010/PMJ, proveniente do Processo de Licitação nº 6/2010, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 9/2010, homologado no dia 12 de março de 2010, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados abaixo, por hora trabalhada, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota municipal e dos cedidos ao Município por outros órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional de outras esferas do governo, exceto os pertencentes aos Fundos, Autarquias e Fundações, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 11 de março de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO**



**REAJUSTE E REVISÃO.**

Diante do acréscimo constante na cláusula primeira e da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 2.903,97 (dois mil novecentos e três reais e noventa e sete centavos), a partir de 01 de janeiro de 2015, correspondentes aos seguintes itens:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	112,5	hrs	Serviço de mecânica geral para a categoria de veículos constantes do Lote 1 – veículos leves	11,72	1.318,50
2	96	hrs	Serviço de mecânica especializada para a categoria de veículos constantes do Lote 1 – veículos leves	11,72	1.125,12
3	33	hrs	Serviço de eletricidade para a categoria de veículos constantes do Lote 1 – veículos leves	13,95	460,35

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 09 de dezembro de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
PREFEITO

AUTO CENTER JOAÇABA LTDA  
ALCEMIR CARLOS PINTO RIBEIRO

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

**521/2010 PMJ TA 07**

CONTRATO Nº 521/2010/PMJ - TA 07

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ELOI PAULO PETRY, inscrita no CNPJ sob o nº 79.656.492/0001-28, estabelecida na Rod. SC 303, Km 01, Acesso Sul, no Município de Joaçaba (SC), neste ato representado pelo Sr. ELOI PAULO PETRY, portador da Carteira de Identidade nº 1.300.533 e CPF nº 484.169-329-72, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 521/2010/PMJ, proveniente do Processo de Licitação nº 6/2010, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 9/2010, homologado no dia 12 de março de 2010, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados abaixo, por hora trabalhada, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota municipal e dos cedidos ao Município por outros órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional de outras esferas do governo, exceto os pertencentes aos Fundos,

Autarquias e Fundações, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 11 de março de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 16.588,10 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e oito reais e dez centavos), a partir de 01 de janeiro de 2015, correspondentes aos seguintes itens:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
4	50	HRS	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 1 – VEÍCULOS LEVES	41,50	2.075,00
6	116	HRS	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3 – VANS, CAMIONETAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS	50,25	5.829,00
7	113	HRS	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3 – VANS, CAMIONETAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS	52,50	5.932,50
8	21	HRS	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3 – VANS CAMIONETAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS	46,00	966,00
9	40	HRS	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3 – VANS, CAMIONETAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS	44,64	1.785,60

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento,

juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 09 de dezembro de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
PREFEITO

ELOI PAULO PETRY

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

## 522/2010 PMJ TA 05

CONTRATO Nº 522/2010/PMJ - TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa MIRANDA & MIRANDA COM. PEÇAS SERV. MAQ. PES. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 85.193.860/0001-41, estabelecida na BR 282, Km 399, Distrito Industrial, no Município de Joaçaba (SC), neste ato representado pelo Sr. RAUL DE MIRANDA, portador da Carteira de Identidade nº 547.135-4 e CPF nº 425.682.349-20, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 522/2010/PMJ, proveniente do Processo de Licitação nº 6/2010, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 9/2010, homologado no dia 12 de março de 2010, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados abaixo, por hora trabalhada, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota municipal e dos cedidos ao Município por outros órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional de outras esferas do governo, exceto os pertencentes aos Fundos, Autarquias e Fundações, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 11 de março de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

### CLÁUSULA SEGUNDA

### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 10.010,00 (dez mil e dez reais), a partir de 01 de janeiro de 2015, correspondentes aos seguintes itens:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	105	hrs	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4 – MÁQUINAS PESADAS	86,95	9.129,75
13	12,5	hrs	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4 – MÁQUINAS PESADAS	70,42	880,25

### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 09 de dezembro de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
PREFEITO

MIRANDA & MIRANDA COM. PEÇAS SERV. MAQ. PES. LTDA  
RAUL DE MIRANDA

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

## 56/2013 PMJ TA 03

CONTRATO Nº 56/2013/PMJ - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa REALMAC MAQ. E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.231.890/0001-00, estabelecida na AV. LICÍNIO Córdova, 411-D, Bairro SÃO CRISTÓVAO, no Município de CHAPECÓ/SC, representada neste ato pelo Sr. ANELMO JOSÉ CAZALLI, portador da Carteira de Identidade nº 1.614.029 e CPF nº 492.136.959-34, residente e domiciliado na cidade de CHAPECÓ/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 56/2013/PMJ, firmado em 10/04/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 34/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 21/2013/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços "outsourcing" de impressão e fotocópias, com cessão de equipamentos (multifuncionais e impressoras monocromáticas a laser) novos, conforme especificações do Anexo I do Edital, destinados à manutenção das atividades de setores das diversas secretarias da Administração Municipal, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de



2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 32 (trinta e dois) meses e 19 (dezenove) dias, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 30.240,00 (trinta mil duzentos e quarenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, por seus representantes legais, em 04 vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 09 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATANTE

RAFAEL LASKE

PREFEITO

REALMAC MAQ. EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA

ANTELMO JOSÉ CAZALLI

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### 67/2013 PMJ TA 03

CONTRATO Nº 67/2013/PMJ - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.725.725/0001-35, estabelecida na Rua 220, nº 200, Centro, no Município de Itapema (SC), doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, portador da Carteira de Identidade nº 220.562/SC e CPF nº 181.488.089-53, residente e domiciliado na Rua 288, nº350, Bairro Meia Praia na cidade de Itapema (SC), celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 67/2013/PMJ, firmado em 20/05/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 48/2013/PMJ - Inexigibilidade nº 3/2013/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, sob a forma de cessão de uso de software, de sistema que permita à geração e à disponibilização no site da Prefeitura de Joaçaba, da base de dados contendo a legislação do Município de Joaçaba, incluindo o texto integral das leis, mecanismos de busca e de remissão (referências entre as normas incluídas), bem como a consolidação por dentro do texto, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO e a CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 10.617,72 (dez mil seiscentos e dezessete reais e setenta e dois centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 31 (trinta e um) meses e 10 (dez) dias, contados do seu início.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 09 de dezembro 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATANTE

RAFAEL LASKE

Prefeito

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

CONTRATADA

CARLITO MELLO DE LIZ

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

### 839/2008 PMJ TA 08

CONTRATO Nº 839/2008 - TA 08

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO e a empresa DEYCON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 77.887.412/0001-10, com sede à Av. Adolfo Ziguelli, 1021, neste ato representada pelo Sr. FIORELO PEGORARO, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 098.429.779-00 e RG nº 11/c 362.188, residente e domiciliado na Av. Adolfo Ziguelli, 999, na cidade de Joaçaba(SC), a seguir denominado simplesmente LOCADORA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 839/2008, celebrado em 05 de março de 2008, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2008-DL, que tem por objeto a locação de um imóvel localizado na Rua Tiradentes, 170, nesta cidade de Joaçaba(SC), andar térreo com 960,20 m² e sobreloja com 595,70 m², incluindo estacionamento frontal com 14 vagas e área de motocicletas, destinado a instalação e o desenvolvimento de atividades de setores afins da Administração Pública

Municipal, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 218.833,80 (duzentos e dezoito mil oitocentos e trinta e três reais e oitenta centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 09 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
LOCATÁRIO

DEYCON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA  
FIORELO PEGORARO

(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

#### 854/2011 TA 04

CONTRATO Nº 854/2011/PMJ - TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa BIQ BENEFÍCIOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.878.237/0001-19 estabelecida na RUA VERGUEIRO, 3.185, CONJ. 123- CENTRO EMPRESARIAL SANTA JULIA, Bairro VILA MARIANA, no Município de SÃO PAULO/SP, neste ato representada pelo Sr. JOÃO DE DEUS SANTANA DOS SANTOS, portador da Carteira de Identidade nº 20.184.413-8 e CPF nº 106.892.018-18, residente e domiciliado na cidade de SÃO PAULO/SP, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 854/2011/PMJ, firmado em 22/09/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 98/2011/PMJ, instaurado pelo Edital PP nº 48/2011/PMJ, homologado no dia 22/09/2011, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, de serviços de repasse de valores referentes ao vale alimentação, instituído pela Lei Municipal nº 4025/2010, aos servidores do Município de Joaçaba, por meio de cartão magnético, para aquisição de alimentação em estabelecimentos comerciais cadastrados, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato original fica prorrogada para 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 51 (cinquenta e um) meses e 08 (oito) dias, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 09 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE - PREFEITO

BIQ BENEFÍCIOS LTDA  
JOÃO DE DEUS SANTANA DOS SANTOS

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_

### SIMAE

#### ATA REGISTRO DE PREÇOS 0008/2014 - PRODUTOS QUÍMICOS SIMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0008/2014

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0045/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 04/12/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Produtos Químicos para utilização no tratamento da água distribuída pelo SIMAE à população dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0045/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Cloro Gás Acondicionado em Cilindros de aço 50 a 68kg, Quantidade - 10.000 - Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA, no valor de R\$ 6,85 o Kg;

Item 02 - Coagulante Inorgânico Catiônico Pré Polimerizado, Quantidade - 150.000 - Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 1,05 o Kg;

Item 03 - Ácido Fluossilícico Líquido, Quantidade - 25.000 - Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 0,74 o Kg;

Item 04 - Cal Hidratada Especial para tratamento de água, Quantidade - 24.000 - Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 0,82 o Kg;

Item 05 - Hipoclorito de Sódio Líquido, Quantidade - 7.000 - Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - BUSCHLE & LEPPER S/A, no valor de R\$ 1,80 o Kg;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0045/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Planilha de lances do pregão.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os Produtos Químicos deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de envio da Autorização de Fornecimento-AF ou Nota de Empenho-NE.

4.2 Após o recebimento da AF ou NE, por parte do fornecedor, o produto deverá ser entregue, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, em um prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da solicitação, sem a exigência de valor

mínimo e sem custos adicionais;

4.3 Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Estação de Tratamento de Água, localizado na AV Caetano Natal Branco, 1845, Frei Bruno, Joaçaba, SC, em dias de expediente, das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

4.4 Os produtos fornecidos deverão ser produzidos e entregues seguindo o disposto na norma ABNT NBR 15784:2009 - Produtos Químicos utilizados no tratamento de água, destaca-se especialmente as concentrações de impurezas estabelecidas nos Anexos A e B da referida norma.

4.5 Conforme estabelecido no art.13 da Portaria 2.914/11 deverão ser apresentados:

- a) Laudo de atendimento dos requisitos de saúde estabelecidos em norma técnica da ABNT para o controle de qualidade dos produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano e;
- b) Laudo de inocuidade dos materiais utilizados na produção e distribuição que tenham contato com a água.

4.6 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

4.7 Por ocasião do recebimento dos materiais, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando a empresa contratada a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.

4.8 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, no caso de eventual problema que venham a ser detectados com o lote entregue de qualquer um dos produtos, após o seu recebimento, a empresa contratada será responsável pelo recolhimento do mesmo, devendo também dar a destinação adequada ao produto com problema ou resíduos gerados, como é o caso de acúmulo indevido de resíduos no fundo dos tanques de armazenamento de ácido fluossilícico e policloreto de alumínio.

4.9 O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.10 Caso os produtos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.11 Na eventual necessidade de se realizar manutenção nos tanques de armazenamento de ácido fluossilícico e policloreto de alumínio, localizados nas dependências do SIMAE, deverá a contratada fornecer suporte para a manutenção, incluindo containers para armazenamento temporário dos produtos e demais equipamentos que se fizerem necessários ao processo, como bombas, conexões, etc.

4.12 A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

4.13 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.14 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil subsequente da entrega.

4.15 O Material que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.16 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

## 5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos produtos correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061  
FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.  
ELEMENTO: 3.3.90.30.11

## 6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos,

independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

### 7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) Efetuar a entrega dos Produtos Químicos pós solicitação em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento - AF ou Nota de Empenho- NE, em horário comercial;
- b) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- c) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Fornecer junto com os produtos Laudos de atendimento de requisitos de saúde e inopacidade;
- f) Responsabilizar-se pelo frete e envio dos produtos.

## 8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução do contrato;
- b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;
- c) Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;
- d) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- e) Efetuar o pagamento em até 05 dias após a entrega a contento.

## 9 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

9.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 10 PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa:
  - 1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);



2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 01 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em aprego.

#### 11 DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba, SC, em 04 de dezembro de 2014.  
Eliane Aparecida Ceron Vier  
Pregoeiro

Equipe de Apoio:  
Mônica Saraiva Romani                      Paulo César Lamin

Mario Augusto de Siqueira  
Avanex Indústria e Comércio Ltda.

Rodrigo Tavares  
Buschle & Lepper S.A.

Daniele Sarabando  
Hidromar Indústria Química Ltda.

#### **ORDEM DE SERVIÇO 0015/2014 - SIMAE** ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0015/2014

Autorizo por meio desta, a empresa MULTI ARTE FIBRAS LTDA a iniciar os serviços referentes à execução de novos acessos em alvenaria e tampas em fibra de vidro para vedação completa dos RAPS de propriedade do SIMAE, dispostos no território dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0060/2014, Tomada de Preços JHL 0013/2014, Protocolo JHL 2754/2014, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0094/2014 de 09 de dezembro de 2014.

O valor Global dos serviços e materiais contratados é de R\$ 19.212,62 (Dezenove mil, duzentos e doze reais e sessenta e dois centavos), com prazo de execução de 60 (sessenta) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 09 de dezembro de 2014.  
Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

Contratado: MULTI ARTE FIBRAS LTDA  
Procurador: Peter Christian Gerndt  
CPF- 425.682.699-87

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **RESUMO CONTRATO JHL 0094/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0094/2014  
TOMADA DE PREÇOS JHL 0013/2014  
PROTOCOLO JHL 2754/2014  
PROCESSO 0060/2014  
Data: 09/12/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE NOVOS ACESSOS EM ALVENARIA E TAMPAS EM FIBRA DE VIDRO PARA VEDAÇÃO COMPLETA DOS RAPS DE PROPRIEDADE DO SIMAE, DISPOSTOS NO TERRITÓRIO DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA.

Contratado: MULTI ARTE FIBRAS LTDA.

Valor do Contrato: R\$ 19.212,62 (Dezenove mil, duzentos e doze reais e sessenta e dois centavos).

PROGRAMA/PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.051

ELEMENTO:

4.4.90.51.99.00

Prazo de vigência: 09/12/2014 a 07/02/2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.

**HOMOLOGAÇÃO TP0013/2014 SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 13/2014 - TP</b>  Processo Administrativo: 60/2014 Processo de Licitação: 60/2014 Data do Processo: 30/09/2014
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 60/2014  
b ) Licitação Nr.: 13/2014-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 09/12/2014  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE NOVOS ACESSOS EM ALVENARIA E TAMPAS PARA OS RAPS DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**MULTI ARTE FIBRAS LTDA. - ME (8261)**

1 EXECUÇÃO DE NOVOS ACESSOS EM ALVENARIA E NOVAS TAMPAS NOS RAPS, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E TAMPAS CONFECCIONADAS EM FIBRA DE VIDRO, COM OS DEVIDOS ACESSÓRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: MULTIARTES	SV	1,00	0,0000	19.212,62	19.212,62
--	----	------	--------	-----------	-----------

**Total do Fornecedor: 19.212,62**

**Total Geral: 19.212,62**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (15) Saldo: 167.449,57

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente



**Lages****PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 351/2014 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 351/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: A/V MÍDIA LOCAÇÕES LTDA inscrita no CNPJ n.º 04.679.255/0001-83, com sede a Travessa dos Ipês, 100 - Saco dos Limões CEP 88040-575 - Florianópolis/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 209/2014, correlato a Dispensa de Licitação 92/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Locação de Equipamentos de Projeção de Imagens para Grandes Formatos (Projeção Mapeada - MAPPING 3D), para o Natal da Felicidade 2014, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do referido Processo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega, impreterivelmente até o dia 28/11/2014, nos locais determinados pela Secretaria de Turismo;

2.3 Da Desmontagem, impreterivelmente até o dia 15/01/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 145.900,00 (cento e quarenta e cinco mil e novecentos reais).

Lages, 28 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Lauro Muller****PREFEITURA****RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº126/2014 PMLM**

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº126/2014 PMLM

PROCESSO Nº125/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que houveram retificações descritivas aos itens 15,19,36,18,44,49 e 54 do certame que ocorrerá no dia 16 de dezembro de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC.

Lauro Muller, 9 de dezembro de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 108/2014

DECRETO Nº 108/2014 - de 28 de novembro de 2014  
"Dispõe sobre a prorrogação da validade do concurso público n. 01/2012".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogada a validade do concurso público n. 01/2012, de acordo com a classificação contida no Decreto 113/2012 de 30 de novembro de 2012.

Art. 2º - O prazo de validade encerra-se em 30/11/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Lebon Régis (SC), 28 de novembro de 2014.  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 111/2014

DECRETO Nº 111/2014, de 10 de dezembro de 2014.  
"Dispõe sobre a homologação dos resultados finais dos Testes Seletivos para contratação temporária de excepcional interesse público regulamentados pelos Editais 01 e 02/2014 do Município de Lebon Régis.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologado o resultado e a classificação final do Teste Seletivo para contratação temporária de excepcional interesse público regulamentados pelos Editais n. 01 e 02 /2014, conforme Anexos I, que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.  
Lebon Régis (SC), 10 de dezembro de 2014.  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 111/2014 ANEXO I CARGO: AGENTE DE SAÚDE

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
JANDIRA MACIEL	7,6	2,0	9,6	1º
MARCIA DE FATIMA CRACO	7,2	2,0	9,2	2º
JANETE APARECIDA GRANEMANN	6,0	2,0	8,0	3º
MORGANA FORTES	6,0	2,0	8,0	4º
JUSSARA APARECIDA HANNA	6,0	2,0	8,0	5º
MARIA RODRIGUES DE MARAFIGO DA CRUZ	5,6	2,0	7,6	6º
MARILENE RODIGHIERI	5,2	2,0	5,2	7º
MARILENE SANTOS DA SILVA	5,2	2,0	7,2	8º
FRANCIELE XAVIER DA CRUZ	6,4	-	6,4	9º
ELIANE DE SOUZA PAHL	4,8			
SUZAMARA ALVES DE SOUZA	2,8			

### CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
MATHEUS KOCH	8,0	2,0	10	1º
JESSICA INES BORGES DOS SANTOS	7,2	1,5	8,7	2º
NEILITA DO VALLE ROCHA LEANDRO	6,4	2,0	8,4	3º
CRISTIANE CARLIN MULLER	7,6	-	7,6	4º
JOSIELE ALVES PEREIRA	6,0	-	6,0	5º
MARLI TEREZINHA BERTES DOS SANTOS	5,6		5,6	6º

### CARGO: MOTORISTA ESCOLAR

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF
DANIEL OSNI DOS SANTOS	8,4	2,0	10,4	1º
ELIEL INHAIA	7,2	2,0	9,2	2º
JERRY ADRIANI PRUDENTE	7,2	2,0	9,2	3º

ALAN TELES PITT	8,8	-	8,8	4º
RODRIGO PONTES FERNANDES	8,0	-	8,0	5º
MOACIR PEREIRA MARAFIGO	7,6	-	7,6	6º
JOSE ADEMIRSON MELO	7,6	-	7,6	7º
JOEL ALMIR DE SOUZA	3,6			

**CARGO: MOTORISTA**

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF
JOACIR DANALIA	5,2	-	5,2	1º
EDIMAR DANALIA	5,2	-	5,2	2º

**CARGO: SERVIÇOS INTERNOS**

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
MARIA DE-MARTINI	8,4	2,0	8,4	1º
MARIA FRANCELINA PRESTES	6,8	2,0	8,8	2º
NELIA GABRIEL DOS SANTOS	6,8	2,0	8,8	3º
ALZIRA RIBEIRO DA SILVA	6,8	2,0	8,8	4º
DANIELE JACIARA TELLES DA COSTA	6,8	2,0	8,8	5º
NEILITA RIBEIRO VIEIRA DE LARA	6,4	2,0	8,4	6º
MARILENE ALVES	6,4	2,0	8,4	7º
SOLANGE APARECIDA NAVROSKI	5,6	-	5,6	8º
ANARA CRISTINA CORREA DE SOUZA	7,2	-	7,2	9º
ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS	7,2	-	7,2	10º
DILACI DE FATIMA HOFFMANN MARTIOL	6,8	-	6,8	11º
SANDRA APARECIDA SELINKA	6,8	-	6,8	12º
ALINE CORREIA DE SOUZA	5,2	1,5	6,7	13º

MARINEI DA COSTA MOREIRA SCHULTZ	6,4	-	6,4	14º
JANIA APARECIDA DA ROSA PADILHA	6,4	-	6,4	15º
JULIANA RIBEIRO DA SILVA	6,4	-	6,4	16º
SIMONE ANDRADES RODRIGUES	6,4	-	6,4	17º
NERCELI MENEGILDO	6,0	-	6,0	18º
ADRIANA XAVIER	5,6	-	5,6	19º
OSNIRA RODRIGUES DE LOURENA	5,2	1,5	6,7	20º
JANETE SCHRAGLE	5,2	-	5,2	21º
CAMILA DE LIMA	4,8			
PATRICIA DE OLIVEIRA	4,4			

**CARGO: VIGIA**

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF
EDSON ALVES	8,8	2,0	10,8	1º
VALDENIR ALVES LOPES	2,0			

**CARGO: MECÂNICO**

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF
GILSOMAR COELHO SPAUTZ	7,2	-	7,2	1º
LUIZ CARLOS ANTUNES DA SILVA	4,8			

**CARGO: RECEPCIONISTA DA PREFEITURA**

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
CLAUDIA TATIANE DE SOUZA	7,75	2,5	10,25	1º
JOZIANE CARVALHO RIBEIRO	7,75	-	7,75	2º
ANA PAULA DA CUNHA	7,25	-	7,25	3º
ELIANE APARECIDA GRANEMANN	6,75	-	6,75	4º
CIBELEA-PARECIDA SANTOSA ROSA	6,75	-	6,75	5º

MARINA PIRES DE MORAIS ROCHA	6,25	-	6,25	6º
FERNANDA CARVALHO SCHFFMACHER	6,25	-	6,25	7º
ANA PAULA SANTOS DA SILVA	5,5	-	5,5	8º
BIANCA HEINE	4,0			

**CARGO: NUTRICIONISTA**

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
SARAJANE HELENA PAZIN	7,0	3,5	10,5	1º
ANA CLAUDIA LUNELLI MORO	6,75	3,5	10,25	2º
THAINAN BERNARDI MENDES	5,5	3,5	9,0	3º
KARINE MARCIELY DE LIMA VENANCIO	6,25	-	6,25	4º
BRUNA DA APARECIDA FRANCO	5,75	-	5,75	5º
JESSICA RICARDO	5,75	-	5,75	6º
THALINE ARETUZA MUNIZ MACHADO	5,25	-	5,25	7º
JESSICA HAIDEE GOMES	5,25	-	5,25	8º
ANDRESSA SERAFINI MIRANDA	5,0	-	5,0	9º

**CARGO: PSICOLOGA**

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
SILVANE ANDRIONI	6,25	3,5	9,75	1º
NADIA APARECIDA MACIEL	6,25	3,5	9,75	2º

**CARGO: ASSISTENTE SOCIAL**

NOME	NOTA	TITULO	TOTAL	CLASSIF
MELIZA SABINI	6,5	-	6,5	1º
LAIS SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS	5,5	-	5,5	2º

**CARGO: ENFERMEIRA**

NOME	NOTA	TITULO	TOTAL	CLASSIF.
SILVANA FRANC. DOS SANTOS AUGENSTEIN	6,5	-	6,5	1º
BRUNA APARECIDA SAVIAN	5,75	-	5,75	2º
ESLAINE FIGUEREDO DOS SANTOS	4,75			

**CARGO: ODONTOLOGO**

NOME	NOTA	TITULO	TOTAL	CLASSIF.
MAIKON PEDRO FABIAN	5,0	-	5,0	1º

**CARGO: FISIOTERAPEUTA**

NOME	NOTA	TITULO	TOTAL	CLASSIF.
JANISSE CATARINA GONÇALVES DE SOUZA	6,5	-	6,5	1º

**CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

NOME	NOTA	TITULO	TOTAL	CLASSIF.
MARCELO FURTADO LEFFER	5,25	-	5,25	1º

**RESULTADO DO TESTE SELETIVO - PROFESSORES  
CARGO: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS HABILITADO**

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
FAURI JOSE CARNEIRO	5,5	3,5	9,0	1º
LIRA CRISTINA SZAU-COSKI DE SOUZA	5,25	3,5	8,75	2º
SOELI COSTA MOREIRA	5,0	3,5	8,50	3º
ROSANGELA SHIFETER	5,0	3,5	8,5	4º
MARIA LUIZA ARAUJO	4,75			
SIMONE APARECIDA ANTUNES	4,75			
SUELI TELES	3,5			

**CARGO: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS HABILITADO**

NOME	NOTA	TITULO	TOTAL	CLASSIF.
MARCIO ROCHA	5,5	4,5	10	1º
REGIANE DUTRA FREIRE	5,0	0,5	5,5	2º
VIVIAN PEREIRA TELES	4,75			
VERA MARCIA ANTUNES	4,75			

SAMIRA LUANA DA SILVA	4,75			
EVELIZE APARECIDA ROSA	4,5			
LUANA GONÇALVES DE ARAUJO	4,5			
LUCIANO DE SOUZA BAUER	4,5			
ANDRESSA RIBEIRO DE LIMA	4,25			
ANDREIA ALVES DO AMARAL	4,25			
ERICA MARISA DE ALMEIDA – PCD	4,25			
JOAO PAULO MELO BORGES	4,0			
CRISTIANE PEREIRA	4,0			
CIMEIA GOMES CARVALHO	3,75			
EDNA CARVALHO DO VALE	3,75			
MARCIO FERNANDES DE PAULA	3,75			

## CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADOS

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
MIRIAN DOS SANTOS PONTES	5,5	3,5	9,0	1º
GILCE MARTINS DIAS	5,25	3,5	8,75	2º
JOCIVANIA PESENTI	5,25	-	5,25	3º
VIVIANE MOHR	4,5			
KATIUSCIA LUIZ	4,25			
ROSELI PEREIRA GOMES	4,0			
MAGALI SANTOS ROCHA	3,75			
VANILDA ROSA ROCHA DE SOUZA	3,75			

## CARGO: EDUCAÇÃO INFANTIL NÃO HABILITADOS

NOME	NOTA	TITULO	TOTAL	CLASSIF.
GISELE GARCIA	5,25	4,5	9,75	1º
SAMANTA MAYER MARTINS GRANEMANN	5,0	3,5	8,5	2º
ELISIANE DIAS	6,25	1,5	7,75	3º
MARILETE NOGUEIRA	5,25	1,5	6,75	4º
SALETE SILVA PINS	5,0	1,5	6,5	5º
ANLIELLY DE SOUZA	5,5	0,5	6,0	6º
SABRINA SIQUEIRA	5,75	-	5,75	7º
ADRIANE MALLMANN	5,5	-	5,5	8º
PRISCILA DE CASSIA ALVES	4,75			
JUCIELI MARTA NOGUEIRA	4,75			
JULIANA THIBES FLORIANO	4,75			
LURDES DE FATIMA ROSA VIEIRA	4,5			
ADRIANA MATTE DA SILVA	4,5			
IRACI DOS SANTOS	4,5			
ELAINE DIAS	4,5			
MAYARA TEREZINHA BRITO	4,5			
DIANE VANESSA DE OLIVEIRA	4,5			
DANIELE CASTRO DOS ANJOS	4,5			
ROSANA TIBES PERETI	4,5			
ANDRESSA APARECIDA ROSA	4,25			
SONIA BORGIA	4,25			
ROSANA PATRICIA CAVALHERI ROCHA – PCD	4,25			
MARINE ANTONIA SELINKA	4,25			
ANDREA APARECIDA LUZ	4,25			

SULTANE IARA S. CANDIDO	4,0			
JUSSARA ANTUNES GOIS	3,75			
SCHEILA SANTOS BARRETO	3,75			
VANESSA PERETTI	3,75			
LUCINEIDE PERETTI TERCENIO	3,75			
JOSIELE BATISTA SOUZA	3,5			
ZENITA PAES DE FARIAS	3,5			
JOSIELE ALVES VOGUEL	3,25			

## CARGO: PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
DILAMAR MARTINS PINS PSCHIEDT	5,75	0,5	6,25	1º

## CARGO: PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
JOCILEI MALLMANN DOS SANTOS	5,5	3,5	9,0	1º
ELIZANGELA ROSA VIEIRA	4,25			

## CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
ANGELA MARIA VIDAL DO PRADO	6,0	0,5	6,5	1º
CAMILA OLIVEIRA DE LIMA CAMPOS	5,0	-	5,0	2º
ROSANGELA RIBEIRO	4,75			
VANESSA DOS SANTOS SOUZA	4,75			
MARIA DI-CLEI FRANÇA MARIANO	4,75			

## CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
VANDERLEI ALBUQUERQUE	4,75			
EVENILSO JOSE DIAS DO PRADO	4,25			

## CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
LEOCIR GEOVANI PERETTI	5,5	1,5	7,0	1º
TAINARA DOS SANTOS	5,5	1,0	6,5	2º
PRISCILA CORREA	5,0	1,5	6,5	3º
FABIO JUNIOR SPATOSKI – PCD	4,5			
EMANOEL DIEGO DE OLIVEIRA ISRAEL	4,5			
SABRINE MONTEIRO ABRAO SEMANN	4,25			

## CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
JOVANI PESENTE	6,0	3,5	9,5	1º
DAMIAN MAIBERG DE SOUZA	5,0	4,0	9,0	2º
VOLNEI ALVES MORAES	5,25	3,5	8,75	3º
ALINE DO PRADO FRANÇA	5,0	1,5	6,5	4º
ANDRIELY GUSI	5,5	-	5,5	5º
SILVANA VACARIO	4,75			
RUANDERSON RODRIGUES DE MORAES	4,25			
JEAN PIERRE GREIN DOS SANTOS	4,25			
NARA CRISTINA MATOS	4,0			
THAIANE GABRIELA DA SILVA	4,0			
JACSON F. FERREIRA DE ARAUJO	3,75			
JULIANA RODRIGUES DA SILVA	3,75			

## CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
ODAIR JOSE SOARES TERCENIO	6,0	1,0	7,0	1º
PAULA ANDRESSA GOETTEN	4,75			



JANE SALETE PASA	3,75			
------------------	------	--	--	--

CARGO: PROFESSOR DE INGLÊS

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
JEFERSON DOS SANTOS	5,5	4,0	9,5	1º
JAQUELINE CRISTINA RIZZO	5,25	3,5	8,75	2º
JESSICA DA SILVA RIBEIRO	4,75			
FRANCIANE FURTADO MELLO	4,0			
SABRINA VESARO	3,5			

CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

NOME	NOTA	TITULOS	TOTAL	CLASSIF.
EDINEI INHAIA	5,0	-	5,0	1º
JOSIANE RIBEIRO	4,75			

OBSERVAÇÃO: Os desempates foram feitos de acordo com os critérios que determina o Edital. Sendo assim: Primeiro pontos da Prova de Conhecimentos Específicos, Segundo pontos da prova de Português, Terceiro pontos da Prova de Matemática e se preciso maior idade.

Lebon Régis, 10 de dezembro de 2014.

**LEI MUNICIPAL Nº 1.499/2014**

Lei Municipal nº 1499/2014 de 09 de dezembro de 2014.  
"DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE BEM PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua Artur Barth localizada no centro do município de Lebon Régis passa a denominar-se "AVENIDA ARTUR BARTH".

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a confecção e colocação de placa denominativa, bem como, promover as alterações que se fizerem necessárias com a finalidade de dar cumprimento a presente Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no orçamento em vigor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Lebon Régis, 09 de dezembro de 2014.  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
Secretária de Administração e Finanças

**LEI MUNICIPAL Nº 1.500/2014**

Lei Municipal nº 1500/2014 de 09 de dezembro de 2014.  
"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE LEBON RÉGIS - ASSERP - E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".  
LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, no âmbito administrativo deste município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE LEBON RÉGIS - ASSERP, pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº. 21.247.892/0001-08 e com código de atividade econômica nº. 93-12-3-00, com sede à Rua Arthur Barth, nº. 300, centro, neste município de Lebon Régis.  
Art. 2º Revogam-se contrárias disposições.  
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 09 de dezembro de 2014.  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 422/2014 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0422/2014 de 08 de Dezembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979., e Lei 076 de 12/01/2012. e no item 5.5 do edital nº 01/2014.  
RESOLVE:

ART. 1º - DIVULGAR, Resultado do Teste Seletivo nº01/2014, do destinado a Contratação Temporária de pessoal, de acordo com o disposto no Inciso IX do Artigo nº 37 da Constituição Federal e Lei complementar municipal nº 65/2010 de 03 de Novembro de 2010.

ART 2º. - Axexo I - Resultado Teste Seletivo é parte integrante desta portaria.

ART. 3º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre- e publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, 08 de Dezembro de 2014.  
MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

## RESULTADO DO TESTE SELETIVO - HOSPITAL

## CARGO: SERVENTE DO HOSPITAL

NOME	NOTA	TITULO	TOTAL	CLASSIF.
LUCIANA PAES DE MELLO	8,0	2,75	10,75	1º
SANDRA PAES DE LIMA	7,6	-	7,60	2º
ELIANE DIAS DOS REIS	7,6	-	7,60	3º

## CARGO: COZINHEIRA DO HOSPITAL

NOME	NOTA	TITULO	TOTAL	CLASSIF.
ZENILDES DE CESAR SOUZA	5,6	0,5	6,10	1º
MARILUCE SOARES DOS SANTOS	4,8	-	-	-

## CARGO: RECEPCIONISTA I HOSPITAL

NOME	NOTA	TITULO	TOTAL	CLASSIF.
LAISA GABRIELLA PRADO LIMA	8,5	3,0	11,5	1º
SAMARA DA SILVA CORREIA	7,5	2,5	10,0	2º
EDINEIA RODRIGUES DOS SANTOS	5,75	1,0	6,75	3º
HELAINÉ CAETANO DA SILVA	5,5	-	5,50	4º

## CARGO: RECEPCIONISTA II HOSPITAL

NOME	NOTA	TITULO	TOTAL	CLASSIF.
JEAN CARLOS TELES DE SOUZA	6,5	2,0	8,50	1º
ANDERSON LUIZ PRESSES	8,0	0,25	8,25	2º
RICHARDSON DE MELO	6,75	0,50	7,25	3º

## CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

NOME	NOTA	TITULO	TOTAL	CLASSIF.
GENI ANTUNES DE CAMPOS ROCHA	5,25	-	5,25	1º

OBS: Para desempate foram utilizados os critérios previstos no Edital.

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2014 DE 12/02/2014 - HMMSA**

Resumo de Aditivo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO

LEBON RÉGIS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 2/2014 de 12/02/2014.

CONTRATANTE: Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio

CONTRATADA: SUPERMERCADO GRAZZIOTIN LTDA

CNPJ: 79.304.408/0001-07

Objeto: Fornecimento de Gêneros de Alimentação e Material de Limpeza e Higiene.

Responsável Jurídico: Dr. Fernando Padilha Kuhn

Descrição: Aditivo de Prazo

Vigência: 08/12/2014 à 28/02/2015

Recursos: LOA 2014 E 2015

Lebon Régis, 08 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/2014 DE 14/02/2014 - HMMSA**

Resumo de Aditivo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO

LEBON RÉGIS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 3/2014 de 14/02/2014.

CONTRATANTE: Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio

CONTRATADA: MARQUES E BURGHADT FISIOTERAPIA E PSICOLOGIA LTDA.

CNPJ: 08.509.166/0001-40

Objeto: Serviços Médicos de Clínica Geral e/ou especialidades em plantões de sobreaviso.

Responsável Jurídico: Dr. Fernando Padilha Kuhn

Descrição: Aditivo de Acréscimo e Prazo

Valor do Acréscimo: R\$ 123.250,00 (Cento e vinte e três mil, duzentos e cinquenta reais).

Vigência: 08/12/2014 à 28/02/2015.

Recursos: LOA 2014 E 2015

Lebon Régis, 08 de Dezembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/2014 DE 28/02/2014 - HMMSA**

Resumo de Aditivo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO

LEBON RÉGIS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 5/2014 de 28/02/2014.

CONTRATANTE: Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio

CONTRATADA: J & F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA

CNPJ: 08.542.283/0001-96

Objeto: Serviços de Bioquímica Laboratorial para realização de exames de Análises Clínicas Laboratoriais.

Responsável Jurídico: Dr. Fernando Padilha Kuhn

Descrição: Aditivo de Acréscimo e Prazo

Valor do Acréscimo: R\$ 8.400,00 (Oito Mil e Quatrocentos reais).

Vigência: 08/12/2014 à 28/02/2015.

Recursos: LOA 2014 E 2015

Lebon Régis, 08 de Dezembro de 2014.  
MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº  
7/2014 DE 06/06/2014 - HMMSA**

Resumo de Aditivo de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO  
LEBON RÉGIS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 7/2014 de 06/06/2014.  
CONTRATANTE: Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio  
CONTRATADA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.  
CNPJ: 35.820.448/0107-94  
Objeto: Fornecimento de Oxigênio Medicinal.  
Responsável Jurídico: Dr. Fernando Padilha Kuhnen  
Descrição: Aditivo de Prazo  
Vigência: 08/12/2014 à 28/02/2015  
Recursos: LOA 2014 E 2015

Lebon Régis, 08 de Dezembro de 2014.  
MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 09/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para aquisição de materiais didáticos articulados a um Portal de Educação, para alunos distribuídos nos seguintes níveis de ensino: da Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental - e para professores da Rede Municipal, no dia 12 de janeiro de 2014, às 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas dos interessados cadastrados, até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situado na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 09 de dezembro de 2014.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO TOMADA DE PREÇOS 10/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa para a prestação de serviços de treinamento e consultoria no âmbito da Administração Pública compreendendo as áreas administrativa, tributária, financeira e contábil, no dia 30 de dezembro de 2014, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 09 de dezembro de 2014.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 1948



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

DECRETO Nº 1948 de 08 de dezembro de 2014.

**“ESTABELECE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015”.**

**MOISES DIERSMANN**, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/00,

### DECRETA:

**Art.1º-** Para cumprimento das disposições dos arts.8º e 13, da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000 e art.19, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 1228 de 23 de abril de 2014, ficam estabelecidos conforme **Demonstrativos**, peças integrantes deste Decreto, o **Desdobramento das Receitas em Metas Bimestrais de Arrecadação, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso**, do **Município de Luzerna**, para o **exercício financeiro de 2015**.

**Art. 2º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 08 de dezembro e 2014.

**MOISES DIERSMANN**  
Prefeito de Luzerna



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Decreto 1948, de 08 de dezembro de 2014

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2015

Art.8º, Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000

### CONSOLIDADO

Fundos Especiais	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
FMS	269.870,00	249.960,00	249.960,00	249.960,00	249.960,00	249.960,00	269.960,00	249.970,00	239.960,00	269.960,00	432.341,00	257.790,80	3.239.651,80
FMAS	35.000,00	38.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	48.000,00	48.000,00	83.008,00	75.300,00	597.308,00
FMDCA	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	6.100,00	9.301,00	41.401,00
CML	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,63	590.000,00
<b>Totais</b>	<b>356.336,67</b>	<b>339.426,67</b>	<b>346.426,67</b>	<b>346.426,67</b>	<b>346.926,67</b>	<b>346.926,67</b>	<b>366.926,67</b>	<b>346.936,67</b>	<b>339.926,67</b>	<b>369.926,67</b>	<b>570.615,67</b>	<b>391.558,43</b>	<b>4.468.360,80</b>

Prefeitura Municipal de Luzerna, 08 de dezembro de 2014

Moises Diersmann  
Prefeito Municipal

Maria Inês Dalloimo Dalla Costa  
Contadora CRC/SC 20394/0-8



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2015**  
**Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**

**CONSOLIDADO**

Títulos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
Gabinete do Prefeito	28.646,00	28.646,00	28.646,00	28.646,00	150.646,00	28.646,00	28.646,00	28.646,00	28.646,00	28.646,00	37.656,00	29.646,00	475.762,00
Gabinete do Vice-Prefeito	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	10.735,00	8.000,00	98.735,00
Assessoria Jurídica	20.843,00	20.843,00	20.843,00	20.843,00	20.843,00	20.843,00	20.843,00	20.843,00	20.843,00	20.843,00	44.843,00	20.843,00	274.116,00
Assessoria de Planejamento	25.479,00	25.479,00	22.479,00	22.479,00	22.479,00	22.479,00	22.479,00	22.479,00	22.479,00	22.479,00	52.486,00	22.479,00	305.755,00
Coordenadoria do Controle Interno	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	11.030,00	5.000,00	66.030,00
Secretaria da Fazenda e Administração	155.839,00	155.839,00	155.839,00	145.839,00	145.839,00	145.839,00	145.839,00	145.839,00	145.839,00	145.839,00	311.678,00	178.005,00	1.978.073,00
Secretaria da Saúde e Bem Estar Social	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.560,00	66.500,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	506.875,00	456.875,00	456.875,00	436.875,00	436.875,00	436.875,00	436.875,00	436.875,00	456.875,00	496.875,00	863.761,00	660.000,00	6.082.511,00
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	62.908,00	226.908,00	86.908,00	62.908,00	62.908,00	56.908,00	56.908,00	56.908,00	56.908,00	76.908,00	98.908,00	80.912,00	986.900,00
Secretaria de Obras e Serviços	194.748,20	200.747,00	200.747,00	200.747,00	200.747,00	200.747,00	200.747,00	200.747,00	200.747,00	200.747,00	290.747,00	200.747,00	2.492.965,20
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	14.713,00	14.713,00	14.713,00	14.713,00	14.713,00	14.713,00	14.713,00	14.713,00	18.713,00	18.713,00	25.713,00	19.719,00	200.582,00
Fundo de Habitação de Luzerna	0,00	0,00	102.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.002,00
Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
<b>Soma</b>	<b>1.028.591,20</b>	<b>1.148.590,00</b>	<b>1.092.879,00</b>	<b>951.590,00</b>	<b>930.944,00</b>	<b>945.593,00</b>	<b>945.590,00</b>	<b>945.590,00</b>	<b>969.590,00</b>	<b>1.029.590,00</b>	<b>1.753.087,00</b>	<b>1.230.911,00</b>	<b>13.129.914,20</b>
Fundo Municipal de Saúde - FMS	269.870,00	249.960,00	249.960,00	249.960,00	249.960,00	249.960,00	269.960,00	249.970,00	239.960,00	269.960,00	432.341,00	257.790,80	3.239.651,80
Fundo Municipal de Assistência Social - FNAS	30.081,00	33.081,00	40.081,00	40.081,00	40.081,00	40.081,00	40.081,00	40.081,00	43.081,00	43.081,00	78.089,00	70.378,00	538.277,00
Fundo Municipal do Idoso - FMI	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.922,00	59.031,00
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	6.100,00	9.301,00	41.401,00
Câmara Municipal de Vereadores	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,63	590.000,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.725,00	31.725,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.384.927,87</b>	<b>1.488.016,67</b>	<b>1.439.305,67</b>	<b>1.298.016,67</b>	<b>1.277.870,67</b>	<b>1.292.519,67</b>	<b>1.312.516,67</b>	<b>1.292.526,67</b>	<b>1.309.516,67</b>	<b>1.399.516,67</b>	<b>2.323.712,67</b>	<b>1.654.194,43</b>	<b>17.630.000,00</b>

**Prefeitura Municipal de Luzerna, 08 de dezembro de 2014**

**Moises Diersmann**  
**Prefeito Municipal**

**Maria Inês Dalloim Dalla Costa**  
**Contadora CRC/SC 20394/0-8**





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

## DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015

Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.562.302,00</b>	<b>1.562.302,00</b>	<b>1.572.827,00</b>	<b>1.361.302,00</b>	<b>1.231.326,00</b>	<b>1.231.326,00</b>	<b>1.231.326,00</b>	<b>1.231.326,00</b>	<b>1.331.326,00</b>	<b>1.331.326,00</b>	<b>1.400.235,00</b>	<b>1.500.261,20</b>	<b>16.547.185,20</b>
Receita Tributária	88.475,00	88.475,00	300.000,00	88.475,00	88.475,00	88.475,00	88.475,00	88.475,00	88.475,00	88.475,00	88.475,00	88.476,75	1.273.226,75
Receita de Contribuição	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	270.000,00
Receita Patrimonial	9.122,00	9.122,00	8.122,00	8.122,00	8.122,00	8.122,00	8.122,00	8.122,00	8.122,00	8.122,00	7.122,00	7.133,93	97.475,93
Receita de Serviços	933,00	933,00	933,00	933,00	933,00	933,00	933,00	933,00	933,00	933,00	933,00	937,00	11.200,00
Transferências Correntes	1.430.206,00	1.430.206,00	1.230.206,00	1.230.206,00	1.100.230,00	1.100.230,00	1.100.230,00	1.100.230,00	1.200.230,00	1.200.230,00	1.270.139,00	1.370.139,52	14.762.482,52
Outras Receitas Correntes	11.066,00	11.066,00	11.066,00	11.066,00	11.066,00	11.066,00	11.066,00	11.066,00	11.066,00	11.066,00	11.066,00	11.074,00	132.800,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>180.000,00</b>
Alienação de Bens	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	180.000,00
<b>TOTAIS</b>	<b>1.577.302,00</b>	<b>1.577.302,00</b>	<b>1.587.827,00</b>	<b>1.376.302,00</b>	<b>1.246.326,00</b>	<b>1.246.326,00</b>	<b>1.246.326,00</b>	<b>1.246.326,00</b>	<b>1.346.326,00</b>	<b>1.346.326,00</b>	<b>1.415.235,00</b>	<b>1.515.261,20</b>	<b>16.727.185,20</b>

Prefeitura Municipal de Luzerna, 08 de dezembro de 2014

Moises Diersmann  
Prefeito Municipal

Maria Inês Dalloilo Dalla Costa  
Contadora CRC/SC 20394/0-8



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2015**

**Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**

**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

<b>Títulos</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Totais</b>
Gabinete do Prefeito	28.646,00	28.646,00	28.646,00	28.646,00	150.646,00	28.646,00	28.646,00	28.646,00	28.646,00	28.646,00	37.656,00	29.646,00	475.762,00
Gabinete do Vice-Prefeito	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	10.735,00	8.000,00	98.735,00
Assessoria Jurídica	20.843,00	20.843,00	20.843,00	20.843,00	20.843,00	20.843,00	20.843,00	20.843,00	20.843,00	20.843,00	44.843,00	20.843,00	274.116,00
Assessoria de Planejamento	25.479,00	25.479,00	22.479,00	22.479,00	22.479,00	22.479,00	22.479,00	22.479,00	22.479,00	22.479,00	52.486,00	22.479,00	305.755,00
Coordenadoria do Controle Interno	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	11.030,00	5.000,00	66.030,00
Secretaria da Fazenda e Administração	155.839,00	155.839,00	155.839,00	145.839,00	145.839,00	145.839,00	145.839,00	145.839,00	145.839,00	145.839,00	311.678,00	178.005,00	1.978.073,00
Secretaria da Saúde e Bem Estar Social	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.540,00	5.560,00	66.500,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	506.875,00	456.875,00	456.875,00	436.875,00	436.875,00	436.875,00	436.875,00	436.875,00	456.875,00	496.875,00	863.761,00	660.000,00	6.082.511,00
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	62.908,00	226.908,00	86.908,00	62.908,00	62.908,00	56.908,00	56.908,00	56.908,00	56.908,00	76.908,00	98.908,00	80.912,00	986.900,00
Secretaria de Obras e Serviços	194.748,20	200.747,00	200.747,00	200.747,00	200.747,00	200.747,00	200.747,00	200.747,00	200.747,00	200.747,00	290.747,00	200.747,00	2.492.965,20
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	14.713,00	14.713,00	14.713,00	14.713,00	14.713,00	14.713,00	14.713,00	14.713,00	18.713,00	18.713,00	25.713,00	19.719,00	200.562,00
Fundo de Habitação de Luzerna	0,00	0,00	102.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.002,00
Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.725,00	31.725,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.028.591,20</b>	<b>1.148.590,00</b>	<b>1.107.592,00</b>	<b>951.590,00</b>	<b>1.073.590,00</b>	<b>945.593,00</b>	<b>945.590,00</b>	<b>945.590,00</b>	<b>969.590,00</b>	<b>1.029.590,00</b>	<b>1.753.097,00</b>	<b>1.262.636,00</b>	<b>13.161.639,20</b>

**Prefeitura Municipal de Luzerna, 08 de dezembro de 2014**

**Moises Diersmann  
Prefeito Municipal**

**Maria Inês Dallolmo Dalla Costa  
Contadora CRC/SC 20394/0-8**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

**DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015**  
**Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**

**Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS**

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>88.577,00</b>	<b>38.457,00</b>	<b>38.457,00</b>	<b>58.457,00</b>	<b>58.457,00</b>	<b>58.457,00</b>	<b>58.457,00</b>	<b>58.457,00</b>	<b>58.457,00</b>	<b>58.457,00</b>	<b>58.457,00</b>	<b>68.439,80</b>	<b>701.586,80</b>
Receita Tributária	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.240,00	14.000,00
Receita Patrimonial	2.760,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	33.010,00
Transf. Correntes	84.647,00	34.547,00	34.547,00	54.547,00	54.547,00	54.547,00	54.547,00	54.547,00	54.547,00	54.547,00	54.547,00	64.449,80	654.566,80
Outras Receitas Correntes	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00
<b>Transferências Financeiras</b>	<b>211.505,00</b>	<b>211.505,00</b>	<b>211.505,00</b>	<b>211.505,00</b>	<b>211.505,00</b>	<b>211.505,00</b>	<b>211.505,00</b>	<b>211.505,00</b>	<b>211.505,00</b>	<b>211.505,00</b>	<b>211.505,00</b>	<b>211.510,00</b>	<b>2.538.065,00</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>300.082,00</b>	<b>249.962,00</b>	<b>249.962,00</b>	<b>269.962,00</b>	<b>269.962,00</b>	<b>269.962,00</b>	<b>269.962,00</b>	<b>269.962,00</b>	<b>269.962,00</b>	<b>269.962,00</b>	<b>269.962,00</b>	<b>279.949,80</b>	<b>3.239.651,80</b>

**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2015**  
**Art. 8º, Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**

FUNDO	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
Fundo Municipal de Saúde FMS	269.870,00	249.960,00	249.960,00	249.960,00	249.960,00	249.960,00	269.960,00	249.970,00	239.960,00	269.960,00	432.341,00	257.790,80	3.239.651,80
<b>TOTAIS</b>	<b>269.870,00</b>	<b>249.960,00</b>	<b>249.960,00</b>	<b>249.960,00</b>	<b>249.960,00</b>	<b>249.960,00</b>	<b>269.960,00</b>	<b>249.970,00</b>	<b>239.960,00</b>	<b>269.960,00</b>	<b>432.341,00</b>	<b>257.790,80</b>	<b>3.239.651,80</b>

**Prefeitura Municipal de Luzerna, 08 de dezembro de 2014**

**Moises Diersmann**  
**Prefeito Municipal**

**Maria Inês Dalloilo Dalla Costa**  
**Contadora CRC/SC 20394/0-8**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

**DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015**  
**Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**

**Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS**

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	25.830,00	15.830,00	15.830,00	15.830,00	14.830,00	14.840,00	14.850,00	15.860,00	15.830,00	15.830,00	16.830,00	12.638,00	194.828,00
Receita Patrimonial	830,00	830,00	830,00	830,00	830,00	840,00	850,00	860,00	830,00	830,00	830,00	788,00	9.978,00
Transferências Correntes	25.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	16.000,00	11.850,00	184.850,00
<b>Transferências Financeiras</b>	<b>33.540,00</b>	<b>33.540,00</b>	<b>33.540,00</b>	<b>33.540,00</b>	<b>33.540,00</b>	<b>33.540,00</b>	<b>33.540,00</b>	<b>33.540,00</b>	<b>33.540,00</b>	<b>33.540,00</b>	<b>33.540,00</b>	<b>33.540,00</b>	<b>402.480,00</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>59.370,00</b>	<b>49.370,00</b>	<b>49.370,00</b>	<b>49.370,00</b>	<b>49.370,00</b>	<b>48.380,00</b>	<b>48.380,00</b>	<b>49.400,00</b>	<b>49.400,00</b>	<b>49.370,00</b>	<b>49.370,00</b>	<b>46.178,00</b>	<b>597.308,00</b>

**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2015**  
**Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**

FUNDO	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	30.081,00	33.081,00	40.081,00	40.081,00	40.081,00	40.081,00	40.081,00	40.081,00	43.081,00	43.081,00	78.089,00	70.378,00	538.277,00
Fundo Municipal do Idoso - FMI	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.919,00	4.922,00	59.031,00
<b>TOTAIS</b>	<b>35.000,00</b>	<b>38.000,00</b>	<b>45.000,00</b>	<b>45.000,00</b>	<b>45.000,00</b>	<b>45.000,00</b>	<b>45.000,00</b>	<b>45.000,00</b>	<b>48.000,00</b>	<b>48.000,00</b>	<b>83.008,00</b>	<b>75.300,00</b>	<b>597.308,00</b>

**Prefeitura Municipal de Luzerna, 08 de dezembro de 2014**

**Moises Diersmann**  
**Prefeito Municipal**

**Maria Inês Dalloio Dalla Costa**  
**Contadora CRC/SC 20394/0-8**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

**DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015**  
**Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**

**Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA**

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	37,00	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00	6.033,00	<b>6.400,00</b>
Receita Patrimonial	37,00	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00	33,00	<b>400,00</b>
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	<b>6.000,00</b>
<b>Transferências Financeiras</b>	<b>2.800,00</b>	<b>2.800,00</b>	<b>2.800,00</b>	<b>2.800,00</b>	<b>2.800,00</b>	<b>2.850,00</b>	<b>2.850,00</b>	<b>2.850,00</b>	<b>2.850,00</b>	<b>2.850,00</b>	<b>2.850,00</b>	<b>3.901,00</b>	<b>35.001,00</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>2.837,00</b>	<b>2.833,00</b>	<b>2.833,00</b>	<b>3.051,50</b>	<b>2.833,00</b>	<b>2.883,00</b>	<b>2.883,00</b>	<b>2.883,00</b>	<b>2.883,00</b>	<b>2.883,00</b>	<b>2.883,00</b>	<b>9.934,00</b>	<b>41.401,00</b>

**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2015**  
**Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**

FUNDO	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	6.100,00	9.301,00	41.401,00
<b>TOTAIS</b>	<b>2.300,00</b>	<b>2.300,00</b>	<b>2.300,00</b>	<b>2.300,00</b>	<b>2.800,00</b>	<b>2.800,00</b>	<b>2.800,00</b>	<b>2.800,00</b>	<b>2.800,00</b>	<b>2.800,00</b>	<b>6.100,00</b>	<b>9.301,00</b>	<b>41.401,00</b>

**Prefeitura Municipal de Luzerna, 08 de dezembro de 2014**

**Moises Diersmann**  
**Prefeito Municipal**

**Maria Inês Dalloilo Dalla Costa**  
**Contadora CRC/SC 20394/0-8**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

**DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015**  
**Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000**

**Unidade Gestora: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA - CML**

Títulos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
Transferências Financeiras	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,63	590.000,00
<b>Total</b>	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,63	590.000,00

**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015**  
**Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**

Títulos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
Câmara Municipal de Vereadores	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,63	590.000,00
<b>Total</b>	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,63	590.000,00

**Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna, 08 de dezembro de 2014**

**Mauri Jose Schindwein**  
Presidente da Câmara de Vereadores

**Rubiana Suelen Balestrin**  
Contadora CRC/SC 029.319/0-4



**LEI COMPLEMENTAR 127**

LEI COMPLEMENTAR Nº 127 de 09 de dezembro de 2014.

"ALTERA O "CAPUT" DO ART. 1º E O ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 081 DE 11 DE AGOSTO DE 2009 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI COMPLEMENTAR:**

Art.1º- Fica alterado o "caput" do art. 1º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º- A licença-maternidade ou licença gestação prevista no inciso XVIII do artigo 7º da Constituição Federal, concedida às servidoras municipais da Prefeitura Municipal de Luzerna será prorrogada por mais 60 (sessenta) dias, passando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o período de licença sem prejuízo do emprego, da remuneração e das férias."

Art.2º- Fica alterado o art. 3º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:  
"Art.3º - As disposições desta lei não se aplicam exclusivamente às servidoras admitidas em caráter temporário - ACT's."

Art.3º - Os demais artigos e disposições vigentes da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009, permanecem inalterados.

Art.4º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 09 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**LEI COMPLEMENTAR 128**

LEI COMPLEMENTAR Nº 128 de 09 de dezembro de 2014.

"ALTERA E INSERE DISPOSIÇÕES NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - LEI COMPLEMENTAR Nº 053 de 19 de dezembro de 2006 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI COMPLEMENTAR:**

Art.1º- Fica alterado o inciso II do art. 125 da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Seção XII  
Das Isenções e Imunidades

Art. 125. São isentas do imposto as prestações de serviços efetuadas:

I - ...

II - por associações de classe, conselhos regionais de profissionais, sindicatos e as respectivas federações e confederações cujos atos constitutivos estejam devidamente registrados nos órgãos competentes, e demais entidades sem fins lucrativos e de finalidade beneficente;"

Art.2º- Ficam inseridos os art.s 327a a 327h na Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 327a. Fica autorizado o Protesto Extrajudicial e a inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC de créditos tributários e não tributários do MUNICÍPIO DE LUZERNA, observados os critérios de eficiência administrativa e de custos de administração e cobrança.

Art. 327b.Os créditos inscritos em dívida ativa, serão assim distribuídos:

I - quando o valor for igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) reajustáveis anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, serão enviados ao SPC - Serviço de Proteção ao Crédito;

II- quando for superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) reajustáveis anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, serão enviados ao Cartório de Protesto.

Parágrafo Único - Os créditos estabelecidos nos incisos I e II poderão ser objeto de execução fiscal.

Art. 327c. Caberá ao Setor de Tributação enviar, acompanhar e gerenciar junto ao SPC os créditos tributários e não tributários do Município.

Art. 327d. O Setor de Tributação efetuará os seguintes procedimentos:

I - listagem dos contribuintes a serem inscritos no SPC.

Parágrafo Único - Na confecção da listagem serão analisados se os créditos são líquidos e certos, ou seja, se o CNPJ e o CPF são ativos e válidos, se o endereço constante está completo e se os documentos possuem os requisitos essenciais para dar validade aos créditos;

II - Após a confecção da listagem será enviadas a mesma juntamente com os créditos tributários e não tributários do Município ao SPC.

Art. 327e. Após ser notificado e antes do registro no Cartório de Protesto, o contribuinte que desejar realizar o pagamento poderá dirigir-se:

I - Ao Cartório de Protesto para realizar o pagamento à vista dos créditos tributários e não tributários do Município e das despesas decorrentes dos serviços prestados pelo Cartório;

II- Ao Setor de Tributação para retirar o documento de arrecadação municipal - DAM ou solicitar o parcelamento.

§1º- A emissão do DAM para pagamento à vista ou parcelamento dos créditos tributários e não tributários do Município somente serão efetuadas mediante a apresentação do comprovante original da quitação das despesas decorrentes dos serviços prestados pelo Cartório de Protesto.

§2º- Após a apresentação por parte do contribuinte do respectivo DAM quitado dos créditos tributários e não tributários do Município de pagamento à vista ou da primeira parcela no caso de parcelamento será enviado ao Cartório de Protesto a solicitação de exclusão da cobrança.

Art. 327f. Após a inscrição e registro no Cartório de Protesto, o pagamento à vista através de DAM ou parcelamento deverão ser solicitados no Setor de Tributação conjuntamente com as despesas decorrentes dos serviços prestados pelo Cartório e Protesto.

§1º- As despesas decorrentes do registro do protesto dos créditos tributários e não tributários do Município serão pagas pelo devedor.

§2º- Somente será excluído o registro no Protesto pelo Setor de Tributação mediante a apresentação do DAM quitado à vista ou da 1ª parcela do parcelamento dos débitos conjuntamente com a apresentação da quitação das guias de despesas decorrentes do registro do Cartório de Protesto dos créditos tributários e não tributários do Município.

Art. 327g. No caso de parcelamento de débitos, nos termos deste Código, no Setor de Tributação o contribuinte deverá:

§1º- Requerer o parcelamento anexando a guia da quitação das despesas referentes ao SPC ou protesto.

§2º- Na hipótese de cancelamento do parcelamento por inadimplência, será apurado o saldo devedor remanescente, podendo os débitos ser reenviados ao SPC e ao Cartório de Protesto, não sendo permitido novo parcelamento.

§3º- No caso de reenvio ao SPC ou Cartório de Protesto somente será permitida a quitação à vista dos débitos e das despesas referentes ao SPC ou protesto.

Art. 327h. Para fins de operacionalizar o Protesto Extrajudicial e a inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC de créditos tributários e não tributários do MUNICÍPIO DE LUZERNA fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, ajustes ou contratos com entidades públicas e privadas de órgãos de proteção ao crédito, bem como divulgar as informações previstas no inciso II do §3º do art. 198 da Lei nº 5172 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional."

Art.3º- Fica acrescida na Sub Tabela "d" da Tabela I do IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006 a expressão "e comerciais", que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### TABELA I

#### IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

d) FATOR DE CORREÇÃO POR FAIXA DE ÁREA CONSTRUÍDA DE CASAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS: (FAIXA DE ÁREA EM M²)	ÍNDICE
até 50	0,5
de 50 a 70	0,6
de 70 a 90	0,8
de 90 a 120	0,9
de 120 a 180	1,0
de 180 a 250	1,1
de 250 a 400	1,2
acima de 400	1,4

Art.4º - Os demais artigos e disposições vigentes da Lei Complementar nº053 de 19 de dezembro de 2006, permanecem inalterados.

Art.5º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 09 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## PL 142/2014 - PP 086/2014 - LIVROS DE INGLÊS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 142/2014 - PML

Pregão Presencial nº 086/2014 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto aquisição de livros de inglês para manutenção das atividades do ensino infantil e fundamental das unidades municipais de ensino do Município de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 19 de dezembro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 19 de dezembro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 08/12/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 08/12/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.201,07
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.201,07
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.201,07
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	720,64
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	480,43

Luzerna, 09/12/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

**RECEITAS FEDERAIS NOVEMBRO/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 30/11/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>720.835,29</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transferências da União	582.250,17
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Receita da União	491.888,51
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	491.732,86
4.1.7.2.1.01.02.10.00 Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	491.732,86
4.1.7.2.1.01.02.10.01 Cota-Parte do FPM 60%	295.039,71
4.1.7.2.1.01.02.10.02 Cota-Parte do FPM 25%	122.933,22
4.1.7.2.1.01.02.10.03 Cota-Parte do FPM 15%	73.759,93
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	155,65
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota-Parte do ITR 60%	93,39
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota-Parte do ITR 25%	38,91
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota-Parte do ITR 15%	23,35
4.1.7.2.1.22.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	7.354,28
4.1.7.2.1.22.70.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	7.354,28
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	42.326,54
4.1.7.2.1.33.11.00.00 Atenção Básica	38.968,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00 Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	11.210,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00 Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	27.758,00
4.1.7.2.1.33.11.30.01 Saúde da Família	11.130,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02 Agentes Comunitários de Saúde	12.168,00
4.1.7.2.1.33.11.30.03 Saúde Bucal	4.460,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00 Vigilância em Saúde	3.358,54
4.1.7.2.1.33.13.20.00 Vigilância Sanitária	3.358,54
4.1.7.2.1.34.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	2.375,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00 IGD-M Programa Bolsa Família	1.375,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00 Programa IGD - SUAS	1.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	36.516,75
4.1.7.2.1.35.01.00.00 Transferências do Salário-Educação	23.865,92
4.1.7.2.1.35.03.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	9.306,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	3.292,79
4.1.7.2.1.35.99.00.00 Outras Transferências Diretas do FNDE	52,04
4.1.7.2.1.35.99.02.00 Programa Brasil Carinhoso - apoio as creches	52,04
4.1.7.2.1.36.00.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.789,09
4.1.7.2.1.36.01.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner 60%	1.073,46
4.1.7.2.1.36.02.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner 25%	447,27
4.1.7.2.1.36.03.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner 15%	268,36
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	237.320,59
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	237.320,59
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	142.392,33
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	94.928,26
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-98.735,47
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-98.377,66
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-98.346,55
9.1.7.2.1.01.02.10.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-98.346,55
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-31,11
9.1.7.2.1.36.00.00.00 Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-357,81

Luzerna, 09/12/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

**RECEITAS FEDERAIS OUTUBRO/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 31/10/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>659.444,96</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	507.407,42
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	374.609,26
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	371.503,84
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	371.503,84
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do FPM 60%	222.902,31
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do FPM 25%	92.875,96
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do FPM 15%	55.725,57
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	3.105,42
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do ITR 60%	1.863,24
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do ITR 25%	776,36
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do ITR 15%	465,82
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	15.184,16
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	15.184,16
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	48.144,73
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Atenção Básica	47.768,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	11.210,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	36.558,00
4.1.7.2.1.33.11.30.01	Saúde da Família	11.130,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02	Agentes Comunitários de Saúde	12.168,00
4.1.7.2.1.33.11.30.03	Saúde Bucal	4.460,00
4.1.7.2.1.33.11.30.08	PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade	8.800,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00	Vigilância em Saúde	2.200,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00	Vigilância Sanitária	2.200,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00	Gestão do SUS	-1.823,27
4.1.7.2.1.33.15.15.00	MAC Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulator	-1.823,27
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	22.048,33
4.1.7.2.1.34.03.00.00	IGD-M Programa Bolsa Família	687,50
4.1.7.2.1.34.07.00.00	Transf. FNAS PBF Piso Básico	6.000,00
4.1.7.2.1.34.13.00.00	PROGRAMA SCFV	15.360,83
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	45.631,85
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	22.961,36
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	9.306,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	3.292,79
4.1.7.2.1.35.99.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	10.071,70
4.1.7.2.1.35.99.02.00	Programa Brasil Carinhoso - apoio as creches	10.071,70
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.789,09
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 60%	1.073,46
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 25%	447,27
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 15%	268,36
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	227.317,18
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	227.317,18
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	136.390,29
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	90.926,89
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-75.279,64
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-74.921,83
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-74.300,75
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-74.300,75
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-621,08
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-357,81

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 31/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
---------	---------------------

Luzerna, 09/12/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 004/14**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA

**RESOLUÇÃO Nº 004 de 09 de dezembro de 2014**

**“ESTABELECE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA (SC), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015”.**

**MAURI JOSÉ SCHLINDWEIN**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/00 e art. 160 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna,

**RESOLVE:**

**Art.1º-** Para cumprimento das disposições dos arts. 8º e 13, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam estabelecidos conforme **Demonstrativos**, peças integrantes desta Resolução, o **Desdobramento das Receitas em Metas Bimestrais de Arrecadação, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso**, da **Câmara Municipal de Vereadores**, para o exercício financeiro de 2015.

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 09 de dezembro de 2014.

**MAURI JOSE SCHLINDWEIN**  
Presidente da Câmara de Vereadores de Luzerna/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA

## DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015

Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

Títulos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
Transferências Financeiras	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,63	590.000,00
<b>Total</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,63</b>	<b>590.000,00</b>

## PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2015

Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

Títulos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
Câmara Municipal de Vereadores	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,63	590.000,00
<b>Total</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,67</b>	<b>49.166,63</b>	<b>590.000,00</b>

Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna, 09 de dezembro de 2014.

Mauri Jose Schlindwein  
Presidente da Câmara de Vereadores

Rubiana Suelen Balestrin  
Contadora CRC/SC 029.319/0-4



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA

**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2015**

**Art. 8º, Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000**

Câmara Municipal	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
CML	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,63	590.000,00
Total	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,67	49.166,63	590.000,00

Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna, 09 de dezembro de 2014

Mauri Jose Schlindwein  
Presidente da Câmara de Vereadores

Rubiana Suelen Balestrin  
Contadora CRC/SC 029.319/0-4

# Maravilha

## PREFEITURA

### LEI Nº 3.810/2014

LEI Nº 3.810, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Cultura e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Cria o Sistema Municipal de Cultura, com a finalidade de estimular o desenvolvimento municipal com pleno exercício dos direitos culturais, promovendo a economia da cultura e o aprimoramento artístico cultural em arquitetura, arquivo, arte digital, artes visuais, artesanato, audiovisual, circo, cultura afro-brasileira, culturas indígenas, culturas populares, dança, design, literatura, moda, museus, música, patrimônio material, patrimônio imaterial e teatro.

Art. 2º O Sistema Municipal de Cultura observará os seguintes princípios:

- I - reconhecimento e valorização da diversidade cultural do município;
- II - cooperação entre os agentes públicos e privados atuantes na área da cultura;
- III - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- IV - cultura como política pública transversal e qualificadora do desenvolvimento;
- V - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- VI - democratização dos processos decisórios e do acesso ao fomento, aos bens e serviços;
- VII - integração e interação das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VIII - cultura como direito e valor simbólico, econômico e de cidadania;
- IX - liberdade de criação e expressão como elementos indissociáveis do desenvolvimento cultural;
- X - territorialização, descentralização e participação como estratégias de gestão.

Art. 3º O Sistema Municipal de Cultura é constituído pelos seguintes entes orgânicos:

- I - Conselho Municipal de Cultura;
- II - Biblioteca Pública Municipal Luiz Delfino;
- III - Museu Municipal Padre Fernando;
- IV - Escola de Artes de Maravilha.

§ 1º O Sistema Municipal de Cultura contará com os seguintes instrumentos de suporte institucional:

- I - Plano Municipal de Cultura;
- II - Fórum Municipal de Cultura e Conferência;
- III - Fundo Municipal de Cultura;
- IV - Sistema de Informações e Indicadores Culturais;
- V - Programas de Capacitação e Formação na área cultural.

§ 2º O Sistema Municipal de Cultura buscará atuar de forma integrada e através destes, o alinhamento das políticas culturais e o provimento de meios para o desenvolvimento do município através da cultura.

§ 3º Poderão integrar o Sistema Municipal de Cultura organismos privados, com ou sem fins lucrativos, com comprovada atuação na área cultural e que venham a celebrar termo de adesão específico.

Art. 4º Fica criado o Conselho Municipal de Cultura, órgão colegiado de caráter opinativo, consultivo e fiscalizador, vinculado ao órgão de cultura do município, com participação paritária do poder público e da sociedade civil, que colabora na elaboração e fiscalização da política cultural do município, tem as seguintes finalidades:

- I - formular políticas e diretrizes para o Plano Municipal de Cultura;
- II - apreciar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura;
- III - garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação das memórias histórica, social, política, artística, paisagística e ambiental, encorajando a distribuição das atividades de produção, construção e propagação culturais no município;
- IV - defender o patrimônio cultural e artístico do Município e incentivar sua difusão e proteção;
- V - colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados da área da cultura;
- VI - criar mecanismos de comunicação permanente com a comunidade, cumprindo seu papel articulador e mediador entre a sociedade civil e o poder público no campo cultural;
- VII - formular diretrizes para financiamento de projetos culturais apoiados pelo Fundo Municipal de Cultura;
- VIII - supervisionar, acompanhar e fiscalizar as ações do Fundo de Cultura;
- IX - promover e incentivar a realização de estudos e pesquisas na área cultural.

§ 1º O Conselho Municipal de Cultura, será constituído de 7 (sete) conselheiros titulares e 7 (sete) suplentes, sendo:

- I - um representante do Departamento de Cultura;
- II - um representante da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
- III - um representante de segmentos culturais e artísticos ligados a Arquitetura e Urbanismo, Design;
- IV - um representante de segmentos culturais e artísticos ligados a Música e Coral;
- V - um representante de segmentos culturais e artísticos ligados a Dança;
- VI - um representante de segmentos culturais e artísticos ligados ao Artesanato;
- VII - um representante de segmentos culturais e artísticos ligados Artes Visuais, Audiovisual, Teatro.

§ 2º Os primeiros membros do Conselho serão indicados para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida 1 recondução e após este período serão eleitos também para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida 1 recondução.

§ 3º A atuação dos membros do Conselho não será remunerada, sendo considerada atividade de relevante interesse social.

Art. 5º O órgão oficial de cultura, Departamento de Cultura, vinculado a Secretaria de Educação Cultura e Desporto, unidade integrante da Administração Municipal, é responsável por planejar e executar políticas públicas para promover a criação, produção, formação, circulação, difusão, preservação da memória cultural, e zelar pelo patrimônio artístico, histórico e cultural do Município.

Art. 6º A Biblioteca Pública Municipal Luiz Delfino, responsável pela promoção da leitura e a difusão do conhecimento, congregando um acervo de livros, periódicos e congêneres, organizados e destinados ao estudo, à pesquisa e à consulta por parte de seus usuários.

Art. 7º O Museu Municipal Padre Fernando, responsável por colaborar no processo de desenvolvimento educacional e cultural da comunidade através da preservação e divulgação de seu acervo e promoção de eventos, a exemplo de exposições multidisciplinares, mostras permanentes, exposições temporárias e itinerantes.

Art. 8º As atividades e ações de alcance cultural, inerentes a cada organismo integrante do Sistema Municipal de Cultura, deverão ser orientadas e estar compatibilizadas e consubstanciadas no Plano Municipal de Cultura, principal instrumento de gestão da execução de políticas, programas e projetos culturais.

Art. 9º O Plano Municipal de Cultura, enquanto instrumento de planejamento da ação cultural no âmbito do município, deverá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de publicação desta Lei, ser elaborado e/ou ajustado pelo órgão oficial de cultura, com participação das diversas instâncias de consulta.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Cultura será aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura e submetido à homologação do Executivo Municipal, através de Decreto específico.

Art. 10. Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura - FMC, com o objetivo de promover a economia da cultura e fomentar a criação, produção, formação, circulação e memória artístico-cultural, custeando total ou parcialmente projetos e atividades culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

§ 1º O FMC é vinculado ao Departamento de Cultura, competindo-lhe prover os meios necessários à sua operacionalização.

§ 2º O gestor e ordenador de despesas do FMC será o Diretor do Departamento de Cultura, nomeado pelo Prefeito, sendo necessário administrar sua distribuição à comunidade, através da promoção de editais públicos.

§ 3º A fiscalização da aplicação dos recursos do FMC será exercida pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 11. Constituem-se receitas do Fundo Municipal de Cultura:

- I - transferências à conta do orçamento geral do município;
- II - transferências realizadas pelo Estado e pela União;
- III - receitas diretamente arrecadadas pelas unidades integrantes do Sistema Municipal de Cultura, exceto àquelas advindas do espaço público previsto no inciso IV do artigo 3º desta Lei;
- IV - contribuições de mantenedores, na forma de regulamento específico;
- V - auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- VI - doações e legados;
- VII - saldos remanescentes de projetos e atividades apoiados, bem como devolução de recursos por utilização indevida;
- VIII - saldos financeiros de exercícios anteriores;
- IX - outros recursos a ele destinados na forma da lei.

Art. 12. O Regulamento do FMC aprovado pelo Poder Executivo Municipal definirá:

- I - as áreas de enquadramento dos projetos e atividades que poderão ser custeados pelo FMC;
- II - os limites de financiamento;
- III - os meios e critérios de acesso e seleção de projetos e atividades;
- IV - as formas de prestação de contas.

Parágrafo único. O Regulamento do FMC deverá ser previamente avaliado pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 13. Caberão às unidades integrantes do Sistema Municipal de Cultura prover os meios necessários ao desenvolvimento de programas de capacitação de profissionais, através de cursos, palestras, debates e atividades similares.

Art. 14. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação, promovendo, no orçamento vigente, as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha - SC, 9 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### LEI Nº 3.811/2014

LEI Nº 3.811, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a escriturar, para os mutuários, imóveis de propriedade do Município de Maravilha, adquiridos e quitados através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º são os matriculados no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob as matrículas a seguir relacionadas, com os respectivos mutuários proprietários:

- GILSON FARIAS e MARISETE LURDES VALGOI FARIAS

Lote urbano nº 10, da quadra nº 6, localizado no Loteamento denominado "Nova Morada", situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 320,00 m², objeto da Matrícula nº 12.082.

- SERGIO JOMERTZ e IRIA MEES JOMERTZ

Lote urbano nº 7, da quadra nº 6, localizado no Loteamento denominado "Nova Morada", situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 473,28 m², objeto da Matrícula nº 12.079, e uma casa de alvenaria, coberta de telha de barro, medindo 42 m².

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor dos imóveis será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 9 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### LEI Nº 3.812/2014

LEI Nº 3.812, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre Programas de Incentivo à Agricultura e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Ficam instituídos os Programas de Incentivo à Agricultura do Município de Maravilha/SC, nos termos da presente Lei.

Art. 2º Os programas de que trata o artigo 1º abrangerão o ressarcimento de despesas com proteção de fonte de água, inseminação de gado, silagens, ampliação de rede de água, melhorias na propriedade, saúde animal, óbitos de animais e serviços de manutenção de estradas em propriedades rurais particulares.

Art. 3º Considera-se agricultor do Município de Maravilha/SC, toda a pessoa física proprietária, arrendatária, agregado, meeiro, parceiro e posseiro de terras no Município que esteja em plena atividade produtiva.

Art. 4º Para efeitos de benefício de que trata a presente Lei, o agricultor deverá:

- I - apresentar requerimento junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, especificando o pedido;
- II - comprovar sua situação de agricultor no município, através do Bloco de Produtor Rural;
- III - cumprir a função social da propriedade conforme determina o artigo 186 da Constituição Federal.

Art. 5º O ressarcimento das despesas a título de incentivo se dará mediante a apresentação dos comprovantes de despesas em nome do beneficiado, observado para todos os casos as normas da presente Lei.

Art. 6º A proteção de fonte de água é incentivada ao agricultor que a preservar adequadamente (uma por propriedade) com 10 (dez) metros de mata ciliar nativa ou nativa em reconstituição, recebendo o valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 7º Quando a fonte tiver vazão de água suficiente para atender a mais de uma propriedade rural, até o limite de quatro, o ressarcimento de despesas de até R\$ 300,00 (trezentos reais), também será estendido às famílias abastecidas.

Parágrafo único. Os agricultores envolvidos deverão apresentar à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente documento que formaliza a parceria e a concordância do proprietário da área onde está localizada a fonte.

Art. 8º O incentivo a inseminação artificial de gado se dará no ressarcimento de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por inseminação.

Parágrafo único. O incentivo previsto no caput será limitado a 5 (cinco) inseminações por ano para agricultores com movimento econômico de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e 10 (dez) inseminações ao ano para agricultores com movimento econômico acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 9º A realização de silagens, distribuição de adubo orgânico ou distribuição de calcário e plantio, com o intuito de aumentar a produção, proporcionará ao agricultor o incentivo no ressarcimento

de 50% (cinquenta por cento) do valor investido.

§ 1º Para os agricultores que tiverem movimento econômico de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o auxílio será limitado a R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais).

§ 2º Para os agricultores que tiverem movimento econômico acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o auxílio será limitado a R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 3º O agricultor poderá optar, ao ano, por uma das quatro hipóteses descritas no caput deste artigo (realização de silagens, distribuição de adubo orgânico ou distribuição de calcário e plantio).

§ 4º O ressarcimento do valor investido se dará mediante apresentação de nota fiscal de prestação do serviço.

Art. 10. No caso da silagem ser realizada com equipamento próprio o incentivo será de R\$ 300,00 (trezentos reais) por agricultor ao ano.

Art. 11. Observada a necessidade de ampliação de rede de água com a participação de família a grupo já existente o incentivo será de R\$ 700,00 (setecentos reais) em cota única.

Parágrafo único. Para receber o valor do incentivo que trata o caput deste artigo, o agricultor deverá apresentar também, além dos documentos descritos nos incisos do art. 4º, a Declaração de Aptidão do Pronaf - ADAP.

Art. 12. No tocante à melhoria na propriedade rural o agricultor para fazer jus ao incentivo terá que incrementar a mesma nas seguintes atividades e obras:

- a) Avicultura;
- b) Suinocultura;
- c) Bovinocultura;
- d) Piscicultura;
- e) Agroindústrias familiares;
- f) Outras edificações;
- g) Plasticultura (cultivo protegido);
- h) Cisternas.

§ 1º Para as atividades constantes nas alíneas "a", "b", "c", "e" e "f", o valor do incentivo será de R\$ 3,00 (três reais) o m<sup>2</sup> (metro quadrado) de área construída.

§ 2º Para a atividade constante na alínea "d", o valor do incentivo será de R\$ 1,00 (um real) o m<sup>2</sup> (metro quadrado), de área alagada, conforme disposto em legislação específica, podendo fazer jus ao incentivo, na limpeza de açudes já constituídos, a cada 5 anos.  
§ 3º Para a atividade constante na alínea "g", o valor do incentivo será de R\$ 0,70 (setenta centavos de real) o m<sup>2</sup> (metro quadrado).

§ 4º Para a atividade constante na alínea "h", o valor do incentivo será de R\$ 6,00 (seis reais) o metro de abertura da boca da cisterna, conforme laudo fornecido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, respeitado o art. 5º da presente Lei.

Art. 13. Inclui-se no incentivo a execução de piso em concreto na antessala de ordenha e local do bebedouro, ressarcindo-se o valor de R\$ 10,00 (dez reais) por m<sup>2</sup> (metro quadrado), limitado a 80 (oitenta) m<sup>2</sup> por família, ao ano, priorizando sempre candidatos ainda não atendidos.

Art. 14. O agricultor interessado em receber auxílio financeiro para despesas em decorrência de óbito de animal bovino e com o objetivo de enterro deverá apresentar pedido juntando documento



da CIDASC que comprove que o procedimento de baixa por óbito foi realizado, devendo o animal morto ter idade igual ou superior a um ano e meio, recebendo para tanto R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 15. No que se refere à saúde animal o agricultor terá ressarcimento de despesas efetuadas com consulta de médico veterinário, no montante de 70% (setenta por cento) do valor da prestação do serviço limitados a R\$ 60,00 (sessenta reais) por atendimento.

Art. 16. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar serviços de manutenção de estradas em propriedades rurais particulares do Município de Maravilha/SC.

§ 1º Os serviços de manutenção de estradas que trata o caput do presente artigo destinam-se apenas às estradas que dão acesso às residências e ao local de carregamento de suínos, aves e leite.

§ 2º A execução dos serviços de manutenção descritos no caput do presente artigo será realizada com máquinas próprias da municipalidade e de forma gratuita ao agricultor.

Art. 17. O comprovante de despesa de que menciona o artigo 5º desta Lei, será sempre nota fiscal de pessoa jurídica, salvo outro, aceito a critério da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 18. A prática de atividades e obras mencionadas na presente Lei e objeto de incentivo devem merecer cumprimento da lei de preservação do meio ambiente.

Art. 19. É condição especial para efeitos de pagamento de incentivo, além dos documentos da despesa, laudo firmado por responsável da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de que a obra ou serviço foi devidamente realizado.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.729, de 11 de dezembro de 2013.

Maravilha - SC, 9 de dezembro de 2014.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **LEI Nº 3.813/2014**

LEI Nº 3.813, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar, para o mutuário, imóvel de propriedade do Município de Maravilha, adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º é o matriculado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula a seguir relacionada, com o respectivo mutuário proprietário:

- JOÃO ANTONIO KONDRATT KELLERER e SUELI TERESINHA KELLERER

Lote Urbano nº (11), da quadra nº (6), situado no Loteamento denominado "Nova Morada", nesta Cidade Município e Comarca de Maravilha, com área de 320,00 m² (trezentos e vinte metros quadrados), objeto da Matrícula nº 12.083, e uma casa de alvenaria, coberta de telha de barro, medindo 42 m² (quarenta e dois metros quadrados).

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 9 de dezembro de 2014.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **LEI Nº 3.814/2014**

LEI Nº 3.814, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

Institui o Programa Internet Rural e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Internet Rural do Município de Maravilha - SC, nos termos da presente Lei.

Art. 2º O Programa Internet Rural tem por objetivo inserir e democratizar o acesso ao mundo digital às pessoas que vivem na área rural, gerando avanços na capacitação profissional e na qualidade de vida por meio do acesso à rede mundial de computadores.

Art. 3º O Município de Maravilha irá disponibilizar torre metálica para acesso a internet em cada comunidade rural.

Parágrafo único. A torre metálica será instalada em local a ser definido após análise técnica.

Art. 4º Fica a cargo do proprietário do imóvel rural, beneficiário do programa, a aquisição de equipamento hábil à captação do sinal, contratação e pagamento do serviço de internet.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas com a construção da estrutura referida no art. 3º da presente Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Esta Lei entre em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Maravilha - SC, 9 de dezembro de 2014.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**LEI Nº 3.815/2014**

LEI Nº 3.815, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar, para o mutuário, imóvel de propriedade do Município de Maravilha, adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º é o matriculado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula a seguir relacionada, com o respectivo mutuário proprietário:

- GENTIL FERREIRA e SANTA GELSI DO AMARANTE RIBEIRO  
Lote Urbano nº (4), da quadra nº (6), situado no Loteamento denominado "Vale do Sol", nesta Cidade Município e Comarca de Maravilha, com área de 240,00 m<sup>2</sup> (duzentos e quarenta metros quadrados), objeto da Matrícula nº 12.203, e uma casa de alvenaria, medindo 42 m<sup>2</sup> (quarenta e dois metros quadrados).

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 9 de dezembro de 2014.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Marema

## PREFEITURA

### PORTARIA N. 228/2014

Portaria n. 228/2014

25/11/2014

CONCEDE LICENÇA GESTANTE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL EDENILSE SCALVI RIZZI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 116 do Estatuto dos Funcionários Público Municipal. CONSIDERANDO o atestado médico firmado pelo Dr. Jean Tissiani - CRM/SC n. 11.665, datado de 22/10/2014 dando conta da necessidade de agastamento de suas atividades, para fins de licença maternidade.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença Gestante a Servidora Pública Municipal EDENILSE SCALVI RIZZI, pelo período de 180 dias a contar a partir de 22 de outubro de 2014 a 19 de abril de 2015, de acordo com a solicitação médica (atestado médico) arquivado junto a sua pasta funcional.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 22 de outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Recursos Humanos

### PORTARIA N. 229/2014

Portaria n. 229/2014

25/11/2014

CONCEDE LICENÇA GESTANTE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MARIA PEROTTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 116 do Estatuto dos Funcionários Público Municipal. CONSIDERANDO o atestado médico firmado pelo Dr. Jean Tissiani - CRM/SC n. 11.665, datado de 22/10/2014 dando conta da necessidade de agastamento de suas atividades, para fins de licença maternidade.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença Gestante a Servidora Pública Municipal MARIA PEROTTO, pelo período de 180 dias a contar a partir de 03 de novembro de 2014 a 01 de maio de 2015, de acordo com a solicitação médica (atestado médico) arquivado junto a sua pasta funcional.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 03 de novembro de 2014.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Recursos Humanos

### PORTARIA Nº184/2014

Portaria nº184/2014

De 24/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CREUZA MARAN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal CREUZA MARAN por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 26 de dezembro de 2013 a 27 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 24 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Recursos Humanos

### PORTARIA Nº185/2014

Portaria nº185/2014

De 24/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELICLEI CASARIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ELICLEI CASARIL por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de

janeiro de 2014 a 31 dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 24 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº186/2014**

Portaria nº186/2014

De 24/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUELEN LUNARDI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal SUELEN LUNARDI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 20 dias a contar de 19/01/2015 a 07/02/2015.

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 08/01/2015 a 18/01/2015.

§ ÚNICO - Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço público, mediante requerimento do servidor.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 01/04/2013 a 31/03/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 24 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº187/2014**

Portaria nº187/2014

De 24/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EMERSON LUIZ BODANESE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EMERSON LUIZ BODANESE, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 25 dias a contar de 05/01/2015 A 29/01/2015.

- Gozo de férias por um período de 05 dias para data futura a ser marcado em consenso com o departamento de recursos humanos. § ÚNICO - Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço público, mediante requerimento do servidor.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 01/03/2014 A 28/02/2015.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 24 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº188/2014**

Portaria nº188/2014

De 24/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANGELICA BORDIGNON ZANCHET E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ANGELICA BORDIGNON ZANCHET por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2014 a 31 dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 24 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº189/2014**

Portaria nº189/2014

De 24/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE BEZ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ELIANE BEZ por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 24 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº190/2014**

Portaria nº190/2014

De 24/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCELIA CAREGNATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal LUCELIA CAREGNATTO COD. 542 E COD 568 por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de

outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 24 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº191/2014**

Portaria nº191/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CRISTIANE MULINARI SQUARIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal CRISTIANE MULINARI SQUARIO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2014 a 30 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº192/2014**

Portaria nº192/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IZABETE PRATTI BINDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE



Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal IZABETE PRATTI BINDA por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 20 de novembro de 2013 a 19 de novembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº193/2014**

Portaria nº193/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILUCIA CARBONERA DONZELLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILUCIA CARBONERA DONZELLI COD 52 E COD 565 por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº194/2014**

Portaria nº194/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ COD 224 por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº195/2014**

Portaria nº195/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLEUZA TOME FOPPA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal CLEUZA TOME FOPPA por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal



Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº196/2014**

Portaria nº196/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GELCENI BASEGIO DAL BELLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal GELCENI BASEGIO DAL BELLO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 19 de outubro de 2013 a 18 de outubro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº197/2014**

Portaria nº197/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEUZA PELEGRINI SINISKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal NEUZA PELEGRINI SINISKI por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 26 de dezembro de 2013 a 25 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº198/2014**

Portaria nº198/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOVANA SANDRA SOTILLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal JOVANA SANDRA SOTILLI por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº199/2014**

Portaria nº199/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALDIVA MARIA ROMANINI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ALDIVA

MARIA ROMANINI Cod. 235 a Cod 19 por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº200/2014**

Portaria nº200/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIDINEIA REGINATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal SIDINEIA REGINATTO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de junho de 2013 a 31 de maio de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº201/2014**

Portaria nº201/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DESIDERIO PELEGRINI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal DESIDERIO PELEGRINI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias a contar de 22/07/2014 A 31/07/2014, Conforme Portaria 124/2014 de 17/07/2014.

- Gozo de férias por um período de 20 dias a contar de 05/01/2015 a 24/01/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 04 de março de 2013 a 03 de março de 2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

### **PORTARIA Nº202/2014**

Portaria nº202/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CRISTIANA CARLA SOTILLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal CRISTIANA CARLA SOTILLI por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 14 de maio de 2013 a 13 de maio de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

**PORTARIA Nº203/2014**

Portaria nº203/2014

De 25/11/2014

CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL  
DESIDERIO PELEGRINI DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal, Art. 126 do Estatuto dos Servidores Municipais. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

**D E C I D E**

Art. 1º - Conceder licença Prêmio ao Servidor Público Municipal DESIDERIO PELEGRINI, por um período de 30 (trinta) dias a contar a partir de 25 de janeiro de 2015 a 23 de fevereiro de 2015.

Parágrafo Único: O período de aquisição da licença prêmio é de 06 de março de 2008 a 06 de março de 2013

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal em exercício.  
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Setor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº204/2014**

Portaria nº204/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DENILSON  
BRANCALIONE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal DENILSON BRANCALIONE por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de junho de 2013 a 30 de maio de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

**PORTARIA Nº205/2014**

Portaria nº205/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NANDRIA  
NERVIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal NANDRIA NERVIS COD 541 E COD 325 por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

**PORTARIA Nº206/2014**

Portaria nº206/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLI LUNARDI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARLI LUNARDI cod 35 a 324 por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº207/2014**

Portaria nº207/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA PAULA SEGANFREDO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ANA PAULA SEGANFREDO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 05 de outubro de 2013 a 04 de outubro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº208/2014**

Portaria nº208/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SONIA NARA DIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal SONIA NARA DIAS por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 20 de junho de 2013 a 19 de junho de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº209/2014**

Portaria nº209/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEUZA MARIA DE SOUZA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal NEUZA MARIA DE SOUZA por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 19 de julho de 2013 a 18 de julho de 2014 .

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº210/2014**

Portaria nº210/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado

pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 28 de dezembro de 2013 a 27 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

**PORTARIA Nº211/2014**

Portaria nº211/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVANIR HENZ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal IVANIR HENZ por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

**PORTARIA Nº212/2014**

Portaria nº212/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LIGIANE SPEROTTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal LIGIANE SPEROTTO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 04 março de 2013 a 03 de março de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

**PORTARIA Nº213/2014**

Portaria nº213/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA PAULA CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ANDREIA PAULA CERATTO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 14 de maio de 2013 a 13 de maio de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal



Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº214/2014**

Portaria nº214/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CARLIZE EMANUELA TODESCATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal CARLIZE EMANUELA TODESCATTO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 25 de abril de 2013 a 24 de abril de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº215/2014**

Portaria nº215/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIDIMARA REGINATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal SIDIMARA REGINATTO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº216/2014**

Portaria nº216/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JAIR DA COSTA DA SILVEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal JAIR DA COSTA DA SILVEIRA por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº217/2014**

Portaria nº217/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARLOS CESAR SORGATO RUSCHEL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal CARLOS CESAR SORGATO RUSCHEL por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.



Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 06 de junho de 2013 a 05 de junho de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº218/2014**

Portaria nº218/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LAURO CREMONESE POZZATTI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal LAURO CREMONESE POZZATTI por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº219/2014**

Portaria nº219/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EGIDIO CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado

pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EGIDIO CERATTO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº220/2014**

Portaria nº220/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALINE ANDRESSA MATIELLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ALINE ANDRESSA MATIELLO por um período de 30 dias, a contar de 29/12/2013 a 27/01/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 21 de março de 2013 a 20 de março de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

**PORTARIA Nº221/2014**

Portaria nº221/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DEONICE GATTI MONARETTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal DEONICE GATTI MONARETTO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/20015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de agosto de 2013 a 31 de julho de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

**PORTARIA Nº222/2014**

Portaria nº222/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EMILENE REGINATTO XAVIER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal EMILENE REGINATTO XAVIER por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de agosto de 2013 a 31 de julho de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

**PORTARIA Nº223/2014**

Portaria nº223/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAGALI TERRIBELE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MAGALI TERRIBELE por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

**PORTARIA Nº224/2014**

Portaria nº224/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILAI-NE REGINATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILAI-NE REGINATTO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de agosto de 2013 a 31 de julho de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº225/2014**

Portaria nº225/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NELCI CONCARI BISON E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal NELCI CONCARI BISON por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de agosto de 2013 a 31 de julho de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº226/2014**

Portaria nº226/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARQUIONES AGOSTINETO BRANCALIONE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARQUIONES AGOSTINETO BRANCALIONE por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 17 de dezembro de 2013 a 16 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº227/2014**

Portaria nº227/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VENILDA KIPERT RIBEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal VENILDA KIPERT RIBEIRO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº230/2014**

Portaria nº230/2014

De 25/11/2014

SUSPENDER PERIODO DE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA PEROTTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO Portaria 229/2014 de

25/11/2014 que concedeu licença maternidade.

**RESOLVE**

Art. 1º - Suspender período de gozo de férias a Servidora Pública Municipal MARIA PEROTTO por um período de 12 dias, para uma data futura a ser marcada em consenso com o Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

**PORTARIA Nº231/2014**

Portaria nº231/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CELSO PEROTTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal CELSO PEROTTO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

**PORTARIA Nº232/2014**

Portaria nº232/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FELIX CA-REGNATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor. CONSIDERANDO Portaria 123/2014.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao servidor publico municipal FELIX CA-REGNATTO por um período de 30 dias, sendo período de gozo de: - Gozo de férias por um período de 10 dias a contar de 22 de julho de 2014 a 31 de agosto de 2014. Conforme portaria 123/2014 de 17/07/2014.

- Gozo de férias por um período de 20 dias para a contar de 05 de janeiro de 2015 a 24 de janeiro de 2015

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 06 de maio de 2013 a 05 de maio de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

**PORTARIA Nº233/2014**

Portaria nº233/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIMONE LUNARDI BARELLA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal SIMONE LUNARDI BARELLA por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de abril de 2013 a 31 de março de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº234/2014**

Portaria nº234/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA LUNARDI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal SANDRA LUNARDI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 20 dias a contar de 05/01/2015 a 24/01/2015.

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 25/01/2015 a 03/02/2015.

§ ÚNICO - Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço publico, mediante requerimento do servidor.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 15/01/2014 a 14/01/2015.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº235/2014**

Portaria nº235/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALBINO GASPAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ALBINO GASPAS por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de

1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 09 de janeiro de 2014 a 08 de janeiro de 2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº236/2014**

Portaria nº236/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVERTON ZILLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EVERTON ZILLI por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 03 de novembro de 2013 a 02 de novembro 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº237/2014**

Portaria nº237/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JULCIMAR PAULO RAMPASO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.



**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal JULCIMAR PAULO RAMPAZZO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:  
- Gozo de férias por um período de 20 dias a contar de 05/01/2015 a 24/01/2015.

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 25/01/2015 a 03/02/2015.

§ ÚNICO - Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço publico, mediante requerimento do servidor.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 05/03/2013 a 04/03/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº238/2014**

Portaria nº238/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LAIRES ROSSONI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal LAIRES ROSSONI por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 06 de outubro de 2013 a 05 de outubro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Recursos Humanos

**PORTARIA Nº239/2014**

Portaria nº239/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LEONIR BISON E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal LEONIR BISON por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 07 de novembro de 2013 a 06 de novembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Recursos Humanos

**PORTARIA Nº240/2014**

Portaria nº240/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ PEROTTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal LUIZ PEROTTO por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 03 de maio de 2013 a 02 de maio de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal



Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº241/2014**

Portaria nº241/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NELSON KUBIAK E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal NELSON KUBIAK por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 02 de janeiro de 2014 a 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº242/2014**

Portaria nº242/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NIZIO DUZ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal NIZIO DUZ, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 5 dias a contar de 05/01/2015 a 09/01/2015. Conforme Portaria 426/2013 de 04/12/2013.

- Gozo de férias por um período de 25 a contar a partir de 10/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 06/03/2013 a 05/03/2014 para o primeiro período, conforme portaria 426/2013 e de 06/03/2014 a 05/03/2015, para o segundo período.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº243/2014**

Portaria nº243/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALMOR DONZELLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal VALMOR DONZELLI, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 03/07/2013 a 02/07/2014

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº244/2014**

Portaria nº244/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANDERLEI RIZZI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal VANDERLEI RIZZI, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2014 A 31/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº245/2014**

Portaria nº245/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VOLMIR SIMONETTI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal VOLMIR SIMONETTI, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/12/2013 A 30/11/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº246/2014**

Portaria nº246/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FABIANO VICELLI DALLA BETHA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal FABIANO VICELLI DALLA BETHA, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2014 A 31/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº247/2014**

Portaria nº247/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARISTELA RAMPAZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARISTELA RAMPAZZO, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2014 A 31/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº248/2014**

Portaria nº248/2014

De 25/11/2014

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL LOURDES ROSALEM CERATTO DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal, Art. 126 do Estatuto dos Servidores Municipais. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **D E C I D E**

Art. 1º - Conceder licença Prêmio a Servidora Pública Municipal LOURDES ROSALEM CERATTO, por um período de 30 (trinta) dias a contar a partir de 05 de janeiro de 2015 a 03 de fevereiro de 2015.

Parágrafo Único: O período de aquisição da licença prêmio é de 01 de agosto de 2007 a 31 de julho de 2011.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal em exercício.

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Setor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº249/2014**

Portaria nº249/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLAIRE NESPOLO PERCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal CLAIRE NESPOLO PERCIO, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/08/2012 A 31/07/2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº250/2014**

Portaria nº250/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONIO MAROSTICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ANTONIO MAROSTICA, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 27/08/2013 A 26/08/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº251/2014**

Portaria nº251/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZETE MOREIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ELIZETE MOREIRA, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/02/2014 A 31/01/2015.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº252/2014**

Portaria nº252/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA TONIAZZO MORO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ANDREIA TONIAZZO MORO, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26/12/2013 A 25/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº253/2014**

Portaria nº253/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANI BUSSOLARO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ROSANI BUSSOLARO COD 323 E COD 556, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2014 A 31/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº254/2014**

Portaria nº254/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANGELA MASCARELLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ROSANGELA MASCARELLO, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 09/01/2014 A 08/01/2015.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº255/2014**

Portaria nº255/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ENEDI CHITOLINA DONZELI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ENEDI CHITOLINA DONZELI, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 17/04/2013 A 16/04/2014

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº256/2014**

Portaria nº256/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ GARBIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal LUIZ GARBIN, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26/12/2013 A 25/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº257/2014**

Portaria nº257/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLETE CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARLETE CERATTO, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2014 A 31/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº258/2014**

Portaria nº258/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZINETE MORESCHI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ZINETE MORESCHI, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 02/06/2013 A 01/06/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº259/2014**

Portaria nº259/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILETE MAROSTICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILETE MAROSTICA COD 237 E COD 160, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2014 A 31/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº260/2014**

Portaria nº260/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIDIANE CAREGNATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal SIDIANE CAREGNATTO, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2014 A 31/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº261/2014**

Portaria nº261/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILAI-  
NE AGNOLIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Esta-  
do de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em con-  
formidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos  
Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado  
pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILAI-  
NE AGNOLIN, por um período de 30 dias a contar a partir de  
05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de  
01/01/2014 A 31/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua  
publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº262/2014**

Portaria nº262/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIRLEI ZO-  
LEIDE DAL BIANCO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Esta-  
do de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em con-  
formidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos  
Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado  
pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal SIRLEI ZO-  
LEIDE DAL BIANCO, por um período de 30 dias a contar a partir  
de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de  
01/01/2014 A 31/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua  
publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº263/2014**

Portaria nº263/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULINDA  
FORT GONÇALVES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Esta-  
do de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em con-  
formidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos  
Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado  
pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal JULINDA  
FORT GONÇALVES, por um período de 30 dias a contar a partir de  
05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de  
01/01/2014 A 31/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua  
publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº264/2014**

Portaria nº264/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDUARDO  
PEREIRA VARGAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Esta-  
do de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em con-  
formidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos  
Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado  
pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EDUARDO  
PEREIRA VARGAS, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:  
- Gozo de férias por um período de 20 dias a contar de 15/01/2015  
a 03/02/2015.

- Gozo de férias por um período de 10 dias para um data futura a  
ser marcada em consenso com o departamento de recursos hu-  
manos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 22/01/2013  
a 21/01/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua  
publicação.



Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº265/2014**

Portaria nº265/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANDERLEI ANTONIO CALDERAN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal VANDERLEI ANTONIO CALDERAN, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 20 dias a contar de 05/01/2015 a 24/01/2015.

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 25/01/2015 a 03/02/2015.

§ ÚNICO - Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço publico, mediante requerimento do servidor.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº266/2014**

Portaria nº266/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GESICA CRISTINA NOSSAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal GESICA CRISTINA NOSSAL, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/02/2014 A 31/01/2015.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº267/2014**

Portaria nº267/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA TONIAZZO MORO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ANDREIA TONIAZZO MORO, por um período de 30 dias a contar a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26/12/2013 A 25/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº268/2014**

Portaria nº268/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZELIR SCALVI CHEROBIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ZELIR SCALVI CHEROBIN, por um período de 30 dias a contar a partir de 09/01/2015 a 07/02/2015.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 03/09/2013 A 02/09/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº269/2014**

Portaria nº269/2014

De 25/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PATRIK PABLO CASSOL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal PATRIK PABLO CASSOL, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias a contar de 05/01/2015 A 14/01/2015.

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 15/01/2015 a 24/01/2015.

- - Gozo de férias por um período de 10 dias para data futura a ser marcado em consenso com o departamento de recursos humanos. § ÚNICO - Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço publico, mediante requerimento do servidor.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 09/01/2014 a 08/01/2015.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

## Meleiro

### PREFEITURA

#### **DECRETO N.º 093/2014**

DECRETO n.º 093/2014

ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso VI da lei Orgânica Municipal, RESOLVE:  
DECRETAR

Art. 1.º Fica estabelecido o novo horário de expediente nas Unidades de Saúde do Município de Meleiro (Posto de Saúde e E.S.F), das 07:00 horas às 13:00 horas, a partir do dia 01/12/2014, de Segunda à Sexta-feira.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/12/2014.

Art. 3.º Revogam-se as demais disposições em contrário, em especial o Decreto nº 081/2014.

Meleiro, 05 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

PROCESSO SELETIVO  
EDITAL Nº 02/2014

O Prefeito do Município de Modelo - Estado de Santa Catarina, Sr. RICARDO LUIS MALDANER, no uso de suas atribuições, torna público que se encontram abertas, no período de 09/12/2014 a 24/12/2014 inscrições para Processo Seletivo destinado à formação de cadastro reserva para preenchimento de vagas em caráter temporário no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e legislação vigente.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS E DADOS RELATIVOS.

##### 1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso II da Constituição Federal, Leis Municipais nº 971/90, 1347/1998, 1.513/2002, 1593/2005, 1960/2010, 2003/2011, 2110/2013, 2074/2013, 2.132/2014 e demais Legislações Pertinentes.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Modelo - SC, e executado pelo Instituto de Consultoria em Administração Pública - ICAP, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 340, sala 204, Edifício IP, Maravilha - SC, fone-fax (49)3664-3670, [www.icap.net.br](http://www.icap.net.br).

1.1.3. Os documentos exigidos pelas normas do presente edital deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições editalícias, em um dos seguintes endereços:

a) Sede do Instituto ICAP Rua Duque de Caxias 340, sala 204, Maravilha (SC). Atendimento nos dias úteis, das 08h30min às 12h e das 14h às 17h;

b) Prefeitura Municipal de Modelo (SC) - Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, Rua do Comércio 1304, Modelo - SC, CEP 89.872-000, atendimento nos dias úteis, 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

1.1.3.1. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicados no site <http://www.icap.net.br>.

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do (a) candidato(a) conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1. do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal de que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site <http://www.icap.net.br>.

1.1.6. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 1 (um)

ano, podendo ser prorrogado por igual período.

1.1.8. São condições para participação no presente Processo Seletivo:

a) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12 da Constituição Federal;

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital;

d) Possuir o nível de escolaridade e habilitação legal para o exercício da profissão e exigida para o cargo.

1.1.9. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.10. O Processo Seletivo será realizado em três etapas:

a) Primeira etapa: PROVA ESCRITA, de caráter classificatório, obrigatória para todos os cargos.

b) Segunda etapa: PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO, de caráter classificatório para os cargos de Auxiliar Educacional, Professor de Educação Infantil; Professor de Séries Iniciais (1º ao 5º ano); Professor de Educação Física e Enfermeiro PSF.

c) Terceira etapa: PROVA PRÁTICA, de caráter classificatório, para o cargo de Motorista e Auxiliar de Serviços Gerais Internos.

1.2 Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargos	Vagas	Carga Horária	Vencimento R\$	Habilitação/ Escolaridade
Auxiliar Educacional	CR*	40 h	919,05	Segundo Grau Completo Magistério ou Segundo Período Concluído do Curso Superior Pedagogia ou Psicologia ou Educação Física
Professor Educação Infantil	CR*	20 h	1.249,91	Nível Superior Pedagogia com habilitação em: Educação Infantil
Professor Séries Iniciais (1º ao 5º ano)	CR*	20 h	1.249,91	Nível Superior Pedagogia com habilitação em: Séries Iniciais.
Professor Educação Física	CR*	20 h	1.249,91	Ensino Superior em Educação Física
Professor Educação Física	CR*	10 h	624,96	

Educador Social (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos)	CR*	20h	955,81	Ensino Médio completo
Auxiliar de Serviços Gerais Internos	CR*	40 h	919,05	Alfabetizado
Enfermeiro PSF	CR*	40 h	2.951,99	Nível Superior c/ Habilitação específica para o Desempenho do Cargo e com registro no órgão fiscalizador da profissão.
Motorista	CR*	40 h	1.374,90	Alfabetizado e portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria “D” *Quando contratado o candidato deverá frequentar curso para Condutores de Veículo de Transporte Escolar e Curso de Condutor de Veículo de Emergência, os quais serão oferecidos pelo Município. O candidato que se recusar a frequentar os cursos será excluído do Processo Seletivo.

1.2.2. O candidato que inscrever-se para o cargo de Professor de Educação Infantil (Creche e Pré-escola) poderá também inscrever-se para o cargo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano Séries Iniciais), constante no Edital 002/2014, desde que devidamente habilitado para ambos os cargos.

1.2.3. O candidato que inscrever-se para o cargo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) Séries Iniciais, poderá também inscrever-se para o cargo de Professor de Educação Infantil (Creche e Pré-escola), constante no Edital 002/2014, desde que devidamente habilitado para ambos os cargos.

1.2.4. A inscrição para 2 (dois) cargos implica no pagamento das taxas de inscrição correspondentes a cada um dos cargos, sendo desconsiderada a inscrição cujo pagamento não for efetivado.

\*CADASTRO RESERVA: Cadastro reserva é a seleção de candidatos para vagas que surgirem dentro do prazo de validade deste processo seletivo para substituições de servidores em licença legalmente concedidas, programas, convênios e demais situações que objetivem a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, previsto no Art. 37, IX da Constituição Federal e legislação própria municipal.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Processo Seletivo somente serão efetuadas pela INTERNET, no período de 09/12/2014 a 24/12/2014.

2.1.1. Para inscrever-se o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) acessar o endereço eletrônico: [www.icap.net.br](http://www.icap.net.br).

b) Ler e concordar com todas as disposições do presente edital;

c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

e) Imprimir o boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o seu pagamento nas agências do Banco do Brasil.

2.2. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, a Prefeitura Municipal de Modelo - SC disponibilizará local com acesso à Internet no endereço a seguir relacionado, no período das inscrições:

- Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Müller, sito à Rua Cristóvão Colombo, sn, neste município de Modelo - SC, CEP 89.872-000, atendimento nos dias úteis, horário das 14h00min às 17h00min.

2.2.1. O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo que o candidato é o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.2.2. A Prefeitura Municipal de Modelo e o Instituto ICAP não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.3. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico [www.icap.net.br](http://www.icap.net.br).

2.4. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.5. A inscrição somente será confirmada mediante confirmação bancária da quitação do respectivo boleto de pagamento até a data do respectivo vencimento.

2.6. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.7. A inscrição não poderá ser feita pelo correio ou por meio de fac-símile.

2.8. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.9. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita até o último dia de inscrições no Instituto ICAP, e após esse período, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Modelo (SC).

2.10. O candidato poderá inscrever-se para apenas 01 cargo, exceto para os cargos de Professor de Educação Infantil e Professor de Séries Iniciais. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.11. O valor da taxa de inscrição será de:

R\$ 90,00 (noventa reais), para os cargos que exigem nível superior;

R\$ 50,00 (cinquenta reais) para o cargo que exige nível médio; e R\$ 30,00 (trinta reais), para o cargo que exige nível alfabetizado;

2.12. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.10. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567/97 (Doador de Sangue) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo.

2.10.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a



Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação.

2.10.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição (anexo III) deverá ser dirigido à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Modelo- SC e entregue no endereço da Prefeitura Municipal de Modelo/SC, sito à Rua do Comércio, 1304, Centro, juntamente com os seguintes documentos:

- a) Cópia do requerimento de inscrição;
- b) Comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais. Para ter direito a isenção, o candidato deve comprovar que realizou, no mínimo, três doações no período de um ano;
- c) No caso o subitem 2.10.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

2.10.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC - SC e no site da empresa executora do certame até o dia 12/09/2014 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.10.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar do presente Processo Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até às 23h59min do dia 26 de dezembro de 2014.

### 3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS:

3.1. As pessoas portadoras de necessidades especiais amparadas na legislação vigente (Lei Estadual nº 12870, de 12 de janeiro de 2004 e Decreto Estadual nº 2874, de 15 de dezembro de 2009) poderão, nos termos do edital, concorrer as vagas correspondentes a 5% do total do total das vagas ofertadas, exclusivamente para cargos que ofereçam mais de 1 (uma) vaga. Havendo somente 1 (uma) vaga para determinado cargo, esta será disputada em igualdade de condições entre os concorrentes, sendo que os portadores de necessidades especiais não serão privilegiados na nomeação.

3.1.1 Considerando tratar-se teste seletivo com cadastro reserva, será convocado 1 (um) candidato inscrito para as vagas reservadas aos deficientes a cada 19 (dezenove) candidatos inscritos para as vagas de livre concorrência.

3.1.2 O percentual de vagas referidas no subitem 3.1. será computado com arredondamento das frações dos percentuais para o número inteiro imediatamente superior.

3.2. O candidato portador de necessidade especial física que desejar concorrer às vagas definidas no item 1.2 deverá, no ato da inscrição, declara-se portador de necessidades especiais e anexar laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência. Se aprovado no Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pela Prefeitura Municipal de Modelo (SC), que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não, e sobre o grau de deficiência, com a finalidade de verificar se a necessidade especial (deficiência) de que é portador realmente o habilita a ocupar uma das vagas reservadas (Constituição Federal, art. 37, VIII).

3.2.1. Para cumprimento do exigido no item 3.2, não serão considerados resultados de exames e/ou outros documentos diferentes dos descritos naquele item.

3.2.2. O candidato que for considerado portador de limitação ou deficiência, após ou concomitante a perícia contida no item 3.2, será submetido à mesma junta médica, podendo esta se servir de parecer de outros profissionais e especialidades, para avaliação e

certificação da real condição de adaptabilidade do candidato ao exercício das funções do cargo, considerando os critérios legais de segurança no trabalho, eficiência do serviço público e mínima oneração do Município para adaptar equipamentos e meios de comunicação. Concluindo a perícia que a deficiência impede o candidato ao exercício do cargo, o mesmo será desclassificado.

3.3. O Candidato portador de necessidades especiais que no ato da realização da inscrição não apresentar o documento exigido no item 3.2 (laudo médico), ou apresentar documento com dados insuficientes terá sua inscrição indeferida como concorrente inscrito nessa condição.

3.4. O candidato portador de necessidades especiais que tiver sua inscrição indeferida nos termos do item 3.3, não será excluído do Processo Seletivo, passando, automaticamente, a figurar como candidato não portador de necessidades especiais.

3.5. A não observância do disposto nos itens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.6. O candidato que, no ato de inscrição, declarar-se portador de necessidades especiais, se classificado, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte.

3.7. As vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que não forem providas por falta de candidatos serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais, respeitadas as condições dispostas em lei, participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo da prova escrita, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.9. Caso o candidato portador de necessidades especiais após a aprovação seja considerado inapto para o exercício das atribuições do cargo público, não será nomeado/contratado e será convocado o candidato da mesma condição, classificado imediatamente posterior, na ordem de classificação.

### 4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.

4.2. A relação das inscrições deferidas, das inscrições indeferidas e o ato de homologação serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC, e endereço eletrônico da empresa organizadora do certame [www.icap.net.br](http://www.icap.net.br).

### 5. DAS PROVAS

#### 5.1. Da prova escrita

5.1.1. A prova escrita será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A prova escrita será aplicada para todos os cargos no dia 11 de janeiro de 2015, na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Müller, situada na Rua Cristóvão Colombo, S/N, Centro, no município de Modelo (SC).

5.1.2.1. Para os cargos de Auxiliar Educacional, Professor de Séries Iniciais, Professor de Educação Física, Auxiliar de Serviços Gerais Internos, Enfermeiro PSF, Educador Social e Motorista, a prova escrita será aplicada no período matutino.

5.1.2.2. Para o cargo de Professor de Educação Infantil, a prova será aplicada no período vespertino.

#### 5.1.3. HORÁRIO DAS PROVAS

MATUTINO: (Auxiliar Educacional, Professor - Séries Iniciais, Educação Física, Auxiliar de Serviços Gerais Internos, Enfermeiro PSF, Educador Social e Motorista)

5.1.3.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será às 08h20min e o fechamento dos portões será às 08h50min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.3.2. A prova terá início às 09 horas e término às 12 horas.

VEPERTINO: (Professor de Educação Infantil)

5.1.3.3. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será às 13h20min e o fechamento dos portões será às 13h50min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.3.4. A prova terá início às 14 horas e término às 17 horas.

5.1.4. A prova escrita terá a duração de 03 (três) horas, incluído o tempo de orientações para a realização da prova, entrega e preenchimento do cartão de respostas.

5.1.5. A prova escrita será composta de questões objetivas, de múltipla escolha, com cinco alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente uma será a correta, e versará sobre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos compatíveis com o nível de escolaridade e formação acadêmica, conforme abaixo:

5.1.5.1. Para todos os cargos, a prova escrita será composta de 30 (trinta) questões, distribuídas e pontuadas conforme abaixo:

a) Conhecimento gerais: 15 questões

Português: 10 questões

Matemática: 03 questões

Estudos Sociais: 02 questões

b) Conhecimentos específicos para a área a qual se inscreveu: 15 questões

5.1.5.2. À prova escrita será atribuída nota de acordo com a tabela abaixo:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS (Nota)
Conhecimentos Gerais (Português)	10	0,30	3,00
Conhecimentos Gerais (Matemática e Estudos Sociais)	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos	15	0,40	6,00
<b>T O T A L</b>	<b>30</b>		<b>10,00</b>

5.1.5.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova escrita estão publicados no anexo I do presente edital.

5.1.6. Normas para a realização da prova escrita:

5.1.6.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos pelo Edital, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das provas, munidos de documento de identificação original (com fotografia) e comprovante de inscrição.

5.1.6.1.1. O boleto bancário NÃO serve como Comprovante de Inscrição.

5.1.6.2. A NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE E COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO, NOS TERMOS DESTES EDITAIS IMPEDIRÁ O ACESSO DO CANDIDATO AO LOCAL DE PROVA.

5.1.6.3. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.1.6.4. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.1.6.5. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das

provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

5.1.6.6. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.1.6.7. Para a realização da prova escrita o candidato receberá um caderno de questões e um cartão de respostas.

5.1.6.8. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo do qual se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.1.6.8.1. O candidato deverá assinar o cartão de respostas.

5.1.6.9. As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.1.6.10. O cartão de respostas não será substituído por erro do candidato.

5.1.6.11. O preenchimento do Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e capa do caderno de questões, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

5.1.6.12. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão de Respostas.

5.1.6.12.1. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova escrita que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão de respostas, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido integralmente, ou não estiver assinalado no cartão resposta.

5.1.6.13. A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão de respostas e não terão validade, quaisquer anotações feitas no caderno de questões.

5.1.6.14. A divulgação da classificação preliminar por cargo e publicação da classificação final será divulgada no site da ICAP, em data, local e horário definido no Anexo III.

5.1.7. Ao terminar a prova o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o caderno de questões e cartão de respostas.

5.1.7.1. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após transcorrido, no mínimo, 1 (uma) hora do seu início.

5.1.7.2. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.1.7.3. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.1.7.4. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, e retirar-se do local, após assinarem, juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, o verso de todos os cartões-respostas, envelopes lacrados que os mesmos serão acondicionados, a lista de presença e a Ata, na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas rasurados ou com questões não assinaladas.

5.1.7.5. No dia de realização da prova não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.1.7.6. O caderno de questões e os gabaritos provisórios serão publicados após as 20 horas do dia da realização das provas



(11/01/2015) no site da empresa organizadora do certame [www.icap.net.br](http://www.icap.net.br).

5.1.7.7. O Município de Modelo - SC, e a empresa organizadora do certame, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização da prova escrita.

5.1.8. Materiais permitidos no local de prova:

5.1.8.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Cópia do Requerimento de Inscrição;
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta;
- d) Lápis preto e borracha;
- e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.1.8.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala antes do início da prova.

5.1.8.3. O Município de Modelo- SC e o Instituto ICAP não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.1.9. É vedado durante a realização das provas:

a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água, conforme item 5.1.8.1.

b) Fumar;

c) Comunicação entre os candidatos;

d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc);

e) Porte ou uso de qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc,

5.1.10. Poderá ser excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;

b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;

c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

d) não apresentar documento que bem o identifique;

e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 1 (uma) hora do início das provas;

g) ausentar-se da sala de provas levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;

h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

j) não devolver integralmente o material recebido;

k) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;

l) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone

celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

m) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.1.10.1. Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados e acondicionados em local indicado pelos fiscais no momento da realização prova, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

5.1.11. Os pertences pessoais dos candidatos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos na sala de prova.

5.2. Da Prova de Títulos e Tempo de Serviço

5.2.1. A prova de títulos constitui-se pela análise e pontuação de certificados e/ou diplomas de curso de pós-graduação e o tempo de serviço será avaliado o tempo de serviço no magistério estadual, municipal, federal, particular de Santa Catarina e de outros estados.

5.2.2. Poderão participar da prova com valoração de Títulos os candidatos inscritos no Processo Seletivo para os cargos de Professor de Educação Infantil, Séries Iniciais, Educação Física, Auxiliar Educacional e Enfermeiro PSF.

5.2.3. Poderão computar o tempo de serviço apenas os candidatos aos cargos de Professor de Educação Infantil, Séries Iniciais, Educação Física e Auxiliar Educacional.

5.3. Para participar da Prova de Títulos e Tempo de Serviço o candidato deverá entregar, imediatamente após a prova escrita, no mesmo endereço da realização da prova escrita - Sala de Coordenação, cópia fotostática (Xerox) do título de pós-graduação e/ou comprovação de tempo de serviço acompanhado do histórico escolar (se for o caso), organizados em uma pasta ou grampeados na seguinte ordem:

a) Requerimento anexo ao presente edital (Anexo IV) devidamente preenchido e assinado;

b) Cópia xerográfica do documento comprobatório dos cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) e certidão/comprovação de tempo de serviço.

5.3.1. O candidato declara, no requerimento (anexo IV), que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverá apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará na exclusão do candidato do concurso.

5.3.2. Os títulos não serão avaliados e computados no momento da entrega, o responsável pelo protocolo receberá os títulos que posteriormente serão avaliados pela Banca Examinadora do Concurso público.

### 5.3.3. DA AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS:

CERTIFICADOS OU DIPLOMAS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	
TÍTULOS	PONTOS DE CADA TÍTULO
Diploma ou certificado de curso de Graduação, acompanhado do histórico escolar, na área da Educação, somente para o cargo de Auxiliar Educacional.	0,50
Diploma ou certificado de curso de pós-graduação, acompanhado do histórico escolar, em nível de Especialização Lato Sensu, na disciplina/área, para a qual se inscreveu.	0,50
Diploma ou certificado de curso de pós-graduação, acompanhado do histórico escolar, em nível de Mestrado, na disciplina/área, para a qual se inscreveu.	0,50
Diploma ou certificado de curso de pós-graduação, acompanhado do histórico escolar, em nível de Doutorado, na disciplina/área, para a qual se inscreveu.	0,50
Pontuação máxima atribuída aos diplomas ou certificados de cursos pós-graduação: 2,00	

5.3.3.1. O máximo de pontos obtidos na prova de títulos será "02 (dois) pontos".

5.3.3.2. Caso o candidato apresente títulos em número maior do máximo admitido (02 pontos) não serão considerados os títulos excedentes.

5.3.3.3. Não serão pontuados os títulos que constituírem requisito básico para o exercício do cargo.

5.3.3.4. Será somente pontuado um título para cada nível de especialização. (pós-graduação, mestrado ou doutorado).

5.3.3.5. Os pontos dos títulos serão contados apenas para efeito de "classificação".

5.3.3.6. A nota da Prova de Títulos será o número de pontos obtidos segundo a tabela acima.

5.3.3.7. A nota da prova de títulos será somada à da prova escrita para apuração da nota final do candidato.

5.3.3.8. Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por

instituição nacional, na forma da lei, e se redigidos em língua estrangeira devem estar acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

5.3.3.9.. Não serão pontuados os títulos apresentados em número excedente ao previsto no edital.

5.3.3.10. Não serão pontuadas certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei e de acordo com as normas do edital.

5.3.3.11. A apresentação de títulos é de iniciativa do candidato sendo que os títulos poderão ser validados ou recusados conforme especificação no presente Edital.

#### 5.3.4. DA AVALIAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO

5.3.4.1 O valor máximo da avaliação do tempo de serviço é de dois (2) pontos.

5.3.4.2. A avaliação do tempo de serviço será feita através de atestado de tempo de serviço no magistério estadual, municipal, federal, particular de Santa Catarina e de outros estados, e obterá a pontuação de 0,10 (dez) pontos para cada 06 (seis) meses completos de tempo de serviço, limitando-se a dez (dez) anos de tempo de serviço.

5.3.4.3. Para receber a pontuação relativa ao tempo de serviço no magistério, o candidato deverá comprovar através de:

a) Para exercício de atividade em instituição privada ou instituição pública que adote o Regime Celetista para o quadro funcional será necessária à comprovação através de fotocópia dos seguintes documentos: 1 - carteira de trabalho e previdência social (CTPS) contendo as páginas: Identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa; ou 2 - original da certidão de tempo de serviço que informe o período, com início e fim, conforme Modelo Anexo;

b) o tempo de serviço será válido até a data de 10 de dezembro de 2014.

c) para exercício de atividade em instituição pública que adote o regime estatutário será necessária à comprovação através do original do atestado de tempo de serviço que informe o período, com início e fim, conforme Modelo Anexo, emitida pelos seguintes órgãos:

c.1. Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público estadual;

c.2. Secretaria de Educação do Município, quando se tratar de tempo de serviço municipal;

c.3. Secretaria da Educação do Estado de origem, quando se tratar de magistério público de outros Estados;

c.4. Setor de Recursos Humanos do Órgão Federal ou de Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público federal e particular, respectivamente;

c.5. Não será considerado o tempo de serviço computado para efeito de aposentadoria.

5.3.4.4. Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério o atestado/certidão emitido deverá conter o nome do órgão por extenso, não se aceitando abreviaturas.

5.3.4.5. Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério não será considerada fração de ano nem sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes.

5.3.4.6. Não será computado para efeito de pontuação ao título de tempo de serviço no magistério, o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação.

5.3.4.7. Não será computado também, o título de tempo de serviço no magistério, o tempo de estágio.

5.4. Das Provas Práticas (Motorista e Auxiliar de Serviços Gerais Internos).

#### 5.4.1. PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE MOTORISTA

5.4.2. A prova prática para o cargo de Motorista será realizada no dia 11 de janeiro de 2015 às 14h00min, no pátio (garagem) da Prefeitura Municipal de Modelo.

5.4.3. A comissão organizadora reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas, alterar as datas e locais das provas práticas. Ocorrendo qualquer alteração, será publicado um comunicado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Modelo e site da empresa organizadora [www.icap.net.br](http://www.icap.net.br) com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

5.4.4. Os candidatos deverão comparecer ao local e horário determinados, com antecedência mínima de 30 minutos do horário marcado:

a) Munidos de documento de identificação e a habilitação determinada no edital para dirigir o veículo/máquina com o qual farão a prova prática, não se aceitando cópias mesmo que autenticadas e ou protocolos.

b) Trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

5.4.5. A prova prática será realizada perante os membros integrantes da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, sendo que o candidato será acompanhado do Instrutor no transcorrer de toda a prova.

5.4.6. Os veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser usados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Modelo, no estado em que se encontrarem.

5.4.7. Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará na desclassificação do candidato.

5.4.8. Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliador e ou máquina/equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

5.4.9. Concluída a prova, o candidato assinará termo de realização da prova prática que atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, do que não poderá arguir posteriormente.

5.4.10. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 10 (dez) minutos para sua execução.

5.4.11. Os candidatos serão submetidos à prova prática na ordem do número da sua inscrição.

5.4.12. Para a prova prática será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), e será avaliado de acordo com as normas.

5.4.13. Durante a realização da prova prática é proibido fumar, usar equipamento de som, ingerir medicamento ou qualquer tipo de alimento, exceto água.

5.4.14. Tarefas a serem executadas e critérios de avaliação para o cargo de Motorista:

5.4.15. Antes de iniciar cada um dos testes práticos o avaliador fará um teste, in loco, dos conhecimentos e do domínio prático operacional do candidato, relativamente ao veículo, máquina/equipamento que irá realizar a prova. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo.

5.4.15.1. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do veículo/máquina/equipamento utilizado.

5.4.16. Fatores a serem avaliados:

- I. Verificação do equipamento/máquina/veículo (pneus, água, óleo, bateria);
- II. Habilidades ao operar o equipamento/máquina/veículo;
- III. Aproveitamento do Equipamento/máquina/veículo;
- IV. Produtividade;
- V. Técnica/Aptidão/Eficiência.

5.4.17. A Prova Prática para o cargo de Motorista consistirá na realização de teste de volante em VEÍCULO ÔNIBUS, consistindo em ligar o veículo, dirigir em linha reta, curva, aclave, declive e estacionar em local determinado e marcado.

5.4.17.1. Caso o candidato ultrapasse o tempo máximo destinado para a realização do teste será desclassificado.

5.4.17.2. Os candidatos serão avaliados, conforme item 5.2.15.3, dos quais valerão 2 (dois) pontos por quesito a ser avaliado pelo avaliador até o limite máximo de 10 (dez) pontos.

5.4.17.3. Os candidatos serão avaliados no exame de direção/ operação veicular/máquina em função da pontuação negativa por faltas, erros, ou procedimentos inadequados, cometidos durante todas as etapas do exame, sendo que a pontuação terá a escala negativa. Atribuindo-se a seguinte pontuação:

- I. uma falta eliminatória: reprovação
- II. uma falta grave : 02 (dois) pontos negativos
- III. uma falta média : 01 (um) ponto negativo
- IV. uma falta leve: 0,5 (zero vírgula cinco) ponto negativo

5.4.18. Das faltas:

a) .Faltas Eliminatórias:

- I. Avançar o sinal vermelho;
- II. Avançar a via preferencial;
- III. Entrar na contramão;
- IV. Exceder a velocidade indicada para a via,
- V. Avançar sobre o meio-fio;
- VI. Provocar acidente durante a realização do exame;
- VII. Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima;

b) Faltas Graves:

- I. desobedecer à sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito;
- II. não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção;
- III. não dar preferência de passagem ao pedestre que estiver atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não haja concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo;
- IV. não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente;
- V. não usar devidamente o cinto de segurança, e EPI's - Equipamento de Proteção Individual (no caso da prova prática para operador de máquina);
- VI. perder o controle da direção do veículo/máquina em movimento;
- VII. cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave.

c) Faltas Médias:

- I. executar o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre;
- II. trafegar em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima;
- III. interromper o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova;
- IV. fazer conversão incorretamente;
- V. usar buzina sem necessidade ou em local proibido;

- VI. desengrenar o veículo/máquina nos declives;
- VII. colocar o veículo/máquina em movimento, sem observar as cautelas necessárias;
- VIII. usar o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens;
- IX. entrar nas curvas com a engrenagem de tração do veículo/máquina em ponto neutro;
- X. engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta, durante o percurso;
- XI. cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.

d) Faltas Leves:

- I. provocar movimentos irregulares no veículo/máquina, sem motivo justificado;
- II. ajustar incorretamente o banco de veículo destinado ao condutor;
- III. não ajustar devidamente os espelhos retrovisores;
- IV. apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo/máquina engrenado e em movimento;
- V. utilizar ou Interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo/máquina;
- VI. dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada;
- VII. tentar movimentar o veículo/máquina com a engrenagem de tração em ponto neutro;
- VIII. cometer qualquer outra infração de natureza leve.

5.4.18.1. A atribuição das faltas levará em conta a máquina/equipamento/veículo a ser operado.

5.4.19. A nota final da prova prática será obtida pela média aritmética das notas atribuídas ao candidato, (pontuadas pela aplicação dos quesitos descritos no item anterior, subtraídas as notas com escala negativa pelas faltas, erros ou procedimentos inadequados cometidos).

## 5.5. PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS

5.5.1. A prova prática para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos será realizada no dia 11 de janeiro de 2015 às 14h00min, na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller.

5.5.2. A comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica alterar a data e local da prova prática. Ocorrendo qualquer alteração, será publicado um comunicado no Mural Público da Prefeitura de Modelo, no site da Prefeitura Municipal [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br) e no site do Instituto ICAP [www.icap.net.br](http://www.icap.net.br) com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

5.5.3. Os candidatos deverão comparecer ao local e horário determinado para a prova prática, com antecedência mínima de 30 minutos do horário marcado para seu início:

- a) Munidos de documento de identificação;
- b) Trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

5.5.4. A prova prática será realizada perante os membros integrantes da Comissão de acompanhamento do Processo Seletivo, sendo que o candidato será acompanhado do Instrutor no transcorrer de toda a prova.

5.5.6. Os utensílios e materiais que deverão ser usados na prova prática serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de Modelo.

5.5.7. Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor.

5.5.8. Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar

qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliador, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

5.5.9. Concluída a prova, o candidato assinará termo de realização da prova prática que atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, do que não poderá arguir posteriormente.

5.5.10. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 10 (dez) minutos.

5.5.11. Os candidatos serão submetidos à prova prática na ordem do número da sua inscrição.

5.5.12. Para a prova prática será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), dos quais valerão 2 (dois) pontos por quesito a ser avaliado e será avaliada de acordo com as normas contidas neste edital.

5.5.13. Durante a realização da prova prática é proibido fumar, usar equipamento de som, ingerir medicamento ou qualquer tipo de alimento, exceto água.

5.2.15. A prova prática para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Interno consistirá na execução de uma das tarefas abaixo elencadas:

I- Identificar a sujeira de uma superfície (Limpeza de vidro, ou limpeza de piso), selecionar o material de limpeza correto a ser usado e realizar a limpeza.

II- Limpar e higienizar tampa e vaso sanitário.

III - Higienizar utensílios e equipamentos de cozinha, utilizando os materiais e produtos necessários.

5.2.15.1. A tarefa a ser executada pelo candidato será antes da realização da prova, na presença da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

5.2.16. Terminado o prazo fixado no item 5.5.10 o candidato interromperá a execução do trabalho determinado, mesmo que não o tenha concluído, sendo avaliadas as etapas que cumpriu.

5.2.17. Fatores a serem avaliados:

I. Observação das regras de segurança.

II. Habilidade no uso de materiais.

III. Organização.

IV. Acabamento.

V. Utilização do tempo.

## 6. MÉDIA FINAL E CLASSIFICAÇÃO

6.1. A média final (NF) será obtida conforme abaixo, sendo:

NF = Nota final

NPE = Nota Prova Escrita

NAPEP = Número de acertos da prova escrita de Português

NAPEMES = Número de acertos da prova escrita de matemática e Estudos Sociais

NAPECE= Número de acertos da prova escrita Conhecimentos Específicos

NPT= Nota da prova de títulos

NPP = Nota das provas práticas

TS = Tempo de Serviço

6.1.1. Para os candidatos ao cargo Enfermeiro, a nota da prova escrita será conforme a fórmula abaixo:

$$NPE = (NAPEP \times 0,30) + (NAPEMES \times 0,20) + (NAPECE \times 0,40)$$

$$NF = NPE + NPT$$

6.1.2. Para os candidatos aos cargos de Auxiliar Educacional, Professor de Educação Infantil, Professor de Séries Iniciais e Professor de Educação Física a nota da prova escrita será conforme a

fórmula abaixo:

$$NPE = (NAPEP \times 0,30) + (NAPEMES \times 0,20) + (NAPECE \times 0,40)$$

$$NF = NPE + NPT + TS$$

6.1.3. Para os candidatos ao cargo de EDUCADOR SOCIAL a nota da prova escrita será conforme a fórmula abaixo:

$$NPE = (NAPEP \times 0,30) + (NAPEMES \times 0,20) + (NAPECE \times 0,40)$$

6.1.4. Para os candidatos ao cargo de Motorista e Auxiliar de Serviços Gerais Interno, a nota final será calculada pela soma da nota da prova escrita com a prova prática e o resultado dividido por dois, conforme a fórmula abaixo:

$$NPE = (NAPEP \times 0,30) + (NAPEMES \times 0,20) + (NAPECE \times 0,40)$$

$$NF = NPE + NPP$$

2

6.2. A lista final de classificação do Processo Seletivo apresentará todos os candidatos classificados, por cargo, na ordem decrescente, da(s) nota(s) obtida(s).

6.4. Ocorrendo empate na nota final será aplicado para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

6.5. Para os candidatos não amparados no item anterior, o desempate será conforme abaixo:

a) Maior nota na prova prática (para o cargo de motorista e auxiliar de serviços gerais interno);

b) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Maior número de acertos nas questões de Português;

d) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais - matemática e estudos sociais

e) Tiver Maior idade contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita;

f) Tiver maior número de dependentes;

g) sorteio.

## 7. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

7.1. O gabarito provisório será divulgado após as 20 horas do dia da realização das provas (11/01/2015) no site da empresa organizadora do certame [www.icap.net.br](http://www.icap.net.br).

7.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

## 8. DOS RECURSOS/REQUERIMENTOS

8.1. Caberão recursos do indeferimento da inscrição, gabarito provisório e conteúdo da prova escrita, da nota das provas escritas, da prova prática e títulos/tempo de serviço, e do resultado da classificação preliminar do processo seletivo, que deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação no site [www.icap.net.br](http://www.icap.net.br), dos resultados contra os quais deseja o candidato recorrer.

8.1.1. Para a interposição dos mesmos o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: [www.icap.net.br](http://www.icap.net.br) e clicar no link Concursos.

b) Acessar o link do Processo Seletivo do Município de Modelo - SC e clicar em "recursos e requerimentos".

c) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.

d) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

8.1.2. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão



providos.

8.1.3. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão apreciados pela Banca Examinadora da empresa executora do Processo Seletivo.

8.1.4. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados por fax, correio eletrônico, ou qualquer outra forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

8.1.5. O resultado do julgamento dos recursos será publicado após o término do prazo para a apresentação dos mesmos, no site da empresa executora do Processo Seletivo, [www.icap.net.br](http://www.icap.net.br).

8.1.6. A íntegra da decisão do recurso e seus fundamentos exarados pela banca examinadora serão enviados ao candidato por e-mail ou para outro endereço válido informado no formulário de inscrição.

8.1.7. A questão anulada será considerada como respondida corretamente para todos os candidatos, do referido Cargo, independente de terem recorrido.

8.1.8. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Banca Examinadora.

8.1.9. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

8.1.10. A decisão exarada nos recursos pela Banca Examinadora é irrecorrível na esfera administrativa.

8.1.11. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, nova ata de resultado final será publicada.

## 9. DO PROVIMENTO

9.1. A nomeação é de competência do Prefeito do Município de Modelo - SC, segundo interesse e conveniência do Poder Executivo Municipal.

9.2. O provimento das vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos e a contratação se dará sob o regime estatutário, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos da Legislação Municipal Vigente.

9.3. O candidato será investido no cargo se atender às seguintes exigências:

- a) nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) o gozo dos direitos políticos;
- c) haver cumprido as obrigações militares;
- d) haver cumprido as obrigações eleitorais;
- e) idade mínima de 18 (dezoito) anos
- f) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais;
- g) apresentação da declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, no ato em que o servidor tomar posse;
- h) declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

9.4. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários à época da posse, conforme a legislação municipal em vigor.

9.5. A inexatidão das informações e/ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente ao provimento, ocasionarão sua exoneração.

9.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Modelo - SC.

## 10. DA ESCOLHA DAS VAGAS Para os cargos de Professor:

10.1. A Secretaria Municipal de Educação publicará Edital de chamada para a escolha das vagas no site do município de Modelo: [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br) e no mural público da Prefeitura Municipal, LOGO APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL.

10.1.2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

10.1.2.3. A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

10.1.2.4. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada.

10.1.2.5. O candidato poderá escolher até 20 horas semanais em cada uma das áreas descritas na área de atuação/habilitação.

10.1.2.6. A cada nova chamada será seguida a listagem de onde parou na chamada anterior.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura Municipal de Modelo - SC, no seu endereço eletrônico, [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br), e no endereço eletrônico da empresa executora, [www.icap.net.br](http://www.icap.net.br).

11.2. Decorrido o prazo da homologação do Processo Seletivo, a empresa contratada entregará ao Município de Modelo - SC todos os registros escritos originais gerados no certame (fichas de inscrição, cadernos de questões da prova escrita, listas de presença, termos de abertura de envelopes de provas, termos de lacre de envelopes, atas de ocorrências por sala, recursos e respostas da banca examinadora), exceto os cartões respostas.

11.3. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Modelo (SC).

11.4. Os casos não previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Modelo - SC em conjunto com a empresa contratada pela execução do mesmo - ICAP - Instituto de Consultoria em Administração Pública.

11.5. Fica delegada competência à empresa ICAP - Instituto de Consultoria em Administração Pública para: deferir, indeferir as inscrições; publicar o documento da homologação das inscrições; elaborar, aplicar, corrigir e avaliar as provas escritas, apreciar os recursos previstos no item 8 deste Edital; apresentar o relatório final com a classificação dos candidatos e prestar informações sobre o Processo Seletivo.

11.6. É de competência do Prefeito Municipal de Modelo - SC a homologação do resultado final do Processo Seletivo.

11.7. O Prefeito do Município de Modelo - SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.8. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Modelo, SC e do Instituto ICAP.

11.9. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I. Atribuições aos Cargos.

Anexo II. Conteúdo programático.

Anexo III. Requerimento pedido de isenção de taxa de inscrição.

Anexo IV. Planilha Prova Prática de Motorista.

Anexo V. Planilha da Prova Prática Auxiliar de Serviços Gerais.

Anexo VI. Cronograma.

Anexo VII. Requerimento de Prova de Títulos e Tempo de Serviço.

Modelo (SC), 09 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito do Município de Modelo

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014 - ANEXO I

ANEXO I - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS  
PROFESSOR PARA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL, SÉRIES INICIAIS; PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas e didáticas; Testemunhar idoneidade moral e social, demonstrando maturidade no trabalho com os alunos; Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento; Seguir as diretrizes educacionais do estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se em, não apenas aceitá-las, mas também a integrar a ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos; Ministrar aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar; Executar o trabalho diário, de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem; Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência de conformidade com as diretrizes metodológicas da escola e com a legislação vigente; Avaliar o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficácia da obra educativa; Promover experiências de ensino aprendizagem diversificadas para atender as diferenças individuais; Promover recuperações preventivas e paralelas e/ou atividades de complementação aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme as exigências dos diagnósticos de avaliação; Comparcer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselhos, atividades extraclasse, treinamentos, palestras e outras promoções, convocadas pela direção da escola ou pela secretaria de educação; Cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar; Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade; Realizar com clareza, precisão e presteza, toda a escrituração referente a execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; encaminhar aos serviços competentes os casos de indisciplina ocorridos, após a própria advertência; Solicitar à direção e participar de reuniões com pais e seus alunos; Acompanhar o desenvolvimento dos seus alunos, comunicando ocorrência à direção e ao serviço de orientação educacional; executar as normas estabelecidas no Regime escolar, nas diretrizes do regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação.

### EDUCADOR SOCIAL

A Executar tarefas do exercício, elaborar e realizar atividades de cunho educativo para um público alvo de crianças, jovens, adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência. Abordagem social a crianças, jovens e adolescentes no atendimento, de conformidade com os programas sociais do Município. A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, e relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas. Atuar no desenvolvimento de programas e atividades que objetivam retirar crianças e adolescentes do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante; possibilitar o acesso, permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola; fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimento da criança e do adolescente, por meio de atividades culturais, esportiva, artísticas e de lazer no período complementar à escola; proporcionar apoio e orientação às famílias com ações socioeducativas e colaborar no desenvolvimento de programas e projetos de geração de trabalho e renda para as famílias. A atuação dos educadores e educadoras sociais, nos contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares envolvem: I - as pessoas e comunidades em situação de risco e ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica; II - a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais; III - os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social:

mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais; IV - a realização de atividades sócio educativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais; IV - as pessoas portadoras de necessidades especiais; VI - o enfrentamento à dependência de drogas; VII - as atividades sócio educativas para terceira idade; VIII- a promoção da educação ambiental; IX - a promoção da cidadania; X - a promoção da arte-educação; XI - a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira; XII - os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos; XIII - as entidades recreativas, de esporte e lazer . Executar, sob a coordenação do profissional de nível superior, as ações de acolhida, socialização, convivência, visitas domiciliares e apoio a serem desenvolvidas na área de educação social em serviços da política de assistência social, no atendimento e acompanhamento ao usuário da assistência social; participar de programas de captação que envolvam conteúdos relativos às áreas de atuação; e executar outras atividades de interesse da área. São ainda atribuições o desempenho de tarefas designadas e afins pelo setor de promoção social do município e demais atividades requeridas pela administração municipal na área de atuação. O papel do Educador Social é desenvolver junto aos educandos meios para facilitar a descoberta de novos caminhos e alternativas. Por isso o educador atua como um agente de transformação, pois cabe a ele atuar junto aos educandos maneiras para uma significativa mudança na comunidade.

### AUXILIAR EDUCACIONAL

Auxiliar os professores titulares, cumprindo as orientações destes; Monitorar as crianças, a fim de zelar pela segurança, ordem e higiene destas e seus pertences; Suprir temporariamente o horário do professor no momento dos seus intervalos para refeições; Cumprir as rotinas operacionais do estabelecimento em relação às crianças como: trocar fraldas, levar ao banheiro, dar banho, servir alimentação, recepcionar e encaminhar as crianças em horários de chegada e saída do estabelecimento e outras assemelhadas; Auxiliar o professor e, sob orientação deste, na execução de atividades recreativas, educativas e psicomotoras das crianças; Auxiliar nas atividades da educação especial, assistindo os alunos nas suas necessidades, auxiliando na sua condução, transporte, cuidados e demais atividades de inclusão e de desenvolvimento educacional. Contribuir na higienização do ambiente e de cada criança; Nas unidades escolares, contribuir na recuperação de alunos e desenvolver projetos, orientando alunos e promovendo o intercâmbio com a comunidade; Desempenhar tarefas compatíveis ao cargo e determinados pela Secretaria da Educação; Manter com os colegas espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficácia da ação educativa; Cumprir e fazer cumprir os horários. Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com dignidade; Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da escola, bem como a conservação dos bens materiais; Demonstrar profissionalismo e comprometimento; Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem; Seguir as diretrizes educacionais do estabelecimento e da Secretaria Municipal da Educação, comprometendo-se em integrar a ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos; Prestar apoio aos alunos com limitações; Acompanhar o desenvolvimento dos alunos, comunicando ocorrências ao professor, e se necessário à direção e ao serviço de orientação educacional; Executar as normas estabelecidas no regime escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação vigente; Comparcer ao local do trabalho de forma assídua e igualmente às festividades, reuniões, palestras e outras promoções convocadas pela direção da escola ou pela secretaria municipal de educação; Realizar planejamento de atividades voltadas a concretização dos princípios básicos da proposta pedagógica e do plano da unidade escolar; Respeitar e fazer-se respeitar no local do trabalho e fora



dele; Manter a escola em clima de normalidade e entendimento; Tratar todos com igualdade, honestidade, respeito e objetividade; Trabalhar integralmente para o alcance dos objetivos da educação; Participar, sempre que convocado de cursos, seminários, reuniões, encontros, grupos de estudo e outros eventos relacionados com as questões pedagógicas; Auxiliar e apoiar as ações de inclusão e o atendimento ao aluno com Necessidades Educacionais; Especiais no sistema de ensino do município, bem como nos serviços ofertados pela Educação Especial e Inclusão; Apoiar e auxiliar os trabalhos desenvolvidos nos serviços e programas de Educação Especial e Inclusão em relação ao Atendimento Especializado conforme programa e solicitado pela Secretaria Municipal da Educação; Exercer as demais funções próprias de seu cargo e as que lhe forem atribuídas e consideradas importantes para o desenvolvimento do sistema municipal de ensino.

#### MOTORISTA

Conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros e cargas; recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente; manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue; encarregar-se do transporte e entrega de correspondência ou de carga que lhe for confiada; promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação quando indicada; verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como a calibração dos pneus; auxiliar médicos e enfermeiros na assistência a pacientes, conduzindo caixas de medicamentos, tubos de oxigênio, macas etc.; operar rádio transceptor; proceder ao mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo; executar outras tarefas designadas pela Chefia e demais afins.

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS

Fazer os serviços de faxina em geral; remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos; limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios; arrumar banheiros e toaletes; auxiliar na arrumação e troca de roupa de cama; lavar e encerrar assalhos; lavar e passar vestuários, roupas de cama e mesa; coletar lixo dos depósitos colocando-os em recipientes adequados; lavar vidros, espelhos, persianas; varrer pátios; fazer café e similares e servir; fechar portas, janelas e outras vias de acesso; operar elevadores; preparar e servir alimentos; executar tarefas de limpeza do ambiente, móveis e utensílios; limpar e preparar cereais, vegetais, carnes de variadas espécies para cozimento; auxiliar no preparo de dietas especiais e normais; preparar refeições ligeiras; preparar e servir merendas; proceder à limpeza de utensílios, aparelhos e equipamentos; auxiliar no controle do estoque de material e gêneros alimentícios; manter a higiene em locais de trabalho; guardar e conservar os alimentos em vasilhames e locais apropriados; fazer o serviço de limpeza em geral; executar outras tarefas afins.

#### ENFERMEIRO

Dirigir órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde; Organizar e dirigir os serviços e de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares; planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem; prestar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;

realizar consulta de enfermagem; prescrever a assistência de enfermagem; cuidar diretamente de enfermagem a pacientes graves com risco de vida; cuidar de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas; participar no planejamento, execução e avaliação dos programas; participar na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde; prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina estabelecida pela instituição; participar em projetos de construção ou reforma de unidade de internação; prevenir e controlar as infecções hospitalares (policlínicas); participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem; participar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância epidemiológica; prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém nascido; participar nos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; acompanhar a evolução e o trabalho de parto; executar a assistência obstétrica em situações de emergência e execução do parto sem distócia; participar nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho; participar nos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada; participar na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contra referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; participar no desenvolvimento de tecnologia apropriada à assistência de saúde; participar em bancas examinadoras, em matérias específicas de enfermagem, nos concursos para provimento de cargo e contratação de enfermeiro ou pessoal técnico e auxiliar de enfermagem; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde; desempenhar outras tarefas afins.

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014 - ANEXO II

##### ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO NÍVEL SUPERIOR

CARGOS: PROFESSOR PARA ATUAÇÃO EM SÉRIES INICIAIS; PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA; PROFESSOR PARA ATUAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL; ENFERMEIRO;

#### I - PORTUGUÊS

Interpretação de textos. Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia Oficial; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia; Semântica. Funções da Linguagem. Compreensão e interpretação de frase ou palavra. Encontros vocálicos e consonantais. Divisão silábica. Flexão e emprego das classes de palavras. Crase. Classificação dos termos da oração. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Colocação dos pronomes oblíquos átonos. Significação das palavras: sinônimo, homônimos e parônimos.

#### II - MATEMÁTICA

Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; Equações básicas de soma,

subtração, multiplicação e divisão; Potenciação; Regra de Três; Porcentagem; Produtos Notáveis e Fatoração; Conjuntos; Função 1º Parte; (PA) Progressão Aritmética; (PG) Progressão Geométrica; Probabilidade.

### III - ESTUDOS SOCIAIS:

Brasil: história, localização, limites, população, regiões, estados e capitais, aspectos geográficos e demográficos. Estado de Santa Catarina: história, localização, limites, municípios. Município de Modelo: localização, limites, população, aspectos econômicos e história. Aspectos atuais: acontecimentos relevantes ocorridos em 2010, 2011, 2012 e 2013 no Brasil. Análise de tópicos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, esportes, história, turismo, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. Meio Ambiente.

### IV - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

#### PROFESSOR PARA ATUAÇÃO EM SÉRIES INICIAIS

Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Temas Transversais. Alfabetização e letramento. Processos cognitivos na alfabetização. A construção e desenvolvimento da leitura e escrita. A formação do pensamento lógico da criança. O ambiente alfabetizador e as dificuldades de aprendizagem. A alfabetização nos diferentes momentos históricos. A função social da alfabetização. A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento. Desenvolvimento linguístico e desenvolvimento cognitivo. As etapas do processo de alfabetização. A importância da consciência fonológica na alfabetização. A tecnologia a favor da alfabetização. A perspectiva infantil na fase da alfabetização. Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. O Sistema Nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Parâmetros curriculares nacionais. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Desenvolvimento motor. Crescimento e Desenvolvimento neuro-psicomotor. Atividades Rítmicas. Conceitos, princípios, finalidades e objetivos da Educação Física. Condicionamento físico, legislação, metodologia, métodos gímnicos, organização e pedagogia. Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. Conceitos: anatomia, biometria, biomecânica. Fisiologia do esforço e primeiros socorros e socorros de urgência. Históricos Conceitos e generalidades. Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas. Concepções psicomotoras na educação física escolar. Educação Física e o desenvolvimento humano. Metodologia para o ensino da Educação Física. As teorias da Educação Física e do Esporte. As qualidades físicas na Educação Física e desportos. Educação Física Escolar. Treinamento desportivo geral. Treinamento Ideal. Conceitos básicos de musculação. Teoria e prática da flexibilidade. Biologia do esporte. Condicionamento físico e saúde. Preparação física. Tratado de fisiologia do exercício. Ginástica na Educação Infantil. Recreação. Educação Inclusiva. Futsal. Tênis de mesa. Futebol de campo. Handebol. Critérios de Avaliação em Educação Física. Código de Ética. PCNs

- Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física.

Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. O Sistema Nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Parâmetros curriculares nacionais. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

#### PROFESSOR PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil e seu papel hoje. O papel social da educação infantil; Educar e cuidar; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; A organização do tempo e do espaço na educação infantil. A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Política nacional de educação: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.

Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. O Sistema Nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Parâmetros curriculares nacionais. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

#### ENFERMEIRO

Ética e legislação em enfermagem: Princípios básicos de ética; Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; Implicações éticas e jurídicas no exercício da enfermagem. Fundamentos de enfermagem. Programas do Ministério da Saúde. Programa Nacional de Imunização (Tipos de vacinas, Composição, conservação rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), Planejamento, Organização e operacionalização de Campanhas, bloqueios e intensificações de vacinas. Fundamentos de enfermagem. Administração e Gerência de Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva. Assistência Integral à Saúde da Criança (avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas, Assistência integral à Saúde do Adolescente Assistência Integral à Saúde da Mulher Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama e Cérvico - Uterino). Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso. Estatuto do idoso. (Assistência aos portadores de doenças Crônico - Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso). Assistência Integral à Saúde do Trabalhador (Legislação, Patologias) Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia, Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis (Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis DST AIDS, Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase). Medidas de proteção ambiental, coletiva e individual (Limpeza, desinfecção, descontaminação). Educação em Saúde. Pacto pela vida, Pacto em defesa do SUS e de Gestão. Lei Federal nº 8.080 e 8.142/90. Portaria nº 687 MS/GM, de 30 de março de 2006.

**NÍVEL MÉDIO****CARGOS: AUXILIAR EDUCACIONAL E EDUCADOR SOCIAL;****I - PORTUGUÊS**

Compreensão e interpretação de texto. Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Ortografia Oficial. Morfologia: classes de palavras, substantivo, artigo, adjetivo. Sintaxe de concordância nominal, numeral, verbo. Sintaxe de concordância verbal, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição. Fonética. Semântica. Análise sintática. Figuras de sintaxe. Literatura.

**II - MATEMÁTICA**

Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; Equações básicas de soma, subtração, multiplicação e divisão; Potenciação; Regra de Três; Porcentagem; Produtos Notáveis e Fatoração; Conjuntos; Função 1º Parte; (PA) Progressão Aritmética; (PG) Progressão Geométrica; Probabilidade.

**III - ESTUDOS SOCIAIS:**

Brasil: história, localização, limites, população, regiões, estados e capitais, aspectos geográficos e demográficos. Estado de Santa Catarina: história, localização, limites, municípios. Município de Modelo: localização, limites, população, aspectos econômicos e história. Aspectos atuais: acontecimentos relevantes ocorridos em 2012, 2013 e 2014 no Brasil. Análise de tópicos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, esportes, história, turismo, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. Meio Ambiente.

**IV - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****AUXILIAR EDUCACIONAL**

Desenvolvimento da criança; Importância da arte e brincadeiras na Educação Infantil; Higiene e limpeza de crianças em creches; Prevenção de acidentes; O papel do profissional da educação; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar; dimensões humanas; A criança como sujeito de direitos; relação creche-família; As instituições de educação infantil como espaço de conhecimento e produção das culturas infantis; A brincadeira, as interações e as diferentes linguagens como eixos norteadores do trabalho educativo-pedagógico; Desenvolvimento Infantil. ; Princípios fundamentais para o bom atendimento; Relações humanas no trabalho. Atribuições do Cargo. Fases de desenvolvimento da criança. Tendências Pedagógicas. LEGISLAÇÃO: Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais - apresentação dos temas transversais e ética.

**EDUCADOR SOCIAL (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS)**

Lei 8.742/1993 - LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social); Política Nacional de Assistência Social; Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS; Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos ; Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS; Portaria MDS nº 458/2001 (Diretrizes e normas do Programa de Erradicação Infantil); Portaria MDS Nº 666/2005 (Integração Programa Bolsa Família e Programa Erradicação do Trabalho Infantil;

Decreto Federal Nº 3.597/2000 (Proibição das piores Formas de Trabalho Infantil). Norma Operacional Básica SUAS. Lei 8.069/1990 - ECA (Estatuto da Criança e Adolescente).

**NÍVEL ALFABETIZADO****CARGOS: MOTORISTA E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNO.****I- PORTUGUÊS**

Compreensão e interpretação de texto. Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Ortografia Oficial. Morfologia: classes de palavras, substantivo, artigo, adjetivo. Sintaxe de concordância nominal, numeral, verbo. Sintaxe de concordância verbal, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição. Fonética. Análise sintática.

**II - MATEMÁTICA**

Conjunto dos números naturais: quatro operações fundamentais - soma, subtração, multiplicação e divisão - resolução de problemas sobre as quatro operações; Sistema de numeração decimal: números até bilhão; Noções de: dúzia, arroba, metade, dobro, triplo, um quarto ou quarta parte, um terço ou terça parte; Medidas de: comprimento, superfície, massa, capacidade e tempo - transformações - problemas; velocidade; tempo; Número decimal: operações. Sistema Monetário Nacional - Real; Perímetro e área de quadrado e retângulo; Operações com frações; Operações com números decimais.

**III - ESTUDOS SOCIAIS:**

Estado de Santa Catarina: localização, limites, aspectos econômicos, municípios. Município de Modelo: localização, limites, população, aspectos econômicos e história. Aspectos atuais: acontecimentos relevantes ocorridos em 2011, 2012, 2013 e 2014 no Brasil. Meio ambiente.

**IV - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****MOTORISTA**

Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Código de Trânsito Brasileiro. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia.

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNO**

Equipamentos, materiais e técnicas utilizados na limpeza de pisos, paredes, móveis, cortinas. Cuidados para remoção e limpeza de equipamentos, máquinas e utensílios diversos de cozinha e escritório. Estocagem e conservação de materiais de limpeza. Separação do lixo. Coleta seletiva. Acondicionamento e descarte do lixo orgânico e materiais recicláveis. Requisição de materiais necessários aos seus serviços. Saneamento básico. Prevenção da saúde - EPI (Equipamento de Proteção Individual). Riscos ambientais/ contaminantes (produtos químicos). Relações humanas no trabalho. Higiene pessoal. Atribuições do cargo. Serviços de copa e cozinha. Armazenamento e guarda de produtos e alimentos. Riscos de contaminação de alimentos.



**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014 - ANEXO III****ANEXO III****REQUERIMENTO ISENÇÃO TAXA DE INSCRIÇÃO**

Para  
Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Eu \_\_\_\_\_ portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrição nº \_\_\_\_\_, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 001/2014. Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Estadual nº 10.567/97.

Modelo (SC) \_\_\_\_\_

**CANDIDATO (A)**

Documentos anexos:

- 1: \_\_\_\_\_  
2: \_\_\_\_\_  
3: \_\_\_\_\_

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014 - ANEXO IV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
PROCESSO SELETIVO 002/2014

**PLANILHA PROVA PRÁTICA**

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_  
Equipamento: \_\_\_\_\_

1. A Prova Prática para o cargo de operador de equipamentos rodoviários consistirá na realização de teste em Ônibus, consistindo em ligar o equipamento, dirigir até local determinado e executar tarefa própria do equipamento/máquina, com tempo máximo de 15 minutos para a realização.

5.2.15.5. Caso o candidato ultrapasse o tempo máximo destinado para a realização do teste será

2. Caso o candidato ultrapasse o tempo máximo destinado para a realização do teste será desclassificado.

3. Os candidatos serão avaliados, conforme item 5.4.1. do Edital, dos quais valerão 2 (dois) pontos por quesito a ser avaliado pelo avaliador até o limite máximo de 10 (dez) pontos.

4. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para sua execução.

5. Os candidatos serão submetidos à prova prática pela ordem do número da sua inscrição.

6. Para a prova prática será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), e será avaliado de acordo com as normas, sendo que o candidato que não tiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova prática será desclassificado do certame.

7. Durante a realização da prova prática é proibido fumar, usar equipamento de som, ingerir medicamento ou qualquer tipo de alimento, exceto água.

8. Antes de iniciar cada um dos testes práticos o avaliador fará um teste, in loco, dos conhecimentos e do domínio prático operacional do candidato, relativamente ao veículo, máquina/equipamento que irá realizar a prova. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Concurso público.

9. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do veículo/máquina/equipamento utilizado.

**10. Fatores a serem avaliados:**

- I. Verificação do equipamento/máquina/veículo (pneus, água, óleo, bateria);  
II. Habilidades ao operar o equipamento/máquina/veículo;  
III. Aproveitamento do Equipamento/máquina/veículo;  
IV. Produtividade;  
V. Técnica/Aptidão/Eficiência.

11. Os candidatos serão avaliados no exame de direção/operação veicular/máquina em função da pontuação negativa por faltas, erros, ou procedimentos inadequados, cometidos durante todas as etapas do exame, sendo que a pontuação terá a escala negativa. Atribuindo-se a seguinte pontuação:

- I. uma falta eliminatória: reprovação  
II. uma falta grave : 02 (dois) pontos negativos  
III. uma falta média : 01 (um) ponto negativo  
IV. uma falta leve: 0,5 (zero vírgula cinco) ponto negativo

12. A nota final da prova prática será obtida pela média aritmética das notas atribuídas ao candidato, (pontuadas pela aplicação dos quesitos descritos acima, subtraídas as notas com escala negativa pelas faltas, erros ou procedimentos inadequados cometidos).

De acordo: \_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato

**Critério de pontuação/avaliação**

1. Na prova prática, o candidato será avaliado conforme itens abaixo, atribuindo-se a ele nota máxima de 2 (dois) pontos por cada item a ser avaliado.

I - Verificação do equipamento /veículo (pneus, água, óleo, bateria) Tempo da prova:

\_\_\_\_m\_\_\_\_s  
( ) Ótimo - 2,0 pontos

( ) Bom - 1,5 pontos

( ) Regular - 1,0 ponto

( ) Ruim - 0,5 pontos

( ) Péssimo - 0,0 ponto ( ) APTO

OBS.: ..... ( ) INAPTO

II - Habilidades ao operar o equipamento/máquina/veículo Nota Pontuada:

( ) Ótimo - 2,0 pontos

( ) Bom - 1,5 pontos

( ) Regular - 1,0 ponto

( ) Ruim - 0,5 pontos

( ) Péssimo - 0,0 ponto

OBS.: .....  
 III - Aproveitamento do Equipamento/máquina/veículo Nota Negativa:

- ( ) Ótimo - 2,0 pontos  
 ( ) Bom - 1,5 pontos  
 ( ) Regular - 1,0 ponto  
 ( ) Ruim - 0,5 pontos  
 ( ) Péssimo - 0,0 ponto

OBS.: .....

#### IV - Produtividade

- ( ) Ótimo - 2,0 pontos      Nota Final:

- ( ) Bom - 1,5 pontos  
 ( ) Regular - 1,0 ponto ( ) Ruim - 0,5 pontos ( ) Péssimo - 0,0 ponto  
 OBS.: .....

#### V - Técnica/Aptidão/Eficiência

- ( ) Ótimo - 2,0 pontos  
 ( ) Bom - 1,5 pontos  
 ( ) Regular - 1,0 ponto  
 ( ) Ruim - 0,5 pontos  
 ( ) Péssimo - 0,0 ponto  
 OBS.: .....

##### 2.1. Faltas Eliminatórias:

- a) Avançou o sinal vermelho; SIM ( ) NÃO ( )  
 b) Avançou a via preferencial; SIM ( ) NÃO ( )  
 c) Entrou na contramão; SIM ( ) NÃO ( )  
 d) Excedeu a velocidade indicada para a via; SIM ( ) NÃO ( )  
 e) Avançou sobre o meio-fio; SIM ( ) NÃO ( )  
 f) Provocou acidente durante a realização do exame; SIM ( ) NÃO ( )  
 g) Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima; SIM ( ) NÃO ( )

##### 2.2. Faltas Graves:

- a) desobedeceu à sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito; SIM ( ) NÃO ( )  
 b) não observou as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção; SIM ( ) NÃO ( )  
 c) não deu preferência de passagem ao pedestre que estava atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não havia concluído a travessia, avançou com o veículo; SIM ( ) NÃO ( )  
 d) não sinalizou com antecedência a manobra pretendida ou a sinalizou incorretamente; SIM ( ) NÃO ( )  
 e) não usou devidamente o cinto de segurança e EPIs - Equipamento de Proteção Individual; SIM ( ) NÃO ( )  
 f) perdeu o controle da direção do veículo em movimento; SIM ( ) NÃO ( )  
 g) cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza grave. SIM ( ) NÃO ( )

##### 2.3. Faltas Médias:

- a) executou o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre; SIM ( ) NÃO ( )  
 b) trafegou em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima; SIM ( ) NÃO ( )  
 c) interrompeu o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova; SIM ( ) NÃO ( )  
 d) fez conversão incorretamente; SIM ( ) NÃO ( )

- e) usou buzina sem necessidade ou em local proibido; SIM ( ) NÃO ( )  
 f) desengrenou o veículo nos declives; SIM ( ) NÃO ( )  
 g) colocou o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias; SIM ( ) NÃO ( )  
 h) usou o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens; SIM ( ) NÃO ( )  
 i) entrou nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro; SIM ( ) NÃO ( )  
 j) engrenou ou utilizou as marchas de maneira incorreta, durante o percurso; SIM ( ) NÃO ( )  
 k) cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza média. SIM ( ) NÃO ( )

##### 2.4. Faltas Leves:

- a) provocou movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado; SIM ( ) NÃO ( )  
 b) ajustou incorretamente o banco de veículo destinado ao condutor; SIM ( ) NÃO ( )  
 c) não ajustou devidamente os espelhos retrovisores; SIM ( ) NÃO ( )  
 d) apoiou o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento; SIM ( ) NÃO ( )  
 e) utilizou ou Interpretou incorretamente os instrumentos do painel do veículo; SIM ( ) NÃO ( )  
 f) deu partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada; SIM ( ) NÃO ( )  
 g) tentou movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro; SIM ( ) NÃO ( )  
 h) cometeu qualquer outra infração de natureza leve. SIM ( ) NÃO ( )

Nota Final Geral:

Observação:

Opinião do técnico responsável pela avaliação:

Modelo (SC), 11 de Janeiro de 2015.

Sérgio Losch  
avaliador

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014 - ANEXO V

### ANEXO V - PLANILHA PARA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

Atividade realizada: \_\_\_\_\_

##### 1) Postura corporal durante a execução da tarefa.

- ( ) Ótimo - 2,0 pontos  
 ( ) Bom - 1,5 pontos  
 ( ) Regular - 1,0 pontos  
 ( ) Ruim - 0,5 pontos  
 ( ) Péssimo - 0,0 pontos  
 OBS \_\_\_\_\_

##### 2) Correto manuseio dos materiais, meios, etc.

- ( ) Ótimo - 2,0 pontos  
 ( ) Bom - 1,5 pontos  
 ( ) Regular - 1,0 pontos  
 ( ) Ruim - 0,5 pontos  
 ( ) Péssimo - 0,0 pontos  
 OBS \_\_\_\_\_

3) Disciplina, persistência e capacidade de concentração.

( ) Ótimo - 2,0 pontos

( ) Bom - 1,5 pontos

( ) Regular - 1, pontos

( ) Ruim - 0,5 pontos

( ) Péssimo - 0,0 pontos

OBS \_\_\_\_\_

4) Qualidade da execução da tarefa.

( ) Ótimo - 2,0 pontos

( ) Bom - 1,5 pontos

( ) Regular - 1, pontos

( ) Ruim - 0,5 pontos

( ) Péssimo - 0,0 pontos

OBS \_\_\_\_\_

5) Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo que se inscreveu.

( ) Ótimo - 2,0 pontos

( ) Bom - 1,5 pontos

( ) Regular - 1, pontos

( ) Ruim - 0,5 pontos

( ) Péssimo - 0,0 pontos

OBS \_\_\_\_\_

TOTAL DE PONTOS DA PROVA:

Observação:

Opinião do técnico responsável pela avaliação:

Modelo, SC, ..... de 2015.

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014 - ANEXO VI

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2014

ANEXO VI- CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	09/12/2014	
Inscrições	09/12 a 24/12/2014	Pela internet no site: <a href="http://www.icap.net.br">www.icap.net.br</a>
Recebimento Inscrições para candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição	09 a 19/12/2014	
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição	19/12/2014	
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa indeferida	19 a 26/12/2014	
Resultado da homologação das inscrições	05/01/2015	
Prazo de recursos da homologação das inscrições	05 e 06/12/2014	
Resultado dos recursos das inscrições	07/01/2015	
Publicação do Local de Prova e relação de ensalamento	07/01/2015	

Prova Escrita	11/01/2015	- A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h20min. - O fechamento dos portões será às 08h50min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. - A prova terá início às 9h e término às 12h.
Prova Prática	11/01/2015	- A prova terá início às 14h no Pátio da Garagem da Prefeitura Municipal de Modelo.
Prova de Títulos	11/01/2015	No local da Prova escrita, até uma hora após o horário final para a realização da mesma.
Divulgação do Gabarito Provisório da Prova Escrita	11/01/2015	Após as 20 horas no site: <a href="http://www.icap.net.br">www.icap.net.br</a>
Prazo de recursos do Gabarito Provisório	12 e 13/01/2015	Pela internet no site: <a href="http://www.icap.net.br">www.icap.net.br</a>
Divulgação do Resultado dos Recursos	16/01/2015	Após as 17h
Divulgação do Gabarito Oficial/ definitivo, notas das provas escritas, prova prática e prova de títulos.	16/01/2015	
Divulgação da Classificação Final	16/01/2015	
Prazo do recurso da classificação final	19 e 20/01/2015	Pela internet no site: <a href="http://www.icap.net.br">www.icap.net.br</a>
Publicação das respostas aos recursos	23/01/2015	
Homologação do Resultado da Classificação Final dos Candidatos.	26/01/2015	No site: <a href="http://www.icap.net.br">www.icap.net.br</a>

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014 - ANEXO VII

ANEXO VII - FORMULÁRIO PARA PROVA DE TÍTULOS/ TEMPO DE SERVIÇO

1ª VIA - EMPRESA

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO - SC

Candidato (a): \_\_\_\_\_

Nº inscrição \_\_\_\_\_ Nº CPF \_\_\_\_\_

Cargo \_\_\_\_\_

Através do presente venho requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados que declaro serem cópias autênticas dos documentos originais.

CURSOS DE PÓS - GRADUAÇÃO

	Instituição	Data da conclusão	Carga horária	Exclusivo ICAP
1				
2				
3				



TOTAL DE PONTOS

## TEMPO DE SERVIÇO

	Instituição	Data inicial	Data final	Exclusivo ICAP
1				
2				

Nº DE CÓPIAS ENTREGUES: \_\_\_\_\_

Declaro que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverei apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará em minha exclusão do certame, sem prejuízo das sanções legais.

Modelo (SC), em \_\_\_\_\_ de 2014.

Responsável pelo recebimento 2ª VIA – CANDIDATO	Assinatura do(a) Candidato(a)
--	-------------------------------

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO - SC

Candidato (a): \_\_\_\_\_

Nº inscrição \_\_\_\_\_

Nº CPF \_\_\_\_\_

Cargo \_\_\_\_\_

Através do presente venho requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados que declaro serem cópias autênticas dos documentos originais.

## CURSOS DE PÓS - GRADUAÇÃO

	Instituição	Data da conclusão	Carga horária	Exclusivo ICAP
1				
2				
3				
TOTAL DE PONTOS				

## TEMPO DE SERVIÇO

	Instituição	Data Inicial	Data final	Exclusivo ICAP
1				
2				

Nº DE CÓPIAS ENTREGUES: \_\_\_\_\_

Declaro que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverei apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará em minha exclusão do certame, sem prejuízo das sanções legais.

Modelo (SC), em \_\_\_\_\_ de 2014.

Responsável pelo recebimento	Assinatura do(a) Candidato(a)
------------------------------	-------------------------------

## Navegantes

## PREFEITURA

## ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014 FMS

Prefeitura Municipal de Navegantes

ATA Pregão nº 43/2014 FMS

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DA LICITANTE SESI (SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA) DEVIDAMENTE CREDENCIADA, APOS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE O PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO ABRIRAM O ENVELOPE DE PROPOSTA ONDE CONTI-NHA O DESCONTO DE 26,33% PARA O ITEM 01, E 18,00% PARA O ITEM 02, .

APOS FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E CONSTATA-DO QUE A LICITANTE ATENDEU COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, SENDO A MESMA DECLARADA VENCEDORA.

NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO ENCERRA A PRESENTE SESSÃO E ENCAMINHA OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE.

Pregoeiro e Equipe de Apoio,  
Navegantes 09 de dezembro de 2014

## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 213/2014 PMN (RETIFICADO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 213/2014 PMN

---- RETIFICADO ----

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAL ESCOLAR, DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL) PARA O ANO LETIVO DE 2015, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 22/12/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 22/12/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 09 de dezembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

## DECRETO 788 DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

DECRETO N º 788 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

DECLARA IMÓVEL QUE ESPECIFICA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso XV da Lei Orgânica do Município, com fundamento das políticas públicas estabelecidas no Plano Diretor Municipal (Leis Complementares nº 55, 56 e 57 de 22 de julho

de 2008) e no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, bem como considerando o preceito constitucional de que a propriedade deve cumprir seu fim social;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, o imóvel representado por um terreno sem benfeitorias situado no lugar São Domingos, Zona Urbana da sede do Município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, representado pela Área "B", com área de 1.319,92 metros quadrados, pertencente a uma área maior registrada sob a matrícula nº 14.626 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes, e as seguintes medidas e confrontações: "FRENTE a OESTE com a Rua B onde mede 12,00 metros; FUNDOS ao LESTE onde mede 12,00 metros com terras de Empreendimentos Imobiliários Dal Ri Ltda Me; EXTREMA ao SUL onde mede 109,953 metros com a Área "A"; EXTREMA ao NORTE onde mede 109,953 metros com a Área "C".

Parágrafo Único: A área descrita neste artigo destina-se à passagem de uma Rua sem denominação oficial, necessária ao acesso e à circulação de pessoas, veículos, dentre outros, na localidade de São Domingos, Navegantes/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**DISPENSA DE LICITAÇÃO FUMREBOM 016/017/018/2014**

DISPENSA DE LICITAÇÃO FUMREBON 016/2014

Processo: DL 016/2014.

Data: 05 de dezembro de 2014.

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (ELETRODO MULTIFUNÇÃO ADULTO E ELETRODO DEA ADULTO CMOS DRAKE) PARA SEREM UTILIZADOS NOS DESFIBRILADORES QUE SE ENCONTRAM NAS AMBULANCIAS DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

CONTRATADA: EDNILSON MACHADO ME.

CNPJ: 20.062.480/0001-22.

Valor: R\$ 6.612,00.

Fundamento: Art. 24, II Lei 8.666/93.

Navegantes, 05 de dezembro de 2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FUMREBON 017/2014

Processo: DL 017/2014.

Data: 05 de dezembro de 2014.

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EQUIPAR A NOVA VIATURA QUE FOI ADQUIRIDA PELO ESTADO PARA A UTILIZAÇÃO DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC.

CONTRATADA: ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRANSITO LTDA.

CNPJ: 73.628.307/0001-05.

Valor: R\$ 7.913,00.

Fundamento: Art. 24, II Lei 8.666/93.

Navegantes, 05 de dezembro de 2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FUMREBON 018/2014

Processo: DL 018/2014.

Data: 05 de dezembro de 2014.

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (CONJUNTO DE OXIGÊNIO- TERAPIA E ASPIRAÇÃO) PARA UTILIZADO PELOS BOMBEIROS (GUARDA VIDAS) DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC NOS SERVIÇOS DE SALVAMENTO NA ORLA MARÍTIMA.

CONTRATADA: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 93.726.446/0001-89.

Valor: R\$ 4.920,00.

Fundamento: Art. 24, II Lei 8.666/93.

Navegantes, 05 de dezembro de 2014.

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 223/2014.**

INEXIGIBILIDADE PMN223/2014.

Processo: INEX.223/2014.

Data: 09 de dezembro de 2014.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO À AQUISIÇÃO DE PASSES DE ÔNIBUS ESCOLAR PARA UTILIZAÇÃO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Contratado: VIAÇÃO NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES LTDA.

CNPJ: 00.070.408/0001-30.

Valor: R\$ 227.700,00 (duzentos e vinte e sete mil setecentos reais).

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 09 de dezembro de 2014.

**LEI 2961 REPASSE DE NUMERÁRIO À CRUZ VERMELHA**

LEI Nº 2961 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR NUMERÁRIO À CRUZ VERMELHA BRASILEIRA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os municípios que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a repassar a quantia de R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais para a Cruz Vermelha Brasileira, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ sob o nº 33.651.803/0001-65, filial de Navegantes, com sede na Travessa Valdemar Vieira, Centro, neste município.

Art. 2º - O valor estabelecido no artigo 1º será repassado para a entidade beneficiada mensalmente, durante 12 (doze) meses, a contar da publicação desta lei.

Art. 3º - O valor repassado será utilizado exclusivamente em ações sociais da entidade beneficiada.

Art. 4º - Os recursos para a execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de dezembro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### PORTARIA 3528 SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3528 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014  
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

#### RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar a veracidade de atestado médico de servidora que especifica.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de dezembro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### PORTARIA 3529 SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3529 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014  
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

#### RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível irregularidade no ato de efetivação de servidora que especifica.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de dezembro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### PORTARIA 3530 SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3530 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014  
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar a veracidade de atestado médico de servidora que especifica.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de dezembro de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### **RESULTADO DO PL Nº 071/2014- CONVITE Nº 018/2014**

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014 - CONVITE Nº 018/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICOS; FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA, LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 01(UMA) PIRAMIDE DE NO MINIMO 10x10m COM TRÊS FECHAMENTOS, LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EQUIPAMENTO DE SONORIZAÇÃO; E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DO 23º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC. Que no dia de sua realização dia 05/12/2014 às 09:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas convidadas: INDEXÃO PRODUÇÃO E EVENTOS LTDA - PAMPA PRODUÇÕES E PUBLICIDADES LTDA ME e G.T. MARQUES ME. A empresa, PAMPA PRODUÇÕES E PUBLICIDADES LTDA foi INABILITADA, por não cumprir o item 4.1.5 E tampouco o item 4.1.9 do edital. As demais empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará na data de 09.12.2014.

Novo Horizonte (SC), em 09 de Dezembro de 2014  
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014 - CONVITE Nº 018/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICOS; FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA, LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 01(UMA) PIRAMIDE DE NO MINIMO 10x10m COM TRÊS FECHAMENTOS, LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EQUIPAMENTO DE SONORIZAÇÃO; E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DO 23º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA a empresa G.T. MARQUES ME com valor total de R\$ 46.706,00 (Quarenta e seis mil, setecentos e seis reais) estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura, os autos seguirão para análise, para posterior homologação e adjudicação pela autoridade competente.

Novo Horizonte (SC), em 09 de Dezembro de 2014.  
Comissão Permanente de Licitação

# Orleans

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 21-2014 - SAMAE**

SAMAE DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.02/2014

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.21/2014 cujo objeto aquisição de gasolina comum e óleo diesel comum para frota de veículos do SAMAE de Orleans-SC.. A entrega de documentação e propostas até 10hr 00min do dia 22 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 , por e-mail: licitação@samaeorleans.sc.gov.br e pelo site [www.samaeorleans.sc.gov.br](http://www.samaeorleans.sc.gov.br)

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SAMAE ORLEANS

### **PREGÃO PRESENCIAL 22-2014 - SAMAE**

SAMAE DE ORLEANS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.22/2014

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.22/2014 cujo objeto é contratação de horas de serviço de caminhão limpa fossa .Entrega de documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 22 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 , por e-mail: [licitacao@samaeorleans](mailto:licitacao@samaeorleans.sc.gov.br), e site [www.samaeorleans.sc.gov.br](http://www.samaeorleans.sc.gov.br)

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SAMAE ORLEANS



ATA DE REGISTRO Nº 30/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

REGISTRO Nº 30/2014 Sequencia: 1

PREGÃO PRESENCIAL Nº 172/2014

PROCESSO Nº 172/2014

Data de Abertura: 09/12/2014

Data de Julgamento: 09/12/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO CAMINHONETE PICKUP 4X4 DIESEL CABINE DUPLA NOVO 0KM PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE ORLEANS CONFORME ANEXOS.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
1	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICKUP 4X4 un DIESEL CABINE DUPLA NOVA	un	FORD		122.000,00	0,00 %	0,00 (7701) - SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEICULOS AUT. LTDA	0,00	1º	2º	3º
									--	--	--

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES

# Ouro

## PREFEITURA

### DECRETO 233

DECRETO Nº 233, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 2.369, de 13 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 258.916,71 (duzentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezesseis reais e setenta e um centavos), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

#### 02. GABINETE DO PREFEITO

##### 0201. GABINETE DO PREFEITO

##### 04.124.0002.2003. Manutenção de Assessoria e Controle Interno

3.1.90.00.00.0.1.0000.(005). Aplicações Diretas	R\$	10.279,22
3.3.90.00.00.0.1.0000.(006). Aplicações Diretas	R\$	5.599,60
3.3.90.00.00.0.3.0000.(298). Aplicações Diretas	R\$	228,00

#### 03. GABINETE DO VICE-PREFEITO

##### 0301. GABINETE DO VICE-PREFEITO

##### 04.122.0002.2004. Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.90.00.00.0.1.0000.(008). Aplicações Diretas	R\$	202,40
---	-----	--------

#### 04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

##### 0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

##### 04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.3.90.00.00.0.1.0000.(011). Aplicações Diretas	R\$	13.350,61
3.3.90.00.00.0.3.0000.(243). Aplicações Diretas	R\$	110,01

#### 05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

##### 0501. SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

##### 12.122.0004.2008. Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.0.1.0000.(022). Aplicações Diretas	R\$	5.486,45
3.3.90.00.00.0.1.0000.(023). Aplicações Diretas	R\$	421,00

#### 0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

##### 12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.0.1.0100.(039). Aplicações Diretas	R\$	2.551,44
3.3.90.00.00.0.1.1800.(273). Aplicações Diretas	R\$	7.474,70

##### 12.361.0004.2011. Manutenção do transporte escolar

3.1.90.00.00.0.1.0100.(041). Aplicações Diretas	R\$	5.113,64
---	-----	----------

##### 12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.0.1.1900.(290). Aplicações Diretas	R\$	611,82
3.3.90.00.00.0.1.0100.(052). Aplicações Diretas	R\$	7.785,79

3.3.90.00.00.0.1.1800.(274). Aplicações Diretas	R\$	5.498,45
3.3.90.00.00.0.1.1900.(291). Aplicações Diretas	R\$	159,00
4.4.90.00.00.0.1.0100.(053). Aplicações Diretas	R\$	500,00

#### 0503. DEPARTAMENTO DE CULTURA

##### 13.392.0005.2017. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal

3.1.90.00.00.0.1.0000.(057). Aplicações Diretas	R\$	6.788,19
3.3.90.00.00.0.1.0000.(058). Aplicações Diretas	R\$	225,95

#### 0504. DEPARTAMENTO DE DESPORTO

##### 27.812.0006.2021. Apoio ao esporte amador

3.1.90.00.00.0.1.0000.(064). Aplicações Diretas	R\$	3.330,05
3.3.90.00.00.0.1.0000.(065). Aplicações Diretas	R\$	2.422,95

#### 06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

##### 0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 10.301.0007.2023. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.1.90.00.00.0.1.0200.(081). Aplicações Diretas	R\$	1.699,69
---	-----	----------

##### 10.301.0007.2025. Manutenção do Programa Agentes Comunitários

3.3.90.00.00.0.1.0200.(090). Aplicações Diretas	R\$	900,38
---	-----	--------

##### 10.302.0007.2028. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva

3.3.90.00.00.0.3.0200.(281). Aplicações Diretas	R\$	24.896,00
3.3.90.00.00.0.3.6401.(228). Aplicações Diretas	R\$	10.413,00

##### 10.304.0007.2029. Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.0.1.0000.(104). Aplicações Diretas	R\$	5.002,00
3.3.90.00.00.0.1.6602.(105). Aplicações Diretas	R\$	2.171,35

##### 10.305.0007.2030. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde

3.3.90.00.00.0.3.6601.(212). Aplicações Diretas	R\$	6.789,33
4.4.90.00.00.0.1.6601.(275). Aplicações Diretas	R\$	1.500,00

#### 07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

##### 0701. SEC. MUN. DE TRANSPORTES

##### 26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

3.1.90.00.00.0.1.0000.(119). Aplicações Diretas	R\$	40.790,08
3.3.90.00.00.0.1.0000.(120). Aplicações Diretas	R\$	4.070,40
3.3.90.00.00.0.1.2400.(300). Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
3.3.90.00.00.0.3.0000.(229). Aplicações Diretas	R\$	51,00

#### 08. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E HABITAÇÃO

##### 0801. DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS

##### 06.181.0009.2036. Manutenção de convênio com a Polícia Militar

3.3.90.00.00.0.3.0000.(217). Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
---	-----	----------

##### 15.452.0010.2038. Manutenção dos serviços urbanos

3.3.90.00.00.0.1.0000.(142). Aplicações Diretas	R\$	4.417,30
---	-----	----------

**09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

3.3.90.00.00.0.1.0000.(160). Aplicações Diretas	R\$	3.649,73
---	-----	----------

**11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

08.241.0014.2048. Atenção à criança e ao idoso

3.3.90.00.00.0.1.4700.(242). Aplicações Diretas	R\$	119,11
---	-----	--------

08.243.0014.2051. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente

3.1.90.00.00.0.1.0000.(175). Aplicações Diretas	R\$	9.311,81
3.3.90.00.00.0.1.0000.(176). Aplicações Diretas	R\$	2.825,60
3.3.90.00.00.0.3.5000.(220). Aplicações Diretas	R\$	2.466,33
3.3.90.00.00.0.1.5206.(232). Aplicações Diretas	R\$	150,00

08.244.0014.2053. Manutenção da Assistência Social

3.1.90.00.00.0.1.0000.(189). Aplicações Diretas	R\$	36.643,33
3.3.90.00.00.0.1.5205.(295). Aplicações Diretas	R\$	911,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>258.916,71</b>

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 46.953,67 (quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

0000. Recursos Ordinários	R\$	2.389,01
0200. Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$	24.896,00
5000. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	R\$	2.466,33
6401. Atenção Básica - PAB Fixo	R\$	10.413,00
6601. Vigilância e Promoção de Saúde	R\$	6.789,33
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>46.953,67</b>

II - o excesso de arrecadação no exercício no montante de R\$ 115.621,53 (cento e quinze mil, seiscentos e vinte e um reais e cinquenta e três centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

0000. Recursos Ordinários	R\$	91.554,30
0200. Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$	715,77
2400. Transferências de Convênios - Outros	R\$	20.000,00
4700. Apoio a Pessoa Idosa - API	R\$	119,11
5205. FEAS - Benefícios Eventuais	R\$	911,00
5206. FEAS - Serviço de Proteção Social Básica	R\$	150,00
6602. Vigilância em Saúde - Vigilância Sanitária	R\$	2.171,35
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>115.621,53</b>

III - a anulação parcial de dotações, no montante de R\$ 96.341,51 (noventa e seis mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e

um centavos), nas seguintes programações orçamentárias:

**03. GABINETE DO VICE-PREFEITO****0301. GABINETE DO VICE-PREFEITO**

04.122.0002.2004. Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

3.3.90.00.00.0.1.0000.(009). Aplicações Diretas	R\$	202,40
---	-----	--------

**04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA****0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**

04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.1.90.00.00.0.1.0000.(010). Aplicações Diretas	R\$	13.350,61
---	-----	-----------

**05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO****0501. SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

12.122.0004.2008. Manutenção da Secretaria de Educação

3.3.90.00.00.0.1.0000.(023). Aplicações Diretas	R\$	3.130,00
4.4.90.00.00.0.1.0000.(024). Aplicações Diretas	R\$	522,00

**0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.0.1.0100.(037). Aplicações Diretas	R\$	2.551,44
3.1.90.00.00.0.1.1800.(038). Aplicações Diretas	R\$	7.474,70

12.361.0004.2011. Manutenção do transporte escolar

3.3.90.00.00.0.1.0100.(042). Aplicações Diretas	R\$	5.113,64
---	-----	----------

12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.0.1.0100.(050). Aplicações Diretas	R\$	8.285,79
3.1.90.00.00.0.1.1800.(051). Aplicações Diretas	R\$	6.269,27

**0504. DEPARTAMENTO DE DESPORTO**

27.812.0006.2021. Apoio ao esporte amador

3.1.90.00.00.0.1.0000.(064). Aplicações Diretas	R\$	47,00
---	-----	-------

**06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE****0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0007.2023. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.3.90.00.00.0.1.0200.(082). Aplicações Diretas	R\$	1.699,69
---	-----	----------

10.301.0007.2025. Manutenção do Programa Agentes Comunitários

3.1.90.00.00.0.1.0200.(088). Aplicações Diretas	R\$	184,61
---	-----	--------

10.304.0007.2029. Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

4.4.90.00.00.0.1.0000.(106). Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

10.305.0007.2030. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde

3.3.90.00.00.0.1.6601.(108). Aplicações Diretas	R\$	1.500,00
---	-----	----------

**08. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E HABITAÇÃO****0801. DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS**

## 15.452.0010.2038. Manutenção dos serviços urbanos

3.1.90.00.00.0.1.0000.(141). Aplicações Diretas	R\$	3.417,30
4.4.90.00.00.0.1.0000.(143). Aplicações Diretas	R\$	1.000,00

## 09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

## 0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

## 20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

3.1.90.00.00.0.1.0000.(159). Aplicações Diretas	R\$	3.649,73
---	-----	----------

## 11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## 1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## 08.243.0014.2051. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente

4.4.90.00.00.0.1.0000.(178). Aplicações Diretas	R\$	300,00
---	-----	--------

## 08.244.0014.2053. Manutenção da Assistência Social

3.3.90.00.00.0.1.0000.(190). Aplicações Diretas	R\$	36.643,33
TOTAL	R\$	96.341,51

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 1º de outubro de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**DECRETO 242**

DECRETO Nº 242, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Ouro e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do Município de Ouro:

## I - Representantes das Instituições Governamentais

a) Luci de Camargo Frighetto- Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

b) Sirlei Cassuba - Representante do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

c) Briana Bazzo - Representante da Secretaria Municipal de Saúde.

d) Marcia Perotoni - Representante da Secretaria Municipal da educação, cultura e desporto.

## II - Representantes das Instituições não- Governamentais

a) Edineia Rech Schlindwein - Representante Associação de Pais e

Professores da Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra.

b) Marisa Bearzi Bazzo- Representante do Clube de Mães do Bairro Parque e Jardim Ouro.

c) Assunta Nora- Representante do Grupo de Idoso São João Batista.

d) Adanuse Borges Mores - Represente das famílias do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Art. 2º o mandato dos membros do Conselho encerrará em 10 de abril de 2016.

Art. 3º Revoga-se o Decreto nº 229, de 24 de setembro de 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de outubro de 2014.

Ouro - SC, 28 de outubro de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**DECRETO 243**

DECRETO Nº 243, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 2.369, de 13 de dezembro de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 373.413,85 (trezentos e setenta e três mil, quatrocentos e trezes reais e oitenta e cinco centavos), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

## 02. GABINETE DO PREFEITO

## 0201. GABINETE DO PREFEITO

## 04.122.0002.2002. Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.0.1.0000.(003). Aplicações Diretas	R\$	1.324,56
---	-----	----------

## 04.124.0002.2003. Manutenção de Assessoria e Controle Interno

3.1.90.00.00.0.1.0000.(005). Aplicações Diretas	R\$	10.279,22
3.3.90.00.00.0.1.0000.(006). Aplicações Diretas	R\$	6.283,60

## 03. GABINETE DO VICE-PREFEITO

## 0301. GABINETE DO VICE-PREFEITO

## 04.122.0002.2004. Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.90.00.00.0.1.0000.(008). Aplicações Diretas	R\$	5.509,14
---	-----	----------

## 04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

## 0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

## 04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.3.90.00.00.0.1.0000.(011). Aplicações Diretas	R\$	13.487,15
---	-----	-----------

**0402. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**

28.845.0015.0003. Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor

3.3.90.00.00.0.1.0000.(017). Aplicações Diretas	R\$	10.961,55
---	-----	-----------

**05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

0501. SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

12.122.0004.2008. Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.0.1.0000.(022). Aplicações Diretas	R\$	10.623,83
---	-----	-----------

3.3.90.00.00.0.1.0000.(023). Aplicações Diretas	R\$	1.430,63
---	-----	----------

**0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.0.1.0100.(039). Aplicações Diretas	R\$	533,00
---	-----	--------

3.3.90.00.00.0.1.1800.(273). Aplicações Diretas	R\$	7.395,40
---	-----	----------

3.3.90.00.00.0.3.6200.(304). Aplicações Diretas	R\$	2.823,50
---	-----	----------

12.361.0004.2011. Manutenção do transporte escolar

3.1.90.00.00.0.1.0100.(041). Aplicações Diretas	R\$	4.941,22
---	-----	----------

12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.0.1.0100.(052). Aplicações Diretas	R\$	6.744,67
---	-----	----------

3.3.90.00.00.0.1.1800.(274). Aplicações Diretas	R\$	5.567,30
---	-----	----------

**0503. DEPARTAMENTO DE CULTURA**

13.392.0005.2017. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal

3.1.90.00.00.0.1.0000.(057). Aplicações Diretas	R\$	7.144,18
---	-----	----------

**0504. DEPARTAMENTO DE DESPORTO**

27.812.0006.2021. Apoio ao esporte amador

3.1.90.00.00.0.1.0000.(064). Aplicações Diretas	R\$	13.524,75
---	-----	-----------

3.3.90.00.00.0.1.0000.(065). Aplicações Diretas	R\$	4.552,50
---	-----	----------

3.3.90.00.00.0.3.0000.(247). Aplicações Diretas	R\$	250,00
---	-----	--------

**06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.2023. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.1.90.00.00.0.1.0200.(081). Aplicações Diretas	R\$	69.156,49
---	-----	-----------

10.301.0007.2025. Manutenção do Programa Agentes Comunitários

3.1.90.00.00.0.1.0200.(088). Aplicações Diretas	R\$	9.325,33
---	-----	----------

3.3.90.00.00.0.1.0200.(090). Aplicações Diretas	R\$	1.632,40
---	-----	----------

10.302.0007.2028. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva

3.3.90.00.00.0.1.6401.(302). Aplicações Diretas	R\$	33.600,00
---	-----	-----------

3.3.90.00.00.0.3.6401.(228). Aplicações Diretas	R\$	2.109,03
---	-----	----------

10.305.0007.2030. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde

3.3.90.00.00.0.1.6601.(108). Aplicações Diretas	R\$	2.590,16
---	-----	----------

**07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

0701. SEC. MUN. DE TRANSPORTES

26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

3.1.90.00.00.0.1.0000.(119). Aplicações Diretas	R\$	40.894,87
---	-----	-----------

3.3.90.00.00.0.1.0000.(120). Aplicações Diretas	R\$	7.565,55
---	-----	----------

3.3.90.00.00.0.1.4400.(122). Aplicações Diretas	R\$	216,49
---	-----	--------

26.782.0008.2033. Manutenção da garagem e oficina municipal

3.3.90.00.00.0.3.0000.(269). Aplicações Diretas	R\$	121,66
---	-----	--------

**08. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E HABITAÇÃO**

0801. DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS

15.452.0010.2040. Manutenção do Cemitério Municipal

3.3.90.00.00.0.3.0000.(280). Aplicações Diretas	R\$	170,84
---	-----	--------

**09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

3.1.90.00.00.0.1.0000.(159). Aplicações Diretas	R\$	6.181,62
---	-----	----------

3.3.90.00.00.0.1.0000.(160). Aplicações Diretas	R\$	11.310,87
---	-----	-----------

**11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0014.2051. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente

3.1.90.00.00.0.1.0000.(175). Aplicações Diretas	R\$	23.727,82
---	-----	-----------

3.3.90.00.00.0.1.0000.(176). Aplicações Diretas	R\$	3.767,03
---	-----	----------

3.3.90.00.00.0.1.5204.(257). Aplicações Diretas	R\$	8.518,50
---	-----	----------

3.3.90.00.00.0.1.5207.(303). Aplicações Diretas	R\$	119,20
---	-----	--------

08.244.0014.2053. Manutenção da Assistência Social

3.1.90.00.00.0.1.0000.(189). Aplicações Diretas	R\$	38.562,46
---	-----	-----------

3.3.90.00.00.0.1.0000.(190). Aplicações Diretas	R\$	222,23
---	-----	--------



3.3.90.00.00.0.1.5205.(295). Aplicações Diretas	R\$	245,10
<b>TOTAL</b>	R\$	<b>373.413,85</b>

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 5.475,03 (cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e três centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

0000. Recursos Ordinários	R\$	542,50
6200. Outros Recursos do Fundo Nac. de Desenv. da Educação - FNDE	R\$	2.823,50
6401. Atenção Básica - PAB Fixo	R\$	2.109,03
<b>TOTAL</b>	R\$	<b>5.475,03</b>

II - o excesso de arrecadação no exercício no montante de R\$ 244.302,51 (duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e dois reais e cinquenta e um centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

0000. Recursos Ordinários	R\$	180.686,52
0200. Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$	51.926,54
4400. Fundo Especial do Petróleo	R\$	216,49
5204. Outras Transf. de Rec. Fundo de Assist. Social - Piso Básico Variável - SCFV	R\$	8.518,50
5205. FEAS - Benefícios Eventuais	R\$	245,10
5207. BPC na Escola	R\$	119,20
6601. Vigilância e Promoção de Saúde	R\$	2.590,16
<b>TOTAL</b>	R\$	<b>244.302,51</b>

III - a anulação parcial de dotações, no montante de R\$ 123.636,31 (cento e vinte e três mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos), nas seguintes programações orçamentárias:

#### 02. GABINETE DO PREFEITO

##### 0201. GABINETE DO PREFEITO

##### 04.122.0002.2002. Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.0.1.0000.(002). Aplicações Diretas	R\$	1.324,56
---	-----	----------

#### 03. GABINETE DO VICE-PREFEITO

##### 0301. GABINETE DO VICE-PREFEITO

##### 04.122.0002.2004. Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

3.3.90.00.00.0.1.0000.(009). Aplicações Diretas	R\$	702,18
---	-----	--------

#### 04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

##### 0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

##### 04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.1.90.00.00.0.1.0000.(010). Aplicações Diretas	R\$	13.487,15
---	-----	-----------

#### 05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

##### 0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

##### 12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.0.1.0100.(037). Aplicações Diretas	R\$	533,00
3.1.90.00.00.0.1.1800.(038). Aplicações Diretas	R\$	7.395,40

##### 12.361.0004.2011. Manutenção do transporte escolar

3.3.90.00.00.0.1.0100.(042). Aplicações Diretas	R\$	4.941,22
---	-----	----------

##### 12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.0.1.0100.(050). Aplicações Diretas	R\$	6.744,67
3.1.90.00.00.0.1.1800.(051). Aplicações Diretas	R\$	5.567,30

#### 0503. DEPARTAMENTO DE CULTURA

##### 13.392.0005.2017. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal

3.3.90.00.00.0.1.0000.(058). Aplicações Diretas	R\$	4.427,60
---	-----	----------

#### 06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

##### 0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 10.301.0007.2023. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.3.90.00.00.0.1.0200.(082). Aplicações Diretas	R\$	28.187,68
---	-----	-----------

##### 10.302.0007.2028. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva

3.1.90.00.00.0.1.6401.(101). Aplicações Diretas	R\$	33.600,00
---	-----	-----------

#### 09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

##### 0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

##### 20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

3.1.90.00.00.0.1.0000.(159). Aplicações Diretas	R\$	1.473,00
---	-----	----------

#### 11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 08.244.0014.2053. Manutenção da Assistência Social

3.3.90.00.00.0.1.0000.(190). Aplicações Diretas	R\$	15.252,55
<b>TOTAL</b>	R\$	<b>123.636,31</b>

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 3 de novembro de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**DECRETO 244**

DECRETO Nº 244, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Estabelece horário de expediente no Serviço Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido os horários de expediente no Serviço Público Municipal nos artigos a seguir.

Art. 2º A Secretaria de Administração e Fazenda realizará horário especial de atendimento. No período compreendido entre os dias 01 a 19 de dezembro o atendimento ao público será das 08hs às 12hs, sendo que das 13hs30min às 17hs30min o expediente será interno.

Art. 3º A Secretaria de Assistência Social realizará horário especial de atendimento. No período compreendido entre os dias 01 a 19 de dezembro o atendimento ao público será das 07hs 30min às 11hs 30min, sendo que das 13hs às 17hs o expediente será interno.

Art. 4º A Secretaria de Educação Cultura e Desporto manterá o seu horário normal de atendimento até o dia 22 de dezembro, ou seja, das 07hs 20min às 11hs30 min e das 13hs Às 17hs 30min.

Art. 5º No período compreendido entre os dias 22 de dezembro de 2014 à 02 de janeiro de 2015 haverá apenas expediente interno nas Secretarias de Administração e Fazenda; Assistência Social; Educação Cultura e Desporto.

Art. 6º A Secretaria de Saúde atenderá em turno único, no período de 17 de novembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015, das 07h às 13hs na Unidade Básica de Saúde Central e das 12h às 18h na Unidade Básica de Saúde do Bairro Parque e Jardim Ouro.

Art. 7º A Secretaria de Urbanismo, no período compreendido entre os dias 03 de novembro de 2014 à 02 de janeiro de 2015 fará turno únicos, das 07h às 13hs.

Art. 8º A Secretaria de Agricultura (equipamentos agrícolas), fará turno único no período de 17 de novembro a 12 de dezembro de 2014, das 07hs às 13hs, retornando seu horário normal de atendimento no dia 15 de dezembro de 2014.

Art. 9º Fica declarado Ponto Facultativo nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2014 e 2 de janeiro de 2015.

Art.10 O expediente com atendimento ao público em todos os setores da Administração Municipal, retornará seu atendimento normal em ambos os períodos, no dia 05 de janeiro de 2015.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
04 de novembro de 2014.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**DECRETO 245**

DECRETO Nº 245, DE 5 DE NOVEMBRO 2014.

Dispõe sobre a implementação dos procedimentos contábeis aplicáveis ao Setor Público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando as deficiências tecnológicas e estruturais do Município para a implementação dos procedimentos contábeis aplicáveis ao Setor Público;

Considerando as disposições da Portaria nº 634, de 19 de novembro de 2013, da Secretaria do Tesouro Nacional;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido que o Município de Ouro iniciará a implementação dos procedimentos contábeis aplicáveis ao Setor Público a partir do exercício de 2015, observando as normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nº 34, de 25 de junho de 2012, e 119, de 24 de junho de 2013.

Ouro-SC, 5 de novembro de 2014.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**DECRETO 246**

DECRETO Nº 246, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de dezembro de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de outubro de 2014, de 0,28% (vinte e oito centésimos por cento),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica fixado em R\$ 2,8102 (dois inteiros e oito mil, cento e duas dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de dezembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de dezembro de 2014.

Ouro-SC, 24 de dezembro de 2014.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### LEI Nº 2.394

LEI Nº 2.394, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Inclui novas ações no Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam incluídas no Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017, instituído pela Lei nº 2.362, de 13 de dezembro de 2013, as ações a seguir elencadas e com especificações conforme constam no Anexo Único desta Lei:

I - 0112. Manutenção da Casa da Cidadania, no montante de R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais);

II - 0113. Manutenção das atividades da Comissão Municipal de Defesa Civil, no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

III - 0114. Aquisição de terreno para implantação de escola municipal, no montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

IV - 0115. Reforma do Centro de Eventos Caravaggio, no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

V - 0116. Apoio aos Grupos de Terceira Idade, no montante de 70.000,00 (setenta mil reais).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
05 de dezembro de 2014.

Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Derci de Araújo  
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

### ANEXO ÚNICO

PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2014/2017					
Programa: 0002. GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0112. Manutenção da Casa da Cidadania	exercício	unidade	3	124.000,00	00
0113. Manutenção das atividades da Comissão Municipal de Defesa Civil	exercício	unidade	3	20.000,00	00
Programa: 0004. A ESCOLA FORMANDO CIDADÃOS ATUANTES E PARTICIPATIVOS					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0114. Aquisição de terreno para implantação de escola municipal	terreno	m²	8.000,00	1.000.000,00	81

Programa: 0013. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO COM SUSTENTABILIDADE

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0115. Reforma do Centro de Eventos Caravaggio	obra executada	Unidade	1	1.000,00	00
				259.000,00	34

Programa: 0014. CIDADÃO EM PRIMEIRO LUGAR

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0116. Apoio aos Grupos de Terceira Idade	exercício	unidade	3	70.000,00	00

### LEI Nº 2.395

LEI Nº 2.395, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza baixar do patrimônio do Município bens móveis inservíveis, na forma que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a baixa do patrimônio do Município os bens patrimoniais móveis inservíveis elencados no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a doar os referidos bens às entidades sociais sem fins lucrativos ou destinar os bens na forma que melhor lhe convier.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
05 de dezembro de 2014.

Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Derci de Araújo  
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

## Ouro Verde

### PREFEITURA

#### AVISO DE PREGÃO 0079/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0079/2014

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de Preço para Aquisição de forma parcelada de Materiais de Expediente e escolar para as Secretarias do Município sendo: Administração, Saúde, Agricultura, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes, Creche Municipal e Projetos de Assistência Social, Peti, CRAS, Pro Jovem para exercício de 2015 do Município de Ouro Verde/ SC. Entrega dos Envelopes: Até as 08h30min dia 22 de dezembro de 2014. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h35min dia 22 de dezembro de 2014. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 09 de dezembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

#### TOMADA DE PREÇO 0005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

AVISO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 0005/2014

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preço. Objeto (a) Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e compactáveis, com a utilização de veículo (s) equipado(s) com caçamba coletora/compactadora com disposição final de resíduos sólidos urbanos, através de operação e manutenção de aterro sanitário, em imóvel de responsabilidade da empresa contratada, possuidor de todas as licenças ambientais necessárias. b) Coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde, com a utilização de veículo especial de acordo com as normas técnicas atinentes a tal serviço, com disposição final conforme licenças ambientais necessárias. Entrega dos Envelopes: Até as 08h30min dia 29 de dezembro de 2014. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h35min dia 29 de dezembro de 2014. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 09 de dezembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

## Palhoça

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 1.748, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.748, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotação orçamentária do orçamento fiscal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 910.000,00 (novecentos e dez mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

03.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA 03.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

2.001 - Funcionamento e Manutenção da Câmara R\$ 910.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000000 - Aplicações Diretas R\$ 910.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação de dotação orçamentária abaixo:

03.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

03.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

1.132 - Ampliação do Prédio da Câmara Municipal de Vereadores R\$ 550.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000000 - Aplicações Diretas R\$ 550.000,00

2.001 - Functio e Manutenção da Câmara R\$ 360.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000000 - Aplicações Diretas R\$ 260.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Palhoça, em 26 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 437**

NOTIFICAÇÃO			
Processo Administrativo Nº:	14941/2010	Data:	25/11/2014
Auto de Infração Ambiental Nº:	437	Auto de Embargo/Interdição Nº:	510

Qualificação do Autuado					
Nome:	Marcio José Ramos	CPF:	660.082.209-00	RG:	1.763.989
Endereço:	Rua Tupinambá nº 582 - Bairro Jardim Atlantico - Florianópolis - SC			CEP:	88095-010

Localização e Data dos Autos					
Local da Ocorrência:		Rua das Flores, s/n - Pinheira - Palhoça - SC			
Data da Lavratura:	25/11/2014	Hora da Lavratura:	17:45	CEP:	88130-000

Descrição Sumária da Infração	
Construção em area de preservação permanente.	
Legislação Incidente	
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008	
Multa:	R\$ 12.000,00

O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.
--



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****ALTERAÇÃO PP 47.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2014

O Município de Palhoça, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que houve alteração na data de abertura PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2014, ficando apazado nova data para o dia 22 de dezembro de 2014, às 13:30 horas, recebimento dos envelopes das propostas e documentações e abertura das propostas e efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação na Sala da CPL da Secretaria de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Res. Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: [www.saudepalhoca.sc.gov.br](http://www.saudepalhoca.sc.gov.br). Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 09 de dezembro de 2014.  
Rosiméri Hilda Coelho  
Pregoeira da CPL Sec. de Saúde.

**ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 48/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2014

O Município de Palhoça, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que houve alteração na data de abertura PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 48/2014, ficando apazado nova data para o dia 22 de dezembro de 2014, às 15:00 horas, recebimento dos envelopes das propostas e documentações e abertura das propostas e efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação na Sala da CPL da Secretaria de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Res. Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: [www.saudepalhoca.sc.gov.br](http://www.saudepalhoca.sc.gov.br). Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 09 de dezembro de 2014.  
Rosiméri Hilda Coelho  
Pregoeira da CPL Sec. de Saúde.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 060/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO ADITIVO N.º 060/2014, SEGUNDO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 015/2014 - Tomada de Preços n.º 052/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VINICIUS GOEDERT ME. OBJETO: - Fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras. DATA: 20/11/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 061/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO ADITIVO N.º 061/2014, TERCEIRO TERMO DE VALOR DO CONTRATO N.º 015/2014 - Tomada de Preços n.º 052/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VINICUS GOEDERT ME: - Fica acrescido o valor de R\$ 30.760,30 (trinta mil setecentos e sessenta reais e trinta centavos), sendo R\$ 18.498,99 (dezoito mil quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos) referente ao emprego dos materiais, e R\$ 12.261,31 (doze mil duzentos e sessenta e um reais e trinta e um centavos) referente a mão de obra. DATA: 20/11/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 062/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO ADITIVO N.º 062/2014, SEGUNDO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 014/2014 - Tomada de Preços n.º 052/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAWICON CONSTRUTORA LTDA. OBJETO: - Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras. DATA: 01/12/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 063/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 063/2014, PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS N.º 044/2014 - Pregão Presencial n.º 016/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AVILA E BERLIM COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2015. DATA: 08/12/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 064/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 064/2014, PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS N.º 036/2014 - Pregão Presencial n.º 048/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2015. DATA: 08/12/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 065/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 065/2014, SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 086/2010 - INEXIGIBILIDADE N.º 124/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ECT EMPRESA PÚBLICA. OBJETO: Fica prorrogado até 03/08/2015. DATA: 08/12/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 066/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 066/2014, SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 085/2013 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 33/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE

PALHOÇA e a empresa BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2015. DATA: 08/12/2014.

#### **EXTRATO DE CONTRATO N.º 067/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 067/2014, QUINTO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 062/2012 - Pregão Presencial n.º 061/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESCRIMATE COMERCIAL SERVIÇOS DE INFORMÁTICA - EIRELI. OBJETO: Fica prorrogado até 31/03/2015 o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Primeira do Contrato de Execução de Serviços. DATA: 08/12/2014.

#### **EXTRATO DE CONTRATO N.º 068/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 068/2014, PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 025/2014 - Tomada de Preços n.º 040/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa E.S.E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: - Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras. DATA: 08/12/2014.

#### **EXTRATO DE CONTRATO N.º 069/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 069/2014, PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 024/2014 - Tomada de Preços n.º 039/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa E.S.E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: - Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras. DATA: 08/12/2014.

### **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**

#### **EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2014**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2014

CONTRATANTE: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça - IPPA

CONTRATADA: PC 10 Comércio de Equipamentos de Informática Ltda.

OBJETO: Contratação de serviços técnicos na área de informática para suporte e manutenção de hardware, software, rede de computadores e home-page existentes no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça - IPPA.

FIM QUE SE DESTINA: Manutenção dos sistemas de informática necessários ao perfeito funcionamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA.

VIGÊNCIA: 09/12/2014 à 09/04/2015

FUNDAMENTO: Art, 24, IV da Lei 8.666/93 e suas alterações.

VALOR: R\$ 1.681,91 (hum mil, seiscentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos) mensais.

DATA: 08/12/2014

Milton Luiz Espíndola

Presidente Autárquico - IPPA.

#### **PORTARIA 075/2014**

PORTARIA Nº 075/2014

Concede pensão por morte, em caráter integral a Luiz Gonzaga Medeiros, dependente presumido da servidora ativa falecida, Sra. Maria Rosania Marcos Medeiros, detentora do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 10.887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 10.887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, ao senhor Luiz Gonzaga Medeiros, inscrito no CPF nº 507.177.669-34 e portador do RG nº 279.094 dependente presumido da servidora ativa Maria Rosania Marcos Medeiros, falecida em 26/11/2014.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1.320/01, correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração de contribuição percebida na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ 2º A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 26/11/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 08 de dezembro de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins  
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola  
Presidente do IPPA

Ariana Vera da Rosa Tavares  
Técnico Previdenciário  
Matrícula 900048

## Passo de Torres

### PREFEITURA

**EXTRATO EDITAL PR 97/2014 PMPT**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2014  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, DE ACORDO COM AS LEIS 10.520, DE 17/07/2002, SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES E ALTERAÇÕES POSTERIORES, TORNA PÚBLICO QUE SE ENCONTRA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO "MENOR PREÇO", OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA AS CRECHES MUNICIPAIS: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNDO FELIZ E NOVO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BARRA VELHA, COM ENTREGAS DIARIAMENTE. PARA O EXERCÍCIO DE 2015. A ÍNTEGRA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ESTARÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS A PARTIR DESTA DATA, NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, NO HORÁRIO DAS 13 ÀS 19 HORAS, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITO NA AVENIDA BEIRA RIO, 20, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO.

AS PROPOSTAS SERÃO RECEBIDAS ATÉ 14:00 HORAS DO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2014, COM INÍCIO DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO NA MESMA DATA E HORA.

PASSO DE TORRES, 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

LUCIA ALVES HESPANHOL  
PREGOEIRA

**EXTRATO EDITAL PR 98/2014 PMPT**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2014  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, DE ACORDO COM AS LEIS 10.520, DE 17/07/2002, SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES E ALTERAÇÕES POSTERIORES, TORNA PÚBLICO QUE SE ENCONTRA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO "MENOR PREÇO", OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNDO FELIZ E NOVO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BARRA VELHA, ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MANOEL RODRIGUES DA SILVA E ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL VILA NOVA DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, COM ENTREGAS DIARIAMENTE PARA O EXERCÍCIO DE 2015. A ÍNTEGRA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ESTARÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS A PARTIR DESTA DATA, NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, NO HORÁRIO DAS 13 ÀS 19 HORAS, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITO NA AVENIDA BEIRA RIO, 20, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO.

AS PROPOSTAS SERÃO RECEBIDAS ATÉ 16:30 HORAS DO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2014, COM INÍCIO DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO NA MESMA DATA E HORA.

PASSO DE TORRES, 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
PREFEITO MUNICIPAL

LUCIA ALVES HESPANHOL  
PREGOEIRA

**Passos Maia****PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0061/2014**

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0061/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0035/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.0035/2014 - Objeto - A presente licitação tem por objeto a aquisição de próteses dentárias fixas e moveis conforme anexo I deste edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidos até às 08:15 hs do dia 24 de dezembro de 2014, iniciando-se a Sessão Pública às 08:30 hs do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 08 de dezembro de 2014.  
IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0062/2014**

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0062/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0036/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.0036/2014 - Objeto - A presente licitação tem por objeto a contratação de mão de obra e aquisição de peças para concerto de bomba injetora e motor OM-366, conforme anexo I deste edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidos até às 14:00 hs do dia 23 de dezembro de 2014, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 hs do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 09 de dezembro de 2014.  
IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

**Paulo Lopes****PREFEITURA****PORTARIA Nº 426/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº426 /2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, conforme justificativa nº046/2014 RESOLVE: CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Claudia Nami Yoda, brasileira, portadora do CPF nº 345.646.218-23, Ensino Superior Completo, matrícula nº 11061, para atuar no Cargo de Médica Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05/12/2014 até 04/01/2015, até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 427/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 427/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, RESOLVE: NOMEAR EM COMISSÃO, Rosimere Cabral Leite, matrícula nº 11063, brasileira, portadora do CPF nº 024.453.419-57, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Unidade Escolar, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 05 de Dezembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 428/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 428/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, RESOLVE:

NOMEAR EM COMISSÃO, Vinicius de Souza, brasileiro, residente e domiciliado em Paulo Lopes/SC, portador do CPF nº 088.158.349-90, matrícula nº 11064, para ocupar o Cargo de Assessor Serviço de Saúde, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de Dezembro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 429/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 429/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a portaria nº 510/2013, que concedeu a função gratificada de Chefe de Setor de Manutenção, o Servidor Público Municipal efetivo e estável, Adílio de Souza, brasileiro, portador do CPF nº 897.946.309-00, matrícula nº 1001 ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição da Secretaria Municipal de Transporte Obras e Serviços Urbanos, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de Dezembro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 430/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 430/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA de chefe de Setor de Manutenção, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Almir Souza Gularte, brasileiro, portador do CPF nº 538.545.439-72, matrícula nº 142, ocupante do Cargo de Vacinador Agropecuário, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de Dezembro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração



# Penha

## PREFEITURA

### ATA Nº 65/2014 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2014 - PMP  
Processo nº 11/2014 - PMP Pregão presencial nº03/2014 - PMP  
Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE CARNES, PEIXES, QUEIJOS E BEBIDAS LÁCTEAS.  
Assinatura da Ata: 08/12/2014.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.  
Empresa Adjudicatária: STORINNY COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME  
Valor R\$ 137.649,23 (cento e trinta e sete mil, seiscentos e quarenta e nove reais e vinte e três centavos)  
A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro, Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)

Penha, 08 de dezembro de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

### AVISO DE CANCELAMENTO - CV05/2014 - FUMTUR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE CANCELAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2014 - FUMTUR  
CARTA CONVITE Nº 05/2014 - FUMTUR

Objeto: Prestação de Serviços para realização do evento de final de ano (Reveillon) na Praia Alegre no Município de Penha/SC, com show do Papas da Língua, conforme estabelecido neste edital e anexo I.

MOTIVO: O processo licitatório foi cancelado, pois será realizado em outra modalidade de licitação.  
DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 09 de Dezembro de 2014.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

### CONTRATO Nº 193/2014 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 193/2014 - PMP  
LICITAÇÃO: Processo Licitatório 105/2014 PMP - Pregão Presencial 59/2014 PMP  
CONTRATADA: SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - EPP  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA ORIENTAÇÃO NO ENCAMINHAMENTO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PROCESSOS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E

EMBAIXADAS.

VALOR TOTAL: R\$ 40.800,00 (quarenta mil, e oitocentos reais).  
VIGÊNCIA: 08/12/2015.

Penha, 08 de dezembro de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
PELA PREFEITURA

### DECRETO Nº 2129

DECRETO Nº2129/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar para atender dotação constante do orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Penha, no valor de R\$ 50.000,00(Cinquenta mil reais).

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Penha, autorizado a abrir Crédito Suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), de acordo com artigo 41, I da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964, e Lei Municipal nº 2658, de 19 de novembro de 2013 (LOA), conforme segue:

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
Programa de Trabalho: 10.301.0014  
Atividade: 2.058 - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica-PMAQ  
Fonte de Recursos: 0064 - Atenção Básica  
4.4.90.00.00.00.00.00/0034 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento ao crédito suplementar aberto na forma do Art. 1º correrão por conta da anulação parcial/total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
Programa de Trabalho: 10.301.0014  
Atividade: 2.058 - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica-PMAQ  
Fonte de Recursos: 0064 - Atenção Básica  
3.1.90.00.00.00.00.00/0030 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 08 de dezembro de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino  
Secretário da Administração

### DECRETO Nº 2133

DECRETO Nº 2133/2014  
PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º- Fica considerado PONTO FACULTATIVO o dia 26/12/2014 e o dia 02/01/2015 em todas as repartições municipais.

Art.2º- Ficam inalterados os horários de funcionamento dos serviços considerados essenciais correspondentes às áreas de saúde, coletas de lixo, coveiros e vigias.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 09 de dezembro de 2014.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO  
Secretário da Administração

### **DECRETO Nº 2134**

DECRETO Nº 2134/2014  
FIXA HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado o seguinte horário de expediente nas repartições públicas municipais:  
- Das 13h00m as 19h00m.

Art.2º - Na Secretaria de Serviços Urbanos o horário de expediente será - Das 07h00m as 13h00m.

Art.3º - Ficam inalterados os horários de funcionamento dos serviços considerados essenciais correspondentes à área da saúde, coleta de lixo, coveiros, vigias, creches e escolas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir de 15 de dezembro de 2014 até 22 de fevereiro de 2015, podendo ser prorrogado.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 09 de dezembro de 2014.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO  
Secretário da Administração

### **DECRETO Nº 2131/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DECRETO Nº 2131/2014

EXONERA: a Sra. MARCIA CRISTINA MEDEIROS DE MORAES, do cargo em comissão de DIRETORA DE ESCOLA, do Grupo Escolar Municipal Laci Simão Correia, com carga horária de quarenta horas semanais, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 1418/2013, com efeito retroativo a 01/12/2014.

Penha/SC, 09 de dezembro de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 2132/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DECRETO Nº 2132/2014

EXONERA: a Sra. JOCIANE THIBES, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA, do Grupo Escolar Municipal Laci Simão Correia, com carga horária de quarenta horas semanais, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 1674/2013, com efeito retroativo a 01/12/2014.

Penha/SC, 09 de dezembro de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

### **PP02/2014 - FUMTUR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2014 - FUMTUR  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014 - FUMTUR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTO DE FINAL DE ANO (REVEILLON) NA PRAIA ALEGRE NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, CONFORME ESTABELECIDO NESTE EDITAL E ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

Abertura do Processo: 22/12/2014 às 14:00:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-0200 Ramal 224. Horário de atendimento das 13h:00m às 17h:00m.

Penha/SC, 09 de dezembro de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**Peritiba****PREFEITURA****CANCELA PROCESSO SELETIVO Nº 04/2014**

Cancela Processo Seletivo nº 04/2014

Em atendimento a recomendação contida no Ofício 0423/201404PJ/CON do Ministério Público desta comarca, fica cancelado o Processo Seletivo nº 04/2014 .

Peritiba, 09 de Dezembro de 2014.

CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

**EXTRATO DE CONTRATO 154/2014**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Aquisição de serviços para show pirotécnico Natalino juntamente com os equipamentos necessários, com duração mínima de 06 minutos, a ser realizado no dia 23 de Dezembro de 2014, aproximadamente as 21h00min.

Dados do Contrato: Contrato nº 154/2014

Contratado: EXPLOÇÃO FOGOS DE ARTIFÍCIOS E SHOWS PIROTÉCNICOS LTDA - ME.

CNPJ: 11.890.428/0001-73

Data de Vigência: 09/12/2014 à 31/12/2014

Valor do Contrato: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

Município de Peritiba - SC em 09 de Dezembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

**Pinheiro Preto****PREFEITURA****DECRETO Nº 4.113, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.113, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.803 de 25 de novembro de 2014,

**DECRETA**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial na dotação do Fundo Municipal de Assistência Social valor de R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais), no orçamento corrente, com a seguinte programação:

04 - Fundo de Assistência Social

04.01 - Fundo de Assistência Social

04.01. 08 - Assistência Social

04.01.08.244 - Assistência Comunitária

04.01.08.244.0801 - Assistência Social Geral

04.01.08.244.0801.2026 - Manutenção da Assist. Social Geral

3190.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

Fonte: 0100

Art. 2º Para suporte do Crédito Especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária do Fundo de Assistência Social, no valor de R\$5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais):

04 - Fundo de Assistência Social

04.01 - Fundo de Assistência Social

04.01. 08 - Assistência Social

04.01.08.244 - Assistência Comunitária

04.01.08.244.0801 - Assistência Social Geral

04.01.08.244.0801.2026 - Manutenção da Assist. Social Geral

4490.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte 01.00

04 - Fundo de Assistência Social

04.01 - Fundo de Assistência Social

04.01. 08 - Assistência Social

04.01.08.244 - Assistência Comunitária

04.01.08.244.0801 - Assistência Social Geral

04.01.08.244.0801.1002 - Obras de Infraestrutura Social

4490.0000 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Fonte 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.118, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.118, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

**02 - Poder Executivo**

0203 - Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 - Educação

0203.12.361 - Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional

0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

3190-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0118

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) conforme abaixo discriminado;

**02 - Poder Executivo**

0203 - Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 - Educação

0203.12.361 - Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional

0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

3191-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0119

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 4.119, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.119, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal da saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

03 ..... Fundo Municipal da Saúde

0301 ..... Fundo Municipal da Saúde

0301.10 ..... Saúde

0301.10.301 ..... Atenção Básica

0301.10.301.1001 ..... Saúde com Qualidade

0301.10.301.1001.2052 ..... Manutenção Piso de Atenção

Básica Variável União

3190-0000 ..... Aplicações Diretas

Fonte 0164

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais fica utilizado o Excesso de Arrecadação apurado até 04 de dezembro de 2014 na fonte de recursos da Atenção Básica (0164).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**LEI N. 1.809, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI N. 1.809, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA A LEI Nº 1.781, DE 15 DE JULHO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica acrescido o inciso V ao art. 1º da Lei nº 1.781, de 15 de julho de 2014:

Art. 1º .....

V - UM DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO novo, MARCA TRITON FERTILANCE, com capacidade de 5000 litros, revestimento anticorrosivo de epóxi e agitador interno, com mangote de sucção 5 metros, rodagem tandem e pneus novos 750x16, equipado com bomba a vácuo compressora, bico leque espalhador.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 09 de dezembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 370, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 370, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.

DETERMINA RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o apurado no Processo de Expediente do Departamento de Tributação nº 38/2014, bem como o parecer da Assessoria Jurídica,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determina ao departamento competente que efetue a repetição do indébito, no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), ao sujeito passivo da obrigação tributária, ADEMIR VARGAS ZUCONELLI, referente ITBI nº 055/2012.

Parágrafo único. O valor deverá ser atualizado monetariamente pelo INPC, contado da data do pagamento (01/11/2012).

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 01 de dezembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

# Pomerode

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 013/2014

CONVÊNIO nº 013/2014. Conveniente: Prefeitura Municipal de Pomerode Conveniada: GRUPO FOLCLÓRICO ALPEN'BACH DE POMERODE. Objeto: MANTER AS TRADIÇÕES GERMÂNICAS,CULTURAIS ATRAVÉS DA DANÇA Valor:R\$ 3.360,00 (Três mil, trezentos e sessenta reais). Prazo: 31/12/2014.

Pomerode/SC, 24 de novembro de 2014.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 015/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
Secretaria de Educação e Formação Empreendedora  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 015/2014

CONVÊNIO nº 015/2014. Conveniente: Prefeitura Municipal de Pomerode Conveniada: SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA MARIA MADALENA POSTEL - CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA Objeto: Pagamento de férias de Profissionais da Educação Valor:R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Prazo: 31/12/2014.

Pomerode/SC, 04 de dezembro de 2014.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 100/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 100/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGC6708	54486516A	29/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
CDQ5220	54486525A	31/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXP1532	54486606A	29/10/2001	73660	252 * VI	85.12
LYT1310	54486864A	28/10/2001	57380	186 * II	191.53
LZD0297	54486609A	29/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZM6401	54486866A	30/10/2001	54010	181 * III	127.69
LZS1093	54486519A	29/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAD5643	54486261A	26/10/2001	60500	208	191.53
MAH4546	54486460A	26/10/2001	69200	233	127.69



MAJ5123	54486212A	29/10/2001	60500	208		191.53
MAW1120	54487055A	31/10/2001	51850	167		127.69
MBO7028	54486581A	26/10/2001	59320	203	* II	191.53
MDL3003	54486524A	31/10/2001	62380	218	* II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1577/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1577/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BSS5828	54883205E	14/06/2014	51930	168	191.53
BSS5828	54883251E	24/06/2014	58350	195	127.69
LYZ5567	54882968E	16/06/2014	52070	169	53.20
LZV7980	54883225E	24/07/2014	56570	182 * IX	85.12
MID0416	54882989E	18/07/2014	51851	167	127.69
MJO3795	54985596E	13/06/2014	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 186/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 186/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXL6278	54487391A	19/07/2003	65560	230 * I	191.53
LXL6278	54487391A	19/07/2003	69120	232	53.20
LXL6278	54487390A	19/07/2003	50100	162 * I	574.61
LXL6278	54487389A	19/07/2003	65990	230 * V	191.53
LXZ0542	54487398A	23/07/2003	65990	230 * V	191.53
LYU7534	54488172A	30/07/2003	69200	233	127.69
LZX8034	54487415A	17/07/2003	65990	230 * V	191.53
LZX8034	54487415A	17/07/2003	65560	230 * I	191.53
MDG8090	54487248A	25/07/2003	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 190/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 190/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AZV1120	54487114A	27/08/2003	51850	167	127.69
BGL1427	54487115A	27/08/2003	51850	167	127.69
LWU0303	54488175A	04/09/2003	64910	227 * II	53.20
MBN4425	54487125A	01/09/2003	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 206/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 206/2004**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXE1254	55599564A	26/11/2003	70300	244 * I	191.53
LXP7987	54488185A	08/12/2003	69200	233	127.69
LXY8569	54487527A	05/12/2003	65990	230 * V	191.53
LXY8569	54487527A	05/12/2003	65560	230 * I	191.53
LYB2919	55599672A	15/12/2003	51690	165	957.69
LYB2919	55599672A	15/12/2003	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 221/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 221/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AI12184	55600264A	30/03/2004	62110	218 * I * a	127.69
LYK5975	55600221A	05/04/2004	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 268/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 268/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYB4875	55599698A	15/01/2005	72340	250 * I * a	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 335/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 335/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYR5775	55601270A	11/02/2006	60500	208	191.53
MFA1132	55600798A	17/12/2005	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 339/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 339/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZJ7878	55601248A	21/01/2006	57380	186 * II	191.53
MEQ0091	55600952A	04/01/2006	65640	230 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 431/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 431/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDI5500	55190962B	20/03/2007	64400	224	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 67/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 67/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABF5478	55542392	24/05/2000	51850	167	127.69
LXH3532	55542465	23/05/2000	61220	214 * I	191.53
LXH6962	55542463	21/05/2000	54520	181 * VIII	127.69
LYN7994	55542397	29/05/2000	64670	225 * II	127.69
LYT4998	55542461	18/05/2000	66370	230 * IX	127.69
LYT4998	55542460	18/05/2000	67690	230 * XXII	85.12
LYZ5954	55542479	06/06/2000	62380	218 * II * a	127.69
LZE8115	55542467	30/05/2000	50100	162 * I	574.61
LZF5156	55541725	21/05/2000	54520	181 * VIII	127.69
MAT4666	55542462	21/05/2000	54520	181 * VIII	127.69
MIO1999	55541680	15/05/2000	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 86/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 86/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXH6223	54485991A	20/05/2001	52740	175	191.53
LXH6223	54485992A	20/05/2001	51690	165	957.69
LXH6223	54485991A	20/05/2001	66100	230 * VII	127.69
LYD4886	54485990A	18/05/2001	65990	230 * V	191.53
LYJ1498	54486006A	01/05/2001	60680	209	127.69
LYJ1498	54486006A	01/05/2001	73400	252 * IV	85.12
LYX8131	54485989A	12/05/2001	58350	195	127.69
LZJ1448	54486005A	01/05/2001	60680	209	127.69
LZN2924	55541973	02/05/2001	70300	244 * I	191.53
LZO4014	54486107A	28/05/2001	69120	232	53.20
LZO4014	54486107A	28/05/2001	50100	162 * I	574.61
MAC4429	55541978	18/05/2001	53470	178	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1567/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1567/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CEC2737	54881515E	06/09/2014	51851	167
LXH0221	54881522E	10/09/2014	51851	167
LXV5066	54985773E	21/08/2014	52070	169
MCK4318	54985771E	19/08/2014	59670	203 * V
MCK9962	54882695E	14/09/2014	55250	181 * XV
MCY9940	54985928E	31/08/2014	56650	182 * X
MDP6685	54985854E	08/08/2014	55416	181 * XVII

MFR8646	54882601E	27/08/2014	51930	168	
MHC1984	54883185E	14/09/2014	52070	169	
MHX0378	54985953E	23/08/2014	51851	167	
MJW5858	54985896E	23/08/2014	54600	181	* IX
MKG2831	54881520E	06/09/2014	58350	195	
MKN1736	54882575E	21/08/2014	55415	181	* XVII
MKS7732	54985808E	21/08/2014	57380	186	* II
MLB1612	54882216E	26/08/2014	54100	181	* IV

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 248/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 248/2004**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZM3780	55599977A	09/12/2004	65990	230 * V
MAV4873	55600115A	30/11/2004	69200	233
MBT7660	54488290A	05/12/2004	50100	162 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 269/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 269/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXS3560	54488299A	28/03/2005	56220	182 * VI
LZE3508	54488300A	02/04/2005	54600	181 * IX
LZL2180	55600406A	17/03/2005	50100	162 * I
LZL2180	55600405A	17/03/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 289/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 289/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,



CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HRD5882	55601003A	28/04/2005	55500	181 * XVIII
LAX5075	55600671A	29/04/2005	55250	181 * XV
MBE8755	55600801A	21/07/2005	50100	162 * I
MBT9904	55600506A	31/07/2005	65990	230 * V
MBT9904	55600813A	31/07/2005	51690	165
MBT9904	55600810A	31/07/2005	69120	232
MBT9904	55600811A	31/07/2005	50610	163 c/c 162 * I
MBT9904	55600810A	31/07/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 372/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 372/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKB7976	55601918A	13/10/2006	57380	186 * II
CNM9601	55600049A	02/07/2006	51850	167
LYY1648	55600093A	06/08/2006	55680	181 * XIX
MAV7768	55601485A	24/06/2006	72340	250 * I * a
MGD3070	55600613A	01/11/2006	73660	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 426/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 426/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHS2046	55190845B	10/04/2007	74550	218 * I
LYE3877	55190885B	16/04/2007	51850	167
LYX9363	55190363B	03/04/2007	60500	208
LZN2213	55190923B	23/03/2007	74550	218 * I
MAK1482	55190226B	17/04/2007	74550	218 * I
MBD1637	55191087B	17/04/2007	51850	167
MBL1339	55191208B	15/04/2007	74550	218 * I
MCC9496	55190551B	07/03/2007	60500	208
MDW5660	55191184B	17/04/2007	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 464/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 464/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYB9004 55191963B 05/07/2007 69200 233  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 508/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 508/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MAR5978	55190749B	12/10/2007	54520	181 * VIII
MBM9491	55192376B	01/11/2007	51850	167
MFN3721	55192383B	08/11/2007	61220	214 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 532/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 532/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BOQ7031	55255653B	11/12/2007	50100	162 * I
BOQ7031	55255654B	11/12/2007	50610	163 c/c 162 * I
BXE1861	55255784B	15/12/2007	51180	164 c/c 162 * I
BXE1861	55255783B	15/12/2007	50100	162 * I
BXE1861	55255787B	15/12/2007	52740	175
ICU2204	55255872B	20/01/2008	50100	162 * I
ICU2204	55255873B	20/01/2008	52820	176 * I
LYY2832	55192338B	24/01/2008	66100	230 * VII
LZA8748	55191150B	09/01/2008	69120	232
LZC8584	55255623B	08/01/2008	50450	162 * V
LZP7460	55255967B	20/01/2008	51690	165
MBC3177	55192125B	23/12/2007	69200	233
MCB8890	55192426B	17/12/2007	65990	230 * V
MCL8832	55191588B	03/01/2008	50100	162 * I
MED5129	55192126B	23/12/2007	69200	233

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA



# Porto Belo

## PREFEITURA

### 1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO – 061/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO - 061/2014 PMPB

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Aquisição de Peças e Materiais para Manutenção e Conservação da Frota de Caminhões e Maquinários da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Tipo: Menor preço por item;

Onde se lê: Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 15/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 15/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Leia-se: Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 16/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 16/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PREGÃO - Registro de Preço - 061/2014 PMPB.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br) das 13:00 às 19:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 09 de dezembro de 2014.

Chirley Laurencio

Secretaria de Administração

### DECRETO Nº 1.281, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 1.281, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

REGULAMENTA A UTILIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS PARA ENTRADA E ESTACIONAMENTO DE ÔNIBUS E CAMINHÕES DE CARGA E DESCARGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que as situações de congestionamento em época de veraneio representam um fator negativo à imagem turística do Município, ocasionando até mesmo queda no índice de turismo;

Considerando que as dificuldades de locomoção no trânsito nesta época podem acarretar graves situações quanto à necessidade emergencial de prestação de socorro;

Considerando que durante a temporada de veraneio as

características topográficas e ambientais do Município não permitem uma rápida solução ao fluxo crescente de veículos; Considerando que o desconforto das filas e as tentativas de ultrapassagem irregular podem ocasionar acidentes; Considerando que é competência e responsabilidade do Município atender as necessidades relacionadas ao bom escoamento do trânsito;

Considerando que o estacionamento de veículos pesados causa uma paralisação interminável nesta época; e

Considerando que compete ao órgão público municipal a regulamentação das vias públicas para estacionamento,

#### DECRETA:

Art. 1º Os veículos de turismo com capacidade acima de 20 lugares somente poderão entrar no Município no horário compreendido entre as 19h e 6h.

§1º Fora do horário disposto no caput, os veículos mencionados deverão dirigir-se ao estacionamento localizado na Av. Governador Celso Ramos, Bairro Vila Nova, em Porto Belo, onde haverá ponto receptivo.

§2º Fica vedado a parada e o desembarque de passageiros dos referidos veículos em vias públicas no horário disposto entre as 6h e 19 horas.

§3º Os veículos de turismo com capacidade acima de 20 lugares, que transportem passageiros que ficarão hospedados no Município ou visitem equipamentos e pontos turísticos, devidamente comprovados, podem desembarcar e embarcar passageiros no meio de hospedagem destino ou de equipamentos turísticos a qualquer horário, desde que esta operação não ultrapasse 15 (quinze) minutos, devendo retornar ao estacionamento conveniado, não sendo permitida a permanência e trânsito em vias públicas.

§4º A comprovação da hospedagem ou da contratação de serviços de turismo disposta no §3º deste artigo dar-se-ão através de documentos hábeis que deverão ser apresentados previamente ao fiscal competente que autorizará a entrada do veículo.

Art. 2º Fica proibido no horário compreendido entre as 9 e 19 horas, o acesso de veículos com suporte de carga acima de 2.300 kg em todo o Município de Porto Belo.

Art. 3º Fica proibido a carga, descarga e estacionamento no horário compreendido entre as 9 e 19 horas nas Avenidas Governador Celso Ramos e Atílio Fontana, independente do tipo de veículo, ficando orientado que o mesmo deverá ser feito nas vias transversais ou adjacentes.

Art. 4º Não se aplica a restrição prevista no art. 2º deste decreto aos serviços de:

I - Transporte de carga e descarga de bens e valores bancários;

II - Veículos emplacados no Município de Porto Belo e Bombinhas;

III - Coleta de lixo e outros serviços emergenciais de saúde;

IV - manutenção de emergência em residências e vias públicas, em rede elétrica, telefônica, pluvial, sanitária e abastecimento de água; e

V - Serviços de guincho.

Parágrafo Único: O dispositivo do art. 3º não se aplicará aos incisos I, III, IV e V, ficando terminantemente proibido a carga e descarga nas avenidas Governador Celso Ramos e Atílio Fontana.

Art. 5º Este Decreto vigorará no período de 10 de dezembro à 15 de março.

Art. 6º As infrações decorrentes deste Decreto ficarão sujeitas as sanções da Lei Federal nº 9.503/97.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de dezembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

**DECRETO Nº 1.292, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 1.292, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Prorroga prazo de validade do Concurso Público Edital nº 01/2012 e dá outras providências".

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Considerando a previsão legal, bem como a possibilidade de prorrogação do concurso no edital;

Considerando a necessidade de admissão de novos servidores para o bom desenvolvimento dos trabalhos;

Considerando a conveniência da Administração Pública no preenchimento dessas vagas;

Considerando o princípio da economicidade;

Decreta:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 2 (dois) anos a validade do Concurso Público Edital nº 01/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de dezembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 059, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.**

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 059, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

SUPRIME O ART. 324 DA LEI COMPLEMENTAR 033/2011 DO CÓDIGO URBANÍSTICO. Autor: Vereador João Paulo Serpa

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º Fica suprimido o Art. 324 da Lei Complementar nº 33/2011.

Art. 2º Esta Lei Complementar Parlamentar, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de novembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 060, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 060, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA ARTIGOS DA LEI COMPLEMENTAR 042/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art.1º O artigo 4º da Lei Complementar 042/2012 passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º - O valor da contrapartida financeira deverá ser depositado em conta própria da Prefeitura Municipal de Porto Belo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da emissão da guia de pagamento, podendo ser parcelada na forma do parágrafo 1º.

Parágrafo Primeiro - A outorga onerosa de que trata esta lei, poderá ser parcelada de seguinte forma:

I - Em até 12 vezes desde que a parcela mínima seja de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

II - Em até 24 vezes desde que a parcela mínima seja de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com acréscimo de 20% sobre o valor da contrapartida devida.

Parágrafo Segundo - O valor da contrapartida financeira não será restituído em caso de desistência ou qualquer outra forma de renúncia ao direito.

Parágrafo Terceiro: O Município concederá um desconto de 10% (dez por cento) em caso de pagamento à vista da contrapartida financeira.

Parágrafo Quarto: O valor correspondente a outorga onerosa do direito de construir, poderá, a critério do Município, ser substituído por obras de infra estrutura urbana, com o mesmo valor e no bairro em que foi concedida tal outorga.

Art.2º O artigo 7º da Lei Complementar 042/2012 passa a ter a seguinte redação:

Art. 7º - A expedição do alvará de construção estará condicionada a pagamento do valor correspondente a Outorga Onerosa do Direito de Construir ou ao pagamento da parcela correspondente, ficando a expedição do habite-se condicionada ao pagamento total do débito parcelado.

Art. 3º Os demais dispositivos da referida Lei Complementar, permanecerão inalterados.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 03 dias do mês de dezembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**LEI MUNICIPAL Nº 2.232, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.232, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Porto Belo, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 476.00,00 (quatrocentos e setenta e seis mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Funcional-programática: 04.122.0003

Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/4

Valor: R\$ 90.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional-programática: 10.301.0010  
 Atividade: 2.050 - Manutenção do Programa Estratégia de Saúde da Família  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.002/9  
 Valor: R\$ 206.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional-programática: 10.301.0010  
 Atividade: 2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.002/25  
 Valor: R\$ 150.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social  
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
 Funcional-programática: 08.244.0005  
 Atividade: 2.030 - Manut. dos Serviços de Proteção Social Básica  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/13  
 Valor: R\$ 30.000,00

Art. 2º Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes da anulação parcial e total das dotações abaixo elencadas, totalizando 476.00,00 (quatrocentos e setenta e seis mil reais), observada a destinação por fonte de recurso.

Órgão: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano  
 Unidade orçamentária: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano  
 Funcional-programática: 06.182.0004  
 Atividade: 2.016 - Manutenção do Departamento de Trânsito  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/74  
 Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação  
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação  
 Funcional-programática: 12.364.0015  
 Atividade: 2.080 - Incentivo aos Estudantes do Ensino Superior  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.100/53  
 Valor: R\$ 60.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional-programática: 10.301.0010  
 Atividade: 2.049 - Manutenção das Ações Básicas em Saúde Bucal  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.002/3  
 Valor: R\$ 100.000,00  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.002/6  
 Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional-programática: 10.301.0010  
 Atividade: 2.052 - Manutenção do Prog. Agente Comun. de Saúde  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.002/16  
 Valor: R\$ 6.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional-programática: 10.302.0012  
 Atividade: 2.059 - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade - MAC  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.002/72  
 Valor: R\$ 120.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional-programática: 10.302.0012  
 Atividade: 2.054 - Implantação e manutenção do CAPS  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.002/40  
 Valor: R\$ 3.000,00  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.002/42  
 Valor: R\$ 22.000,00  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.002/44  
 Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social  
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
 Funcional-programática: 08.244.0006  
 Atividade: 2.033 - Manut. dos Serviços de Proteção Social Média Complexidade  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/6  
 Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Transp., Obras e Serv. Públicos  
 Unidade orçamentária: 01 - Secretaria de Transp., Obras e Serv. Públicos  
 Funcional-programática: 15.451.0021  
 Projeto: 1.008 - Implantação da Macrodrenagem  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/55  
 Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Transp., Obras e Serv. Públicos  
 Unidade orçamentária: 01 - Secretaria de Transp., Obras e Serv. Públicos  
 Funcional-programática: 15.452.0021  
 Projeto: 1.011 - Aquisição de Máquinas e Equip. p/ Obras  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/63  
 Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 07 - Secretaria de Pesca e Aquicultura  
 Unidade orçamentária: 01 - Secretaria de Pesca e Aquicultura  
 Funcional-programática: 20.606.0024  
 Projeto: 1.012 - Construção de Galpão - Rancho do Pescador  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/89  
 Valor: R\$ 5.000,00  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/90  
 Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 12 - Fundação Municipal Turismo  
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Turismo  
 Funcional-programática: 23.695.0025  
 Projeto: 1.042 - Revitalização da Praia Enseada Encantada  
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/9  
 Valor: R\$ 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de dezembro de 2014  
 EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
 Prefeito de Porto Belo

**LEI MUNICIPAL Nº 2.233, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.233, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º O Programa de Incentivo a revitalização do centro do Município de Porto Belo, consiste em medidas entre o Poder Público e a iniciativa privada, com o objetivo de emoldurar as fachadas dos espaços privados com aplicação de cores e transformação da arquitetura, remetendo tanto quanto possível as tradições luso-brasileiras, como fomento ao desenvolvimento turístico e econômico.

Art. 2º As pessoas físicas ou jurídicas que aderirem ao programa terão incentivo fiscal com a isenção das taxas de licenças para funcionamento do ano de 2015.

Art. 3º O programa de que trata o caput do artigo 1º deverá ser regulamentado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01 de junho do ano de 2014, devendo o chefe do Poder Executivo regulamentá-la no que couber.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de dezembro de 2014

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**LEI MUNICIPAL Nº 2.234, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.234, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
"Estabelece reposição salarial aos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, empregados públicos e aos subsídios dos agentes políticos do Município de Porto Belo e dá outras providências".

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica estabelecida a reposição salarial aos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, empregados públicos e aos subsídios dos agentes políticos do Município de Porto Belo, no percentual de 6,58%, a ser aplicado sobre seus respectivos vencimentos.

Art. 2º O referido reajuste passará a vigorar a partir do mês de janeiro de 2015 e refere-se à revisão geral anual com base no IPCA do mês de novembro de 2013 a outubro do ano corrente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de dezembro de 2014

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**LEI MUNICIPAL Nº 2.235, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.235, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
"ESTABELECE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO"

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica concedida a reposição salarial dos subsídios dos Vereadores do Município de Porto Belo, com base na variação do IPCA (IBGE) compreendendo no período de novembro do ano de 2013 a outubro do ano de 2014, no percentual de 6.59%, a ser aplicado sobre seus respectivos vencimentos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 01 (primeiro) de janeiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de dezembro de 2014

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**LEI MUNICIPAL Nº 2.236, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.236, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
"ESTABELECE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO"

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica concedida a reposição salarial aos servidores do Poder Legislativo do Município de Porto Belo, com base na variação do IPCA (IBGE) compreendendo no período de novembro do ano de 2013 a outubro do ano de 2014, no percentual de 6.59%, a ser aplicado sobre seus respectivos vencimentos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 01 (primeiro) de janeiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de dezembro de 2014

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**LEI MUNICIPAL Nº 2.237, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.237, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
"DA DENOMINAÇÃO À SERVIDÃO" Autor: Vereador João Mendes

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica denominada "João Roslindo" a Servidão com código de logradouro nº 2814, que tem seu início na Avenida José Neoli Cruz e seu término em terras de propriedade da Senhora Rosemeri Maria Gomes Ramos, no Bairro Alto Perequê, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de dezembro de 2014

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo



**LEI MUNICIPAL Nº 2.238, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.238, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Institui a Semana de Orientação, Prevenção e Controle da Osteoporose no Município de Porto Belo e dá outras providências". Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1.º - Fica instituída a Semana de Orientação, Prevenção e Controle da Osteoporose no Município de Porto Belo.

Art. 2.º - A Semana de Orientação, Prevenção e Controle da Osteoporose será realizada, anualmente, na semana com início no dia 20 de outubro, data em que é comemorado o "Dia Mundial da Osteoporose".

Parágrafo Único - A Semana tem o intuito de estabelecer um marco para a abordagem da doença, na qual será ressaltada a importância do diagnóstico precoce, quais seus sintomas, formas de tratamento e de prevenção, bem como a forma de convivência com os seus portadores e, ainda, a divulgação das políticas públicas desenvolvidas no decorrer do ano sobre o assunto.

Art. 3.º - A Semana de Orientação, Prevenção e Controle da Osteoporose compreenderá como parte do Programa de Prevenção, Controle e Orientação da Osteoporose, sendo amplamente divulgada com destaque na realização de seminários, ciclos, palestras e filmes, onde poderão ser convidados profissionais com conhecimentos específicos em áreas relativas à questão, para que participem da definição dos procedimentos informativos e demais ações educativas.

Parágrafo único. O objetivo de que trata o "caput" deste artigo é a conscientização da população sobre diagnóstico preventivo, controle e tratamento da doença.

Art. 4.º - O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Saúde, promoverá e coordenará a realização dos eventos e ações da Semana de Orientação, Prevenção e Controle da Osteoporose.

Art. 5.º - Para a realização da referida Semana, a Secretaria Municipal de Saúde poderá celebrar convênios e parcerias com instituições públicas ou privadas ou entidades da sociedade civil organizada que atuem ou tenham comprometimento com a questão da osteoporose.

Art. 6.º - A Semana também deverá ser executada em Unidades de Saúde, Escolas, e demais espaços público ou privados, com pessoal treinado informando e orientando a população sobre os cuidados abordados no tema.

Art. 7.º - As despesas oriundas da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias para campanhas educativas em saúde, suplementadas se necessário.

Art. 8.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de dezembro de 2014

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**LEI MUNICIPAL Nº 2.239, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.239, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Cria o Programa de Orientação, Prevenção e Controle da Osteoporose no Município de Porto Belo e dá outras providências". Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1.º - Fica criado o Programa de Orientação, Prevenção e Controle da Osteoporose no Município de Porto Belo.

Art. 2.º - O Programa de Orientação, Prevenção e Controle da Osteoporose a realizar-se no Município de Porto Belo terá entre seus objetivos:

I - implementar ações voltadas ao diagnóstico, à prevenção, e acompanhamento de pacientes com osteoporose;

II - promover o acesso aos serviços de saúde e incrementar a qualidade do atendimento;

III - organizar, regulamentar, acompanhar e avaliar as ações de saúde voltadas à prevenção e tratamento da osteoporose.

Art. 3.º O Programa de Orientação, Prevenção e Controle da Osteoporose constará também:

I - prestação de atenção básica às vítimas de osteoporose;

II - prescrição de remédios para a prevenção e combate à doença;

III - monitoramento do desempenho do Programa;

IV - criação e manutenção de bancos de dados em cada Unidade de Saúde;

V - promoção de campanhas junto ao público;

VI - capacitação do público sobre os cuidados com o tema.

Art. 4.º - O referido Programa será colocado em prática pelo Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Belo.

Art. 5.º - Caberá ainda à Secretaria Municipal de Saúde à promoção de eventos sobre prevenção, o controle e a orientação sobre a osteoporose, a divulgação de serviços específicos para o atendimento dessa patologia, assim como a Semana Municipal de Orientação, Prevenção e Controle da Osteoporose.

Art. 6.º - A Secretaria Municipal de Saúde poderá contar com a criação e orientação de grupos multidisciplinares de apoio aos portadores da osteoporose e seus familiares.

Art. 7.º - Os grupos de apoio aos portadores com osteoporose têm como objetivo:

I - assegurar aos enfermos a assistência médica e os devidos acompanhamentos;

II - esclarecer dúvidas sobre os cuidados com a osteoporose, saúde do paciente, cuidados com alimentação, locomoção, risco de fraturas, exames, entre outros cuidados;

III - auxiliar as famílias no relacionamento com os portadores de osteoporose.

IV - promover a discussão e divulgação dos tratamentos existentes e disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), para o combate e prevenção à osteoporose junto aos programas e projetos sociais já desenvolvidos.

Art. 8.º - Caberá à Secretaria Municipal da Saúde discutir os fatores que resultam em alto risco, como:

I - menopausa precoce (antes dos 45);

II - histórico familiar de fraturas em mulheres mais idosas;

III - etnia caucasiana/asiática;

IV - baixa ingestão de cálcio;

V - baixa estatura ou baixo peso;

VI - consumo de álcool em excesso;

VII - estilo de vida sedentário;

VIII - fumo;

IX - uso de corticóides.

Art. 9.º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de dezembro de 2014

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

# Porto União

## PREFEITURA

### LEI Nº 4.291/2014

LEI Nº 4.291, de 04 de dezembro de 2014.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, para o Exercício Financeiro do ano 2015, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em R\$ 87.804.600,00 (Oitenta e sete milhões, oitocentos e quatro mil e seiscentos reais) e fixa a Despesa em igual importância.

Art. 2º A Receita será realizada pela arrecadação de tributos, transferências, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor, relacionadas no Anexo I e obedecida a seguinte classificação:

1 - RECEITAS DE ARRECADAÇÃO – CONSOLIDADO		
1.1 - Receitas Correntes		77.227.800,00
1.1.1 - Receita Tributária	9.658.000,00	
1.1.2 - Receita Patrimonial	9.020.000,00	
1.1.3 - Receita de Contribuições	4.070.000,00	
1.1.4 - Receita de Serviços	13.200,00	
1.1.5 - Transferências Correntes	51.936.600,00	
1.1.6 - Outras Receitas Correntes	2.530.000,00	
1.2 - Receitas de Capital		13.850.400,00
1.2.1 - Operações de Crédito	3.000.000,00	
1.2.2 - Alienação de Bens	110.000,00	
1.2.3 - Transferências de Capital	10.740.400,00	
1.3 - Receitas Intraorçamentárias		2.802.800,00
1.3.1 - Receitas Intraorçamentárias Correntes	2.640.000,00	
1.3.2 - Receitas Intraorçamentárias de Capital	162.800,00	
Total de Receita Administrativa Direta e Indireta		87.804.600,00

Art. 3º A Despesa será realizada de acordo com a discriminação apresentada nos anexos que integram a presente Lei, por modalidade de despesa, de acordo com o estabelecido através de legislação vigente, distribuída nos órgãos:

1 - Poder Legislativo		
1.1 - Câmara Municipal		2.640.000,00
2 - Poder Executivo		
2.01 - Governo Municipal		1.100.000,00
2.02 - Secretaria Municipal de Planejamento		418.000,00
2.03 - Secretaria Municipal da Administração e Esporte		3.025.000,00
2.04 - Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade		787.600,00

2.05 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	3.623.400,00
2.06 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos	22.244.500,00
2.07 - Secretaria Municipal de Agricultura	880.000,00
2.08 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	382.800,00
2.09 - Encargos Gerais do Município	3.803.800,00
2.10 - Sec. Mun.de Desenvolv. Econômico Sustentável e Meio Ambiente	303.600,00
2.11 - Dívida Fundada Interna	1.067.000,00
2.12 - Reserva de Contingência	220.000,00
Total Despesa Orçamentária da Administração Direta - Executivo	37.855.700,00
TOTAL DESPESA ADMINISTRAÇÃO DIRETA COM LEGISLATIVO	40.495.700,00

Art. 4º Os orçamentos da Administração Indireta terão a seguinte constituição:

2 - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Órgãos Adm. Indireta			DESPESA
2.1 - Fundo Municipal de Saúde			
Despesa Orçamentária			14.390.200,00
Subtotal			14.390.200,00
2.2 - Fundação Municipal de Cultura			
Despesa Orçamentária			242.000,00
Subtotal			242.000,00
2.3 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente			
Despesa Orçamentária			38.500,00
Subtotal			38.500,00
2.4 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Despesa Orçamentária			822.800,00
Subtotal			822.800,00
2.5 - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - IMPRESS			
Despesa Orçamentária			11.239.800,00
Subtotal			11.239.800,00
2.6 - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de P.U.-AMASPU			
Despesa Orçamentária			2.640.000,00
Subtotal			2.640.000,00
2.7 - Fundo Municipal Reequipamento do Corpo de Bombeiros – FUNREBOM			
Despesa Orçamentária			484.000,00
Subtotal			484.000,00
2.8 - Fundo Municipal de Educação			
Despesa Orçamentária			17.451.600,00



Subtotal			17.451.600,00
TOTAL DESPESA ADM. INDIRETA			47.308.900,00
TOTAL ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO			87.804.600,00

Art. 5º O Executivo Municipal, fundamentado na Constituição Federal e na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos termos dos Artigos 7º e 43, itens e parágrafos, fica autorizado:

I- abrir créditos suplementares conforme artigo 35 da Lei nº 4262/14, para dotações dos órgãos da Administração Direta e Indireta que se tornarem insuficientes no decorrer do Exercício, utilizando como recursos os previstos no Artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64;

II- proceder abertura de créditos adicionais em dotações de despesas determinadas pelo recebimento de subvenções, contribuições, auxílios a convênios para aplicações em despesas vinculadas, tendo como limite o valor dos recursos recebidos;

III- realizar operações de crédito até o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), dentro das normas de capacidade de endividamento do Banco Central e da legislação vigente, com Lei específica para cada operação de crédito;

IV- instituir através de Decretos os orçamentos da Administração Indireta e Fundos, por modalidade;

V- promover ajustes orçamentários, financeiros e contábeis, decorrentes de reorganização administrativa e do efetivo comportamento da receita;

VI- transferir recursos às APMs e APPs de escolas municipais, referente Dinheiro Direto na Escola através de Convênios; e

VII- firmar convênios com outros entes da Federação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

## Rio do Sul

### PREFEITURA

#### 1º TERMO ADITIVO - JUDIT MARIA BACH MULLER

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 349/2014, firmado em 10/10/2014, com término previsto para 12/11/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JUDIT MARIA BACH MULLER, portador(a) do CPF nº 652.245.079-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 349/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 349/2014, iniciando-se a prorrogação em 13/11/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10/11/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JUDIT MARIA BACH MULLER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

#### 1º TERMO ADITIVO - LAISE VERSINO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 347/2014, firmado em 07/10/2014, com término previsto para 08/11/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LAISE VERSINO, portador(a) do CPF nº 069.052.669-57, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 347/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 347/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/11/2014 e encerrando-se em 19/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/11/2014.

\_\_\_\_\_  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

LAISE VERSINO  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

### **3º TERMO ADITIVO - GEANI CRISTINA GODOY BRIDI**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 74/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI, portador(a) do CPF nº 041.307.129-42, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 74/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 74/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

\_\_\_\_\_  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

### **3º TERMO ADITIVO - JOANES MONTIBELLER**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 158/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOANES MONTIBELLER, portador(a) do CPF nº 051.043.229-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 158/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 158/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

\_\_\_\_\_  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

JOANES MONTIBELLER  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

### **4º TERMO ADITIVO - GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 74/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI, portador(a) do CPF nº 041.307.129-42, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 74/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 74/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

### DECRETO Nº 4459, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4459, de 08 de dezembro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, do artigo 12 da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/13,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:
----------	---

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	35.000,00
	TOTAL	R\$	35.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:
----------	---

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
2.073	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Aplicações Diretas

01000000	Recursos Ordinários	R\$	35.000,00
	TOTAL	R\$	35.000,00

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação
----------	---

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.

08 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### EDITAL Nº 03/14, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014 - SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE HABITAÇÃO

EDITAL - 03/14 - SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

A prefeitura Municipal de Rio do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, atendendo a Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013 do Ministério das Cidades, o Decreto Municipal nº 3626, de 29 de setembro de 2013, com base no Termo de Compromisso firmado entre a Prefeitura e o Ministério das Cidades, torna pública as regras de sorteio para selecionar beneficiários para o empreendimento habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida- Faixa 1, conforme especificado a seguir:

#### 1. Objeto

1.1 - O presente Edital tem objeto sortear 300 (trezentas) unidades habitacionais do empreendimento RESIDENCIAL MARCOLINO MARTINHO FELIPPE, localizado na Rua Valdomiro da Silva, no Bairro Barra do Trombudo, Rio do Sul/SC.

#### 2. Participantes

2.1 - Participarão do sorteio candidatos inscritos no Programa Minha Casa Minha Vida, no Departamento de Habitação, que integra a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação - Prefeitura de Rio do Sul/SC, por meio de inscrições realizadas até a data da publicação do presente Edital.

2.2 - Foram excluídos do sorteio os candidatos inscritos que não se enquadram nos critérios do Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1, conforme o disposto no ANEXO 01, e candidatos que prestaram informações incorretas ou ilegíveis sobre número de Cadastro da Pessoa Física (CPF), Número de Identificação Social (NIS), nome dos beneficiários e demais informações do cadastro de inscrição.

2.3 - Para efeito desse sorteio foram considerados candidatos que atendem até 04 (QUATRO) critérios de prioridade, isolados ou simultaneamente, atendendo ao disposto na Linha b, Item 5.5, da Portaria 595, de 2013, do Ministério das Cidades.

2.4 - Serão atendidos diretamente, sem necessidade de sorteio para o referido 'Residencial', os candidatos que atendam entre 05 (cinco) e 06 (seis) critérios de prioridade, simultaneamente, além do disposto na linha a, Item 5.5, da Portaria 595, de 2013, do Ministério das Cidades.

2.5 - Serão atendidos diretamente, sem necessidade de sorteio para o referido 'Residencial', os candidatos provenientes de

situação de emergência ou calamidade pública (Decreto nº 2.088 de 08 de setembro de 2011) até o limite de 50% das unidades disponíveis, que se enquadrem no critério de renda de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

2.6 - Os candidatos são responsáveis pelas informações prestadas e respondem sob as penas do Artigo 299 do Código Penal.

### 3. Sorteio

3.1 - O sorteio público e aleatório de unidades habitacionais ocorrerá no dia 10 de dezembro do corrente ano, às 13hs30min no Bloco G da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI, Rua Guilherme Gemballa, nº 13 - Centro - Rio do Sul/SC e será realizado por meio físico abrangendo certames conforme descrito a seguir:

**SORTEIO 01** - Sorteio de 20 (VINTE) unidades habitacionais destinadas à pessoa com deficiência ou a famílias de que façam parte pessoas com deficiência, conforme disposto no item 5.3 da Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013 do Ministério das Cidades e art. 1º da Lei Municipal nº 5087, de 07 de dezembro de 2010 referentes a 07 (sete) por cento do número de unidades habitacionais do empreendimento.

**SORTEIO 02** - Sorteio de 09 (NOVE) unidades habitacionais destinadas a candidatos Idosos, referentes a 03 (três) por cento do número de unidades habitacionais do empreendimento, conforme estabelece a Lei 10.741, de 01 de Outubro de 2003, e suas alterações, e o Item 5.2 da Portaria nº 595, de 18 de Dezembro de 2013, do Ministério das Cidades.

**SORTEIO 03** - Sorteio de 75% (Setenta e cinco por cento) de unidades habitacionais do número total de unidades habitacionais do empreendimento destinadas a candidatos do GRUPO I, que atendam de 03 (TRÊS) a 04 (QUATRO) critérios de prioridade, descontadas as unidades habitacionais destinadas a candidatos que atendam a famílias em que integram pessoa com deficiência e idosos e áreas de risco, somados os grupos familiares remanescentes dos sorteios 01 e 02, totalizando 283 grupos familiares.

**SORTEIO 04** - Sorteio de 25% (vinte e cinco por cento) de unidades habitacionais destinadas aos candidatos do GRUPO II, que atendam de 0 (ZERO) a 02 (DOIS) critérios de prioridade, do número total de unidades do empreendimento já descontadas as unidades habitacionais dos sorteios 01, 02 integrantes de áreas de risco, totalizando 163 candidatos.

**SORTEIO 05** - Sorteio de 30% (trinta por cento) de candidatos SUPLENTEs, do número de candidatos sorteados no Sorteio 03, em ordem numérica crescente, que serão considerados beneficiários respeitando a sequência numérica do Sorteio somente se houver desistência ou incompatibilidade de candidatos sorteados no Sorteio 03.

**SORTEIO 06** - Sorteio de 30% (trinta por cento) de candidatos SUPLENTEs do número de candidatos sorteados no Sorteio 04, em ordem numérica crescente, que serão considerados beneficiários respeitando a sequência numérica do Sorteio somente se houver desistência ou incompatibilidade de candidatos sorteados no Sorteio 04.

3.2 - os critérios do Programa Minha Casa Minha Vida, faixa 01, a serem utilizados como base para este Edital estão dispostos no ANEXO 1.

3.3 - A divulgação do resultado do sorteio será realizada por meio da página da Prefeitura de Rio do Sul, na internet e pelo Diário Oficial do Município, em listagem com o nome, o critério de seleção e

os três primeiros dígitos do CPF dos beneficiários.

3.4 - o resultado do sorteio será enviado para o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social conforme o Item 5.10 da Portaria Nº 595, de 18 de Dezembro de 2013, do Ministério das Cidades.

### 4. Das obrigações do Beneficiário

4.1 - Os beneficiários deverão comparecer ao Departamento de Habitação que integra a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, portando os documentos relacionados no ANEXO 02 e deverão prestar as informações e assinar os documentos e declarações que forem exigidos pelas regras do Programa Minha Casa Minha Vida, pelo Agente Financeiro e pela Prefeitura de Rio do Sul;

4.2 - os beneficiários serão contatados por meio de telefone ou por carta, considerando os dados do cadastro de inscrição;

4.3 - os beneficiários que não comparecerem ao Departamento de Habitação /SMASH após o sorteio para apresentarem a documentação completa, no prazo de 15 (QUINZE) dias, automaticamente serão substituídos pelos candidatos suplentes sorteados.

4.4 - os candidatos suplentes sorteados serão convocados para preenchimento das vagas de acordo com a colocação na ordem do sorteio de suplente do certame;

4.5 - os candidatos suplentes serão contatados por meio de telefone ou por carta, considerando os dados do cadastro de inscrição e terão igualmente o prazo de 15 (quinze) dias para comparecer ao Departamento de Habitação/SMASH e apresentar documentação completa;

4.6 - os candidatos suplentes que não forem contemplados no empreendimento objeto deste Edital retornarão para o cadastro do município.

4.7 - Caso o número de adesões dos candidatos suplentes não preencha o número de unidades disponíveis, será realizado novo sorteio.

### 5. Da convocação para o processo de contratação da unidade habitacional.

5.1 - Os candidatos contemplados serão submetidos pela Caixa Econômica Federal, por intermédio do número de seus CPF's, a pesquisas cadastrais previstas no Programa Minha Casa Minha Vida, visando à comprovação das informações prestadas e, posterior, aprovação dos candidatos.

5.2 - os candidatos considerados incompatíveis pela Caixa Econômica Federal não serão convocados para participar do processo de contratação das unidades habitacionais e poderão saber a razão da incompatibilidade no Departamento de Habitação, que integra a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação.

GABINETE DO PREFEITO  
09 de dezembro de 2014  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul



## ANEXO I

## CRITÉRIOS PARA ENQUADRAMENTO E PRIORIDADES - PMCMV

## CONDIÇÕES PARA ENQUADRAMENTO:

Para participar do Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1, no município de Rio do Sul/SC, o candidato deve atender as seguintes condições:

- 1 - Ter idade mínima de 18 anos;
- 2 - Ter renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00;
- 3 - Não possuir imóvel próprio;
- 4 - Não ter sido beneficiado anteriormente por programas de habitação de interesse social;
- 5 - Prestar informações corretas e legíveis.

## CRITÉRIOS DO PMCMV

São critérios de priorização para o Programa Minha Casa Minha Vida, considerando a Lei 11.977, de 07 de julho de 2009, a Portaria 595, de 18 de dezembro de 2013 do Ministério das Cidades, e o Decreto Municipal nº 3626, de 29 de setembro de 2013, da Prefeitura de Rio do Sul/SC:

## Critérios Nacionais:

- a) Famílias residentes em áreas de risco ou insalubre ou que tenham sido desabrigadas;
- b) Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- c) Famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

## Critério local:

- a) Residir no município desde no mínimo 08 de março de 2011.
- b) Famílias que habitam ou trabalham próximos à região do empreendimento, de forma a evitar deslocamentos interurbanos extensos;
- c) Famílias das quais façam parte crianças (0 a 11 anos, 11 meses e 29 dias).

## ANEXO II

## DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O PMCMV

O candidato sorteado deverá comparecer no Departamento de Habitação, que integra a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, com os seguintes documentos:

- 1 - RG (Identidade) atualizada de acordo com o estado civil
- 2 - CPF - atualizado e de acordo com o estado civil
- 3 - NIS
- 4 - Certidão de nascimento e/ou de casamento
- 5 - Averbação de divórcio e/ou separação na Certidão de Casamento.
- 6 - Atestado Médico com CID - Classificação Internacional de Doenças - dos membros das famílias que apresentem deficiência física, mental, auditiva, visual e nanismo.

Os beneficiários deverão ainda, assinar as declarações exigidas pelo Agente Financeiro e Prefeitura de Rio do Sul/SC. Todos os documentos devem estar legíveis e sem rasuras.

## ANEXO III

A Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação torna pública - as informações técnicas - sobre o Sorteio de Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida para o Residencial Marcolino Martinho Felipe.

## Sobre o Sorteio

As unidades habitacionais serão sorteadas por meio físico, realizado em evento público, divulgado com antecedência de 01 (um) dia, possibilitando a participação de representantes da sociedade

e interessados no Programa Minha Casa Minha Vida.

A lista de inscritos aptos até as datas definidas no Edital será utilizada como base para o sorteio das unidades habitacionais. Aos inscritos é atribuído um número utilizado como referência para sorteio.

**MARLENE DE FATIMA OLIVEIRA DA ROSA - 3º E 4º TERMOS ADITIVOS**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 130/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLENE FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA, portador(a) do CPF nº 544.968.610-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 130/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 130/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

## Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARLENE FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 130/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLENE FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA, portador(a) do CPF nº 544.968.610-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 130/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:



"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 130/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

MARLENE FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

#### **MARLI MAKOSKI - 3º E 4º TERMOS ADITIVOS**

4º Termo Aditivo a Contrato Administrativo nº 107/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI MAKOSKI, portador(a) do CPF nº 704.018.610-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 107/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 107/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

MARLI MAKOSKI  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 107/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI MAKOSKI, portador(a) do CPF nº 704.018.610-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 107/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 107/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

MARLI MAKOSKI  
Contratado(a)

Testemunhas:  
Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

#### **MARLI TERESINHA FRONZA SOARES - 3º E 4º TERMOS ADITIVOS**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 23/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI TERESINHA FRONZA SOARES, portador(a) do CPF nº 891.489.409-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 23/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 23/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

\_\_\_\_\_  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

MARLI TERESINHA FRONZA SOARES  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 23/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08//2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI TERESINHA FRONZA SOARES, portador(a) do CPF nº 891.489.409-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 23/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 23/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

\_\_\_\_\_  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

MARLI TERESINHA FRONZA SOARES  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

#### **NILSON CLOVIS TRENTINI - 4º TERMO**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NILSON CLOVIS TRENTINI, portador(a) do CPF nº 484.724.769-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 3/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

\_\_\_\_\_  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

NILSON CLOVIS TRENTINI  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

#### **PAMELA CRISTINE FILAGRANA - 4º TERMO ADITIVO**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2014, firmado em 24/03/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PAMELA CRISTINE FILAGRANA, portador(a) do CPF nº 057.620.259-26, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 281/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 29/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

\_\_\_\_\_  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

PAMELA CRISTINE FILAGRANA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

#### **PAMELA CRISTINE FILAGRANA - 5º TERMO ADITIVO**

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2014, firmado em 24/03/2014, com término previsto para 29/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PAMELA CRISTINE FILAGRANA, portador(a) do CPF nº 057.620.259-26, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 281/2014, iniciando-se a prorrogação em 30/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/10/2014.

\_\_\_\_\_  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

PAMELA CRISTINE FILAGRANA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

#### **PORTARIA N. 1223/RH**

PORTARIA N. 1223/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando Depto de Patrimônio n. 217/2014, emitido pelo Departamento de Patrimônio e documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 023/2014, para apurar os fatos relatados no memorando citado acima, onde teria ocorrido o furto de aproximadamente 15 quilos de carne de frango congelada do Centro Integrado de Atenção à Comunidade - CONVIVA, na data de 19/11/2014.

Art. 2º. Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0079/RH, de 30 de janeiro de 2014, alterada pela Portaria 0725/RH, de 23 de junho de 2014, para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art. 3º. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de dezembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

#### **PORTARIA N. 1240/RH**

PORTARIA N. 1240/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Nome	Matrícula	Cargo	Protocolo	N. do Adicional por Capacitação Profissional
BIANKA REGINA DA SILVA	2755301	ENGENHEIRO CIVIL	130780/2011	2º
CAROLINE SCHUHMACHER AMORIM	3182801	CIRURGIÃO DENTISTA	124692/2010	2º
CAROLINE SOSTER CANDIDO	3545401	ENFERMEIRO	139521/2013	1º
CLAUDIA SIMARA BEBER	536301	FISCAL DE TRIBUTOS	150724/2014	2º
FABRICIO ULHMANN	3294801	AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	150407/2014	1º
FERNANDA MABEL FELTRIN ODEBRECHT	3504102	AGENTE ADMINISTRATIVO	127328/2011	2º
IVONE TEREZINHA MENEZELLI LOURENÇO	3250601	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	150349/2014	1º
JOSE COELHO	3305701	MOTORISTA DE CAMINHÃO	150450/2014	1º
ROMULO AUGUSTO BORGES	3555701	FARMACEUTICO	130331/2011	2º
VANESSA FEY	3119401	AGENTE ADMINISTRATIVO	123259/2010	3º

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de dezembro de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

#### **PORTARIA N. 1241/RH**

PORTARIA N. 1241/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora CATARINA FELIPONI MEURER, matrícula n. 827301, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor I, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124269/2010, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar

n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lso

#### **PORTARIA N. 1242/RH**

PORTARIA N. 1242/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora MARGARETE LAMEGO, matrícula n. 137601, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 150176/2014, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de dezembro de 2014, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lso

#### **PORTARIA Nº 1243/2014**

PORTARIA Nº. 1243/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Remover para o Centro de Educação Infantil Augusto Bosco, a partir de 02/12/2014, a servidora MARLETE ZABEL MORETTI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, 40h, lotada no Centro de Educação Infantil Déa Bornhausen, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores, Memorando SMA nº 346/2014/ADM/RH e Memorando SME/GAB nº 590/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csvf



**PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA - 2º TERMO**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 078/2014 firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/07/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA portador(a) do CPF nº 063.542.649-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 078/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência**  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 078/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/07/2014 e encerrando-se em 04/08/2014.”

**Cláusula Segunda - Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/07/2014.  
CARLOS ALBERTO LUITHARDT  
Secretário de Administração

PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.	Nome:.
CPF:.	CPF:.

**RAULINO WEISE - 3º TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 185/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RAULINO WEISE, portador(a) do CPF nº 466.493.019-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 185/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 185/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

RAULINO WEISE  
Contratado(a)

Testemunhas:  
Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**REGIANE APARECIDA ESPINDOLA - 3º TERMO**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 73/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) REGIANE APARECIDA ESPINDOLA, portador(a) do CPF nº 852.361.879-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 73/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 73/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

REGIANE APARECIDA ESPINDOLA  
Contratado(a)

Testemunhas:  
Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:



**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 773 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014**

RESOLUÇÃO No 773, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza pagamento meia diária e indenização de transporte a Vereadora.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de meia diária a vereadora Maria Helena Zimmermann no valor de R\$ 145,57 (cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) para participar de reunião com o Secretário de Esportes, Cultura e Lazer de Santa Catarina, Sr. Filipe Mello, para tratar de assuntos referentes a verbas e projetos para o esporte de Rio do Sul, no dia 10 de dezembro de 2014, na cidade de Florianópolis - SC

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis - SC, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 8 de dezembro de 2014.

JAIME SBORZ Presidente da Mesa	CARISO SÁVIO GIACOMINI Vice Presidente da Mesa
JANARA MAFRA 1ª Secretária	ZELI DA SILVA 2ª Secretária

**Salto Veloso****PREFEITURA****DECRETO MUNICIPAL Nº 095/2014**

DECRETO Nº 095 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Orçamentária Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 27.397,65 (Vinte e Sete Mil Trezentos e Noventa e Sete Reais e Sessenta e Cinco Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 4.014 - MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE

Categoria Econômica 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 12.505,33

Fonte: 02.02

RED: 6

Órgão: 03. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 4.014 - MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE

Categoria Econômica 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 14.892,32

Fonte: 02.02

RED: 7

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 03. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 4.014 - MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE

Categoria Econômica 3.3 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 8.796,28

Fonte: 02.02

RED: 8

Órgão: 03. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 4.014 - MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE

Categoria Econômica 4.4 - INVESTIMENTOS

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 1.000,00

Fonte: 02.02

RED: 10

Órgão: 03. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 4.014 - MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE

Categoria Econômica 4.4 - INVESTIMENTOS

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 17.601,37

Fonte: 02.02

RED: 11

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Salto Veloso - SC, 08 de Dezembro de 2014.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 096/2014**

DECRETO Nº 096 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Orçamentária Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.005 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE ADM. E FINANÇAS

Categoria Econômica 3.3 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 01.00

RED: 8

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.005 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE ADM. E FINANÇAS

Categoria Econômica 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 01.00

RED: 4

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Salto Veloso - SC, 08 de Dezembro de 2014.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

# Santa Cecília

## PREFEITURA

**DECRETO MUNICIPAL DE PROGRAMAÇÃO DAS METAS DE RECEITA E DESPESA 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

DECRETO Nº, DE 08 DEZEMBRO DE 2014.

ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO E AS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, Prefeito Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 104, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no Artigo 8º e Artigo 13º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, (LRF),

DECRETA

Art. 1º. Ficam estabelecidos a programação financeira, o cronograma de execução mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação pertinentes a execução orçamentária do Município de Santa Cecília para o exercício financeiro de 2015, de acordo com os quadros demonstrativos constantes dos Anexos I e II deste decreto, em cumprimento as normas fixadas pelo Artigo 8º e Artigo 13º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - (LRF).

Art. 2º. Ficam aprovados a programação financeira, o cronograma de execução mensal de desembolso e as metas bimestrais constantes dos Anexos I e II deste Decreto, os quais fazem parte integrante e inseparável do mesmo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Santa Cecília, 08 dezembro 2014.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

Este decreto foi publicado no átrio  
Da Prefeitura Municipal na data de  
08 dezembro 2015

TARSSO LUIZ RHODEN

Secretário de Administração e Finanças

**PROGAMAÇÃO DAS METAS DE RECEITA E DESPESA 2015**

					ESTADO DE SANTA CATARINA								
					MUNICIPIO DE SANTA CECILIA								
	Demonstrativo do cronograma de execução mensal de desembolso para 2015 (Art. 8º da LRF)												
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA												Em R\$ 1.000,00	
Espicificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Desp. Corrente	1.385	1.422	1.675	1.465	1.475	1.486	1.610	1.657	1.677	1.508	1.459	1.883	18.702
Pessoal e Encargos	685	717	750	755	760	761	765	742	742	743	744	1.235	9.399
Juros e Encargos	25	25	25	20	15	15	15	15	15	15	15	15	215
Outras Despesas	675	680	900	690	700	710	830	900	920	750	700	633	9.088
Capital	883	1.405	1.700	1.412	1.390	1.190	1.290	1.353	1.087	1.170	1.383	850	15.113
Investimento	400	1.200	1.500	1.222	1.200	1.000	1.100	1.183	917	1.000	1.213	500	12.435
Amortização	483	205	200	190	190	190	190	170	170	170	170	150	2.478
Reserva Contingencia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200	200
Total	2.268	2.827	3.375	2.877	2.865	2.676	2.900	3.010	2.764	2.678	2.842	2.733	33.815
FUNDO DE SAUDE DE SANTA CECILIA													
Espicificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Desp. Corrente	405	525	470	500	520	530	540	560	575	578	623	770	6.596
Pessoal e Encargos	270	275	290	300	310	315	320	330	340	350	373	650	4.123
Outras Despesas	135	250	180	200	210	215	220	230	235	228	250	120	2.473
Capital	100	70	150	150	170	200	80	85	83	80	70	35	1.273
Investimento	100	70	150	150	170	200	80	85	83	80	70	35	1.273
Total	505	595	620	650	690	730	620	645	658	658	693	805	7.869
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES													
Espicificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Desp. Corrente	12	13	11	12	13	13	15	14	14	14	13	22	166
Pessoal e Encargos	4	4	4	4	5	5	5	5	5	5	5	10	61
Outras Despesas	8	9	7	8	8	8	10	9	9	9	8	12	105
Capital	5	7	5	15	12	12	7	7	8	8	13	10	109
Investimento	5	7	5	15	12	12	7	7	8	8	13	10	109
Total	17	20	16	27	25	25	22	21	22	22	26	32	275
CAMARA DE VEREA-DORES													
Espicificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Desp. Corrente	71	78	79	79	78	78	85	82	81	84	71	140	1.006

Pessoal e Encargos	65	70	70	70	68	68	73	72	71	74	59	130	890
Outras Despesas	6	8	9	9	10	10	12	10	10	10	12	10	116
Capital	10	25	30	30	30	30	30	27	25	20	5	2	264
Investimento	10	25	30	30	30	30	30	27	25	20	5	2	264
Total	81	103	109	109	108	108	115	109	106	104	76	142	1.270
TOTAL GERAL	2.871	3.545	4.120	3.663	3.688	3.539	3.657	3.785	3.550	3.462	3.637	3.712	43.229

Santa Cecília, 08 dezembro 2014

	DOMINGOS SCARIOT JUNIOR					JOÃO ERNESTO STÉDILE					TARSSO LUIZ RHODEN		
	PREFEITO MUNICIPAL					Contador Geral do Município					SEC ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
						CRC 028049/O-2							

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000473/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LYC3466	55665899C		13/03/2012
MBW8425	55666033C		08/03/2012
MJK1242	55665979C		09/03/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	167		
5207-0	1695738-0	186 * II	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000497/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
CIP8681	55666047C	05/10/2012	
KBT3722	55666046C	27/09/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000475/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
DWA8880	54761185C		09/04/2012
LYY1553	54761176C		01/04/2012
LZV7862	55666024C		15/01/2012
MAT5053	54761186C		09/04/2012
MKL0079	55666110C		25/04/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
6920-0	233		
5045-0	162 * V		
6637-1	230 * IX		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000416/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LXU6545		55665732C	04/06/2011
MIL1377		55665816C	18/04/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V6912-0	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000357/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LYA6009		54760999C	08/07/2010
MCA7627		55665240C	09/07/2010
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-2	1675185-1	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000462/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MAB2081	55665792C	22/01/2012	
MEY1125	55665337C	14/01/2012	
MIL1377	55665891C	16/01/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5142-0	164 c/c 162 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000499/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MBG0015	55666264C		19/10/2012
MBG0015	55666265C		19/10/2012
MDK2000	55666270C		07/11/2012
MDK2000	55666271C		07/11/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
6408-0	221		
5010-0	162 * I5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000494/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
APR5259	55666205C	05/10/2012	
APR5259	55666206C	05/10/2012	
MCM7423	55666207C	18/10/2012	
MCM7423	55666416C	18/10/2012	
MCM7423	55666417C	18/10/2012	
MIK3684	55666415C	07/10/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6599-2	230 * V		
5274-2	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000472/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ICH7922	55666072C	13/03/2012	
~WU2432	55665985C	30/03/2012	
~WU2432	55665986C	30/03/2012	
LZJ7988	55666107C	20/03/2012	
LZY6791	55666074C	13/03/2012	
MBA6259	54761189C	09/04/2012	
~BI1512	55665983C	26/03/2012	
~BI1512	55665984C	26/03/2012	
MBW8425	55666030C	08/03/2012	
~BW8425	55666031C	08/03/2012	
~BW8425	55666032C	08/03/2012	
MDQ0470	55666071C	13/03/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
6920-0	233		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6599-2	230 * V		
6912-0	232		
6610-2	230 * VII		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000466/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LXT1398	55665947C		13/02/2012
MBP8833	54761157C		05/02/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	1675207-0	169	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO  
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8424  
000371/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ANK6036	55665425C	23/11/2010	
ASK0016	54760533C	21/11/2010	
BTD0837	55665428C	26/11/2010	
BTD0837	55665429C	26/11/2010	
DRI9452	55665674C	21/11/2010	
GLS2435	55665389C	26/11/2010	
GLS2435	55665390C	26/11/2010	
JVB9000	55665386C	17/11/2010	
LWW6029	55665554C	10/11/2010	
LYC3515	55665552C	10/11/2010	
LYW1663	55665422C	17/11/2010	
LZB4014	55665476C	13/11/2010	
LZB4014	55665477C	13/11/2010	
LZB4014	55665559C	13/11/2010	
LZB4014	55665561C	13/11/2010	
LZG0128	55665479C	15/11/2010	
LZG0128	55665480C	15/11/2010	
LZG2898	55665692C	27/11/2010	
LZG2898	55665693C	27/11/2010	
LZG2898	55665694C	27/11/2010	
MAC1372	55665658C	21/11/2010	
MAC1372	55665659C	21/11/2010	
MBJ8721	55665651C	13/11/2010	
MBJ8721	55665653C	13/11/2010	
MBJ8721	55665655C	13/11/2010	
MBS7450	55665695C	27/11/2010	
MDC6967	54760037C	31/10/2010	
MDU3518	55665667C	21/11/2010	
MED2411	55665696C	27/11/2010	
MED2411	55665697C	27/11/2010	
MED2411	55665698C	27/11/2010	
MHV6538	55665656C	21/11/2010	
MHV6538	55665657C	21/11/2010	
MHV6538	55665690C	27/11/2010	
MHV6538	55665691C	27/11/2010	
MHW2779	55665663C	21/11/2010	
MHW2779	55665664C	21/11/2010	



## Infr./Desd. Enquadramento

6637-2	230 * IX
6610-2	230 * VII
5010-0	162 * I
5118-0	164 c/c 162 * I
7340-0	252 * IV
6599-2	230 * V
6920-0	233
5274-1	175
6637-1	230 * IX
6912-0	232
7285-0	250 * III
6548-2	229
6580-0	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000488/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZG0128	55666202C	24/08/2012	
LZG0128	55666256C	19/08/2012	
LZG0128	55666409C	19/08/2012	
LZG0128	55666410C	19/08/2012	
LZG0128	55666411C	24/08/2012	
MDZ9375	55666041C	04/08/2012	
MDZ9375	55666042C	04/08/2012	
MDZ9375	55666043C	04/08/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5118-0	164 c/c 162 * I		
6653-2	230 * XI		
5010-0	162 * I		
6599-2	230 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000426/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MCR1471	55665638C		08/07/2011
MMM3189	55665763C		10/07/2011
MMM3189	55665904C		10/07/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	167		
5720-0	186 * I5185-2	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000484/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
APF3896		55666170C	14/07/2012
APF3896		55666171C	14/07/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000413/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZN7498		55665721C	07/05/2011
MHJ3559		55665808C	06/04/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	1675738-0	186 * II	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000468/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AQY2864		55666067C	22/02/2012
LYG0018		54761167C	17/02/2012
LYG0018		54761168C	17/02/2012
MAK9589		55666027C	12/02/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
6920-0	233		
5045-0	162 * V		
5142-0	164 c/c 162 * V6610-2		230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000422/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MCR6113	54760111C		03/07/2011
MHV5643	55665856C		02/06/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
5169-1	1656599-2	230 * V	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000501/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LXF1474	55666089C		03/11/2012
Infr./Desd. Enquadramento	5185-1	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000378/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
CLM2049	55665676C		21/11/2010
MÁI0121	54761043C		25/06/2010
MFZ6478	54760035C		30/06/2010
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	167		
5738-0	186 * II7030-2	244 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000402/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MFS3689	55665707C		05/03/2011
^~^~^	Enquadramento6530-0	228	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000366/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
JNO4516	55665464C	23/10/2010	
JNO4516	55665465C	23/10/2010	
JNO4516	55665466C	23/10/2010	
LZJ2762	55665376C	30/10/2010	
LZR8444	54760791C	30/01/2010	
LZR8444	54760792C	30/01/2010	
MAN5959	55665543C	28/10/2010	
MHJ3559	54760531C	11/10/2010	
MHJ3559	54760532C	11/10/2010	
Infr./Desd. Enquadramento			
5118-0	164 c/c 162 * I		
5010-0	162 * I		
6599-2	230 * V		
5045-0	162 * V		
5142-0	164 c/c 162 * V		
7340-0	252 * IV		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000491/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AFY0100		55666085C	14/09/2012
KFT1850		55666044C	21/09/2012
KFT1850		55666258C	21/09/2012
LYP5403		55666259C	23/09/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
5487-0	181 * XI		
5207-0	169		
5185-1	1677366-2	252 * VI	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000469/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LYP5689	55666154C		17/02/2012
Infr./Desd. Enquadramento	5452-7	181 * VIII	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000500/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AFK8796		55666263C	06/10/2012
LZT0760		55666213C	11/11/2012
MKK1863		55666212C	11/11/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000364/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MFN8449	55665406C		15/09/2010
Infração	Enquadramento	5380-0	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000449/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
CDG5259	55665325C	19/10/2011	
MIE5412	54761110C	02/10/2011	
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	167		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000429/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AJC8369		55665590C	08/07/2011
ÁPF1256		55665321C	22/07/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
5193-0	1685525-0	181 * XV	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000431/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MJS7179	55665645C	23/07/2011	
MJS7179	55665859C	23/07/2011	
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000492/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ICU6560	55666045C	23/09/2012	
Infr./Desd. Enquadramento	6912-0	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000445/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LXY5577	54760835C		06/05/2010
LXY5577	54760836C		06/05/2010
MAC1372	55666010C		17/10/2011
MAC1372	55666011C		17/10/2011
MAC1372	55666012C		17/10/2011
MCD0407	55665918C		18/10/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000394/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZX0467		55665623C	28/01/2011
MEY1125		55665627C	09/02/2011
MHQ8003		54761099C	24/03/2010
MHQ8003		54761100C	24/03/2010
Infr./Desd. Enquadramento			
5274-2	175		
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000494/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
APR5259	55666205C	05/10/2012	
APR5259	55666206C	05/10/2012	
MCM7423	55666207C	18/10/2012	
MCM7423	55666416C	18/10/2012	
MCM7423	55666417C	18/10/2012	
MIK3684	55666415C	07/10/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6599-2	230 * V		
5274-2	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000388/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MBZ6825	55665624C		03/02/2011
Infr./Desd. Enquadramento	5185-1	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000417/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MDQ1030	54760047C		08/05/2011
Infr./Desd. Enquadramento	5185-1	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000477/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MDU4177	55665998C		09/05/2012
MDU4177	55665999C		09/05/2012
MDU4177	55666000C		09/05/2012
MFT4896	55666080C		21/05/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6599-2	230 * V6920-0	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000401/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ADV6281	55665801C		31/03/2011
MAO2690	55665804C		31/03/2011
MHV6538	54760099C		22/03/2011
MHV6538	54760100C		22/03/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
6920-0	233		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000419/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MF11550	54760399C		06/06/2009
Infr./Desd. Enquadramento	5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000467/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
JUC7971	54761173C	16/03/2012	
JUC7971	54761174C	16/03/2012	
LYE8326	55666073C	13/03/2012	
MCG2570	55665898C	26/02/2012	
MDE2158	55666066C	18/02/2012	
MID6738	55665980C	22/03/2012	
MID6738	55665981C	22/03/2012	
MID6738	55665982C	22/03/2012	
MJH9947	55666069C	22/02/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5118-0	164 c/c 162 * I		
5010-0	162 * I		
6920-0	233		
5169-1	165		
6599-2	230 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000486/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MJO2608	55666405C		05/07/2012
MJO2608	55666406C		05/07/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
6610-2	230 * VII6912-0	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000482/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AMU7745		54760735C	20/07/2012
APF1173		55666112C	20/07/2012
CNB0732		55666253C	14/07/2012
CPM6247		55666114C	21/07/2012
DRIO455		55666172C	14/07/2012
LXI7642		55666251C	14/07/2012
LYH6352		55666252C	14/07/2012
MDR9028		55666175C	22/07/2012
MDR9028		55666176C	22/07/2012
MIA0553		55666117C	23/07/2012
MIA0553		55666118C	23/07/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
6769-1	230 * XXII		
6670-0	230 * XIII		
6408-0	221		
5274-2	175		
6599-2	230 * V		
5045-0	162 * V		
6912-0	232		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000446/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ICM6104	55665765C	29/09/2011	
Infração	Enquadramento	6769-3	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000409/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MBB1628	55665566C		01/12/2010
MEY1125	55665391C		26/11/2010
Infr./Desd. Enquadramento			
5207-0	1695185-1	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000353/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MDX6319	55665278C		20/07/2010
MDX6319	55665279C		20/07/2010
Infr./Desd. Enquadramento			
5835-0	1955738-0	186 * II	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000490/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MAQ0336	55666203C		23/09/2012
MAQ0336	55666413C		23/09/2012
MFK1860	54760737C		09/09/2012
MFK1860	54760738C		09/09/2012
MFK1860	54760739C		09/09/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
5118-0	164 c/c 162 * I		
5010-0	162 * I		
6599-2	230 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000406/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LYS7937	55665812C		09/04/2011
^~^~^			
Infr./Desd. Enquadramento	6068-1	209	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000464/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MBS5272	54761166C	17/02/2012	
MHB2570	54761151C	16/01/2012	
MHG1513	54761171C	29/02/2012	
MHN3260	55665788C	21/01/2012	
MJO2608	55666106C	01/02/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	167		
5460-0	181 * IX		
5207-0	169		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000434/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MCN2972	55665458C		14/09/2010
MGT4716	55665749C		08/08/2011
MGT4716	55665750C		08/08/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
5720-0	186 * I		
5185-1	1675185-2	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000497/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
CIP8681	55666047C	05/10/2012	
KBT3722	55666046C	27/09/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8424  
000502/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AEG2130	54760746C	12/11/2012	
AEG2130	54760747C	12/11/2012	
AHT8041	55666121C	09/11/2012	
AHT8041	55666122C	09/11/2012	
BTM0520	55666091C	03/11/2012	
LZT0760	55666423C	11/11/2012	
LZT0760	55666424C	11/11/2012	
MCW0012	55666088C	26/10/2012	
MCW0012	55666267C	26/10/2012	
MCW0012	55666268C	26/10/2012	
MFH7965	55666126C	25/11/2012	
MFH7965	55666127C	25/11/2012	
MFH7965	55666273C	01/12/2012	
MFH7965	55666274C	01/12/2012	
MIS1080	54760750C	21/11/2012	
MIS1080	55666124C	21/11/2012	
MIS1080	55666125C	21/11/2012	
MKK1863	55666421C	11/11/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5274-2	175		
6599-2	230 * V		
5045-0	162 * V		
5142-0	164 c/c 162 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000486/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MJO2608	55666405C		05/07/2012
MJO2608	55666406C		05/07/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
6610-2	230 * VII6912-0	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000390/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MHJ4418	55665575C		12/02/2011
Infr./Desd. Enquadramento	6912-0	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000395/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZX0467		55665621C	28/01/2011
LZX0467		55665622C	28/01/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	1675185-2	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000407/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LWS4777	55665582C		01/04/2011
LWS4777	55665583C		01/04/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
5118-0	164 c/c 162 * I5010-0	162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000496/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MHW9065	55666048C		05/10/2012
MHW9065	55666049C		05/10/2012
MHW9065	55666262C		05/10/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I6599-2	230 * V	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000379/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ACN3559		54760087C	10/12/2010
IFI2686		55665312C	15/12/2010
LXV8450		55665665C	21/11/2010
LZT4896		55665393C	05/12/2010
MEY1125		55665424C	23/11/2010
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
6637-1	230 * IX		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000400/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZJ2804		54760753C	29/03/2009
LZJ2804		54760756C	29/03/2009
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000488/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZG0128	55666202C	24/08/2012	
LZG0128	55666256C	19/08/2012	
LZG0128	55666409C	19/08/2012	
LZG0128	55666410C	19/08/2012	
LZG0128	55666411C	24/08/2012	
MDZ9375	55666041C	04/08/2012	
MDZ9375	55666042C	04/08/2012	
MDZ9375	55666043C	04/08/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5118-0	164 c/c 162 * I		
6653-2	230 * XI		
5010-0	162 * I		
6599-2	230 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000401/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ADV6281	55665801C		31/03/2011
MAO2690	55665804C		31/03/2011
MHV6538	54760099C		22/03/2011
MHV6538	54760100C		22/03/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
6920-0	233		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000483/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
CPM6247		55666115C	21/07/2012
CRJ0747		55666040C	10/07/2012
MBR5872		55666404C	27/06/2012
MHT5866		55666113C	21/07/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
5215-1	170		
5380-0	181 * I		
5185-1	1675207-0	169	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000484/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
APF3896		55666170C	14/07/2012
APF3896		55666171C	14/07/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000404/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
CXD1790	55665715C	10/04/2011	
LYF9683	55665711C	10/04/2011	
LYF9683	55665712C	10/04/2011	
LYF9683	55665713C	10/04/2011	
LYF9683	55665714C	10/04/2011	
MHV6538	54760091C	26/02/2011	
MHV6538	54760092C	26/02/2011	
Infr./Desd. Enquadramento			
5274-2	175		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5169-1	165		
6599-2	230 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000425/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LWY3534	55665860C	26/07/2011	
LZF9278	55665641C	08/07/2011	
LZF9278	55665643C	08/07/2011	
LZR8444	55665592C	09/07/2011	
MHS9852	55665640C	08/07/2011	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5169-1	165		
6912-0	232		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000387/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MBZ6825	55665702C		03/02/2011
MHO7029	55665498C		31/01/2011
MHO7029	55665499C		31/01/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000382/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
BEB2233	55665603C		17/12/2010
Infr./Desd. Enquadramento	5541-1	181 * XVII	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000391/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MHO7029	55665573C		31/01/2011
Infr./Desd. Enquadramento	5185-1	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000495/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
APR5259	55666414C		05/10/2012
GSZ9927	55666204C		30/09/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
7056-1	244 * III5525-0	181 * XV	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000408/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MAP5312	55665680C	26/11/2010	
MBB1628	55665563C	01/12/2010	
MBB1628	55665564C	01/12/2010	
MBB1628	55665565C	01/12/2010	
MCZ6175	55665567C	01/12/2010	
MEY1125	55665426C	26/11/2010	
MHO7029	54760534C	12/12/2010	
MHY0312	55665818C	30/04/2011	
MHY0312	55665819C	30/04/2011	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6653-1	230 * XI		
6912-0	232		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000481/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZV8036	55666079C	21/05/2012	
^ ^ ^ ^ ^	Enquadramento6920-0	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000421/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
DDA3842	54760050C		04/07/2011
MAC1908	55665733C		18/06/2011
MAC1908	55665734C		18/06/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
6920-0	233		
5010-0	162 * I5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000418/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MHJ2650	55665858C		02/06/2011
^~^~^	Infr./Desd. Enquadramento6548-1	229	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000433/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MAV9494	55665953C	11/08/2011	
MBW8425	54760727C	14/08/2011	
MBW8425	55665951C	11/08/2011	
MBW8425	55665952C	11/08/2011	
MCN2972	55665958C	14/08/2011	
MCN3365	55665535C	18/09/2010	
MCN3365	55665536C	18/09/2010	
MCN3365	55665537C	18/09/2010	
MFR8970	55665910C	21/08/2011	
MHC1244	55665863C	22/08/2011	
Infr./Desd. Enquadramento			
6670-0	230 * XIII		
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6610-2	230 * VII		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000505/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MGS2369	55666210C	10/11/2012	
MGS2369	55666211C	10/11/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000463/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
BMS5106		55665790C	21/01/2012
LYE2946		55665945C	05/02/2012
MDA8442		54761170C	29/02/2012
MEI4092		55666151C	12/02/2012
MEI4092		55666152C	12/02/2012
MEI4092		55666153C	12/02/2012
MEY1125		55666101C	26/01/2012
MFV4419		55666025C	15/01/2012
MGA3623		54761169C	18/02/2012
MGA3623		55666029C	18/02/2012
MIL1377		55665889C	16/01/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5169-1	165		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000482/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AMU7745		54760735C	20/07/2012
APF1173		55666112C	20/07/2012
CNB0732		55666253C	14/07/2012
CPM6247		55666114C	21/07/2012
DRIO455		55666172C	14/07/2012
LXI7642		55666251C	14/07/2012
LYH6352		55666252C	14/07/2012
MDR9028		55666175C	22/07/2012
MDR9028		55666176C	22/07/2012
MIA0553		55666117C	23/07/2012
MIA0553		55666118C	23/07/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
6769-1	230 * XXII		
6670-0	230 * XIII		
6408-0	221		
5274-2	175		
6599-2	230 * V		
5045-0	162 * V		
6912-0	232		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000428/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LYS7937	55665735C		18/06/2011
Infr./Desd. Enquadramento	5274-3	175	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000490/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MAQ0336	55666203C	23/09/2012	
MAQ0336	55666413C	23/09/2012	
MFK1860	54760737C	09/09/2012	
MFK1860	54760738C	09/09/2012	
MFK1860	54760739C	09/09/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5118-0	164 c/c 162 * I		
5010-0	162 * I		
6599-2	230 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000471/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZ19304	55666028C	18/02/2012	
MCZ4581	55665948C	15/02/2012	
MHY9058	55665976C	23/02/2012	
MIP9616	55665987C	04/04/2012	
MIP9616	55665988C	04/04/2012	
MIP9616	55665989C	04/04/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5525-0	181 * XV		
5185-1	167		
5207-0	169		
5835-0	195		
5258-3	174		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000356/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
CGM6741	55665454C		15/08/2010
MTF6725	55665250C		30/07/2010
Infr./Desd. Enquadramento			
6912-0	2326920-0	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000478/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LXU6696	55665339C	16/04/2012	
^ ^ ^ ^	Enquadramento6920-0	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000397/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AFX7382	55665577C	20/03/2011	
AFX7382	55665580C	20/03/2011	
AFX7382	55665709C	20/03/2011	
AFX7382	55665710C	20/03/2011	
MAM1820	55665576C	14/03/2011	
MDD6803	54760093C	01/03/2011	
MDD6803	54760094C	01/03/2011	
MDD6803	54760095C	01/03/2011	
Infr./Desd. Enquadramento			
6912-0	232		
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5061-0	163 c/c 162 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000411/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MCV2357	55665851C		06/05/2011
MCV2357	55665852C		06/05/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I5061-0	163 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000469/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LYP5689	55666154C		17/02/2012
Infr./Desd. Enquadramento	5452-7	181 * VIII	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000492/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ICU6560	55666045C	23/09/2012	
Infr./Desd. Enquadramento	6912-0	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000368/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LWX6762	55665414C		30/10/2010
MEG5358	55665375C		30/10/2010
MFQ2240	55665529C		10/09/2010
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
6548-2	229		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000470/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ANV0156	55665994C	08/04/2012	
JUC7971	54761184C	07/04/2012	
JUC7971	55665992C	07/04/2012	
JUC7971	55665993C	07/04/2012	
LYO8089	54761178C	05/04/2012	
LYO8089	54761179C	05/04/2012	
LYO8089	54761180C	05/04/2012	
MEN8209	54761181C	05/04/2012	
MEN8209	54761182C	05/04/2012	
MFS4639	54761187C	09/04/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5274-3	175		
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5045-0	162 * V		
5142-0	164 c/c 162 * V		
6920-0	233		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAIS.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000367/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MAN5959	55665541C	28/10/2010	
MAN5959	55665542C	28/10/2010	
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	1676394-1	220 * XIV	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000398/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AFX7382		55665578C	20/03/2011
AFX7382		55665579C	20/03/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	1675185-2	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000377/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AFF2298	55665385C	11/11/2010	
LZF1791	55665225C	30/06/2010	
LZR9735	55665387C	17/11/2010	
LZR9735	55665423C	17/11/2010	
LZV0232	55665553C	10/11/2010	
MBR7570	55665419C	14/11/2010	
MCH6342	55665431C	26/11/2010	
MEW3431	55665699C	06/12/2010	
MEW3431	55665700C	06/12/2010	
MFZ6478	54760036C	30/06/2010	
MHA0538	55665392C	29/11/2010	
MHA0538	55665430C	29/11/2010	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
6920-0	233		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5169-1	165		
5053-1	162 * VI		
5274-1	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000496/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MHW9065	55666048C		05/10/2012
MHW9065	55666049C		05/10/2012
MHW9065	55666262C		05/10/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I6599-2	230 * V	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000383/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LYK1708	55665436C	19/12/2010	
LYK9696	55665461C	18/10/2010	
LZN3249	55665492C	22/01/2011	
LZN3249	55665493C	22/01/2011	
LZN3249	55665494C	22/01/2011	
MAH3467	55665613C	16/01/2011	
MAH3467	55665615C	16/01/2011	
MAH3467	55665616C	16/01/2011	
MEW3431	55665488C	15/01/2011	
MEW3431	55665489C	15/01/2011	
MEW3431	55665611C	15/01/2011	
MGV2405	55665617C	16/01/2011	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5274-1	175		
5274-2	175		
5274-3	175		
6912-0	232		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000412/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
DNO9870		55665802C	31/03/2011
LZN7498		55665718C	07/05/2011
LZN7498		55665720C	07/05/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
6920-0	233		
5169-1	1656599-2	230 * V	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000372/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ANV0156	55665666C	21/11/2010	
LYW1663	55665671C	21/11/2010	
LZB4014	55665478C	13/11/2010	
LZB4014	55665558C	13/11/2010	
LZB4014	55665560C	13/11/2010	
LZX0602	55665481C	15/11/2010	
MBJ8721	55665652C	13/11/2010	
MBJ8721	55665654C	13/11/2010	
MGF3692	55665562C	22/11/2010	
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-2	167		
5380-0	181 * I		
5738-0	186 * II		
5835-0	195		
5207-0	169		
5185-1	167		
7099-1	244 * VII		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000363/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MCN2972	55665457C	14/09/2010	
Infr./Desd. Enquadramento	6670-0	230 * XIII	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000483/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
CPM6247		55666115C	21/07/2012
CRJ0747		55666040C	10/07/2012
MBR5872		55666404C	27/06/2012
MHT5866		55666113C	21/07/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
5215-1	170		
5380-0	181 * I		
5185-1	1675207-0	169	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000461/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
CJR1417	55665849C	23/01/2012	
CJR1417	55665850C	23/01/2012	
GOZ1093	55665886C	10/01/2012	
LYC8251	54761163C	13/02/2012	
LYU6563	54761162C	13/02/2012	
MBR4832	55665895C	07/02/2012	
MFA6147	54761161C	13/02/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6599-2	230 * V		
6920-0	233		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000491/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AFY0100		55666085C	14/09/2012
KFT1850		55666044C	21/09/2012
KFT1850		55666258C	21/09/2012
LYP5403		55666259C	23/09/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
5487-0	181 * XI		
5207-0	169		
5185-1	1677366-2	252 * VI	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO  
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424  
000384/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MAH3467	55665614C		16/01/2011
MHC8600	55665442C		23/01/2011
Infr./Desd. Enquadramento			
5215-1	1705487-0	181 * XI	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

PROGAMAÇÃO DAS METAS DE RECEITA E DESPESA 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

Metas Bimetais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2015

Município: SANTA CECILIA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS	8.404.862,89	6.729.001,55	9.334.085,87	7.116.893,83	7.004.262,61	8.881.893,25	47.471.000,00
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	6.418.751,69	6.125.159,74	6.251.331,72	5.671.893,37	6.166.040,23	7.663.473,25	38.296.650,00
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA	999.325,03	797.778,07	616.251,94	597.387,30	471.631,52	1.013.226,14	4.495.600,00
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	54.535,98	142.059,23	129.477,45	116.377,58	140.955,13	116.594,63	700.000,00
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	9.508,13	29.777,35	20.546,72	21.610,15	21.390,25	32.867,40	135.700,00
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	2.500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	5.000,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.258.576,80	5.093.519,55	5.408.891,18	4.827.252,88	5.364.002,88	6.367.106,71	32.319.350,00
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	94.305,75	61.525,54	75.664,43	108.765,46	167.560,45	133.178,37	641.000,00
4.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	1.986.111,20	603.841,81	3.082.754,15	1.445.000,46	838.222,38	1.218.420,00	9.174.350,00
4.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.651.861,20	75.000,00	1.608.974,11	75.000,00	375.395,91	663.768,78	4.450.000,00
4.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS	23.333,32	23.333,32	273.333,32	23.333,32	23.333,32	23.333,40	390.000,00
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	310.916,68	505.508,49	1.200.446,72	1.346.667,14	439.493,15	531.317,82	4.334.350,00
9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-748.534,01	-650.524,93	-736.538,20	-621.202,55	-697.720,83	-787.479,48	-4.242.000,00
9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-748.534,01	-650.524,93	-736.538,20	-621.202,55	-697.720,83	-787.479,48	-4.242.000,00
9.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-747.700,67	-649.691,59	-735.704,86	-620.369,21	-696.887,49	-786.646,18	-4.237.000,00
9.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Deduções de outras Receitas Correntes	-833,34	-833,34	-833,34	-833,34	-833,34	-833,30	-5.000,00
TOTAL GERAL:		7.656.328,88	6.078.476,62	8.597.547,67	6.495.691,28	6.306.541,78	8.094.413,77	43.229.000,00

SANTA CECILIA , 09/12/2014

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR	JOÃO ERNESTO STÉDILE	TARSSO LUIZ RHODEN
PREFEITO MUNICIPAL	Contador-CRC/SC 028049/O-2	SEC ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### APOSTILAMENTO CONTRATO 10/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL  
APOSTILA Nº. 01/2014

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, nos termos do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93, REAJUSTA os preços do contrato nº 10/2014, de fornecimento de óleo diesel comum S500 e óleo diesel S10, celebrado com a empresa ROMANO COMERCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, adjudicatária da Licitação nº 02/2014, como segue:

1 - Preço por litro de ÓLEO DÍESEL S10 em 4,06%, acrescendo em R\$ 0,09 (nove centavos) passando de R\$ 2,34 (dois reais e trinta e quatro centavos), por litro, para R\$ 2,43 (dois reais e quarenta e três centavos).

2 - Preço por litro de ÓLEO DÍESEL S500 em 4,61%, acrescendo em R\$ 0,10 (dez centavos) passando de R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos), por litro, para R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos).

#### EDITAL Nº 97/2014 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 97/2014 - PR nº 97/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de materiais de consumo hospitalar, medicamentos e equipamentos destinados às unidades de saúde do município e SAMU, a serem adquiridos parceladamente no exercício de 2015. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 18h00min do dia 22 de dezembro de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08h:30min do dia 23 de dezembro de 2014. Cópia de edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br  
Santa Rosa do Sul, 09/12/2014  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### LEI Nº 1237 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1237 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, PARA O EXERCÍCIO 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso X, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Santa Terezinha do Progresso-SC, para o exercício de 2015, estima à receita e fixa a despesa em R\$ 14.411.000,00 (quatorze milhões quatrocentos e onze mil reais), sendo R\$ 7.268.482,40 (sete milhões duzentos e sessenta e oito mil quatrocentos e oitenta e dois reais quarenta centavos) do Orçamento Fiscal, R\$ 3.359.403,08 (três milhões trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e três reais oito centavos) do Orçamento de Seguridade Social e R\$ 3.783.114,52 (três milhões setecentos e oitenta e três mil cento e quatorze reais cinquenta e dois centavos) do Orçamento de Investimento.

Art. 2º. O Orçamento do Município para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 14.411.000,00 (quatorze milhões quatrocentos e onze mil reais) e fixa a despesa para o Poder Legislativo em R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 2.871.000,00 (dois milhões oitocentos e setenta e um mil reais) e para o Poder Executivo, incluído os outros Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias a que estão vinculados, em R\$ 10.920.000,00 (dez milhões novecentos e vinte mil reais).

§ 1º. A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS DO ORÇAMENTO - TODAS AS FONTES DE RECURSOS	
1.1 Receitas Tributárias	245.118,21
1.2 Receitas de Contribuições	30.489,48
1.3 Receita Patrimonial	87.556,25
1.4 Receita de Serviços	114.901,72
1.5 Transferências Correntes	12.003.605,34
1.6 Outras Receitas Correntes	27.461,78
2 – RECEITAS DE CAPITAL	3.830.507,35
2.1 Alienação de Bens Moveis	55.000,00
2.4 Transferências de Capital	3.775.507,35
3 – DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	1.928.640,13
3.1 Dedução para o FUNDEB	1.928.640,13
TOTAL (1+2-3)	14.411.000,00

§ 2º. A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

DESPESAS DO ORÇAMENTO – TODAS AS FONTES	
PODER LEGISLATIVO	620.000,00
01 – Câmara Municipal de Vereadores	620.000,00
PODER EXECUTIVO	10.920.000,00
02 – Gabinete do Prefeito Municipal	635.000,00
03 – Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico	1.702.959,35
04 – Secretaria de Educação	3.548.000,00
06 – Secretaria de Infraestrutura	2.796.879,17
08 – Reserva de Contingência	80.000,00
10 – Fundo Municipal de Assistência Social	1.098.403,08
11 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência	40.000,00
12 – Fundo Municipal desenvolvimento da Agropecuária	1.018.758,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.871.000,00
09 – Fundo Municipal de Saúde	2.871.000,00
TOTAL	14.411.000,00

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01 – Legislativa	620.000,00
04 – Administração	2.096.219,35
06 – Segurança Pública	36.740,00
08 – Assistência Social	1.138.403,08
10 – Saúde	2.871.000,00
12 – Educação	3.548.000,00
13 – Cultura	115.000,00
15 – Urbanismo	1.501.879,17
17 – Saneamento	370.000,00
20 – Agricultura	1.003.758,40
24 – Comunicações	15.000,00
26 – Transporte	925.000,00
27 – Desporto e Lazer	90.000,00
99 – Reserva de Contingência	80.000,00
TOTAL	14.411.000,00

**III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**

0001 Processo Legislativo	620.000,00
0006 Gestão Administrativa Superior	480.000,00
0009 Administração Geral	1.702.959,35
0018 Criança na Escola	3.548.000,00
0021 Esporte e Vida	155.000,00
0025 Saúde para Todos	2.871.000,00
0028 Assistência Social	1.138.403,08
0040 Obras e Serviços Públicos	2.796.879,17
0048 Pequeno Produtor Assistido	1.018.758,40
0099 Reserva de Contingência	80.000,00
TOTAL	14.411.000,00

**IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA – RECURSOS TOTAIS	
DESPESAS CORRENTES	9.531.949,05
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	4.888.842,12

3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	80.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	4.563.106,93
DESPESAS DE CAPITAL	4.799.050,95
4.4.00.00 – Investimentos	4.419.050,95
4.5.00.00 – Inversões Financeiras	80.000,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	300.000,00
Reserva de Contingência	80.000,00
9.9.99.99 – Reserva de Contingência	80.000,00
TOTAL	14.411.000,00

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, ao atendimento dos passivos contingentes e os riscos fiscais, previstos no anexo integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a transferências e os remanejamentos de dotações de um elemento de despesa para outro, através de Decreto, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal está autorizado, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 10% da Receita estimada, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares ou especiais, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ficando facultado ao Poder Executivo Municipal, através de Decreto, promover adaptações na classificação das fontes de recursos, inclusive em relação ao Plano Plurianual, desde que não comprometa o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município.

Art. 7º Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício anterior, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 8º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamentos de programas priorizados nesta Lei.

Art. 10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios, acordos, ajustes ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da



administração direta ou indireta.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, e vigorará durante o exercício de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal, Santa Terezinha do Progresso, 09 DE Dezembro de 2014.

Publicada e registrada em data supra

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA  
Diretora de Recursos Humanos.  
Matricula nº 1268/8

## Santiago do Sul

### PREFEITURA

#### EDITAL 07/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 114/2014.
Edital: TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2014.
Tipo: Lote.
Objeto: Prestação de serviço de pavimentação asfáltica em ruas Germano Salvi, Benedito Toazza, Demétrio Moreira, Mariana Corso e revitalização da Av. João Corso, para aplicação dos recursos do convênio Nº. 2014 TR 003786 firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 29 de dezembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 29 de dezembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 08 de dezembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

#### EDITAL 26/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 29/2014.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2014.
Tipo: Pregão.
Objeto: Aquisição de combustíveis para os veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde.
Entrega dos Envelopes: 14:30 horas do dia 22/12/2014.
Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 22/12/2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo fone (49) 3345-0045 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 08 de dezembro de 2014.
TADEU PAULO TOAZZA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EDITAL 85/2014**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 113/2014.
Edital: PREGÃO Nº. 85/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de combustíveis para os veículos da frota do Município.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 22 de dezembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 22 de dezembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 08 de dezembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

**São Bento do Sul****PREFEITURA****DECISÃO FINAL - VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

São Bento do Sul 03 de Dezembro de 2014

Decisão Final/Processo 027/14

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Mercado Mag Ltd

CNPJ 11.991.949/0001-17

Penalidade de Multa de 140 UFM

Luciane M K Scatolon

Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 03 de Dezembro de 2014

Decisão Final/Processo 028/14

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Supermercado Supremo Ltda EPP

CNPJ 18.214.545/0001-66

Penalidade de Multa de 140 UFM

Luciane M K Scatolon

Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 03 de Dezembro de 2014

Decisão Final/Processo 029/14

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Casa de Carnes e Minimercado Schramm Ltda ME

CNPJ 78.216.561/0001-10

Penalidade de advertência

Luciane M K Scatolon

Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 03 de Dezembro de 2014

Decisão Final/Processo 030/14

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Margarete do Nascimento Kaisekamp ME

CNPJ 08.976.512/0001-08

Penalidade de Multa de 140 UFM

Luciane M K Scatolon

Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 03 de Dezembro de 2014

Decisão Final/Processo 031/14

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Minimercado 3M Ltda

CNPJ 10.173.817/0001-1

Penalidade de advertência

Luciane M K Scatolon

Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 03 de Dezembro de 2014

Decisão Final/Processo 032/14

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Silvino Vidal

CPF 683.712.179-00

Penalidade de advertência

Luciane M K Scatolon

Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

### **HABILITADOS EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2014 SEMUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIVULGAÇÃO DE HABILITADOS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2014

A COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 707/2014, de 15 de outubro de 2014, torna público a relação de prestadores de serviços habilitados no Edital de Chamada Pública nº 001/2014.

Objeto: Contratualização de prestadores de serviços de saúde aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) do Município de São Bento do Sul.

Serviços: Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde serão todos os exames constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS - PATOLOGIA CLÍNICA, por valores iguais aos definidos na tabela vigente, disponível no site sigtap.datasus.gov.br, do Ministério da Saúde.

Conforme documentação apresentada no período de vigência do edital segue abaixo relação dos serviços habilitados.

Relação de Prestadores Habilitados:

- LABORATÓRIO SÃO FRANCISCO DE PATOLOGIA CLÍNICA LTDA
- LABORATÓRIO SANTA CATARINA SS LTDA
- LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS PASTEUR LTDA
- LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS PASTEUR - ANTONIO AUGUSTO PEREIRA.

Recurso: Poderá o interessado interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis após esta divulgação.

Obs.: Passado os prazos legais, os serviços habilitados serão contactados pela SEMUS para a contratualização, conforme necessidade da mesma.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Secretário Municipal de Saúde

### **HABILITADOS EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2014 SEMUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIVULGAÇÃO DE HABILITADOS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2014

A COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 707/2014, de 15 de outubro de 2014, torna público a relação de prestadores de serviços habilitados no Edital de Chamada Pública nº 003/2014.

Objeto: Contratualização de prestadores de serviços de saúde aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) do Município de São Bento do Sul.

Serviços: Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde serão consultas/atendimentos/procedimentos médicos e de outros profissionais da área da saúde e exames especializados, nas áreas de cardiologia, cirurgia vascular, dermatologia, gastroenterologia, neurologia, oftalmologia, ortopedia e traumatologia, otorrinolaringologia, pneumologia, proctologia, urologia e saúde mental, constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS, disponível no site sigtap.datasus.gov.br, do Ministério da Saúde.

Conforme documentação apresentada no período de vigência do edital segue abaixo relação dos serviços habilitados.

Relação de Prestadores Habilitados:

- CLIMED LTDA ASSISTÊNCIA MÉDICA A EMPRESAS (procedimento Espirometria).

Recurso: Poderá o interessado interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis após esta divulgação.

Obs.: Passado os prazos legais, os serviços habilitados serão contactados pela SEMUS para a contratualização, conforme necessidade da mesma.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Secretário Municipal de Saúde

### **HABILITADOS EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2014 SEMUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIVULGAÇÃO DE HABILITADOS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2014

A COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 707/2014, de 15 de outubro de 2014, torna público a relação de prestadores de serviços habilitados no Edital de Chamada Pública nº 005/2014.

Objeto: Contratualização de prestadores de serviços de saúde aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) do Município de São Bento do Sul.

Serviços: Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde serão os constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS - consultas/exames/procedimentos clínicos - em Nefrologia/ Terapia Renal Substitutiva, disponível no site sigtap.datasus.gov.br, do Ministério da Saúde.

Conforme documentação apresentada no período de vigência do edital segue abaixo relação dos serviços habilitados.

Relação de Prestadores Habilitados:

- FUNDAÇÃO PRO RIM
- CLÍNICA RIM & VIDA S/S.

Recurso: Poderá o interessado interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis após esta divulgação.

Obs.: Passado os prazos legais, os serviços habilitados serão contactados pela SEMUS para a contratualização, conforme necessidade da mesma.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Secretário Municipal de Saúde

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 356/2014**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 356/2014

OBJETO: FORNECIMENTO DE PASSES ESCOLARES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL.

CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl - Transportes Coletivos

VALOR: R\$ 443.520,00.

SÃO BENTO DO SUL, 02 de dezembro de 2014.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 359/2014**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 359/2014

OBJETO: FORNECIMENTO DE PASSES ESCOLARES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl - Transportes Coletivos

VALOR: R\$ 228.196,80.

SÃO BENTO DO SUL, 08 de dezembro de 2014.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

**JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 356/2014**

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: FORNECIMENTO DE PASSES ESCOLARES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL.

II - Contratado: NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade de Licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93. A Secretaria Municipal de Educação atende diariamente alunos do Ensino Fundamental contemplando a Rede Pública Municipal e Estadual, respeitando a Legislação de Transporte Escolar Municipal. E se justifica a solicitação da compra de 134.800 passes escolares, para atender o transporte escolar. A maioria dos alunos beneficiados, residem em áreas que já existem as linhas regulares e nas outras áreas, a empresa se compromete a fazer o transporte, assegurando os mesmos valores utilizados nas linhas regulares.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl - Transportes Coletivos é a única concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, escolhida através do Processo Licitatório nº 85/96, Modalidade Concorrência Pública, e contratada através do Contrato nº 166/96 de 25/07/1996, com prazo permissionário previsto de 20 (vinte) anos, sendo, portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: O preço de R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos) por passe fornecido justifica-se, visto que o Parágrafo Único da Cláusula Sexta do Contrato nº 166/96, assim dispõe:

"Parágrafo Único: As tarifas a serem cobradas serão aprovadas pelo Poder Permitente, e os reajustes das mesmas serão precedidas de

estudo específico, levando-se em conta, entre outros fatores, a depreciação geral do veículo, ad despesas médias de conservação e manutenção, inclusive substituição de peças e acessórios, contribuições de previdência social, custo do combustível e lubrificantes, sendo assegurada a justa remuneração do capital.□

O valor atual da Tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para o município de São Bento do Sul foi instituída pelo Decreto Municipal nº 491 de 31 de março de 2014, sendo portanto impraticável pesquisa de mercado, pois o valor cobrado está de acordo com a normativa citada.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretária Municipal de Educação.

ALCIONE TERESINHA HINKE

Secretária Municipal de Educação

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

**JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 359/2014**

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: FORNECIMENTO DE PASSES ESCOLARES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

II - Contratado: NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade de Licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93. A Secretaria Municipal de Educação atende diariamente alunos do Ensino Infantil contemplando a Rede Pública Municipal e Estadual, respeitando a Legislação de Transporte Escolar Municipal. E se justifica a solicitação da compra de 95.082 passes escolares, para atender o transporte escolar. A maioria dos alunos beneficiados, residem em áreas que já existem as linhas regulares e nas outras áreas, a empresa se compromete a fazer o transporte, assegurando os mesmos valores utilizados nas linhas regulares.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl - Transportes Coletivos é a única concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, escolhida através do Processo Licitatório nº 85/96, Modalidade Concorrência Pública, e contratada através do Contrato nº 166/96 de 25/07/1996, com prazo permissionário previsto de 20 (vinte) anos, sendo, portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: O preço de R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos) por passe fornecido justifica-se, visto que o Parágrafo Único da Cláusula Sexta do Contrato nº 166/96, assim dispõe:

"Parágrafo Único: As tarifas a serem cobradas serão aprovadas pelo Poder Permitente, e os reajustes das mesmas serão precedidas de estudo específico, levando-se em conta, entre outros fatores, a depreciação geral do veículo, ad despesas médias de conservação e manutenção, inclusive substituição de peças e acessórios, contribuições de previdência social, custo do combustível e lubrificantes, sendo assegurada a justa remuneração do capital.□

O valor atual da Tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para o município de São Bento do Sul foi instituída pelo Decreto Municipal nº 491 de 31 de março de 2014, sendo portanto impraticável pesquisa de mercado, pois o valor cobrado está de acordo com a normativa citada.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade

competente,Secretária(o) Municipal de Educação.

ALCIONE TERESINHA HINKE  
Secretária Municipal de Educação

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 019/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 019/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços e Fornecimento de Materiais, firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e a empresa Bavária R\$ 2,849 (dois reais e oitocentos e quarenta e nove décimos de centavos) para R\$ 2,985 (dois reais, novecentos e oitenta e cinco décimos de centavos)

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2014.  
CESAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY  
Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

RENATO ROCHA  
pela Empresa Contratada

### RESOLUÇÃO Nº 09, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

"Autoriza a concessão anual de "Cesta Natalina" aos servidores do Poder Legislativo Municipal".

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu, César Augusto Accorsi de Godoy promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica o Poder Legislativo Municipal, como forma de valorização do servidor público, por ocasião das festividades natalinas, autorizado a conceder anualmente "Cesta Natalina" aos servidores públicos da Câmara Municipal.

§ 1º A "Cesta Natalina" será concedida até o último dia de trabalho do mês de dezembro de cada ano, contendo produtos alusivos à época, no montante de até R\$ 70,00 (setenta reais) por servidor.

§ 2º O valor máximo estabelecido no § 1º será corrigido anualmente, pelo índice aplicado na revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais do Poder Legislativo.

§ 3º A "Cesta Natalina" não será convertida em pecúnia, não possuindo natureza remuneratória.

Art. 2º Terão direito a "Cesta Natalina" os servidores efetivos e comissionados, que estejam vinculados à Câmara Municipal, no mês de dezembro de cada ano, a partir dessa resolução, bem como não tenham sofrido, no ano correspondente, qualquer sanção disciplinar.

Art. 3º As despesas relacionadas à concessão da "Cesta Natalina" de que trata a presente resolução, correrão a conta de dotações próprias do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º A "Cesta Natalina" não será incorporada ao vencimento

ou remuneração, provento/pensão, nem será configurado como rendimento tributável.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de Novembro de 2014.  
CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY  
Presidente

César Augusto Accorsi de Godoy  
Presidente

## IPRESBS

### PORTARIA IPRESBS Nº 431/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 431/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 22/11/2014 a 19/12/2014, concedido a servidora MICHELE ALEXI DAUDT LOURES ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 398/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/11/2014.

São Bento do Sul, 04/12/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

### PORTARIA IPRESBS Nº 432/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 432/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 22/11/2014 a 19/12/2014, a servidora ANDREIA CLEA MARTINS CORREA CONCEIÇÃO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 07/11/2014 a 21/11/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/11/2014.

São Bento do Sul, 04/12/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente



**PORTARIA IPRESBS Nº 433/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 433/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar, MARCELO GROSSL, matrícula 39906, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a conduzir o veículo de propriedade do IPRESBS, placa MGD 2262, no dia 10/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 434/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 434/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 22/11/2014 a 19/12/2014, concedido a servidora FRANCIELLY DE OLIVEIRA SCHERNER ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 381/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/11/2014.

São Bento do Sul, 04/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 435/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 435/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 29/11/2014 a 19/12/2014, concedido a servidora ELIANE APARECIDA DA ROCHA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 363/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/11/2014.

São Bento do Sul, 04/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 436/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 436/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 29/11/2014 a 30/01/2015, concedido a servidora MARI TERESINHA PICKOCZ CAMPOLINO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 134/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/11/2014.

São Bento do Sul, 04/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 437/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 437/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 26/11/2014 a 30/01/2015, concedido a servidora ADELANE APARECIDA DE LIMA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 227/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/11/2014.

São Bento do Sul, 04/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 438/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 438/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA,



pelo período de 26/11/2014 a 28/02/2015, concedido a servidora ZENILDA MARIA RODRIGUES DA LUZ RANK ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 079/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/11/2014.

São Bento do Sul, 05/12/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 439/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 439/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/12/2014 a 26/03/2015, ao servidor JOSE ERVINO ZIMMER ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/11/2014 a 11/12/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/12/2014.

São Bento do Sul, 05/12/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 440/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 440/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 05/12/2014 a 12/12/2014, a servidora ROSENILDA ALVES DOS SANTOS DE SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 20/11/2014 a 04/12/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/12/2014.

São Bento do Sul, 05/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 441/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 441/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 01/12/2014 a 19/12/2014, a servidora MARISE LANG STANCHACK ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 12/11/2014 a 26/11/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/12/2014.

São Bento do Sul, 05/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 442/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 442/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/12/2014 a 30/12/2014, a servidora DANIELA RAMOS SCHLICKMANN ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/12/2014 a 15/12/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/12/2014.

São Bento do Sul, 05/12/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 212 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 212, de 08 de dezembro de 2014.  
"REVOGA PORTARIA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º - REVOGAR a portaria nº 207, de 01 de dezembro de 2014, que concedeu férias de 20 (vinte) dias ao servidor JAIR HENRIQUE RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de dezembro de 2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 213, DE 085 DE DEZEMBRO DE 2014**

Portaria /SAMAE/SBS Nº 213, de 08 de dezembro de 2014.

**" CONCEDE FÉRIAS "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º- CONCEDER ao servidor JAIR HENRIQUE RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 10/12/2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**São Carlos****PREFEITURA****AVISO N.100/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm nº100/2014

Edital ...:Dispensa de licitação. N.100/2014

Tipo: Preço compatível ao praticado no mercado

Objeto: LOCAÇÃO DE ÁREA C/40.000M² E INFRAESTRUTURA P/ COMPLEMENTAÇÃO DE ESPAÇO P/EXPAINCO 2015

Contratado: CTG CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS AMIGOS DA QUERENCIA.

Valor: R\$7.400,00(sete mil e quatrocentos reais)

Justificativa: Fundamentada no art. 24-inciso X da Lei n.8666/93

Vigência: 30.06.2015

São Carlos-SC, em 09 de dezembro de 2014

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL PROCESSO SELETIVO SCFV 001/2014**

EXTRATO EDITAL Nº 001/2014

Dispõe sobre a admissão de professores em caráter temporário e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos:

Faz saber a todos os interessados que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo de Professores da Rede Municipal de Ensino, a serem Admitidos em Caráter Temporário (ACT) - Cadastro Reserva, para a atuação no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nas oficinas de DANÇA, MÚSICA, INFORMÁTICA, ARTESANATO e JUDÔ, para o ano de 2015, observadas as normas e procedimentos do Edital.

**LOCAL E PERÍODO DE INSCRIÇÃO**

No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, situada na Avenida Santa Catarina, 682, no horário das 8:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00.

Período de Inscrições: 08/12/2014 a 08/01/2015.

A listagem de classificação será divulgada no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social no dia 15 de janeiro de 2015.

São Carlos (SC), 08 de dezembro de 2014.

CLEOMAR WEBER KUHN,

Prefeito Municipal de São Carlos

DEIZE IARA HERRMANN,

Dir. Depto Assistência Social

## São Domingos

### PREFEITURA

#### **CONVÊNIO PREFE 017 DE 08.12.2014 PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - MARATÁ E VILA MILANI**

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO:

Mês/Ano: Dezembro/2014

Número do Convênio: PREFE 017/2014 de 08 de Dezembro de 2014 (Convênio nº 2014TR003783)

PROCESSO Nº SEF 27129/2014.

Valor do Convênio: R\$ 1.499.870,71 da Concedente SEF e R\$187.842,48 do Conveniente. Totalizando o valor de R\$ 1.687.713,19 ( um milhão seiscentos e oitenta e sete mil setecentos e treze reais e dezenove centavos), a ser liberado em duas parcelas, conforme cronograma de desembolso.

Descrição: Este convênio visa à transparência de recursos financeiros para execução do objeto de Pavimentação Asfáltica em trechos das ruas Maurício Picoli, 15 de Dezembro e Antonio Pantano no Distrito do Maratá e em trechos da Avenida 3 e das ruas 4, 5, 7 e 9 no Distrito de Vila Milani, em São Domingos - SC. com a finalidade de melhorar as trafegabilidade dos munícipes, conforme Proposta de Trabalho nº 13611(Anexo I) apresentada pelo CONVENIENTE, devidamente analisada e aprovada pelo MANDATÁRIO, conforme parecer técnico fundamentado, com base nos arts. 16,17 e 18 do Decreto nº127/2013, doravante denominada de Proposta de Trabalho, a qual integra este Termo de Convênio independente de sua transcrição. Convênio nº 2014TR003783, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o Município de São Domingos.

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: SECRETARIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA CNPJ: 82.951.229/0001-76

FUNDAM CNPJ: 18.387.954/0001-64/ BRDE CNPJ: 92.816.560/0001-37

Data vencimento: 30/03/2016

#### **PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 142/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 142/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 046/2014

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 23 de dezembro de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETO. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:.

São Domingos, SC, 05 de dezembro de 2014.

Flávio Celeste Lorenzi

Pregoeiro Oficial.

## São Joaquim

### PREFEITURA

#### **ERRATA PROCESSO 110/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ERRATA EDITAL DE LICITAÇÃO

Pregão presencial 66/2014

Processo n.º 110/2014 - Contratação de INSTITUIÇÃO FINANCEIRA para a prestação de serviços bancários para o Município de São Joaquim.

DATA DE ABERTURA : 17/12/2014 - 09:30 horas

No anexo Ia - Proposta:

Acrescentou- se novo item:

10- Valor da proposta R\$ \_\_\_\_\_ ,\_\_( \_\_\_\_\_ )

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3507/2014

DECRETO Nº 3507/2014

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE PARA O BIÊNIO 2014-2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, e artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº. 5250, de 20 de dezembro de 2012;

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal da Juventude - CMJ/SJ, para o biênio 2014-2016, os membros abaixo relacionados:

#### § 1º - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

##### I - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Titular: Bertoldo David Martins Machado
- b) Suplente: Carla Caroline Santos

##### II - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- a) Titular: Aquira Santiago da Silva
- b) Suplente: Juliana Elias

##### III - SECRETARIA DA SAÚDE

- a) Titular: Gabriela Santana Lemos
- b) Suplente: Francisco Reis Tristão

##### IV - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

- a) Titular: Francisco Stringhini Monteiro Neto
- b) Suplente: Karoline da Silva

##### V - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

- a) Titular: Fernando Pereira Siqueira Júnior
- b) Suplente: Mariana Rodrigues Pereira

##### VI - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- a) Titular: Thiago Torres Schlemper
- b) Suplente: Beatriz Veras Costa

##### VII - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- a) Titular: Diego de Mesquita Andrade
- b) Suplente: Thiago Nunes Ferreira

##### VIII - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB

- a) Titular: Graziela Joaquin
- b) Suplente: Madileini Facchini

##### IX - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- a) Titular: Liliane Ferreira Martins
- b) Suplente: Juliana Graciosa Pereira

##### X - CONSELHO TUTELAR

- a) Titular: Adriana Silveira Ruiz Diaz
- b) Suplente: Fernanda Péres

##### XI - CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

- a) Titular: Juliano Alexandre dos Santos
- b) Suplente: Tamara Natal Silveira

#### § 2º - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

- Entidades Titulares:

I- ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO LIBERDADE:

Representante: Nayane Hames da Rosa Mafra

II - COLÉGIO MARISTA E MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Representante: João Batista Sartori

III - CENTRO ACADÊMICO DE DIREITO DA FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ:

Representante: Tito Augusto da Silva

IV - PASTORAL DA JUVENTUDE DA PARÓQUIA DOS SAGRADOS CORAÇÕES:

Representante: André de Carvalho

V - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE - APABB:

Representante: Mariane Vicente de Azevedo

VI - ROTARACT CLUB DE SÃO JOSÉ - KOBASOL:

Representante: Edvaldo Bispo de Barros Júnior

VII - CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL SANTA ANA:

Representante: Valcioni João de Souza

VIII - CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL CENIRO MARTINS:

Representante: Felipe dos Santos Schmitz

IX - IPIRANGA ESPORTE CLUBE:

Representante: Carlos Alexandre Melo da Costa

X - ASSOCIAÇÃO DOA MORADORES DO BAIRRO AREIAS:

Representante: Vinicius França Freitas

XI - ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, CULTURAL E SOCIAL ARTE SUAVE

Representante: Daniel P. Santiago Farias

Art. 2º - Este Decreto entre em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3508/2014

DECRETO Nº 3508/2014

DESIGNA FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica designada ELENIR TERESINHA BITENCOURT DE FREITAS, para exercer a função gratificada de Diretora do Centro de Educação Infantil Professora Maria Arlinda Cúrcio dos Santos, no valor de R\$ 1.400,00, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

#### **DECRETO Nº 3509/2014**

DECRETO Nº 3509/2014  
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital nº 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. NEWTY JAQUELINE RODRIGUES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Monitor, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 3510/2014**

DECRETO Nº 3510/2014  
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital nº 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JAQUELINE BITENCOURT para ocupar o cargo de provimento efetivo de Monitor, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 3511/2014**

DECRETO Nº 3511/2014  
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital nº 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ROBERVAL MARTINS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Monitor, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 3512/2014**

DECRETO Nº 3512/2014  
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora RENATA MAGALI FERREIRA do cargo de Coordenador da Policlínica - CCM-5, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 3514/2014**

DECRETO Nº 3514/2014  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada SILVIA NETTO DE SOUZA ocupante do cargo de Coordenador da Policlínica - CCM-5, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 3515/2014**

DECRETO Nº 3515/2014  
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora JOSIANE DA SILVEIRA RIBEIRO do cargo em comissão de Diretor de Saúde da Família - CCM7, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.



Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3516/2014**

DECRETO Nº 3516/2014  
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora GILMARA VIEIRA BASTOS do cargo em comissão de Diretor III de Centro de Saúde - CCM 6, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3517/2014**

DECRETO Nº 3517/2014  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada GILMARA VIEIRA BASTOS para o cargo em comissão de Diretor de Saúde da Família - CCM7, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3519/2014**

DECRETO Nº 3519/2014  
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital nº 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CINTYA ITAMARO PEREIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Contadora, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Autarquia São José Previdência.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3520/2014**

DECRETO Nº 3520/2014  
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. SONIA REGINA CAMPOS CHAVES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3521/2014**

DECRETO Nº 3521/2014  
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitido o seguinte servidor contratado por processo seletivo, exercente de funções temporárias:

Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
Joceni Judite Rodrigues	Agente de Serviços Gerais	Assistência Social	40h

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3523/2014**

DECRETO Nº 3523/2014  
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora DAIANY SHEILLA DE OLIVEIRA do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal



**DECRETO Nº 3524/2014**

DECRETO Nº 3524/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado EVANDRO DAMÁSIO MAURICIO para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3525/2014**

DECRETO Nº 3525/2014

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
I	Maria Aparecida de Souza Honorato	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	40h/s
II	Maristela Irene dos Passos do Amaral	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Saúde	40h/s
III	Cássia Maria de Souza Cristovão	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Saúde	40h/s

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3526/2014**

DECRETO Nº 3523/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor RUDMAR MAURÍCIO do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3527/2014**

DECRETO Nº 3.527/2014

DESIGNA FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada RITA DE CÁCIA GARCIA, para exercer a função gratificada de Diretora do Centro de Educação Infantil Julia Francisca dos Santos, no valor de R\$ 1.400,00, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 3528/2014**

DECRETO Nº 3528/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG, do cargo de Secretário da Educação - SM, com lotação na Secretaria da Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3529/2014**

DECRETO Nº 3529/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora DANIELA DA SILVA FRAGA do cargo de Diretor Administrativo e Operacional - CCM 9, com lotação na Secretaria da Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo seus efeitos a partir de 09 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3530/2014

DECRETO Nº 3529/2014  
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora DANIELA DA SILVA FRAGA do cargo de Diretor Administrativo e Operacional - CCM 9, com lotação na Secretaria da Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3532/2014

DECRETO Nº 3.532/2014

ALTERA OS DECRETOS Nº 1.216/13 E Nº 1.217/13, QUE DISPÕEM SOBRE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E DE GOVERNO PARA A PRÁTICA DE ATOS QUE MENCIONA E DÃO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, II, IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19 da Lei Complementar nº 014/2004,

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 1º do Decreto nº 1.216/13 passa a vigorar acrescido dos incisos V e VI, com a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

V - homologar o procedimento licitatório e adjudicar o objeto da licitação ao proponente vencedor;

VI - revogar o procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993;" (NR)

Art. 2º - Ficam revogados os incisos II e III do artigo 1º do Decreto nº 1.217/13.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 09 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

GUARANY PACHECO  
Secretário Municipal de Governo

### EDITAL 005/2014

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL  
EDITAL 005/2014  
CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São José, através da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o item 12.6 do Edital 005/2014 - Processo Seletivo Público, torna pública a CONVOCAÇÃO para a 1ª chamada de escolha de vagas para admissão em caráter temporário, no Quadro do Magistério Municipal, conforme local e cronograma das disciplinas a seguir:

Local: CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL ANTÔNIO FRANCISCO MACHADO (FORQUILHÃO)

Rua: Pedro Paulo de Abreu - Forquilha - São José

DATA: 16/12/2014(terça-feira)

HORÁRIO	DISCIPLINAS
08h00min	Professor – Português
08h00min	Professor – História
08h00min	Professor – Artes
08h00min	Professor – Informática
08h00min	Professor – Espanhol
08h30min	Professor – Noções de Direito
09h00min	Professor – Ciências da Religião
10h00min	Professor – Crivo
10h30min	Professor – Manicure
11h00min	Professor – Pintura em Tela
11h30min	Professor – Patchwork
13h30min	Auxiliar de Sala – Educação Infantil
13h30min	Professor Anos Iniciais – Alfabetização de Jovens e Adultos e TAS - Tempo de Aprendizagens
13h30min	Professor – Filosofia
13h30min	Professor – Artes Aplicadas
13h30min	Professor – Bordado à Mão
14h30min	Professor – Bordado à Máquina
14h30min	Professor – Corte e Cabelo
15h30min	Professor – Corte e Costura
15h30min	Professor – Corte e Costura (Lingerie)
16h30min	Professor – Pintura em Madeira e Gesso
16h30min	Professor – Pintura em Tecido

DATA: 17/12/2014(quarta-feira)

HORÁRIO	DISCIPLINAS
08h00min	Professor – Matemática
08h00min	Professor – Ciências
08h00min	Professor – Geografia
08h00min	Professor – Biologia
08h00min	Professor – Química
09h00min	Professor – Física
09h00min	Professor – Sociologia
10h00min	Professor – Dança
13h30min	Professor – Educação Infantil
13h30min	Professor – Educação Física – Ed. Infantil/Ens. Fundamental
13h30min	Professor – Tear
13h30min	Professor – Tricô e Crochê

DATA: 18/12/2014(quinta-feira)

HORÁRIO	DISCIPLINAS
08h00min	Professor – Inglês
08h00min	Auxiliar de Ensino – Ensino Fundamental
08h00min	Auxiliar de Ensino – Educação Infantil
08h00min	Professor – Educação Especial(AEE)
10h30min	Professor – Libras
11h00min	Auxiliar de Ensino - Libras
13h30min	Auxiliar de Ensino – Educação Especial

Os candidatos classificados para as disciplinas de Porcelana Fria, Música - Bandas e Fanfarras - Percussão e Sopro, Música - Coral e Música - Corpo Coreográfico/Linha de Frente serão convocados para a escolha de vagas, de acordo com a disponibilidade de vagas, obedecendo a ordem de classificação, conforme cronograma a ser apresentado no início do ano letivo de 2015.

São José (SC), 08 de dezembro de 2014.

Secretária Municipal de Educação

São José - SC

#### **PORTARIA Nº 006, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 006, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a necessidade de consulta prévia ao órgão da Defesa Civil Municipal para concessão de Licença Ambiental Prévia - LAP de empreendimento a ser instalado nas áreas suscetíveis a inundações e deslizamentos.

CONSIDERANDO a necessidade de licenciamento para “a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental” (artigo 10 da Lei 6.938/1981).

CONSIDERANDO a Resolução do CONSEMA n.º 007/2007 que habilitou o Município de São José para realização do Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local, nível III;

CONSIDERANDO o rol de atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental de impacto local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal, constantes na Resolução do CONSEMA nº 14/2012;

CONSIDERANDO que o Município de São José está inserido no cadastro nacional de municípios brasileiros com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

CONSIDERANDO o mapeamento de risco elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil - CPRM e as Cartas Geotécnicas elaboradas pela UFSC para nortear o crescimento do município de São José;

CONSIDERANDO que os documentos supracitados ensejaram o apontamento das áreas suscetíveis a inundações e deslizamentos localizadas no município de São José;

CONSIDERANDO o disposto no §3º, da Lei 6.766/79 que veda a aprovação de projeto de loteamento e desmembramento em áreas de risco definidas como não edificáveis, no plano diretor ou legislação derivada;

CONSIDERANDO que a defesa civil municipal é o órgão competente para promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas, nos termos do artigo 8º, V, da Lei 12.608/2012;

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ - FMADS,

no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13 da Lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997, faz saber e tornar público pela presente que:

Art. 1º O processo administrativo para licenciamento ambiental

de empreendimento a ser instalado em áreas suscetíveis de risco de inundações e deslizamentos, constante das Cartas Geotécnicas de aptidão à urbanização elaboradas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, será encaminhado para o órgão da Defesa Civil deste Município para apontamento das medidas preventivas e/ou mitigadoras a serem adotadas pelo empreendedor.

Parágrafo único. As medidas preventivas e/ou mitigadoras constarão como condicionantes da Licença Ambiental Prévia - LAP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, comunique-se e cumpra-se.

São José, 27 de novembro de 2014.

EDUARDO BASTOS MOREIRA LIMA

Superintendente da FMADS/SJ

Decreto Municipal nº 696/2013

#### **TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 145/2013/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 145/2013/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSOCIAÇÃO FLORIANOPOLITANA DE DEFICIENTES FÍSICOS-AFLODEF

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação por 31 dias do prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Convênio ora aditado, passando a vigorar até 31 de janeiro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2014 a 31/01/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e José Roberto Leal

#### **TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 125/2013/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 125/2013/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE AÇÃO SOCIAL SALTO DO MARUIM.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação por 31 dias do prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Convênio ora aditado, passando a vigorar até 31 de janeiro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2014 a 31/01/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Eduardo Pedro de Souza.

**TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 127/2013/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 127/2013/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE SÃO JOSÉ.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação por 31 dias do prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Convênio ora aditado, passando a vigorar até 31 de janeiro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2014 a 31/01/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Amélia Inácia Medeiros Ludwig.

**TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 128/2013/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 128/2013/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM AMODELAR/AMORJA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação por 31 dias do prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Convênio ora aditado, passando a vigorar até 31 de janeiro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2014 a 31/01/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Aurea Corina Valério

**TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 130/2013/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 130/2013/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CONSELHO COMUNITÁRIO SANTOS DUMONT.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação por 31 dias do prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Convênio ora aditado, passando a vigorar até 31 de janeiro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2014 a 31/01/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Marcos Aurélio Rufino.

**TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 131/2013/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 61/2014

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CENTRO EDUCACIONAL PRINCIPE DA PAZ.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 200 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e José Ademir Machado

**TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 132/2013/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 132/2013/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE NOSSA SENHORA DE AZAMBUJA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação por 31 dias do prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Convênio ora aditado, passando a vigorar até 31 de janeiro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2014 a 31/01/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Maria Clotilde Daniel Joaquim.

**TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 133/2013/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 133/2013/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE SERTÃO DO MARUIM.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação por 31 dias do prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Convênio ora aditado, passando a vigorar até 31 de janeiro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2014 a 31/01/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Ademir Goedert.



**TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 135/2013/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 135/2013/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CRECHE RENASCER SOCIEDADE ESPIRITA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação por 31 dias do prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Convênio ora aditado, passando a vigorar até 31 de janeiro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2014 a 31/01/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Classir Poeta Maçaneiro.

**TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 137/2013/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 137/2013/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CRECHE NOSSA SENHORA DE LOURDES/AÇÃO SOCIAL DE BARREIROS.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação por 31 dias do prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Convênio ora aditado, passando a vigorar até 31 de janeiro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2014 a 31/01/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Alcioni Berkenbrok.

**TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 139/2013/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 139/2013/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CENTRO COMUNITÁRIO DE FORQUILHINHAS.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação por 31 dias do prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Convênio ora aditado, passando a vigorar até 31 de janeiro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2014 a 31/01/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Inocêncio de Lima.

**TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 142/2013/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 142/2013/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CENTRO DE TREINAMENTO E ESPERANÇA/CETE.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação por 31 dias do prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Convênio ora aditado, passando a vigorar até 31 de janeiro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2014 a 31/01/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Jonas Edson da Silva.

**TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 144/2013/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 144/2013/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CRECHE ANJO DA GUARDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação por 31 dias do prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Convênio ora aditado, passando a vigorar até 31 de janeiro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2014 a 31/01/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Alcioni Berkenbrok

**TERMO ADITIVO Nº 003/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 129/2013/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 003/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 129/2013/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CRECHE ORFANATO VINDE A MIM AS CRIANCINHAS.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação por 31 dias do prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Convênio ora aditado, passando a vigorar até 31 de janeiro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2014 a 31/01/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Fernando da Costa.

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 51/2014**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 51/2014

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A ASSOCIAÇÃO FLORIANOPOLITANA DE DEFICIENTES FÍSICOS - AFLODEF.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 15 menores visando o transporte especial para pessoas com deficiência física.

VIGÊNCIA: Fevereiro de 2015 a dezembro de 2015.

VALOR: R\$ 200.000,00 divididos em 11 parcelas.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e José Roberto Leal

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 52/2014**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 52/2014

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE AÇÃO SOCIAL DE BARREIROS.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 140 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

VALOR: R\$ 552.300,00 divididos em 11 parcelas.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Alcioni Berkenbrok

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 54/2014**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 54/2014

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE SÃO JOSÉ.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 83 menores visando à manutenção da Educação Especial.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

VALOR: R\$ 301.705,00 divididos em 11 parcelas.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Amélia Inácia Medeiros Ludwig

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 55/2014**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 55/2014

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CRECHE ANJO DA GUARDA.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 51 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

VALOR: R\$ 201.195,00 divididos em 11 parcelas.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Eduardo Nicolau Soares

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 58/2014**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 58/2014

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE TREINAMENTO E ESPERANÇA/CETE.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 66 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

VALOR: R\$ 260.370,00 divididos em 11 parcelas.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Jonas Edson da Silva

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 59/2014**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 59/2014

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 382 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

VALOR: R\$ 1.506.990,00 divididos em 11 parcelas.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Marly Zilioto Gomes



**TERMO DE CONVÊNIO Nº 61/2014**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 61/2014

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CENTRO EDUCACIONAL PRINCIPE DA PAZ.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 200 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

VALOR: R\$ 789.000,00 divididos em 11 parcelas.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e José Ademir Machado

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 62/2014**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 62/2014

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CRECHE RENASCER SOCIEDADE ESPIRITA.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 76 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

VALOR: R\$ 299.820.00,00 divididos em 11 parcelas.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Classir Poeta Maçaneiro

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 64**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 64

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE SERTÃO DO MARUIM.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 205 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

VALOR: R\$ 726.555,00 divididos em 11 parcelas.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Ademir Goedert

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 66/2014**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 66/2014

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CRECHE ORFANATO VINDE A MIM AS CRIANCINHAS.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 360 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

VALOR: R\$ 1.419.287,00 divididos em 11 parcelas.

LOCAL E DATA São José, SC, 08 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Fernando da Costa

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 123**

PORTARIA Nº 123/2014

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - NOMEAR - O Servidor GEORGES IESUS FLEURY CAMARGO, do quadro efetivo da Câmara Municipal de São José, para exercer o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando integralmente as portarias nº 042/2013 e 030/2013.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 09 de dezembro de 2014.  
SANDERSON ALMECI DE JESUS  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA Nº 124/2014**

PORTARIA Nº 124/2014

Considerando que o contratado deve ser executado fielmente pelas partes de acordo com a Lei nº. 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no artigo 67 da Lei nº. 8.666/93 que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar;

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

I - NOMEAR - O Servidor GEORGES IESUS FLEURY CAMARGO, para fiscalizar o Processo Licitatório nº 028/2009, Pregão Presencial nº 023/2009, firmado entre a Câmara Municipal de São José e a Empresa GREEN CARD S/A; observando as condições expressas no edital e anexo que o integram.

II - A Empresa contratada deverá apresentar à Fiscalização do contrato, relatório mensal das atividades desenvolvidas no mês, que por sua vez promoverá a verificação dos serviços executados para certificação da Nota Fiscal emitida pela empresa contratada, para o seu efetivo pagamento.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando integralmente a portaria nº 170/2013.

IV - Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 09 de Dezembro de 2014.  
SANDERSON ALMECI DE JESUS  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº122 /2014**

PORTARIA Nº122 /2014

Substitui Integrantes da Comissão de Licitação

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. - Substituir o Sr. Jamil Paulo Elias - Membro da comissão de licitação, pelo Sr. Paulo Roberto Corrêa.

II.- Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

III- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 09 de Dezembro de 2014.  
SANDERSON ALMECI DE JESUS  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

# São José do Cedro

**PREFEITURA****DECRETO Nº 5.500, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 5.500, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

“FIXA O VALOR DA UFRM - UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015”.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº. 3.492, de 11 de março de 2008,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica fixado em R\$ 85,58 (oitenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), o valor da UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal para o exercício de 2015.

Art. 2º. O valor acima fixado tem como base o índice acumulado do IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, relativo aos últimos 12 (doze) meses, que foi de 3,6543%.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 1º de Janeiro de 2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 05 de dezembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 290/2014 - SF**

DECRETO Nº. 290/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

“121” 3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas -Pessoal Civil...R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais),

Recursos Transferência de Impostos Educação, Fonte 1.0001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"124" 3.3.90.39.00.00.1.0001 Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 01 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### **DECRETO Nº. 291/2014 - SF**

DECRETO Nº. 291/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.116,50 (três mil, cento e dezesseis reais e cinquenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.073 CONSTRUÇÃO DO CRAS

"297" 4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$ 3.116,50

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor R\$ 3.116,50 (três mil cento e dezesseis reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 01 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### **DECRETO Nº. 292/2014 - SF**

DECRETO Nº. 292/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.630,43 (dois mil seiscentos e trinta reais e quarenta e três centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

"3" 3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais ..... R\$ 2.630,43

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Transferências de Impostos, Fonte 1.0002 no valor R\$ 2.630,43 (dois mil seiscentos e trinta reais e quarenta e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de dezembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 04 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### **DECRETO Nº. 293/2014 - SF**

DECRETO Nº. 293/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.300,84 (hum mil, trezentos reais e oitenta e quatro centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"143" 3.1.90.13.00.00.1.0018 Obrigações Patronais .. R\$ 1.300,84

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos FUNDEB 60%, Fonte 1.0018 no valor R\$ 1.300,84 (hum mil, trezentos reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de dezembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 04 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### **DECRETO Nº. 294/2014 - SF**

DECRETO Nº. 294/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 921,92 (novecentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

1.050 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS EM GERAL

"66" 4.4.90.52.00.00.1.0023 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 921,92

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Transferências de Convênio - Saúde, Fonte 1.0023 no valor R\$ 921,92 (novecentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de dezembro de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 04 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### **DECRETO Nº. 295/2014 - SF**

DECRETO Nº. 295/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 30.976,47 (trinta mil, novecentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAG. - FUNDEB

"116" 3.1.90.13.00.00.1.0018 Obrigações Patronais ....R\$ 8.100,44

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENINO INFANTIL

"143" 3.1.90.13.00.00.1.0018 Obrigações Patronais ..R\$ 22.876,03

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos FUNDEB 60%, Fonte 1.0018 no valor R\$ 30.976,47 (trinta mil, novecentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de dezembro de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 04 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### **DECRETO Nº. 296/2014 - SF**

DECRETO Nº. 296/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.983,94 (dois mil, novecentos e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.017 DEPARTAMENTO DE ADMIN. E PLANJ. EDUCACIONAL

"108" 3.1.90.13.00.00.1.0001 Obrigações Patronais ..... R\$2.874,67

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"122" 3.1.90.13.00.00.1.0001 Obrigações Patronais ..... R\$109,27

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Transferências de Impostos - Educação, Fonte 1.0001 no valor R\$ 2.983,94 (dois mil, novecentos e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de dezembro de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 04 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.



**DECRETO Nº. 297/2014 - SF**

DECRETO Nº. 297/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 11.991,00 (onze mil, novecentos e noventa e um reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

1.048 AMPLIAR OU REFORMAR MÓDULO E QUADRAS ESPORTIVAS

"239" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$ 8.491,00

"240" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 3.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor R\$ 11.991,00 (onze mil, novecentos e noventa e um reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de dezembro de 2014.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 04 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 298/2014 - SF**

DECRETO Nº. 298/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"139" 3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por tempo determinado ..... R\$ 1.300,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais), Recursos FUNDEB 60%, Fonte 1.0018, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"141" 3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas

- Pessoal Civil..R\$ 1.300,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de dezembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 299/2014 - SF**

DECRETO Nº. 299/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 13.983,02 (treze mil, novecentos e oitenta e três reais e dois centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"62" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica.R\$ 13.983,02

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor R\$ 13.983,02 (treze mil, novecentos e oitenta e três reais e dois centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"60" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$ 13.983,02

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de dezembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 300/2014 - SF**

DECRETO Nº. 300/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 574,13 (quinhentos e setenta e quatro reais e treze centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.007 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

"48" 3.3.90.30.00.00.1.0055 Material de Consumo .....  
..... R\$ 534,13

"53" 3.3.90.39.00.00.1.0055 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa  
Jurídica ..... R\$ 40,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Convênio Trânsito - Civil, Fonte 1.0055 no valor R\$ 574,13 (quinhentos e setenta e quatro reais e treze centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de dezembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 08 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.119/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº119/2014

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 119/2014, Edital de Pregão Nº 119/2014, Objeto: Aquisição de combustíveis para uso em veículos, caminhões, ônibus máquinas e equipamentos da prefeitura municipal para o exercício de 2015. Recebimento das propostas até às 07:30 horas do dia 22/12/2014. Abertura dos envelopes às 07:30 horas do dia 22/12/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.  
Antonio Plinio de Castro Silva  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.28/2014**

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº28/2014

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 28/2014, Edital de Pregão Nº 28/2014, Objeto: Aquisição de combustível para uso nos veículos da secretaria municipal de saúde para o exercício de 2015. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 22/12/2014. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do dia 22/12/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro.  
Fernando Julio Will  
Responsável pelo FMS.



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **CANCELAMENTO AUDIÊNCIA PÚBLICA**

#### **CANCELAMENTO AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O Presidente do CONCISLO, Sr. Ilvo Gabriel Ioris, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 146, de 12 de dezembro de 2012, Plano Diretor Participativo, informa a toda a população lourenciana e demais interessados que a AUDIÊNCIA PÚBLICA de caráter consultivo e não deliberativo, prevista para o dia 17/12/2014, às 19h30min, no Clube de Idosos Conviver, localizado na Rua Rui Barbosa, nº 665, Centro, São Lourenço do Oeste/SC foi CANCELADA, sendo a nova data de realização da mesma marcada e divulgada posteriormente.

### **DECRETO Nº 5.001, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 5.001, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Homologa o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT), de 1º de setembro de 2014, do Município de São Lourenço do Oeste/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, fundamentado no § 7º, do art. 75, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, de 1º de setembro de 2014, possibilitando a análise, definição dos critérios e rotina para tramitação do processo de concessão de adicional de insalubridade ou periculosidade dos servidores públicos.

Parágrafo único. O LTCAT, de que trata o caput deste artigo, encontra-se arquivado na Gerência de Recursos Humanos e Capacitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde a data de emissão do laudo.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### AVISO DE CREDENCIAMENTO 17.2014 FMS AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 17/2014 - FMS - CREDENCIAMENTO  
OBJETO: O objeto do presente Chamamento Público consiste no CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, objetivando contratar SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA O CONJUNTO TOTAL DE PROCEDIMENTOS EM LABORATÓRIO CLÍNICO.

DATA INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: 10/12/2014 das 08:00h às 12:45h.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou nos emails: [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br) e [licitacoespmspa@gmail.com](mailto:licitacoespmspa@gmail.com)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203. São Pedro de Alcântara, 09/12/2014 - EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO - Prefeito Municipal e.e.

### AVISO DE LICITAÇÃO 111.2014 AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 111/2014 MODALIDADE: Chamada Pública -  
OBJETO: O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para o atendimento à alimentação escolar das Unidades de Ensino do Município de São Pedro de Alcântara, conforme especificado no Anexo II.

TIPO: Menor Preço por Item DATA DE ABERTURA: 13/01/2015 às 08:00h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails:

[licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br) ou [licitacoespmspa@gmail.com](mailto:licitacoespmspa@gmail.com)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203. São Pedro de Alcântara, 09/12/2014

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO - Prefeito Municipal e.e.

### EXTRATO DO CONTRATO 61.2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/2014

Contrato nº. 61/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 106/2014 - Tomada de Preços; Contratante: Município de São Pedro de Alcântara; Contratada: MS CONTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME; Objeto: contratação de uma empresa especializada para a Reforma e Ampliação da Escola Básica Profº Augusto Schnitzler, localizada no bairro em Santa Filomena, conforme memorial descritivo, orçamento e projetos dispostos nos Anexos do Edital 106/2014.. Valor: R\$ 48.345,00 (quarenta e oito mil, trezentos e quarenta e cinco reais); Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias.

JUCÉLIO KREMER São Pedro de Alcântara, 08 de dezembro de 2014.

Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 99, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 99, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

"Dispõe Sobre o Sistema Municipal de Educação do Município de São Pedro de Alcântara e dá outras providências".

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

#### DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 1º O Sistema Municipal de Educação é responsável pela condução da educação e do ensino no Município de São Pedro de Alcântara, observadas as Leis vigentes, emanadas da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96).

Art. 2º O Sistema Municipal de Educação observará o conjunto dos princípios e normas do Direito Educacional Brasileiro, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e demais Leis pertinentes, as Normas Gerais de Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, os Planos Estadual e Municipal de Educação e, no que couber, a legislação concorrente do Estado de Santa Catarina, respeitadas as competências comuns e suplementares do Poder Público Municipal, por seus órgãos e instâncias competentes.

Parágrafo único. O Poder Executivo praticará todos os atos destinados ao efetivo regime de colaboração entre os demais sistemas de ensino, bem como os necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º O Sistema Municipal de Educação incumbir-se-á, prioritariamente, da execução dos seguintes programas e ações educacionais:

- I. Educação Infantil, destinada às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e às crianças que completarem 6 (seis) anos após a data de corte, estabelecida para 31 (trinta e um) de março, em Centros de Educação Infantil e Pré-Escolas; e/ou Instituições de Ensino que ofereçam Pré-Escolar II e Pré-Escolas; e
- II. Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito com duração mínima de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade completos até o dia 31 de março e para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Art. 4º Compreende-se como Sistema Municipal de Educação a organização legal dos elementos que se articulam para a efetiva concretização da autonomia do município, na área da educação, sendo composto, no município de São Pedro de Alcântara, pelos seguintes elementos:

- I. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- II. Instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental mantidas pelo Poder Público Municipal;
- III. Conselho Municipal de Educação - CME;
- IV. Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;
- V. Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE;
- VI. Comunidade Escolar.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação, órgão com funções normativa, mobilizadora, consultiva, deliberativa, propositiva, fiscalizadora, de acompanhamento e controle social do Sistema Municipal de Ensino Educação, é regido por regulamento próprio, como também os demais Conselhos, do Fundeb e de

Alimentação Escolar, possuem regimento próprio

## CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Art. 5º O ensino, de responsabilidade do poder público, da família, da sociedade e da escola, será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso progresso na escola;
- II. liberdade para aprender, ensinar, pesquisar, expressar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- IV. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- V. respeito à liberdade e aos direitos individuais e coletivos;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. gestão democrática do ensino público na forma da lei e das normas deste Sistema de Educação;
- VIII. garantia de padrão de qualidade;
- IX. valorização da experiência extraescolar;
- X. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XI. o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho;
- XII. promoção de integração escola-comunidade;
- XIII. valorização do profissional da educação, garantida nos termos da Lei, Plano de Carreira e Valorização do Magistério Público Municipal com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, ressalvados os casos previstos em Lei.

Art. 6º O ensino em São Pedro de Alcântara será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. erradicação do analfabetismo;
- II. universalização do atendimento escolar;
- III. superação das desigualdades educacionais;
- IV. melhoria da qualidade do ensino;
- V. formação para a cidadania e para o trabalho;
- VI. promoção da sustentabilidade socioambiental;
- VII. promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VIII. valorização dos profissionais da educação;
- IX. difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e da gestão democrática da educação.

§1º O Município deverá prever mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024.

§2º O Município deverá adequar seu Plano Municipal de Educação, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE - 2014/2024, no prazo de um ano contado da data da aprovação e publicação desta Lei.

§3º A educação escolar pública atenderá educandos que não tiveram acesso em idade própria, observando modalidade e horários compatíveis com as características dos referidos, não dependendo, de modo exclusivo, dos recursos do Município, sendo que, em regime de colaboração com a iniciativa privada, o Município deverá garantir a universalização do Ensino Fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA.

## CAPÍTULO II DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 7º O dever do Município com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I. Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que

a ele não tiveram acesso na idade própria;

II. oferta de educação escolar regular para jovens e adultos na modalidade de Ensino Fundamental, com características adequadas às suas necessidades;

III. atendimento educacional especializado, gratuito, aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV. atendimento em Centros Municipais de Educação Infantil (creches e Pré-Escolas) e/ou em Instituições de Ensino que ofertem Pré-Escolas às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade;

V. atendimento ao educando, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§1º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade ( ou até 6 (seis) anos, para as que completarem esta idade após 31 de março, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

I. o Centro de Educação Infantil atenderá crianças até 3 (três) anos e 11 (onze) meses (creche), com vaga preferencial para filhos de mães trabalhadoras; e

II. a Pré-Escola, com duração de 2 (dois) anos, (Pré I e Pré II) atenderá todas as crianças de 4 (quatro) anos até as que completarem 6 (seis) anos, após 31 (trinta e um) de março.

§2º O Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, com duração mínima de 9 (nove) anos, atenderá crianças a partir dos 6 (seis) anos completos até 31 (trinta e um) de março, sendo organizado e tratado em duas fases:

I. Anos Iniciais - com duração de 5 (cinco) anos, oferecido do 1º ao 5º ano;

II. Anos Finais - com duração de 4 (quatro) anos, oferecido do 6º ao 9º ano.

§3º Em caso de reprovação, o atendimento ocorrerá até o aluno atingir a idade mínima para frequentar a EJA.

§4º O Ensino Fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral.

Art. 8º O Poder Público Municipal assegurará em primeiro lugar o acesso ao Ensino Fundamental obrigatório, contemplando em seguida a Educação Infantil e os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§1º As escolas públicas, ainda que vinculadas a diferentes redes de ensino, poderão promover o uso comum e articulado de seus espaços físicos, de pessoal e recursos materiais, mediante acordo, precedido de autorização das partes envolvidas.

§2º O Município poderá consorciar-se com outros Municípios na busca de soluções de problemas educacionais comuns.

Art. 9º O Município, em regime de colaboração com a iniciativa privada, garantirá a universalização do Ensino Fundamental, para jovens e adultos que a ele não tiveram acesso em idade própria.

Art. 10 O Município assegurará atendimento educacional especializado para alunos com necessidades especiais; dificuldade mental, visual, auditiva, físico-motora ou múltiplas; e conduta típica de síndromes, quadros psicológicos e neurológicos, mediante diagnóstico emitido por especialistas da área avaliada.

§1º O Município oferecerá transporte, bem como professor para acompanhar alunos com necessidades especiais para atendimento especializado.

§2º Se houver necessidade, mediante laudo diagnóstico, emitido por especialista da área avaliada, e elaboração de Parecer do Professor de sala de aula o qual será encaminhado para o responsável da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto para, juntamente com a Direção das Instituições de Ensino e o Conselho Municipal de Educação, procederem a análise e previsão da necessidade ou não de um profissional de apoio para o aluno com necessidade especial, Professor II ou acompanhamento do professor do AEE - Atendimento Educacional Especializado.

Art. 11 O ensino é livre à iniciativa privada, ficando as Instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, vinculadas ao Sistema Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Os Centros de Educação Infantil (creches e Pré-Escolas), Escolas de Ensino Fundamental ou entidades equivalentes que venham a ser criadas, deverão integrar-se ao Sistema Municipal de Educação, mediante:

- I. cumprimento das normas gerais da Educação Nacional e do Sistema Municipal de Educação;
- II. autorização de funcionamento e reconhecimento pelo Poder Público Municipal;
- III. avaliação da qualidade do corpo docente e técnico-administrativo pelo Poder Público Municipal;
- IV. condições físicas e de equipamentos para funcionamento com qualidade;
- V. capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

## TÍTULO II

### DAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 12 O Sistema Municipal de Educação de São Pedro de Alcântara, organização legal dos elementos que se articulam para a efetiva concretização da autonomia do Município, conforme consta no art. 4º desta Lei incumbir-se-á de:

- I. criar, organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do seu Sistema de Educação, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
- II. autorizar, credenciar, supervisionar e avaliar cursos e Instituições de Ensino do seu sistema;
- III. exercer ação redistributiva em relação às Instituições de Ensino Fundamental e Educação Infantil;
- IV. baixar normas complementares para o seu Sistema de Educação, através do Conselho Municipal de Educação;
- V. oferecer a Educação Infantil nos Centros de Educação Infantil Municipais e, com prioridade, o Ensino Fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- VI. elaborar o Plano Municipal de Educação;
- VII. participar da elaboração e fazer cumprir o Plano de Carreira e Valorização do Magistério Público Municipal.

## CAPÍTULO I

### DA ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 13 O Sistema Municipal de Educação de São Pedro de Alcântara, que abrange as Instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental, mantidas pelo Poder Público Municipal, é regido pela presente Lei e à luz da legislação educacional vigente.

Art. 14 As Instituições de Ensino integrantes do Sistema Municipal de Educação que oferecerem Educação Infantil ou Ensino Fundamental, deverão ser autorizadas pelo Conselho Municipal de Educação, em processo próprio, mediante cumprimento de legislação específica.

## Seção I

### Da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto

Art. 15 A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, ao exercer suas funções abrange:

- I. o planejamento, a execução, a supervisão e o controle da ação educacional e do ensino;
- II. a orientação, supervisão e inspeção dos estabelecimentos de educação e ensino, nos vários níveis e modalidades;
- III. o apoio técnico e didático-pedagógico para as instituições educacionais e de ensino, em matéria de políticas e de legislação educacionais;
- IV. os estudos e pesquisas permanentes para a avaliação dos recursos financeiros de custeio e investimento do Sistema Municipal de Educação;
- V. a assistência e amparo ao estudante, garantindo-lhe o acesso e a permanência em estabelecimentos de ensino, em atenção ao nível de sua formação, bem como, de sua idade e desenvolvimento;
- VI. a constante busca pela melhoria e qualidade da educação e do ensino, nos diferentes níveis e/ou modalidades ofertados à comunidade pela sua rede de ensino;
- VII. as formas de colaboração com a União e os Estados na oferta do ensino obrigatório;
- VIII. as políticas e planos educacionais, em consonância com as Diretrizes e Planos Estaduais e Nacionais de Educação, integrando e coordenando as suas ações;
- IX. a elaboração e o acompanhamento do cumprimento do Estatuto do Magistério Público Municipal e o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério e da Educação atuantes na Rede Municipal de Ensino, com a participação do Conselho Municipal de Educação;
- X. a garantia do Ensino Fundamental obrigatório preferencialmente à população em idade escolar correspondente;
- XI. assegurar a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativa do ensino com os programas de financiamento e de planejamento com os órgãos públicos federais;
- XII. desenvolver a pesquisa e/ou o planejamento para a formação dos professores, administradores e demais especialistas em educação e ensino, através da capacitação em serviço;
- XIII. administrar o Sistema Municipal de Educação com as atribuições do Poder Público Municipal e pelo Conselho Municipal de Educação, o qual exercerá as funções de órgão normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador da Educação e do Ensino de São Pedro de Alcântara.

## Seção II

### Das Atribuições das Unidades Escolares

Art. 16 As Instituições de Ensino, respeitadas as normas da Educação Nacional e do Sistema Municipal de Educação, terão incumbência de:

- I. elaborar e executar seu Projeto Político-Pedagógico e seu Regimento Escolar;
- a) o Sistema Municipal de Educação poderá adotar Regimento Escolar comum para toda a Rede Pública Municipal, para assegurar uniformidade de diretrizes, de controle, de comando e de avaliação;
- II. administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III. assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos em calendário escolar, adequando-os às peculiaridades locais;
- IV. zelar pelo plano de trabalho de cada docente;
- V. prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI. articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII. informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de seu Projeto



Político-Pedagógico.

Parágrafo Único. As Instituições de Ensino deverão adequar seu Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar a esta Lei.

Art. 17 Quanto à obrigatoriedade de permanência do estudante na escola, principalmente no Ensino Fundamental, cabe as Instituições de Ensino:

- I. zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência e o rendimento dos estudantes;
- II. articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- III. informar os pais ou responsáveis sobre a execução de sua proposta pedagógica;
- IV. notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos estudantes que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em Lei.

Art. 18 Em relação às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública, atingir, no mínimo, as médias nacionais previstas para o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

### Seção III Das Atribuições dos Docentes

Art. 19 Os docentes incumbir-se-ão de:

- I. participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico e da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II. elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III. zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV. estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V. ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

## CAPÍTULO II DOS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

### Seção I Da Educação Infantil

Art. 20 A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida nos Centros de Educação Infantil ou em escolas que ofereçam o atendimento às crianças da Pré-Escola II, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que educam e cuidam de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, e as que completarem 6 (seis) anos após 31(trinta e um) de março, no período diurno, em jornada integral (creche) ou parcial (Pré-Escola).

§1º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil (Pré-Escola I), de crianças que completarem 4 (quatro) anos até o dia 31 (trinta e um) de março, do ano em que ocorrer a matrícula.

§2º As crianças que completarem 6 (seis) anos após o dia 31 (trinta e um) de março, devem ser matriculadas na Pré-Escola II.

Art. 21 O início do atendimento na Educação Infantil se dará na primeira quinzena de fevereiro e o término na primeira quinzena de dezembro.

Parágrafo Único. O período compreendido entre o término do atendimento regular e o início do atendimento regular na Educação Infantil, poderá ser atendido em regime de colônia de férias, devendo a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e o Conselho Municipal de Educação regular sua efetivação.

Art. 22 As Propostas Pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

- I. Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades;
- II. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- III. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Art. 23 As Instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- I. a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- II. utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- III. a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/Instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, creche/pré-escola I/pré-escola II e transição Pré-Escola /Ensino Fundamental);
- IV. documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- V. a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Art. 24 A infraestrutura para a Educação Infantil em São Pedro de Alcântara considerará os seguintes parâmetros de qualidade:

- I. conforto ambiental dos seus usuários (conforto térmico, visual, acústico, olfativo/qualidade do ar) e qualidade sanitária dos ambientes;
- II. adequação dos ambientes internos e externos (arranjo espacial, volumetria, materiais, cores e texturas) com as práticas pedagógicas, a cultura, o desenvolvimento infantil e a acessibilidade.

### Seção II Do Ensino Fundamental

Art. 25 O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo.

§1º É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 (trinta e um) de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes.

§2º As crianças que completarem 6 (seis) anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil (Pré-Escola II).

Art. 26 O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como

meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;  
II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;  
III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição e construção de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;  
IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art. 27 O Ensino Fundamental de São Pedro de Alcântara, reforçando a sua ampliação com qualidade de ensino, dá especial atenção ao Ciclo da Alfabetização, devendo assegurar:

- I. a alfabetização e ao letramento de todas as crianças até 8 (oito) anos de idade;
  - II. ação pedagógica que assegure, nesse período, o desenvolvimento das diversas expressões e o aprendizado das áreas de conhecimento estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental;
  - III. desenvolvimento pedagógico nos aspectos social, cultural, cognitivo, linguístico, de forma que a criança aprenda a ler, a escrever e consiga interpretar o que escreve ou lê, isto é, tenha compreensão leitora;
- a) em caso de recebimento de alunos transferidos, independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita na escola, sua matrícula ocorrerá no ano adequado;

Art. 28 O Ensino Fundamental municipal será oferecido em:

- a) Escolas Básicas;
- b) Escolas Multisseriadas.

Art. 29. A carga horária anual mínima de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, na competência do Município de São Pedro de Alcântara, atenderá as determinações da LDB 9.394/96.

Parágrafo único. Os 200 dias letivos e 800 horas de efetivo trabalho escolar, serão distribuídos em 5 dias na semana com aulas de 45 (quarenta e cinco) minutos e/ou, conforme a necessidade e de acordo com alterações curriculares, a hora/aula poderá ser de 38 (trinta e oito) minutos, em apenas alguns dias da semana. Poderão também ser considerados dias letivos as atividades realizadas com a participação dos alunos em horários diferentes dos pré-estabelecidos, conforme o Projeto Político-Pedagógico.

### Seção III

#### EJA - Educação de Jovens e Adultos

Art. 30 A Educação de Jovens e Adultos - EJA será oferecida àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade própria.

Art. 31 Os cursos de EJA devem pautar-se pela flexibilidade, tanto de currículo quanto de tempo e espaço, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos.

§1º A EJA, em São Pedro de Alcântara é poderá ser oferecida pela rede particular de ensino, em parceria com o município.

§2º A EJA deve ser garantida no Ensino Fundamental, assegurada sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

### CAPÍTULO III DO CURRÍCULO

Art. 32 O currículo da Rede Municipal de Ensino, constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento e permeado pelas relações sociais, busca articular vivência e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados.

Parágrafo único. O currículo observa o disposto nos seguintes documentos:

- I. na LDB 9.394/96;
- II. na presente Lei do Sistema Municipal de Educação;
- III. nos Parâmetros Curriculares Nacionais;
- IV. no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil;
- V. nas Diretrizes Nacionais de ambas as etapas de ensino;
- VI. no Projeto Político-Pedagógico;
- VII. e respeitando as características regionais e locais do desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Art. 33 Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas dos documentos citados no art. 32 e favorecendo o processo coletivo e participativo de decisões, replanejará o seu Projeto Político-Pedagógico anualmente, contendo pelo menos:

- I. os princípios gerais do seu Regimento Escolar;
- II. o currículo escolar, em sua forma global; e
- III. os princípios administrativos da instituição, tais como:
  - a) o calendário escolar;
  - b) o processo de admissão dos seus alunos;
  - c) o processo de admissão/avaliação/promoção dos seus alunos com deficiência;
  - d) o processo de avaliação dos seus alunos;
  - e) o processo de escrituração e guarda da documentação escolar;
  - f) exigências quanto à formação, atuação e condições gerais de seus professores, funcionários e serventuários em geral;
  - g) regulamentação relativa ao comportamento de alunos, professores e funcionários.

Art. 34 Os currículos, como parte do Projeto Político-Pedagógico, em todas as etapas de ensino, respeitadas as idades próprias de cada etapa, deverão promover o desenvolvimento das capacidades físicas, mentais, emocionais, sociais, culturais, políticas e religiosas, bem como toda a variedade de conhecimentos e habilidades escolares, respeitando o processo natural de crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente.

Art. 35 Os currículos escolares serão organizados com observância das seguintes especificações:

- I. os currículos da Educação Infantil e Ensino Fundamental devem ter base nacional comum, e uma parte diversificada conforme características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos;
- II. será incluído, obrigatoriamente, no Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de São Pedro de Alcântara, as disciplinas de Alemão e Inglês, conforme determina a Lei Municipal nº 723 de 19 de dezembro de 2012;
- III. o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;
- IV. o Ensino Religioso será ministrado considerando:
  - a) O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.
  - b) A disciplina de Ensino Religioso, como área de conhecimento, visa garantir ao cidadão o acesso ao conhecimento religioso.
  - c) Em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional, o currículo escolar de São



Pedro de Alcântara respeita a importância do Ensino Religioso em vista da formação integral dos educandos.

V. O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

a) A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, o teatro e a dança.

VI. A Educação Física escolar é oferecida para alunos dos Centros de Educação Infantil e é componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, sendo facultativa ao aluno apenas nas circunstâncias previstas no §3º do art. 26 da Lei nº 9.394/96.

a) Os conteúdos devem estar organizados em 3 (três) blocos a serem desenvolvidos ao longo de todo o Ensino Fundamental, de forma equilibrada e adequada: conhecimentos sobre o corpo; esportes, jogos, lutas e ginásticas; atividades rítmicas e expressivas.

Art. 36 O currículo do Ensino Fundamental incluirá, obrigatoriamente, de forma transversal, os seguintes conteúdos:

I. direitos e deveres das crianças e dos adolescentes;

II. estudo dos símbolos nacionais;

III. estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena;

IV. princípios da proteção, defesa civil e educação ambiental;

V. educação alimentar;

VI. cidadania

Art. 37 Os 3 (três) anos iniciais do Ensino Fundamental são voltados à alfabetização e ao letramento, e é necessário que a ação pedagógica assegure, nesse período, o desenvolvimento das diversas expressões e o aprendizado das áreas de conhecimento estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

Art. 38 O Projeto Político-Pedagógico das escolas e os Regimentos Escolares de cada Instituição de Ensino, amparados na legislação vigente, deverão contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas e buscando a universalização do atendimento.

Parágrafo único. Os recursos de acessibilidade são aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com necessidades especiais e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços compatíveis com suas necessidades.

Art. 39 Os currículos referidos nesta seção serão submetidos à aprovação do Conselho Municipal de Educação.

#### CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO

Art. 40 A avaliação dos alunos, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da Proposta Curricular, do PPP e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica e deve:

I. assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, com vistas a:

a) identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino;

b) subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar

dificuldades e redirecionar o trabalho docente;

c) manter a família informada sobre o desempenho dos alunos;

II. utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, levando em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando;

III. fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

IV. assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo

V. disponibilizar obrigatoriamente, períodos de recuperação dos conteúdos curriculares, de preferência paralelos ao período letivo.

Art. 41 Os procedimentos de avaliação adotados pelos professores e pela escola serão articulados às avaliações realizadas em nível nacional, criadas com o objetivo de subsidiar os sistemas de ensino e as escolas nos esforços de melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos alunos.

Parágrafo único. O rendimento dos alunos com base nos indicadores nacionais, deve auxiliar os sistemas de ensino e a comunidade escolar a redimensionarem as práticas educativas com vistas ao alcance de melhores resultados.

Art. 42 Os Sistemas, as Redes de Ensino e os Projetos Político-Pedagógicos das Unidades Escolares devem expressar com clareza o que é esperado dos alunos em relação à sua aprendizagem.

Art. 43 Os resultados de aprendizagem dos alunos devem estar aliados à avaliação das escolas e de seus professores, tendo em vista os parâmetros de referência dos insumos básicos necessários à educação de qualidade para todos nesta etapa da educação e respectivo Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi).

Parágrafo único. A melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos e da qualidade da educação obriga:

I. os sistemas de ensino a incrementarem os dispositivos da carreira e de condições de exercício e valorização do magistério e dos demais profissionais da educação, a oferecerem os recursos e apoios que demandam as escolas e seus profissionais para melhorar a sua atuação;

II. as escolas a uma apreciação mais ampla das oportunidades educativas por elas oferecidas aos educandos, reforçando a sua responsabilidade de propiciar renovadas oportunidades e incentivos aos que delas mais necessitem.

Art. 44 A avaliação no Ciclo da Alfabetização, tanto no primeiro ano do Ensino Fundamental, com as crianças de 6 (seis) anos de idade, quanto no segundo e no terceiro ano, com as crianças de 7 (sete) e 8 (oito) anos de idade, devem observar os seguintes princípios essenciais:

I. a avaliação deve assumir forma processual, participativa, formativa, cumulativa, diagnóstica e, portanto, redimensionadora da ação pedagógica;

II. a avaliação nesses três anos iniciais não pode repetir a prática tradicional limitada a avaliar apenas os resultados finais traduzidos em notas ou conceitos;

III. a avaliação, nesse ciclo, não pode ser adotada como mera verificação de conhecimentos visando ao caráter classificatório;

IV. a indispensável elaboração de instrumentos e procedimentos de observação, de acompanhamento contínuo, de registro e de reflexão permanente sobre o processo de ensino e de aprendizagem;

V. a avaliação, nesse período, constituir-se-á, também, em um

momento necessário à construção de conhecimentos pelas crianças no processo de alfabetização;

VI. assegurar que toda criança deve estar plenamente alfabetizada no máximo até os 8 (oito) anos de idade.

## CAPÍTULO V

### DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 45 A gestão democrática nas Instituições de Ensino Fundamental e Educação Infantil se efetivará através da participação de:

I. Profissionais da Educação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola;

II. Comunidade Escolar através da Associação de Pais e Professores (APP) das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil;

III. Conselho Municipal de Educação como órgão normativo, consultivo e fiscalizador;

IV. Implantação gradativa dos Conselhos Escolares.

## TÍTULO III

### DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 46 Serão recursos públicos destinados à Educação os originários de:

I. receita de impostos próprios da União, do Estado e do Município;

II. receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III. receita do Salário-Educação e de outras contribuições sociais;

IV. receita de incentivos fiscais;

V. receita decorrentes de programas e parcerias governamentais específicos;

VI. outros recursos previstos em Lei.

## CAPÍTULO I

### DA APLICAÇÃO E DAS DESPESAS

Art. 47 Serão seguidos os preceitos estabelecidos na LDB nº 9394/96, Lei do Fundeb, Lei nº 11.494/2007, e da Lei Federal 8666/93 de 21 de junho de 1993 combinada com a Lei Federal nº 4320/64 de 17 de março de 1964.

Art. 48 O município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União ou pelo Estado ao Município, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do Governo Municipal.

§2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

Art. 49 Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I. remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II. aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III. uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV. levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando principalmente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V. realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI. concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII. amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII. aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 50 Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais do Fundeb serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública.

## TÍTULO IV

### DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 51 Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício, atuando em funções pedagógicas e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I. professores habilitados em nível superior, de acordo com cada área de atuação, para a docência na Educação Infantil e nos Ensinos Fundamental e Médio;

II. trabalhadores em educação portadores de diploma de Pedagogia, com habilitação em administração, supervisão, educação especial, e orientação educacional, bem como com títulos de especialização, mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, terá como fundamentos:

a) a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

b) a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

c) o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em Instituições de Ensino e em outras atividades.

Art. 52 A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação.

Art. 53 O Sistema Municipal de Educação de São Pedro de Alcântara, no que se refere à valorização dos profissionais da educação no serviço público municipal, garantirá condições dignas e remuneração adequada às suas responsabilidades profissionais e nível de formação, através do plano de carreira, nos termos da Lei municipal específica.

Art. 54 O Plano de Carreira do Magistério, atenderá aos requisitos expressos em Lei, bem como ao que se refere ao Piso Nacional do Magistério e à hora atividade na proporção de 1/3 (um terço) da hora aula.

Parágrafo único. A hora atividade que se refere a Lei nº 11.738 de 16 julho de 2006, será cumprida, por todos os profissionais da educação, integralmente nas dependências da Unidade Escolar em atividades extraclasse a critério da Secretaria de Educação, Gestores Escolares e Conselho Municipal de Educação.

## CAPÍTULO I

### DA RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE

Art. 55 É dever da família, pais ou responsáveis, e da comunidade em geral, criar condições para o cumprimento da obrigatoriedade do Ensino Fundamental, da Educação Básica, matricular matriculando seus filhos e/ou menores no Ensino Fundamental com a idade de 6 (seis) anos e na Educação Infantil (Pré-Escolar I e II), a partir de 04 (quatro) anos, em estabelecimentos públicos ou da iniciativa privada, proporcionando-lhes os meios necessários para acesso e permanência na escola.

§1º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na Educação Básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

§2º O não cumprimento do dever constitucional da obrigatoriedade escolar na Educação Básica sujeita os pais ou responsáveis às penalidades da Lei.

§3º Em situações de penúria e de necessidades graves, persiste o direito natural dos pais ou responsáveis à boa educação e ao ensino de seus filhos, podendo, como direito subjetivo, exigir do Município as condições mínimas educacionais para o cumprimento do seu dever.

§4º As normas e exigências complementares para o cumprimento das condições previstas nesta Seção serão expedidas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 56 A comunidade escolar, corresponsável pelo processo educacional, participará das atividades escolares por meio de associações e/ou colegiados próprios.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação incumbe assegurar a cooperação e integração escola-comunidade, com auxílio de outras Secretarias Municipais e de órgãos nacionais e internacionais, em cumprimento ao efetivo atendimento social aos educandos, na forma, de alimentação escolar, transporte escolar e outros que possam estar presentes na competência do Poder Público e da comunidade.

## TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 57 A gestão democrática do ensino público de São Pedro de Alcântara abrangerá os elementos constantes do art. 4º desta Lei, visando à progressiva autonomia pedagógica, administrativa e financeira das Unidades de Ensino, de forma a assegurar:

- I. elaboração participativa do Projeto Político-Pedagógico da Rede Municipal de Ensino;
- II. elaboração participativa do Projeto Político-Pedagógico de cada Instituição de Ensino, observadas a autonomia e a realidade da comunidade escolar e estando em consonância com o Projeto Político-Pedagógico da Rede Municipal de Ensino;
- III. Conferências Municipais de Educação;
- IV. Planos Nacional e Estadual, elaborados em consonância com os Planos Nacional e Estadual, visando conduzir:
  - a) matrícula de todos os cidadãos do Município, em idade escolar no Ensino Fundamental;
  - b) matrícula de jovens e adultos, visando a erradicação do analfabetismo;
  - c) melhoria da qualidade de ensino;
  - d) expansão da rede e oferta de atendimento em Educação Infantil;
  - e) atendimentos às pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
  - f) promoção humanística, cultural, científica e tecnológica;
  - g) progressiva ampliação do tempo de permanência na escola, do aluno do Ensino Fundamental.

Art. 58 Serão estimuladas as experiências educacionais inovadoras, em todos os níveis e modalidades de ensino, promovendo-se

quando for o caso, a sua incorporação ao sistema regular, mediante acompanhamento do Poder Público e aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 59 O Município de São Pedro de Alcântara, no prazo de 1 (um) ano, a partir da publicação desta Lei, encaminhará à Câmara Municipal, o Plano Plurianual de Educação, estabelecendo diretrizes e metas para o próximo decênio.

Art. 60 As instituições educacionais integrantes do Sistema Municipal de Educação terão prazo de 01 (um) ano, após a publicação dessa Lei, para adaptarem seus Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares às Normas do Sistema Municipal de Educação.

Art. 61 Os casos omissos serão normatizados pelo Conselho Municipal de Educação em consonância com a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 62 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se a Lei Complementar nº 014/99, e as demais disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 09 de dezembro de 2014.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal (e.e)

## LEI Nº 930, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 930, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde".

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 65.350,00 (Sessenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais ) nas dotações abaixo identificadas :

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.009.2.056 - Func. e Manutenção da R\$ 54.400,00  
Coordenadoria da Saúde  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 43.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.400,00

11.01.10.301.0009.2.057 - Func. e Manutenção da  
Saúde Bucal R\$ 8.500,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.500,00

11.01.10.301.0009.2.059 - Func. e Manutenção da Vigilância  
em Saúde R\$ 450,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 450,00

11.01.10.301.0009.2055 - Funcionamento e Manutenção  
do PSF R\$ 2.000,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 65.350,00 (Sessenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais ) na dotação abaixo identificada:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.01.10.301.0009.1.090 - Aquisição de Veículo R\$ 2.700,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 .0 - Aplicações Diretas R\$ 2.700,00

11.01.10.301.0009.2.065 - Programa de Qualidade da Água R\$ 62.650,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 12.650,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 09 de dezembro de 2014.

Edson José da Silva Filho  
 Prefeito Municipal (e.e)

**LEI Nº 931, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI Nº 931, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 79.559,00 (Setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e nove reais) nas dotações abaixo identificadas:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO  
 04.01.12.361.0004.2.015 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 16.100,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 13.500,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.600,00

04.01.12.365.0004.2.016 - Func. e Manutenção da Educação Infantil R\$43.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$33.400,00  
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.100,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

04.01.27.812.0005.2.025 - Func. e Manutenção do Esporte Amador R\$ 1.500,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 05.02.8.243.0007.2.036 - Func. e Manutenção da Assistência Social R\$ 3.376,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0- Aplicações Diretas R\$ 3.130,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 246,00

08- ENCARGOS GERAIS  
 08.01.28.845.0011.2086- Contribuição ao PASEP R\$ 12.912,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 12.912,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
 03.01.4.122.0003.2005- Contribuição a FECAM, CNM E GRANFPOLIS R\$ 2.671,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.671,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 79.559,00 (Setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e nove reais) nas dotações abaixo identificada:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.2.004 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças R\$ 40.669,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 39.789,00  
 3.1.71.00.00.00.00.00.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 396,00  
 3.3.71.00.00.00.00.00.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 440,00  
 4.4.71.00.00.00.00.00.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 44,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2083- Construção de Pontes R\$ 3.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

07.01.6.182.0010.2.076 - Segurança no Trânsito R\$ 1.169,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.169,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.1.012 - Ampliação e Reforma da Escola R\$ 7.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA 06.02.23.695.0008 .2047 - Func. e Manutenção do Turismo R\$ 1.408,00

3.1.90.00.00.00.00.1.000.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 417,00  
 3.3.90.00.00.00.00.1.000.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 991,00

06.01.13.392.0008.2044 - Func. e Manutenção da Cultura R\$ 1.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.065 - Programa de Qualidade da Água R\$ 25.313,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 25.313,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 09 de dezembro de 2014.  
 Edson José da Silva Filho  
 Prefeito Municipal (e.e)



**PORTARIA N.º 455/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 455/2014

PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PORTARIA Nº 354/2014. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 18, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Prorrogar o prazo da vigência da Portaria nº 354/2014 até 17/12/2014, haja vista, necessidade de atendimento junto às crianças da Escola Reunida Profº. Augusto Schnitzler.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

**PORTARIA N.º 456/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 456/2014

Homologa a estabilidade funcional da servidora admitida em 06/12/2010 por Concurso Público.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de acordo com o art. 45, Inciso XVI, e Artigo 20 da Lei Complementar 05/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Considerar-se-á estável a servidora abaixo mencionada, admitido em 06/12/2010, por Concurso Público nº. 001/2007, tendo esta completado o período de 03 (três) anos de estágio probatório sem qualquer ação desabonadora de sua conduta:

- CLEONICE PRIM.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

**PORTARIA N.º 457/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 -

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 457/2014

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor FILIPE LOHN, ocupante do cargo de Professor I Horista, lotado na Secretaria Educação, Cultura e Desporto.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor FILIPE LOHN, a partir de 24/11/2014, até a data do término do contrato de trabalho.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24/11/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

**PORTARIA N.º 458/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 458/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, pelo período de 07 (sete) dias a contar da data de 24/11/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24/11/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 061/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 061/2014, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR FERNANDO LUIZ SCHMITT OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor FERNANDO LUIZ SCHMITT, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 071.846.269-66, residente a Rua Arnaldo Alfredo Stahelin, nº. 51, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 061/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 061/2014 até o dia 19/12/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 05 de dezembro de 2014.  
MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 024/2014**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 024/2014, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR JOSÉ LINO NAU OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor JOSÉ LINO NAU, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob nº. 767.750.039-00, residente a Rua José Mathias Junckes, s/nº., Vila Junckes, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 024/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 024/2014 até o dia 19/12/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 12 de dezembro de 2014.  
MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:



# Schroeder

## PREFEITURA

### CANCELAMENTO DE ITEM 69 DO CONTRATO 84/2014-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro,  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Contrato nº. 84/2014 - FMS  
Processo de licitação nº. 39/2014-FMS  
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 08/2014-FMS

#### CANCELAMENTO DE ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO DE ITEM 69 - IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR, referente ao Contrato nº. 84/2014-FMS, Processo de licitação nº. 39/2014- FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 08/2014-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos da farmácia básica e especial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, vencido pela empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 94.894.169/0001-86, a qual pede desistência caso não fosse aceito o pedido de reajuste, tendo em vista que o reajuste fica acima do valor de referência do edital o mesmo foi indeferido e solicitado às demais empresas classificadas no certame, sendo então convocada a segunda colocada a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 81.706.251/0001-98 a qual ofertou valor maior que o termo de referência do edital, sendo assim não é possível sua contratação, e a terceira colocada a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 67.729.178/0004-91, a qual alega que não terem condições de aceitar o item 69.

Schroeder, 09 de dezembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### CMPC - REGIMENTO INTERNO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER

#### REGIMENTO INTERNO

##### CAPÍTULO I - DA NATUREZA

Art. 1º O Conselho Municipal de Política Cultural é um instrumento democrático e participativo da comunidade, com atribuições deliberativas, consultivas e fiscalizadoras das questões afetas à cultura.

##### CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC)  
I - Acompanhar e orientar a política cultural do Município de

Schroeder;

II - Participar da elaboração do Plano Municipal de Cultura, fiscalizando e orientando a sua execução;

III - Dar assistência e densidade a todas as manifestações culturais, assegurando-lhes inteira liberdade;

IV - Opinar sobre os pedidos de subvenções ou auxílio de entidades culturais;

V - Fomentar a criação e organização de Câmaras Setoriais de Cultura

VI - Propor medidas que possibilitem a livre circulação de bens e serviços culturais;

VII - Propor e incentivar projetos sócio-culturais relacionados com a natureza e o meio ambiente;

VIII - Articular em parceria com a Secretaria da Educação, Cultura, Esportes Lazer, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais, voltados às atividades culturais, de modo a assegurar o conhecimento científico da realidade cultural do Município e um desenvolvimento equilibrado dos programas culturais existentes;

IX - Sugerir medidas adequadas de proteção de obras, documentos de valor histórico e artístico, bem como arquivos, museus, patrimônio Material e imaterial, monumentos naturais e locais de beleza paisagística;

X - Manter e incentivar, juntamente com a Secretaria da Educação, Cultura, Esportes e Lazer o intercâmbio cultural com países estrangeiros e com outros Estados e Municípios da Federação;

XI - Incentivar o aperfeiçoamento e a valorização dos Artistas e produtores Culturais locais;

XII - Selecionar os projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura, bem como acompanhar a execução dos aprovados, promovendo as medidas saneadoras que estiverem ao seu alcance;

XIII - Fiscalizar e deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura.

#### CAPÍTULO III - DA COMPOSIÇÃO, DOS MANDATOS E DO PROVIMENTO

Art. 3º O Conselho de Políticas Culturais de Schroeder tem a seguinte composição:

I - 04 (quatro) membros titulares e seus respectivos suplentes representantes da sociedade Civil, indicados por grupos, sociedades, entidades com atividades culturais e eleitos em fórum.

II - 04 (quatro) membros titulares e seus respectivos suplentes representantes do Executivo Municipal, indicados pelo Secretário da Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

Art. 4º Os membros titulares e suplentes do Conselho terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por uma única vez, exceto o Gestor da pasta da Cultura.

§ 1º A eleição dos membros para a composição do Conselho Municipal de Política Cultural será feita através de Fórum, ou conferência pública de Cultura.

§ 2º A votação deverá ser nominal e aberta, observando-se o quórum mínimo de 20 pessoas para a sua realização.

§ 3º O nome do conselheiro eleito deverá aguardar as providências necessárias à posse.

Art. 5º Será considerado extinto o mandato de conselheiro em caso de morte, renúncia ou ausência, sem justificativa comprovada, em três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas sem justificativas.

§ 1º O mandato extinto será preenchido pelo suplente, que completará o mandato do titular e a entidade que o indicou deverá indicar novo representante para suplência.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo também ao conselheiro suplente, quando este por ausência justificada do conselheiro titular tiver a incumbência de substituí-lo.

Art. 6º Não será considerada ausência dos conselheiros quando:

I- o titular ou o suplente estiverem presentes.

II- ocorrerem situações de força maior e comprovadas por documento, declaração submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 7º Caberá ao Plenário do Conselho autorizar pedidos de afastamento temporário ou definitivo do conselheiro, por razões relevantes, assumindo em seu lugar o respectivo suplente.

#### CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO INTERNA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

Art. 8º O Conselho Municipal de Política Cultural, composto pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, será escolhido através de eleição entre os seus membros.

§ 1º A eleição se realizará a cada dois anos, na primeira reunião ordinária após a posse dos conselheiros.

§ 2º O mandato será de dois anos, podendo os membros serem reconduzidos por uma única vez.

§ 3º Compete ao Núcleo Organizador tomar as providências necessárias para a convocação, realização e registro das reuniões do Conselho Municipal de Cultura.

§ 4º Os membros do Núcleo Organizador poderão ser substituídos a qualquer tempo por decisão de maioria absoluta dos conselheiros.

#### CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO ORGANIZADOR DO CONSELHO

Art. 9º Compete ao Presidente, além de outras atribuições que lhe são conferidas no presente Regimento:

- a) Presidir os trabalhos do Conselho e organizar a pauta das sessões plenárias e a ordem do dia das mesmas;
- b) Dirigir as discussões, distribuindo a palavra aos Conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para garantia da ordem e esclarecimentos;
- c) Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
- d) Cobrar compromissos e agendas assumidos perante o Conselho Municipal de Política Cultural por Comissões Especiais de Trabalho por ele criadas;
- e) Zelar pelo regular funcionamento do Conselho, determinando às unidades da Secretaria Municipal de Cultura as providências e fornecimento de recursos e informações que se fizerem necessários;
- f) Comunicar ao prefeito Municipal e demais autoridades e instituições as Deliberações do Conselho e encaminhando solicitações que reclamem providências;
- g) Exercer a representação do Conselho;
- h) Exercer, no Conselho Pleno, o seu direito de voto e, em casos de empate nas votações, também o voto de qualidade.

Art. 10º Compete ao Vice-presidente do Núcleo Organizador:

- a) Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b) Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições.

Art. 11º Compete ao 1º Secretário do Núcleo Organizador:

- a) Divulgar aos Conselheiros as agendas de reuniões e compromissos do Conselho Municipal de Cultura;
- b) Secretariar as reuniões do Conselho e redigir as atas;
- c) Dar publicidade às atividades da instituição;
- d) Encarregar-se dos serviços de documentação e arquivo, mantendo atualizadas as correspondências e os documentos do Conselho;
- e) Assinar, junto com o Presidente, as correspondências do Conselho;
- f) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao andamento das diversas atividades do Conselho.

Art. 12º Compete ao 2º Secretário do Núcleo Organizador:

- a) Substituir o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos;
- b) Auxiliar o 1º Secretário no cumprimento de suas atribuições.

#### CAPÍTULO VI - DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Art. 13º O Conselho, com a finalidade de apreciar os assuntos que lhe são pertinentes, poderá constituir, entre seus membros, comissões temáticas com o mínimo de três componentes, a fim de realizar pesquisas, estudos, levantamentos de dados e fornecer pareceres prévios.

Parágrafo Único- Cada Comissão deverá ter um coordenador e um relator e sua finalidade bem delimitada pelo Conselho Pleno, assim como o tempo para o exercício dela, que devem ser registradas em ata específica de constituição.

Art. 14º A cada uma das Comissões Temáticas, resguardadas as suas especificidades, cabe:

- a) pesquisar, relatar e opinar exclusivamente sobre a matéria para o qual foi criada pelo Conselho Pleno;
- b) tomar iniciativa de indicações, pareceres e sugestões, dentro do objetivo para o qual tenha sido criada pelo Conselho Pleno;
- c) ouvir, inquirir, entrevistar, fiscalizar e fazer diligências, dentro dos termos para o qual tenha sido criada pelo Conselho Pleno.

Parágrafo único. Os resultados do trabalho das Comissões Temáticas deverão ser apresentados sempre por escrito, sendo submetidos à apreciação do Conselho Pleno.

#### CAPÍTULO VII - DAS REUNIÕES DO CONSELHO PLENO

Art. 15º O Conselho Municipal de Política Cultural reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada dois meses para deliberar sobre os assuntos em pauta e, quando necessário, extraordinariamente mediante convocação de seu Presidente ou da maioria absoluta de seus componentes.

§ 1º- As reuniões do Conselho Municipal de Política Cultural deverão ser convocadas com no mínimo 3 (três) dias de antecedência em relação a data de sua realização, sendo que a pré-pauta de assuntos a discutir deve ser divulgada aos conselheiros com igual antecedência.

§ 2º- Impedido de comparecer, o Conselheiro Titular deve comunicar sua ausência com até 24 horas antes do início da sessão do Conselho Pleno, salvo impossibilidade de fazê-lo, para que o suplente possa ser notificado.

Art. 16º As sessões plenárias do Conselho deverão ter quórum de maioria absoluta de seus membros, com mandato em vigência, e as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo, ao Presidente, o voto de qualidade.

Parágrafo Único- Observado o número legal de presentes e declarada aberta a sessão do Conselho Pleno, proceder-se-á a votação da ata da sessão anterior, passando-se, em seguida, a pauta do dia.

Art. 17º As matérias a serem deliberadas pelo Conselho que exijam estudo prévio deverão ser apresentadas por escrito, com cópias disponíveis para todos os Conselheiros até o início da sessão plenária, salvo as questões de menor relevância ou maior imediatidade.

Art. 18º Nas sessões plenárias, todos os Conselheiros Titulares têm igual direito a voz e voto, sendo permitida a participação dos Conselheiros Suplentes apenas com direito a voz, se não estiverem substituindo seus titulares.

§ 1º- Havendo muitos candidatos ao uso da palavra, a prioridade será dada aos Conselheiros Titulares.

§ 2º- Para melhor aproveitamento do tempo e democrático uso da palavra, cada intervenção será limitada a 3 (três) minutos, podendo ser prorrogada por decisão do plenário.

Art. 19º Havendo votações nas sessões plenárias, as mesmas

deverão obedecer aos seguintes procedimentos:

- a) a votação deverá ser aberta e nominal;
- b) somente haverá votação secreta por decisão da maioria absoluta dos Conselheiros presentes, observado o quorum mínimo necessário à instalação da sessão;
- c) qualquer conselheiro terá direito a registrar em ata, expressamente, o seu voto.

Art. 20º As deliberações do Conselho tomarão a forma de resolução ou parecer e deverão ser registradas e assinadas pelo Presidente e pelo 1º Secretário.

#### CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21º O presente Regimento poderá ser modificado ou acrescido desde que com o voto favorável da maioria absoluta dos membros do Conselho de Política Cultural, sempre em consonância com Lei Nº 2.028/2014 de 15/07/2014. Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Pleno.

Art. 22º O presente foi aprovado em reunião do Conselho dia 09 de dezembro de 2014 e entrará em vigor através de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Municipal de Política Cultural, 09 de dezembro de 2014.

Publicado em 10 de dezembro de 2015 no Diário Oficial dos Municípios, SC (DOM-SC)

Conselho de Políticas Culturais de Schroeder (CMPC)  
Neiva Lucia Plantikow Carlos Roberto Egert Junior  
Presidente Vice-Presidente

Dinea Gisele K. Bruch Hildo Artur Hatschbach  
1º Secretária 2º Secretário

vanio D. Laube Aneli Arlete de Souza  
Conselheiro Conselheira

Josceane M. Z. Ramalho  
Conselheira

Geziane Machado Tiago R. Grzybowski  
Conselheira Conselheiro

Eduardo A. Rekowsky  
Conselheiro

Fábio Klemente César L. Tomaselli  
Conselheiro Conselheiro

Eleano Klabunde  
Conselheiro

Magali Bier Douglas Schünke Marilei  
Conselheira Conselheiro

L. Tomaselli  
Conselheira

#### DECRETO Nº 3.188/2014, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 3.188/2014, de 09 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 11060/2014, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Eunice Ester Gonçalves;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Eunice Ester Gonçalves	Professora B	Professora C	B-2-I	C-2-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 09 de dezembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

#### PORTARIA Nº 5.799/2014, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº5.799/2014, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014  
REESTRUTURA A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Reestruturar a Comissão Especial de Licitação para obras e serviços de engenharia no Município de Schroeder, até o dia 31 de dezembro de 2014, a partir desta data, de acordo com o art. 51, da Lei nº8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo de suas atribuições normais, e, sob a presidência do primeiro nomeado:

- Daniela Samulescki - Presidente
- Leonice Engler Kafer - Secretária
- Cezar Santos de Jesus - Membro Titular
- Gelson Stein - Membro Titular
- Ilmar José Pereira Borges Filho - Membro Titular
- Eloir José Wendt - Membro Suplente
- Walter Egidio Mukai - Membro Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 9 de dezembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **TERMO ADITIVO Nº. A20/2014 – FMS**

TERMO ADITIVO Nº. A20/2014 - FMS  
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 155/2013-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Osmair Rogério Marquez, inscrito no CPF sob o nº. 936.754.109-00 e Carteira de Identidade nº. 2255353-SSP-SC.

Considerando o Contrato nº. 155/2013-FMS, celebrado em 19 de dezembro de 2013, decorrente Processo de Licitação nº. 94/2013-FMS, Tomada de Preço nº. 03/2013-FMS, para execução de edificação de Unidade de Básica de Saúde (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 302,63m² de área, na Rua Cristiane Zerbin, Bairro Rio Hern no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57, §1º, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para aditar o prazo da execução da obra em 80 (oitenta) dias e prorrogação da vigência do contrato até 31 de março de 2015, sendo necessário em função das férias na Prefeitura.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil Cezar Santos de Jesus, CREA-SC 093789-5, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a partir deste a Cláusula Segunda "do prazo de entrega e do local" no item 2.1 e Cláusula Décima "das obrigações da empresa vencedora" no item 10.1.4 do contrato nº 155/2013-FMS, prorrogando-se o prazo para execução da obra em

80 (oitenta) dias.

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Sexta "da vigência" no item 16.1, prorrogando-se para o período até 31 de março de 2015 a vigência do contrato

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 155/2013-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 09 de dezembro de 2014.

CONTRATADA:

OMVS CONSTRUTORA LTDA.

Osmair Rogério Marquez

CPF nº. 936.754.109-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 053.350.739-18 CPF nº. 047.563.299-00

### **TERMO ADITIVO Nº. A73/2014 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A73/2014 - PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 38/2013 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.198.164/0001-60, estabelecida na Avenida Rio Branco, nº. 1485/9, Campos Eliseos, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01205-905, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Joelson Renato Barbosa, inscrito no CPF sob o nº. 019.965.409-39, portador da Carteira de Identidade nº. 6.157.016-0-SSP/SP, e pelo senhor Fabio Alex Colombo, inscrito no CPF sob o nº. 110.960.738-54, portadora da Carteira de Identidade nº. 20.489.208-9-SSP/SP.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 38/2013-PMS, celebrado em 09 de abril de 2013, proveniente Processo Licitatório nº. 16/2013 -PMS, Pregão Presencial nº. 07/2013-PMS, visando a contratação de prestadora de seguros para veículos e predial para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito, do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que



faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 57, II, c/c e 65, b, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pelas Secretarias do Município de Schroeder de aditivo de prazo para o período 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição), para o novo período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015, no valor total de R\$ 19.995,66 (dezenove mil, novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos), referente ao abaixo descrito:

LOTE I - SEGURO TOTAL									
ITEM	VEÍCULO	ANO	MODELO	CB	PLACA	CHASSI	FRANQUIA	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL. R\$
2	CELTA LIFE 1.0 VHC, 7 8 CV	2009	2009	A/G	MGN 0593	9BGRZ08109G270256	2.072,00	282,62	9.512,34
3	CELTA HATCH LIFE 1.0, 8V	2005	2005	G	MEV 9392	9BGRZ08X05G177458	2.065,00	345,32	
5	KOMBI STANDART 1.4	2006	2006	A/G	MAH 7314	9BWGF07XX6P013361	3.357,50	595,82	
7	KOMBI STANDARD 1.6	2005	2005	G	MCM 0554	9BWGB07X65P010421	3.357,50	790,48	
8	UNO MILLE FIRE, 4 PORTAS	2003	2004	G	MCL 2807	9BD15802544500070	2.274,00	441,09	
11	SPRINTER 313 B6RA (15+1) 129CV	2005	2006	D	MEK 7789	8AC9036726A935774	6.254,31	2.061,07	
12	CORSA CLASSIC LIFE 1.6 MPFI, 08 V, SEDAN, 04 PORTAS	2006	2007	G	MDO 7506	9BGSA19NO7B14283	2.254,00	455,50	
13	BOXER JAEDI TUR/ PEUGEOT	2008	2008	D	MET 0095	936ZCPMNC82029380	5.693,75	948,97	
14	COURIER L 1.6 MPI, 02 PORTAS	2002	2002	G	MBS 2495	9BFNSZPPA2B936508	3.173,75	437,08	
15	FIAT DOBLO HXL 1.8	2009	2010	A/G	MGZ 1179	9BD119205A1064618	4.110,00	581,90	
16	PRISMA MAXX 1.4	2010	2011	A/G	MHX 3616	9BGRM69X0BG121683	2.122,00	435,03	
17	PRISMA LT 1.4 VHC, 8V, 4 PORTAS	2011	2012	A/G	MJT 6728	9BGRP69X0CG295523.	2.122,00	458,68	
18	LOGAN EXPRESSION 1.6, 8V, 4 PORTAS	2011	2012	A/G	MJU 4342	93YLSR7UHCJ248514	2.573,00	454,99	
23	CELTA HATCH LIFE 1.0, 8V, 2 PORTAS MPFI	2005	2005	G	MEV 9322	9BGRZ08X05G178210	2.065,00	297,61	
29	UNO MILLE FIRE 1.0 MPI, 04 PORTAS	2003	2004	G	MCN 8787	9BD15602544503729	2.274,00	428,40	
30	LOGAN 1.6 EXPRESSION HI-FLEX	2013	2013	A/G	MMK 8523	93YLSR76HDJ696147	2.573,00	497,88	

#### COBERTURAS LOTE I - SEGURO TOTAL

Tabela Fipe 100%	
Danos Materiais	R\$ 100.000,00
Danos Corporais	R\$ 200.000,00
Danos Morais	R\$ 30.000,00
APP Morte	R\$ 10.000,00
APP Invalidez	R\$ 10.000,00
Assistência 24 Horas	
Vidros	
Franquia Normal	

#### LOTE II – RCF (SEGURO CONTRA TERCEIROS)

ITEM	VEÍCULO	ANO	MODELO	CB	PLACA	CHASSI	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
30	M. BENZ L-1618, 3 EIXOS, 4X2	1990	1990	D	LZT 9945	9BM386014LB880014	411,56	3.128,46
31	M. BENZ L-2318, 3 EIXOS, 6X2	1995	1995	D	MAZ 9027	9BM3863695B065347	411,56	
32	FORD CARGO 2622E	2008	2008	D	MET 0943	9BFZCE9VX8BB08046	411,56	
33	FORD CARGO 2622E	2008	2008	D	MET 0483	9BFZCE9V48BB06468	411,56	
34	M. BENZ L-1113, 3 EIXOS	1975	1975	D	LZQ 7717	34403312247378	411,56	
35	M. BENZ L-1513	1977	1977	D	LZQ 7727	34503312349329	411,56	
37	M. BENZ LA-1313, 3 EIXOS	1981	1981	D	LZU 2218	34510312553807	411,56	
38	REBOQUE TIPO TRAILER, MODELO TURIS-CAR	1986	1986	XXXXX	LZW 1112	T66RO5277	247,53	

## COBERTURAS LOTE II - RCF (SEGURO CONTRA TERCEIROS)

Tabela Fipe 100%	
Danos Materiais	R\$ 100.000,00
Danos Corporais	R\$ 200.000,00
Danos Morais	R\$ 30.000,00
Assistência 24 Horas	
Franquia Normal	

LOTE III – SEGURO MICRO-ONIBUS									
ITEM	VEÍCULO	ANO	MODELO	CB	PLACA	CHASSI	FRANQUIA	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
40	IVECO / CITYCLASS 70C17	2012	2013	D	MKW 7116	93ZL68C01D8442973	12.436,00	2.912,99	2.912,99

## COBERTURAS LOTE III - SEGURO MICRO-ONIBUS

Tabela Fipe 100%									
Danos Materiais	R\$ 100.000,00								
Danos Corporais	R\$ 200.000,00								
Danos Morais	R\$ 30.000,00								
APP Morte	R\$ 10.000,00								
APP Invalidez	R\$ 10.000,00								
Assistência 24 Horas									
Vidros									
Franquia Normal									

LOTE IV – SEGURO AMBULÂNCIAS									
ITEM	VEÍCULO	ANO	MODELO	CB	PLACA	CHASSI	FRANQUIA	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
41	AMBULANCIA MASTER ALTECHAMB	2012	2013	D	MKN 0196	93YADC1H6DJ425355	9.014,00	4.441,75	4.441,75

## COBERTURAS LOTE IV- SEGURO AMBULANCIA

Tabela Fipe 100%	
Danos Materiais	R\$ 100.000,00
Danos Corporais	R\$ 200.000,00
Danos Morais	R\$ 30.000,00
APP Morte	R\$ 10.000,00



APP Invalidez	R\$ 10.000,00	
Assistência 24 Horas		
Vidros		
Franquia Normal		

Cláusula 2ª - Fica a partir deste a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 19.995,66 (dezenove mil, novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos), alterando o valor total do contrato para R\$ 72.206,59 (setenta e dois mil, e duzentos e seis reais e cinquenta e nove centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 38/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 09 de dezembro de 2014.

CONTRATADA:

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Joelson Renato Barbosa  
CPF nº. 019.965.409-39

CONTRATANTE:

Fabio Alex Colombo  
CPF sob o no 110.960.738-54

MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza  
CPF nº. 047.563.299-00

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Daniela Samulescki  
CPF nº. 053.350.739-18

### **TERMO ADITIVO Nº. A74/2014 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A74/2014 - PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 83/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: ADOBE ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.154.345/0001-62, estabelecida na Rua Bananal nº. 283, Glória, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.217-210, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Francisco Maurício Jauregui Paz, inscrito no CPF sob o nº. 456.270.619-87.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 83/2014-PMS, celebrado em 07 de maio de 2014, Modalidade Tomada de Preço nº. 04/2014-PMS, Processo nº. 49/2014 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução do projeto preventivo de incêndio do Ginásio de Esportes Alfredo Pasold, contemplando uma área de 3.602,86m², conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para realização de aditivo de vigência do contrato de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015, e prorrogação do prazo para conclusão dos serviços de 23 de janeiro de 2015 até 23 de abril de 2015, conforme parecer do setor de engenharia do Município de Schroeder/SC.

Considerando o disposto no artigo 57, § 1º, I e II da Lei Federal nº 8.666/93 e seus dispositivos legais, conforme parecer da procuradoria.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Walter Egidio Mukai, CREA-SC 065.488-5/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a partir deste a Cláusula Segunda "do prazo de entrega e do local" no item 2.1 e Cláusula Décima "das obrigações da empresa vencedora" no item 10.1.4 do contrato nº 83/2014-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra 23 de janeiro de 2015

até 23 de abril de 2015.

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Sexta "da vigência" no item 16.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015 a vigência do contrato

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 83/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 09 de dezembro de 2014.

CONTRATADA:

ADOBE ENGENHARIA LTDA.

Francisco Maurício Jauregui Paz

CPF nº. 456.270.619-87

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Alessandro Martins Viana

CPF nº. 017.434.179-26

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Elmer Sandro Quadros

CPF nº. 712.448.169-49

## Serra Alta

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 202/2014

DECRETO Nº 202/2014 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Estabelece Horário Especial de expediente nas repartições públicas nos dias 18 de Dezembro de 2014, a 09 de janeiro de 2015."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido na Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC o horário especial de expediente das Secretarias de: Administração, Planejamento, Agricultura, DMER e Educação, das 07:00 (sete) horas às 13:00 (treze) horas, em TURNO ÚNICO, no período de 18 de dezembro de 2014 à 09 de janeiro de 2015.

Parágrafo primeiro. Ficam excluídos do horário estabelecido no caput, os serviços considerados essenciais ao interesse público e aqueles que por sua natureza, já obedecem ao turno especial de trabalho como as atividades finalísticas da Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de janeiro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

#### ERRATA Nº 014/2014

ERRATA Nº. 014/2014 DO DECRETO Nº. 184/2014 DE 10/11/2014.

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 184/2014 DE 10/11/2014 - Dispõe sobre Escala de Férias dos Servidores Públicos Municipais referente ao Exercício de 2014."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, do Município de Serra Alta/SC, RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Decreto nº. 184/2014 de 10/11/2014, na forma e nas condições abaixo relacionadas, ONDE SE LEU:

ROSANGELA SENHOR	01/01/2014 A 31/12/2014	19/01/2015 A 17/02/2015	30 DIAS
---------------------	----------------------------	----------------------------	---------

LEIA-SE

ROSANGELA SENHOR	01/01/2014 A 31/12/2014	29/01/2015 A 27/02/2015	30 DIAS
---------------------	----------------------------	----------------------------	---------

Art. 2º Todos os demais itens do Decreto nº. 184/2014 de 10/11/2014 ficam inalterados.

Art. 3º Esta Errata do Decreto 184/2014, entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2013

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013	
EXTRATO TERCEIRO ADITIVO CONTRATUAL	
Terceiro Aditivo ao Contrato Nº.:	10/2013
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada:	T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.
Objeto.....	<p>Fica alterada a "Cláusula Quarta – Do Prazo item 4.1" relativo ao contrato nº 10/2013, que objetivou a contratação de empresa para a execução de serviços de limpeza pública, com fundamentação legal no artigo 57, inciso II da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>CLÁUSULA IV</p> <p>DO PRAZO</p> <p>4.1. A partir da presente data fica aditivado o Termo Específico de Contrato entre as partes, na forma da Lei nº 8.666/93, pelo período de 31/12/2014 a 31/12/2015, podendo ser novamente prorrogado, limitando ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no Artigo 57, II da Lei nº 8.666/93, a critério e conveniência administrativa.</p>
SERRA ALTA, 10 de dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

## Timbé do Sul

### PREFEITURA

#### DECRETO 198/2014

DECRETO Nº 198, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Disciplina os procedimentos para Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação e Amortização dos bens móveis sob a responsabilidade da Administração Municipal de Timbé do Sul, Fundos, Fundações e Autarquias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, artigos 6º ao 10º, visando atender ao disposto nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.136/08 e 1.137/08, de 21 de novembro de 2008, que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 16.9 e 16.10;

#### DECRETA:

Art. 1º - Os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens móveis sob a responsabilidade deste município obedecerão às normas estabelecidas e ao disposto neste Decreto, para fins de garantir a manutenção do sistema de custos, conforme estabelece o inciso VI do § 3º do art. 50 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como os Princípios de Contabilidade.

Art. 2º - Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso a partir de janeiro de 2015 serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização previstos no Anexo I, dispensando-se a prévia reavaliação.

§ 1º - As alterações dos prazos de vida útil previstos no anexo I serão feitas em conformidade com as normas.

§ 2º - A depreciação e a amortização dos ativos devem iniciar quando os bens estiverem em condições de uso

Art. 3º - Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso anteriormente a 1º de janeiro de 2015 serão primeiramente reavaliados com base nos critérios constantes do anexo II, e posteriormente depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil a que se refere o art. 2º deste Decreto.

Parágrafo único - Os bens móveis recebidos por doação bem como os localizados por ocasião do inventário e que estejam sem identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio do Município através de tombamento, aplicando-se os critérios do art. 5º deste Decreto, iniciando-se a depreciação ou amortização a partir do seu registro no sistema de patrimônio do Município.

Art. 4º - Para os bens reavaliados, a depreciação ou a amortização devem ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, tendo início a partir da data do respectivo parecer técnico, observando-se também os critérios estabelecidos no art. 5º deste Decreto.

Art. 5º - A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos em exercícios anteriores e/ou reavaliados, e serão feitas por meio de parecer técnico com base nos seguintes parâmetros e índices:

- I - valor de referência de mercado, ou de reposição;
- II - estado físico do bem, de acordo com o disposto no Anexo IV deste Decreto;
- III - capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;
- IV - obsolescência tecnológica, em anos; e

V - desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não operacionais.

Parágrafo único - Em caráter excepcional, e formalmente justificado, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados quando se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiares.

Art. 6º - Os procedimentos de reavaliação ficam facultados para os bens que, por ocasião da vistoria, atenderem a, pelo menos, um dos requisitos a seguir:

I - capacidade de vida útil inferior a 02 anos;

II - inservíveis por ocasião de excesso, obsolescência ou irreversibilidade.

Parágrafo único - Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados deverão ser reavaliados na forma prevista no art. 5º deste Decreto, reiniciando-se novo ciclo para depreciação ou amortização.

Art. 7º - A reavaliação dos bens móveis poderá ser executada por lotes, quando se tratar de bens similares, com vida útil idêntica e utilizada em condições semelhante.

Art. 8º - A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 4 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio do Município avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obedecendo os critérios mencionados no art. 5º desta Portaria.

§ 1º - A reavaliação poderá ocorrer em prazo distinto do previsto no caput, em caráter excepcional, nas seguintes situações:

I - para os bens móveis cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;

II - para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente;

III - para os bens recebidos por doação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio do Município, observando-se o disposto no art. 3º deste Decreto.

§ 2º - Os relatórios contendo reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens sob a responsabilidade do Município deverão ser encaminhados ao Departamento de Contabilidade, com as informações constantes do anexo VI.

Art. 9º - Para cada grupo de bens a serem reavaliados serão emitidos critérios específicos constantes dos anexos deste Decreto, com a finalidade de padronizar e uniformizar parâmetros de avaliação.

Art. 10 - A primeira reavaliação ou redução ao valor recuperável dos bens móveis sob a responsabilidade do Município, será feita até o final do exercício de 2014, conforme cronograma estabelecido no Anexo VII, integrante deste Decreto.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul - SC, 08 de dezembro de 2014.  
Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto nesta secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

## ANEXO I

### TABELA DE TAXA DE DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO, E VIDA ÚTIL DOS BENS MÓVEIS

Conta	Descrição	Taxa anual de Depreciação ou Amortização (%)	Prazo de vida Útil (anos)
1421204	Aparelhos de medição e orientação	10%	10
1421206	Aparelhos e equipamentos de comunicação	20%	5
1421212	Aparelhos e utensílios domésticos	10%	10
1421208	Aparelhos equip. Utens. Med. Odont. Lab. Hosp.	10%	10
1421218	Coleções e materiais bibliográficos	0%	
1421224	Equip. Proteção, segurança, socorro	10%	10
1421226	Instrumentos musicais e artísticos	10%	10
1421232	Máquinas e equipamentos gráficos	10%	10
1421233	Equipamentos para audio, video e foto	20%	5
1421234	Máquinas, utensílios e equip. Diversos	10%	10
1421235	Equipamentos de processamento de dados	20%	5
1421236	Maq. Instalações e utens. De escritório	10%	10
1421239	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10%	10
1421242	Mobiliário em geral	10%	10
1421244	Obras de arte e peças para museus	0%	
1421252	Veículos de tração mecânica	20%	5
1421257	Acessórios para automóveis	20%	5
1421299	Outros bens móveis	10%	10
	Peças não incorporáveis a imóveis	10%	10

Fica estipulado como valor residual o percentual de 5% do valor do bem.

## ANEXO II

## CRITÉRIOS PARA REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS (Art. 3º)

## 1) Veículo Automotor:

- a) A Reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais de uso do veículo;
- b) O valor de referência de mercado será obtido por meio da Tabela FIPE, o qual será confrontado com as condições gerais do veículo, através de Laudo de Reavaliação emitido individualmente, que contemplará a avaliação dos itens relevantes do veículo, conforme Tabela do Anexo III

## 2) Equipamentos e Mobiliários em Geral:

A Reavaliação necessitará de vistoria, utilizando os critérios do art. 5º desta Portaria, com base na Tabela do Anexo IV.

## 3) Equipamentos de Processamento de Dados, Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, de Comunicação, Medição e Orientação:

A Reavaliação necessitará de Parecer Técnico elaborado por comissão integrada por servidores com conhecimentos técnicos especializados, informando o estado de conservação, tendo por modelo do Anexo V.

## ANEXO III

## LAUDO DE REAVALIAÇÃO DE VEÍCULO

Marca/Modelo/Ano		Placa	
Valor de Mercado		Km	
Percentuais		Avaliação R\$	Custo de Recuperação R\$
Mecânica	Motor 30%	Funciona 30% Não Funciona 15% Desmontado 10%	
	Caixa 15%	Funciona 15% Não Funciona 07% Desmontado 02%	
	Demais Partes 10%	Funciona 10% Não Funciona 05% Desmontado 02%	
Estrutura	Lataria 30%	Boa 30% Razoável 20% Ruim 10% Péssima 05%	

Vidros	Boa 12%		
Estofamentos	Razoável 10%		
Painel	Ruim 06%		
Acessórios	Péssima 03%		
Pneus 03%	Bons 03%		
	Ruins 01%		
Valor Veículo Agregado (acessórios)	Bom 100%		
Descrição:	Razoável 50%		
Valor de Mercado:	Ruim 25%		
	Péssima 12%		
Valor Agregado	Total	Parcial	
Indicar danos acidente Total ou Parcial			
Mecânica:			
Estrutura:			
Depreciação devida a Acidente			
TOTAIS			
Valor Reavaliado:			
Novo prazo de vida útil:			
<input type="checkbox"/> O valor de mercado atribuído com base na Tabela FIPE <input type="checkbox"/> Custo de recuperação sobre o valor de mercado obtido pela média de 3 orçamentos.			
TIMBÉ DO SUL, ____/____/____.			
Membro da Comissão	Membro da Comissão	Membro da Comissão	

## ANEXO IV

## FATORES DE INFLUÊNCIA PARA EFEITO DE REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL

Estado de Conservação do Bem – EC		Período de Vida Útil do Bem (já utilizado) - PVU		Período de Utilização Futura do Bem - PUB	
Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação
Excelente	10	10 anos	1	10 anos	10
Bom	8	9 anos	2	9 anos	9
Regular	5	8 anos	3	8 anos	8
Péssimo	2	7 anos	4	7 anos	7
		6 anos	5	6 anos	6
		5 anos	6	5 anos	5
		4 anos	7	4 anos	4
		3 anos	8	3 anos	3



		2 anos	9	2 anos	2
		1 ano	10	1 ano	1

Fator de Reavaliação (FR) = 4 EC + 6 PVU - 3 PUB / 100

Valor do Bem Reavaliado (VBR) = Valor do Bem Novo (VBN) x Fator de Reavaliação

#### ANEXO V

#### MODELO DE PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO PARA BENS MÓVEIS

##### 1. NR. LAUDO/PARECER TÉCNICO:

Código Orçamentário/Descrição Contábil	
Descrição do Bem	
Localização do Bem	
Data de Aquisição	
Documentação Respectiva	

##### 2. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO/PARECER TÉCNICO:

##### 3. PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E FATORES LIMITANTES:

##### 4. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADO:

##### 5. RESULTADO DA AVALIAÇÃO E DATA DE REFERÊNCIA:

##### 6. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Ótimo ( ) BOM ( ) Regular ( )  
Péssimo ( )

##### 7. VALORES

Valor de Aquisição:

Valor de Mercado:

Valor Atribuído:

Vida Útil Remanescente

##### 8. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES IMPORTANTES:

Timbé do Sul - SC., \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### ANEXO VI

#### MODELO DE RELATÓRIO PARA ENCAMINHAMENTO AO SETOR DE CONTABILIDADE

Descrição do Bem	a		
Data Aquisição	b		
Vida Útil do Bem em anos	c		
Valor de Entrada da compra	d		

Percentual Residual %	e		
Valor Residual do bem	f	d*e	
Reavaliação	g		
Nova Vida Útil	h		
Redução a valor Recuperável	i		
Valor atual	j		
Valor depreciável	k	(j-f)/c	
Depreciação do mês corrente	l	k/12	
Depreciação, Amortização ou Exaustão acumulada	m		
Valor líquido contábil	n	j-m	

#### ANEXO VII

#### CRONOGRAMA PARA REAVALIAÇÃO/REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Grupos	Título	Prazo Máximo
3	Equipamento de Processamento de Dados	2014
3	Aparelho, Equipamentos e Utensílios Médicos e Odontológicos	2014
3	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, Medição e Orientação	2014
5	Mobiliário em Geral	2014
6	Bens móveis não especificados nos itens anteriores	2014

#### LEI Nº 1.738/2014

LEI Nº 1.738, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Timbé do Sul/SC, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financeiros e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

#### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta lei regula no Município de Timbé do Sul e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e da Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura - SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.



**TÍTULO I****Da Política municipal de Cultura**

Art. 2º. A Política Municipal de Cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas programas, projetos e ações formuladas e executadas pelo Município de Timbé do Sul, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

**CAPÍTULO I****Do Papel do Poder Público Municipal na Gestão da Cultura**

Art. 3º. A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Timbé do Sul.

Art. 4º. A cultura é um importante vetor de desenvolvimento do ser humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Timbé do Sul.

Art. 5º. É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Timbé do Sul e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º. Cabe ao Poder Público do Município de Timbé do Sul planejar e implementar políticas públicas para:

I- assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II- universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III- contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV- reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;

V- combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII- democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

XI - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;

X - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º. A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias a buscar a complementaridade das

ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º. A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente e turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º. Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

**CAPÍTULO II****Dos Direitos Culturais**

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I - o direito à identidade e à diversidade cultural;

II - livre criação e expressão;

a) livre acesso;

b) livre difusão;

c) livre participação nas decisões de política cultural.

III - o direito autoral;

IV - o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

**CAPÍTULO III****Da concepção Tridimensional da Cultura**

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura-simbólica, cidadã e econômica como fundamento da Política Municipal de Cultura.

**Seção I****Da Dimensão Simbólica da Cultura**

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Timbé do Sul, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art.216 da Constituição Federal.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

**Seção II****Da Dimensão Cidadã da Cultura**

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme Artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

### Seção III

#### Da Dimensão Econômica da Cultura

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura com espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I sistema de produção materialização em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo.

II elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e

III conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do seu município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Timbé do Sul deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

### TÍTULO II

#### DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

#### CAPÍTULO I

##### Das Definições e dos Princípios

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura -SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e produção de políticas públicas, bem como de informação e de formação na área cultural, tendo como essência a coordenação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura - SMC fundamenta-se na Política Municipal de Cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira - União, Estado, Municípios e Distrito Federal - com suas respectivas políticas e instituições culturais e sociedade e a sociedade civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

- I - diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII - transversalidade das políticas culturais;
- VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX - transparência e compartilhamento das informações;
- X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

#### CAPÍTULO II

##### Dos Objetivos

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura - SMC tem como objetivo formular e implantar políticas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais, no âmbito do município.

Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos políticos na área cultural;
- II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;
- III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município.
- IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;
- V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura-SMC.
- VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

### CAPÍTULO III

#### Da Estrutura

##### Seção I

##### Dos Componentes

Art.33. Integram o Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - Coordenação;
  - a) Departamento de Cultura.
- II - Instâncias de articulação, pactuação e deliberação;
  - a) Conselho Municipal de Política Cultural- CMPC.
  - b) Conferência Municipal de Cultura- CMC.
- III - Instrumento de Gestão:
  - a) Plano Municipal de Cultura- PMC;
  - b) Fundo Municipal de Cultura;
  - c) Outros que venham a ser constituídos conforme regulamento.

§ 2º - O Sistema Municipal de Cultura buscará atuar de forma integrada e convergente aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, potencializando, através destes, o alinhamento das políticas culturais e o provimento de meios para o desenvolvimento do município através da cultura.

§ 3º - Poderão integrar o Sistema Municipal de Cultura organismos privados, com ou sem fins lucrativos, com comprovada atuação na área cultural e que venham a celebrar termo de adesão específico.

##### Seção II

##### Da coordenação do Sistema Municipal de Cultura - SMC

Art. 34. - O Departamento de Cultura é o órgão superior, subordinado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura.

Art 35. Integram a estrutura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte as instituições vinculadas indicadas a seguir:

- I - Biblioteca Pública Municipal;
- II - Outras que venham a ser constituídas.

Art. 36. São atribuições do órgão Gestor de Cultura:

I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura - PMC, executando as políticas culturais definidas;

II - implementar o Sistema Municipal de Cultura- SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando a sua estrutura e atuação;

III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;

V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do município;

VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII - promover o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;

IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura -SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do município;

X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;

XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.

XV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;

XVI - realizar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XVII - exercer outras atividades correlatadas com suas atribuições.

Art. 37. O Departamento Municipal de Cultura de Timbó do Sul como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC, compete:

I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura-SMC;

II - promover a integração do Município Sistema Municipal de Cultura- SMC e ao Sistema Estadual de Cultura - SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural- CMPC e nas suas instâncias setoriais;

IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestora Tripartite -CTI e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural- CNPC e na Comissão Intergestora Bipartite- CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural -CEPC;

V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura - SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural- CMPC;

VI - colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura -SNC e do Sistema Estadual de Cultura- SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistema de gestão;

VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicas do Governo Municipal.

IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura -SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especificamente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura- CMC.

### Seção III

#### Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

Art. 38. Os órgãos previstos no inciso II do art. 33 desta lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SNC, organizadas na forma descrita na presente Seção.

#### Do Conselho Municipal de Política Cultural

Art. 39 - O Conselho Municipal de Política Cultural- CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Timbó do Sul, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura- SMC.

§1º. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura- CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura-PMC.

§2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural

- CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.

§3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.

§4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar a representação do Município de Timbó do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído 20 membros, incluindo titulares e suplentes, com a seguinte composição:

I - 10 membros representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

a) 02 Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

b) 01 Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

c) 02 Representantes da Secretaria Municipal Assistência Social e Habitação;

d) 02 Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

e) 01 Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Transportes;

f) 01 Representante da Secretaria de Planejamento, Indústria, Comércio e Turismo;

g) 01 representante da Secretaria de Saúde.

II - 10 membros incluindo titulares e suplentes representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:

a) 02 Representantes Sindicais;

b) 02 Representantes dos Artesãos do município;

c) 01 Representantes dos Músicos do município;

d) 01 Representantes de Dança do município;

e) 01 Representantes da área de Literatura/Biblioteca do município;

f) 03 Representantes da área de Indústria e Comércio do município;

§1º. Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.

§2º. O Conselho Municipal de Políticas Culturais- CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente o Vice-Presidente e o Secretário Geral.



§3º. Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§4º. O presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais-CMPC votará somente no caso de empate.

Art. 41. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I - Plenário;

II - Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura-CIPOC;

III- Grupos de Trabalho;

Art. 42. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, compete:

I - propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura -PMC;

II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

III - colaborar na implantação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartites - CIT e na Comissão Intergestores Bipartite- CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselho Nacional e Estadual de Política Cultural;

IV - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura- FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI - estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura OMC;

VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura-FMC;

VIII - apoiar a descentralização de programas projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX - contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura- SNC;

X - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XI - apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrado pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99.

Parágrafo único. O Plenário poderá essa competência a outra instância do CMPC.

XII - acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Maracajá para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura-SNC.

XIII - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XIV - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;

XV - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XVI - delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

XVII - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura-CMC.

XVIII - estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art.43. Compete ao Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura- CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Da Conferência Municipal de Cultura - CMC

Art. 44. A Conferência Municipal de Cultura - CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural do município e propor diretrizes para a formulação de Políticas Públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura- PMC.

§1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura - CMC analisar, aprovar, monções, proposições e avaliar a execução de metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§2º. Cabe ao Departamento Municipal de Cultura, convocar e ordenar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura - CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§3º. A Conferência Municipal de Cultura - CMC será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais ou Pré-Conferências.

§4º. A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura - CMC será, no mínimo de dois terços dos delegados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

Seção IV  
Dos Instrumentos de Gestão

Art. 45. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura- SMC:

I - Plano Municipal de Cultura- PMC;

II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura -SMFC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura-SMC, se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

**Do Plano Municipal de Cultura -PMC**

Art. 46. O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 47. A elaboração do Plano Municipal de Cultura -PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, de instituições vinculadas e do Conselho Municipal de Política Cultural que, a partir das diretrizes propostas por Fóruns e pela Conferência Municipal de Cultura-CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e, posteriormente, encaminhado a Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

I - diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

II - diretrizes e prioridades;

III - Objetivos gerais e específicos;

IV - estratégias, metas e ações;

V - prazos de execução;

VI - resultados e impactos esperados;

VII - recursos materiais humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII - mecanismos e fontes de financiamento; e

IX - indicadores de monitoramento e avaliação.

**Do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura**

Art. 48. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito de município de Timbé do Sul que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do município de Timbé do Sul:

I - Orçamento Público do município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);

II - Fundo Municipal de Cultura definido nesta lei;

III - Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, conforme lei específica; e

IV - outros que venham a ser criados.

**Do Fundo Municipal de Cultura - FMC**

Art. 49 - Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura - FMC, com o objetivo de promover a economia da cultura e fomentar a criação, produção, formação, circulação e memória artístico-cultural, custeando total ou parcialmente projetos e atividades culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público e privado.

Art. 50. O Fundo Municipal de Cultura - FMC, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Timbé do Sul se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas,

projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura -FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 51. São receitas do Fundo Municipal de Cultura - FMC:

I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Timbé do Sul e seus créditos adicionais;

II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultural - FMC;

III - contribuições de mantenedores;

IV - produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Timbé do Sul, resultado da venda de ingresso de espetáculo ou outros eventos artísticos e promoções e serviços de caráter cultural;

V - doações e legados nos termos da legislação vigente;

VI - subvenções e auxílios de entidade de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

VII - reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura -FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

VIII - retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

IX - resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

X - empréstimo de instituições financeiras ou outras entidades;

XI - saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura- SMFC;

XII - devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura- SMFC;

XIII - saldos de exercícios anteriores; e

XIV - outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 52. O Fundo Municipal de Cultura - FMC será administrado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Timbé do Sul na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

I - não reembolsáveis, na forma do regulamento, para o apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderante por meio de editais de seleção pública; e



II - reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, a Secretaria de Cultura de Timbé do Sul definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente, pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 53. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato da CMPC.

Art. 54. O Fundo Municipal de Cultura - FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC, ou que esta assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 55. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 56. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura - FMC fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 57. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC será constituída por 04 membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Os 02 membros do Poder Público serão indicados pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Timbé do Sul.

§ 2º Os 02 Membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Art. 58. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

I - avaliação das três dimensões culturais do projeto - simbólica, econômica e social;

II - adequação orçamentária;

III - viabilidade de execução; e

IV - capacidade técnico-operacional do proponente.

### TÍTULO III DO FINANCIAMENTO

#### CAPÍTULO I Dos Recursos

Art. 59. O Fundo Municipal de Cultura - FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Parágrafo Único. O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 60. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com recursos do Município, do Estado e da União. Além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura-FMC.

Art. 61. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contrapartida de transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º Os recursos oriundos de repasse dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura serão destinados a:

I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura;

II - para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 62. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a descontração do investimento, devendo ser estabelecido atualmente um percentual mínimo para cada segmento / território.

#### CAPÍTULO II Da Gestão Financeira

Art. 63. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Timbé do Sul e instituições vinculadas, sob vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política

Cultural - CMPC.

§ 1º Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura - FMC serão administrados pela Secretaria Educação, Cultura e Esporte de Timbé do Sul.

§ 2º A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Timbé do Sul acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 64. O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

§ 1º O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultante de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 65. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

### CAPÍTULO III

#### Do Planejamento e do Orçamento

Art. 66. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura - SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

§ 1º O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual- LOA.

Art. 67. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural- CMPC,

#### Das Disposições Finais e Transitórias

Art.68. O Município de Timbé do Sul deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura -SNC, por meio da assinatura do termo de adesão voluntária na forma do regulamento.

Art. 69. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprega irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura -SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 70. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 09 de dezembro de 2014.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº 1.739/2014

LEI Nº 1.739, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

RATIFICA PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM A FINALIDADE DE INSTITUIR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º Fica ratificado pelo Município de Timbé do Sul/SC, Protocolo de Intenções com a finalidade de instituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE - CIASS, objetivando a instituição do serviço socioassistencial, e de saúde de alta complexidade, na modalidade abrigo institucional para crianças e adolescentes, bem como Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, o qual será composto pelos municípios de Turvo/SC, Jacinto Machado/SC, Ermo/SC, Timbé do Sul/SC, e Morro Grande/SC ficando desde já autorizado o Chefe do Poder Executivo a manifestar expressa anuência, em assembleia, em relação à aprovação do respectivo estatuto.

Art. 2º O Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde será constituído sob a forma de consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, mediante publicação do competente Estatuto.

Art. 3º Fica o Município de Timbé do Sul autorizado a firmar contrato de rateio com o Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde, de acordo com cada programa de atendimento, visando atender as finalidades do consórcio, conforme estabelecido no protocolo de intenções, que através da presente Lei passa a denominar-se Contrato de Consórcio, nos termos do Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

Art. 4º Fica aplicada, para reger as relações jurídicas entre Município de Turvo/SC, Jacinto Machado/SC, Ermo/SC, Timbé do Sul/SC, e Morro Grande/SC o Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde, a Lei federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Timbé do Sul - SC, em 09 de dezembro de 2014.  
Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

**Timbó****PREFEITURA****ATA DELIBERAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 17 2014 FCT - FRACASSADA**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE DELIBERAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 17/2014 - FCT

Às onze horas, do quarto dia, do mês de dezembro de dois mil e catorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger para deliberação referente documentos constantes do processo licitatório Tomada de Preços nº 17/2014 - FCT conforme segue:

Na data designada (14/11/2014) para a sessão pública de abertura da licitação, as empresas VILSON VANSUITEN ME e CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA entregaram tempestivamente os envelopes de habilitação e proposta (conforme Ata de fls. 0177). Após abertura e análise dos documentos de habilitação pela Comissão de Licitação, e com fundamento no item 18.9 do Edital de Tomada de Preços nº 17/2014 - FCT, a sessão foi suspensa para encaminhamento destes documentos ao Setor de Contabilidade e ao Setor de Engenharia para análise e emissão de Parecer Técnico. Na data de 19/11/2014 a Comissão reuniu-se para avaliação dos pareceres técnicos emitidos pelo setor de Contabilidade e Engenharia, sendo que desta análise as duas licitantes foram inabilitadas, conforme publicação na Imprensa Oficial em 20/11/2014. Transcorrido o prazo legal as licitantes VILSON VANSUITEN ME e CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA não apresentaram recurso contra a decisão de inabilitação. Analisada toda documentação juntada aos autos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, considerando os fundamentos acima apresentados bem como os já constantes nas atas de fls. 0177 e fls.0183, restou, portanto, fracassada a licitação Tomada de Preços nº 17/2014 - FCT que tem objeto a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) para construção de casa enxaimel, a ser executada na Avenida Getúlio Vargas, face a inabilitação de todos os licitantes. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pelos presentes, encaminhando-se os autos à autoridade instauradora do certame para as providências de estilo. Registre-se, publique-se, intemem-se.

CARMELINDE BRANDT  
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Secretária

ALINE BURGER  
Membro

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.023 - FMS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/023

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

AUTORIZADO: Sesi - Serviço Social da Indústria.

OBJETO: Acréscimo de 12% ao objeto (Aquisição de medicamentos não constantes da listagem padronizada da farmácia básica do SUS Municipal, ou em falta.)

VALOR: R\$ 10.560,00 (dez mil quinhentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 01/12/2014

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário da Saúde

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.024 - FMS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/024

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

AUTORIZADO: Análise Laboratório Clínico LTDA.

OBJETO: Prorrogação do Prazo até 31/12/2015 e reajuste a partir de 03/03/2015 através de aplicação do IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) correspondente ao mês de fevereiro/2015. .

DATA DA ASSINATURA: 01/12/2014

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário da Saúde

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2012.88 FUMTRAN**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/88

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.

CONTRATADO: Eletrotécnica F.C. LTDA EPP.

OBJETO: Manutenção (preventiva e corretiva em regime de prontidão) eletrotécnica e elétrica para os conjuntos semaforicos instalados nos locais definidos pelo município, totalizando 32 (trinta e duas) horas mensais.

PRAZO: Prorrogado até 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 01/12/2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

**SAMAE****PORTARIA NO SAMAE -144 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014**

PORTARIA No SAMAE -144 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede Exoneração, a pedido, ao Servidor Thiago Luiz Schweder, contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a contar de 05/12/2014

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal THIAGO LUIZ SCHWEDER contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 130, de 27 de outubro de 2014, a contar de 05 de dezembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**PORTARIA NO SAMAE -145 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014**

PORTARIA No SAMAE -145 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede Exoneração ao Servidor Marcos Antonio de Souza, contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a contar de 08/12/2014

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal MARCOS ANTONIO DE SOUZA contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 54, de 07 de abril de 2014, a contar de 08 de dezembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**Três Barras****PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2014**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 004/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o item 14.02 do Edital do CP 004/2014, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, relacionados no Anexo I deste Edital, para o provimento de cargos públicos do quadro de pessoal do Município, conforme resultado final devidamente publicado. Os convocados deverão comparecer durante o período de 10 de dezembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, das 07:00 às 13:00 horas, na Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, situada na Avenida Santa Catarina nº 616, Centro de Três Barras - SC, para apresentação e entrega dos documentos necessários, na forma determinada no Edital nº 004/2014.

O não comparecimento do candidato no local e datas acima designadas acarretará na renúncia ao direito de ingresso no serviço público.

Três Barras - SC, em 10 de dezembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CONVOCADOS CONFORME ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 004/2014.

CARGO	NOME DO CANDIDATO
Técnico de Enfermagem	Soeli Terezinha Rezenda
Técnico de Enfermagem	Juliane Cristina Borges
Técnico de Enfermagem	Andressa Cristina Ricardo
Técnico de Enfermagem	Mirele Cristiane Gonçalves



# Treze Tílias

## PREFEITURA

### DECRETO N 1959

DECRETO Nº 1.959/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 81.450,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 84.450,00(oitenta e um mil e quatrocentos reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

03 . Secretaria de Administração e Fazenda

01 - Manutenção da Secretaria

Atividade: 2003

(6) Modalidade de aplicação: 3.3.50.00.00.00 R\$ 81.450,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao credito constante no artigo anterior fica utilizado o excesso de arrecadação verificado no período

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 01/12/2014

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

### DECRETO N 1960

DECRETO Nº 1.960/2014

ALTERA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º- Fica estabelecido o seguinte Horário de funcionamento da SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, para o atendimento ao Público, que passa a vigorar a partir de 02 de dezembro de 2014.

- De segunda a sexta feira: das 7:h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

Artigo 2º - As demais Secretarias permanece o horário "Turno Único" de conformidade com o Decreto nº 1.933/2014.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,

02 de dezembro de 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

### DECRETO N 1965

DECRETO Nº 1.965/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO VALOR DE R\$ 47.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 47.500,00(quarenta e sete mil e quinhentos reais) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

04 - Secretaria de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2102 - Farmácia Básica

(4) Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.67 R\$ 500,00

Atividade: 2104

(3) Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.02 R\$ 47.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao credito constante no artigo anterior fica utilizado o excesso de arrecadação verificado no período .

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 03/12/2014

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

### PORTARIA N 132/2014

PORTARIA Nº 132/14 DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Cleithon Rover	24/06/2014 a 23/06/2015	15/12/2014 a 13/01/2015	30
Maria Denir Borges da Silva	08/04/2014 a 07/04/2015	15/12/2014 a 13/01/2015	30
Maristela Mazetto	07/03/2014 a 06/03/2015	15/12/2014 a 13/01/2015	30
Oumar Cassol	16/10/2014 a 15/10/2015	15/12/2014 a 13/01/2015	30

Peter Hans Huber	01/10/2013 a 30/09/2014	15/12/2014 a 03/01/2015	20
	01/10/2014 a 30/09/2015	04/01/2015 a 13/01/2015	10
Raquel Spinello	24/06/2014 a 23/06/2015	15/12/2014 a 13/01/2015	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,  
EM 08 DE OUTUBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

### PORTARIA N 133/2014

PORTARIA Nº 133/14 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Dirlei Barbieri Rofner	02/01/2014 a 01/01/2015	15/12/2014 a 13/01/2015	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,  
EM 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

### PORTARIA N 134/2014

PORTARIA Nº 134/14 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares as servidoras municipais abaixo mencionadas.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
------	--------------------	-----------------	------

Ana Cláudia Santos	01/10/2013 a 30/09/2014	15/12/2014 a 29/12/2014	15
Gerusa Lucian	01/10/2013 a 30/09/2014	15/12/2014 a 13/01/2015	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,  
EM 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

### PORTARIA N 135/2014

PORTARIA Nº 135/14 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Vilmar Gonçalves Tibes	04/06/2013 a 03/06/2014	01/12/2014 a 30/12/2014	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,  
EM 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

### PORTARIA N 136/2014

PORTARIA Nº 136/14 DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.



NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Ana Paula Del Posso	01/10/2013 a 30/09/2014	22/12/2014 a 10/01/2015	20
Adriana Aparecida Hensel	01/08/2013 a 31/07/2014	22/12/2014 a 10/01/2015	20
Aline Liria Grahl	11/06/2013 a 10/06/2014	22/12/2014 a 31/12/2014	10
	11/06/2014 a 10/06/2015	02/01/2015 a 11/01/2015	10
Amanda Strapazon Marmentini	20/01/2014 a 19/01/2015	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Beatriz Sommer Marcon	03/11/2014 a 02/11/2015	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Denise Gratt	02/01/2014 a 01/01/2015	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Diego Mergener	11/02/2013 a 10/02/2014	22/12/2014 a 31/12/2014	10
	11/02/2014 a 10/02/2015	02/01/2015 a 11/01/2015	10
Gilberto Hoffelder Junior	21/11/2013 a 20/11/2014	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Ivan José Scheuer	02/02/2014 a 01/02/2015	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Jaime Berté	04/01/2014 a 03/01/2015	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Karine Kandler	16/01/2013 a 15/01/2014	22/12/2014 a 31/12/2014	10
	16/01/2014 a 15/01/2015	02/01/2015 a 11/01/2015	10
Leocir Antônio Carneiro	02/01/2014 a 01/01/2015	22/12/2014 a 20/01/2015	30
Maria Lúcia Dalla Costa Cenci	18/01/2013 a 17/01/2014	22/12/2014 a 31/12/2014	10
	18/01/2014 a 17/01/2015	02/01/2015 a 11/01/2015	10
Mauro Dresch	01/01/2013 a 31/12/2013	22/12/2014 a 10/01/2015	20
Marli Ansiliero	01/02/2014 a 31/01/2015	22/12/2014 a 10/01/2015	20
Matheus José Brandalise	11/10/2013 a 10/10/2014	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Neide Fachin Piaia	02/10/2013 a 01/10/2014	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Rafael Hensel	27/02/2014 a 26/02/2015	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Sandro Eduardo Hartmann	02/03/2014 a 01/03/2015	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Sérgio Luiz Guesser	01/01/2014 a 31/12/2014	22/12/2014 a 20/01/2015	30
Tarcísio Irineu Trevisol	03/01/2014 a 02/01/2015	22/12/2014 a 20/01/2015	30
Vanessa Schumacher	19/11/2014 a 18/11/2015	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Vinícius Schirmann Mendes	28/06/2013 a 27/06/2014	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Werydiana Falchetti	16/01/2013 a 15/01/2014	22/12/2014 a 31/10/2014	10
	16/01/2014 a 11/01/2015	02/01/2015 a 11/01/2015	10

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,  
EM 08 DE OUTUBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

### PORTARIA N 137/2014

PORTARIA Nº 137/14 DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Karina Boesing Kucera	14/10/2014 a 13/10/2015	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Marcelo Mantoniani	03/11/2014 a 02/11/2015	22/12/2014 a 05/01/2015	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,  
EM 08 DE OUTUBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

### PORTARIA N 138/2014

PORTARIA Nº 138/14 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Gabriela Rugere de O. Jorge	11/06/2013 a 10/06/2014	22/12/2014 a 10/01/2015	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,  
EM 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA N 139/2014**

PORTARIA Nº 139/14 DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Ademar Gaedke	20/03/2014 a 19/03/2015	22/12/2014 a 20/01/2015	30
Ana Maria de Souza	16/01/2014 a 15/01/2015	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Antoninho Guesser	02/10/2013 a 01/10/2014	22/12/2014 a 10/01/2015	20
Daliria T. B. Baseggio	15/06/2013 a 14/06/2014	22/12/2014 a 20/01/2015	30
Gisele Mergener	16/12/2013 a 15/12/2014	22/12/2014 a 10/01/2015	20
Macleise Trento	01/11/2013 a 31/10/2014	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Magda Rosana Barcaro	16/07/2013 a 15/07/2014	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Neusa Pereira	04/08/2013 a 03/08/2014	22/12/2014 a 20/01/2015	30
Soraya Ap. Boesing Juchen	07/02/2014 a 06/02/2015	22/12/2014 a 05/01/2015	15
Teresinha Geisler	16/01/2014 a 15/01/2015	31/12/2014 a 14/01/2015	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,  
EM 08 DE OUTUBRO DE 2014.  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA N 140/2014**

PORTARIA Nº 140/14 DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Claudete Trento	14/04/2014 a 13/04/2015	22/12/2014 a 20/01/2015	30
Cristhiani Gallon Motta	03/02/2014 a 02/02/2015	22/12/2014 a 20/01/2015	30
Jucelita Lúcia Hoffmann	04/02/2014 a 03/02/2015	22/12/2014 a 31/12/2014	10
Jussara Viera Dresch	01/07/2013 a 30/06/2014	22/12/2014 a 20/01/2015	30
Kelimara Mocelin	02/12/2014 a 01/12/2015	22/12/2014 a 20/01/2015	30
Maria Izabel Marangoni	03/02/2014 a 02/02/2015	22/12/2014 a 20/01/2015	30
Maristela Ap. Barbieri	13/06/2013 a 12/06/2014	15/12/2014 a 13/01/2015	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,  
EM 08 DE OUTUBRO DE 2014.  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

# Tunápolis

## PREFEITURA

### LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Lei nº. 1.202 de 10 de dezembro de 2014.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2015, estima a RECEITA em R\$ 15.994.630,50 (Quinze milhões, novecentos e noventa e quatro mil, seiscentos e trinta reais e cinquenta centavos) e fixa a DESPESA no mesmo valor, discriminados nos anexos integrantes dela Lei.

Art. 2º. As Receitas do Município de Tunápolis - SC serão realizadas mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes no anexo 2 da Lei nº 4.320/64 de acordo com a seguinte classificação:

#### POR CATEGORIA ECONÔMICA

RECEITAS CORRENTES R\$ 15.964.792,01

- Receitas Tributárias R\$ 785.431,17

- Receitas de Contribuições R\$ 104.633,21

- Receita Patrimonial R\$ 80.439,64

- Receita Agropecuária R\$ 1.055,00

- Receita de Serviços R\$ 696.882,14

- Transferências Correntes R\$ 16.893.871,71

- Outras Receitas Correntes R\$ 37.726,63

( - ) Dedução da Receita Corrente R\$ (2.635.247,49)

RECEITAS DE CAPITAL R\$ 29.838,49

- Operações de Crédito R\$ 1.000,00

- Alienação de Bens R\$ 3.055,00

- Amortização de Empréstimos R\$ 25.255,99

- Outras Receitas de Capital R\$ 527,50

TOTAL R\$ 15.994.630,50

Art. 3º. As Despesas do Município de Tunápolis - SC serão realizadas na forma da legislação vigente, segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa" integrantes desta Lei, observando a classificação institucional, funcional programática e natureza da seguinte forma:

#### POR ÓRGÃO E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR	%
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		531.507,35	3,32
01.00	Poder Legislativo	531.507,35	3,32
01.01	Câmara Municipal de Vereadores	531.507,35	3,32
PREFEITURA MUNICIPAL		11.789.621,12	73,70
02.00	Poder Executivo Municipal	388.702,80	2,43
02.01	Gabinete do Prefeito e Vice	388.702,80	2,43

03.00	Secretaria da Administração, Planej.e Finanças	1.581.174,70	9,89
03.01	Administração, Planejamento e Finanças	1.138.044,81	7,12
03.02	Encargos Gerais	443.129,89	2,77
04.00	Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	4.455.996,09	27,85
04.01	Administração da Educação Municipal	236.069,29	1,48
04.02	Ensino Fundamental	1.785.097,05	11,16
04.03	Educação Infantil – Pré-Escola	1.212.331,17	7,41
04.04	Ensino Médio	129.830,42	0,81
04.05	Educação Especial	97.515,00	0,61
04.06	Ensino Superior	61.000,00	0,38
04.07	Educação Infantil – Creche	19.575,00	0,12
04.09	Esportes	380.068,39	2,38
04.10	Cultura	534.509,77	3,34
05.00	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	1.237.590,39	7,74
05.01	Agricultura e Meio Ambiente	1.237.590,39	7,74
06.00	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	2.688.287,12	16,81
06.01	Transportes na Sede do Município e do Interior	1.818.628,85	11,37
06.02	Urbanismo, Infra-Estrutura e Serviços Gerais	869.658,27	5,44
07.00	Secretaria da Indústria e Comércio	156.650,00	0,98
07.01	Indústria, Comércio e Serviços	156.650,00	0,98
08.00	Fundo Municipal da Assistência Social	609.102,47	3,81
08.01	Fundo Municipal da Assistência Social	609.102,47	3,81
09.00	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	77.860,44	0,49
09.01	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	77.860,44	0,49
11.00	Fundo de Habitação e Interesse Social	76.650,00	0,48
11.01	Fundo de Habitação e Interesse Social	76.650,00	0,48

12.00	Fundo Municipal de Saneamento Básico	482.607,11	3,02
12.01	Fundo Municipal de Saneamento Básico	482.607,11	3,02
13.00	Fundo Municipal de Enfrentamento a Desastres	35.000,00	0,22
13.01	Fundo Municipal de Enfrentamento a Desastres	35.000,00	0,22
10.00	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	3.673.502,03	22,98
10.01	Fundo Municipal de Saúde	3.673.502,03	22,98
TOTAL GERAL		15.994.630,50	100%

#### POR CATEGORIA ECONÔMICA

I - DESPESAS CORRENTES R\$ 14.334.305,72 89,62%  
 Pessoal e Encargos Sociais R\$ 6.850.910,59 42,84%  
 Juros e Encargos da Dívida R\$ 5.275,00 0,03%  
 Outras Despesas Correntes R\$ 7.478.120,13 46,75%  
 II - DESPESAS DE CAPITAL R\$ 1.625.324,78 10,16%  
 Investimentos R\$ 1.569.409,78 9,81%  
 Amortização da Dívida R\$ 55.915,00 0,35%  
 III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 35.000,00 0,22%

TOTAL R\$ 15.994.630,50 100%

#### CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

031 - Legislativa R\$ 531.507,35  
 122 - Administração Geral R\$ 1.772.978,94  
 181 - Policiamento R\$ 48.137,49  
 241 - Assistência ao Idoso R\$ 153.170,65  
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente R\$ 144.431,51  
 244 - Assistência Comunitária R\$ 455.931,82  
 301 - Atenção Básica R\$ 2.446.776,22  
 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial R\$ 1.190.407,88  
 304 - Vigilância Sanitária R\$ 23.962,57  
 305 - Vigilância Epidemiológica R\$ 10.245,36  
 306 - Alimentação e Nutrição R\$ 55.209,75  
 361 - Ensino Fundamental R\$ 1.968.066,59  
 362 - Ensino Médio R\$ 129.830,42  
 364 - Ensino Superior R\$ 61.000,00  
 365 - Ensino Infantil R\$ 1.231.906,17  
 367 - Educação Especial R\$ 97.515,00  
 392 - Difusão Cultural R\$ 234.509,77  
 451 - Infra-Estrutura Urbana R\$ 740.232,56  
 482 - Habitação Urbana R\$ 76.650,00  
 512 - Saneamento Básico Urbano R\$ 482.607,11  
 606 - Extensão Rural R\$ 951.940,39  
 608 - Promoção da Produção Agropecuária R\$ 245.000,00  
 609 - Defesa Agropecuária R\$ 31.650,00  
 661 - Promoção Industrial R\$ 65.825,00  
 691 - Promoção Comercial R\$ 90.825,00  
 695 - Turismo R\$ 300.000,00  
 722 - Telecomunicações R\$ 9.000,00  
 752 - Energia Elétrica R\$ 129.425,71  
 782 - Transporte Rodoviário R\$ 1.818.628,85  
 812 - Desporto Comunitário R\$ 380.068,39  
 813 - Lazer R\$ 21.000,00  
 843 - Serviços da Dívida Interna R\$ 61.190,00  
 846 - Outros Encargos Especiais R\$ 35.000,00  
 TOTAL GERAL R\$ 15.994.630,50

#### CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
0 – Encargos Especiais	430.827,49
1 – Processo Legislativo	531.507,35
2 – Administração	1.486.478,94
3 – Assistência Social Geral	609.102,47
4 – Ensino Médio	129.830,42
5 – Ensino Básico (Infantil + Fundamental)	3.253.072,51
6 – Ensino Superior	61.000,00
7 – Educação Especial	97.515,00
8 – Difusão Cultural	534.509,77
9 – Planejamento Urbano	869.658,27
10 – Habitação Popular	76.650,00
11 – Saneamento Básico	482.607,11
12 – Saúde Básica	3.673.502,03
13 – Agricultura Sustentável	1.237.590,39
14 – Incentivo a Produção Comercial e Industrial	156.650,00
15 – Estradas Vicinais	1.818.628,85
16 – Desporto Amador	380.068,39
17 – Feiras e Exposições	21.000,00
18 – Assistência à Crianças e Adolescentes	144.431,51
TOTAL	15.994.630,50

Art. 4º. Os Recursos da Reserva de Contingência estão fixados de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e serão destinados por Ato do Poder Executivo através de Decreto, para atendimentos a passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme determina a Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara de Vereadores, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos.

Art. 5º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 6º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 8º. Durante o exercício de 2015 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta Lei, mediante autorização Legislativa.

§ 1º As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas nesta Lei Orçamentária Anual, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, observado o que dispõe a Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal ou outro ato que a venha substituir e legislação correlata.

§ 2º De acordo com o que determina o art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica expressamente proibida a realização de operações de crédito com entes da federação.

Art. 9º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a



realizar abertura de créditos adicionais até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada na presente Lei, mediante ato próprio através da edição de Decreto Municipal, dependendo da existência de recursos disponíveis, e nos termos e limites do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64 e alterações posteriores, criando, se necessário, elementos de despesa e fonte de recurso dentro de cada projeto ou atividade.

§ 1º Os recursos disponíveis de que trata o artigo 9, são aqueles referidos no artigo 43 da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964, pelo qual fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Utilizar o Excesso de Arrecadação, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito adicional, a ser apurado por fonte de recurso, observados os níveis de detalhamento das mesmas, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, combinado com o § 3º deste mesmo artigo.

II - Remanejar as dotações orçamentárias de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo no âmbito do Poder Legislativo, desde que não comprometa as dotações de pessoal, encargos e outras consideradas prioritárias ao atendimento, principalmente as que dependem de limites mínimos legais, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso, observando o disposto no artigo 167, VI da Constituição Federal.

III - Utilizar o Superávit Financeiro, verificado no balanço patrimonial do exercício financeiro imediatamente anterior, para suplementação de dotações orçamentárias, conforme prevê o § 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, combinado com o § 2º deste mesmo artigo.

IV - Suplementar utilizando-se do Excesso de Arrecadação, verificado nas rubricas específicas dos convênios, utilizando para isto o repasse do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação para efeitos de outras suplementações.

§ 2º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, ainda, aos que tiverem como fontes os recursos provenientes de operações de crédito, transferências voluntárias e de convênios a fundo perdido, e aqueles destinados ao reforço das dotações do grupo de pessoal e encargos sociais.

Art. 10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11. O Executivo Municipal está autorizado assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhada cópia de todos os convênios firmados à Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 12. Fica alterado o PPA - Plano Plurianual quadriênio 2014/2017 vigente de acordo com a Lei Municipal nº. 1.178 de 26 de maio de 2014, através da INCLUSÃO de novas das Ações de Governo, a fixação de novas metas físicas e financeiras, a adequação das rubricas orçamentárias de receitas e fontes de custeio das despesas para o exercício financeiro de 2015, nos termos dos Anexos da presente Lei.

Art. 13. Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para exercício de 2015 vigente de acordo com a Lei Municipal nº. 1.179 de 26 de maio de 2014, através da revisão e adequações dos valores financeiros, e a adequação das especificações das fontes de recursos para o exercício financeiro de 2015, nos termos dos Anexos da presente Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 10 de dezembro de 2014.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada  
em data supra.

Elisabeth Inês Heberle Scherer  
Sec. Adm. Finanças e Planejamento.

## **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 128/2014 EDITAL DE LEILÃO Nº 04/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 128/2014  
Edital de Leilão nº 04/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Leilão Público Presencial de Materiais e Equipamentos inservíveis para o Município.

Entrega das propostas a partir das 10h30min horas do dia 29/12/2014.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49)332-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 09 de Novembro 2014  
ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

## **RESOLUÇÃO 018.14**

RESOLUÇÃO 014/2014

AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES EM SEMINÁRIO ESTADUAL DE VEREADORES QUE ESPECIFICA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizados os Vereadores GILBERTO LUNKES, ELÓI RHODEN, CLENI DIAS WIGGERS, ELÓI WINK, NILSE SEHN, FLÁVIO ALBANO WENDLING e a Servidora LIANE JACINTA FINGER HECK para participar do II Seminário Estadual de Vereadores, promovido pela UVESC (União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina), a realizar-se na cidade de Itá, SC., nos dias 28 e 29 de Agosto do corrente ano.

Art.2º As despesas de inscrição, diárias e transporte correrão a conta de dotação orçamentária específica.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.  
Em 21 de Agosto de 2014  
FLÁVIO ALBANO WENDLING  
Presidente

**ATA 01.14**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS**

Página: 1/2  
 Data: 25/11/2014  
 Processo: 1/2014

**Edital de Pregão Presencial Nº 1**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

Reuniram-se no dia 25/11/2014, as 17:38:17, na CAMARA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 06/2014 com o objetivo de COMISSÃO DE REALIZAÇÃO DE PREGÃO tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 1 destinado a Aquisição de Sistema de Som completo instalado e Micro Computador para gravação de áudio..

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

6213 Portaltec Comér. de Equip. de Informática Ltda

CNPJ: 12.501.176/0001-06

**ITEM 1 - SISTEMA DE SOM COMPLETO (INSTALADO) CONTENDO OS SEGUINTE ITENS:**

- 01 Mesa de som com 12 canais. Entradas balanceadas de Microfone e Linha por Canal (Mic/Line), equalização de 3 vias por canal (Low/Mid/High), controle de Efeito por canal (Effect), controle de volume deslizante individual por canal, saída para gravação, controle de volume Master Deslizante individual (L&R), controle de volume Master do monitor, saída para fone com controle de volume. Padrão Rack (19"), tensão 120/240 volts.
- 01 Amplificador de som estéreo, 2 canais de 100 WRMS, proteção térmica eletrônica e de curto-circuito nas saídas, sistema de ventilação inteligente, ajuste de volume por canal. 220 V.
- 02 Caixas de som Trapezoidal, com alto falante de 10" + Tweter + mid range. Potência de 120 WRMS, impedância 8 OHMS.
- 02 suportes de parede para caixas de som com regulagem de altura e direção.
- 09 Microfones de mesa com haste flexível de 40cm, chave liga/desliga, distância de captação 20 a 80cm, luz indicadora quando em uso, impedância de saída de 2k ohm, alimentação 9v dc (bateria).
- 01 Microfone sem fio de 1 canal, VHF, filtros multinível de alta e média frequência de banda estreita, tecnologia de compressão-expansão para diminuição de ruído e eco, indicador de bateria fraca, alcance 50m.
- 01 Kit cabos áudio e conectores necessários para interligação dos aparelhos.
- 01 Pedestal com pés dobráveis modelo girafa para 1 microfone.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)	
6213	Portaltec Comér. de Equip. de Informática Ltda	Sim	6.290,0000	
Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	Portaltec Comér. de Equip. de Informática Ltda	0,0000	6.250,0000	

O licitante Portaltec Comér. de Equip. de Informática Ltda declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 1 deste Pregão Presencial o fornecedor Portaltec Comér. de Equip. de Informática Ltda pelo valor de R\$ 6.250,0000 (seis mil duzentos e cinquenta reais).

**ITEM 2 - Micro computador para gravação de áudio: Processador com frequência de operação de 3.5GHz, dois cores (dual core) quatro Threads, cache 13 de 3mb com tecnologia de manufatura de 22nm. Disco rígido de 1000GB (1TB) 7200rpm Sata 64mb cache. Placa mãe soquete LGA1155, dual ddr3 1066/1333mhz até 8gb, on board VGA/DVD, HD áudio de 6 canais, Lan 10-100, 8 usb 2.0, 4 sat II. Memória 4 gb DDR3 1333mhz. Gravador de CD/DVD. Gabinete ATX de 4 baías. Mouse ps2. Teclado usb multimídia ABNT2. Monitor LED 19.5" Widescreen HD (1080i). Acompanhado de nobreak bivolt de 600VA.**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)	
6213	Portaltec Comér. de Equip. de Informática Ltda	Sim	2.490,0000	
Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	Portaltec Comér. de Equip. de Informática Ltda	0,0000	2.430,0000	

O licitante Portaltec Comér. de Equip. de Informática Ltda declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 2 deste Pregão Presencial o fornecedor Portaltec Comér. de Equip. de Informática Ltda pelo valor de R\$ 2.430,0000 (dois mil quatrocentos e trinta reais).

Sobre a documentação dos licitantes: A Comissão de Licitação, juntamente com a pregoeira e sua equipe de apoio, após análise da documentação constou que as empresas vencedoras dos itens apresentaram toda a documentação exigida no presente edital, sendo assim habilitada para o presente certame.

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos itens, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 17:40 horas do dia 25 de Novembro de 2014, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

**Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.**

Liane Jacinta Finger Heck

- ..... Pregoeiro



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS**

Página: 2/2  
Data: 25/11/2014  
Processo: 1/2014

**Edital de Pregão Presencial Nº 1**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.**

LUCIANE SKRZYPCSAK KIST - ..... Equipe de Apoio

MADALENA HOFER BAUMGRATZ - ..... Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

MARTINHO BAUMGRATZ - ..... Representante

# Turvo

## PREFEITURA

### LEILAO PMT 84/2014

Aviso de Licitação - Processo de Licitação nº 84/2014

A Prefeitura Municipal de Turvo - SC, através de sua Leiloeira torna a público que fará realizar processo licitatório Modalidade de Leilão Público a quem se fizer interessado.

Objeto: Alienação de Lixo Recicláveis Inservível a Administração Pública do Município de Turvo - SC.

Abertura da Sessão para entrega de documentos e em seguida abertura para lances: a partir das 09:00 horas do dia 22/12/2014. Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo - SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100.

Turvo - SC, 09 de dezembro de 2014.

Bernardete Biz Souza

Leiloeira

### PORTARIA 377/2014

PORTARIA Nº 377/14, de 08 de Dezembro de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE DIGITADOR E AGENTE FINANCEIRO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 19 de Dezembro de 2014, a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Digitador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Wilian Heinzen Severino	053.134.539-47	2753

Art. 2º - Prorrogar até 19 de Dezembro de 2014, a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Financeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Soeli Fatima Fernandes	066.356.759-90	2756

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 378/2014

PORTARIA Nº 378/14, de 08 de Dezembro de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MÉDICO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 19 de Dezembro de 2014 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA	SERVIDOR	CPF
2963	Rafael Rovaris	927.765.909-20

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo SC, 08 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 379/2014

PORTARIA Nº 379/14, de 08 de Dezembro de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que as servidoras encontram-se em Período Gestacional,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até o dia 19 de Maio de 2015 a contratação das servidoras abaixo relacionadas, nomeadas temporariamente através do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013-SME exercendo a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA	SERVIDOR (A)	CPF
3110	Alexandra Miguel da Silva	927.773.929-00
3111	Liliane da Souza Piva	066.619.699-03

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

urvo (SC), 08 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

#### PORTARIA 380/2014

PORTARIA Nº 380/14, de 08 de Dezembro de 2014.

PRORRROGA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR III, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora encontra-se em Período Gestacional,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até o dia 19 de Maio de 2015 a contratação da servidora a baixo relacionada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo a função pública de Professor III, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	MATRICULA
Gizele Zuchinali Dal Ponte	057.020.099-75	3144

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

#### PORTARIA 381/2014

PORTARIA Nº 381/14, de 08 de Dezembro de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE DIGITADOR, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que as servidoras encontram-se em Período Gestacional,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 19 de Maio de 2015, a contratação das servidoras abaixo relacionadas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Digitador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Daiane Monteiro Pascoal	068.301.119-78	3029
Angélica Pagnan Martins	064.025.539-64	3211

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

# Urussanga

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 199/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 199/2013

Data de assinatura: 09/12/2014

Processo de Licitação n.º 62/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: DAT INFORMATICA LTDA ME

CNPJ/CPF: 04.572.854/0001-01

Objeto: locação de impressoras com fornecimento de suprimentos e manutenção.

Vigência prorrogada até 31/12/2015

Valor global do aditivo: R\$ 9.600,00

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 114/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 114/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BGD1087	55935697	22/10/2002	69200	233	127.69
LYC8212	55935917	21/10/2002	60410	207	127.69
MBU0538	55935758	22/10/2002	69200	233	127.69
MCC1991	55935485	21/10/2002	55410	181 * XVII	53.20
MDG2200	55935484	21/10/2002	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS

DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 115/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 115/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BAJ5550	55935383	29/10/2002	69200	233	127.69
BMA0582	55934895	30/10/2002	69200	233	127.69
IEQ5045	55934897	30/10/2002	69200	233	127.69
MBJ0579	55934896	30/10/2002	69200	233	127.69
MBU0485	55934894	30/10/2002	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 162/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 162/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GLB0028	55593824	24/09/2003	69200	233	127.69
LXT6698	55593827	26/09/2003	69200	233	127.69
MBE6163	55593825	24/09/2003	69200	233	127.69
MBV3743	55936421	08/10/2003	55410	181 * XVII	53.20

MCF1542 55593829 03/10/2003 69200 233 127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 166/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 166/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWT3482	55936085	05/11/2003	50450	162 * V	191.53
LZJ1973	55593840	21/10/2003	69200	233	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 170/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 170/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI



N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYO0355	55936094	04/12/2003	69200	233	127.69
MAD4689	55936178	14/11/2003	65800	230 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 175/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 175/2004**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BGI5184	55936438	22/12/2003	55410	181 * XVII	53.20
LWT6744	55935726	23/12/2003	65300	228	127.69
LWT6744	55935728	24/12/2003	65300	228	127.69
LWY8403	55934939	23/12/2003	69200	233	127.69
LXS4193	55594006	19/12/2003	69200	233	127.69
LYS4097	55935725	23/12/2003	55410	181 * XVII	53.20
MCA3306	55935727	23/12/2003	60760	210	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 177/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 177/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CFT8896	55936218	15/01/2004	50450	162 * V	191.53
LXI7756	55936446	21/01/2004	55250	181 * XV	85.12
MGV1530	55936098	22/01/2004	70300	244 * I	191.53
MGV1530	55936098	22/01/2004	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 188/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 188/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GUQ9652	55594099	29/03/2004	69200	233	127.69

LZF7250	55936397	12/04/2004	69200	233		127.69
MBF6791	55593906	30/03/2004	69200	233		127.69
MBQ8467	55594094	27/03/2004	55410	181	* XVII	53.20
MCW6479	55936338	07/04/2004	69200	233		127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 314/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 314/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABC0117	55594893	15/03/2006	69200	233	127.69
BGV5065	55594868	29/11/2005	69200	233	127.69
INB9999	55594911A	16/12/2005	69200	233	127.69
LWX0901	55595017A	23/12/2005	65480	229	85.12
LXM8691	55594547	19/11/2005	60500	208	191.53
LXQ3833	55594641	09/11/2005	69200	233	127.69
MBU6220	55594875	16/01/2006	51850	167	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 337/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 337/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CBN9069	55595760A	24/07/2006	55250	181 * XV	85.13
LZV5876	54962701B	20/07/2006	55250	181 * XV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 55/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 55/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BFB7393	55935105	10/08/2001	58350	195	127.69
BMC4274	55934653	17/08/2001	60410	207	127.69
BOD0254	55935057	13/08/2001	60410	207	127.69
CJA1030	55935355	11/08/2001	54600	181 * IX	85.12
CJX3462	55935194	16/08/2001	60500	208	191.53
IEA8859	55934561	12/08/2001	55500	181 * XVIII	85.12
KVE5160	55934562	17/08/2001	72340	250 * I * a	85.12

LXA3484	55935058	13/08/2001	60500	208		191.53
LXW5934	55935059	13/08/2001	60500	208		191.53
LXY1936	55935204	16/08/2001	51850	167		127.69
LXZ9648	55935106	16/08/2001	61220	214	* I	191.53
LYI7548	55935203	10/08/2001	51690	165		957.69
LYR8233	55934560	11/08/2001	55500	181	* XVIII	85.12
LZA4628	55935060	16/08/2001	55500	181	* XVIII	85.12
LZF0680	55934817	15/08/2001	55410	181	* XVII	53.20
LZJ2876	55934765	12/08/2001	60500	208		191.53
LZN3044	55935056	13/08/2001	60500	208		191.53
MAC5705	55935192	10/08/2001	70480	244	* II	191.53
MAI6207	55935189	10/08/2001	60500	208		191.53
MAL4036	55935190	10/08/2001	60500	208		191.53
MBD2805	55935061	16/08/2001	60500	208		191.53
MBV5022	55934816	15/08/2001	55410	181	* XVII	53.20
MDK2330	55935205	16/08/2001	55410	181	* XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVENBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 56/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 56/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CFF8248	55934705	20/08/2001	60500	208	191.53
LWR6418	55935198	18/08/2001	58350	195	127.69
LWR6418	55935197	18/08/2001	69120	232	53.20
LWW3178	55935062	22/08/2001	60410	207	127.69
LWW4388	55934654	20/08/2001	69120	232	53.20
LXT4078	55934704	20/08/2001	51690	165	957.69
LXU3460	55935064	22/08/2001	60500	208	191.53
LYY4328	55934655	20/08/2001	51850	167	127.69
LZN6847	55934706	23/08/2001	55500	181 * XVIII	85.12
MAG9152	55935006	24/08/2001	69200	233	127.69
MAP8983	55934656	23/08/2001	56650	182 * X	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVENBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 59/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 59/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXH8439	55934857	20/09/2001	69200	233	127.69
LZY9909	55934821	20/09/2001	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVENBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 61/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 61/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO



QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXK4507	55934863	02/10/2001	69200	233	127.69
LYE0528	55934860	02/10/2001	69200	233	127.69
LZE0518	55935115	03/10/2001	69200	233	127.69
MAO9821	55934512	01/10/2001	66020	230 * VI	191.53
MBA9060	55934862	02/10/2001	69200	233	127.69
MBK0588	55934861	02/10/2001	69200	233	127.69
MCJ5210	55934661	01/10/2001	52070	169	53.20
MKM0140	55935087	03/10/2001	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS

DELEGADA DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 798/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 798/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIJ5119	55455170C	17/10/2012	61900	216	85.12
MIJ5119	55455169C	17/10/2012	58191	193	574.61
MIL8092	54260622E	13/11/2012	51851	167	127.69
MJQ9135	55049907D	13/09/2012	55411	181 * XVII	53.20
MJV9555	55050286D	23/10/2012	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 898/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 898/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JTF0565	54755827E	16/09/2013	69200	233	127.69
MGN7336	54755976E	18/09/2013	50100	162 * I	574.61
NWF2748	54756257E	16/09/2013	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 90/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 90/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXQ3784	55935046	03/05/2002	69200	233	127.69
LYK5879	55935045	03/05/2002	69200	233	127.69
LZD4693	55935449	30/04/2002	53800	181 * I	85.12
LZJ9440	55935047	03/05/2002	69200	233	127.69
MBJ0164	55935043	30/04/2002	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 96/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 96/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BGR9296	55935619	12/06/2002	60500	208	191.53
CBD8245	55934690	13/06/2002	69200	233	127.69
CCW9004	55935907	14/06/2002	69200	233	127.69
LAU9372	55934689	13/06/2002	69200	233	127.69
LWZ2421	55935906	14/06/2002	69200	233	127.69
LXA4563	55935620	12/06/2002	60500	208	191.53
LXJ2054	55935905	11/06/2002	69120	232	53.20
LYF4846	55934598	12/06/2002	60840	211	127.69
LYK9128	55935329	15/06/2002	65990	230 * V	191.53
LZG5463	55935815	09/06/2002	65480	229	85.12
LZW3999	55935752	10/06/2002	55410	181 * XVII	53.20
MDO9730	55934599	12/06/2002	60840	211	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 980/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 980/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDO0001	54758922E	18/08/2014	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 988/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 988/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJC3431	54759202E	12/08/2014	55680	181 * XIX	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVENBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 383/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 383/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JPH2721	54963666B	05/06/2007	69200	233
LWY6197	54963523B	05/06/2007	55410	181 * XVII
MDQ0497	54963619B	05/06/2007	69200	233

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVENBRO DE 2014.  
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS  
DELEGADA DE POLICIA

# Vargeão

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014

Extrato de EDITAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 22 de dezembro de 2014 às 08h30min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição parcelada de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 44/2014. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 09 de dezembro de 2014.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2014

Extrato de EDITAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 22 de dezembro de 2014 às 10 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a contratação de serviços de despachante para regularização e licenciamento dos veículos pertencentes à frota municipal de Vargeão, SC, durante o Exercício de 2015 através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 45/2014. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 09 de dezembro de 2014.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 09/2014

Aviso de Licitação

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 09/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 05 de janeiro de 2015, até às 09h45min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a contratação de empresa especializada em Gestão Pública para locação de sistema informatizado de gestão de saúde pública para a Secretaria de Saúde do Município de Vargeão, SC, compreendendo conversão, customização, instalação, implantação, treinamento de usuários e locação com manutenção e suporte técnico operacional, a ser executado de forma continuada. Qualquer informação relativa à licitação será prestada pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua 7 de Setembro, 477, centro, na cidade de Vargeão, SC, pelo fone (49) 3434-0148, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:00 horas ou através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br).

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão,  
Estado de Santa Catarina,  
em 09 de dezembro de 2014.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 10/2014

Aviso de Licitação

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º 10/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 05 de janeiro de 2015, até às 10h30min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais e hospitalares do Município para o exercício de 2015. Qualquer informação relativa à licitação será prestada pelo Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br) e pelo fone (49) 3434-0148, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:00 horas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão,  
Estado de Santa Catarina,  
em 09 de dezembro de 2014.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal



# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.097/2014

DECRETO N.º 097/2014, de 05 de dezembro de 2014  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 4º da Lei Municipal n.º 974/2013 de 03 de dezembro de 2013:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações do Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
UNIDADE 04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PROJETO/ATIVIDADE 2.008 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Modalidade 449000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
PROJETO/ATIVIDADE 2.022 - MANUTENÇÃO DO LAZER E DESPORTO COMUNITÁRIO  
Modalidade 339000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
UNIDADE 04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PROJETO/ATIVIDADE 2.008 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Modalidade 317100.00.00.0000.0 - Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 1.500,00  
Modalidade 337100.00.00.0000.0 - Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 1.500,00  
Modalidade 447100.00.00.0000.0 - Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 1.500,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
PROJETO/ATIVIDADE 2.022 - MANUTENÇÃO DO LAZER E DESPORTO COMUNITÁRIO  
Modalidade 319000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00  
Modalidade 335000.00.00.0000.0 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 4.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 05 de dezembro de 2014  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 05/12/2014

SUELEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

### LEI N.1030/2014

LEI Nº 1.030/2014, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA REPASSE MENSAL DE VALORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA, PARA OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar mensalmente o valor de até R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) per capita por mês para o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste para custear os serviços de urgência e emergência na unidade de pronto atendimento - UPA, para os usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Vargem Bonita.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da abertura de crédito adicional especial da seguinte dotação do orçamento de 2015, do Fundo Municipal de Saúde de Vargem Bonita. Para os exercícios seguintes, fará constar em seus orçamentos anuais as dotações necessárias para a continuidade do repasse.

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE 2.030 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE  
Modalidade 3340.00.00.00.0002.0 - Transferências a Municípios

Artigo 3º - O termo de convênio em anexo passa a fazer parte integrante da presente lei.  
Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 09 de dezembro de 2014.  
Melânia Aparecida Roman Meneghini  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 10/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suelen Favretto  
Secretária de Administração e Finanças

### LEI N.1031/2014

LEI Nº 1.031/2014, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

"INSTITUI PREMIAÇÃO PARA DECORAÇÃO NATALINA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, torna público que o Poder Legislativo aprovou e o Executivo sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica instituída no âmbito deste Município a Campanha de Decoração Natalina "VARGEM BONITA ILUMINADA".

Artigo 2º. O concurso ora instituído consiste no incentivo a decoração natalina, valorizando, através de premiação, o embelezamento dos pontos comerciais (frente e vitrines) e das residências da cidade, tornando o Município de Vargem Bonita mais atrativo e tem como principais objetivos, entre outros:

- a) Resgatar o espírito natalino, mantendo o espírito de celebração da vida e reafirmação de valores universais, como fraternidade, justiça e solidariedade;
- b) Estimular o envolvimento, a participação e a criatividade da comunidade, famílias, entidades e empresas, decoradores, artistas plásticos, artesãos, associações diversas;
- c) Tornar nossa cidade mais bela para as festividades natalinas;
- d) Impulsionar as vendas do comércio e serviços;
- e) Promover a imagem do município de Vargem Bonita.

Artigo 3º. O Concurso criado através desta Lei será deflagrado em duas Categorias: I - COMÉRCIO E SERVIÇOS; II - RESIDÊNCIAS.

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar Premiações, na forma de bem material, no valor total de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) aos 03 (três) melhores colocados da Categoria Residências e aos 02 (dois) melhores colocados na Categoria Comércio e Serviços.

Artigo 5º. O Poder Executivo Municipal regulamentará, através de Regulamento do Concurso de Decoração Natalina:

- a) Prazo de Inscrições dos concorrentes;
- b) Critérios de avaliação para cada Categoria;
- c) Premiação do Primeiro ao Segundo colocado da Categoria Comércio e Serviços;
- d) Premiação do Primeiro ao Terceiro colocado da Categoria Residência;
- e) Composição da Comissão Julgadora;
- f) Data de Início, data do Julgamento e data para retirada da Decoração;
- g) Data da entrega da Premiação;

Artigo 6º. É vedado a participação no Concurso de residências, comércios e/ou serviços pertencentes a Agentes Políticos do Município (Prefeita, Vice Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais).

Artigo 7º. As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Vargem Bonita, 09 de dezembro de 2014.  
Melânia Aparecida Roman Meneghini  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 10/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto  
Secretária de Administração e Finanças

## Videira

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 11.369/14

DECRETO Nº 11.369/14, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 10.000,00(dez mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

18 – Fundação Municipal de Esportes - FMEV		
01 – Fundação Municipal de Esportes		
2.076 – Manutenção da Fundação de Esportes		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0378.0	Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		10.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de dezembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Administração em Exercício

#### DECRETO Nº 11.370/14

DECRETO Nº 11.370/14, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 14441/2014, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Luiz Adelar Gasparetto e esposa;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 05 (cinco) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 540,94 m2 (quinhentos e quarenta metros e noventa e quatro décimos quadrados), área nº 02 com 534,57 m2 (quinhentos e trinta e quatro metros e cinquenta e sete décimos quadrados), área nº 03 com 500,53 m2 (quinhentos metros e cinquenta e cinco décimos quadrados), área nº 04 com 455,81 m2 (quatrocentos e cinquenta e cinco metros e oitenta e um décimos quadrados), área nº 05 com 409,30 m2 (quatrocentos e nove metros e trinta décimos quadrados), de propriedade de LUIZ ADELAR GASPARETTO E ESPOSA, constante da matrícula nº 30.555 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 1.884,70 (um mil, oitocentos e oitenta e quatro metros e setenta e sete décimos quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 14441/2014.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 04 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

### **DECRETO Nº 11.372/14**

DECRETO Nº 11.372/14, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia membros para as Câmaras de Educação Básica e FUNDEB, do Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 048/07, bem como no Processo Administrativo nº 20.487/14,

#### **DECRETA**

Art. 1º Ficam nomeados, para integrar a Câmara da Educação Básica do Conselho Municipal de Educação, os seguintes membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: TÂNIA REGINA CESCO

Suplente: VILMAIR SALETE RIBOLI

II - Representantes do Magistério Público Municipal Efetivo que ministrem aulas na Educação Básica:

Titular: CÁTIA BARAÚNA

Suplente: NEIDE REGINA DA SILVA

III - Representantes do Magistério Público Estadual Efetivo que ministrem aulas na Educação Básica:

Titular: VELÂNIA LAZZARI

Suplente: IVONEI DAMBRÓS

IV - Representantes dos Diretores de Unidades de Educação Básica da Rede Pública Municipal:

Titular: ROSANGELA COMERLATO

Suplente: BEATRIZ SCAPINELLO PERIN

V - Representantes dos Conselhos Escolares Municipais (APPs) da Educação Básica ou equivalente, que não seja servidor público municipal:

Titular: DIRCEU PAULO MOSCON

Suplente: MARIA ELISA BALDISSERA

VI - Representantes das Escolas de Educação Básica Privada:

Titular: MARCO ANDRÉ SERIGHELLI

Suplente: GISIANE MOZZER BAUN

Art. 2º Ficam nomeados, para integrar a Câmara do FUNDEB do Conselho Municipal de Educação, os seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal, sendo pelo menos um deles da Secretaria Municipal de Educação, indicados pelo Poder Executivo:

Titular: VALDENICE MARIA SCHNEIDER e FLADENICE ZULEICA BRUCH

Suplente: MARISA ROSANE DELANI e LUCIMAR SALETE VICENZI

II - Representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: REGIANE JULIANOTTI

Suplente: MÁRCIA REGINA MAZUREK PEREIRA

III - Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: ARLETE MARIA SONEGO

Suplente: ELIANE BALDO FANTINEL

IV - Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: ANA MARIA PEREIRA DIAS

Suplente: ELIS REGINA BRUSCH

V - Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: ALICE BISCARO CANTELLI e MARIA LIONETE BUSANELLO

Suplente: SERGIO MENEGUZZI e FÁBIO EBELING

VI - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública, um dos quais indicado pela entidade de estudante secundarista:

Titular: SANDRA LUCIA FOLGIARINI FELQUILQUER e ALCIONE DA ROSA STRAPAZZON

Suplente: IRENITA TERESINHA SCHNEIDER e NEIVA EVANGELISTA DE SOUZA

VII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: MARILENE VANZ DOS SANTOS

Suplente: EDUARDO ALISSON SPÖRR

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.709/13.

Videira, 05 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.373/14**

DECRETO Nº 11.373/14, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

Nomeia Presidente para o Conselho Municipal de Educação e para as Câmaras da Educação Básica e do FUNDEB, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 048/07, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 20.487/14.

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, como Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação, os seguintes membros:

I - Presidente: MARCO ANDRÉ SERIGHELLI

II - Vice-Presidente: CÁTIA BARAÚNA

Art. 2º Ficam nomeados, como Presidentes e Vice-Presidentes da Câmara da Educação Básica e do FUNDEB, os seguintes membros:

I - Presidente da Câmara da Educação Básica: VELÂNIA LAZZARI

II - Vice-Presidente da Câmara da Educação Básica: ROSÂNGELA COMERLATO

III - Presidente da Câmara do FUNDEB: ANA MARIA PEREIRA DIAS

IV - Vice-Presidente da Câmara do FUNDEB: ARLETE MARIA SO-NEGO

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.710/13.

Videira, 05 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0115/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0115/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE BRANCALEONI

CPF: 048.765.029-86

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 20 de março de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0137/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0137/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ISABELA GAMBATO

CPF: 077.978.579-70

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição à servidora MARIA ELVIRA ZAGO BELXIOR em licença tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "R\$ 738,48 (setecentos e trinta e

oito reais e quarenta e oito centavos) e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013 fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista da licença maternidade".

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de maio de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0139/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0139/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELE SIRLEI DA SILVA NORDT

CPF: 058.788.399-54

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de março de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0240/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0240/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NEILA DO CARMO LEMOS

CPF: 021.962.309-01

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 01 de março de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0267/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0267/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MIRIAM MAGALDI CARDOSO

CPF: 049.602.239-36

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição à servidora LUCILA FATIMA POZZAN em licença tratamento de saúde, conforme perícia médica, seguida de em gozo de férias programadas para os meses de julho e agosto" para "R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos) e em substituição da servidora LUCILA FÁTIMA POZZAN em gozo de licença prêmio conforme portaria n. 0592/14".

VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2014 até 01 de dezembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0335/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0335/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANA APARECIDA ZANCANELLI MACAGNAN

CPF: 057.437.479-54

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2014 até 14 de dezembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0413/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0413/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MIRIÃ FERNANDES DA ROCHA

CPF: 944.593.479-20

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 até 15 de março de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0420/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0420/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CLARISSA MARIA MEISTERLIN  
CPF: 060.179.979-80  
VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2014 até 12 de dezembro de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0420/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0420/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CLARISSA MARIA MEISTERLIN  
CPF: 060.179.979-80  
VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2014 até 12 de dezembro de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0429/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0429/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MÁRCIA DE MATTOS FONGARO  
CPF: 151.117.088-39  
OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição a servidora MARIANE PEREIRA DOS SANTOS GENIS em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "em substituição à servidora MARIANE PEREIRA DOS SANTOS GENIS que se encontra transitoriamente afastada de suas funções, pois não retornou ao trabalho na data prevista, conforme Processo Administrativo n. 18346/14"  
VIGÊNCIA: de 07 de abril de 2014 até 05 de novembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0512/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0512/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARLENE WEISS PEREIRA DE JESUS  
CPF: 944.567.719-68  
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 804,97 (oitocentos e quatro reais e noventa e sete centavos) e em substituição à servidora JAQUELINA BERNADETE GRANDO, em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica até 03/08/2014, seguido de em gozo de licença prêmio, conforme Portaria n. 0698/14" para "R\$ 821,07 (oitocentos e vinte e um reais e sete centavos) e em substituição a JAQUELINA BERNADETE GRANDO em licença para tratamento de saúde de membro da família, conforme processo administrativo n. 18682/2014".  
VIGÊNCIA: de 04 de julho de 2014 até 05 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0522/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0522/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GENTILA BRIGIDA SCUCIATO  
CPF: 478.914.919-68  
VIGÊNCIA: de 22 de abril de 2013 até 10 de março de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0533/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0533/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MONICA LOPES SCHNEIDER  
CPF: 949.613.289-87  
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 1.609,94 (um mil, seiscentos e nove reais e noventa e quatro centavos) e em substituição à servidora JAQUELINA BERNADETE GRANDO, em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica até 03/08/2014, seguido de em gozo de licença prêmio, conforme Portaria n. 0698/14" para "R\$ 1.642,13 (um mil, seiscentos e quarenta e dois reais e treze reais) e em substituição a JAQUELINA BERNADETE GRANDO em licença para tratamento de saúde de membro da família, conforme processo administrativo n. 18682/2014".  
VIGÊNCIA: de 04 de julho de 2014 até 05 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0600/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0600/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TUANE CRISTINE SAVIAN  
CPF: 070.117.789-69  
VIGÊNCIA: de 16 de julho de 2013 até 06 de janeiro de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**PORTARIA Nº 1495/14**

PORTARIA nº 1495/14

Autoriza a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 35.916-5

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Tesouraria, datada de 03 de dezembro de 2014;

**RESOLVE**

Autorizar a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 35.916-5, Agência nº 0403-0 do Banco do Brasil S/A, pela servidora MARINILCE DAL PIZZOL, com poderes específicos para solicitar saldos e extratos; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos, sendo responsável pela devida prestação de contas nos termos da legislação vigente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 04 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Administração em Exercício

**PORTARIA Nº 1497/14**

PORTARIA nº 1.497/14

Revoga a Portaria nº 0667/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2014, a Portaria nº 0667/14, que designou PEDRINHO MENTZEM, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível IV, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2014.

Videira, 04 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**PORTARIA Nº 1499/14**

PORTARIA nº 1499/14

Designa Claudio David Pollezo para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar CLAUDIO DAVID POLLEZO, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Equipe de Trabalho de Manutenção de Obras, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Videira, 04 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**PORTARIA Nº 1500/14**

PORTARIA nº 1500/14

Designa Valdomiro da Silva para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar VALDOMIRO DA SILVA, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível IV, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Videira, 04 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**PORTARIA Nº 1501/14**

PORTARIA nº 1501/14

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 5º da Lei nº 1942/07 e art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e a vista do que consta no Mem. 76/14DEPLD,

**RESOLVE**

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora LURDES MARIA TROMBETA FERNANDES, Agente Comunitário de Saúde, a partir do dia 02 de dezembro de 2014 até 31 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de dezembro de 2014.

Videira, 05 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício



**PORTARIA Nº 1502/14**

PORTARIA nº 1.502/14

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 7.564/14, nomeada pela Portaria nº 1.338/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 10 de dezembro de 2014, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 7.564/14.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 10 de dezembro de 2014.

Videira, 05 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2014 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 161/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E APLICAÇÃO DE OUTDOOR EM PAPEL PARA DIVULGAÇÃO DE EVENTOS, OBRAS, PROGRAMAS E PROJETOS DO MUNICÍPIO VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 26/01/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 09 de Dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2014 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 162/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER COLORIDA PARA USO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA PARA USO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DA SECRETARIA DE FINANÇAS. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 22/12/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 09 de Dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**TERCEIRO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014**

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO nº. 003/2014

O Prefeito Municipal de Videira, no uso das suas atribuições legais, RESOLVE:

Retificar o item 9.1 do Edital Nº 003/2014, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal do Magistério da Prefeitura Municipal de Videira, que passa a ter a seguinte redação:

9.1 O resultado final será divulgado através do endereço eletrônico <http://videira.fepese.org.br/>, seguindo o seguinte cronograma:

DATAS PROVÁVEIS	EVENTO
10/12/14	Publicação do resultado da prova escrita, resultado da prova de títulos e do resultado final para os cargos do Edital 003/2014.
11/12/14 e 12/12/14	Prazo recursal
17/12/14	Resultado final pós-recursos

Videira, 9 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Vitor Meireles****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 049/2014**

Processo de Licitação 049/2014

Modalidade: Convite 014/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Convite

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Convite, objetivando a AQUISIÇÃO DE CARROCERIA TIPO PRANCHA COM 7,20 METROS DE COMPRIMENTO, PARA MONTAGEM SOBRE, CAMINHÃO PLACA MKM 5341, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 17 de dezembro de 2014, em sessão pública, na mesma dirigida pelo Presidente da Comissão de Licitações senhor Sandro Lunelli, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 09 de dezembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**Xavantina****PREFEITURA****PROCESSO SELETIVO 003/2014 - PROFESSORES**

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014

EXTRATO DO EDITAL

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, 163, Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, torna público pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo Público de Classificação por Tempo de Serviço e Títulos objetivando a formação de Cadastro de Reserva para a Contratação de Professores para o ano letivo de 2015, para atuação nas Escolas Municipais, com amparo nas Leis Complementares Municipais nºs 002/2000, 020/2004, 043/2009, 050/2011 e 058/2013, Lei Municipal nº 782/2002, Decreto Federal nº 3.298/1999 e alterações e de acordo com as instruções deste Edital. As inscrições estarão abertas no período de 15 de dezembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, no horário das 08:00 as 11:30 e das 13:30 às 17:00, na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Praça Rio Branco, 410, Centro, Xavantina - SC. As exigências para a realização das inscrições constam no edital. Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações, junto a Secretaria Municipal de Educação, bem como no site: [www.xavantina.sc.gov.br](http://www.xavantina.sc.gov.br), no horário de expediente.

Xavantina (SC), 09 de dezembro de 2014.

MAURO JUNES POLETO

Prefeito Municipal.

## Xaxim

### PREFEITURA

#### AVISO DE PREGÃO 109 - PM

MUNICÍPIO DE XAXIM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 109/2014 - REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 216/2014

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a aquisição de material de consumo, limpeza e higiene pessoal para as Escolas e os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal para o ano de 2015. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até as 08h:45min do dia 29 de dezembro de 2014, procedendo a abertura as 09h00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 09 de dezembro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

## Associações

### AMAUC

#### ATA 210.04.2014 - ORDINARIA 03 DEZEMBRO - ELEIÇÃO II

ATA Nº 210.04.2014 - ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - AMAUC

Às oito horas e trinta minutos do dia três de dezembro o ano de dois mil e quatorze, tendo como local a sede da AMAUC, situada à Rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar - Edifício Mirage Offices, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos, Vice-Prefeitos e convidados, cujas assinaturas constam no Livro de Assinaturas nº 04, folha nº 16 - frente, para a realização da Assembleia Geral Ordinária da AMAUC, conforme Edital de Convocação 05/2014 de 20 de novembro/2014. Verificado o quorum havendo número legal de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Presidente de Câmaras de Vereadores presentes, o Presidente declarou aberta a assembleia. 1. Apreciação da Ata da Assembleia anterior. Lida e aprovada a ata da assembleia realizada no dia 27 de agosto do corrente ano. 2 - Apresentação do Relatório de Atividades e do Balancete até novembro/2014: O Secretário Executivo disponibilizou a todos os presentes cópia do Balancete encerrado em 30 de novembro e explicou que a prestação de contas relativa ao exercício de 2014, bem como o relatório de atividades do ano será apresentada na primeira reunião ordinária da Amauc no próximo ano, conforme determina o Estatuto Social. 3 - Pedido de Desligamento do Município de Arvoredo: A senhora Janete Paravizzi Bianchin - Prefeita de Arvoredo e o senhor Airton Cauduro - Vice-Prefeito, usaram a palavra para esclarecer os motivos do desligamento da AMAUC, CIS AMAUC e do Consórcio Lambari, conforme os pedidos formais e autorizações legislativas anteriormente encaminhadas para as direções das respectivas entidades. Ressaltaram o motivo que pesou sobremaneira na decisão é a distância entre o Município de Arvoredo até a sede da AMAUC, em Concórdia. Disseram que foi uma decisão difícil, pois o Município de Arvoredo nasceu na AMAUC e sempre foi muito bem atendido pela equipe técnica da Associação e dos consórcios. Aproveitaram para agradecer a todos pelos anos de convivência e reiteraram à disposição para continuarem unidos na busca do fortalecimento do municipalismo brasileiro. 4. Apreciação do Orçamento para 2015. Em decorrência da desfiliação do Município de Arvoredo a partir do ano de 2015, a proposta orçamentária da AMAUC foi reavaliada, sendo aprovada a incorporação da contribuição prevista para o Município de Arvoredo no valor da contribuição mensal de cada Município. 5. Assinatura do Contrato de Rateio para 2015. O Secretário Executivo apresentou a minuta do contrato de rateio para o ano de 2015, com os seguintes valores mensais: Alto Bela Vista, Arabutã e Paial o valor de R\$ 6.253,50 (seis mil, duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos), cada; Ipira, Ipumirim, Irani, Jaborá, Lindóia do Sul, Peritiba, Presidente Castello Branco e Xavantina, o valor de R\$ 6.425,00 (seis mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), cada; Itá e Piratuba o valor de R\$ 7.683,00 (sete mil, seiscentos e oitenta e três reais), cada; Seara o valor de R\$ 9.460,00 (nove mil, quatrocentos e sessenta reais) e Concórdia o valor de R\$ 18.560,00 (dezoito mil, quinhentos e sessenta reais). A proposta orçamentária e contrato de rateio para o ano de 2015 foram aprovados por unanimidade. 6. Eleição Diretoria e Conselho Fiscal para 2015. O Presidente suspendeu a reunião por quinze minutos para possibilitar a apresentação de chapas para composição da nova diretoria. Reaberto os trabalhos a Presidente anunciou o registro de apenas uma chapa, que passou a denominar de Chapa Única, com a seguinte composição: DIRETORIA EXECUTIVA. Presidente: Laci Grigolo - Prefeita de Seara, CPF nº 982.428.739-68; 1º Vice Presidente: João Girardi - Prefeito de Concórdia, CPF nº 219.467.959-68;

2º Vice Presidente: Valdir Zanella - Prefeito de Ipumirim, CPF nº 094.020.989-68. CONSELHO FISCAL: Titulares: Claudirlei Dorini - Prefeito de Piratuba, CPF nº 568.259.789-34; Kleber Mércio Nora - Prefeito de Jaborá, CPF nº 612.781.069-87; Pedro Ari Parizotto - Prefeito de Lindóia do Sul, CPF nº 295.216.619-68; Neusa Klein Maraschini, Prefeita de Peritiba, CPF nº 825.056.329-87. Suplentes: Cátia Tessmann Reichert - Prefeita de Alto Bela Vista, CPF nº 017.160.299-45; Emerson Ari Reichert - Prefeito de Ipira, CPF nº 758.846.159-49; Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, CPF nº 844.823.549-53; 34; Leide Mara Bender - Prefeita de Itá, CPF nº 674.496.629-49. REPRESENTANTES JUNTO A FECAM. Prefeitos João Girardi; Laci Grigolo; Valdir Zanella e Claudio Sartori, sendo o Prefeito João Girardi também indicado para compor a diretoria da ARIS. 7. Assuntos Gerais. 7.1. Ratificação da Secretaria Executiva da AMAUC e suas atribuições. A assembleia, na forma do inciso XII, do art. 16, do Estatuto Social, aprovou a continuidade do cargo de Secretário Executivo continuar ser exercida pelo senhor Roberto Kurtz Pereira, funcionário que exerce esta função desde 08 de janeiro de 1993. O Secretário deverá em conjunto com o Presidente praticar todos os atos necessários para administração e movimentação financeira da Amauc, especialmente as disposições previstas no art. 30 e seus incisos do Estatuto Social, bem como outras tarefas inerentes ao cargo. A Assembleia também determinou ao atual Presidente da AMAUC a edição de resolução de ratificação do Secretário Executivo nos termos antes aprovado. A resolução deverá ser encaminhada às instituições bancárias, juntamente com os documentos necessários para movimentação bancária pela Diretoria eleita para o exercício de 2015. 7.2. Possibilidade do Presidente eleito constituir procurador. A senhora Laci Grigolo - Prefeita de Seara, na condição de Presidente eleita para a Gestão 2015, solicitou à Assembleia Geral que lhe seja concedida autorização, nos termos do inciso IV, do art. 27 do Estatuto Social, para constituir procurador, caso julgar necessário durante sua gestão, com o objetivo de delegar à outra pessoa as atribuições previstas no inciso XI do art. 27, ou seja, a movimentação bancária, especialmente efetuar pagamentos on line, através do gerenciador eletrônico (token), em conjunto com o Secretário Executivo. A intenção é delegar esta atribuição à senhora Ivanete Terezinha Pereira Grendene - secretária administrativa da AMAUC, para movimentar a conta em nome do Presidente e em conjunto com o Secretário Executivo. A Presidente eleita argumentou que a Diretoria e os demais Prefeitos possuem os meios necessários para fiscalização e controle administrativo e financeiro da AMAUC e que a delegação dos pagamentos facilita a todos, especialmente ao Presidente, pois em função de seus compromissos no cargo de Prefeito nem sempre está disponível para atender todas as demandas da Associação. A solicitação foi autorizada por unanimidade dos Prefeitos presentes, ficando a cargo da Presidente eleita adotar a medida, caso julgar necessária. 7.3. Levantamento Comparativo do Movimento Econômico 2010 a 2013, projeção para 2015. O Secretário Executivo auxiliado pela senhora Renate Faccin - representante da AMAUC junto à Secretaria de Estado da Fazenda, entregou planilha com informações sobre o comportamento do movimento econômico de cada município, relativos aos anos de 2010 a 2013, com a projeção para o ano de 2015, com base nas informações coletadas até o momento referentes ao ano de 2014. Esclareceram que se trata apenas de uma projeção e que os dados definitivos serão repassados na primeira reunião da AMAUC que acontecer no ano de 2015. 7.4. Reunião na AMAUC com o Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária - COT do Ministério Público Estadual, Dr. Murilo Casemiro Mattos. O Secretário Executivo informou que no próximo dia 10, a partir das 9 horas, tendo como local a sala de reuniões da AMAUC, será realizada uma reunião solicitada pelo Dr. Murilo Casemiro Matos, para tratar dos problemas enfrentados por diversos municípios da região meio-oeste e oeste catarinense em decorrência da forma como o cálculo do VA vem sendo realizada por determinadas agroindústrias da região do meio-oeste e oeste catarinense. O Ministério Público Estadual incluiu no seu Plano Geral de Atuação do

ano de 2015, a adoção de medidas com o propósito de perseguir a correção do repasse do valor adicionado aos municípios produtores que, atualmente, se encontram em prejuízo com a atual interpretação da legislação. Dessa forma, o Secretário Executivo reiterou a importância da reunião, especialmente para os Municípios de Concórdia, Seara, Ipumirim e Lindóia do Sul. 7.5 - Reestruturação da equipe técnica da AMAUC. O Secretário Executivo informou que o colega de trabalho Edilson Bianchi concluiu o curso de Engenheiro e a partir de 2015 poderá exercer o cargo de Engenheiro Civil na AMAUC. Além disso, explicou que o atual auxiliar de Topografia poderá passar a exercer o cargo de Topógrafo. Dessa forma, com apenas a contratação de outro auxiliar de Topografia a AMAUC poderá ampliar os serviços prestados para os municípios nas áreas de Topografia e Engenharia, com um baixo custo administrativo. 7.6. Palavra Livre. A Presidente eleita agradeceu a confiança depositada pelos demais colegas e disse que no início de sua gestão irá promover reuniões internas para tratar da readequação dos serviços prestados pela Associação. O Presidente da AMAUC aproveitou a oportunidade para agradecer aos funcionários da Amauc pelo trabalho desenvolvido não ano de 2014, e disse que exercer o cargo de Presidente da Associação foi uma experiência importante. Desejou a todos os presentes votos de boas festas e que o ano de 2015 seja repleto de realizações. Esgotada a pauta e ninguém mais desejando usar a palavra, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a assembleia. Para constar, solicitou a mim \_\_\_\_\_ Roberto Kurtz Pereira - Secretário Executivo, lavrar esta ata que, após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

CLAUDIRLEI DORINI  
Presidente



## Consórcios

### AGIR

#### **DECISÃO FINAL PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 014/2014 - AGIR**

DECISÃO FINAL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 014/2014.

**OBJETO:** Parecer Técnico da Prestação de Serviços para Tratamento de Efluentes de Esgotamento Sanitário RIOVIVO AMBIENTAL LTDA., Brusque-SC.

**SOLICITANTE:** Direção Geral da AGIR.

**INTERESSADOS:** Direção Geral da AGIR, SAMAE de Brusque, RIOVIVO Ambiental LTDA., e Prefeitura Municipal de Brusque.

#### **Relatório:**

Através da Diretoria Técnica que se fez presente em um evento realizado junto à Universidade Regional de Blumenau - FURB e que tratou sobre o Saneamento Básico e as ações do Ministério Público, em razão do pronunciamento de um dos profissionais da RIOVIVO AMBIENTAL LTDA. tomou-se conhecimento que esta empresa estava recebendo esgoto sanitário para tratamento em sua planta e que este seria material recolhido através de uma rede de esgoto ocupando parte do leito de rua pública, atendendo um condomínio residencial e que ainda, estaria havendo cobrança de taxa ou tarifa de esgoto por parte da empresa acima citada. Inicialmente a Agência procurou inteirar-se sobre o assunto.

Em data de 23/06/2014 foi expedido o Ofício nº 164/2014 - AGIR endereçado ao Diretor Presidente do SAMAE de Brusque solicitando informações sobre a situação, enviando-se cópia deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal. Em resposta recebemos o Ofício 0098/2014, datado de 10/07/2014, onde o mesmo informa que não era do conhecimento da Autarquia qualquer ação e que não dispunham de qualquer documentação. Diante da informação recebida, foi expedido o Ofício nº 228/2014 - AGIR, de 07/08/2014, solicitando informações à empresa, isso após ter sido aberto o Procedimento Administrativo ora sob comento. Para tanto foi expedido a Resolução nº 036/2014, de 24/07/2014 e que foi publicada no DOM/SC, edição nº 1547, de 12/08/2014, p. 556. O procedimento foi instaurado através do Termo de Abertura datado de 24.07.2014.

Em continuidade, após o recebimento do Ofício nº 228/2014 - AGIR, a empresa RIOVIVO AMBIENTAL LTDA., por intermédio do Senhor Guilherme, solicitou uma reunião junto à Agência, o que restou atendido e foi designada a data de 22.08.2014, às 10h00min horas, aqui na sede da AGIR. Na data designada, conforme a ata (cópia) juntada ao procedimento em tela, foi realizada a reunião e a empresa fez a entrega, como havia se comprometido, dos documentos que dizem respeito aquela situação, além de fazer uma demonstração institucional de sua empresa. Em seguida o Diretor Técnico emitiu seu parecer sobre o assunto, estritamente em relação aos documentos e constatou que outros deveriam ser solicitados para uma análise mais completa. Também sobre o assunto a Assessoria Jurídica da Agência expediu o seu entendimento e também solicitou mais documentos para análise da situação. Por força destas duas manifestações foi exarado um despacho para que os outros documentos e informações fossem anexados e desta Decisão os interessados foram cientificados.

As partes, dentro dos prazos ofertados, se pronunciaram e encaminharam documentos, alguns até em duplicidade ao que há está acostado ao Procedimento.

Em seus argumentos, a empresa através do Ofício RIOVIVO DIR

076/2014 de 25/09/2014, além de encaminhar aos documentos ali relacionados, também informa que já havia feito, no ano de 2012, uma proposta ao Município de Brusque para implantação da rede coletora de esgoto sanitário de origem residencial (cópia em anexo), que, a primeira vista, não mantém conexão com a problemática apontada pela Agência. Diante da provocação por parte da AGIR, o IBPLAM, Instituto Brusquense de Planejamento, através do Ofício nº 120/2014, de 23/09/2014, informa que tem conhecimento da situação e encaminhou toda a documentação sobre o assunto. Este o relatório, mínimo necessário para a conceituação temporal dos fatos.

#### **Decisão:**

Diante dos documentos apresentados e disponibilizados pelas partes tem-se que desde março de 2013, de acordo com os pedidos feitos pela empresa RIOVIVO AMBIENTAL LTDA. aos órgãos municipais, é do conhecimento do poder público esse trabalho de coleta e tratamento de esgoto sanitário do Condomínio ONIX, situado na Rua Guilhermina Regina Deichmann, nº 200, e que percorre mais duas ruas públicas, a Rua Henrique Deichmann Sobrinho e a Rua Orides Schwartz para então conectar-se a rede já implantada na Rua General Osório, para a coleta do esgoto industrial e explorado pela empresa. De acordo com as plantas disponibilizadas também é possível identificar que a rede coletora utiliza-se de equipamento público (ponte) e leito da ruas acima já mencionadas. Não se está nesta oportunidade em questionar-se a técnica e/ou a conveniência desta rede de coleta. Informa ainda a empresa que está cobrando pela coleta e tratamento do esgoto, a quantia equivalente a oitenta por cento (80%) do valor do consumo da água.

Estes os fatos que foram apurados, destacando que em nenhum momento a ação da Agência sofreu, por parte de quem que seja, nenhuma interferência ou dificuldade, pelo contrário, sempre que questionados, os interessados de pronto nos atenderam.

Trata-se, na verdade, à luz dos documentos disponibilizados, de um contrato de prestação de serviços entre pessoas jurídicas privadas (empresa e condomínio) para a coleta e tratamento final de esgoto sanitário de origem doméstica (prédio de condomínio) e, por isso tratado por meio de contrato particular, sobre qual também não nos cabe qualquer pronunciamento regulatório.

Por outro lado, como o assunto era desconhecido por parte do SAMAE de Brusque e pela Agência, a situação foi abordada de forma a não ser, em futuro próximo, motivo de algum aspecto negativo sob o foco da regulação e tendo em vista que aquele Município está se preparando para a implantação do sistema de esgotamento sanitário.

Mais uma vez destaca-se, que sob a ótica regulatória, não se vislumbra, SMJ, qualquer anormalidade ou até irregularidade, vez que, como já mencionado trata-se de negócio entre particulares. Em hipótese remota, caberia à Agência verificar se a empresa contratada está operando o sistema dentro das normas gerais da eficácia e eficiência, mas antes disso, deve haver, a fiscalização dos órgãos de vigilância sanitária e meio ambiente municipais, além dos estaduais por força das atuais legislações.

Por cautela, a Agência apenas destaca que dentre os documentos apresentados não foi encontrado nenhum documento que trata da ocupação das áreas públicas (salvo autorização de instalação) por benfeitorias de particulares, assunto que foge da competência desta Agência e que, em nosso modesto entendimento, deveria ser objeto de regularização por parte do Município consorciado, caso isso ainda não tenha sido feito.

Este o nosso entendimento do assunto sob análise desta Agência e por isso determina-se:

- a) O arquivamento do Procedimento Administrativo nº 014/2014;
- b) A expedição de ofícios com a cópia desta Decisão para o SAMAE

de Brusque, para o Excelentíssimo Senhor Prefeito de Brusque, para a empresa RIOVIVO AMBIENTAL LTDA. e também para o Síndico do Condomínio Residencial Ônix, com prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar, em assim o desejando;  
c) Decorrido o prazo acima e havendo alguma manifestação, encaminha-se esse procedimento para a Direção Geral, caso contrário, proceda-se o encerramento e o arquivamento.

Blumenau (SC), em 09 de dezembro de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

## ARIS

### DELIBERAÇÃO Nº 021/2014

DELIBERAÇÃO n. 021/2014

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário praticadas no Município de Rio Negrinho/SC.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício n. 182 recebido em 05 de Dezembro de 2014, na qual o Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto de Rio Negrinho requer a autorização de reajustamento no Plano Tarifário e nos valores de serviços públicos complementares; e considerando o parecer da Diretoria de Regulação da ARIS, vem DELIBERAR:

1. Fica autorizada o Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto de Rio Negrinho a promover o reajuste de 6,33% sobre o Plano Tarifário, reposição inflacionária de acordo com o INPC do período de Dezembro de 2013 a Novembro de 2014, de forma linear em cada faixa de consumo, e a Tabela de Serviços Complementares.

2. Os novos valores de tarifas e serviços complementares somente terão eficácia após 30 (trinta) dias contados da sua efetiva publicação pela ARIS e divulgação aos usuários pelo SAMAE em jornal de veiculação no município e no site da empresa.

Florianópolis, 09 de Dezembro 2014.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11/2014 CONSELHO DE REGULAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11/2014

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Gilberto Valente Canali, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, § 3º do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 19 de dezembro de 2014, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 19 de dezembro de 2014

Horário: Início às 13h30

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Aprovação da ata da última reunião;
- 2) Relatório de Ouvidoria;
- 3) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação;
- 4) Encaminhamento dos Processos Punitivos referentes aos prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao Conselho de Regulação;
- 5) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2014.

Gilberto Valente Canali

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

## CIMCATARINA

### AA0052\_2014 - ATESTADO DE APROVAÇÃO MARCAS MATERIAIS ODONTOLÓGICOS EDITAL CH. 0015\_2014 - SILMES

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0015/2014, COMPLEMENTAR AO EDITAL Nº 0002/2014

MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0052/2014, TERMO DE ANÁLISE 0055/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS/MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentado pela empresa:

SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO
251	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL RADIOPACA, COMPOSTA PELA CARGA MICROGLASS, ONDE AS PARTÍCULAS DE VIDRO DE BÁRIO, QUE APRESENTAM TAMANHO MÉDIO DE 0,7 µM (MICRÔMETRO) E TAMANHO MÁXIMO INFERIOR A 2 µM (MICRÔMETRO), FORMAM UMA ESTRUTURA COMPACTA E AMORFA. COR A2.	CHARISMA

Fraiburgo SC, 09 de Dezembro de 2014.

CAMILA STRAPAZZON

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0032/2014

ELIZETE APARECIDA GIRARDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0032/2014

NÁDIA DE LORENZI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0032/2014



**AA0053\_2014 - ATESTADO DE APROVAÇÃO MARCAS TIRAS DE GLICEMIA EDITAL CH. 0016\_2014 - FUFA**

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000  
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br  
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES  
PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0016/2014****TIRAS DE GLICEMIA****ANEXO IV****ATESTADO DE APROVAÇÃO 0053/2014, TERMO DE ANÁLISE 0056/2014**

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS/MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentado pela empresa:

**FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO
1	CAIXA	TIRA REAGENTE PARA DETECÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE, DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA POR QUALQUER QUÍMICA ENZIMÁTICA, COM LEITURA EM MONITOR PORTÁTIL, DE CALIBRAÇÃO FÁCIL E RÁPIDA, FORNECENDO RESULTADOS PRECISOS. COM SENSIBILIDADE NA FAIXA DE 10-600 MG/DL, ACEITANDO VALORES INFERIORES OU SUPERIORES, UTILIZANDO AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM TECNOLOGIA FOTOMÉTRICA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. ACONDICIONADO EM FRASCO COM 25 TIRAS.	<b>ACCU CHECK ACTIVE</b>
2	CAIXA	TIRA REAGENTE PARA DETECÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE, DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA POR QUALQUER QUÍMICA ENZIMÁTICA, COM LEITURA EM MONITOR PORTÁTIL, DE CALIBRAÇÃO FÁCIL E RÁPIDA, FORNECENDO RESULTADOS PRECISOS. COM SENSIBILIDADE NA FAIXA DE 10-600 MG/DL, ACEITANDO VALORES INFERIORES OU SUPERIORES, UTILIZANDO AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM TECNOLOGIA FOTOMÉTRICA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. ACONDICIONADO EM FRASCO COM 50 TIRAS.	<b>ACCU CHECK ACTIVE</b>
3	CAIXA	TIRAS PARA TESTES DE GLICOSE - COM CAPACIDADE DE MEDIÇÃO ENTRE 10 E 600MG/DL COM TECNOLOGIA DE GLICOSE DESIDROGENASE, QUE MEÇA ENTÃO, POR AMPEROMETRICA. QUE CONTENHA TIRAS CODIFICADAS OU CHIPE DE CODIFICAÇÃO DO LOTE DAS TIRAS E MEÇA SANGUE TOTAL E CAPILAR. EMBALAGEM COM 50 TIRAS.	<b>ACCU CHECK PERFORMA</b>

Fraiburgo SC, 09 de Dezembro de 2014.

**CAMILA STRAPAZZON**

**Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0030/2014**

**ELIZETE APARECIDA GIRARDI**

**Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0030/2014**

**NÁDIA DE LORENZI**

**Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0030/2014**

**AA0054\_2014 - ATESTADO DE APROVAÇÃO MARCAS TIRAS DE GLICEMIA EDITAL CH. 0016\_2014 - SANDRA REGINA**

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000  
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br  
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES  
PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0016/2014****TIRAS DE GLICEMIA****ANEXO IV****ATESTADO DE APROVAÇÃO 0054/2014, TERMO DE ANÁLISE 0057/2014**

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS/MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentado pela empresa:

**SANDRA REGINA GUTERRES RAMOS**

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO
1	CAIXA	TIRA REAGENTE PARA DETECÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE, DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA POR QUALQUER QUÍMICA ENZIMÁTICA, COM LEITURA EM MONITOR PORTÁTIL, DE CALIBRAÇÃO FÁCIL E RÁPIDA, FORNECENDO RESULTADOS PRECISOS. COM SENSIBILIDADE NA FAIXA DE 10-600 MG/DL, ACEITANDO VALORES INFERIORES OU SUPERIORES, UTILIZANDO AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM TECNOLOGIA FOTOMÉTRICA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. ACONDICIONADO EM FRASCO COM 25 TIRAS.	<b>ACCU CHECK ACTIVE</b>
2	CAIXA	TIRA REAGENTE PARA DETECÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE, DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA POR QUALQUER QUÍMICA ENZIMÁTICA, COM LEITURA EM MONITOR PORTÁTIL, DE CALIBRAÇÃO FÁCIL E RÁPIDA, FORNECENDO RESULTADOS PRECISOS. COM SENSIBILIDADE NA FAIXA DE 10-600 MG/DL, ACEITANDO VALORES INFERIORES OU SUPERIORES, UTILIZANDO AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM TECNOLOGIA FOTOMÉTRICA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. ACONDICIONADO EM FRASCO COM 50 TIRAS.	<b>ACCU CHECK ACTIVE</b>
3	CAIXA	TIRAS PARA TESTES DE GLICOSE - COM CAPACIDADE DE MEDIÇÃO ENTRE 10 E 600MG/DL COM TECNOLOGIA DE GLICOSE DESIDROGENASE, QUE MEÇA ENTÃO, POR AMPEROMETRICA. QUE CONTENHA TIRAS CODIFICADAS OU CHIPE DE CODIFICAÇÃO DO LOTE DAS TIRAS E MEÇA SANGUE TOTAL E CAPILAR. EMBALAGEM COM 50 TIRAS.	<b>ACCU CHECK PERFORMA</b>

Fraiburgo SC, 09 de Dezembro de 2014.

**CAMILA STRAPAZZON**

**Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0030/2014**

**ELIZETE APARECIDA GIRARDI**

**Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0030/2014**

**NÁDIA DE LORENZI**

**Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0030/2014**

**CIMVI****CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA**

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - GABARITO OFICIAL, CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA E ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI e a COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO tornam público o Gabarito Oficial e a Classificação Provisória elaborada pela COMISSÃO TÉCNICA, bem como a alteração parcial do Cronograma no Concurso Público nº 01/2014, como segue:

**I - Do Gabarito Oficial:**

GABARITO	Agente Administrativo	Engenheiro Químico
Questão	Respostas	
01	D	D
02	C	C
03	A	A
04	B	B
05	D	D
06	x	X
07	A	A
08	C	C
09	D	D
10	B	B
11	C	C
12	A	A
13	D	D
14	B	B
15	D	D
16	B	C
17	D	D
18	C	C
19	C	D
20	A	A
21	A	B
22	C	D
23	A	x
24	C	A
25	C	B

Obs.: x = Questão anulada de ofício

**II - Da Classificação Provisória dos candidatos:****a) Para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO:**

Classific.	Inscrição/Candidato	CPF/DN	Português	Matemática	Conhec. Gerais	Conhec. Específicos	NOTA FINAL
1	61 - PATRICIA BARBARESCO	095.555.009-24 28/07/1994	5	1	4	10	9,00
2	185 - JAMES SCHMITT	648.520.169-68 14/02/1968	4	3	4	9	8,50
3	39 - MARCOS DA ROCHA	071.920.559-05 23/03/1991	4	1	3	8	7,20
4	172 - FELIPE ANDERSON FRANÇA	084.029.779-36 25/01/1991	4	3	4	7	7,10
5	111 - SAMUEL HENRIQUE WIPPRICH	069.945.539-14 26/09/1991	5	2	4	7	7,10
6	40 - LUCIANE BERNARDINO	029.730.029-66 09/12/1979	4	1	5	7	6,90

7	159 - GIOVANI KULPA	072.556.129-70 1190-12-16	5	-	5	7	6,90
8	66 - FELIPE MACIEL DE CARVALHO	075.285.279-55 19/04/1989	3	-	3	8	6,80
9	57 - PRISCILA GUIMARÃES AZEVEDO	020.078.225-80 10/01/1986	3	2	4	7	6,70
10	71 - CHARLES HENRIQUE SCHUSTER	057.770.619-58 09/06/1986	4	2	2	7	6,50
11	65 - JÉSSICA GAZOLA	078.273.229-13 29/04/1992	6	3	5	5	6,30
12	179 - MARIA SUELI HERMI- NIO	680.256.029-15 08/03/1965	5	2	3	6	6,20
13	37 - LETICIA TOMASELLI	072.397.209-50 21/12/1990	3	3	4	6	6,20
14	83 - JÉSSICA ALINE MORA	066.194.439-58 28/06/1989	4	2	3	6	6,00
15	10 - BEATRIZ PADILHA	003.577.259-05 04/10/1979	4	-	1	7	5,90
16	32 - GILMARA LUCIANO	044.856.239-12 09/03/1984	3	1	4	6	5,80
17	209 - ALINE CHRISTINA BREHMER	071.869.879-74 10/07/1992	4	2	2	6	5,80
18	156 - REINALDO AUGUSTO SCHROEDER FILHO	750.595.509-82 05/02/1973	5	2	4	5	5,70
19	82 - GRAZIELA LARGURA	007.726.419-35 03/11/1977	4	3	4	5	5,70
20	87 - TATYANE SANI PRES- TES BORGES	005.487.499-81 22/04/1981	5	2	4	5	5,70
21	197 - LENIO MAURO DE SOUZA	008.157.779-65 15/09/1981	5	2	4	5	5,70
22	147 - ELIZANGELA ELAINE MONTANHA	058.125.079-61 02/12/1987	3	1	3	6	5,60
23	153 - JOÃO RAFAEL BALKOSKI	065.215.529-45 29/07/1988	3	1	2	6	5,40
24	208 - JÊNIFER ALANA MORA	066.194.429-86 28/06/1989	2	2	1	6	5,20
25	121 - MARCILENE LUNAR- DI	083.720.999-44 06/07/1992	4	-	1	6	5,20
26	202 - MERIELLEN HEIDEN	067.821.829-39 20/08/1987	5	2	1	5	5,10
27	176 - VERIDIANA ZIE- LINSKI SALVADOR	096.253.259-21 10/02/1995	3	1	4	5	5,10
NC	50 - LOURENÇO DE ALBU- QUERQUE MARTINS	005.468.409-90 27/08/1981	4	1	2	5	4,90
NC	177 - ALINE MIYUKI UI	058.257.379-36 14/06/1986	6	3	5	3	4,90
NC	174 - BEATRIZ JOAZEIRO GOMES DE JESUS	099.184.577-32 17/11/1986	4	2	4	4	4,80
NC	129 - DEISE FLORES	005.872.749-30 30/08/1981	1	-	2	6	4,80
NC	157 - LUANA DA SILVA	011.768.269-13 17/01/1995	3	2	1	5	4,70
NC	14 - VIVIANE LARA	033.678.389-26 07/03/1981	4	1	4	4	4,60
NC	184 - JONATHA ALEIXO PEREIRA	009.593.469-37 29/07/1993	4	3	2	4	4,60
NC	59 - RAFAELA JAQUELINE LOTH BERNARDI	037.208.479-69 26/10/1982	3	3	2	4	4,40
NC	215 - DYONES RODRIGO FERREIRA	056.508.129-26 23/03/1987	3	1	4	4	4,40
NC	7 - BÁRBARA CRISTINE SALVADOR CAMPESTRINI	004.287.399-11 14/09/1979	1	1	2	5	4,30
NC	77 - EVERTON ADRIANO FERREIRA DE SOUZA	076.838.249-17 08/07/1992	4	3	4	3	4,30
NC	145 - MARLON LUIZ SCHWIRKOSKI	004.241.789-90 19/11/1981	2	2	3	4	4,20

NC	149 - RODRIGO RAFAEL GIOVANELLA	005.992.759-36 30/07/1982	4	-	3	4	4,20
NC	180 - CLEONIR FELIPPI	041.225.139-60 30/10/1984	2	1	4	4	4,20
NC	198 - DENIS MIKETIO VALENGA	060.301.249-35 16/09/1988	3	1	3	4	4,20
NC	133 - VIVIANA ROMILDA WÜERZ	016.758.059-03 19/05/1977	2	1	2	4	3,80
NC	141 - RÔMULO PÉRICLES FURTADO	901.933.429-87 20/01/1977	4	3	4	2	3,60
NC	192 - BIANCA KARINIA DARIUS	027.044.919-17 27/09/1978	1	-	3	4	3,60
NC	164 - TANARA CRISTINA DOS SANTOS	072.428.619-50 24/10/1989	3	2	2	3	3,50
NC	140 - ELTON FELIPE FURLANI LOPES	078.707.389-05 07/08/1991	2	2	2	3	3,30
NC	124 - LUANE RITA RA-DUENZ	065.046.849-01 05/09/1991	2	2	1	3	3,10
NC	154 - RAFAEL RAMON SARDA	042.035.379-83 13/02/1983	2	-	3	1	1,70
FALTOU	139 - HUMBERTO CARLOS FRRNANDES	651.373.109-72 18/12/1964	-	-	-	-	-
FALTOU	227 - MARCELO REINERT	781.212.219-00 04/04/1970	-	-	-	-	-
FALTOU	74 - VILSON PIOVEZAN	774.010.509-00 13/11/1971	-	-	-	-	-
FALTOU	135 - WENDER RIBEIRO	282.326.688-73 19/08/1974	-	-	-	-	-
FALTOU	117 - LUCIANO SCHNEIDER	902.425.059-53 11/04/1976	-	-	-	-	-
FALTOU	60 - LUCIANA PASQUALINI	004.581.269-18 13/12/1978	-	-	-	-	-
FALTOU	90 - GIANCARLO DA SILVA ROCHA	004.906.599-85 04/09/1979	-	-	-	-	-
FALTOU	148 - MARCELO ALCEU AMARO CAVALHEIRO GADOTTI	006.077.419-37 28/09/1980	-	-	-	-	-
FALTOU	214 - CÉLIO DE SOUZA	037.570.229-63 29/04/1982	-	-	-	-	-
FALTOU	3 - SHEILA PIERITZ BRITTO	044.099.249-40 17/01/1983	-	-	-	-	-
FALTOU	220 - FERNANDO HORN BATISTA	041.034.339-06 02/05/1983	-	-	-	-	-
FALTOU	223 - ANDREY ROGERIO ABREU	045.845.969-05 23/10/1983	-	-	-	-	-
FALTOU	12 - ATENA DAIANA SCHNEIDER FERLA	048.283.939-27 25/05/1984	-	-	-	-	-
FALTOU	196 - MONICA SLOMP SEVEGNANI	045.094.409-36 21/07/1984	-	-	-	-	-
FALTOU	58 - HUGO LEONARDO TUCKUMANTEL	323.843.918-95 25/07/1984	-	-	-	-	-
FALTOU	195 - NATÁLIA FRANÇA RAMOS	049.911.559-75 13/05/1985	-	-	-	-	-
FALTOU	211 - JOICE HELENE PASSOLD	043.979.359-98 20/06/1985	-	-	-	-	-
FALTOU	92 - JOHN PIERRE SCHUBERT	062.321.149-14 26/08/1988	-	-	-	-	-
FALTOU	48 - MANUELA SIMÃO SCHAEFER	069.632.579-90 26/10/1989	-	-	-	-	-
FALTOU	109 - JÚLIA WEBER	082.687.049-00 11/11/1991	-	-	-	-	-
FALTOU	217 - MATHEUS VINICIUS ROSAR	011.425.929-10 19/12/1991	-	-	-	-	-
FALTOU	165 - MATHEUS NORENBORG DA LUZ	062.539.499-26 22/09/1992	-	-	-	-	-

FALTOU	178 - WILLIAN ARNDT	064.305.199-61 19/11/1992	-	-	-	-	-
FALTOU	186 - NIKOLAS DERRO GOMES	085.433.739-30 28/12/1992	-	-	-	-	-
FALTOU	94 - FERNANDO BERKEN-BROCK	088.201.299-14 17/05/1993	-	-	-	-	-
FALTOU	173 - LUCAS PAOLO PELLIN	091.920.129-65 08/03/1994	-	-	-	-	-
FALTOU	54 - FELIPE HENRIQUE DE MORAES	083.545.659-55 10/09/1994	-	-	-	-	-
FALTOU	4 - ANA PAULA SIQUEIRA HAUPT	064.112.969-60 04/02/1995	-	-	-	-	-

Obs: NC = Não Classificado; DN = Data de Nascimento

b) Para o emprego de ENGENHEIRO QUÍMICO:

Classific.	Inscrição/Candidato	CPF/DN	Português	Matemática	Conhec. Gerais	Conhec. Específicos	NOTA FINAL
1	136 - ARTHUR TRAVALLONI LOUVISSE	140.179.637-06 23/04/1990	5	3	4	9	8,70
2	222 - ANDRÉ MORO DA SILVA	043.293.839-77 06/01/1986	5	3	3	9	8,50
3	16 - LUIS FERNANDO KONKEWICZ STRAMARI	065.095.879-98 24/09/1990	3	3	3	9	8,10
4	142 - ALEXANDRE PAVANATI	025.782.869-90 17/09/1978	4	3	4	8	7,80
5	226 - GUILHERME PEDRO BOM TRANCOSO	040.823.599-31 07/01/1983	6	3	5	7	7,70
6	97 - DÉBORA BAHR BOLL-MANN	069.282.849-43 03/01/1991	4	3	3	8	7,60
7	137 - DÉBORA KLOECKNER MACHADO	005.905.740-86 09/08/1984	5	3	3	7	7,10
8	132 - KLAUS PETER SCHLEI	067.069.019-89 24/02/1989	5	3	3	7	7,10
9	170 - LOUISE AMANDA KUHLE	074.416.319-63 06/08/1992	4	3	4	7	7,10
10	151 - VINICIUS DE MELO GUIMARÃES	048.767.659-95 23/04/1986	6	3	5	6	7,00
11	212 - ALONSO EHLERT	066.474.779-50 25/01/1988	5	3	5	6	6,80
12	49 - FABRÍCIO SIMON MARTINS	937.273.720-87 26/05/1978	4	1	4	7	6,70
13	175 - ANGÉLICA MARIA BENEDETTI	069.883.359-78 05/07/1990	6	3	3	6	6,60
14	158 - ANDERSON NEGHERBON	041.875.089-02 03/03/1985	4	2	2	7	6,50
15	150 - CARINA STAHNKE	066.281.069-42 17/03/1988	3	3	2	7	6,50
16	167 - JOSÉ FERREIRA FILHO	461.146.026-68 26/11/1961	4	3	4	6	6,40
17	88 - JOÃO PEDRO MISSIAS SANTOS E SANTOS	062.248.439-70 12/06/1988	4	3	4	6	6,40
18	8 - FELIPE PALOSCHI SCHMITZ	071.057.949-76 14/12/1988	4	3	4	6	6,40
19	70 - EDUARDO ROSENE MELO	076.483.999-38 08/10/1990	5	2	4	6	6,40
20	9 - EDSON PISKE	896.340.559-15 02/07/1976	2	2	2	7	6,10
21	204 - EMERSON ANDRADE FELIX DA SILVA	037.244.539-06 12/06/1981	4	3	2	6	6,00
22	99 - LUIZ FERNANDO KELLER	065.393.229-41 29/08/1989	5	3	4	5	5,90
23	93 - FERNANDO BATISTA DE BARROS LINARES	054.458.889-40 26/10/1987	5	3	3	5	5,70



24	152 - CAROLINE POFFO	071.097.109-55 25/06/1991	4	3	4	5	5,70
25	201 - ANDERSON MORENO	085.179.119-03 16/11/1990	5	3	5	4	5,40
26	30 - MAIARA GOULART MEDEIROS	053.248.499-10 21/05/1987	3	1	2	6	5,40
27	190 - MAURO JAEGER	536.247.000-06 05/10/1967	4	3	2	5	5,30
28	89 - FRANCIS PIERRE DE FRANÇA	015.152.819-57 14/07/1975	4	2	3	5	5,30
29	171 - ANDRE PERSUHN DUWE	004.948.659-46 20/08/1979	3	3	3	5	5,30
30	130 - MARIO AUGUSTO DE SIQUEIRA	802.537.849-72 26/08/1974	6	2	4	4	5,20
31	33 - MARCO ANTONIO POLIDORO	074.653.249-04 09/06/1989	4	1	3	5	5,10
32	191 - ARIANA APARECIDA ROTHERMEL	041.815.589-59 22/01/1985	4	3	4	4	5,00
33	216 - TAMIRES EMER- GENTE	062.194.809-88 18/01/1988	5	2	4	4	5,00
NC	86 - PRISCILA EMMA- NUELLA TESKE	068.862.919-98 14/03/1989	5	3	2	4	4,80
NC	187 - LUCILE CECÍLIA PERUZZO	907.723.429-20 17/04/1974	3	1	2	5	4,70
NC	56 - BERNARDO ZIMMER- MANN	009.783.640-07 15/02/1986	5	3	4	3	4,50
NC	81 - GILSON PADARATZ	560.056.019-20 27/07/1961	3	2	3	3	3,70
NC	52 - JOSE CARLOS DE SOUZA	039.767.816-90 02/11/1977	4	2	3	2	3,20
FALTOU	131 - GERSON LUIS GUE- BERT	651.637.459-72 04/06/1965	-	-	-	-	-
FALTOU	210 - ANA LUCIA TWAR- DOWSKY RAMALHO DO VALE	022.522.899-88 29/11/1977	-	-	-	-	-
FALTOU	18 - KLEBER SERRÃO FRANCO	301.772.148-56 20/08/1981	-	-	-	-	-
FALTOU	21 - LARISSA MARCELLI SILVEIRA VIGO	892.808.659-00 23/10/1982	-	-	-	-	-
FALTOU	73 - DANUBIA CARINA CRESPI	041.054.589-90 09/01/1983	-	-	-	-	-
FALTOU	194 - CAMILA	005.404.350-66 15/06/1984	-	-	-	-	-
FALTOU	51 - ERIC SCHERER DA SILVEIRA	013.933.620-60 03/11/1984	-	-	-	-	-
FALTOU	155 - GIOVANI RENATO ZONTA	049.402.719-35 11/09/1985	-	-	-	-	-
FALTOU	17 - MAICON JULIANO FRANZEN LOPES	050.906.479-50 19/07/1986	-	-	-	-	-
FALTOU	104 - DIANE RODRIGUES SILVEIRA	010.089.809-27 02/03/1988	-	-	-	-	-
FALTOU	46 - JOÃO BATISTA RAMOS	067.693.509-55 23/06/1989	-	-	-	-	-
FALTOU	31 - VÂNIA DE OLIVEIRA ALVES	364.510.098-90 29/12/1989	-	-	-	-	-
FALTOU	183 - EDUARDO CEZARIO BIEZUS	064.261.859-30 19/11/1990	-	-	-	-	-
FALTOU	144 - KASSYARA ÉVELYN COSTA	064.732.049-54 12/06/1991	-	-	-	-	-

Obs: NC = Não Classificado; DN = Data de Nascimento

III - Da alteração parcial do cronograma previsto no Anexo III do Edital de Concurso Público nº 01/2014, em razão de problemas técnicos na divulgação oficial da classificação provisória:

ANEXO III - CRONOGRAMA CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014	
DATA PREVISTA	ATO
.....	.....
10/12/2014	Publicação do gabarito oficial retificado, se for o caso, e publicação da classificação provisória
11 e 12/12/2014	Prazo para recursos contra a classificação provisória
18/12/2014	Publicação do resultado final do Concurso Público nº 001/2014
19/12/2014	Homologação do Concurso Público nº 001/2014

Informações relativas ao Concurso serão prestadas no horário das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:30 horas, na sede administrativa do CIMVI, na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 459, 1º andar, sala "04", centro, esquina com a Rua Estados Unidos, na cidade de Timbó - SC, Fone (47) 3382-6811, e na sede da AMMVI, na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, Fone (47) 3331-5800, na home page do CIMVI ([www.cimvi.sc.gov.br](http://www.cimvi.sc.gov.br)) e da AMMVI ([www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)) e no site [www.nubescursos.com.br](http://www.nubescursos.com.br).

Timbó, em 09 de Dezembro de 2014.

Hartwig Persuhn Valter Conrado Araujo  
Presidente do CIMVI Diretor Executivo do CIMVI

Comissão Especial de Concurso Público:  
Norma Konzatti Kades Silvana Vicente Roepke

Renato Carlos Brandes

## CIS/AMFRI

### EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 07/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 07/2014

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI R\$
CONSULTA EM CARDIOLOGIA	03.01.01.007-2	50,00
ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA ADULTA	02.05.01.003-2	85,00
TESTE ERGOMETRICO	02.11.02.006-0	122,00
MAPA	02.11.02.005-2	154,00
HOLTER 24 h	02.11.02.004-4	120,00
ELETROCARDIOGRAMA (ECG)	02.11.02.003-6	52,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao

estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: CARDIODINAMICA SERVIÇOS MÉDICOS S/S - CNPJ n. 12.373.807/0001-59.

Data de Assinatura: 10.09.2014.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

Célio José Bernardino  
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

### EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 08/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 08/2014

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI R\$
CONSULTA EM CARDIOLOGIA	03.01.01.007-2	50,00
ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA ADULTA	02.05.01.003-2	85,00
TESTE ERGOMETRICO	02.11.02.006-0	122,00
MAPA	02.11.02.005-2	154,00
HOLTER 24 h	02.11.02.004-4	120,00
ELETROCARDIOGRAMA (ECG)	02.11.02.003-6	52,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: CLÍNICA ODONTOMEDICA JMS - LTDA ME - CNPJ n. 07.640.571/0001-30.

Data de Assinatura: 07.10.2014.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

Célio José Bernardino  
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

**CIS/AMMVI****ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 33**

CONVOCAÇÃO:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

HARTWIG PERSUHN, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 18 e 28 do Estatuto Social, CONVOCA todos os consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que se realizará no dia 11 de dezembro de 2014, às 08h40min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 09h10min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Câmara de Dirigentes Lojistas de Indaial - CDL (Rua Dr. Blumenau, 286, Centro).

**ORDEM DO DIA**

- 1 - Eleição e aprovação do Presidente e Vice Presidente do CISAMVI para o exercício de 2015;
- 2 - Eleição e aprovação dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2015;
- 3 - Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Presidente do CISAMVI

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

**CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 GABARITO OFICIAL, CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA E ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA**

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014

GABARITO OFICIAL, CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA E ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI e a COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO tornam público o Gabarito Oficial e a Classificação Provisória elaborada pela COMISSÃO TÉCNICA, bem como a alteração parcial do Cronograma no Concurso Público nº 01/2014, como segue:

**I - Do Gabarito Oficial:**

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO																								
QUESTÃO																								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	D	D	A	C	D	B	A	D	B	D	A	C	A	A	B	D	A	D	D	B	A	C	D	B
QUESTÃO																								
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	C	D	D	D	B	D	D	A	D	C	C	D	A	D	B	C	A	B	C	A	C	A	A

**II - Da Classificação Provisória dos candidatos para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO:**

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	NOTA FINAL
1	2	MARCOS DA ROCHA	071.920.559-05	23/03/1991	7	8	3	17	7,75
2	41	TATIANA MULLER PFAU	063.743.809-40	21/04/1987	11	11	3	15	7,75
3	92	ANDRE LUIZ CARDOSO DA SILVA	060.350.019-63	18/02/1988	12	11	3	14	7,50
4	262	JULIO CESAR NARDES	901.421.529-00	20/11/1977	9	11	3	14	7,20
5	321	RODIMAR GRAF	003.613.259-40	22/06/1980	10	11	2	14	7,20

6	215	MARCO AURELIO DE CARVALHO FILHO	060.813.318-30	11/09/1966	11	10	4	13	7,05
7	247	ALINE MIYUKI UI	058.257.379-36	14/06/1986	11	12	2	13	7,05
8	217	PAULA WACKERNAGEL	053.772.019-73	13/06/1988	9	11	5	13	7,05
9	283	GILMAR LANG	746.994.669-15	21/09/1973	9	11	3	13	6,85
10	266	EUGENIO FELIPE CAPRIS-TANO	079.825.959-01	14/07/1990	9	11	2	13	6,75
11	120	KATIEIA DALBERTO GRE-TTER	069.247.039-50	01/11/1989	7	4	3	15	6,65
12	83	JÉSSICA GAZOLA	078.273.229-13	29/04/1992	8	11	2	13	6,65
13	32	JENIFFER VIVIANI DE SOUZA E SILVA	010.133.089-80	15/10/1991	6	6	4	14	6,50
14	260	ELISANGELA ARNOLD ALVES	832.969.489-53	07/01/1973	9	7	3	13	6,45
15	7	BEATRIZ PADILHA	003.577.259-05	04/10/1979	8	6	5	13	6,45
16	27	ATENA DAIANA SCHNEIDER FERLA	048.283.939-27	25/05/1984	11	6	5	12	6,40
17	153	ANTHONIA DA SILVEIRA	059.871.859-12	24/03/1988	9	8	4	12	6,30
18	201	GREICE REGINA FERRARI	082.425.669-76	15/08/1992	9	9	3	12	6,30
19	126	JOSELAINE RODRIGUES DOS SANTOS	067.780.229-30	12/01/1988	7	8	2	13	6,25
20	101	CRISTIANE RACHADEL	080.381.459-33	07/05/1994	5	5	3	14	6,20
21	275	ROBSON UILIAN ROCKENBACH FERNANDES	008.787.830-59	06/05/1984	7	11	2	12	6,20
22	1	DAIANE FALEIRO DA SILVA	017.160.360-54	13/11/1987	7	11	2	12	6,20
23	244	DIEGO FRANCISCO CARVALHO DA COSTA	846.043.101-06	21/02/1982	5	9	2	13	6,15
24	129	SORAIA COELHO	022.609.249-64	01/08/1977	11	10	2	11	6,15
25	86	FELIPE MACIEL DE CARVALHO	075.285.279-55	19/04/1989	6	3	3	14	6,10
26	268	PAULO ROBERTO TRIBESS SANTOS	069.915.349-27	20/08/1991	8	9	2	12	6,10
27	224	CARLA LUIZA BARTHEL	047.771.799-31	14/12/1984	9	4	2	13	6,05
28	4	LUCIANE BERNARDINO	029.730.029-66	09/12/1979	11	8	3	11	6,05
29	299	SABINE HELOISE TILLMANN	041.563.099-16	07/01/1984	9	11	2	11	6,05
30	230	RAFAEL CARLOS ZENI	041.193.849-50	26/03/1985	6	5	3	13	5,95
31	277	LEANDRO LUIZ ZIBELL	040.022.429-19	03/01/1985	9	9	3	11	5,95
32	280	NATÁLIA FRANÇA RAMOS	049.911.559-75	13/05/1985	10	6	4	11	5,85
33	79	ROBERTO DE ANDRADE PEDROSO	951.855.855-87	26/04/1977	10	10	3	10	5,80
34	113	CAROLINA DE FARIA	030.540.699-07	17/12/1980	8	7	4	11	5,75
35	181	CAROLINE CANOVA FRANCO	000.431.140-08	11/06/1982	9	9	1	11	5,75
36	104	KATHERINE KUHNEN	054.477.789-13	23/01/1995	9	8	2	11	5,75
37	96	JULIA SIMÃO SCHAEFER	101.660.599-43	12/12/1995	8	8	3	11	5,75
38	152	JESSICA KESKE	076.645.399-51	04/12/1991	10	9	3	10	5,70

39	300	MARIA SALETE FARRIAS	568.423.689-87	23/10/1965	7	6	5	11	5,65
40	124	ALINE BOEING	008.038.139-10	13/09/1981	9	7	2	11	5,65
41	320	RENATA DE DAVID PERFEITO	010.869.680-42	22/06/1985	6	9	3	11	5,65
42	139	SHAIANA CARLA BAUMGARTEN	088.486.679-37	02/11/1992	7	10	1	11	5,65
43	136	FRANCINE KUCHARSKI LANAU	001.800.460-12	27/02/1981	6	4	4	12	5,60
44	193	ANDERSON FELIPE VOLANTE MARQUES	831.521.130-72	05/01/1987	8	10	3	10	5,60
45	42	GILMARA LUCIANO	044.856.239-12	09/03/1984	8	2	3	12	5,50
46	281	RODRIGO HENN NIESCIUR	075.222.979-66	10/08/1989	8	11	3	9	5,35
47	29	NEURI RODRIGUES DA SILVA	005.276.439-71	07/07/1983	11	11	3	8	5,30
48	127	LUCIANA ALVES DOS SANTOS	043.013.839-30	28/04/1982	9	4	1	11	5,25
49	125	FLAVIANE PIRES DOS SANTOS	063.297.629-29	19/07/1988	4	9	1	11	5,25
50	298	OCTAVIO DE SOUZA FELIPE DA SILVA	328.372.898-41	29/09/1988	5	7	2	11	5,25
51	312	MARCOS RODRIGUES DE CARVALHO	092.726.416-16	08/03/1990	7	8	2	10	5,20
52	271	LENIO MAURO DE SOUZA	008.157.779-65	15/09/1981	11	12	1	8	5,20
53	122	JULIE PAUL	077.812.169-03	30/11/1991	7	1	2	12	5,20
54	254	PATRÍCIA ADRIANA PETERSEN METTE	901.688.289-87	28/11/1977	9	8	3	9	5,15
55	200	DANIELE PASOLD DIAS	040.083.779-05	13/12/1983	5	8	-	11	5,15
56	24	FABIANA DENISE ERN	969.684.869-20	03/01/1978	4	6	2	11	5,05
57	121	TATYANE SANI PRESTES BORGES	005.487.499-81	22/04/1981	8	9	2	9	5,05
58	70	MAIKE MARIA COSTA DOS SANTOS	038.117.069-18	12/04/1980	9	6	-	10	5,00
59	188	DEBORA LUIZA BERTOLDI	058.399.239-07	16/06/1990	8	5	2	10	5,00
NC	237	THIAGO MENDES DA SILVA	057.928.834-08	02/06/1986	8	9	1	9	4,95
NC	11	JOÃO CORREIA DA SILVA FILHO	600.862.899-34	05/10/1965	8	10	3	8	4,90
NC	257	CLEONIR FELIPPI	041.225.139-60	30/10/1984	5	9	3	9	4,85
NC	227	ANDRESSA CAROLINE DE OLIVEIRA	054.822.989-90	15/07/1985	8	8	1	9	4,85
NC	325	VANESSA MARTINS KRETZSCHMAR MENDES	009.759.529-27	02/03/1987	7	8	2	9	4,85
NC	159	ANE CRISTINE KILPP ROCHA	988.299.209-91	26/05/1978	8	2	3	10	4,80
NC	14	TARCIANO LOPES SANTOS	104.936.477-59	28/12/1984	8	4	1	10	4,80
NC	72	NAITHA TABUSO	388.531.308-14	19/10/1990	8	5	-	10	4,80
NC	206	JAQUELINE REGINA FRANCA	073.734.989-14	25/07/1990	5	9	2	9	4,75
NC	288	BIANCA R. SCHADRACK	050.269.069-07	19/12/1986	5	7	3	9	4,65
NC	305	ANDRE BURINI	049.585.069-18	16/10/1986	4	4	3	10	4,60
NC	241	PAULO VICTOR DE OLIVEIRA	089.165.559-06	21/02/1992	7	11	-	8	4,60

NC	17	JANE MARIA DE SOUZA	077.842.869-96	23/02/1992	8	7	3	8	4,60
NC	75	FELIPE HENRIQUE DE MORAES	083.545.659-55	10/09/1994	5	7	2	9	4,55
NC	293	CLAUDIO ODEBRECHT DOS SANTOS	222.857.179-20	10/03/1951	4	3	3	10	4,50
NC	242	ROBERTA ASSI	030.513.629-13	13/11/1980	8	2	-	10	4,50
NC	239	DOUGLAS DINIZ BELEZA	007.377.199-66	09/03/1983	6	3	1	10	4,50
NC	267	CLEUSA FELIPPI	030.544.339-94	18/10/1980	9	4	4	8	4,50
NC	91	EVERTON ADRIANO FERREIRA DE SOUZA	076.838.249-17	08/07/1992	8	11	5	6	4,50
NC	292	PRISCILA SUANI MONGCONAN	079.616.449-54	30/06/1992	6	5	1	9	4,35
NC	133	JENIFFER KOPSCH	086.280.129-07	1195-02-03	3	7	2	9	4,35
NC	56	DEBORA CRISTIANE DE ASSIS	046.419.529-22	08/10/1985	10	6	3	7	4,35
NC	73	RAFAELA JAQUELINE LOTH BERNARDI	037.208.479-69	26/10/1982	7	8	3	7	4,25
NC	65	FABRICIO ROBERTO HAHNE	936.122.229-53	04/05/1977	4	4	2	9	4,15
NC	116	CAMILA MAYARA PEREIRA	085.573.459-09	11/06/1992	5	3	1	9	4,05
NC	219	JOSE LINDANOR JORDAO	222.909.749-00	09/05/1953	7	4	1	8	4,00
NC	272	CRISTIANE ELISABETH TILLMANN	028.258.119-71	19/01/1979	6	4	2	8	4,00
NC	140	ELIANA ALMEIDA DE OLIVEIRA GOES	948.136.719-34	16/11/1977	9	5	1	7	3,95
NC	274	DANIEL DA SILVA	044.234.519-48	10/05/1985	7	8	3	6	3,90
NC	69	VANUSA LEITE DE ARAUJO SCHMIDT	728.360.839-72	10/04/1970	4	6	3	7	3,75
NC	216	GEICE CRISTINA CORREA	075.533.379-94	28/02/1990	7	5	1	7	3,75
NC	243	DANIEL CARDOSO CÂMARA	044.187.225-56	02/01/1995	8	11	1	4	3,40
NC	134	FERNANDO BERKENBROCK	088.201.299-14	17/05/1993	2	9	1	5	2,95
NC	174	LILIAN OECKSLER MORBIS	970.604.109-53	05/01/1974	6	2	1	5	2,65
NC	85	DANIEL FERNANDO KÜSTNER	086.014.119-59	13/08/1992	3	3	1	3	1,75
NC	284	JOEL XAVIER SCHMITZ	032.107.039-90	12/07/1981	2	2	2	3	1,65
NC	228	DANIELLA DE SOUZA MARTINS	066.186.539-83	22/05/1988	2	2	-	2	1,10
FAL-TOU	21	FLÁVIO BITTENCOURT	380.618.569-72	30/04/1960	-	-	-	-	-
FAL-TOU	318	MOACIR ANTONIO DE OLIVEIRA	563.353.429-87	20/04/1963	-	-	-	-	-
FAL-TOU	12	PATRICIA REINERT	718.970.549-04	09/06/1971	-	-	-	-	-
FAL-TOU	80	ROSANA CUSTODIO DA LUZ CASTELLAIN	902.900.709-53	22/12/1972	-	-	-	-	-
FAL-TOU	142	GILNEI JOEL DAVID	803.062.179-53	18/07/1973	-	-	-	-	-
FAL-TOU	39	MIRIAN TERESINHA NUNES	810.928.499-04	27/08/1973	-	-	-	-	-
FAL-TOU	59	DYEGO CRUZ LIMA	828.661.201-91	19/08/1978	-	-	-	-	-
FAL-TOU	276	ALEX MIRANDA NACER	876.310.671-04	10/12/1978	-	-	-	-	-



FAL-TOU	238	MAÍRA CORRÊA CARDOZO	026.422.069-20	08/01/1979	-	-	-	-	-
FAL-TOU	263	VANIA RAMOS	005.344.179-65	27/04/1979	-	-	-	-	-
FAL-TOU	310	SÉRGIO EDUARDO DE ALMEIDA BROERING JÚNIOR	033.844.319-36	26/08/1979	-	-	-	-	-
FAL-TOU	128	GIANCARLO DA SILVA ROCHA	004.906.599-85	04/09/1979	-	-	-	-	-
FAL-TOU	16	QUERLI ADRIANA DE PELEGRIN	040.881.509-45	25/02/1980	-	-	-	-	-
FAL-TOU	264	CARLOS RUECKL	827.720.299-72	21/05/1980	-	-	-	-	-
FAL-TOU	168	SIDNEI HEINZEN	007.487.219-24	03/06/1980	-	-	-	-	-
FAL-TOU	18	VIVIANE LARA	033.678.389-26	07/03/1981	-	-	-	-	-
FAL-TOU	99	ALEXSSANDER DE PIN	035.060.089-94	01/10/1981	-	-	-	-	-
FAL-TOU	250	ROBERT WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA	000.478.913-00	08/01/1982	-	-	-	-	-
FAL-TOU	5	MARIELE GIROTO ARAUJO	000.690.960-40	16/01/1982	-	-	-	-	-
FAL-TOU	307	CÉLIO DE SOUZA	037.570.229-63	29/04/1982	-	-	-	-	-
FAL-TOU	314	ANDREY ROGERIO ABREU	045.845.969-05	23/10/1983	-	-	-	-	-
FAL-TOU	98	BRUNO SCHMITT	050.634.409-67	05/01/1984	-	-	-	-	-
FAL-TOU	204	ERIKA CRISTINA MOREIRA SUFFREDINI	319.783.948-02	22/02/1984	-	-	-	-	-
FAL-TOU	265	CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA	049.018.569-01	22/03/1984	-	-	-	-	-
FAL-TOU	67	JEAN CARLOS ANTONOWSKY	050.091.229-79	10/05/1984	-	-	-	-	-
FAL-TOU	225	FERNANDO STEIMBACH	051.110.509-65	13/05/1984	-	-	-	-	-
FAL-TOU	258	VILMA MARTINS DE OLIVEIRA NEGHERBON	041.589.329-12	06/07/1984	-	-	-	-	-
FAL-TOU	78	HUGO LEONARDO TUCKUMANTE	323.843.918-95	25/07/1984	-	-	-	-	-
FAL-TOU	269	LIZANDRO NUNES FERNANDES	343.334.698-48	28/10/1984	-	-	-	-	-
FAL-TOU	296	FABIO NOGUEIRA KAFELTZ	042.649.049-51	17/03/1985	-	-	-	-	-
FAL-TOU	137	ISOLETE SCHLICKMANN	049.269.129-02	22/05/1985	-	-	-	-	-
FAL-TOU	302	JOICE HELENE PASSOLD	043.979.359-98	20/06/1985	-	-	-	-	-
FAL-TOU	13	ANIELA TACHINI	047.028.669-58	12/11/1985	-	-	-	-	-
FAL-TOU	63	HENRIQUE ALBERTO ANTUNES STAHNKE	049.268.849-41	16/11/1985	-	-	-	-	-
FAL-TOU	102	JULIANA APARECIDA BOSIO	067.809.019-03	22/04/1987	-	-	-	-	-
FAL-TOU	15	VOLNEI JOSÉ FAVERO JÚNIOR	047.444.409-08	20/07/1987	-	-	-	-	-
FAL-TOU	249	JULIER VICENTE HILGERT	010.187.259-38	31/07/1987	-	-	-	-	-
FAL-TOU	180	ADAIANE SOUZA ZATTI	012.908.720-31	22/10/1987	-	-	-	-	-
FAL-TOU	309	DIEGO SOTILE GRZYBOVSKI	010.586.230-44	12/11/1987	-	-	-	-	-
FAL-TOU	187	RODRIGO ROSA RANGEL	061.374.109-94	26/11/1987	-	-	-	-	-
FAL-TOU	297	MARINA DUTRA GARCIA DA SILVA	064.627.149-05	16/01/1988	-	-	-	-	-

FAL-TOU	208	JOÃO RAFAEL BALKOSKI	065.215.529-45	29/07/1988	-	-	-	-	-
FAL-TOU	131	JOHN PIERRE SCHUBERT	062.321.149-14	26/08/1988	-	-	-	-	-
FAL-TOU	245	JULIANA MASSON	051.947.239-03	06/12/1988	-	-	-	-	-
FAL-TOU	179	LUIS EDUARDO TESTONI	074.759.619-07	29/01/1989	-	-	-	-	-
FAL-TOU	157	GABRIELLI DE OLIVEIRA	068.300.869-22	07/02/1989	-	-	-	-	-
FAL-TOU	88	MARCEL DA SILVA FONSECA	373.215.478-50	16/03/1989	-	-	-	-	-
FAL-TOU	282	LUÍS DE OLIVEIRA NETO	074.058.529-04	15/08/1990	-	-	-	-	-
FAL-TOU	287	SAMARA CRISTINA CORRÊA	079.396.579-92	05/11/1990	-	-	-	-	-
FAL-TOU	259	JULIANA RACHADEL	063.957.009-79	07/12/1990	-	-	-	-	-
FAL-TOU	110	ADRIANA DEMARCH	080.177.879-44	07/02/1991	-	-	-	-	-
FAL-TOU	324	ANA KATIUCE FELLEBERG	025.153.970-93	19/02/1991	-	-	-	-	-
FAL-TOU	62	JESSICA CRISTINE DA SILVA	083.120.459-10	04/06/1991	-	-	-	-	-
FAL-TOU	119	FERNANDA REGINA RIFFEL	085.634.309-98	09/08/1991	-	-	-	-	-
FAL-TOU	160	JÚLIA WEBER	082.687.049-00	11/11/1991	-	-	-	-	-
FAL-TOU	246	THAIS WILL	080.786.419-66	12/11/1991	-	-	-	-	-
FAL-TOU	151	FRANCISCO WASHINGTON DO NASCIMENTO SANTOS	051.368.473-52	05/01/1992	-	-	-	-	-
FAL-TOU	218	MATHEUS NOREBERG DA LUZ	062.539.499-26	22/09/1992	-	-	-	-	-
FAL-TOU	66	JAMYLLÉ CARDOSO DA SILVA	076.046.329-80	12/01/1993	-	-	-	-	-
FAL-TOU	256	VANESA THEILACKER	062.458.129-25	16/11/1993	-	-	-	-	-
FAL-TOU	123	CAMILA SANTIAGO SHIGUE-MOTO	009.209.339-63	28/01/1994	-	-	-	-	-
FAL-TOU	76	BRUNA FERREIRA DA ROCHA	090.882.819-55	29/03/1994	-	-	-	-	-
FAL-TOU	8	ANA PAULA SIQUEIRA HAUPT	064.112.969-60	04/02/1995	-	-	-	-	-
FAL-TOU	306	JULIE CYPRIANI SANTOS	090.866.309-95	24/10/1995	-	-	-	-	-
FAL-TOU	100	SAMANTHA DIRKSEN	080.787.479-50	04/02/1996	-	-	-	-	-
FAL-TOU	290	GABRIEL HENRIQUE DA SILVA	096.166.609-93	30/09/1996	-	-	-	-	-
FAL-TOU	221	JOSIANE DOS SANTOS CARDOSO CAMARA	633.757.025-15	05/09/2008	-	-	-	-	-
FAL-TOU	223	GIOVANI KULPA	072.556.129-70	1190-12-16	-	-	-	-	-

## Legenda:

NC - NÃO CLASSIFICADO

DN - DATA DE NASCIMENTO

III - Da alteração parcial do cronograma previsto no Anexo III do Edital de Concurso Público nº 01/2014, em razão de problemas técnicos na divulgação oficial da classificação provisória:

ANEXO III - CRONOGRAMA CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014	
DATA PREVISTA	ATO
...	...
10/12/2014	Publicação do gabarito oficial retificado, se for o caso, e publicação da classificação provisória
11 e 12/12/2014	Prazo para recursos contra a classificação provisória
18/12/2014	Publicação do resultado final do Concurso Público nº 001/2014
19/12/2014	Homologação do Concurso Público nº 001/2014

Informações relativas ao Concurso serão prestadas no horário das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:30 horas, na sede administrativa do CISAMVI e da AMMVI, na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, Fone (47) 3331-5800, na home page do CISAMVI e da AMMVI ([www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)) e no site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br).

Blumenau, em 09 de dezembro de 2014.

Hartwig Persuhn

Carlos Cesar da Silva

Presidente do CISAMVI

Diretor Executivo do CISAMVI

Comissão Especial de Concurso Público:

José Dempsey Doderio Junior

Marco Antonio de Aviz

Wilson Bohmann

## CONSÓRCIO LAMBARI

### ATA 03.2014 - ORDINÁRIA

ATA Nº 03.2014 - ASSEMBLEIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - CONSÓRCIO LAMBARI

Às oito horas e trinta minutos do dia três do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, tendo como local a sala de reuniões da AMAUC, situada na Rua Marechal Deodoro, 772, Edifício Mirage Offices 12º andar - Centro, Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras de Vereadores e demais convidados, cujas assinaturas constam no Livro de Assinaturas nº 01, folha nº 30, para a realização da Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Lambari, conforme Edital de Convocação 3/2014 de 20 de novembro de 2014. Verificado o quorum e havendo número legal de Prefeitos presentes, o senhor Emerson Ari Reichert - Prefeito de Ipira e Presidente do Consórcio Lambari, saudou e agradeceu a presença de todos e declarou aberta a reunião. Ato contínuo solicitou ao Gerente do Consórcio, senhor Roberto Kurtz Pereira, para secretariar a reunião. 1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. Lida e aprovada a ata da reunião ordinária anterior, realizada no dia 25 de fevereiro de 2014. 2. ORDEM DO DIA. 2.1. Apresentação do andamento das atividades do PMGIRS. O Gerente do Consórcio falou sobre o andamento dos trabalhos relativos ao PMGIRS - Planos Municipais de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos da Região da AMAUC. Explicou que tudo está sendo realizado em conformidade ao que dispõe o Termo de Referência. Esclareceu que devido à ausência de informações sobre os Resíduos Sólidos em alguns Municípios o diagnóstico não foi possível de ser concluído. Disse que, além da ausência de informações, muitos Comitês de Sustentação enfrentam dificuldades para dedicar o tempo necessário para coleta dos dados. Na apresentação do trabalho o Gerente foi auxiliado pelo engenheiro Ambiental Marcos Borsatti - coordenador dos Planos e pela senhora Fátima Hermes, responsável para a fiscalização do contrato em nome da AMAUC. Após as explanações, os Prefeitos, por unanimidade, aprovaram que seja solicitado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Concórdia a prorrogação do prazo para a conclusão dos Planos, em razão das dificuldades levantadas e, especialmente, pelo fato de que os trabalhos efetivamente iniciaram após a liberação dos recursos no final do mês de junho, sendo que a primeira parcela se referia apenas a elaboração da página web para divulgação dos Planos. Ao final, o coordenador do PMGIRS informou que devido problemas de ordem particular está impossibilitado de renovar o contrato de prestação de serviços com o Consórcio Lambari, para a continuidade do Plano. Agradeceu a confiança recebida e se colocou à disposição para repassar todas as informações sobre os trabalhos para o novo coordenador. 2.2. Apresentação do Balancete até 30 de novembro de 2014. O Gerente do Consórcio disponibilizou a todos os presentes cópia do Balancete encerrado em 30 de novembro e explicou que a prestação de contas relativa ao exercício de 2014 será apresentada na primeira reunião ordinária do Consórcio Lambari no próximo ano, conforme determina o Estatuto Social. 2.3. Pedido de desfiliação do Município de Arvoredo. A senhora Janete Paravizzi Bianchin - Prefeita de Arvoredo e o senhor Airtton Cauduro - Vice-Prefeito, usaram a palavra para esclarecer os motivos do desligamento do Consórcio Lambari, conforme o pedido formal e autorização legislativa anteriormente encaminhadas para a Direção do Consórcio Lambari. Ressaltaram que o motivo sobremaneira pesou na decisão é a distância entre o Município de Arvoredo até a sede da AMAUC, em Concórdia. Disseram que foi uma decisão difícil, pois o Município de Arvoredo nasceu na AMAUC e sempre foi muito bem atendido pela equipe técnica do Consórcio e da Associação. Aproveitaram para agradecer a todos pelos anos de convivência e reiteraram a disposição para continuarem unidos na busca do fortalecimento do municipalismo brasileiro. 2.4. Apreciação do Orçamento para 2015. Em decorrência da desfiliação do Município de Arvoredo a partir do ano de 2015, a proposta orçamentária do Consórcio foi revista, sendo incorporado ao valor da contribuição mensal de cada Município o rateio da contribuição prevista para o Município de Arvoredo. 2.5. Assinatura do Contrato de Rateio para 2015. O Gerente apresentou a minuta do contrato de rateio para o ano de 2015, com o valor mensal de R\$ 1.900,00 (um mil novecentos reais), para cada Município. A proposta orçamentária e o contrato de rateio para o ano de 2015 foram aprovados por unanimidade. 2.6. Eleição Diretoria e Conselho Fiscal para 2015. O Presidente suspendeu a reunião por quinze minutos para possibilitar a apresentação de chapas para composição da nova diretoria. Reaberto os trabalhos o Presidente anunciou o registro de apenas

uma chapa, que passou a denominar de Chapa Única, com a seguinte composição: DIRETORIA: Presidente: Pedro Ari Parizotto - Prefeito de Lindóia do Sul - CPF nº 295.216.619-68; 1º Vice-presidente: Leide Mara Bender - Prefeita de Itá - CPF nº 674.496.629-49. 2º Vice-presidente: Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã - CPF nº 844.823.549-53. CONSELHO FISCAL. Titulares: Emerson Ari Reichert - Prefeito de Ipira - CPF nº 758.846.159-49, Kleber Mércio Nora - Prefeito de Jaborá - CPF nº 612.781.069-87, Cláudio Sartori - Prefeito de Presidente Castello Branco - CPF nº 196.385.159-53. Suplentes: Claudirlei Dorini, - Prefeito de Piratuba - CPF nº 568.259.789-34; Aldair Antonio Rigo, Prefeito de Paial - CPF nº 486.325.979-49 e Catia Tessmann Reichert, Prefeita de Alto Bela Vista - CPF nº 017.160.299-45. Tendo em vista o registro de apenas uma chapa, a eleição ocorreu por aclamação, sendo eleita por unanimidade de votos dos presentes a chapa única antes mencionada, para a Gestão 2015, cuja posse nos cargos ocorre de forma automática em 2 de janeiro de 2015, conforme estabelece o art. 16 do Estatuto Social. 3. Assuntos Gerais. 3.1. Ratificação da Gerência Administrativa do Consórcio Lambari e suas atribuições. O Conselho de Prefeitos, na forma do inciso VIII do art. 12, c/c o parágrafo único do art. 23 do Estatuto Social, aprovou a continuidade da Gerência Administrativa do Consórcio Lambari exercida pelo senhor Roberto Kurtz Pereira - Secretário Executivo da AMAUC. O Gerente deverá em conjunto com o Presidente praticar todos os atos necessários para administração e movimentação financeira do Consórcio, especialmente as disposições previstas no art. 17, IV c/c art. 22, III, bem como outras tarefas mencionadas nos demais incisos do art. 22 do Estatuto Social. O Conselho de Prefeitos também determinou ao atual Presidente do Consórcio a edição de resolução de ratificação da gerência nos termos antes aprovada. A resolução deverá ser encaminhada às instituições bancárias, juntamente com os documentos necessários para movimentação bancária pela Diretoria eleita para o exercício de 2015. 3.2. Possibilidade do Presidente eleito constituir procurador. O senhor Pedro Ari Parizotto - Prefeito de Lindóia do Sul, na condição de Presidente eleito para a Gestão 2015, solicitou ao Conselho de Prefeitos que lhe seja concedida autorização, nos termos do inciso III do art. 17 do Estatuto Social, para constituir procurador, caso julgar necessário durante sua gestão, com o objetivo de delegar à outra pessoa as atribuições previstas no inciso IV do art. 17, ou seja, a movimentação bancária, especialmente efetuar pagamentos on line, através do gerenciador eletrônico (token), em conjunto com o Gerente Administrativo. A intenção é delegar esta atribuição ao senhor Rafael Nicolli - auxiliar de contabilidade da AMAUC e do Consórcio Lambari, para movimentar a conta em nome do Presidente e em conjunto com o Gerente Administrativo. O Presidente argumentou que a Diretoria e os demais Prefeitos possuem os meios necessários para fiscalização e controle administrativo e financeiro do Consórcio e que a delegação dos pagamentos facilita a todos, especialmente ao Presidente, pois em função de seus compromissos no cargo de Prefeito nem sempre pode atender todas as demandas do Consórcio. A solicitação foi autorizada por unanimidade dos membros do Conselho de Prefeitos presentes, ficando a cargo do Presidente eleito adotar a medida, caso julgar necessária. Palavra livre. Não houve inscrições para pronunciamentos. Esgotada a pauta, o Presidente desejou boas festas e feliz ano novo a todos os presentes, agradeceu o apoio recebido dos Prefeitos e, em especial, agradeceu o trabalho e a dedicação dos empregados do Consórcio Lambari. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para constar, solicitou a mim \_\_\_\_\_ Roberto Kurtz Pereira - Gerente, lavrar esta ata que, após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

EMERSON ARI REICHERT  
Presidente

